# SENADO FEDERAL

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

# PAUTA DA 4ª REUNIÃO - SEMIPRESENCIAL

**(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura)**

## 21/09/2020
## SEGUNDA-FEIRA
## às 08 horas

**Presidente: Senador Nelsinho Trad**
**Vice-Presidente: Senador Marcos do Val**

**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

**4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM**

# 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL

## *Segunda-feira, às 08 horas*

# SUMÁRIO

### 1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES


| ITEM | PROPOSIÇÃO | RELATOR (A) | PÁGINA |
|---|---|---|---|
| 1 | **MSF 38/2020**<br>- Não Terminativo - | **SENADOR MARCOS DO VAL** | **14** |
| 2 | **MSF 15/2020**<br>- Não Terminativo - | **SENADOR CHICO RODRIGUES** | **82** |
| 3 | **MSF 43/2020**<br>- Não Terminativo - | **SENADOR HUMBERTO COSTA** | **126** |
| 4 | **MSF 27/2020**<br>- Não Terminativo - | **SENADOR CARLOS FÁVARO** | **246** |
| 5 | **MSF 4/2020**<br>- Não Terminativo - | **SENADOR CARLOS FÁVARO** | **335** |
| 6 | **MSF 18/2020**<br>- Não Terminativo - | **SENADOR RANDOLFE RODRIGUES** | **410** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **7** | **MSF 20/2020**<br>- Não Terminativo - | **SENADOR ZEQUINHA MARINHO** | **468** |
| **8** | **MSF 34/2020**<br>- Não Terminativo - | **SENADOR MAJOR OLIMPIO** | **559** |
| **9** | **MSF 14/2020**<br>- Não Terminativo - | **SENADOR ESPERIDIÃO AMIN** | **650** |
| **10** | **MSF 31/2020**<br>- Não Terminativo - | **SENADOR ESPERIDIÃO AMIN** | **716** |
| **11** | **MSF 32/2020**<br>- Não Terminativo - | **SENADOR MAJOR OLIMPIO** | **779** |

## 2ª PARTE - DELIBERATIVA

| ITEM | PROPOSIÇÃO | RELATOR (A) | PÁGINA |
|---|---|---|---|
| **1** | **REQ 19/2020 - CRE**<br>- Não Terminativo - | | **836** |

(23)

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val

(19 titulares e 18 suplentes)

| TITULARES | | | | SUPLENTES | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil(MDB, REPUBLICANOS, PP)** | | | | | | |
| Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(10) | RR | 3303-5291 / 5292 | 1 | Renan Calheiros(MDB)(10) | AL | 3303-2261 |
| Jarbas Vasconcelos(MDB)(10) | PE | 3303-3522 / 3593 / 3475 | 2 | Fernando Bezerra Coelho(MDB)(10) | PE | 3303-2182 |
| Marcio Bittar(MDB)(10) | AC | 3303-2115 / 2119 / 1652 | 3 | Simone Tebet(MDB)(9) | MS | 3303-1128 |
| Esperidião Amin(PP)(12) | SC | 3303-6446 / 6447 / 6454 | 4 | Diego Tavares(PP)(5)(36)(22) | PB | 3303-6788 / 6790 |
| Ciro Nogueira(PP)(6)(18)(22) | PI | 3303-6187 / 6188 / 6192 | 5 | Vanderlan Cardoso(PSD)(11) | GO | 3303-2092 / 2099 |
| **Bloco Parlamentar PSDB/PSL(PSDB, PSL)** | | | | | | |
| Roberto Rocha(PSDB)(8)(32)(33) | MA | 3303-1437 / 1506 | 1 | Izalci Lucas(PSDB)(8)(30)(28)(35) | DF | 3303-6049 / 6050 |
| Mara Gabrilli(PSDB)(8) | SP | 3303-2191 | 2 | Flávio Bolsonaro(REPUBLICANOS)(14) | RJ | 3303-1717 / 1718 |
| Major Olimpio(PSL)(13) | SP | 3303-4177 | 3 | Soraya Thronicke(PSL)(15) | MS | 3303-1775 |
| **Bloco Parlamentar Senado Independente(REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)** | | | | | | |
| Kátia Abreu(PP)(3) | TO | 3303-2464 / 2708 / 5771 / 2466 | 1 | Acir Gurgacz(PDT)(3) | RO | 3303-3131 / 3132 |
| Randolfe Rodrigues(REDE)(3) | AP | 3303-6777 / 6568 | 2 | Flávio Arns(PODEMOS)(3) | PR | 3303-6301 |
| Eliziane Gama(CIDADANIA)(3)(26) | MA | 3303-6741 / 6703 | 3 | Veneziano Vital do Rêgo(PSB)(3) | PB | 3303-2252 / 2481 |
| **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PT, PROS)** | | | | | | |
| Fernando Collor(PROS)(7)(17)(21) | AL | 3303-5783 / 5787 | 1 | VAGO(7) | | |
| Jaques Wagner(PT)(7) | BA | 3303-6390 / 6391 | 2 | Telmário Mota(PROS)(16)(7) | RR | 3303-6315 |
| Humberto Costa(PT)(24) | PE | 3303-6285 / 6286 | | | | |
| **PSD** | | | | | | |
| Nelsinho Trad(2) | MS | 3303-6767 / 6768 | 1 | Carlos Fávaro(2)(34) | MT | 3303-6408 |
| Antonio Anastasia(2)(31) | MG | 3303-5717 | 2 | Angelo Coronel(2)(31) | BA | 3303-6103 / 6105 |
| **Bloco Parlamentar Vanguarda(DEM, PL, PSC)** | | | | | | |
| Chico Rodrigues(DEM)(4) | RR | 3303-2281 / 2287 | 1 | Marcos Rogério(DEM)(4) | RO | 3303-6148 |
| Zequinha Marinho(PSC)(4) | PA | 3303-6623 | 2 | Maria do Carmo Alves(DEM)(4) | SE | 3303-1306 / 4055 / 2878 |
| **PODEMOS** | | | | | | |
| Marcos do Val(27)(20) | ES | 3303-6747 / 6753 | 1 | Elmano Férrer(27)(20)(29) | PI | 3303-2415 / 3055 / 1015 |

(1) Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).

(2) Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).

(3) Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).

(4) Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

(5) Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

(6) Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

(7) Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).

(8) Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).

(9) Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).

(10) Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).

(11) Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

(12) Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

(13) Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).

(14) Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).

(15) Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).

(16) Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).

(17) Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).

(18) Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).

(19) Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)

(20) Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).

(21) Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
(22) Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
(23) A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
(24) Em 13.08.2019, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão em vaga compartilhada com o PSD (Of. nº 73/2019-BLPRD).
(25) Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
(26) Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
(27) Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS(Of. nº 91/2019-GLPODE).
(28) Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).
(29) Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).
(30) Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB).
(31) Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD).
(32) Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
(33) Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente(Of. nº 22/2020-GLPSDB).
(34) Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).
(35) Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão(Of. nº 35/2020-GLPSDB).
(36) Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): FLÁVIO EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.leg.br

**SENADO FEDERAL**
SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
56ª LEGISLATURA

Em 21 de setembro de 2020
(segunda-feira)
às 08h

# PAUTA

4ª Reunião, Extraordinária - Semipresencial

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

| | |
|---|---|
| **1ª PARTE** | Indicação de Autoridades |
| **2ª PARTE** | Deliberativa |
| **Local** | Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3 |

Retificações:
1. Inclusão do Ato da Comissão Diretora nº 09, de 2020 e
Mudança na relatoria da MSF 4, de 2020. (16/09/2020 10:04)
2. Fixa o horário de abertura da votação das Sabatinas. (18/09/2020 09:27)
3. Informação de reunião a ser realizada de forma semipresencial. (30/09/2020 18:24)

# 1ª PARTE

# PAUTA

## ITEM 1

## MENSAGEM (SF) Nº 38, DE 2020

**- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DO AMARAL SOUZA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Trinidad e Tobago.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria**: Senador Marcos do Val

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada.

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

**Textos da pauta:**

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

## ITEM 2

## MENSAGEM (SF) Nº 15, DE 2020

**- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Zâmbia.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria**: Senador Chico Rodrigues

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada.

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

**Textos da pauta:**

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

## ITEM 3

## MENSAGEM (SF) Nº 43, DE 2020

**- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria**: Senador Humberto Costa

**Relatório:** Pronto para deliberação.

**Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada.

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

**Textos da pauta:**

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

## ITEM 4

## MENSAGEM (SF) Nº 27, DE 2020

**- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria**: Senador Roberto Rocha (Substituído por *Ad Hoc*)

**Relatoria *Ad hoc*:** Senador Carlos Fávaro

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

**Textos da pauta:**

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

## ITEM 5

## MENSAGEM (SF) Nº 4, DE 2020

**- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino dos Países Baixos.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria**: Senador Carlos Fávaro

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

**Textos da pauta:**

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

## ITEM 6

## MENSAGEM (SF) Nº 18, DE 2020

**- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OSWALDO BIATO JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Geórgia.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria**: Senador Randolfe Rodrigues

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

**Textos da pauta:**

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

## ITEM 7

## MENSAGEM (SF) Nº 20, DE 2020

**- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FRANCISCO MAURO BRASIL DE HOLANDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria**: Senador Zequinha Marinho

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

**Textos da pauta:**

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

**ITEM 8**

**MENSAGEM (SF) Nº 34, DE 2020**

**- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria**: Senador Major Olimpio

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

**Textos da pauta:**

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

**ITEM 9**

**MENSAGEM (SF) Nº 14, DE 2020**

**- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor COLBERT SOARES PINTO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria**: Senador Esperidião Amin

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

**Textos da pauta:**

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

## ITEM 10

## MENSAGEM (SF) N° 31, DE 2020

**- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCEL FORTUNA BIATO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Irlanda.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria**: Senador Ciro Nogueira (Substituído por *Ad Hoc*)

**Relatoria *Ad hoc*:** Senador Esperidião Amin

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

**Textos da pauta:**

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

## ITEM 11

## MENSAGEM (SF) N° 32, DE 2020

**- Não Terminativo -**

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS, Ministro de Primeira*

*Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria**: Senador Major Olimpio

**Relatório:** Pronto para deliberação

**Resultado:** Sabatina realizada com indicação apreciada

**Observações:**

*1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.*

*2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

**Textos da pauta:**

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

# 2ª PARTE

# EXTRAPAUTA

## ITEM 1

## REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 19, DE 2020

*Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II e V da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Ernesto Henrique Fraga Araújo, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a visita e as declarações do Senhor Mike Pompeo, Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, ao tempo em que repudiamos os ataques direcionados ao presidente venezuelano e à Venezuela proferidos em solo brasileiro, na ocasião de sua passagem por Boa Vista, Roraima, no dia 18 de setembro.*

**Autoria:** Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Esperidião Amin (PP/SC)

**Resultado:** Incluído extrapauta, o Requerimento é lido e aprovado.

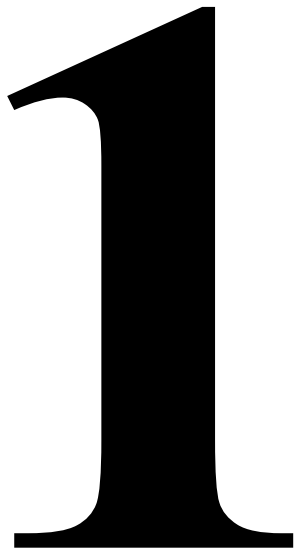
**Textos da pauta:**

Requerimento **(CRE)**

**Normas e diretrizes para a 4ª e 5ª Reuniões da CRE**:

1. Os relatórios das Mensagens (SF) constantes na pauta foram apresentados à Comissão e divulgados pelo portal do Senado Federal. Assim, fica concedida vista coletiva **automática**, nos termos do art. 383, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.
2. A reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das senhoras e senhores senadores por sistema de videoconferência, para debate e leitura de relatório. Contudo, **a votação será obrigatoriamente presencial**, com 2 (duas) urnas de votação secreta ***drive-thru*** na entrada da Garagem Coberta e 3 (três) urnas de votação secreta na Ala Senador Alexandre Costa, sendo 2 (duas) urnas em frente ao Plenário 3 e 1 (uma) urna em seu interior. A votação será iniciada **2 (duas) horas** após o início da reunião.
3. Para otimizar os trabalhos, os indicados serão divididos em 2 (dois) grupos com 4 (quatro) embaixadores e 1 (um) grupo com 3 (três). As sabatinas começarão com a participação dos 4 (quatro) senadores relatores do primeiro grupo a ser sabatinado, para as suas considerações. Em seguida, será concedida a palavra aos respectivos embaixadores, para apresentação de suas exposições iniciais. Por fim, será aberta a fase de inquirição, pelas senhoras e senhores senadores inscritos, e respostas, pelos embaixadores questionados. O procedimento será repetido com os 2 (dois) grupos seguintes. Ao final das 11 (onze) arguições, será realizada a apuração dos votos.
4. O acesso à Sala de Reunião estará restrito às senhoras e senhores senadores, às autoridades a serem sabatinadas, e aos funcionários da Secretaria de Comissões, no estrito exercício de suas atribuições;
5. Caso necessário, 1 (um) assessor poderá adentrar à Sala de Reunião para atender demanda do(a) respectivo(a) Senador(a), retirando-se após a finalidade cumprida.
6. As regras e procedimentos para a Reunião foram definidas para fins de prevenção da transmissão da Covid-19 no âmbito do Senado Federal e, no que couber, estão de acordo com o Decreto Legislativo nº 6, de 2020; com os Atos da Comissão Diretora nºs 7 e 9, de 2020; com os Atos do Presidente nºs 2, 3, 4 e 6 de 2020; com a Instrução Normativa da Secretaria Geral da Mesa nº 14, de 2020 e com o Ato da Diretoria Geral nº 4, de 2020.
7. Quaisquer questões adicionais serão decididas ou determinadas pelo Presidente da Comissão (RISF. Art. 89, I).

# 1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES



# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 7, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 38, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DO AMARAL SOUZA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

**PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad
**RELATOR:** Senador Marcos do Val

21 de Setembro de 2020

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Marcos do Val**

SF/20355.19985-40

# PARECER Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 38, de 2020 (Mensagem nº 464/2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art.39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor RODRIGO DO AMARAL SOUZA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Trinidad e Tobago*.

Relator: Senador **MARCOS DO VAL**

## I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor RODRIGO DO AMARAL SOUZA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Marcos do Val**



SF/20355.19985-40

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. RODRIGO DO AMARAL SOUZA é filho de José Eugenio do Amaral Souza e Lya Regina Leite Paes de Barros, e nasceu em São Paulo/SP, em 24 de agosto de 1957. Graduou-se em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas/SP, em 1979.

Ingressou no Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD) do Instituto Rio Branco em 1982. Foi aprovado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1990 e no Curso de Altos Estudos (CAE), em 2005, ambos do Instituto Rio Branco, tendo neste último apresentado a seguinte tese: "Moeda Única no Mercosul: Devaneio ou Objetivo Factível? Lições da Experiência Européia".

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1983. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1987 e a Primeiro-Secretário em 1993; a Conselheiro em 1999, a Ministro de Segunda Classe em 2006 e a Ministro de Primeira Classe, em 2013. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de assessor e oficial de Gabinete do Ministro de Estado (1993-95), assessor na Secretaria-Geral (1995), diretor da Fundação Alexandre de Gusmão no Departamento de Administração-Geral (2003-05), chefe da Divisão do Oriente Médio-I (2005-08), chefe de gabinete da Subsecretaria-Geral Política II (2008-10), chefe de gabinete da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior ((2010-11), e diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (2011-16).

SF/20355.19985-40

No Exterior, serviu na Embaixada em Buenos Aires (1987-90), no Consulado em Ciudad Guayana (missão transitória, em 1993), na Embaixada em Bridgetown (missão transitória em 1994), na Embaixada em Santiago (1995-2000), e na Embaixada em Roma (2000-03). É o Embaixador do Brasil em Manila, capital das Filipinas, desde 2016.

Em 2010, o diplomata em apreço recebeu a Ordem de Rio Branco (Brasil), no grau de Grande Oficial.

Em 1989, publicou o artigo "Da política externa independente à política externa interdependente: o Governo Castello Branco", *in* Ensaios de História Diplomática do Brasil (1930-1986). Brasília: FUNAG/IPRI, 1989, Cadernos do IPRI, vol. 2.

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem documento informativo sobre a República de Trinidad e Tobago, do qual extraímos informações para subsídio aos membros da Comissão.

A República de Trinidad e Tobago tem área de 5.801 km2 (aproximadamente a área do Distrito Federal) e população da ordem de 1.208 milhão de habitantes, em dados de 2020. Seu PIB (Produto Interno Bruto) alcançou o montante de US$ 23,8 bilhões em 2018 e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) foi de 0,799 em 2019, colocando-o em 63º lugar entre 188 países. O país tem alta taxa de alfabetização, da ordem de 99% (2015) e expectativa de vida de 73,9 anos.

No que se refere às relações bilaterais entre o Brasil e a República de Trinidad e Tobago, estas se intensificaram a partir da década passada, inserindo-se em processo mais amplo de aproximação com a região do Caribe. Entre as iniciativas que contribuíram para esta aproximação destaca-se a realização da I Cúpula Brasil-CARICOM (Comunidade do Caribe) em Brasília, em 26 de abril de 2010, que reuniu 10 dos 14 chefes de governo da organização (Antigua e Barbuda, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e

SF/20355.19985-40

Névis e Suriname). Houve contatos bilaterais de alto nível em 2011 e 2012, e reunião entre os chanceleres à margem de almoço com os chanceleres da CARICOM.

Sobre os projetos de cooperação, delegação do Ministério da Saúde e outras autoridades de Trinidad e Tobago realizaram visita ao Brasil em 2017, como parte de iniciativa coordenada pelo Ministério da Saúde brasileiro e pela Organização Pan-Americana de Saúde, visando apoiar o governo trinitário no aperfeiçoamento da saúde materno-infantil naquele país, além de apresentar as experiências brasileiras no que se refere a projetos voltados para pacientes com zika, de instalação de bancos de leite humano, de realização de parto humanizado e de hospitais amigos da mãe e do bebê.

Com vistas à cooperação humanitária, o Brasil doou a Trinidad e Tobago 20.000 doses de vacina contra influenza (H1N1). Em 2018, realizou-se visita de navios patrulha brasileiros a Port of Spain, que foram objeto de recepção oferecida pelas autoridades locais.

Com relação ao intercâmbio bilateral entre Brasil e Trinidad e Tobago, dá conta a informação encaminhada a esta Casa pelo Itamaraty, que as trocas somaram, em 2019, US$ 471 milhões, com déficit para o Brasil da ordem de US$ 32 milhões. O documento não faz referência aos produtos intercambiados, mas segundo consta do Relatório de Gestão do Embaixador que deixa o Posto, encaminhado a esta Casa junto à mensagem presidencial, em 2019, a maior parte (55%) dos produtos exportados pelo Brasil a Trinidad e Tobago eram minérios de ferro, e 7,3% eram papel e cartão. Historicamente, as importações do Brasil provenientes daquele país concentram-se em três produtos: gás natural liquefeito ou GNL (mais de 50%), álcool e derivados (mais de 30%) e amônia (em torno de 10%).

No que diz respeito à comunidade brasileira residindo na República de Trinidad e Tobago atualmente, são 140 brasileiros, em sua maioria vinculados a empresas de petróleo ou de logística. Registra-se também significativo número de pastores evangélicos acompanhados de familiares (32, nas estimativas de 2019).

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Marcos do Val**



SF/20355.19985-40

A economia de Trinidad e Tobago é baseada na produção de gás natural e petróleo, setores responsáveis por 40% do PIB e 80% das exportações, mas que ocupam apenas 5% da força de trabalho. O país é também um dos principais centros financeiros do Caribe, com sistema relativamente estável e regulado.

No tocante à sua política externa, o atual governo de Trinidad e Tobago participa ativamente da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e da CARICOM. Preserva também, em razão do idioma comum, relações estreitas com os Estados Unidos, Reino Unido e Canadá.

Privilegia ainda o relacionamento com a China, grande parceira na área de cooperação, com programas de assistência técnica e financiamento de diversas obras de envergadura. O relacionamento com a Venezuela é marcado por questões referentes à exploração e distribuição de petróleo no Caribe insular.

Tendo em vista a natureza da matéria em apreciação, não cabe serem aduzidas outras considerações no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

**LISTA DE PRESENÇA** 7

**Reunião:** 4ª Reunião, Extraordinária, da CRE
**Data:** 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 08h
**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|---|---|---|---|
| **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)** | | | |
| Mecias de Jesus (REPUBLICANOS) | Presente | 1. Renan Calheiros (MDB) | |
| Jarbas Vasconcelos (MDB) | Presente | 2. Fernando Bezerra Coelho (MDB) | Presente |
| Marcio Bittar (MDB) | | 3. Simone Tebet (MDB) | |
| Esperidião Amin (PP) | Presente | 4. Daniella Ribeiro (PP) | Presente |
| Ciro Nogueira (PP) | Presente | 5. Vanderlan Cardoso (PSD) | |
| **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | | | |
| Roberto Rocha (PSDB) | | 1. Izalci Lucas (PSDB) | Presente |
| Mara Gabrilli (PSDB) | | 2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS) | |
| Major Olimpio (PSL) | Presente | 3. Soraya Thronicke (PSL) | Presente |
| **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)** | | | |
| Kátia Abreu (PP) | Presente | 1. Acir Gurgacz (PDT) | Presente |
| Randolfe Rodrigues (REDE) | Presente | 2. Flávio Arns (PODEMOS) | |
| Eliziane Gama (CIDADANIA) | Presente | 3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB) | |
| **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)** | | | |
| Fernando Collor (PROS) | Presente | 1. VAGO | |
| Jaques Wagner (PT) | Presente | 2. Telmário Mota (PROS) | Presente |
| Humberto Costa (PT) | Presente | | |
| **PSD** | | | |
| Nelsinho Trad (PSD) | Presente | 1. Carlos Fávaro (PSD) | Presente |
| Antonio Anastasia (PSD) | Presente | 2. Angelo Coronel (PSD) | Presente |
| **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | | | |
| Chico Rodrigues (DEM) | Presente | 1. Marcos Rogério (DEM) | Presente |
| Zequinha Marinho (PSC) | Presente | 2. Maria do Carmo Alves (DEM) | |
| **PODEMOS** | | | |
| Marcos do Val (PODEMOS) | Presente | 1. Elmano Férrer (PODEMOS) | |

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

**LISTA DE PRESENÇA**

**Reunião:** 4ª Reunião, Extraordinária, da CRE
**Data:** 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 08h
**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

## NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Leila Barros
Rose de Freitas
Rodrigo Pacheco
Carlos Viana

# Resultado de Votação Secreta

## Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
**MSF 38/2020** - A.RODRIGO-TRINID.T

Início da votação: 21/09/2020 10:17:42 Fim da votação: 21/09/2020 13:04:47

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|---|---|---|---|
| **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,** | | **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,** | |
| MECIAS DE JESUS | **votou** | 1. RENAN CALHEIROS | |
| JARBAS VASCONCELOS | | 2. FERNANDO BEZERRA COELHO | **votou** |
| MARCIO BITTAR | **votou** | 3. SIMONE TEBET | **votou** |
| ESPERIDIÃO AMIN | **votou** | 4. DANIELLA RIBEIRO | |
| CIRO NOGUEIRA | | 5. VANDERLAN CARDOSO | |
| **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | | **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | |
| ROBERTO ROCHA | | 1. IZALCI LUCAS | **votou** |
| MARA GABRILLI | | 2. FLÁVIO BOLSONARO | |
| MAJOR OLIMPIO | **votou** | 3. SORAYA THRONICKE | **votou** |
| **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,** | | **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,** | |
| KÁTIA ABREU | **votou** | 1. ACIR GURGACZ | **voto não computado** |
| RANDOLFE RODRIGUES | **votou** | 2. FLÁVIO ARNS | |
| ELIZIANE GAMA | **votou** | 3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO | |
| **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,** | | **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,** | |
| FERNANDO COLLOR | **votou** | 1. VAGO | |
| JAQUES WAGNER | | 2. TELMÁRIO MOTA | **votou** |
| HUMBERTO COSTA | **votou** | | |
| **PSD** | | **PSD** | |
| NELSINHO TRAD | **votou** | 1. CARLOS FÁVARO | **voto não computado** |
| ANTONIO ANASTASIA | **votou** | 2. ANGELO CORONEL | |
| **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | | **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | |
| CHICO RODRIGUES | **votou** | 1. MARCOS ROGÉRIO | **voto não computado** |
| ZEQUINHA MARINHO | **votou** | 2. MARIA DO CARMO ALVES | |
| **PODEMOS** | | **PODEMOS** | |
| MARCOS DO VAL | **votou** | 1. ELMANO FÉRRER | |

**Votação:**

**TOTAL 19 SIM 18 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0**

**Senador Nelsinho Trad**
**Presidente**

**ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,**
**PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020**

## DECISÃO DA COMISSÃO

**(MSF 38/2020)**

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR RODRIGO DO AMARAL SOUZA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DE TRINIDAD E TOBAGO, COM 18 VOTOS FAVORÁVEIS, 1 VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Marcos do Val**

SF/20355.19985-40

# PARECER Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 38, de 2020 (Mensagem nº 464/2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art.39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor RODRIGO DO AMARAL SOUZA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Trinidad e Tobago*.

Relator: Senador **MARCOS DO VAL**

## I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor RODRIGO DO AMARAL SOUZA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

SF/20355.19985-40

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. RODRIGO DO AMARAL SOUZA é filho de José Eugenio do Amaral Souza e Lya Regina Leite Paes de Barros, e nasceu em São Paulo/SP, em 24 de agosto de 1957. Graduou-se em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas/SP, em 1979.

Ingressou no Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD) do Instituto Rio Branco em 1982. Foi aprovado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1990 e no Curso de Altos Estudos (CAE), em 2005, ambos do Instituto Rio Branco, tendo neste último apresentado a seguinte tese: "Moeda Única no Mercosul: Devaneio ou Objetivo Factível? Lições da Experiência Européia".

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1983. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1987 e a Primeiro-Secretário em 1993; a Conselheiro em 1999, a Ministro de Segunda Classe em 2006 e a Ministro de Primeira Classe, em 2013. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de assessor e oficial de Gabinete do Ministro de Estado (1993-95), assessor na Secretaria-Geral (1995), diretor da Fundação Alexandre de Gusmão no Departamento de Administração-Geral (2003-05), chefe da Divisão do Oriente Médio-I (2005-08), chefe de gabinete da Subsecretaria-Geral Política II (2008-10), chefe de gabinete da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior ((2010-11), e diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (2011-16).

SF/20355.19985-40

No Exterior, serviu na Embaixada em Buenos Aires (1987-90), no Consulado em Ciudad Guayana (missão transitória, em 1993), na Embaixada em Bridgetown (missão transitória em 1994), na Embaixada em Santiago (1995-2000), e na Embaixada em Roma (2000-03). É o Embaixador do Brasil em Manila, capital das Filipinas, desde 2016.

Em 2010, o diplomata em apreço recebeu a Ordem de Rio Branco (Brasil), no grau de Grande Oficial.

Em 1989, publicou o artigo "Da política externa independente à política externa interdependente: o Governo Castello Branco", *in* Ensaios de História Diplomática do Brasil (1930-1986). Brasília: FUNAG/IPRI, 1989, Cadernos do IPRI, vol. 2.

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem documento informativo sobre a República de Trinidad e Tobago, do qual extraímos informações para subsídio aos membros da Comissão.

A República de Trinidad e Tobago tem área de 5.801 km2 (aproximadamente a área do Distrito Federal) e população da ordem de 1.208 milhão de habitantes, em dados de 2020. Seu PIB (Produto Interno Bruto) alcançou o montante de US$ 23,8 bilhões em 2018 e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) foi de 0,799 em 2019, colocando-o em 63º lugar entre 188 países. O país tem alta taxa de alfabetização, da ordem de 99% (2015) e expectativa de vida de 73,9 anos.

No que se refere às relações bilaterais entre o Brasil e a República de Trinidad e Tobago, estas se intensificaram a partir da década passada, inserindo-se em processo mais amplo de aproximação com a região do Caribe. Entre as iniciativas que contribuíram para esta aproximação destaca-se a realização da I Cúpula Brasil-CARICOM (Comunidade do Caribe) em Brasília, em 26 de abril de 2010, que reuniu 10 dos 14 chefes de governo da organização (Antigua e Barbuda, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e

SF/20355.19985-40

Névis e Suriname). Houve contatos bilaterais de alto nível em 2011 e 2012, e reunião entre os chanceleres à margem de almoço com os chanceleres da CARICOM.

Sobre os projetos de cooperação, delegação do Ministério da Saúde e outras autoridades de Trinidad e Tobago realizaram visita ao Brasil em 2017, como parte de iniciativa coordenada pelo Ministério da Saúde brasileiro e pela Organização Pan-Americana de Saúde, visando apoiar o governo trinitário no aperfeiçoamento da saúde materno-infantil naquele país, além de apresentar as experiências brasileiras no que se refere a projetos voltados para pacientes com zika, de instalação de bancos de leite humano, de realização de parto humanizado e de hospitais amigos da mãe e do bebê.

Com vistas à cooperação humanitária, o Brasil doou a Trinidad e Tobago 20.000 doses de vacina contra influenza (H1N1). Em 2018, realizou-se visita de navios patrulha brasileiros a Port of Spain, que foram objeto de recepção oferecida pelas autoridades locais.

Com relação ao intercâmbio bilateral entre Brasil e Trinidad e Tobago, dá conta a informação encaminhada a esta Casa pelo Itamaraty, que as trocas somaram, em 2019, US$ 471 milhões, com déficit para o Brasil da ordem de US$ 32 milhões. O documento não faz referência aos produtos intercambiados, mas segundo consta do Relatório de Gestão do Embaixador que deixa o Posto, encaminhado a esta Casa junto à mensagem presidencial, em 2019, a maior parte (55%) dos produtos exportados pelo Brasil a Trinidad e Tobago eram minérios de ferro, e 7,3% eram papel e cartão. Historicamente, as importações do Brasil provenientes daquele país concentram-se em três produtos: gás natural liquefeito ou GNL (mais de 50%), álcool e derivados (mais de 30%) e amônia (em torno de 10%).

No que diz respeito à comunidade brasileira residindo na República de Trinidad e Tobago atualmente, são 140 brasileiros, em sua maioria vinculados a empresas de petróleo ou de logística. Registra-se também significativo número de pastores evangélicos acompanhados de familiares (32, nas estimativas de 2019).

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Marcos do Val**

5

SF/20355.19985-40

A economia de Trinidad e Tobago é baseada na produção de gás natural e petróleo, setores responsáveis por 40% do PIB e 80% das exportações, mas que ocupam apenas 5% da força de trabalho. O país é também um dos principais centros financeiros do Caribe, com sistema relativamente estável e regulado.

No tocante à sua política externa, o atual governo de Trinidad e Tobago participa ativamente da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e da CARICOM. Preserva também, em razão do idioma comum, relações estreitas com os Estados Unidos, Reino Unido e Canadá.

Privilegia ainda o relacionamento com a China, grande parceira na área de cooperação, com programas de assistência técnica e financiamento de diversas obras de envergadura. O relacionamento com a Venezuela é marcado por questões referentes à exploração e distribuição de petróleo no Caribe insular.

Tendo em vista a natureza da matéria em apreciação, não cabe serem aduzidas outras considerações no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM (SF) Nº 38, DE 2020

(nº 464/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DO AMARAL SOUZA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

**DESPACHO:** À CRE

**AUTORIA:** Presidência da República

**DOCUMENTOS:**

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 464

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **RODRIGO DO AMARAL SOUZA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

Os méritos do Senhor **RODRIGO DO AMARAL SOUZA** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 19 de agosto de 2020.

EM nº 00118/2020 MRE

Brasília, 10 de Agosto de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de RODRIGO DO AMARAL SOUZA, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de RODRIGO DO AMARAL SOUZA para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo***

00001.004377/2020-80

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 484/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 20 de agosto de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

**Assunto: Indicação de autoridade.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RODRIGO DO AMARAL SOUZA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Trinidad e Tobago.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 20/08/2020, às 18:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2071847** e o código CRC **9A8D8164** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.004377/2020-80 SEI nº 2071847

**I N F O R M A Ç Ã O**

***CURRICULUM VITAE***

**MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *RODRIGO DO AMARAL SOUZA***
CPF: 011.154.278-22
ID.: 6554406-7 SSP/SP

| | |
|---|---|
| 1957 | Filho de José Eugenio do Amaral Souza e Lya Regina Leite Paes de Barros, nasce em 24 de agosto, em São Paulo/SP |
| **Dados Acadêmicos:** | |
| 1979 | Administração de Empresas, pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas/SP |
| 1982 | CPCD - IRBr |
| 1990 | CAD - IRBr |
| 2005 | CAE - IRBr, Moeda Única no Mercosul: Devaneio ou Objetivo Factível? Lições da Experiência Européia |
| **Cargos:** | |
| 1983 | Terceiro-secretário |
| 1987 | Segundo-secretário |
| 1993 | Primeiro-secretário, por merecimento |
| 1999 | Conselheiro, por merecimento |
| 2006 | Ministro de segunda classe, por merecimento |
| 2013 | Ministro de primeira classe, por merecimento |
| **Funções:** | |
| 1984-85 | Gabinete do Ministro de Estado, oficial de gabinete |
| 1985-87 | Divisão da América Meridional II, assistente |
| 1987-90 | Embaixada em Buenos Aires, terceiro-secretário e segundo-secretário |
| 1990-91 | Divisão de Comércio Internacional e de Produtos Avançados, assistente |
| 1992 | Divisão da América Meridional-I, assistente |
| 1993 | Consulado em Ciudad Guayana, encarregado do consulado em missão transitória |
| 1993-95 | Gabinete do Ministro de Estado, assessor e oficial de Gabinete |
| 1994 | Embaixada em Bridgetown, primeiro-secretário em missão transitória |
| 1995 | Secretaria-Geral, assessor |
| 1995-2000 | Embaixada em Santiago, primeiro-secretário e conselheiro |
| 2000-03 | Embaixada em Roma, conselheiro |
| 2003-05 | Fundação Alexandre de Gusmão, Departamento de Administração-Geral, diretor |
| 2005-08 | Divisão do Oriente Médio-I, chefe |
| 2008-10 | Subsecretaria-Geral Política II, chefe de gabinete |
| 2010-11 | Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, chefe de gabinete |
| 2011-16 | Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos, diretor |
| 2016- | Embaixada em Manila, embaixador |

| | |
|---|---|
| **Condecorações:** | |
| 20/04/2010 | Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial |
| **Publicações:** | |
| 1989 | Da política externa independente à política externa interdependente: o Governo Castello Branco, in Ensaios de História Diplomática do Brasil (1930-1986), Brasília: FUNAG/IPRI, 1989, Cadernos do IPRI, vol. 2 |

**JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS**
Chefe da Divisão do Pessoal

# MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

## TRINIDAD E TOBAGO

**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**
**Maio/2020**

| DADOS BÁSICOS SOBRE TRINIDAD E TOBAGO | |
|---|---|
| NOME OFICIAL: | República de Trinidad e Tobago |
| GENTÍLICO: | Trinitário |
| CAPITAL: | Port of Spain |
| ÁREA: | 5.128 km² - Trinidad: 4.828 km²; e Tobago: 300 km² (aproximadamente área do DF: 5.801 km²) |
| POPULAÇÃO (2020): | 1.208 milhão de habitantes |
| LÍNGUA OFICIAL: | Inglês, creole inglês, creole francês e espanhol |
| PRINCIPAIS RELIGIÕES: | Protestante (32,1%); Católica Romana (21,6%); Hindu (18,2%); Islâmica (5%); Testemunha de Jeová (1,5%); nenhuma (2,2%) |
| SISTEMA DE GOVERNO: | República parlamentarista |
| PODER LEGISLATIVO: | Parlamento bicameral |
| CHEFE DE ESTADO: | Presidente Paula-Mae Weekes |
| CHEFE DE GOVERNO: | Primeiro-Ministro Keith Rowley |
| CHANCELER: | Dennis Moses |
| PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2018): | US$ 23,8 bilhões (Brasil: US$ 1,869 trilhões) |
| PIB PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2018): | US$ 44,5 bilhões (Brasil: US$ 3,372 trilhões) |
| PIB *PER CAPITA* (2018): | US$ 17.129 (Brasil: US$ 8.920) |
| PIB PPP *PER CAPITA* (2018): | US$ 32.014 (Brasil: US$ 16.096) |
| VARIAÇÃO DO PIB: | -0,2% (2018); -2,3% (2017); -6,3% (2016) |
| ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019) | 0,799/63º lugar (Brasil: 0,761/79º lugar) |
| EXPECTATIVA DE VIDA (2020): | 73,9 anos (Brasil: 76) |
| ALFABETIZAÇÃO (2015): | 99 % |

| | |
|---|---|
| ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016): | 3,2 % |
| UNIDADE MONETÁRIA: | Dólar de Trinidad e Tobago |
| BRASILEIROS NO PAÍS (2018): | 140 brasileiros residentes |

| **INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL – TRINIDAD E TOBAGO (US$ MILHÕES)** | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Brasil – Trinidad e Tobago | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
| Intercâmbio | 500,5 | 935,0 | 1048 | 1291,9 | 1.995,1 | 1.769,9 | 1.260,2 | 430,6 | 403,5 | 757,8 | 471,2 |
| Exportações | 319,9 | 539,0 | 727,4 | 601,5 | 478,3 | 534,7 | 266,6 | 188,2 | 205,2 | 247,4 | 219,2 |
| Importações | 180,6 | 396,0 | 320,9 | 690,4 | 1.522,0 | 1.235,2 | 993,6 | 242,4 | 198,3 | 510,4 | 252 |
| Saldo | 139,3 | 143,0 | 406,4 | - 88,9 | - 1.038 | - 700,5 | - 726,9 | - 54,2 | 6,8 | - 262,9 | - 32,8 |

## APRESENTAÇÃO

As duas ilhas que formam Trinidad e Tobago situam-se no delta do rio Orenoco, praticamente no litoral da Venezuela (Trinidad fica a apenas 12 km da costa).

A ilha de Trinidad, avistada em 1498 por Cristóvão Colombo, foi colônia espanhola até 1797, ano em que os britânicos a conquistaram. Em 1802, com a assinatura do Tratado de Amiens, Trinidad passou a ser oficialmente colônia da Coroa britânica. Por sua vez, Tobago foi ocupada por colonizadores europeus apenas em 1632, com a chegada dos holandeses. Mais tarde, foi disputada pelos franceses e terminou sob controle britânico em 1814. Somente em 1898, a administração das duas ilhas foi unificada pelos colonizadores britânicos.

Assim como em outras ilhas do Caribe durante o século XIX, a monocultura de exportação em Trinidad e Tobago foi a da cana-de-açúcar, com uso de mão de obra escrava africana. Com a abolição da escravidão nas colônias inglesas, em 1834, começaram a chegar trabalhadores indianos e, em menor número, chineses e portugueses. Seus descendentes, nas décadas seguintes, concentraram-se nas zonas agrícolas, enquanto a maior parte dos afrodescendentes fixou-se nas cidades.

As primeiras manifestações pela autonomia de Trinidad e Tobago começaram nos anos 1920, época em que os trinitários passaram a exercer algumas funções públicas locais. Com o objetivo de promover programas econômicos e sociais na região, foi formada, em 1942, a Comissão Caribenha Anglo-Americana (AACC), que representava as quatro potências coloniais do Caribe: Estados Unidos, Inglaterra, França e Holanda.

Foi na AACC que despontou a primeira liderança política de Trinidad e Tobago, Eric Williams. Entre 1943 e 1955, Williams participou ativamente dos trabalhos da comissão, da qual foi

retirado após opinar que a entidade atuava como centro de defesa dos interesses das potências coloniais.

Em 1956, Trinidad e Tobago deu o primeiro passo concreto para a independência, ao obter o direito de autogoverno para questões internas. Nesse mesmo ano, Williams fundou o Movimento Nacional Popular (MNP), vitorioso em todas as eleições locais até 1976. O político permaneceu como chefe de governo até sua morte, em 1981.

A independência de Trinidad e Tobago foi proclamada em 1962. Ao longo da década de 1960, o cenário político-social do país caracterizou-se pelo amadurecimento dos movimentos nacionalistas e pela intensificação das lutas sociais, que levantaram as bandeiras de melhores condições de vida, da nacionalização das reservas de petróleo e da retomada da base estadunidense de Chaguaramas.

Na década de 1970, os movimentos político-sociais organizaram grandes manifestações de oposição ao governo, reunindo trabalhadores afrodescendentes, setores empresariais, desempregados e grupos marginalizados.

Após a descoberta de grandes jazidas de petróleo e gás natural naquela década, as pressões políticas diminuíram frente à perspectiva de crescimento econômico e prosperidade financeira. As transformações na base produtiva proporcionadas pelo petróleo contribuíram para o enriquecimento da sociedade em geral e, particularmente, de parcela significativa da população afro-trinitária.

Os anos 70 também foram marcados pela criação da Frente Trabalhista Unida (FTU), de oposição ao MNP, e pela mudança da forma de governo: de monarquia constitucional, Trinidad e Tobago tornou-se uma república.

**PERFIS BIOGRÁFICOS**

KEITH ROWLEY
Primeiro-Ministro

Keith Christopher Rowley nasceu em 24 de outubro de 1949, em Mason Hall, Tobago. Graduou-se em Geologia e Geografia e fez mestrado em Estratigrafia Vulcânica pela Universidade das Índias Ocidentais. Foi pesquisador e chefe da Unidade de Pesquisa Sísmica na Universidade das Índias Ocidentais e gerente-geral da estatal *National Quarries Company Limited*. Foi também membro da Câmara de Representantes e senador. Atuou como ministro da Agricultura, Terras e Recursos Marinhos, ministro de Planificação e Desenvolvimento, ministro da Habitação e ministro do Comércio e Indústria. Foi eleito primeiro-ministro em setembro de 2015 pelo PMN.

PAULA-MAE WEEKES
Presidente

Nascida em 23 de dezembro de 1958, em Port of Spain, Trinidad. Bacharel em Direito pela Universidade das Índias Ocidentais, obteve Certificado de Educação Jurídica pela *Hugh Wooding Law School* em 1982. Presidiu o Tribunal de Recursos entre 2005 e 2016. Tomou posse como presidente da República em março de 2018. Foi a primeira mulher a ocupar o cargo.

**RELAÇÕES BILATERAIS**

A presença do Brasil em Trinidad e Tobago teve início antes mesmo da independência trinitária, com a criação, em 1942, do vice-consulado em Port of Spain. A representação brasileira foi elevada a embaixada em 1965, três anos após a independência do país.

A intensificação do relacionamento bilateral, a partir da década passada, insere-se em processo mais amplo de aproximação política e econômica com a região do Caribe. Entre as iniciativas que contribuíram para a mencionada aproximação, destaca-se a realização da I Cúpula Brasil-CARICOM (Brasília, 26 de abril de 2010), que reuniu 10 dos 14 chefes de governo da organização (Antígua e Barbuda, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e Névis e Suriname).

Entre os mais recentes contatos bilaterais de alto nível, registram-se encontros da ex-primeira ministra Kamla Persad-Bissessar com o então chanceler brasileiro Antonio Patriota (2011) e – à margem da Cúpula de Cartagena (2012) e na final da Copa do Mundo de futebol (2014) – com a ex-presidente Dilma Rousseff. Realizou-se também reunião entre chanceleres (2013) à margem de almoço com os chanceleres da CARICOM.

***Cooperação técnica***

Delegação do ministério da Saúde e de autoridades regionais de saúde de Trinidad e Tobago realizou visita a Brasília em 2017, em iniciativa coordenada pelo Ministério da Saúde do Brasil e pela Organização Pan-Americana da Saúde. O propósito da visita foi o de apoiar o governo trinitário no aperfeiçoamento da saúde materno-infantil no país, além de apresentar as experiências brasileiras em projetos de atenção a pacientes com zika, de

instalação de bancos de leite humano (BLH), de realização de parto humanizado e de hospitais amigos da mãe e do bebê.

***Cooperação humanitária***

O Brasil doou, em fevereiro de 2016, em caráter de cooperação humanitária, 20.000 doses da vacina contra influenza (H1N1).

***Visita de navios-patrulha brasileiros***

Em abril de 2018, a operação CARIBEX 2018, integrada pelos navios-patrulha Macau, Bocaina e Graúna, realizou visita a Port of Spain e foi objeto de recepção oferecida pelas autoridades locais. As embarcações foram também abertas à visitação pública.

***Assuntos consulares***

A jurisdição consular da Embaixada em Port of Spain inclui Trinidad e Tobago, Aruba e Curaçao e se estende às ilhas de Bonaire, Saba, São Martinho e Santo Eustáquio (territórios autônomos holandeses no Caribe). Estima-se em 742 o número de brasileiros residentes naquela jurisdição.

Em Trinidad e Tobago, a comunidade é de 140 brasileiros, em sua maioria vinculados a empresas de petróleo ou de logística. Registra-se também significativo número de pastores evangélicos acompanhados de familiares (32, nas estimativas de 2019).

Em Aruba, há 298 brasileiros residentes, cujas atividades econômicas estão ligadas à hotelaria, turismo, empreendimentos comerciais, construção civil e tecnologia da informação. Em Curaçao vivem 260 brasileiros, a maioria com negócios próprios em locação de automóveis, pousadas, mergulho submarino, construção civil, arquitetura, turismo, e importação de produtos brasileiros.

Cabe registrar o fluxo de turistas brasileiros, principalmente em Aruba e Curaçao. Em 2019, 1.280 nacionais visitaram Trinidad e Tobago; 9.332, Aruba; e 13.446, Curaçao.

No âmbito das operações de repatriação conduzidas pelo governo brasileiro durante a pandemia de COVID-19, a embaixada em Port of Spain, com apoio dos cônsules honorários em Curaçao e Aruba, logrou realocar e embarcar 185 turistas brasileiros nos últimos voos de retorno ao Brasil a partir daquelas ilhas. Voo fretado pelo governo brasileiro repatriou também, em 10 de abril de 2020, 12 brasileiros retidos em Curaçao e Bonaire.

## POLÍTICA INTERNA

***Estrutura governamental***

Trinidad e Tobago é uma república parlamentarista, cujo Legislativo é composto por Senado e Câmara dos Representantes. O presidente da República é eleito de forma indireta para mandato de cinco anos por colégio eleitoral de membros do parlamento. A eleição mais recente foi vencida em janeiro de 2018 pela atual presidente Paula-Mae Weekes.

Os membros da Câmara dos Representantes (41 assentos) são eleitos por sufrágio direto para mandatos de cinco anos. Por sua vez, os integrantes do Senado (31 assentos) são designados para mandatos de cinco anos por indicação do primeiro-ministro, do líder da oposição e do presidente da República.

Os três partidos tradicionais são o *United National Congress* (UNC), a *National Alliance for Reconstruction* (NAR) e o *People's National Movement* (PNM). Atualmente, o PNM ocupa 23 assentos na Câmara dos Representantes. Os outros 18 assentos são ocupados pela coalizão People's Partnership (PP), integrada por UNC e outros três partidos. As próximas eleições gerais no país estão previstas para 2020.

No Judiciário, a instância mais elevada é a Suprema Corte de Justiça, que engloba a Corte Superior de Justiça e a Corte de Apelação. Cabe observar a possibilidade de recursos à Corte de Justiça do Caribe e ao Comitê Judicial do Conselho de Estado, com sede em Londres. O presidente da República indica o presidente da Suprema Corte de Justiça, enquanto os demais juízes são por este designados para mandatos vitalícios.

***Criminalidade***

A situação da segurança no país é afetada pela atividade do narcotráfico. Pressionados na América Central, os cartéis voltaram a usar a rota caribenha para envio de entorpecentes aos EUA.

O aumento do número de crimes violentos, inclusive assassinatos de alta visibilidade, têm feito avolumar-se reivindicações em prol da liberalização da posse de armas e da implementação efetiva da pena de morte. Embora prevista na legislação, esta não se tem aplicado no país há mais de 15 anos.

***Medidas de combate à pandemia de COVID-19***

No âmbito das ações de combate à disseminação do novo coronavírus, o governo trinitário adotou pacote de medidas que proíbe atividades não essenciais e prevê aplicação de multas elevadas e detenção por seis meses em caso de não cumprimento.

Outras medidas anunciadas foram a suspensão das aulas nas escolas e universidades, bem como o fechamento das fronteiras, dos portos e aeroportos para chegada de aeronaves e embarcações com passageiros (inclusive trinitários).

**POLÍTICA EXTERNA**

Trinidad e Tobago participa ativamente da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e da Comunidade do Caribe (CARICOM). No atual governo, o Ministério dos Negócios Estrangeiros passou a ser denominado Ministério dos Negócios Estrangeiros e da CARICOM, o que revela a alta prioridade conferida ao bloco caribenho e o interesse em fortalecer a comunidade.

O atual governo dedica também atenção às relações com América do Sul, América Central, África e Ásia. Preserva, ainda, relacionamento próximo com parceiros tradicionais – EUA, Reino Unido e Canadá –, em função do idioma comum, da diáspora trinitária e da relevância econômica.

***Estados Unidos***

Merece destaque o *Status Forces Agreement* (SOFA), assinado em maio de 2013, com a provisão de renovação anual. Pretendido pelos EUA desde 1990, o documento assegura presença de tropas americanas no Caribe.

***República Popular da China***

O governo privilegia o relacionamento com a China, grande parceiro na área de cooperação, com programas de assistência técnica e financiamento de diversas obras de envergadura.

Em 2013, o presidente Xi Jinping realizou visita a Trinidad e Tobago. A ex-primeira ministra, Kamla Persad-Bissessar, visitou a China em 2014, ocasião em que foram assinados acordos nas áreas de saúde, esporte, energia e aviação civil. Em 2015, houve aquisição de navio patrulha chinês de grandes dimensões (TTS Nelson II). Em 2018, o primeiro ministro Rowley realizou visita à China.

***Venezuela***

O relacionamento bilateral é marcado por questões referentes à exploração e distribuição de petróleo no Caribe insular.

Em 2016, o ex-presidente Nicolás Maduro realizou visita a Port of Spain e assinou acordo de criação de empresa conjunta para exploração das reservas de gás compartilhadas e venda de gás venezuelano a Trinidad e Tobago. Foi estabelecido, ademais, um "fundo rotativo" de US$ 50 milhões destinados à aquisição de alimentos pela Venezuela.

A aliança *Petrocaribe,* da qual Trinidad e Tobago não faz parte, foi elemento de disputas de mercado com a Venezuela. Criada em 2005, a aliança tem por objetivo facilitar a aquisição de petróleo venezuelano pelos países caribenhos. Estes passaram a receber suprimentos da *Petroleos de Venezuela,* em concorrência com a estatal trinitária *Petrotrin*. Em resposta, Trinidad e Tobago decidiu estimular a produção própria de GNL (gás natural liquefeito), a fim de disputar a demanda regional pelo combustível.

Em 2020, Trinidad e Tobago e Venezuela decidiram denunciar o acordo bilateral relativo à exploração de hidrocarbonetos na zona marítima comum. Celebrado em 2007 e ratificado em 2010, o acordo previa exploração conjunta do campo de gás natural *Loran-Manatee*, com reservas estimadas em cerca de 10 trilhões de pés cúbicos (TCF), 25% dos quais sob águas territoriais trinitárias. Segundo o primeiro-ministro Rowley, a aventada exploração conjunta tornou-se impraticável, em virtude das sanções internacionais contra a Venezuela.

Trinidad e Tobago defende solução negociada da crise política e humanitária no país vizinho, para quem continua a exportar alimentos e bens, em cumprimento a acordos comerciais vigentes.

No entanto, a onda migratória venezuelana resultante da crise preocupa as autoridades trinitárias. Nesse contexto, o governo impôs exigência de visto e estabeleceu, em 2019, prazo para que

imigrantes venezuelanos se cadastrassem junto às autoridades locais.

**ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**

Com população de aproximadamente 1,3 milhão de habitantes e rico em recursos naturais, Trinidad e Tobago apresenta um dos maiores PIBs per capita da América Latina e do Caribe (US$ 32 mil dólares, pelo critério de paridade do poder de compra). A economia local é baseada na produção de gás natural e petróleo, setores responsáveis por 40% do PIB e 80% das exportações, mas que ocupam apenas 5% da força de trabalho. O país é também um dos principais centros financeiros do Caribe, com sistema relativamente estável e regulado.

***Panorama econômico***

A atual administração tem buscado pautar-se por três objetivos: combater o crescimento da dívida pública; limitar a evasão de divisas; e diversificar o sistema produtivo.

No tocante ao primeiro objetivo, a dívida pública cresceu de 43% do PIB em 2017 para 50% em 2020. Estima-se que tenha alcançado 50% em 2019, apesar da redução sustentada do déficit fiscal (em 2017, registrou 9,4% do PIB; em 2018, 6,9%; em 2019, 2,5%; e em 2020, 0,5%). Nesse contexto, o governo tem buscado também reduzir subsídios a alguns setores (eletricidade, combustíveis, transporte), modificar alíquotas de tributos internos e utilizar eficientemente os recursos financeiros.

No que concerne ao segundo objetivo, a permanência do câmbio centralizado tem permitido postergar remessas ao exterior e controlar temporariamente o gasto de divisas.

Com relação ao terceiro objetivo, o governo tem buscado diversificar a economia local e reduzir a dependência da produção do petróleo e gás por meio de iniciativas de estímulo financeiro e creditício.

Entretanto, permanece a forte dependência da indústria de exploração dos recursos energéticos naturais. Além de representar cerca de 40% do PIB, o setor energético tem respondido por mais de 80% das exportações). Nesse contexto preocupa sobremaneira o governo a queda dos preços internacionais do petróleo, acentuada pela pandemia de COVID-19. Calculado com base no barril de petróleo a US$ 60, o orçamento deverá experimentar déficit marcante caso o valor da *commodity* não se aprecie nos próximos meses.

Trinidad e Tobago enfrenta o desafio de manter a atual produção de 3,8 bilhões de pés cúbicos diários de gás natural. Nos últimos dez anos, a produção caiu cerca de 27%, apesar dos incentivos governamentais.

O Ministro da Economia apresentou ao Parlamento local, em abril último, quadro desafiador para a economia do país, especialmente porque mais de 60% dos bens consumidos localmente são importados (essa cifra alcança 90% no caso de produtos alimentícios) e dependem, para sua aquisição das exportações de gás natural e seus subprodutos.

***Impactos econômicos causados pela pandemia de COVID-19***

A pandemia apresenta desafio adicional para a economia, marcada por crescimento limitado nos dois últimos anos (0% em 2019 e 1,2% em 2018).

Frente à necessidade de minimizar o impacto social decorrente, o governo adotou medidas como: i) redução da taxa de redesconto do Banco Central de 5% para 3,5%, com vistas a ampliar créditos para novos investimentos e combater o desemprego; ii) regras mais flexíveis para a reestruturação de empréstimos; iii) devolução mais expedita de créditos impositivos às pessoas jurídicas; e iv) concessão de auxílio pecuniário aos desempregados e suas famílias.

**CRONOLOGIA HISTÓRICA**

| | |
|---|---|
| **1498** | Chegada de Cristóvão Colombo à ilha de Trinidad, em sua terceira viagem às Américas. |
| **1530** | Na década de 1530, o espanhol Antonio de Sedeño desembarcou na ilha de Trinidad, ao lado de pequeno grupo armado, com o propósito de colonizar os povos ameríndios nativos da ilha. Os confrontos entre colonizadores e ameríndios prolongaram-se nas décadas seguintes. A partir da chegada dos colonizadores na região, a ilha de Tobago passou pelo controle de espanhóis, britânicos, franceses e holandeses. |
| **1689** | Massacre de Arena, perpetrado pelos colonizadores espanhóis após rebelião que resultou no assassinato do governador espanhol José de León y Echales. |
| **1757** | A capital de Trinidad foi transferida de San José de Oruña para Puerto de España (hoje, Port of Spain). |
| **1797** | Governador espanhol José María Chacón perde controle da ilha de Trinidad para a armada britânica sob comando de Sir Ralph Abercromby. Trinidad torna-se parte da Coroa britânica, tendo uma população majoritariamente francófona e um corpo de leis de influência espanhola. |
| **1802** | As ilhas de Trinidad e de Tobago passam ao controle britânico pelo Tratado de Amiens. |
| **1833** | Abolição da escravidão em territórios da Coroa britânica. |
| **1838** | Emancipação completa dos escravos libertos em 1833, com o término do sistema de “aprendizado”. |

| | |
|---|---|
| **1845** | Com o término da escravidão, os libertos se moveram para áreas urbanas, o que resultou em falta de mão de obra nas plantações. Indianos, chineses e portugueses passaram a ser contratados para trabalhos na agricultura. Estima-se que, até 1917, cerca de 150 mil indianos tenham trabalhado no cultivo de cana de açúcar no país. |
| **1889** | Unificação das ilhas de Trinidad e de Tobago. |
| **1919** | Greve dos trabalhadores portuários por melhores condições de trabalho marca surgimento de maior consciência de classe. |
| **1962** | Independência de Trinidad e Tobago. |
| **1976** | Proclamação da República em Trinidad e Tobago, que manteve vinculação ao *Judicial Committee of the Privy Council* e à Comunidade das Nações. |

**CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS**

| | |
|---|---|
| **1942** | Criação do vice-consulado do Brasil em Port of Spain. |
| **1965** | Estabelecimento de embaixada residente do Brasil, três anos após a independência de Trinidad e Tobago. |
| **1968** | Estabelecimento de missão de Trinidad e Tobago no Brasil. |
| **2008** | Visita do primeiro-ministro de Trinidad e Tobago ao Brasil. |
| **2008** | Participação da ministra das Relações Exteriores de Trinidad e Tobago na I Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, na Costa do Sauipe. |
| **2009** | Visita do primeiro-ministro de Trinidad e Tobago ao Brasil, no âmbito da preparação da Cúpula das Américas. |
| **2010** | Participação de Trinidad e Tobago na I Cúpula Brasil-CARICOM. |
| **2011** | Visita da primeira-ministra de Trinidad e Tobago ao Brasil, com agenda oficial em Brasília e no Rio de Janeiro. |
| **2013** | Visita do ministro das Relações Exteriores do Brasil a Port of Spain. |
| **2016** | Doação de 20 mil doses de vacina contra Influenza H1N1 pelo Brasil a Trinidad e Tobago. |

## ACORDOS BILATERAIS

| Título do Acordo | Dt. Celebração | Status | Dt.Ratif. Brasil | Dt. Ratif. Outra Parte | Dt. Exp. Mot. promulg | Dt. Promulg |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Trinidad e Tobago | 25/7/2008 | Em Vigor | 04/1/2010 | 24/5/2010 | 27/7/2010 | 26/8/2010 |
| Memorando de Entendimento para Cooperação no Campo da Energia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de República da Trinidad e Tobago. | 23/7/2008 | Em Vigor | | | | 6/8/2008 |
| Acordo sobre Serviços Aéreos Bilaterais entre o Governo de República Federativa do Brasil e o Governo da República da Trinidad e Tobago | 23/7/2008 | Situação especial | | | | |
| Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Trinidad e Tobago para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e Para Incentivar o Comércio e o Investimento Bilaterais | 23/7/2008 | Em Vigor | 23/9/2011 | 8/4/2009 | 18/9/2013 | 13/11/2014 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Acordo, por Troca de Notas, sobre Empreendimentos Conjuntos no Setor da Pesca ente o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Trinidad e Tobago. | 8/5/1978 | Em Vigor | | | | 16/5/1978 |
| Comunicado Conjunto entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Trinidad e Tobago. | 4/10/1977 | Em Vigor | | | | |
| Acordo sobre Pesca de Camarão entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Trinidad e Tobago. | 28/2/1975 | Em Vigor | | | | 21/3/1975 |
| Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Trinidad e Tobago. | 5/10/1972 | Em Vigor | | | | 12/12/1972 |
| Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Trinidad e Tobago. | 9/11/1971 | Em Vigor | | | | 28/12/1971 |
| Acordo Relativo à Criação de uma Comissão Mista de Cooperação Técnica, Econômica e Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Trinidad e Tobago. | 9/11/1971 | Em Vigor | | | | |
| Convênio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Trinidad e Tobago. | 9/11/1971 | Em Vigor | | | | 11/7/1974 |

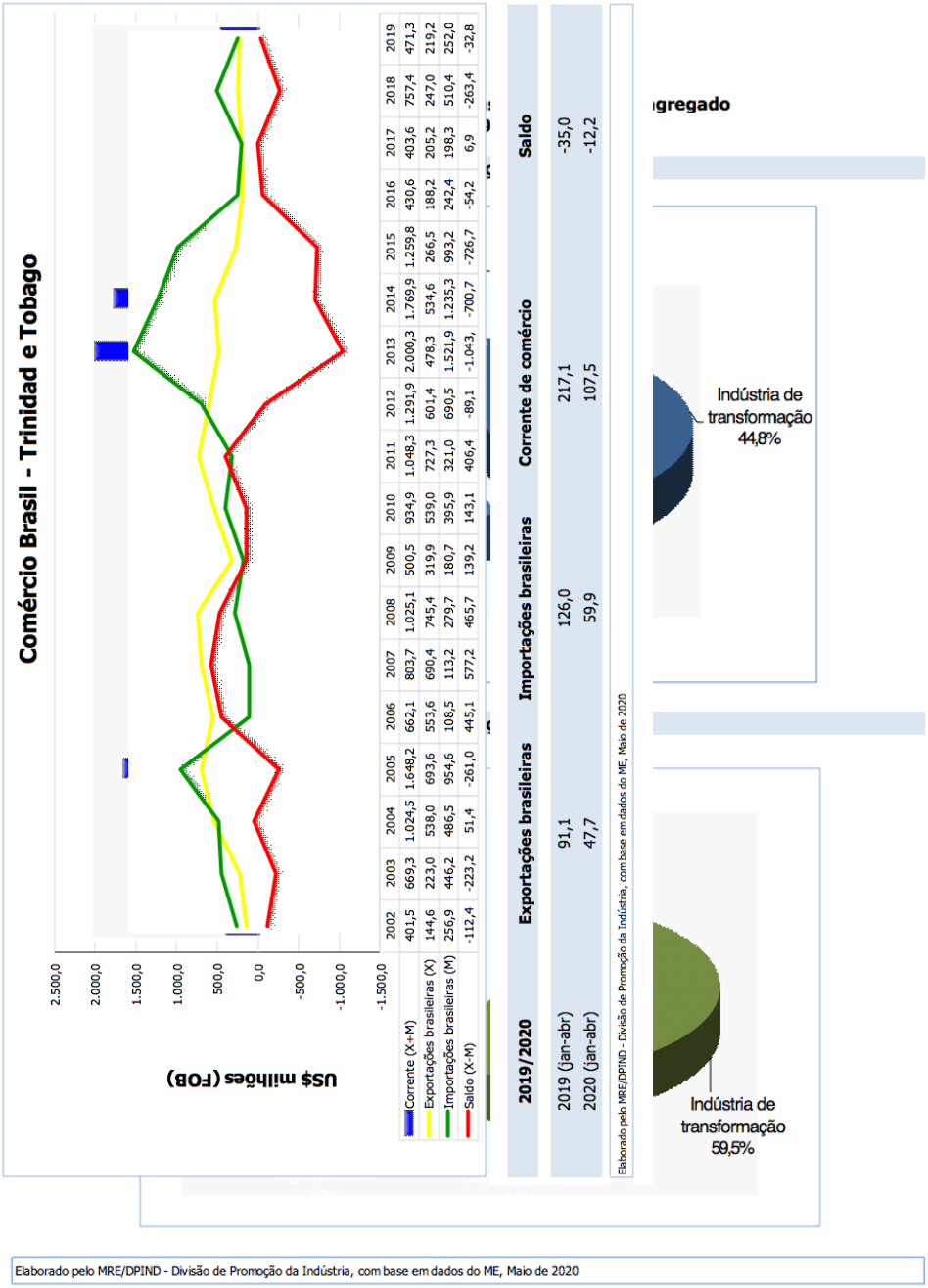
| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Acordo sobre a Supressão de Visto em Passaportes entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Trinidad e Tobago. | 07/4/1971 | Em Vigor | | | | 27/5/1971 |

Ministério das Relações Exteriores - MRE
Divisão de Promoção da Indústria - DPIND

# TRINIDAD E TOBAGO

## Balança Comercial com o Brasil e com o Mundo

Maio 2020

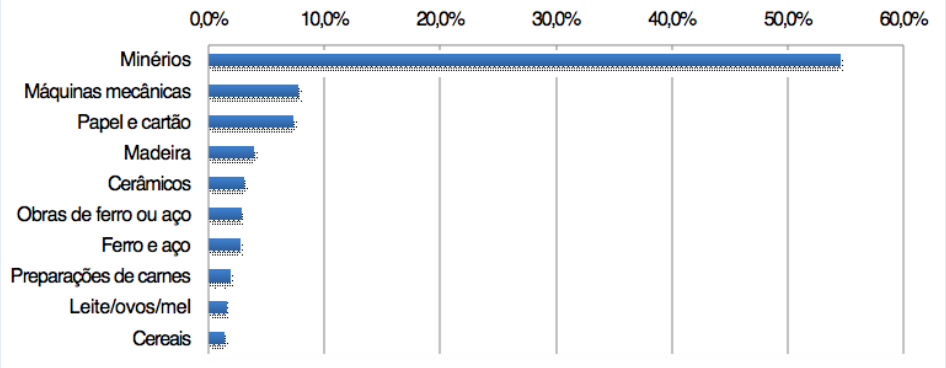

Comércio Brasil - Trinidad e Tobago
US$ milhões (FOB)
2.500,0
2.000,0
1.500,0
1.000,0
500,0
0,0
-500,0
-1.000,0
-1.500,0
Corrente (X+M)
Exportações brasileiras (X)
Importações brasileiras (M)
Saldo (X-M)
2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019
401,5 669,3 1.024,5 1.648,2 662,1 803,7 1.025,1 500,5 934,9 1.048,3 1.291,9 2.000,3 1.769,9 1.259,8 430,6 403,6 757,4 471,3
144,6 223,0 538,0 693,6 553,6 690,4 745,4 319,9 539,0 727,3 601,4 478,3 534,6 266,5 188,2 205,2 247,0 219,2
256,9 446,2 486,5 954,6 108,5 113,2 279,7 180,7 395,9 321,0 690,5 1.521,9 1.235,3 993,2 242,4 198,3 510,4 252,0
-112,4 -223,2 51,4 -261,0 445,1 577,2 465,7 139,2 143,1 406,4 -89,1 -1.043, -700,7 -726,7 -54,2 6,9 -263,4 -32,8
2019/2020
Exportações brasileiras
Importações brasileiras
Corrente de comércio
Saldo
2019 (jan-abr) 91,1 126,0 217,1 -35,0
2020 (jan-abr) 47,7 59,9 107,5 -12,2
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020
gregado
Indústria de transformação 44,8%
Indústria de transformação 59,5%
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020

**Composição das exportações brasileiras para Trinidad e Tobago**
**US$ milhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Minérios | 113,7 | 55,4% | 139,8 | 56,6% | 119,8 | 54,6% |
| Máquinas mecânicas | 6,1 | 3,0% | 19,9 | 8,1% | 17,1 | 7,8% |
| Papel e cartão | 13,3 | 6,5% | 16,1 | 6,5% | 16,3 | 7,4% |
| Madeira | 9,9 | 4,8% | 11,0 | 4,5% | 8,7 | 4,0% |
| Cerâmicos | 6,6 | 3,2% | 6,7 | 2,7% | 6,8 | 3,1% |
| Obras de ferro ou aço | 1,7 | 0,8% | 6,0 | 2,4% | 6,5 | 2,9% |
| Ferro e aço | 9,4 | 4,6% | 8,7 | 3,5% | 6,2 | 2,8% |
| Preparações de carnes | 1,9 | 0,9% | 3,8 | 1,6% | 4,3 | 2,0% |
| Leite/ovos/mel | 6,0 | 2,9% | 4,7 | 1,9% | 3,6 | 1,7% |
| Cereais | 5,3 | 2,6% | 3,2 | 1,3% | 3,1 | 1,4% |
| **Subtotal** | **173,9** | **84,8%** | **219,9** | **89,0%** | **192,3** | **87,7%** |
| **Outros** | **31,3** | **15,2%** | **27,1** | **11,0%** | **26,9** | **12,3%** |
| **Total** | **205,2** | **100,0%** | **247,0** | **100,0%** | **219,2** | **100,0%** |

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020.

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019**

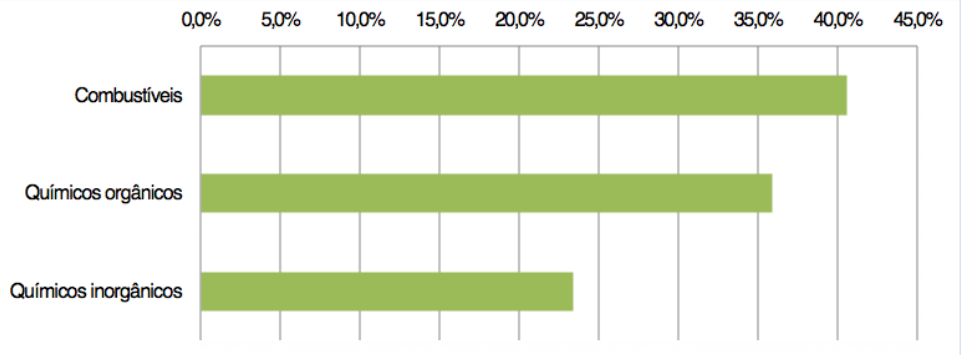


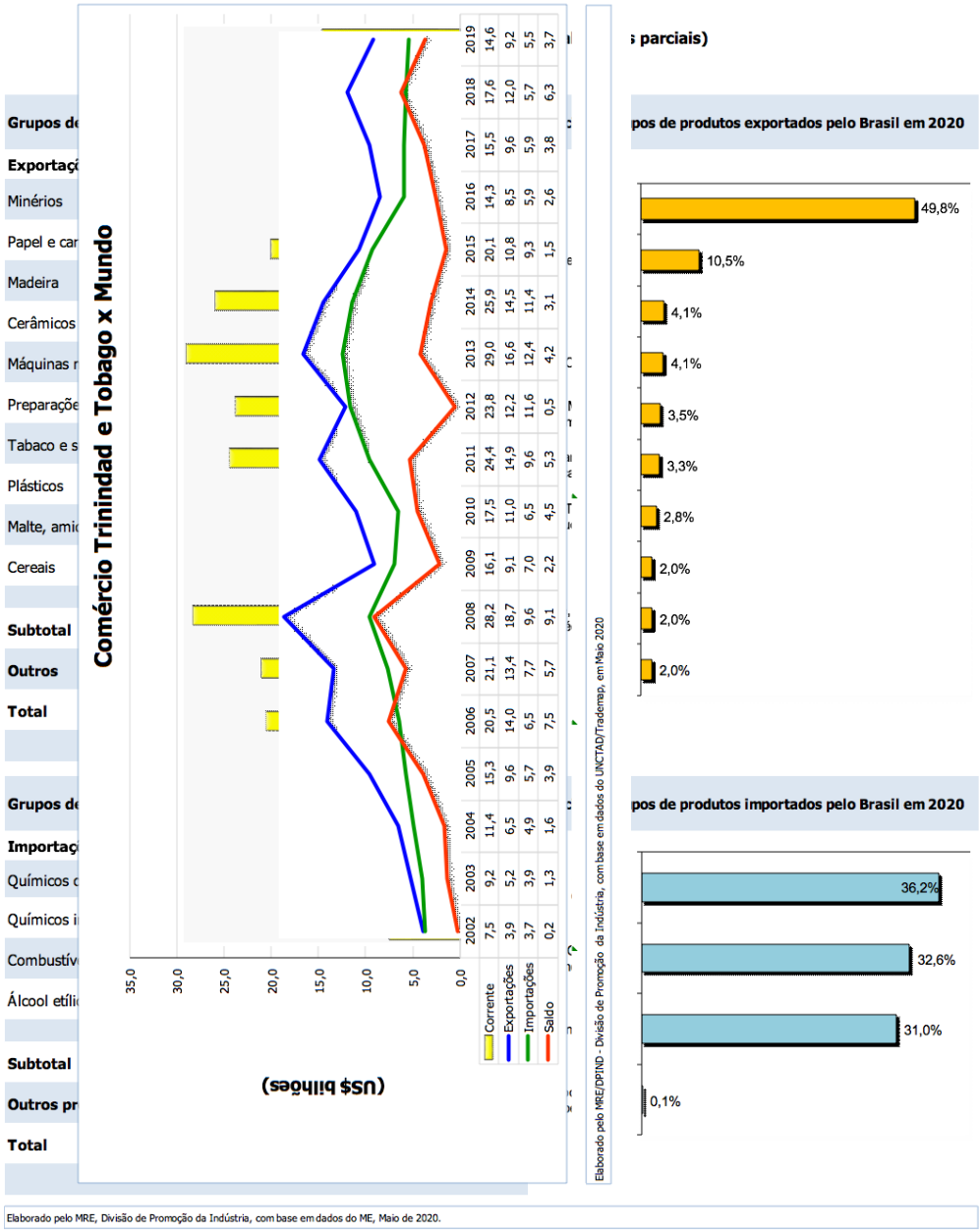
**Composição das importações brasileiras originárias de Trinindad e Tobago**
**US$ milhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Combustíveis | 17,8 | 9,0% | 260,1 | 51,0% | 102,2 | 40,6% |
| Químicos orgânicos | 112,0 | 56,5% | 176,0 | 34,5% | 90,4 | 35,9% |
| Químicos inorgânicos | 68,4 | 34,5% | 74,2 | 14,5% | 58,9 | 23,4% |
| **Subtotal** | **198,2** | **99,9%** | **510,2** | **100,0%** | **251,6** | **99,8%** |
| **Outros** | **0,2** | **0,1%** | **0,2** | **0,0%** | **0,5** | **0,2%** |
| **Total** | **198,3** | **100,0%** | **510,4** | **100,0%** | **252,0** | **100,0%** |

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020.

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019**




Comércio Trinidad e Tobago x Mundo
(US$ bilhões)
Corrente
Exportações
Importações
Saldo
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio 2020
pos de produtos exportados pelo Brasil em 2020
49,8%
10,5%
4,1%
4,1%
3,5%
3,3%
2,8%
2,0%
2,0%
2,0%
pos de produtos importados pelo Brasil em 2020
36,2%
32,6%
31,0%
0,1%
Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020.

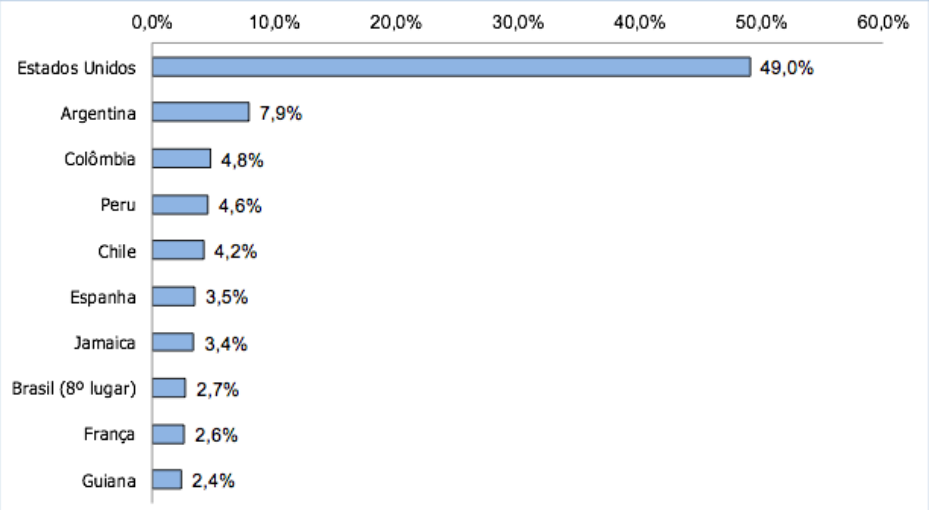
**Principais destinos das exportações de Trinindad e Tobago**
**US$ bilhões**

| Países | 2015 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Estados Unidos | 4,49 | 49,0% |
| Argentina | 0,73 | 7,9% |
| Colômbia | 0,44 | 4,8% |
| Peru | 0,42 | 4,6% |
| Chile | 0,39 | 4,2% |
| Espanha | 0,32 | 3,5% |
| Jamaica | 0,31 | 3,4% |
| **Brasil (8º lugar)** | **0,25** | **2,7%** |
| França | 0,24 | 2,6% |
| Guiana | 0,22 | 2,4% |
| ... | | |
| **Subtotal** | **7,79** | **85,2%** |
| **Outros países** | **1,36** | **14,8%** |
| **Total** | **9,15** | **100,0%** |

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio 2020

Não há detalhadamento por país com dados posteriores a 2015.

**10 principais destinos das exportações**



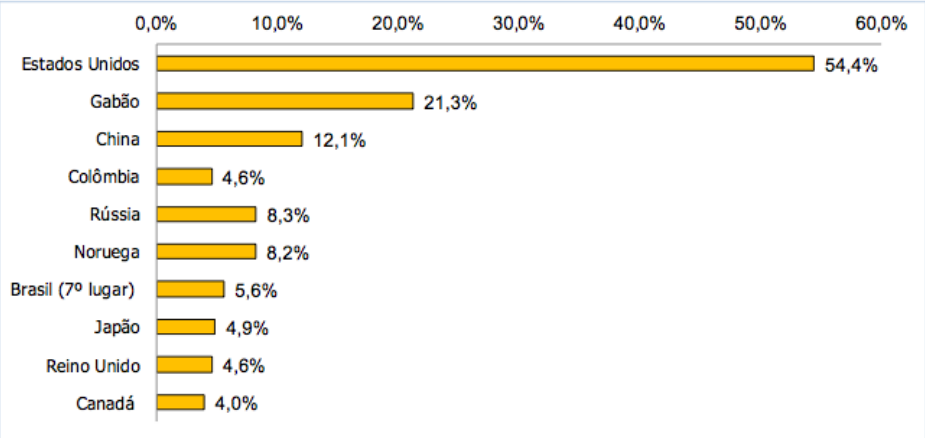
**Principais origens das importações de Trinindad e Tobago**
**US$ bilhões**

| Países | 2015 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Estados Unidos | 2,97 | 54,4% |
| Gabão | 1,16 | 21,3% |
| China | 0,66 | 12,1% |
| Colômbia | 0,25 | 4,6% |
| Rússia | 0,45 | 8,3% |
| Noruega | 0,45 | 8,2% |
| **Brasil (7º lugar)** | **0,31** | **5,6%** |
| Japão | 0,27 | 4,9% |
| Reino Unido | 0,25 | 4,6% |
| Canadá | 0,22 | 4,0% |
| ... | | |
| **Subtotal** | **6,99** | **128,1%** |
| **Outros países** | **-1,54** | **-28,1%** |
| **Total** | **5,46** | **100,0%** |

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio 2020

Não há detalhadamento por país com dados posteriores a 2015.

**10 principais origens das importações**

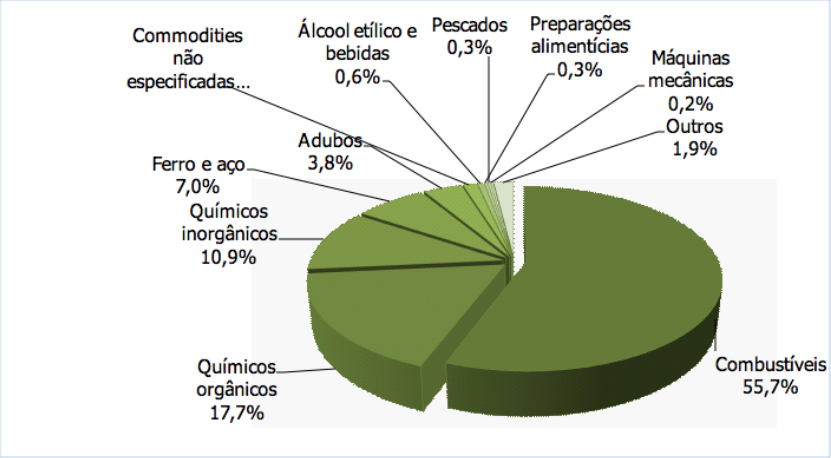


**Composição das exportações de Trinindad e Tobago**
**US$ bilhões**

| Grupos de Produtos (SH2) | 2019 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Combustíveis | 5,10 | 55,7% |
| Químicos orgânicos | 1,62 | 17,7% |
| Químicos inorgânicos | 1,00 | 10,9% |
| Ferro e aço | 0,64 | 7,0% |
| Adubos | 0,35 | 3,8% |
| Commodities não especificadas | 0,13 | 1,4% |
| Álcool etílico e bebidas | 0,06 | 0,6% |
| Preparações alimentícias | 0,03 | 0,3% |
| Pescados | 0,03 | 0,3% |
| Máquinas mecânicas | 0,02 | 0,2% |
| **Subtotal** | **8,97** | **98,1%** |
| **Outros** | **0,18** | **1,9%** |
| **Total** | **9,15** | **100,0%** |

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio 2020

**10 principais grupos de produtos exportados**

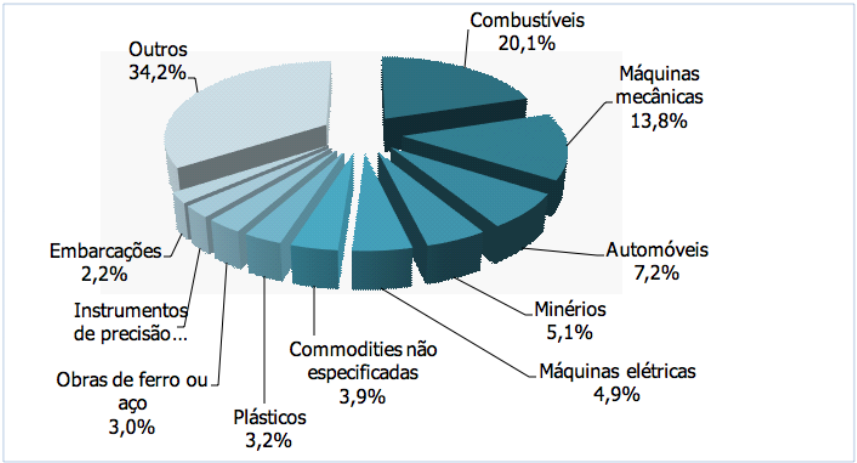


**Composição das importações de Trinidad e Tobago**
**US$ bilhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2019 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Combustíveis | 1,10 | 20,1% |
| Máquinas mecânicas | 0,75 | 13,8% |
| Automóveis | 0,39 | 7,2% |
| Minérios | 0,28 | 5,1% |
| Máquinas elétricas | 0,27 | 4,9% |
| Commodities não especificadas | 0,21 | 3,9% |
| Plásticos | 0,17 | 3,2% |
| Obras de ferro ou aço | 0,16 | 3,0% |
| Instrumentos de precisão | 0,14 | 2,5% |
| Embarcações | 0,12 | 2,2% |
| **Subtotal** | **3,59** | **65,8%** |
| **Outros** | **1,86** | **34,2%** |
| **Total** | **5,46** | **100,0%** |

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio 2020

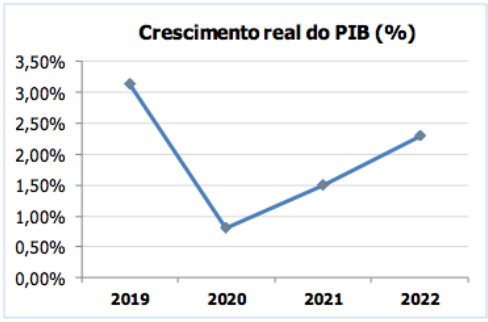
**10 principais grupos de produtos importados**

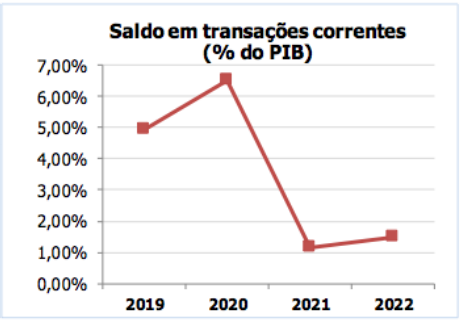


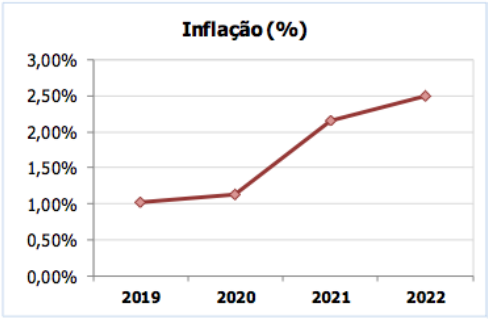
**Principais indicadores socioeconômicos de Trinindad e Tobago**

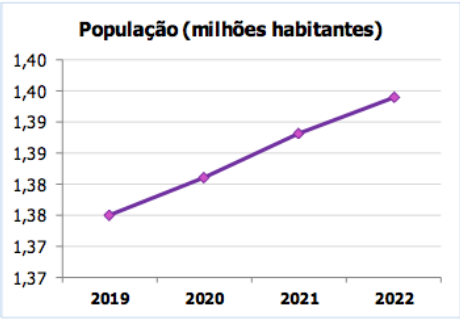
| Indicador | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Crescimento real do PIB (%) | 3,14% | 0,80% | 1,49% | 2,29% |
| PIB nominal (US$ bilhões) | 22,31 | 22,44 | 23,24 | 24,29 |
| PIB nominal "per capita" (US$) | 16.223 | 16.243 | 16.746 | 17.429 |
| População (milhões habitantes) | 1,38 | 1,38 | 1,39 | 1,39 |
| Desemprego (%) | 4,91% | 4,83% | 4,75% | 4,67% |
| Inflação (%)(2) | 1,03% | 1,14% | 2,16% | 2,49% |
| Saldo em transações correntes (% do PIB) | 4,93% | 6,50% | 1,15% | 1,47% |
| Dívida externa (US$ bilhões) | 9,90 | 10,30 | 10,90 | 11,00 |
| Câmbio (TT$ /US$)(2) | 6,75 | 6,75 | 6,75 | 6,77 |

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2019, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report Maio 2020
(1) Estimativas FMI e EIU.
(2) Média do período.



**EMBAIXADA DO BRASIL EM PORT-OF-SPAIN**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**

**EMBAIXADOR JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS**

Transmito, a seguir, o relatório simplificado de minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Port-of-Spain.

LINHAS GERAIS DA ATUAÇÃO

2. Com uma população de cerca de 1,4 milhão de habitantes, a segunda do Caribe, rico em recursos naturais, e uma economia baseada na produção de petróleo e sobretudo gás, setores que atraem considerável volume de investimentos estrangeiros, Trinidad e Tobago (T&T), apesar da forte recessão econômica dos últimos anos, agravada sensivelmente pelas consequências da Covid-19, ainda apresenta um dos mais elevados PIBs per capita da América Latina e do Caribe.

3. A especial situação geográfica de Trinidad e Tobago, como se fora sentinela da entrada do Caribe de barcos que atravessam o canal do Panamá, garante-lhe importante condição estratégica, especialmente em função de o mar do Caribe ser historicamente um dos principais cenários de disputas entre superpotências. Nesse sentido, ademais das tarefas tradicionais à Embaixada, tem sido possível observar, acompanhar e avaliar, a partir de local privilegiado, disputa entre EUA e China pela "supremacia" na região caribenha, e o impacto dessa disputa no relacionamento de cada uma delas com este país, dentre outros relacionamentos.

4. Durante minha chefia à frente do posto, busquei, com boa aceitação de entidades locais, fortalecer laços em todas as áreas.

5. Ressalto a extrema atenção de que fui alvo de parte do ex-Chanceler trinitário, Dennis Moses, que me recebia em seu Gabinete sempre que necessitei de gestão de alto nível, e que me concedeu a honra e o prazer de atender convite para participar das diferentes comemorações brasileiras da data nacional. Em duas ocasiões, em 2018, no renomado Queen's Hall, em apresentação de espetáculo de música brasileira e coquetel, e, em 2019, na Residência, em recepção para 180 pessoas, proferiu discursos em ambas as ocasiões, após minhas palavras. Não prevejo mudança nessa simpática, produtiva e tradicional atitude de parte do futuro novo chanceler, Amery Browne, sobretudo por ele conhecer bem o Brasil, onde ocupou, nos últimos quatro anos, as funções de Embaixador de Trinidad e Tobago.

6. O posto tem, pois, atuado em diferentes frentes, com vistas a potencializar as tradicionais relações bilaterais, que neste ano completam 55 anos, e

aprimorar o entendimento mútuo, inclusive no plano internacional, a exemplo das gestões sobre diferentes temas de interesse brasileiro e de apoio a candidaturas brasileiras. Em vista da situação geográfica privilegiada do país, tenho buscado, com maior ênfase, perceber, relatar, avaliar e projetar os diferentes aspectos de política interna e externa de repercussão nacional, regional, internacional, de interesse para o Brasil. Nesse contexto, dei igualmente seguimento, nos últimos anos, aos tradicionais relacionamentos bilaterais, em particular nos campos político, econômico-comercial, cultural, consular, de divulgação do Brasil e da língua portuguesa. Paralelamente, sublinho o incentivo e apoio a visitas de navios militares brasileiros, além das gestões de sobrevoo e sobrevoo e pouso, bastante frequentes e trabalhosas neste país, bem como o apoio concedido à comunidade brasileira, de cerca de 742 pessoas, residentes tanto em Trinidad e Tobago como nas jurisdições consulares de Aruba e Curaçao e demais ilhas das Antilhas holandesas (não contadas as dezenas de funcionários e técnicos brasileiros temporariamente residentes em plataformas de empresas de petróleo em mar de Trinidad e Tobago). Priorizei, nos últimos cinco meses, a necessária assistência, diante dos diferentes aspectos limitativos impostos pela pandemia da Covid-19 neste país e a repatriação, em quatro oportunidades, de cidadãos brasileiros. Buscarei abordar, de forma sintética, os principais aspectos dos referidos temas e ações.

7. Em suas relações externas, Trinidad e Tobago participa ativamente da Comunidade do Caribe (CARICOM) e da Comunidade de Estados Latino-americanos e do Caribe (CELAC). Sedia igualmente Associação dos Estados Caribenhos, organismo regional criado em Cartagena, em 1994, do qual Brasil é membro observador.

8. O atual Governo, eleito em 2015 e reeleito 10 de agosto, que tomou posse em 19 do mesmo mês, para novo período de cinco anos, priorizou e centralizou sua política externa em torno da região caribenha, conforme claramente demonstrado a partir da decisão, em 2015, da mudança do nome do Ministério dos Negócios Estrangeiros para Ministério dos Negócios Estrangeiros e da CARICOM.

IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA

9. Pequeno país insular, formado pelas ilhas de Trinidad, Tobago e numerosas ilhotas, a "Republic of Trinidad and Tobago" situa-se ao largo da costa nordeste da Venezuela e a sul de Granada, nas Pequenas Antilhas. O país possui área de 5.128 km², e a ilha da Trinidad é a maior e mais povoada, representando cerca de 94% da área total e onde residem 96% dos habitantes. Tem população estimada em 2020 em 1,4 milhão de habitantes, média de idade jovem e crescimento vegetativo nos últimos anos em torno de 0,4%, com 52% vivendo nas zonas urbanas. Em 2019, o PIB foi estimado em USD 24,1 bilhões com a consequente renda per capita de USD 15.105,00.

10. A estrutura produtiva de Trinidad e Tobago funda-se na exploração e produção de "commodities" energéticas, sobretudo gás, o que implica manter alto grau de abertura econômica para atrair capitais externos. De acordo com o World Bank, em 2016 a relação comércio internacional-PIB foi de 99%.

11. A realidade trinitária, em grande medida diversa daquela dos demais caribenhos por ser país exportador de gás e petróleo e pouco dependente do turismo, lhe concede especial condição de importante formador de opinião no seio de organismos multilaterais desta região.

## POLÍTICA E ESTRUTURA INTERNA

12. O país obteve a independência em 1962 e, desde então, tem sido regido por sistema democrático parlamentar. As instituições democráticas nacionais têm sido fortalecidas ao longo do tempo, de forma a garantir funcionamento adequado e sem sobressaltos. A única exceção consistiu em tentativa de golpe de Estado em 1990, perpetrada por organização muçulmana radical. Contudo, a falta de apoio popular e a pronta iniciativa governamental decretaram o fim da sedição mediante a rendição dos revoltosos.

13. A estrutura política do país é fundada no modelo parlamentar bicameral, em que o chefe de Estado é o Presidente da República, eleito por um colégio eleitoral composto por membros da Câmara dos Representantes e do Senado. A atual ocupante do cargo é Paula-Mae Weeks, eleita por aclamação no início de 2018.

14. O chefe de governo é o líder do partido que obtiver a maioria das 41 cadeiras da câmara baixa. Seus membros são eleitos por voto distrital por período máximo de cinco anos, e os 31 Senadores que compõem a câmara alta, com mandato de cinco anos, são indicados pelo Primeiro Ministro, pelo líder oposicionista e pelo Presidente como representantes de variados setores da sociedade civil.

15. A chefia de Governo, como acima mencionado, é atualmente exercida pelo Primeiro Ministro Keith Rowley, que assumiu o poder em 2015 e foi reconduzido ao cargo em 19 de agosto de 2020, após a vitória do seu partido, o "People National Movement", nas eleições de 10 de agosto deste ano.

16. Importante parte da explicação dessa vitória - apesar de alguns maus resultados no plano econômico - pode ser creditada sobretudo ao bom desempenho do governo no combate à propagação da pandemia do Covid-19.

## ECONOMIA

17. Na seara econômica, o PM Rowley tem sublinhado que, apesar de em 2015 ter recebido um país marcado por quadro adverso, conseguiu (i) superar a recessão que o havia afetado nos últimos anos; (ii) apresentar sinais de retomada de crescimento (embora o PIB ainda esteja cerca de 10% inferior ao de 2013); (iii) aumentar a produção de gás natural liquefeito (GNL) (embora mediante crescimento limitado); e (iv) reduzir o crescimento dos déficits orçamentários que se intensificaram a partir de 2013.

18. Contudo, analistas e organismos econômicos multilaterais coincidem em diagnosticar equívocos em relação ao tratamento de importantes variáveis que afetam de forma negativa a dinâmica produtiva. O mau desempenho da economia reflete-se diretamente (i) no comportamento do PIB, que diminuiu em 8.8% no período de 2016 a 2018; (ii) no aumento da taxa de desemprego; (iii) na "insanidade fiscal" em função do aumento da carga tributária; (iv) do rebaixamento da classificação do crédito soberano de T&T por agência internacional de classificação de crédito; (v) da perda crescente das reservas internacionais, as quais reduziram-se de USD 11,5 bilhões em setembro de 2014 para USD 6,9 bilhões em dezembro de 2019; (vi) da política monetária conservadora e pouco efetiva do Banco Central; e (vii) da deterioração do desempenho geral da economia de T&T, responsável por perder posições no "Global Competitiveness" de 2019.

19. O governo reeleito deverá aumentar as exportações de bens e serviços, tornar mais atrativo o ambiente de negócios, possivelmente criar imposto para reduzir importações de bens de consumo não essenciais e enfrentar o importante desafio de diminuir a dependência da exploração de insumos energéticos naturais. Atualmente, este país importa mais de 90% dos alimentos consumidos.

20. No campo energético, ao contrário de vários países caribenhos empenhados em pesquisar, investir e produzir energia limpa, Trinidad e Tobago não tem investido em fontes renováveis de energia.

21. Com vistas a contribuir para a uma retomada do crescimento, e com respeito a instrumentos fiscais e monetários disponíveis, o governo conta com o Fundo de Herança e Estabilização (Heritage and Stabilization Fund-HSF), instrumento soberano de poupança criado em março de 2007 para assumir as funções de anterior fundo criado no ano 2000. O governo tem recorrido a essa fonte de financiamento de forma bissexta, particularmente em períodos de expressiva queda das cotações das "commodities" energéticas naturais. Em dezembro de 2019, o fundo contava com USD 6,255 bilhões.

22. No plano político-social, o PM Rowley vê-se compelido a (i) enfrentar reversão do progresso na redução da pobreza em razão dos efeitos particularmente agudos da pandemia nas famílias de baixa renda; (ii) abordar o problema do envelhecimento da população; (iii) combater uma das mais altas

taxas de criminalidade do mundo; (iv) mitigar o problema da gravidez entre adolescentes; (v) reverter a baixa taxa de participação no trabalho; e (vi) reduzir o índice de pobreza.

RELAÇÕES EXTERNAS

23. Em seu novo governo, o PM Rowley deverá enfrentar desafios específicos, em especial o relacionamento com a Venezuela, a dependência de recursos financeiros provenientes da China, a presença de desafios políticos na agenda bilateral com os EUA, país com o qual desfruta do maior relacionamento comercial bilateral, e o fortalecimento das relações com os demais países da CARICOM. A tradicional afinidade com Reino Unido e Canadá, países que, juntamente com os EUA, concentram importante diáspora trinitária, em virtude da relevância econômica e do idioma comum, deverá permear um segundo plano, juntamente com provável atenção à América Latina, em vista da familiaridade do novo chanceler com Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, e da proximidade com países da América Central e México, no âmbito da ações de cooperação via Associação dos Estados Caribenhos (AEC).

24. A Venezuela permanece como caso à parte na equação externa. Na prática, o governo do PM Rowley tenta equilibrar-se entre a imperiosa necessidade de manter o comércio e as relações econômicas com o vizinho e as crescentes demandas para T&T afastar-se do regime ilegítimo de Maduro.

25. No que concerne a Trinidad e Tobago, a presente disputa EUA-China por uma "supremacia" na região caribenha adquire contornos relevantes. A China, nesse contexto, tem utilizado com eficiência instrumentos econômicos próprios, com o intuito de buscar maior influência geopolítica numa região de tradicionais e estreitos vínculos com os EUA, e por ambos considerada de estratégica importância.

26. Observadores trinitários têm-se referido a uma possível mudança no discurso norte-americano para a região, que buscaria lograr esforço de convergência para melhor contra-arrestar a influência da superpotência asiática.

27. A preocupação com tal aspecto levou o Secretário de Estado Mike Pompeo, em visita à região, a esclarecer desejar ambiente caribenho mais acolhedor para investimentos dos EUA e maior cautela sobre o papel da China.

28. O cuidado com a preservação das relações com os vizinhos tem sido preocupação constante de Trinidad e Tobago, exemplificado pela importância institucionalmente concedida à CARICOM e pela decisão de abrigar a sede permanente da Associação dos Estados Caribenhos (AEC).

29. Trinidad e Tobago tem em mente que a existência de eventuais divergências entre países caribenhos poderia vir a erodir seu importante e histórico papel de formador de opinião ante seus vizinhos.

30. Nesse sentido, a CARICOM permanece prioritária para este país, em função de seus objetivos principais de coordenar a política externa, promover a cooperação entre seus membros e aumentar sua integração econômica.

31. A AEC, com sede em Port-of-Spain, continua igualmente relevante para este país, dada sua maior abrangência e seu papel de desenvolver maior comércio entre as nações, melhorar o transporte, promover o turismo sustentável e contribuir para gerar respostas melhores e mais eficazes aos desastres naturais locais. Enquanto a CARICOM possui 15 membros, a AEC conta com 25, ademais de observadores, como o Brasil.

32. Cabe registrar iniciativa trinitária de advogar, junto ao órgão concernente da ONU, a ampliação dos limites da plataforma continental, em função do interesse na exploração de hidrocarbonetos em zona além das águas territoriais.

33. Outra importante decisão consistiria na candidatura do país a assento de membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas em 2027.

COMÉRCIO INTERNACIONAL

34. T&T mantém histórico e estrutural padrão de superávit na rubrica referente a transações comerciais com o mundo. O comércio exterior, no que concerne às exportações, concentra-se em poucos produtos. Os três principais itens exportados, gás natural liquefeito, amônia e metanol, respondem historicamente por mais de 70% do total.

35. As importações cobrem ampla gama de produtos. 90% dos bens alimentícios consumidos neste país são importados.

36. Os principais parceiros têm sido os EUA, responsáveis por 33,8% das exportações e 27,1% das importações de T&T, seguidos de Guiana, Chile, Peru e Espanha, como principais mercados das exportações locais, e Rússia, China, Colômbia e Brasil, como as principais origens dos bens importados.

37. Em 2019, T&T, exportou USD 8,51 bilhões e importou USD 6,06 bilhões, valores dentro da média dos últimos anos.

RELACIONAMENTO BILATERAL

38. As relações entre Brasil e Trinidad e Tobago foram iniciadas antes mesmo da independência trinitária, com a criação, em 1942, do Vice-Consulado em Port-of-Spain. A representação brasileira foi elevada à categoria de Embaixada em 1965, três anos após a independência deste país, primeiro do Caribe anglófono com o qual o Brasil estabeleceu relações diplomáticas.

39. O bom relacionamento permitiu-me promover a inclusão deste país na programação anual da "Caribex" da Marinha do Brasil. Efetivamente, em abril de 2018, e, no mesmo mês em 2019, duas flotilhas de três navios-patrulha visitaram este país.

40. Apesar de o Brasil gozar de muito boa reputação tanto entre autoridades governamentais como em relação à população em geral, o posto lançou ampla campanha de esclarecimentos sobre a política brasileira de preservação de recursos naturais, em particular no que respeita à Amazônia, como forma de contra-arrestar campanhas internacionais de disseminação de imagem negativa da política ambiental brasileira.

COMÉRCIO BILATERAL COM O BRASIL

41. As exportações brasileiras atingiram seu valor mais alto em 2008, totalizando USD 745,4 milhões. Desde então, vêm diminuindo gradualmente.

42. A partir de 2012, o aumento das importações brasileiras de GNL contribuiu para o crescimento do comércio bilateral e para o início de persistentes déficits comerciais. Em 2013, ano recorde do comércio bilateral, as importações brasileiras atingiram USD 1,52 bilhão e as exportações USD 480 milhões.

43. Desde então, os históricos déficits na balança comercial com T&T foram excepcionalmente revertidos apenas em 2017, quando o Brasil obteve saldo de USD 6,85 milhões, em função da redução das importações de GNL. Naquele ano, as exportações de T&T atingiram seu menor valor, quando totalizaram USD 198,37 milhões.

44. Historicamente, as importações do Brasil concentram-se em 3 produtos: GNL, com mais de 50% (exceto em 2017, quando foi responsável por apenas 9%), álcoois e derivados, com mais de 30%, e amônia, com pouco mais de 10%.

45. As exportações do Brasil concentram-se principalmente em minério de ferro, historicamente superior a 50%, e vários tipos de papel, com mais de 6%. O restante da pauta brasileira de exportações contempla amplo leque de produtos, como cerâmicas, válvulas e torneiras e outras rubricas.

46. Em 2018, o Brasil exportou USD 247,47 milhões e importou USD 510,41 milhões.

47. Em 2019, o Brasil exportou USD 219,2 milhões (minérios de ferro 55%, papel e cartão 7,3%), e importou USD 252 milhões (GNL 41%, álcoois e fenóis 36%, e químicos inorgânicos, 23%).

48. No primeiro semestre de 2020, a balança comercial bilateral entre Brasil e Trinidad e Tobago refletiu o forte impacto da redução da atividade econômica mundial. A observada desaceleração do consumo de bens primários e manufaturados e a diminuição da demanda do setor de serviços, aliados à interrupção de importantes linhas de comércio, forjaram quadro particularmente recessivo. De janeiro a abril de 2020, o Brasil exportou USD 62,9 milhões e importou USD 84 milhões.

49. No corrente ano, os principais produtos exportados pelo Brasil foram minérios de ferro e seus concentrados (38%) e papel e cartão (11%). As importações do Brasil resumiram-se a químicos inorgânicos com 42%, álcoois e fenóis com 36%, e gás natural com 22%.

50. Enquanto as importações do Brasil historicamente se resumem a essas três rubricas em função de quase todos os demais produtos deste país não serem competitivos no mercado externo, as exportações brasileiras ocupariam diversos nichos no mercado local. Outros setores, como moveleiro, cosméticos e de utensílios de cozinha, por exemplo, poderiam beneficiar-se do fato de a demanda local ser atendida por importações, o que permite antever margem para expressivo crescimento das exportações brasileiras.

51. As exportações agropecuárias brasileiras poderiam ser mais expressivas caso não sofressem conjunto de barreiras não tarifárias (BNTs). Das 14 medidas restritivas impostas ao Brasil, nove são de cunho sanitário ou fitossanitário, uma decorre de exigência relativa a pré-embarque, uma resulta de quotas ou da obrigação de obter licença não-automática, e três dizem respeito a sobretaxas ou controle de preços. Em função das BNTs, o Brasil só está autorizado a exportar carne enlatada. Tais barreiras, portanto, afetam sobremaneira as carnes de frango, bovina e de porco, proibidas de ingressarem neste país em razão dessas restrições.

SUGESTÕES

52. Apresentei à Ministra do Comércio e Indústria, Paula Gopee-Scoon, proposta de criação de grupo de trabalho para analisar o intercâmbio comercial, em particular barreiras impostas pelo governo trinitário. O declínio deste comércio poderia ser revertido mediante melhor aproveitamento das complementaridades das economias dos dois países.

53. Ademais da retomada do assunto junto à Ministra Gopee-Scoon, que permaneceu no cargo, sugiro propor ao novo titular da pasta da agricultura Avinash Singh visitar o Brasil para conhecer a excelência da agropecuária nacional, os especiais controles e cuidados dispensados pelo governo em relação ao setor, de forma a ajudá-lo a formar opinião sobre a produção e exportações brasileiras do agrobusiness e, consequentemente, levantar as atuais barreiras sanitárias que cerceiam importações de ampla gama de produtos animais e vegetais brasileiros.

54. A área comercial do posto poderia ser ainda mais dinâmica caso o Setor de Promoção Comercial e de Investimentos (SECOM) dispusesse de funcionário técnico especializado. O setor não conta com funcionário de dedicação exclusiva. Tal iniciativa permitiria a realização de mais atividades e estudos prospectivos ligados à promoção comercial, bem como a prestação de novos apoios técnicos, e a participação em maior número de reuniões com as câmaras de comércio locais, iniciativas que permitiriam incrementar as exportações já existentes e encontrar novos nichos.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

55. A Embaixada deu seguimento à divulgação do Programa Estudante Convênio Graduação (PEC-G), Programa Estudante Convênio Pós-Graduação (PEC-PG), oferecidos pelo Governo brasileiro por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, e COIMBRA-Bolsas de Estudo Brasil, PAEC/OEA, tanto junto a escolares como junto a universitários. Destaco os eventos para tal fim realizados em 2017, 2018 e 2019, com forte comparecimento de público alvo. Em linhas gerais, os eventos buscaram realizar encontros com alunos e professores de escolas secundárias e com alunos e professores universitários.

SUGESTÕES

56. Caberia sugerir a recriação de leitorado brasileiro na Universidade das Índias Ocidentais (UWI), existente há até dez anos atrás, e descontinuado em vista do cancelamento do apoio do MEC, apesar dos exitosos resultados.

57. Ressalto igualmente o forte potencial de retomada do relacionamento entre o Instituto Rio Branco e o Instituto de Relações Internacionais da Universidade das Índias Ocidentais (UWI). Caberia também sugerir oferta de vaga para estudante trinitário no curso de diplomatas do IRB.

COOPERAÇÃO CULTURAL

58. No âmbito das comemorações da independência do Brasil, ressalto o sucesso do espetáculo músico-teatral "A Alma Brasileira" ("The Brazilian Soul"), realizado em 5 de setembro de 2018, com a colaboração da Embaixada. Para tal fim atuaram músicos, professores e estudantes do curso de português da

UWI, além de ex-alunos do PEC-G e PEC-PG. O espetáculo logrou ampla repercussão, atraindo público numeroso que lotou prestigioso teatro da cidade, o "Queen's Hall". Tal iniciativa repete-se a cada dois anos, tendo sido realizada até o momento em 2016 e 2018, sempre com o apoio da Embaixada.

59. A Embaixada associou-se a algumas entidades locais com vistas a criar, em 2019, o CARNICON ("The Global Carnival Convention"), tipo de convenção internacional sobre a indústria criativa do carnaval.

60. Em 2018 a Embaixada participou ativamente, com outras representações diplomáticas, do festival de cinema latino-americano, intitulado "Boca Lits Fest", evento que exibe a produção cinematográfica dos países das Américas. Com sucesso de público, as exibições nos "dias do Brasil" envolveram gastronomia brasileira e espetáculo de capoeira.

61. A Embaixada tem participado das edições anuais do tradicional Festival Internacional do Cinema de Trinidad e Tobago, com a inclusão de filmes brasileiros.

62. Também em cooperação com a "Biblioteca Nacional", e com algumas embaixadas latino-americanas, foi possível organizar o festival "Noites Latinas", em 2018, destinado a exposições de obras e temas culturais de cada país.

COOPERAÇÃO TÉCNICA (SUGESTÕES)

63. Até 2015, as tópicas iniciativas de cooperação técnica brasileira de maior potencial se concentravam sobretudo na agricultura, com a participação da EMBRAPA e ABC. Após a assunção do governo Rowley, sobretudo a partir de 2017, o intercâmbio técnico cessou completamente. As dificuldades se concentraram na falta de recursos de parte a parte, ausência de investimentos na agricultura e no desinteresse em dar seguimento às ações do Governo anterior. Com a assunção do novo Governo, que pretende dinamizar a agricultura, creio ser o momento oportuno para eventual retomada das ações de cooperação, a partir, por exemplo, de missão conjunta EMBRAPA/ABC.

ATIVIDADES CONSULARES

64. A comunidade brasileira em Trinidad e Tobago e nas ilhas de Aruba e Curaçao e outras das antilhas holandesas, jurisdição consular do posto, conta com cerca de 740 brasileiros. As principais concentrações são Trinidad e Tobago, com 140, Aruba com 298, Curaçao com 260 e São Martinho com 44. O êxito do trabalho da Embaixada relaciona-se à política de contato permanente e assistência imediata, sobretudo em razão do ativo apoio dos cônsules honorários em Aruba e Curaçao e dos resultados das visitas do chefe do posto, em 2019, às autoridades daquelas duas ilhas das antilhas holandesas e às comunidades

brasileiras. Durante as referidas visitas, delinearam-se dois protocolos de atuação conjunta para casos de desastres naturais. A referida sistemática de atuação tem sido bastante produtiva na facilitação da assistência e cooperação relacionada às limitações causadas pela Covid-19.

APOIO À COMUNIDADE BRASILEIRA EM TEMPOS DE COVID

65. Com vistas a permitir o atendimento de brasileiros bloqueados e seu retorno ao Brasil, em razão do fechamento das fronteiras e aeroportos por causa da Covid-19, foram fretadas quatro aeronaves para repatriar 98 brasileiros. Desse total, 12 encontravam-se bloqueados em Curaçao e São Martinho (voos da COPA e da DIV, fretados pelo Itamaraty em 10 de abril), e 86 em Trinidad e Tobago, entre funcionários das companhias Technip, SEADRIL e Halliburton. Neste caso, as mencionadas empresas fretaram voos da Gol e da Azul, e os brasileiros foram respectivamente repatriados em 2 de abril, 9 de maio e 8 de agosto, havendo a Embaixada gestionado as respectivas autorizações humanitárias junto às autoridades locais e providenciado assistência aos brasileiros em função das restrições da Covid-19. Desses 86 repatriados em Trinidad e Tobago, cerca de 50 eram funcionários técnicos residentes em plataformas em alto mar, 25 funcionários e familiares residentes em Port-of-Spain e 11 viajantes bloqueados.

66. Reitero, por fim, o caráter estratégico do posto e as possibilidades que se abrem com a nomeação do novo chanceler Amery Browne, embaixador no Brasil nos últimos quatro anos.

# 1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

# 2

# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 8, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 15, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Zâmbia.

**PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad
**RELATOR:** Senador Chico Rodrigues

21 de Setembro de 2020

# PARECER Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 15, de 2020, da Presidência da República, que *Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei no 11.440, de 2006, o nome do Senhor ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Zâmbia*.

SF/20235.40860-90

Relator: Senador **CHICO RODRIGUES**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Zâmbia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (Art. 52, inciso IV). Nesse sentido, o Ministério das Relações Exteriores, observando o disposto no Regimento Interno do Senado Federal (Art. 383, I, d), encaminhou relatório contendo o currículo do diplomata, informações sobre os Estados para o qual o candidato foi indicado e relação de tratados com os respectivos países.

O indicado é filho de Edward Nogueira Junior e Maria Regina Euler Villanova Nogueira e nasceu em 30 de outubro de 1956, em Belo Horizonte/MG. Em 1979, graduou-se em Letras (idiomas alemão e inglês), pela Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas de São Paulo, e, no ano seguinte, em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Ainda em 1980, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática

(CPCD), do Instituto Rio Branco, o que o levou ao cargo de Terceiro-Secretário em 1981.

Em 2002, ascendeu a Conselheiro, no Quadro Especial, e em 2014, a Ministro de Segunda Classe, também no Quadro Especial.

SF/20235.40860-90

Entre as funções desempenhadas, cronologicamente, destacam-se: Encarregado de Negócios na Embaixada em Abu Dhabi, entre 1988 e 1990; Encarregado de Negócios na Embaixada em Havana, em 1990; Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Montreal, de 1997 a 2001; *Principal Officer* junto ao Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica, em Montreal, Canadá, entre 2000 e 2007; *Senior Governance Advisor* junto ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em Nairóbi, Quênia, de 2007 a 2008; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Abu Dhabi, entre 2008 e 2011; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Belgrado, de 2011 a 2016; e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Hanói, de 2016 até o presente.

Ainda em seu currículo, constam as duas condecorações que recebeu de instituições brasileiras: Cavaleiro da Ordem de Rio Branco, em 1990, e a Medalha "Mérito Santos-Dumont", em 2019.

Do relatório encaminhado pelo Itamaraty com informações gerais sobre a República da Zâmbia, bem como notícia das respectivas relações com o Brasil, extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão na sabatina ao indicado.

Brasil e Zâmbia estabeleceram relações diplomáticas em 1970, seis anos após a independência zambiana (1964). A Embaixada residente em Lusaca foi criada em 1982 (até então era cumulativa com a Embaixada em Nairóbi), sendo fechada em 1996 (tornando-se cumulativa com Harare, a partir de 2000) e reaberta em 2006. Em 2020, as relações bilaterais completam 50 anos, o Presidente Edgar Lungu indicou a importância de se celebrar essa efeméride.

Historicamente, a base da economia zambiana tem sido a mineração, particularmente do cobre. O país está entre os principais produtores mundiais e detentor de 10% das reservas mundiais conhecidas do metal. A exploração, iniciada no começo do século XX, concentrou-se na província setentrional do Copperbelt, enquanto o restante do país continuou entregue à agricultura de subsistência.

A agricultura é de fundamental importância na economia zambiana, menos por sua contribuição ao Produto Interno Bruto (PIB) do que pelo fato de ser a maior empregadora do país. O milho, base da dieta da população, é a principal cultura, com mais da metade da área cultivada, e uma produção que apenas cobre as necessidades de abastecimento do país.

SF/20235.40860-90

A Zâmbia conta com localização estratégica na África Austral, dividindo fronteiras com oito países da região, bem como integra os principais arranjos de livre-comércio africanos, como a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, na sigla em inglês) e o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e, mais recentemente, a Zona Continental de Livre-Comércio Africana (em processo de aprovação interna).

Brasil e Zâmbia dispõem de 14 instrumentos bilaterais, dos quais cinco se referem a ajustes complementares relativos a projetos de cooperação técnica prematuramente concluídos. Registre-se, ainda, a existência, desde 2010, de Mecanismo de Consultas Políticas, embora sem reuniões efetuadas até o momento. Deve ser salientada, contudo, a realização de duas reuniões da Comissão Bilateral Mista (COMISTA) voltadas para a prospecção de ações de cooperação técnicas (agricultura, educação, saúde, segurança, esportes e energia), em 2008 e 2011.

No campo do comércio bilateral, Brasil e Zâmbia registraram, em 2019, a maior corrente comercial da história (USD 28,4 milhões) – superando o recorde anterior, pertencente ao ano de 2018 (USD 25,99 milhões) –, com déficit de USD 19,6 milhões para o Brasil. Cabe sublinhar que as exportações zambianas aumentaram 158% em relação a 2018, havendo forte concentração das vendas no segmento de produtos semimanufaturados derivados do cobre (quase 100% do total). Já as exportações do Brasil para a Zâmbia mostraram-se mais diversificadas. Destacaram-se as vendas de pneus usados (27%), móveis (22%), maquinário agrícola (17%) e máquinas em geral (motores, bombas, transformadores, compressores, geradores, etc.), estas últimas respondendo por 11% do total exportado.

É significativa a complementaridade das economias dos dois países, principalmente nos setores de biocombustíveis, obras públicas, maquinário e equipamentos de uso na agricultura, aeronaves para transporte regional e ônibus para transporte interurbano.

Brasil e Zâmbia assinaram, em 15/12/2017, na sede do Ministério da Fazenda brasileiro, o Acordo de Reestruturação da Dívida da Zâmbia com o Brasil. A dívida total da Zâmbia com o Brasil era de 113 milhões de dólares. Pelos termos do instrumento assinado, o Brasil concedeu perdão de 80% do valor. Os 20% restantes (cerca de 22,68 milhões de dólares) mais juros contratuais – foram quitados por Lusaca em duas parcelas, sendo a primeira um mês após a assinatura do contrato, e a segunda, seis meses após aquela data.

O Ministério da Agricultura da Zâmbia encaminhou, em maio de 2019, a primeira versão de memorando de entendimento bilateral em cooperação agrícola. O conteúdo do instrumento procura favorecer texto voltado a promover a aproximação entre os setores privados de ambos os países, com a finalidade de incrementar negócios e investimentos.

A Embaixada do Brasil em Lusaca defende que a sua assinatura poderia ter impacto positivo para a dinamização das relações bilaterais, tanto pela importância do tema para a Zâmbia – prioridade do governo com vistas a alavancar o desenvolvimento nacional – quanto pelas oportunidades a serem geradas para o Brasil, que, ao possuir condições geoclimáticas muito similares às da Zâmbia, teria considerável vantagem comparativa no oferecimento de bens, serviços e tecnologias agrícolas localmente, além de potenciais oportunidades em nível regional. A minuta de memorando de entendimento encontra-se em análise no MAPA.

Tendo em vista a natureza da matéria, esta apreciação cinge-se ao conteúdo do Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/20235.40860-90

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

**LISTA DE PRESENÇA**

**Reunião:** 4ª Reunião, Extraordinária, da CRE
**Data:** 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 08h
**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|---|---|---|---|
| **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)** | | | |
| Mecias de Jesus (REPUBLICANOS) | Presente | 1. Renan Calheiros (MDB) | |
| Jarbas Vasconcelos (MDB) | Presente | 2. Fernando Bezerra Coelho (MDB) | Presente |
| Marcio Bittar (MDB) | | 3. Simone Tebet (MDB) | |
| Esperidião Amin (PP) | Presente | 4. Daniella Ribeiro (PP) | Presente |
| Ciro Nogueira (PP) | Presente | 5. Vanderlan Cardoso (PSD) | |
| **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | | | |
| Roberto Rocha (PSDB) | | 1. Izalci Lucas (PSDB) | Presente |
| Mara Gabrilli (PSDB) | | 2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS) | |
| Major Olimpio (PSL) | Presente | 3. Soraya Thronicke (PSL) | Presente |
| **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)** | | | |
| Kátia Abreu (PP) | Presente | 1. Acir Gurgacz (PDT) | Presente |
| Randolfe Rodrigues (REDE) | Presente | 2. Flávio Arns (PODEMOS) | |
| Eliziane Gama (CIDADANIA) | Presente | 3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB) | |
| **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)** | | | |
| Fernando Collor (PROS) | Presente | 1. VAGO | |
| Jaques Wagner (PT) | Presente | 2. Telmário Mota (PROS) | Presente |
| Humberto Costa (PT) | Presente | | |
| **PSD** | | | |
| Nelsinho Trad (PSD) | Presente | 1. Carlos Fávaro (PSD) | Presente |
| Antonio Anastasia (PSD) | Presente | 2. Angelo Coronel (PSD) | Presente |
| **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | | | |
| Chico Rodrigues (DEM) | Presente | 1. Marcos Rogério (DEM) | Presente |
| Zequinha Marinho (PSC) | Presente | 2. Maria do Carmo Alves (DEM) | |
| **PODEMOS** | | | |
| Marcos do Val (PODEMOS) | Presente | 1. Elmano Férrer (PODEMOS) | |

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

**LISTA DE PRESENÇA** 7

**Reunião:** 4ª Reunião, Extraordinária, da CRE
**Data:** 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 08h
**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

## NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Leila Barros
Rose de Freitas
Rodrigo Pacheco
Carlos Viana

8 Senado Federal

# Resultado de Votação Secreta

## Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
**MSF 15/2020** - B.ARTHUR N.-ZÂMBIA

Início da votação: 21/09/2020 10:17:42 Fim da votação: 21/09/2020 13:04:48

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|---|---|---|---|
| **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,** | | **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,** | |
| MECIAS DE JESUS | **votou** | 1. RENAN CALHEIROS | |
| JARBAS VASCONCELOS | | 2. FERNANDO BEZERRA COELHO | **votou** |
| MARCIO BITTAR | **votou** | 3. SIMONE TEBET | **votou** |
| ESPERIDIÃO AMIN | **votou** | 4. DANIELLA RIBEIRO | |
| CIRO NOGUEIRA | | 5. VANDERLAN CARDOSO | |
| **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | | **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | |
| ROBERTO ROCHA | | 1. IZALCI LUCAS | **votou** |
| MARA GABRILLI | | 2. FLÁVIO BOLSONARO | |
| MAJOR OLIMPIO | **votou** | 3. SORAYA THRONICKE | **votou** |
| **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,** | | **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,** | |
| KÁTIA ABREU | **votou** | 1. ACIR GURGACZ | **voto não computado** |
| RANDOLFE RODRIGUES | **votou** | 2. FLÁVIO ARNS | |
| ELIZIANE GAMA | **votou** | 3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO | |
| **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,** | | **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,** | |
| FERNANDO COLLOR | **votou** | 1. VAGO | |
| JAQUES WAGNER | | 2. TELMÁRIO MOTA | **votou** |
| HUMBERTO COSTA | **votou** | | |
| **PSD** | | **PSD** | |
| NELSINHO TRAD | **votou** | 1. CARLOS FÁVARO | **voto não computado** |
| ANTONIO ANASTASIA | **votou** | 2. ANGELO CORONEL | |
| **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | | **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | |
| CHICO RODRIGUES | **votou** | 1. MARCOS ROGÉRIO | **voto não computado** |
| ZEQUINHA MARINHO | **votou** | 2. MARIA DO CARMO ALVES | |
| **PODEMOS** | | **PODEMOS** | |
| MARCOS DO VAL | **votou** | 1. ELMANO FÉRRER | |

**Votação:**

**TOTAL 19 SIM 18 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0**

**Senador Nelsinho Trad**
**Presidente**

**ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,**
**PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020**

# DECISÃO DA COMISSÃO

**(MSF 15/2020)**

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DA ZÂMBIA, COM 18 VOTOS FAVORÁVEIS, 1 VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

# PARECER Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 15, de 2020, da Presidência da República, que *Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei no 11.440, de 2006, o nome do Senhor ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Zâmbia*.

SF/20235.40860-90

Relator: Senador **CHICO RODRIGUES**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Zâmbia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (Art. 52, inciso IV). Nesse sentido, o Ministério das Relações Exteriores, observando o disposto no Regimento Interno do Senado Federal (Art. 383, I, d), encaminhou relatório contendo o currículo do diplomata, informações sobre os Estados para o qual o candidato foi indicado e relação de tratados com os respectivos países.

O indicado é filho de Edward Nogueira Junior e Maria Regina Euler Villanova Nogueira e nasceu em 30 de outubro de 1956, em Belo Horizonte/MG. Em 1979, graduou-se em Letras (idiomas alemão e inglês), pela Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas de São Paulo, e, no ano seguinte, em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Ainda em 1980, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática

(CPCD), do Instituto Rio Branco, o que o levou ao cargo de Terceiro-Secretário em 1981.

Em 2002, ascendeu a Conselheiro, no Quadro Especial, e em 2014, a Ministro de Segunda Classe, também no Quadro Especial.

SF/20235.40860-90

Entre as funções desempenhadas, cronologicamente, destacam-se: Encarregado de Negócios na Embaixada em Abu Dhabi, entre 1988 e 1990; Encarregado de Negócios na Embaixada em Havana, em 1990; Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Montreal, de 1997 a 2001; *Principal Officer* junto ao Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica, em Montreal, Canadá, entre 2000 e 2007; *Senior Governance Advisor* junto ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em Nairóbi, Quênia, de 2007 a 2008; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Abu Dhabi, entre 2008 e 2011; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Belgrado, de 2011 a 2016; e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Hanói, de 2016 até o presente.

Ainda em seu currículo, constam as duas condecorações que recebeu de instituições brasileiras: Cavaleiro da Ordem de Rio Branco, em 1990, e a Medalha "Mérito Santos-Dumont", em 2019.

Do relatório encaminhado pelo Itamaraty com informações gerais sobre a República da Zâmbia, bem como notícia das respectivas relações com o Brasil, extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão na sabatina ao indicado.

Brasil e Zâmbia estabeleceram relações diplomáticas em 1970, seis anos após a independência zambiana (1964). A Embaixada residente em Lusaca foi criada em 1982 (até então era cumulativa com a Embaixada em Nairóbi), sendo fechada em 1996 (tornando-se cumulativa com Harare, a partir de 2000) e reaberta em 2006. Em 2020, as relações bilaterais completam 50 anos, o Presidente Edgar Lungu indicou a importância de se celebrar essa efeméride.

Historicamente, a base da economia zambiana tem sido a mineração, particularmente do cobre. O país está entre os principais produtores mundiais e detentor de 10% das reservas mundiais conhecidas do metal. A exploração, iniciada no começo do século XX, concentrou-se na província setentrional do Copperbelt, enquanto o restante do país continuou entregue à agricultura de subsistência.

A agricultura é de fundamental importância na economia zambiana, menos por sua contribuição ao Produto Interno Bruto (PIB) do que pelo fato de ser a maior empregadora do país. O milho, base da dieta da população, é a principal cultura, com mais da metade da área cultivada, e uma produção que apenas cobre as necessidades de abastecimento do país.

SF/20235.40860-90

A Zâmbia conta com localização estratégica na África Austral, dividindo fronteiras com oito países da região, bem como integra os principais arranjos de livre-comércio africanos, como a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, na sigla em inglês) e o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e, mais recentemente, a Zona Continental de Livre-Comércio Africana (em processo de aprovação interna).

Brasil e Zâmbia dispõem de 14 instrumentos bilaterais, dos quais cinco se referem a ajustes complementares relativos a projetos de cooperação técnica prematuramente concluídos. Registre-se, ainda, a existência, desde 2010, de Mecanismo de Consultas Políticas, embora sem reuniões efetuadas até o momento. Deve ser salientada, contudo, a realização de duas reuniões da Comissão Bilateral Mista (COMISTA) voltadas para a prospecção de ações de cooperação técnicas (agricultura, educação, saúde, segurança, esportes e energia), em 2008 e 2011.

No campo do comércio bilateral, Brasil e Zâmbia registraram, em 2019, a maior corrente comercial da história (USD 28,4 milhões) – superando o recorde anterior, pertencente ao ano de 2018 (USD 25,99 milhões) –, com déficit de USD 19,6 milhões para o Brasil. Cabe sublinhar que as exportações zambianas aumentaram 158% em relação a 2018, havendo forte concentração das vendas no segmento de produtos semimanufaturados derivados do cobre (quase 100% do total). Já as exportações do Brasil para a Zâmbia mostraram-se mais diversificadas. Destacaram-se as vendas de pneus usados (27%), móveis (22%), maquinário agrícola (17%) e máquinas em geral (motores, bombas, transformadores, compressores, geradores, etc.), estas últimas respondendo por 11% do total exportado.

É significativa a complementaridade das economias dos dois países, principalmente nos setores de biocombustíveis, obras públicas, maquinário e equipamentos de uso na agricultura, aeronaves para transporte regional e ônibus para transporte interurbano.

Brasil e Zâmbia assinaram, em 15/12/2017, na sede do Ministério da Fazenda brasileiro, o Acordo de Reestruturação da Dívida da Zâmbia com o Brasil. A dívida total da Zâmbia com o Brasil era de 113 milhões de dólares. Pelos termos do instrumento assinado, o Brasil concedeu perdão de 80% do valor. Os 20% restantes (cerca de 22,68 milhões de dólares) mais juros contratuais – foram quitados por Lusaca em duas parcelas, sendo a primeira um mês após a assinatura do contrato, e a segunda, seis meses após aquela data.

O Ministério da Agricultura da Zâmbia encaminhou, em maio de 2019, a primeira versão de memorando de entendimento bilateral em cooperação agrícola. O conteúdo do instrumento procura favorecer texto voltado a promover a aproximação entre os setores privados de ambos os países, com a finalidade de incrementar negócios e investimentos.

A Embaixada do Brasil em Lusaca defende que a sua assinatura poderia ter impacto positivo para a dinamização das relações bilaterais, tanto pela importância do tema para a Zâmbia – prioridade do governo com vistas a alavancar o desenvolvimento nacional – quanto pelas oportunidades a serem geradas para o Brasil, que, ao possuir condições geoclimáticas muito similares às da Zâmbia, teria considerável vantagem comparativa no oferecimento de bens, serviços e tecnologias agrícolas localmente, além de potenciais oportunidades em nível regional. A minuta de memorando de entendimento encontra-se em análise no MAPA.

Tendo em vista a natureza da matéria, esta apreciação cinge-se ao conteúdo do Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/20235.40860-90

# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM (SF) N° 15, DE 2020

(nº 342/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Zâmbia.

**AUTORIA:** Presidência da República

**DOCUMENTOS:**

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Zâmbia.

Os méritos do Senhor **ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2020.

EM nº 00070/2020 MRE

Brasília, 25 de Maio de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, caput, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Zâmbia.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo***

OFÍCIO Nº 331 /2020/SG/PR

Brasília, 16 de Junho de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

**Assunto: Indicação de autoridade.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Zâmbia.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

**I N F O R M A Ç Ã O**

***CURRICULUM VITAE***

**MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA***
CPF: 013.111.428-00
ID.: 9896226 SSP/SP

| | |
|---|---|
| 1956 | Filho de Edward Nogueira Junior e Maria Regina Euler Villanova Nogueira, nasce em 30 de outubro, em Belo Horizonte/MG |
| **Dados Acadêmicos:** | |
| 1979 | Letras, Tradutor e Intérprete, Inglês e Alemão, pela Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas, São Paulo/SP |
| 1980 | Direito pela Universidade de São Paulo |
| 1980 | CPCD - IRBr |
| 1985 | CAD - IRBr |
| 2014 | CAE: Kôssovo: Província ou País? A Posição do Brasil |
| **Cargos:** | |
| 1981 | Terceiro-secretário |
| 1984 | Segundo-secretário |
| 1990 | Primeiro-secretário, por merecimento |
| 2002 | Conselheiro do Quadro Especial |
| 2014 | Ministro de segunda classe do Quadro Especial |
| **Funções:** | |
| 1981-85 | Departamento Geral de Administração, assistente |
| 1985-87 | Embaixada em Lisboa, segundo-secretário |
| 1988-90 | Embaixada em Abu Dhabi, segundo-secretário, conselheiro, comissionado, e Encarregado de Negócios |
| 1990 | Embaixada em Havana, segundo-secretário, primeiro-secretário e Encarregado de Negócios |
| 1991-93 | Gabinete do Ministro de Estado, assessor |
| 1993 | Prefeitura do Rio de Janeiro, Gabinete do Prefeito, assessor |
| 1993-97 | Delegação Permanente em Genebra, primeiro-secretário |
| 1997-2001 | Consulado-Geral em Montreal, Cônsul-Adjunto |
| 2000-07 | Secretariado da Convenção para Diversidade Biológica, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Principal Officer, Montreal, Canadá |
| 2007-08 | Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Senior Governance Advisor, Nairóbi, Quênia |
| 2008-11 | Embaixada em Abu Dhabi, conselheiro, ministro-conselheiro, comissionado |
| 2011-16 | Embaixada em Belgrado, conselheiro, ministro-conselheiro |
| 2016 | Embaixada em Hanói ministro-conselheiro |
| **Condecorações:** | |
| 1990 | Ordem de Rio Branco, Brasil, Cavaleiro |
| 2019 | Medalha "Mérito Santos-Dumont" |

**FÁTIMA KEIKO ISHITANI**
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**
**Maço Básico**

# ZÂMBIA

**OSTENSIVO**

**Divisão de África II – DAF II**

**Maio de 2020**

## RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Zâmbia estabeleceram relações diplomáticas em 1970, seis anos após a independência zambiana (1964). A Embaixada residente em Lusaca foi criada em 1982 (até então era cumulativa com a Embaixada em Nairóbi), sendo fechada em 1996 (tornando-se cumulativa com Harare, a partir de 2000) e reaberta em 2006.Em 2020, as relações bilaterais completam 50 anos, o Presidente Edgar Lungu indicou a importância de se celebrar essa efeméride.

Nesse período, houve três visitas presidenciais recíprocas e quatro visitas entre Chanceleres. Quando da ida à Zâmbia do então Ministro de Estado Saraiva Guerreiro, em 1980, foi assinado o Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre os dois países.

Brasil e Zâmbia dispõem de 14 instrumentos bilaterais, dos quais cinco se referem a ajustes complementares relativos a projetos de cooperação técnica prematuramente concluídos. Registre-se, ainda, a existência, desde 2010, de Mecanismo de Consultas Políticas, embora sem reuniões efetuadas até o momento. Deve ser salientada, contudo, a realização de duas reuniões da Comissão Bilateral Mista (COMISTA) voltadas para a prospecção de ações de cooperação técnicas (agricultura, educação, saúde, segurança, esportes e energia), em 2008 e 2011.

No campo do comércio bilateral, Brasil e Zâmbia já registraram, em 2019, a maior corrente comercial da história (USD 28,4 milhões) – superando o recorde anterior, pertencente ao ano de 2018 (USD 25,99 milhões) –, com déficit de USD 19,6 milhões para o Brasil. Cabe sublinhar que as exportações zambianas aumentaram 158% em relação a 2018, havendo forte concentração das vendas no segmento de produtos semimanufaturados derivados do cobre (quase 100% do total). Já as exportações do Brasil para a Zâmbia mostraram-se mais diversificadas. Destacaram-se as vendas de pneus usados (27%), móveis (22%), maquinário agrícola (17%) e máquinas em geral (motores, bombas, transformadores, compressores, geradores, etc.), estas últimas respondendo por 11% do total exportado.

É significativa a complementaridade das economias dos dois países, principalmente nos setores de biocombustíveis, obras públicas, maquinário e equipamentos de uso na agricultura, aeronaves para transporte regional e ônibus para transporte interurbano.

### BIOCOMBUSTÍVEIS

A Embaixada em Lusaca retomou com êxito o diálogo bilateral em biocombustíveis em 2019. Em maio daquele ano, foi realizado seminário e extensa agenda sobre o assunto, com a participação do Diretor-Executivo do Arranjo Produtivo Local do Álcool (APLA), Flávio Castellari. O evento, que contou com público superior a 80 pessoas, recebeu inconteste respaldo das principais autoridades zambianas vinculadas ao assunto. Do lado empresarial, foram abertas possibilidades de negócios para empresas brasileiras no país. O Diretor-Executivo do APLA tenciona voltar à Zâmbia, acompanhado de missão empresarial do setor para dar prosseguimento aos entendimentos iniciados.

### PERDÃO DA DÍVIDA

Brasil e Zâmbia assinaram, em 15/12/2017, na sede do Ministério da Fazenda brasileiro, o Acordo de Reestruturação da Dívida da Zâmbia com o Brasil. A dívida

total da Zâmbia com o Brasil era de USD 113.423.004,53. Pelos termos do instrumento assinado, o Brasil concedeu perdão de 80% do valor. Os 20% restantes - USD 22.684.600,91 mais juros contratuais - foram quitados por Lusaca em duas parcelas, sendo a primeira um mês após a assinatura do contrato, e a segunda, seis meses após aquela data.

**ACORDO DE COOPERAÇÃO EM AGRICULTURA**

O Ministério da Agricultura da Zâmbia encaminhou, em maio de 2019, a primeira versão de memorando de entendimento bilateral em cooperação agrícola. O conteúdo do instrumento procura favorecer texto voltado a promover a aproximação entre os setores privados de ambos os países, com a finalidade de incrementar negócios e investimentos.

A Embaixada do Brasil em Lusaca é de parecer que a sua assinatura poderia ter impacto positivo para a dinamização das relações bilaterais, tanto pela importância do tema para a Zâmbia - prioridade do governo com vistas a alavancar o desenvolvimento nacional - quanto pelas oportunidades a serem geradas para o Brasil, que, ao possuir condições geoclimáticas muito similares às da Zâmbia, teria considerável vantagem comparativa no oferecimento de bens, serviços e tecnologias agrícolas localmente, além de potenciais oportunidades em nível regional. A minuta de MdE encontra-se em análise no MAPA.

**COOPERAÇÃO TÉCNICA**

Em contatos com os Ministérios da Saúde e da Agricultura zambianos, a Embaixada do Brasil na Zâmbia identificou interesse do governo local de negociar projetos no âmbito daquelas Pastas. Registre-se, também, a recente aprovação de projeto do Fundo IBAS para a Zâmbia (intitulado "Leveraging Zambia's Agro-industry Potential in Rural Areas through Enhanced Soya Bean Production and Processing").

A referida iniciativa, com duração estimada de dois anos, estaria orçada em USD 1.714.680, tendo como parceiro local o Ministério da Agricultura zambiano. O projeto em tela teria por objetivo habilitar o aumento da produtividade dos pequenos produtores rurais do país por meio da diversificação de cultivos (no caso, a partir da produção de soja e seu posterior processamento).

**PROMOÇÃO COMERCIAL**

Foi aberto, na Embaixada do Brasil em Lusaca, em dezembro de 2018, o Setor de Promoção Comercial (SECOM), com a contratação de um assistente dedicado ao tema. Desde então, tem sido possível à Embaixada expandir a sua atuação na área em apreço, sobretudo mediante participação nas principais feiras comerciais do país e prospecção de oportunidades comerciais para produtos brasileiros.

A realização da atividade na área de biocombustíveis, mencionada acima, figura como exemplo de bem-sucedida iniciativa, com capacidade de geração de negócios concretos para o setor privado brasileiro no mercado local. Outros setores promissores identificados pela representação brasileira são os de aviação civil, agricultura, tecnologia da informação e farmacêuticos. Pelos motivos listados, a Embaixada entende encontrar-se madura a ideia de realização de missão empresarial brasileira à Zâmbia.

## POLÍTICA INTERNA

A Zâmbia desfruta de clima político relativamente pacífico desde sua independência, em 1964. Desde então, teve 27 anos de sistema unipartidário, sob o comando de Kenneth D. Kaunda, primeiro Presidente da República, até hoje venerado como um dos pais da pátria. A partir da transição política de 1991, a Zâmbia adota o regime democrático multipartidário.

Além de determinar a existência de uma república presidencial multipartidária, a a Constituição da Zâmbia, de 1996, determina que o Presidente é tanto Chefe de Estado como Chefe de Governo. Presidente e Parlamento são eleitos simultaneamente para mandato de cinco anos, sendo facultada uma reeleição ao Presidente.

A Zâmbia encontra-se entre os países de maior grau de estabilidade política no continente africano, tendo desempenhado papel elogiável de anfitriã dos refugiados políticos que procuravam abrigo no país durante as guerras de independência, contra o colonialismo e o *apartheid*, oriundos de países hoje também independentes, como Angola, Moçambique, África do Sul, Namíbia, Zimbábue, dentre outros.

Recentemente, o presidente Edgar Lungu, que almeja reeleger-se nas eleições previstas para 2021, tem enfrentado críticas por conta da prisão de opositores e fechamento de canais de televisão.

A tramitação de projeto de emenda à Constituição (conhecido como "Bill nº 10") tem se revestido de forte polêmica. A proposta, se aprovada, introduziria mudanças estruturais no sistema político e eleitoral local que teriam, segundo a opinião de observadores, inspiração autoritária. Outro projeto controverso é a Lei de Ordem Pública, que condiciona reuniões públicas à notificação às autoridades competentes.

## ECONOMIA

Historicamente, a base da economia zambiana tem sido a mineração, particularmente do cobre. O país está entre os principais produtores mundiais e detentor de 10% das reservas mundiais conhecidas do metal. A exploração, iniciada no começo do século XX, concentrou-se na província setentrional do Copperbelt, enquanto o restante do país continuou entregue à agricultura de subsistência.

Após a independência (1964), as minas foram estatizadas (1969) e consolidadas (1982) na *Zambia Consolidated Copper Mines* (ZCCM), o que deu ao Governo zambiano amplo fôlego fiscal até a segunda metade da década de 1970, quando os preços internacionais do cobre começaram a cair, levando a Zâmbia a uma crise econômica que durou até os anos 90.

Com a abertura política e econômica na década de 1990, a ZCCM foi privatizada em longo processo concluído em 2000, o qual propiciou afluxo de capitais estrangeiros ao país.

A agricultura é de fundamental importância na economia zambiana, menos por sua contribuição ao PIB do que pelo fato de ser a maior empregadora do país. O milho, base da dieta da população, é a principal cultura, com mais da metade da área cultivada, e uma produção que apenas cobre as necessidades de abastecimento do país.

A Zâmbia conta com localização estratégica na África Austral, dividindo fronteiras com oito países da região, bem como integra os principais arranjos de livre-comércio africanos, como a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, na sigla em inglês) e o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e, mais recentemente, a Zona Continental de Livre-Comércio Africana (em processo de ratificação interna).

Em fevereiro de 2020, em coletiva de imprensa convocada pelo Ministro das Finanças da Zâmbia, Bwalya Ng'andu, causou preocupação o anúncio sobre o aumento percebido na dívida pública zambiana, que saltou de USD 10,23 bilhões (número registrado em junho de 2019) para USD 11,2 bilhões (referente a dezembro do ano passado). Segundo explicado por Ng'andu, o referido acréscimo deveu-se a pagamentos de parcelas de empréstimos tomados pelo país para irrigar projetos na área de infraestrutura.

No mesmo sentido, o déficit fiscal zambiano tampouco arrefeceu, equivalendo, hoje, a 8,2% do PIB (contra 6,5% registrado há um ano). As medidas de austeridade anunciadas pelo governo nos últimos anos, portanto, não vêm surtindo o efeito esperado, o que vem dificultando, em grande medida, as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A Zâmbia apresenta significativa dependência em relação às suas exportações de cobre para a China. Com a desaceleração econômica chinesa e a acentuada queda do preço internacional daquela 'commodity', observada no último mês, o país deverá ver o seu setor externo fortemente pressionado, podendo vivenciar episódios de ataques especulativos contra a sua moeda (kwacha) no corrente ano, uma vez que suas reservas internacionais equivalem a apenas 1,7 mês de importação.

PANDEMIA DE COVID-19

A Zâmbia conta com mais de cem casos de contaminação por COVID-19 confirmados, com três óbitos.

No que diz respeito a problemas de ordem logística a serem enfrentados pela Zâmbia, deve-se ter presente o fato de tratar-se de país mediterrâneo, essencialmente dependente da importação de ampla gama de produtos - sobretudo da África do Sul (a maioria dos supermercados locais pertencem a cadeias sul-africanas). O país poderá, portanto, sofrer abalo interno com a possível ruptura em sua cadeia de abastecimento.

As perspectivas da economia zambiana para o ano corrente mostram-se, assim, desfavoráveis, sobretudo se levados em consideração os efeitos negativos da epidemia do coronavírus.

**PERFIS BIOGRÁFICOS**

**Edgar Chagwa Lungu**
**Presidente da República**

Nascido em 1956, graduou-se em Direito pela University of Zambia. Começou na política pelo United Party for National Development, aderindo posteriormente à Frente Patriótica, na qual faria a maior parte de sua carreira. Antes de chegar à Presidência, ocupou a chefia dos Ministérios de Assuntos Domésticos, Defesa e Justiça, durante o governo do então Presidente Michael Sata. Após o falecimento de Sata, em outubro de 2014, foi eleito, pela governista Frente Patriótica, para "mandato-tampão" de pouco mais de um ano. Em agosto de 2016, foi eleito para um novo mandato presidencial. Tomou posse em 13/09/2016.

**Joseph Malanji**
**Ministro dos Negócios Estrangeiros**

Nascido em 1965, Joseph Malanji é formado em administração de empresas, sendo também empresário e proprietário de empreendimentos comerciais. Iniciou na política pelo "Movement for Multiparty Democracy - MMD", galgando proximidade ao ex-Presidente Rupiah Banda (2008-11), com quem teria relações de negócios e parentesco. Durante a gestão de Banda, Malanji foi designado Presidente do Comitê Executivo Nacional para Terras e Recursos Minerais. Em 2012, converte-se à Frente Patriótica e elege-se, em 2016, parlamentar pelo distrito de Kwacha, pertencente à cidade de Kitwe (segunda maior cidade da Zâmbia), província do Copperbelt.

**Alfreda Chilekwa Kansembe Mwamba**
**Embaixadora em Brasília**

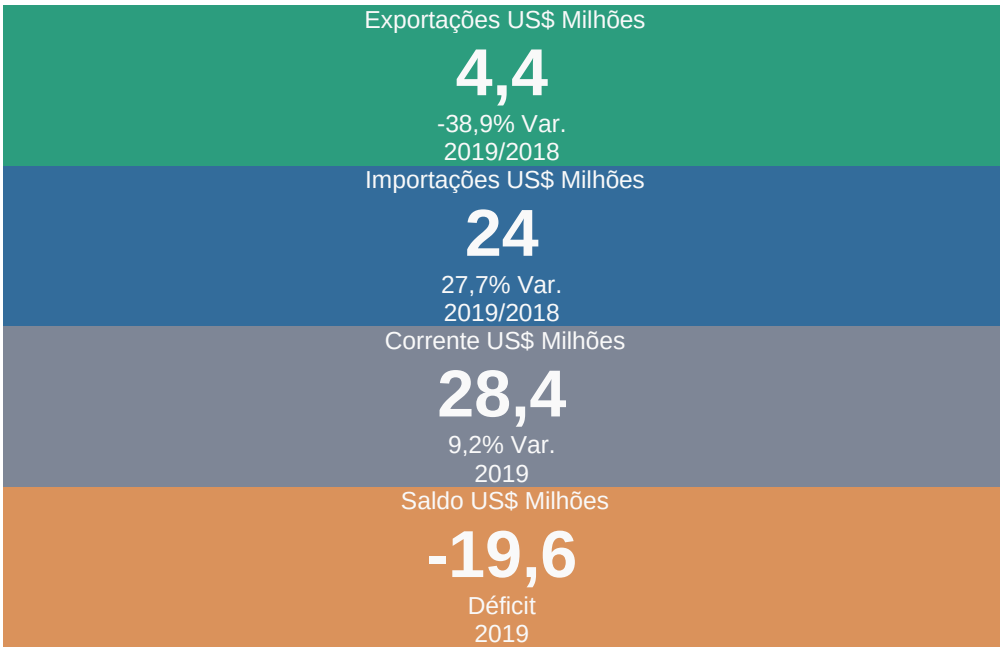
Nascida em 1961 e proveniente de Kasama, capital da Província Setentrional (“Northern Province”) da Zâmbia, berço da etnia bemba, a mais numerosa no país e politicamente predominante no partido governista "Patriotic Front" (PF), formou-se em pedagogia pela Universidade da Zâmbia, em 1984. Iniciou sua vida profissional como professora de ensino médio e profissionalizante, tendo assumido uma primeira posição pública em 1988, na área de educação pública do Ministério do Trabalho, em Lusaca. Elegeu-se, em 2006, deputada da Assembleia Nacional. Em 2015, assumiu o cargo de Vice-Ministra do Trabalho até as eleições de 2016. É Embaixadora no Brasil desde 2017.

**MAPA DA ZÂMBIA**

## DADOS BÁSICOS

| | |
|---|---|
| **NOME OFICIAL:** | República da Zâmbia |
| **CAPITAL:** | Lusaca |
| **ÁREA:** | 752.614 Km² |
| **POPULAÇÃO (est. 2020):** | 17,4 milhões |
| **IDIOMAS:** | Inglês (oficial), nyanja, bemba, tonga, lozi, e outros 66 idiomas locais. |
| **PRINCIPAIS ETNIAS: (censo de 2000)** | 73 etnias ao total; bemba (21%), tonga (13,6%), Chewa (7,4%). |
| **PRINCIPAIS RELIGIÕES: (censo de 2000)** | Protestantes (75,3%), católicos (20,2%), outros (2,7%), sem religião (1,8%). |
| **SISTEMA DE GOVERNO:** | República presidencialista |
| **CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:** | Presidente Edgar Lungu (janeiro/2015, reconduzido em setembro/2016) |
| **CHANCELER:** | Ministro Joseph Malanji (janeiro/2018) |
| **EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:** | Alfreda C. K. Mwamba |
| **EMBAIXADOR EM LUSACA:** | Colbert Soares Pinto Jr. |
| **PIB:**<br>**PIB PPP :** | US$ 25,71 bilhões<br>US$ 68,93 bilhões |
| **PIB PPP per capita:** | US$ 4.000,00<br>US$ 1.552, 94 |
| **UNIDADE MONETÁRIA:** | Kwacha (Kz) |

## CORRENTE DE COMÉRCIO EM 2019




**0,002%**
Part. nas Exportações
2019

**175º**
Ranking de Exportações
2019

**0,01%**
Part. nas Importações
2019

**89º**
Ranking de Importações
2019

*Fonte: Ministério da Economia*

**EMBAIXADA DO BRASIL EM LUSACA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**

**EMBAIXADOR COLBERT SOARES PINTO JR.**

Desde o início de minha gestão à frente da Embaixada em Lusaca, em 04/08/2017, até a presente data, o Posto cumpriu intensa agenda de atividades, havendo logrado desenvolver iniciativas e efetuar avanços qualitativos nas diversas áreas de trabalho. Descrevo, a seguir, os principais avanços e atividades desenvolvidos no período em tela para cada uma das áreas temáticas, bem como o contexto em que as ações da Embaixada têm sido levadas a efeito.

POLÍTICA

2. A Zâmbia tem mantido sua vida cívica no marco da democracia desde o início da década de 1990, quando se encerrou o período de 27 anos de poder do presidente Kenneth Kaunda, no qual prevaleceu, durante a maior parte do tempo, sistema político controlado por um único partido, o UNIP. Nos vinte anos seguintes, sucederam-se presidentes do MMD, partido do Movimento pela Democracia Multipartidária, principal responsável pela mobilização que levaria ao fim do regime zambiano de partido único. Em 2012, passou a governar a Zâmbia a força política que se encontra atualmente no poder, o partido da Frente Patriótica (PF). Porém, o presidente eleito naquela ocasião, Michael Sata, morreu no final do segundo terço de seu mandato. Para substituí-lo, organizaram-se eleições presidenciais suplementares, em que saiu vitorioso, por reduzida margem de votos, o atual presidente, Edgar Chagwa Lungu, que havia sido ministro da Justiça e da Defesa no governo Sata, bem como secretário-geral do PF. Cumprido o período de um ano e meio correspondente ao tempo que faltava para completar o mandato de Michael Sata, seguiram-se novas eleições presidenciais, em agosto de 2016, em que Lungu, uma vez mais, saiu vitorioso por pequena margem, desta feita para um mandato integral de cinco anos.

3. O resultado eleitoral foi contestado fortemente pela oposição, que teve seu principal líder, Hakainde Hichilema (filiado ao 'United Party for National Development'), encarcerado sob acusação de atentar contra a segurança do presidente Lungu. Hichilema seria recolocado em liberdade meses mais tarde, mas o episódio, assim como o cenário em torno da campanha presidencial, repercutiu negativamente

junto a formadores de opinião e observadores da política zambiana, inclusive no meio diplomático.

4. O país encontra-se envolto em severa crise econômica, derivada, em grande medida, de uma temerária gestão fiscal, que endividou pesadamente o país no arco dos últimos anos; de longo e intenso período de estiagem, que vem submetendo o país a regime de racionamento de energia elétrica; e em função da conjuntura internacional de diminuição da atividade econômica, relacionada com a crise sanitária global provocada pela pandemia de Covid-19. Nesse contexto adverso, o governo Lungu tem procurado meios de garantir a sua permanência no poder, buscando promover reforma da Constituição zambiana, projeto que se encontra em discussão no Parlamento, a qual teria como um de seus efeitos o de produzir maior fortalecimento do partido no poder, o que daria ao PF condições favoráveis na disputa das próximas eleições presidenciais, programadas para agosto de 2021.

5. O tema das eleições presidenciais de 2021 tem dominado a pauta política do país e inclui discussão sobre a legalidade de uma eventual candidatura de Lungu a novo mandato. A Constituição zambiana, reformada em 2016, veda a possibilidade de um terceiro mandato presidencial. Consultada a respeito, a Corte Constitucional emitiu parecer confuso, que se tem prestado a distintas interpretações. Na opinião do governo, o primeiro termo de Lungu no poder (2015-2016) não poderia ser computado para efeito eleitoral, por haver sido derivado de eleição suplementar e tido duração sensivelmente inferior à dos mandatos regulares (5 anos). Para a oposição, como a Constituição não estabelece nenhuma diferença entre mandatos regulares e os derivados de eleição suplementar, o presidente Lungu estaria, agora, completando o seu segundo mandato e, portanto, seria inelegível. O debate ainda se encontra aberto, podendo, inclusive, vir a abrir flanco para movimento dissidente interno nas hostes do PF, com vistas à apresentação de candidato alternativo à presidência do país.

6. Durante o período de minha chefia no Posto, a Embaixada realizou reuniões de trabalho e gestões políticas sobre diversos temas afetos às Relações Exteriores, tendo como interlocutor principal o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Zâmbia (MoFA). Nesse campo, cumpre assinalar que a Zâmbia tem emprestado apoio à maioria das posições e candidaturas brasileiras nos foros multilaterais, sendo o Brasil seu principal parceiro sul-americano.

7. Os principais temas da agenda política nacional têm merecido cobertura atenta de parte da Embaixada. Entre estes, destacam-se: diálogo político entre governo e oposição; projeto de emenda à constituição (‘Bill n. 10’); eleições presidenciais de 2021; debate

sobre a possibilidade de reeleição do presidente Edgar Lungu; eleições suplementares em distritos eleitorais; denúncias de corrupção em órgãos oficiais; incremento da violência política; direitos humanos, liberdade de expressão e de imprensa; assuntos de segurança pública; efeito da atual crise econômica sobre a popularidade do presidente Lungu e do partido do governo (PF); implementação do VII Plano Nacional de Desenvolvimento (7NDP); viagens presidenciais e atuação da Zâmbia nos foros de integração política e econômica regionais, especialmente na SADC, COMESA e União Africana.

8. A Embaixada tem participado ativamente das reuniões periódicas do Grupo de Países Cooperantes (CPG), do qual faz parte. Na condição de membro da agrupação, a Embaixada participou das duas edições do Fórum de Diálogo de Alto Nível, entre o CPG e o governo zambiano, mecanismo reativado em 2018 e voltado ao fomento de uma maior integração entre doadores de cooperação técnica e/ou econômica para o desenvolvimento e seus interlocutores locais. Ambas as ocasiões propiciaram intercâmbio de opiniões e informações acerca dos temas mais relevantes para a cooperação técnica e o relacionamento político-econômico entre os dois lados.

9. No corrente ano de 2020, Brasil e Zâmbia completam 50 anos de relações diplomáticas. A Embaixada recomenda que se promova a comemoração da data por meio de ato oficial, preferivelmente com a visita de autoridade diplomática brasileira à Zâmbia. Na avaliação da Embaixada, a realização de visita de alto nível poderia catalisar o adensamento do diálogo político bilateral.

ECONOMIA

10. Observou-se, nos últimos três anos, paulatina deterioração da economia zambiana e de seus fundamentos macroeconômicos. Destacam-se, entre os principais fatores causadores desse processo, a crescente dívida pública (doméstica e externa), atualmente no patamar de USD 11,2 bilhões, e o aumento do déficit fiscal, hoje equivalente a 8,2% do PIB (contra 6,5% registrado há um ano). Tal conjuntura levou à agência de classificação de risco de crédito Moodys a rebaixar o "rating", em função da debilidade do país frente ao seu crescente estoque de dívida pública, com aumento da probabilidade de insolvência.

11. Contribuíram para o quadro de desequilíbrio macroeconômico ora vigente as crises nos setores agrícola e energético observadas

no ano de 2019, causadas por uma das mais severas estiagens das últimas décadas na porção meridional africana. A falta de chuva afetou duramente a produção elétrica zambiana, fortemente dependente de fontes hidráulicas (que respondem por 85% de sua capacidade de geração), assim como a produção de alimentos, tendo ficado o país na iminência de uma crise humanitária. No último ano, foram recorrentes (problema que ainda persiste) os contínuos desabastecimentos elétricos, que obrigaram à imposição de sistema de racionamento de energia (chamado localmente de "load shedding”), quadro que acabou por minar o desempenho dos setores produtivos do país. A prolongada seca levou, por sua vez, a quebras de safra, sobretudo no principal cultivo doméstico: o milho, que viu seu preço disparar e contribuir, em grande parte, para a volta da pressões inflacionárias, hoje em 15,7% no acumulado dos últimos doze meses.

12. Com a erupção da pandemia de COVID-19, as perspectivas da economia zambiana para o ano corrente tornaram-se ainda mais nebulosas, porquanto a queda do ritmo econômico já é bastante visível no país. Ao ser muito dependente de exportações de cobre e demais minérios, especialmente para a China, a Zâmbia deverá sofrer, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), retração da ordem de 3,5% de seu produto interno bruto em 2020. Com a desaceleração da economia mundial, a acentuada queda do preço internacional do cobre e reservas internacionais muito baixas (equivalentes a apenas 1,7 mês de importação), o país deverá ver o seu setor externo fortemente pressionado, podendo vivenciar episódios de ataques especulativos contra a sua moeda (kwacha), cuja desvalorização foi de aproximadamente 100% frente ao dólar, desde quando aqui cheguei.

13. Saliento que o governo não logrou contornar tal quadro negativo, uma vez que a retórica das autoridades governamentais de privilegiar a implementação de medidas de austeridade não se traduziu na obtenção de resultados efetivos. Para agravar ainda mais a situação, a percebida falta de comprometimento do governo com práticas fiscais responsáveis dificultou, em grande medida, as negociações com o FMI, com vistas à aprovação de programa de recuperação econômica no valor de USD 1,3 bilhão em favor do país (as conversas com o Fundo se arrastam desde 2017). O crescimento persistente da dívida pública zambiana (representando mais de 80% do PIB) continua sendo, naturalmente, o principal óbice ao acordo. Afinal, os negociadores do FMI condicionam a ajuda à efetiva implementação de medidas que levem à contração da dívida do país.

14. Nesse contexto, o relacionamento da Zâmbia com a China merece especial atenção. A influência do país asiático na Zâmbia é incontrastável, sendo, atualmente, o principal parceiro econômico

deste país (maior investidor e segundo destino das exportações zambianas). Apenas em financiamento de projetos de infraestrutura na Zâmbia, o governo chinês já destinou cerca de US$ 8,5 bilhões. As companhias chinesas controlam praticamente todas as obras de infraestrutura zambianas de maior envergadura e importância estratégica. Em grande medida, os problemas da dívida pública zambiana têm origem no vultoso fluxo de empréstimos contraídos com empresas chinesas, sobretudo empreiteiras, em condições contratuais nem sempre vantajosas para o país africano e carentes de transparência (muitas vezes, tais contratos são de natureza confidencial). São recorrentes as denúncias de superfaturamento de várias dessas obras e de desvio de recursos por dirigentes governamentais.

15. Conforme algumas fontes da imprensa já alertam, a abordagem diplomática chinesa direcionada à Zâmbia (e a vários outros países africanos), denominada corriqueiramente de 'debt-trap diplomacy', ou 'predatory infrastructure financing', termos empregados por autoridades norte-americanas, estaria contribuindo, em considerável grau, para o crescente endividamento do país, assim como colocando em risco a soberania zambiana em determinados setores estratégicos da economia.

16. Como se nota, o horizonte que se vislumbra nos próximos anos não se mostra alentador para a economia local, especialmente quando se leva em consideração a aproximação das eleições presidenciais, agendadas para agosto de 2021, o que poderá estimular o relaxamento do controle dos gastos públicos, assim como a aproximação do vencimento do primeiro 'eurobond' contraído pelo país em 2012, no valor de US$ 750 milhões (outros dois 'eurobonds' foram contraídos pelo país 2014 e 2015, nos valores de US$ 1 bilhão e US$ 1,25 bilhão, respectivamente). O primeiro eurobond, em específico, tem vencimento em 2022, e a capacidade de pagamento do país já preocupa o governo, assim como a possibilidade de exploração política do tema nas eleições presidenciais de 2021 contra Lungu, que deverá tentar a reeleição.

17. Saliente-se, por fim, a assinatura, em Brasília, em dezembro de 2017, do Acordo de Reestruturação da Dívida da Zâmbia com o Brasil, ocasião em que o então ministro das Finanças da Zâmbia, Felix Mutati, representou o país africano. Por meio do referido instrumento, o Brasil concedeu perdão de 80% do valor total da dívida bilateral zambiana (de USD 113,4 milhões), gesto muito bem recebido localmente e que contribuiu para reforçar a já positiva imagem brasileira.

COMÉRCIO

18. No que se refere ao comércio internacional, cabe destacar que a Zâmbia faz parte dos principais arranjos de livre comércio no âmbito africano, como o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), sendo também participante, desde 2016, do acordo tripartite COMESA-SADC-Comunidade da África Oriental. O país beneficia-se, igualmente, do Acordo de Cotonou e do 'Everything but Arms' (EBA) com a União Europeia; além do Sistema Geral de Preferências (SGP) e do 'African Growth and Opportunities Act' (AGOA) estadunidenses, que garantem comércio livre e sem limitação de quotas aos seus produtos naqueles mercados.

19. Mais recentemente, a Zâmbia assinou, em 2019, o acordo que cria a Zona de Livre Comércio Continental na África (ZLCCA), mas ainda não o ratificou internamente. Observa-se importante clivagem interna sobre o tema, cujos efeitos são sentidos no processo de ratificação do instrumento, que caminha de maneira morosa. O próprio Ministro do Comércio e Indústria zambiano, Christopher Yaluma, declarou, em diversas oportunidades, que o país "não terá pressa" ("Zambia will not rush") em acelerar a ratificação do acordo. A preocupação das autoridades locais é que a Zâmbia se torne, nas palavras de Yaluma, um "dumping site for substandard products".

20. Outro desafio colocado ao país, no âmbito da ZLCCA, refere-se à sua adequação ao protocolo de livre movimentação de pessoas, porquanto a presença de mão-de-obra qualificada em outras nações africanas poderia afetar negativamente o mercado laboral do país. O já mencionado ministro do Comércio e Indústria declarou que a Zâmbia não estaria preparada para tal protocolo.

21. Instituições de pesquisa e os economistas com os quais o Posto mantém contato rotineiro avaliam, de modo geral, que a não-ratificação da ZLCCA, até o momento, comprovaria a postura defensiva e vacilante das autoridades em relação ao tópico. Sugerem, igualmente, que a internalização do instrumento no ordenamento jurídico local pouco impactaria o comércio exterior praticado pelo país. Tal assertiva estaria baseada em dois motivos centrais: i) o fato de a Zâmbia já se encontrar obrigada a reduzir suas linhas tarifárias e liberalizar setores de interesse em função dos arranjos comerciais previamente citados; e ii) o padrão de comércio por ela praticado, majoritariamente voltado para fora do continente.

22. Sobre este último ponto, deve ser ressaltado que as exportações da Zâmbia estão concentradas basicamente em 15 países (representam 95% do seu volume). A Suíça, maior importadora, responde, sozinha, por 44,6% do total das vendas externas zambianas (grande parte de tais seria, na verdade, destinada a empresas chinesas, em

esquema de operações indiretas); a China, em segundo lugar, por 16,3%. Daquele grupo de 15 países, sete são africanos, sendo que cinco deles situam-se em sua vizinhança imediata. Esse pequeno grupo de cinco países - RDC, África do Sul, Zimbábue, Malawi e Tanzânia - absorvem, por sua vez, 99% das exportações zambianas destinadas ao continente africano.

23. Somado à pouca significância atual do mercado africano para a Zâmbia, mesmo participando de todos os blocos comerciais regionais previamente mencionados, deve ser sublinhado o fato de que, nos últimos anos, houve decréscimo de 50% das exportações deste país para a África, o que, por si só, constitui elemento adicional de crítica à ZLCCA e à sua capacidade de alavancamento do comércio exterior zambiano em nível continental.

24. As explicações para tal padrão de comércio são, como se supõem, estruturais. Afinal, assim como outros países africanos, a Zâmbia tem seus mercados tradicionais localizados extrarregionalmente, o que se explica pela baixa capacidade aquisitiva dos países do entorno e pela falta de complementariedade entre as economias do continente, quase todas altamente dependentes da exportação de bens primários e 'commodities' de mesma natureza (como minerais, por exemplo). No caso da Zâmbia, o cobre responde, sozinho, por 75% de suas vendas ao exterior.

25. Economistas do país advogam que, para a Zâmbia auferir benefícios e vantagens na ZLCCA, o país deveria dedicar-se a "fazer o dever de casa", o qual consistiria em acelerar seu processo de industrialização interna; diversificar a sua economia, muito centrada em minérios e bens agrícolas comercializados com baixo valor agregado; e aprimorar sua infraestrutura e logística, elemento crítico, por tratar-se de país sem acesso ao mar. As empresas zambianas deveriam, por seu turno, e como consequência do reduzido mercado local, voltar seus esforços para a conquista de mercados nos países vizinhos (hoje, por exemplo, a Zâmbia possui comércio deficitário com o bloco da COMESA); além de mirar os mercados regionais africanos ainda não desbravados, como é o caso da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), que recebe exportações zambianas equivalentes a insignificantes USD 4 milhões (a Zâmbia exporta USD 8 bilhões para o mundo).

26. Já sob a ótica da importação, determinados setores da economia local defendem que a participação na ZLCCA traria benefícios para os consumidores e para o setor produtivo interno, ao facilitar a entrada, no país, de bens de consumo, matérias-primas e bens de capital a custos mais competitivos, estimulando, ao mesmo tempo, a inovação, o empreendedorismo e a geração de empregos.

27. Vale notar que a Zâmbia - integrante do G-6, juntamente com Djibuti, Etiópia, Madagascar, Maláui, Sudão e Zimbábue - solicitou período de transição de 15 anos para aplicação de 90% da redução tarifária proposta no texto da ZLCCA. Tal prerrogativa no cronograma e conteúdo do processo de liberalização comercial permitirá àquele grupo de países aprimorar, de maneira mais gradual, a competitividade dos setores produtivos domésticos que se apresentam ainda incipientes.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS BRASIL-ZÂMBIA

28. Os números referentes ao comércio Brasil-Zâmbia ainda são modestos e irregulares, embora tenha sido observado, em 2019, o maior volume de troca entre os dois países: foram contabilizados USD 28,4 milhões de corrente de comércio (aumento de 9,2% em relação a 2018), sendo o Brasil amplamente deficitário nessa relação (-USD 19,6 milhões). Importante sublinhar que as exportações zambianas aumentaram 27,7% em relação a 2018, havendo extrema concentração dessas vendas no segmento de produtos derivados do cobre (quase 100% do total). Já as exportações do Brasil para a Zâmbia (175° lugar no ranking de destinos dos produtos nacionais) mostraram-se mais diversificadas e com maior valor agregado. Destacaram-se as vendas de pneus usados (23%); móveis (20%); maquinário agrícola (9,7%); instalações e equipamentos de engenharia e construção civil (9%); máquinas não-elétricas, ferramentas e aparelhos mecânicos (5,6%); bombas para líquidos e elevadores de líquidos (4,8%); demais produtos da indústria de transformação (4,7%); e tratores (4%). No que concerne a investimentos, não há empresas brasileiras atualmente investindo na Zâmbia. A última companhia com presença neste país foi a mineradora Vale, que acabou por vender, em 2017, sua participação na mina de Lubambe para empresa australiana.

PROMOÇÃO COMERCIAL

29. A criação do Setor de Promoção Comercial (SECOM), em 2018, foi um dos resultados mais relevantes obtidos durante minha gestão à frente da Embaixada. A abertura do setor esteve atrelada à observação, à época, do fato de a Zâmbia receber, progressivamente, detida atenção de importantes potências econômicas emergentes, especialmente aquelas integrantes do BRICS, além de países com destacada presença regional, como Turquia e Arábia Saudita. Tal interesse se justificava, entre outros motivos, pelo bom desempenho econômico do país, que hoje ocupa

o terceiro posto de maior economia da África Austral, com Produto Interno Bruto de US$ 27,5 bilhões (seu PIB experimentou expansão de aproximadamente 50% nos últimos 10 anos), atrás apenas da África do Sul e de Angola.

30. Contribui ainda para o aumento da atratividade econômica da Zâmbia a existência de uma economia de mercado com alto grau de abertura, amparada por ordenamento jurídico com garantias legais de proteção do investimento e de repatriação de lucros. Recorde-se, igualmente, que, ao contrário da maioria dos países africanos, não existe controle cambial na Zâmbia. Some-se a isso a presença de mão-de-obra barata e praça financeira diversificada (estão presentes os principais bancos sul-africanos, britânicos, chineses, indianos, entre outros).

31. Entre os principais resultados alcançados pelo SECOM, destaco: i) apoio e acompanhamento de visitas de empresas brasileiras de alto perfil a esta capital (Embraer, Marcopolo, Odebrecht, Positivo Informática); ii) participação da Embaixada, pela primeira vez, em todas principais feiras e exposições da Zâmbia; iii) organização, em abril de 2019, de missão exploratória do setor de biocombustíveis brasileiro, liderada pelo Arranjo Produtivo Local do Álcool (APLA), à Zâmbia; iv) apoio contínuo dado à Embraer, desde 2018, em suas tratativas junto ao governo local, com o objetivo de realizar venda de jatos para a companhia aérea 'Zambia Airways', cuja entrada em operação se encontra, no momento, adiada.

32. A missão empresarial brasileira do setor sucro-alcooleiro, capitaneada pelo APLA, ocorrida em abril de 2019, mereceria especial menção, uma vez que sua exitosa execução, por iniciativa da Embaixada, possibilitou a retomada do diálogo bilateral em biocombustíveis, que se encontrava suspenso há vários anos. As atividades então realizadas em Lusaca receberam grande atenção do governo local, havendo contado com a participação dos ministros zambianos da Energia e do Planejamento para o Desenvolvimento, além de técnicos de vários órgãos oficiais, em seminário realizado sobre o tema na ocasião. Estava prevista, para março deste ano, a vinda da segunda missão empresarial brasileira do setor à Zâmbia, ainda mais robusta em termos de participação de companhias, com o objetivo de prospectar oportunidades comerciais e de investimento concretas no país africano. Contudo, com a eclosão da pandemia de COVID-19, a missão teve de ser postergada, possivelmente para o segundo semestre de 2020.

33. No campo da agricultura, outra área em que há grande potencial para que Brasil e Zâmbia aprofundem entendimentos, valeria recordar que se encontra em exame pelo Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento (MAPA) projeto de memorando de entendimento bilateral. O texto já conta com o consentimento do governo local. O tema suscita grande interesse da parte zambiana, que tenciona aprofundar parceria com o Brasil nessa área, de modo a receber cooperação em sentido amplo, não somente técnica, mas também sob a forma de investimentos e eventual formação de joint-ventures. A Embaixada entende que o assunto deveria receber tratamento diferenciado no âmbito do governo brasileiro, principalmente no contexto das comemorações dos 50 anos de relações diplomáticas entre os dois países.

34. Ainda em agricultura, a Embaixada havia planejado a realização, no segundo semestre de 2020, de missão empresarial brasileira a Lusaca, com o objetivo de explorar oportunidades nos segmentos de equipamentos, maquinário, fertilizantes, tecnologia de irrigação, processadores de frutas e alimentos, bem como de itens relativos à pecuária, sobretudo relacionados com melhoramento genético e pastagens, venda de sêmen e embriões bovinos, sementes de pasto etc. O Posto entende haver evidentes oportunidades para as empresas brasileiras do setor neste país, visto que a Zâmbia apresenta muitas características naturais e climáticas similares às do Brasil. O planejamento da missão encontra-se suspenso em função das restrições à movimentação pessoas resultantes da pandemia de COVID-19.

CULTURA

35. Apesar da evidente importância da presença de elementos africanos na conformação da cultura popular brasileira, é ainda bastante modesta a interação entre a Zâmbia e o Brasil nesse campo. A Embaixada tem-se esforçado, durante minha gestão, para diminuir essa lacuna, buscando promover atividades relacionadas às diversas áreas da expressão cultural.

36. No início de 2018, em reunião de trabalho realizada na Residência oficial brasileira, o grupo de países lusófonos com representação diplomática na Zâmbia Angola, Brasil, Guiné Bissau e Moçambique decidiu criar um festival anual de cultura lusófona, que foi batizado de LUSOFEST. Empreiteiras portuguesas atuantes na Zâmbia garantiram a representação de Portugal em ambas as edições do evento - 2018 e 2019, as quais tiveram lugar no Dia Internacional da Lusofonia (5 de maio), em espaço ao ar livre alugado junto a hotéis de alto perfil. O evento consistiu em mostra gastronômica e de artesanato, música e dança, para público estimado em 500 pessoas. No caso particular de 2019, a renda auferida com a venda de itens culinários foi revertida para fins humanitários, em forma de ajuda à população atingida pelos ciclones que assolaram Moçambique naquele

ano. Em 2020, a realização do LUSOFEST foi suspensa em razão das medidas de controle sanitário colocadas em vigor, no contexto da pandemia de Covid-19.

37. Em meados de 2018, a Embaixada promoveu recital de violão erudito do músico paranaense Fabricio Mattos, com programa formado integralmente por peças de compositores brasileiros. O evento foi realizado no auditório da Aliança Francesa, para público de superior a 150 pessoas. O violonista, que realiza curso de doutorado na prestigiosa Royal Academy of Music de Londres, também ofereceu "master class" em academia de música de Lusaca, sobre aspectos fundamentais da música brasileira e suas implicações, para os instrumentistas, no contexto interpretativo.

38. Em 2018 e 2019, a Embaixada passou a participar da edição anual do Festival Internacional de Cinema de Lusaca. Na edição de 2018, foi exibido o filme brasileiro "Gabriel e a Montanha", do diretor Fellipe Barbosa, o qual esteve presente na ocasião, havendo palestrado e dialogado com o público presente após a sessão do filme. Em 2019, o cinema nacional foi representado pelo filme "Como é cruel viver assim", da diretora Julia Rezende. Em ambas as ocasiões, a Embaixada ofereceu pequeno coquetel ao final da sessão, de forma a permitir interação com o público presente.

39. No campo das artes visuais, a Embaixada realizou duas exposições. A primeira consistiu em mostra fotográfica do artista gráfico Fabiano Queiroga, realizada em setembro de 2018. A mostra apresentou peças divididas entre dois conjuntos temáticos: fotografias de Brasília, sobretudo de prédios públicos da autoria de Niemeyer, e imagens da Festa do Divino Espírito Santo, de Pirenópolis (GO). A segunda exposição, realizada em novembro de 2019, consistiu em exibição de quadros da artista visual Suzanne Silva, pintados com tinta a óleo e acrílica sobre madeira. Intitulada "África Clássica", a exposição buscou reinterpretar quadros renascentistas europeus à luz de elementos físicos e culturais do contexto africano. Ambas as exposições tiveram lugar em espaço cultural da Embaixada (Chancelaria), com a presença dos artistas e de representantes dos órgãos de cultura locais, e com público total em torno de 100 pessoas.

40. A Embaixada também passou a participar da Feira Internacional Cultural, evento anual organizado pelo Clube Diplomático de Lusaca. No intento de aproveitar todas as oportunidades possíveis para promover a cultura brasileira, a Embaixada contou com estande nas edições de 2018 e 2019 da Feira, a qual se realiza no segundo semestre do ano, havendo, nessas ocasiões, oferecido mostras representativas da culinária brasileira (salgadinhos, doces e pratos quentes). Na edição de 2019, o estande da Embaixada obteve a segunda

maior arrecadação da Feira, num universo de dezoito países participantes. A arrecadação dos estandes nacionais é, por norma, integralmente repassada ao Clube Diplomático de Lusaca, para utilização em projetos beneficentes.

41. Em 22/02/2020, em parceria com o Clube Diplomático de Lusaca, a Embaixada organizou festa de Carnaval nas dependências da Residência oficial. O evento, de caráter beneficente, contou com público de cerca de 300 pessoas e o apoio de diversos patrocinadores (Stanbic Bank, Toyota, Ambev, Turkish Airlines, entre outros). A arrecadação do evento, a cargo do Clube Diplomático, do qual passei a ser o presidente ("Chairperson") por meio de eleição em assembleia geral, ocorrida em março de 2019, terá como destinação principal a construção de ala de maternidade em clínica popular, localizada na periferia de Lusaca. A obra foi indicada como prioritária pelo Ministério da Saúde da Zâmbia.

COOPERAÇÃO TÉCNICA E EDUCACIONAL

42. A Embaixada participa ativamente do "Grupo de Países Cooperantes" na Zâmbia (CPG)" integrado por missões diplomáticas e organismos internacionais residentes, e cujas reuniões são mantidas em caráter mensal. O Brasil figura como o único país cooperante a não manter, na atualidade, projeto bilateral de cooperação técnica com a Zâmbia.

43. Em caso de retomada da cooperação técnica brasileira com a Zâmbia, o Posto entende que os setores mais promissores para o desenvolvimento de projetos são o da agricultura e da saúde.

- Agricultura:

44. Na área agrícola, a Zâmbia continua necessitando de apoio para combater a chamada lagarta de cartucho em seus cultivos de milho (principal alimento do país), praga que segue causando transtornos econômicos graves, além de impactar seriamente a política de segurança alimentar local. Outro assunto de interesse das autoridades locais diz respeito à prioridade política atribuída ao tema da capacitação para estudantes, professores, pesquisadores e pequenos fazendeiros no setor da pecuária, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento genético bovino. Na missão realizada pelo Instituto Daniel Franco (IDF) a Lusaca em outubro de 2019, a Ministra da Pecuária e Pesca, Professora Nkandu Luo, foi muito clara ao enaltecer a necessidade de o referido instituto prestar a capacitação na área assinalada, que poderia ser materializada por meio de oferecimento de bolsas de estudo

nos níveis de graduação e pós-graduação, além de cursos técnicos de curta duração. Sobre o assunto, o Presidente do IDF, Daniel Franco, informou sobre a existência de bolsas de estudo voltadas para capacitação de alunos africanos no âmbito de parceria estabelecida, também em outubro de 2019, entre o Instituto e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

- Saúde:

45. A temática da saúde pública também figura como prioritária para a Zâmbia e poderia ser contemplada em possível projeto bilateral de CTI. O governo zambiano já manifestou, em diversas oportunidades, o interesse de retomar a cooperação com o Brasil no tema. Caberia recordar que a referida agenda mostrou-se intensa entre os anos de 2009 e 2014. No período em tela, foram realizadas ações nas áreas de prevenção e controle do HIV/AIDS, treinamento de profissionais de saúde do Hospital Universitário de Lusaca, além de promoção do desenvolvimento de programas de alimentação escolar, que, neste país, envolve os Ministérios da Educação (gestor do programa) e da Saúde (responsável pelo política de nutrição).

46. As autoridades zambianas externaram interesse em aprofundar cooperação com o Brasil em áreas como fortalecimento do sistema de atenção primária/básica; desenvolvimento da indústria farmacêutica doméstica, por meio da atração de indústrias do setor com capacidade de produção local; políticas de segurança sanitária nas fronteiras; instalação de banco de leite humano; e HIV/AIDS. Em seus recorrentes contatos com o Posto, o ministro da Saúde zambiano, Chitalu Chilufya, cogitou a possibilidade de assinatura de novo instrumento bilateral sobre cooperação em temas de saúde.

- Projetos Fundo IBAS:

47. Registre-se a execução, na atualidade, de dois projetos na Zâmbia apoiados com recursos do Fundo IBAS (Índia-Brasil-África do Sul): um na área de agricultura, voltado para o desenvolvimento do cultivo de soja entre pequenos agricultores (orçamento de USD 1,7 milhão), implementada na província de Muchinga; e outro (que também inclui o Malawi), com vistas a contribuir para a eliminação do matrimônio precoce (orçamento de USD 920.250,00), implementado nas províncias de Muchinga e Setentrional.

48. Sublinho que, em 5 de março de 2020, fiz apresentação sobre o Fundo IBAS na reunião mensal do "Grupo de Países Cooperantes", com o intuito de dar conhecimento aos países doadores sobre os seus objetivos gerais, assim como publicizar as ações de cooperação acima

mencionadas. Na oportunidade, estive acompanhado dos gestores do projeto de cultivo de soja na província de Muchinga, que, por sua vez, detalharam as atividades e objetivos de seu portfolio.

49. Por fim, registro a participação da Embaixada, em 3 de março de 2020, na primeira reunião do comitê diretivo do projeto "eliminação do matrimônio precoce", que contou, inclusive, com a presença da ministra de Gênero da Zâmbia, Elizabeth Phiri.

- Cooperação Educacional

50. Na área educacional, parece ser promissora a cooperação bilateral com a Zâmbia, sobretudo com a aprovação, em 2018, pelo Congresso Nacional brasileiro, do Acordo de Cooperação Educacional, assinado em 2010 pelos dois países.

51. O assunto é visto com muito interesse pelo governo zambiano que, de sua parte, formalizou, em dezembro de 2019, seu desejo de participar dos Programas de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e Pós-Graduação (PEC-PG). O tema segue aguardando o parecer do Ministério da Educação brasileiro.

CONSULAR

52. Estima-se em cerca de 60 (sessenta) pessoas a comunidade brasileira residente na Zâmbia. Em sua composição há um número expressivo de missionários, de diferentes denominações religiosas, além de pessoal técnico empregado no setor de mineração e cônjuges de nacionais zambianos, ou de cidadãos de outras nacionalidades radicados na Zâmbia. Em 2020, no contexto da pandemia de covid-19, o setor Consular tem prestado informações e orientações à comunidade brasileira. Também atuou no sentido de agilizar a repatriação de cidadã brasileira, único caso, até o momento, desse tipo de operação na Zâmbia.

53. Durante minha gestão, o setor Consular da Embaixada emitiu 305 vistos para cidadãos zambianos e viajantes de outras nacionalidades. No mesmo período, foram emitidos 39 documentos de viagem para cidadãos brasileiros.

# 1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

3

# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 9, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 43, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.

**PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad
**RELATOR:** Senador Humberto Costa

21 de Setembro de 2020

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

SF/20981.46925-08

# RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 43, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall*.

Relator: Senador **HUMBERTO COSTA**

## I – RELATÓRIO

Trata-se da indicação do nome do Senhor ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.

De acordo com o art. 52, inciso quarto, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

SF/20981.46925-08

secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383, inciso primeiro, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o MRE encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

Antonio José Maria de Souza e Silva é filho de Celso Antonio de Souza e Silva e Maria Alice de Azevedo Teixeira de Souza e Silva, tendo nascido a 16 de agosto de 1950 no Rio de Janeiro/RJ. É formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito Cândido Mendes.

Ingressou na carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1976. Foi promovido a Segundo-Secretário em 1979; a Primeiro-Secretário em 1984, por merecimento; a Conselheiro em 1989, por merecimento; a Ministro de Segunda Classe em 2004, por merecimento; e a Ministro de Primeira Classe em 2010, por merecimento. Foi para o Quadro Especial em 2015.

No MRE, exerceu diversos cargos, entre eles o de Chefe da Divisão da Europa I, de 1997 a 1999, e o de Chefe da Divisão de Feiras e Turismo em 2004.

Ainda no Brasil, foi Assessor Especial na Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, de 2012 a 2013, e no Ministério do Meio Ambiente, de 2013 a 2015.

No exterior, serviu na Embaixada em Trípoli (Líbia), duas vezes, em 1976 e em 2004; no Consulado-Geral em Nova Iorque de 1979 a 1982; na Embaixada na Guatemala em 1982; na Embaixada em Assunção (Paraguai) de 1982 a 1987; na Embaixada em Islamabad (Paquistão) de 1988 a 1989; na Embaixada em Buenos Aires de 1990 a 1993; na Embaixada em Praga (República Checa) de 1993 a 1997; e na Embaixada em Brazavile (República do Congo) de 2015 a 2016. Foi Embaixador em Díli (Timor Leste) de 2004 a 2008 e em Maputo (Moçambique) de 2008 a 2012. É o Embaixador do Brasil em Yangon ou Rangum (Mianmar, antiga Birmânia) desde 2016.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

SF/20981.46925-08

Foi agraciado com quatro condecorações nacionais e três estrangeiras.

Em atendimento ao art. 383, inciso primeiro, alínea "d", número 1, do RISF, o MRE elaborou relatório sobre as Filipinas, as Ilhas Marshall, a Micronésia e Palau, do qual destacamos as informações seguintes.

As Filipinas são um arquipélago do Oceano Pacífico formado por mais de 7 mil ilhas, com 300 mil km² e 100 milhões de habitantes. Sua capital é Manila. Em 2018, o Produto Interno Bruto (PIB) nominal foi de 330,9 bilhões de dólares e o PIB em paridade de poder de compra *per capita* foi de quase 9 mil dólares.

Em 2019, o intercâmbio comercial com o Brasil totalizou 921,9 milhões de dólares. As exportações brasileiras somaram 655 milhões de dólares e as importações brasileiras, 266,9 milhões de dólares, resultando em um saldo de 388,1 milhões de dólares em favor do Brasil. Basicamente, o Brasil exportou minérios, carnes e combustíveis e importou máquinas elétricas e máquinas mecânicas.

A empresa brasileira Vale fechou seu escritório em Manila, em decorrência da perda de relevância do transbordo de minério de ferro no porto de Subic Bay com destino à China.

Em 2017, a Embraer venceu licitação para fornecimento de seis Super Tucanos à Força Aérea Filipina.

Cenário positivo se desenha para as exportações de carnes do Brasil para as Filipinas, que em 2019 atingiram 139 milhões de dólares. No final daquele ano, realizou-se missão de inspeção ao Brasil de técnicos do Departamento de Agricultura (DA) filipino, cujos resultados foram divulgados em maio de 2020.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

SF/20981.46925-08

Todos os 24 estabelecimentos visitados no Brasil foram aprovados (habilitados ou revalidados) para exportação de carnes bovinas, de aves e suínas, e as habilitações são válidas até abril de 2023. No total, há atualmente 66 estabelecimentos brasileiros habilitados. O DA reconhece o Brasil como país livre de febre aftosa com vacinação, com a exceção do estado de Santa Catarina, livre de febre aftosa sem vacinação. Não obstante, permanecem restrições para exportação de alguns tipos específicos de carne bovina (cabeça e pescoço).

As Ilhas Marshall ocupam cerca de 180 km$^2$ e possuem menos de 60 mil habitantes.

As relações diplomáticas foram estabelecidas em 2010. Ainda não foram firmados atos bilaterais. Não existem empréstimos e financiamentos oficiais do Brasil às Ilhas Marshall.

O intercâmbio comercial bilateral em 2019 somou 216,1 milhões de dólares e consistiu quase totalmente em exportações brasileiras de combustíveis.

Os Estados Federados da Micronésia são formados por mais de 600 ilhas que ocupam 700 km$^2$ e possuem mais de 100 mil habitantes.

As relações bilaterais se iniciaram em 2010. Ainda não foram firmados atos bilaterais. Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais.

Os dados mais recentes sobre o intercâmbio comercial bilateral são de 2016, ano em que totalizou 224 milhões de dólares e consistiu praticamente em exportações brasileiras.

A República de Palau é formada por mais de 300 ilhas, com 458 km$^2$ e pouco mais de 20 mil habitantes.

As relações diplomáticas começaram em 2005, mas não há atos bilaterais, empréstimos nem financiamentos oficiais.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

SF/20981.46925-08

O intercâmbio comercial bilateral não foi expressivo em 2019.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

**LISTA DE PRESENÇA** 7

**Reunião:** 4ª Reunião, Extraordinária, da CRE
**Data:** 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 08h
**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|---|---|---|---|
| **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)** | | | |
| Mecias de Jesus (REPUBLICANOS) | Presente | 1. Renan Calheiros (MDB) | |
| Jarbas Vasconcelos (MDB) | Presente | 2. Fernando Bezerra Coelho (MDB) | Presente |
| Marcio Bittar (MDB) | | 3. Simone Tebet (MDB) | |
| Esperidião Amin (PP) | Presente | 4. Daniella Ribeiro (PP) | Presente |
| Ciro Nogueira (PP) | Presente | 5. Vanderlan Cardoso (PSD) | |
| **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | | | |
| Roberto Rocha (PSDB) | | 1. Izalci Lucas (PSDB) | Presente |
| Mara Gabrilli (PSDB) | | 2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS) | |
| Major Olimpio (PSL) | Presente | 3. Soraya Thronicke (PSL) | Presente |
| **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)** | | | |
| Kátia Abreu (PP) | Presente | 1. Acir Gurgacz (PDT) | Presente |
| Randolfe Rodrigues (REDE) | Presente | 2. Flávio Arns (PODEMOS) | |
| Eliziane Gama (CIDADANIA) | Presente | 3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB) | |
| **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)** | | | |
| Fernando Collor (PROS) | Presente | 1. VAGO | |
| Jaques Wagner (PT) | Presente | 2. Telmário Mota (PROS) | Presente |
| Humberto Costa (PT) | Presente | | |
| **PSD** | | | |
| Nelsinho Trad (PSD) | Presente | 1. Carlos Fávaro (PSD) | Presente |
| Antonio Anastasia (PSD) | Presente | 2. Angelo Coronel (PSD) | Presente |
| **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | | | |
| Chico Rodrigues (DEM) | Presente | 1. Marcos Rogério (DEM) | Presente |
| Zequinha Marinho (PSC) | Presente | 2. Maria do Carmo Alves (DEM) | |
| **PODEMOS** | | | |
| Marcos do Val (PODEMOS) | Presente | 1. Elmano Férrer (PODEMOS) | |

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

**LISTA DE PRESENÇA**

**Reunião:** 4ª Reunião, Extraordinária, da CRE
**Data:** 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 08h
**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

## NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Leila Barros
Rose de Freitas
Rodrigo Pacheco
Carlos Viana

# Resultado de Votação Secreta

## Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
**MSF 43/2020** - C.ANTONIO-FILIPIN.

Início da votação: 21/09/2020 10:17:42 Fim da votação: 21/09/2020 13:04:48

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|---|---|---|---|
| **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,** | | **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,** | |
| MECIAS DE JESUS | **votou** | 1. RENAN CALHEIROS | |
| JARBAS VASCONCELOS | | 2. FERNANDO BEZERRA COELHO | **votou** |
| MARCIO BITTAR | **votou** | 3. SIMONE TEBET | **votou** |
| ESPERIDIÃO AMIN | **votou** | 4. DANIELLA RIBEIRO | |
| CIRO NOGUEIRA | | 5. VANDERLAN CARDOSO | |
| **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | | **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | |
| ROBERTO ROCHA | | 1. IZALCI LUCAS | **votou** |
| MARA GABRILLI | | 2. FLÁVIO BOLSONARO | |
| MAJOR OLIMPIO | **votou** | 3. SORAYA THRONICKE | **votou** |
| **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,** | | **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,** | |
| KÁTIA ABREU | **votou** | 1. ACIR GURGACZ | **voto não computado** |
| RANDOLFE RODRIGUES | **votou** | 2. FLÁVIO ARNS | |
| ELIZIANE GAMA | **votou** | 3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO | |
| **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,** | | **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,** | |
| FERNANDO COLLOR | **votou** | 1. VAGO | |
| JAQUES WAGNER | | 2. TELMÁRIO MOTA | **votou** |
| HUMBERTO COSTA | **votou** | | |
| **PSD** | | **PSD** | |
| NELSINHO TRAD | **votou** | 1. CARLOS FÁVARO | **voto não computado** |
| ANTONIO ANASTASIA | **votou** | 2. ANGELO CORONEL | |
| **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | | **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | |
| CHICO RODRIGUES | **votou** | 1. MARCOS ROGÉRIO | **voto não computado** |
| ZEQUINHA MARINHO | **votou** | 2. MARIA DO CARMO ALVES | |
| **PODEMOS** | | **PODEMOS** | |
| MARCOS DO VAL | **votou** | 1. ELMANO FÉRRER | |

**Votação:**

**TOTAL 19 SIM 18 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0**

**Senador Nelsinho Trad**
**Presidente**

**ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,**
**PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020**

## DECISÃO DA COMISSÃO

**(MSF 43/2020)**

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DAS FILIPINAS, E, CUMULATIVAMENTE, NA REPÚBLICA DE PALAU, NOS ESTADOS FEDERADOS DA MICRONÉSIA E NA REPÚBLICA DAS ILHAS MARSHALL, COM 18 VOTOS FAVORÁVEIS, 1 VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

SF/20981.46925-08

# RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 43, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall*.

Relator: Senador **HUMBERTO COSTA**

## I – RELATÓRIO

Trata-se da indicação do nome do Senhor ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.

De acordo com o art. 52, inciso quarto, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto

SF/20981.46925-08

secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383, inciso primeiro, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o MRE encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

Antonio José Maria de Souza e Silva é filho de Celso Antonio de Souza e Silva e Maria Alice de Azevedo Teixeira de Souza e Silva, tendo nascido a 16 de agosto de 1950 no Rio de Janeiro/RJ. É formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito Cândido Mendes.

Ingressou na carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1976. Foi promovido a Segundo-Secretário em 1979; a Primeiro-Secretário em 1984, por merecimento; a Conselheiro em 1989, por merecimento; a Ministro de Segunda Classe em 2004, por merecimento; e a Ministro de Primeira Classe em 2010, por merecimento. Foi para o Quadro Especial em 2015.

No MRE, exerceu diversos cargos, entre eles o de Chefe da Divisão da Europa I, de 1997 a 1999, e o de Chefe da Divisão de Feiras e Turismo em 2004.

Ainda no Brasil, foi Assessor Especial na Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, de 2012 a 2013, e no Ministério do Meio Ambiente, de 2013 a 2015.

No exterior, serviu na Embaixada em Trípoli (Líbia), duas vezes, em 1976 e em 2004; no Consulado-Geral em Nova Iorque de 1979 a 1982; na Embaixada na Guatemala em 1982; na Embaixada em Assunção (Paraguai) de 1982 a 1987; na Embaixada em Islamabad (Paquistão) de 1988 a 1989; na Embaixada em Buenos Aires de 1990 a 1993; na Embaixada em Praga (República Checa) de 1993 a 1997; e na Embaixada em Brazavile (República do Congo) de 2015 a 2016. Foi Embaixador em Díli (Timor Leste) de 2004 a 2008 e em Maputo (Moçambique) de 2008 a 2012. É o Embaixador do Brasil em Yangon ou Rangum (Mianmar, antiga Birmânia) desde 2016.

SF/20981.46925-08

Foi agraciado com quatro condecorações nacionais e três estrangeiras.

Em atendimento ao art. 383, inciso primeiro, alínea "d", número 1, do RISF, o MRE elaborou relatório sobre as Filipinas, as Ilhas Marshall, a Micronésia e Palau, do qual destacamos as informações seguintes.

As Filipinas são um arquipélago do Oceano Pacífico formado por mais de 7 mil ilhas, com 300 mil km² e 100 milhões de habitantes. Sua capital é Manila. Em 2018, o Produto Interno Bruto (PIB) nominal foi de 330,9 bilhões de dólares e o PIB em paridade de poder de compra *per capita* foi de quase 9 mil dólares.

Em 2019, o intercâmbio comercial com o Brasil totalizou 921,9 milhões de dólares. As exportações brasileiras somaram 655 milhões de dólares e as importações brasileiras, 266,9 milhões de dólares, resultando em um saldo de 388,1 milhões de dólares em favor do Brasil. Basicamente, o Brasil exportou minérios, carnes e combustíveis e importou máquinas elétricas e máquinas mecânicas.

A empresa brasileira Vale fechou seu escritório em Manila, em decorrência da perda de relevância do transbordo de minério de ferro no porto de Subic Bay com destino à China.

Em 2017, a Embraer venceu licitação para fornecimento de seis Super Tucanos à Força Aérea Filipina.

Cenário positivo se desenha para as exportações de carnes do Brasil para as Filipinas, que em 2019 atingiram 139 milhões de dólares. No final daquele ano, realizou-se missão de inspeção ao Brasil de técnicos do Departamento de Agricultura (DA) filipino, cujos resultados foram divulgados em maio de 2020.

SF/20981.46925-08

Todos os 24 estabelecimentos visitados no Brasil foram aprovados (habilitados ou revalidados) para exportação de carnes bovinas, de aves e suínas, e as habilitações são válidas até abril de 2023. No total, há atualmente 66 estabelecimentos brasileiros habilitados. O DA reconhece o Brasil como país livre de febre aftosa com vacinação, com a exceção do estado de Santa Catarina, livre de febre aftosa sem vacinação. Não obstante, permanecem restrições para exportação de alguns tipos específicos de carne bovina (cabeça e pescoço).

As Ilhas Marshall ocupam cerca de 180 km$^2$ e possuem menos de 60 mil habitantes.

As relações diplomáticas foram estabelecidas em 2010. Ainda não foram firmados atos bilaterais. Não existem empréstimos e financiamentos oficiais do Brasil às Ilhas Marshall.

O intercâmbio comercial bilateral em 2019 somou 216,1 milhões de dólares e consistiu quase totalmente em exportações brasileiras de combustíveis.

Os Estados Federados da Micronésia são formados por mais de 600 ilhas que ocupam 700 km$^2$ e possuem mais de 100 mil habitantes.

As relações bilaterais se iniciaram em 2010. Ainda não foram firmados atos bilaterais. Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais.

Os dados mais recentes sobre o intercâmbio comercial bilateral são de 2016, ano em que totalizou 224 milhões de dólares e consistiu praticamente em exportações brasileiras.

A República de Palau é formada por mais de 300 ilhas, com 458 km$^2$ e pouco mais de 20 mil habitantes.

As relações diplomáticas começaram em 2005, mas não há atos bilaterais, empréstimos nem financiamentos oficiais.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

SF/20981.46925-08

O intercâmbio comercial bilateral não foi expressivo em 2019.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM (SF) N° 43, DE 2020

(nº 470/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.

**DESPACHO:** CRE

**AUTORIA:** Presidência da República

**DOCUMENTOS:**

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 470

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.

Os méritos do Senhor **ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de agosto de 2020.

EM nº 00119/2020 MRE

Brasília, 10 de Agosto de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.

2. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo***

00001.004379/2020-79

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 534/2020/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

**Assunto: Indicação de autoridade.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 04/09/2020, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2101633** e o código CRC **8E8D0B46** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.004379/2020-79 SEI nº 2101633

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

**I N F O R M A Ç Ã O**

***CURRICULUM VITAE***

**MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA***
CPF: 245.017.437-00
ID.: 2181558 IFP/RJ

| | |
|---|---|
| 1950 | Filho de Celso Antonio de Souza e Silva e Maria Alice de Azevedo Teixeira de Souza e Silva, nasce em 16 de agosto de 1950 no Rio de Janeiro/RJ |
| **Dados Acadêmicos:** | |
| 1973 | Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito Cândido Mendes |
| 1982 | CAD-IRBr |
| 2003 | CAE-IRBr. Tese "Combate ao Terrorismo: a evolução do tratamento multilateral e os reflexos para o Brasil" |
| **Cargos:** | |
| 1976 | Terceiro-secretário |
| 1979 | Segundo-secretário |
| 1984 | Primeiro-secretário, por merecimento |
| 1989 | Conselheiro, por merecimento |
| 2004 | Ministro de segunda classe, por merecimento |
| 2010 | Ministro de primeira classe, por merecimento |
| 2015 | Ministro de primeira classe do Quadro Especial |
| **Funções:** | |
| 1976 | Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente |
| 1976-79 | Departamento de Promoção Comercial, assistente |
| 1976 | Embaixada em Trípoli, terceiro-secretário em missão transitória |
| 1979-1982 | Consulado-Geral em Nova York, segundo-secretário |
| 1982 | Embaixada na Guatemala, segundo-secretário, encarregado de negócios em missão transitória |
| 1982-1987 | Embaixada em Assunção, segundo-secretário e primeiro-secretário |
| 1987-90 | Divisão de Política Financeira, assistente |
| 1988-1989 | Embaixada em Islamabad, primeiro-secretário, encarregado de negócios em missão transitória |
| 1990-1993 | Embaixada em Buenos Aires, conselheiro |
| 1993-1997 | Embaixada em Praga, conselheiro |
| 1997-99 | Divisão da Europa I, chefe |
| 1999-2004 | Departamento de Promoção Comercial, assessor |
| 2003 | 134ª Assembleia Anual do Bureau International des Expositions, Paris, chefe da delegação |
| 2004 | Embaixada em Trípoli, conselheiro, encarregado de negócios em missão transitória |
| 2004 | Divisão de Feiras e Turismo, chefe |
| 2004 | 135ª Assembleia Anual do Bureau International des Expositions, Paris, chefe da delegação |
| 2004-08 | Embaixada em Díli, embaixador |
| 2008-12 | Embaixada em Maputo, embaixador |
| 2012-13 | Presidência da República - SAC, assessor especial |
| 2013-15 | Ministério do Meio Ambiente, assessor especial |
| 2015- | Escritório de Representação no Rio de Janeiro |
| 2015-2016 | Embaixada em Brazzaville, encarregado de negócios, missão transitória |
| 2016- | Embaixada em Yangon, embaixador |

| **Condecorações:** | |
|---|---|
| 1991 | Orden Nacional del Mérito, Paraguai, Oficial |
| 1997 | Ordem do Infante D. Henrique, Portugal, Cavaleiro |
| 1999 | Ordem de Dannebrog, Dinamarca, Cavaleiro |
| 2007 | Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz |
| 2008 | Ordem do Mérito Judiciário Militar, Alta Distinção |
| 2009 | Medalha do Pacificador |
| 2010 | Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial |

**JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS**
Chefe da Divisão do Pessoal

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

# FILIPINAS

**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**
**Maio de 2020**

| DADOS BÁSICOS SOBRE AS FILIPINAS | |
|---|---|
| **NOME OFICIAL:** | República das Filipinas |
| **GENTÍLICO:** | filipino(a) |
| **CAPITAL:** | Manila |
| **ÁREA:** | 300 mil km² |
| **POPULAÇÃO:** | 100,1 milhões |

| | |
|---|---|
| **LÍNGUA OFICIAL:** | Filipino (tagalog), inglês e línguas locais |
| **PRINCIPAIS RELIGIÕES:** | Catolicismo (81%), islamismo (5%) |
| **SISTEMA DE GOVERNO:** | República Presidencialista |
| **PODER LEGISLATIVO:** | O congresso bicameral é composto pelo senado, (câmara alta), com membros eleitos para um mandato de seis anos, e pela Câmara dos Deputados (câmara baixa), com membros eleitos para um mandato de três anos. |
| **CHEFE DE ESTADO:** | Presidente Rodrigo Roa Duterte (desde 06/2016) |
| **CHANCELER:** | Teodoro Locsin Jr. (desde 17/10/2018) |
| **PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2018):** | US$ 330,9 bilhões (2018) |
| **PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2018):** | US$ 847,1 bilhões (2018) |
| **PIB *PER CAPITA* (2018)** | US$ 3.102,7 (2018) |
| **PIB PPP *PER CAPITA* (2018)** | US$ 8.951,1 (2018) |
| **VARIAÇÃO DO PIB** | 6,2% (2018); 6,7% (2017); 6,9% (2016); 6,0% (2015); 6,1% (2014) |
| **ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2018):** | 0,712 (106ª posição entre 189 países) |
| **EXPECTATIVA DE VIDA (2018):** | 69,3 anos |
| **ALFABETIZAÇÃO (2015):** | 98,2% |
| **ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):** | 5,3% |
| **UNIDADE MONETÁRIA:** | peso filipino (PHP) |
| **EMBAIXADORA EM BRASÍLIA:** | Marichu Mauro (desde 25/04/2018) |
| **BRASILEIROS NO PAÍS:** | Há registro de 50 brasileiros residentes (estimativa pré-pandemia) |

| INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL - FILIPINAS (US$ mi) (Fonte: MEcon.) | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Brasil → Filipinas** | **2005** | **2007** | **2009** | **2011** | **2013** | **2015** | **2017** | **2019** |
| **Intercâmbio** | **244** | **730** | **615** | **874,4** | **1210,6** | **983,1** | **691,4** | **921,9** |
| **Exportações** | 244 | 394 | 321 | 576,4 | 880,4 | 728,6 | 443,4 | 655,0 |
| **Importações** | 528 | 336 | 294 | 298,4 | 330,2 | 254,4 | 248,0 | 266,9 |
| **Saldo** | -39 | 58 | 26 | 278,4 | 550,2 | 474,1 | 195,4 | 388,1 |

## APRESENTAÇÃO

A República das Filipinas é um país insular do Sudeste Asiático, formado por 7.641 ilhas agrupadas que totalizam aproximadamente 300 mil km2. Sua população ultrapassou os 100 milhões de habitantes (12º país mais populoso do mundo) e está concentrada na ilha do Luzon, onde se localiza a capital, Manila. Sua localização geográfica torna o país palco de terremotos e tufões, mas também o dota de recursos naturais abundantes, colocando-o entre os países megadiversos.

A população tem origens étnicas diversas, como resultado de sucessivas ondas de povoação. O primeiro contato com os europeus deu-se em 1521, a que se seguiu a colonização espanhola. Uma revolta nativa, em 1898, resultou na proclamação da independência, logo frustrada pela anexação aos EUA. Em 1946, o país tornou-se independente.

## PERFIS BIOGRÁFICOS

### RODRIGO ROA DUTERTE
**Presidente**

Nasceu em 1945. Graduou-se em Ciência Política, em 1968, e em Direito, em 1972, após o que passou a atuar como assistente de promotor na cidade de Davao, cargo que ocupou até 1986. Com a redemocratização do país, assumiu a Vice-Prefeitura de Davao como oficial encarregado. Foi prefeito da mesma cidade entre 1988 e 1998 e, após interstício como congressista, retornou à Prefeitura em 2001. Em 2010, tornou-se vice-prefeito durante o mandato de sua filha, Sara Duterte. Em 2013, concorreu novamente ao cargo e venceu as eleições. Foi eleito presidente em 2016, recebendo 39% dos votos.

## RELAÇÕES BILATERAIS

Estabelecidas em 1946, as relações diplomáticas entre o Brasil e as Filipinas são as mais antigas do Brasil com país do Sudeste Asiático. A Embaixada das Filipinas em Brasília foi inaugurada em 1965, ao passo que o Brasil instalou sua representação diplomática em Manila em 1970.

Ao longo desse período, foi realizado número significativo de visitas filipinas de alto nível. A última visita presidencial filipina ocorreu em 2009, ano em que esteve no Brasil a então presidente Gloria Macapagal Arroyo. Em nível ministerial, estiveram no País, em 2017, o secretário (cargo equivalente ao de ministro) de Agricultura, Emmanuel Piñol; em 2013, o então secretário de Reforma Agrária, Virgilio de los Reyes, e a então secretária de Bem-Estar Social, Corazon Juliano-Soliman; e, em 2011, o então secretário de Negócios Estrangeiros, Albert del Rosario.

Do lado brasileiro, a última visita de alto nível ocorreu em 1979, ano em que o então ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, fez visita a Manila.

Os dois países possuem, em vigor, acordos bilaterais sobre cooperação técnica, dupla tributação, cooperação agrícola, cooperação em reforma agrária, treinamento de diplomatas e dispensa parcial de vistos.

Em 2006, foi estabelecido mecanismo de consultas entre os dois países, com vistas à realização periódica de reunião de alto nível sobre temas relevantes da agenda bilateral e internacional. A mais recente edição das consultas ocorreu em 2018, em Manila, oportunidade em que foram discutidas possibilidades de cooperação em áreas como agricultura, combate a ilícitos transnacionais e defesa.

O relacionamento bilateral conta, ainda, com vertente parlamentar. No Brasil, foi estabelecido, pela Resolução 13/1996, o Grupo Parlamentar Brasil-República das Filipinas, cujo presidente, na atual legislatura, é o deputado federal Loester Trutis.

### Assuntos consulares

A comunidade brasileira residente nas Filipinas é estimada em 50 pessoas (dados pré-pandemia).

### Pandemia de COVID-19

Após complexa e exitosa operação, que envolveu a contratação de voos fretados para recolher 29 nacionais em sete localidades do arquipélago filipino (Siargao, Dipolog, Dumaguete, Cebu, Bohol, Boracay e Puerto Princesa), o Itamaraty logrou, por intermédio da Embaixada em Manila, repatriar, em 11 de abril de 2020, um total de 34 brasileiros que se encontravam retidos nas Filipinas, em meio à pandemia de COVID-19 e a medidas de confinamento impostas pelas autoridades locais.

No país, o primeiro caso de COVID-19 foi registrado em 30 de janeiro de 2020, e em 7 de março confirmou-se que já havia contágio comunitário. No dia 14 de maio, haviam sido registrados 11.876 casos da doença, com 790 mortes. Houve *lockdown* na região metropolitana de Manila, que também atinge a província de Laguna e a cidade de Cebu. As demais regiões do país, consideradas de moderado e baixo risco, estiveram sujeitas a restrições mais brandas. Diante da redução de 0,2% no PIB no primeiro trimestre de 2020, a primeira contração registrada desde 1998, o governo anunciou um pacote destinado a reverter essa tendência, com medidas concentradas em estímulo a obras de infraestrutura (programa *Build, build, build)*. Mesmo assim, a previsão é de que o PIB, em 2020, se veja reduzido entre 2% e 3%.

**Empréstimos e financiamentos oficiais**

Não há registro de concessão de crédito com apoio oficial a exportações para as Filipinas no âmbito da CAMEX/COFIG.

## POLÍTICA INTERNA

As Filipinas são uma das democracias mais antigas da Ásia, tendo enfrentado, não obstante, longo período de exceção sob Ferdinand Marcos (1965-1986). A queda de Marcos e a ascensão à Presidência, em 1986, de Corazon Aquino, viúva de senador de oposição assassinado três anos antes, resultou na ratificação da Constituição de 1987, ainda em vigor. A política doméstica é caracterizada pela relativa inexpressividade de partidos políticos face a lideranças carismáticas.

O Poder Legislativo é caracterizado por Congresso bicameral. Além da elaboração e aprovação de leis, é prerrogativa do Congresso, entre outras, chancelar ou rejeitar nomeações feitas pelo Executivo. O Senado, que serve como câmara alta, é composto por 24 senadores, eleitos para mandatos de seis anos em eleições intercaladas (a cada três anos, apenas doze assentos entram em disputa). O presidente do Senado é o terceiro na linha sucessória, após o vice-presidente da República. Há limite de dois mandatos consecutivos.

A Câmara dos Deputados, a câmara baixa, é hoje composta por 304 parlamentares, 243 eleitos por voto distrital e 61, mediante listas partidárias. Tal composição, contudo, é variável - estipula-se que no máximo 250 parlamentares sejam eleitos por voto distrital, bem como limita-se o número de assentos destinados à lista partidária a 20% do total de assentos da Câmara.

O poder Judiciário tem sua autoridade máxima no Supremo Tribunal de Justiça, composto por um Chefe de Justiça, que o preside, e quatorze juízes associados, nomeados pelo presidente por meio de candidaturas apresentadas pelo Conselho Judicial.

O chefe do Executivo é eleito para mandato de seis anos, por voto direto, sem direito à reeleição. Eleito com vantagem expressiva em 2016, o presidente Rodrigo Duterte mantém expressivos índices de aprovação. A chamada "guerra às drogas", uma das bandeiras da atual administração, conta com o apoio do cidadão médio, mas encontra críticos vocais na oposição política, na Igreja Católica e nos ativistas de direitos humanos.

O "clã" Duterte tem seu reduto em Mindanao, situada no sul do país. Trata-se da mais pobre região das Filipinas, onde se concentra a maior parte dos dez milhões de muçulmanos filipinos, denominados "moros". Grupos armados "moros", comunistas e jihadistas atuavam há décadas na região, com demandas diversas e conflitos periódicos. O combate ao extremismo violento e ao terrorismo é uma das prioridades do presidente Duterte, especialmente após a ocupação da cidade de Marawi por simpatizantes do autodenominado Estado Islâmico em 2017. Sob a Lei Marcial e após cinco meses de conflito armado, a cidade foi retomada pelo governo e está em fase de reconstrução. O fortalecimento da autonomia de Mindanao é o principal elemento do acordo de paz assinado pelo governo com a Frente Islâmica de Libertação Moro em 2014, e concretizado por meio da aprovação da Lei Básica de Bangsamoro (BBF) pelo Legislativo em 2018, referendada pela população da região em 2019.

Alterações à conformação política filipina poderão decorrer de debates sobre a adoção de nova Constituição, que substituiria o texto de 1987. Proposta elaborada por comissão de juristas e parlamentares convocada por Duterte, que servirá de base para discussão no Congresso, prevê a adoção do federalismo e reformas político-eleitorais, incluindo medidas para fortalecer os partidos e mitigar a concentração de poder em "dinastias". O mandato presidencial, atualmente de seis anos sem direito a reeleição, seria modificado para quatro anos com uma reeleição.

## POLÍTICA EXTERNA

A política externa filipina tem sido pautada pelas agendas de segurança nacional, diplomacia econômica e proteção dos trabalhadores migrantes no exterior. A tradicional proximidade com os Estados Unidos alterna-se com momentos de aproximação pendular com a China e, no contexto regional, com a preeminência da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), da qual as Filipinas são membro-fundador.

Nos últimos anos, as Filipinas também diversificaram suas relações na Europa, Oriente Médio e restante da Ásia-Pacífico. Embora a figura do presidente Duterte polarize opiniões, observa-se, em geral, uma postura pragmática dos parceiros externos quanto ao país. Na esfera multilateral,o governo filipino permanece engajado nas temáticas de combate ao terrorismo, comércio, direitos dos migrantes e meio ambiente.

Os Estados Unidos ocupam papel particular no imaginário filipino, pelo ambivalente legado de modernização e destruição deixado pelo domínio exercido entre 1898 e 1946. O tratado de defesa mútua remonta a 1952, complementado por outros acordos posteriores. Os Estados Unidos mantiveram bases permanentes nas Filipinas até 1992 e, desde então, colaboram com treinamento e ações de contraterrorismo. As Filipinas adquiriram status de *major non-NATO ally* em 2003.

As relações do governo Duterte com a administração de Barack Obama foram marcadas por desentendimentos em torno da política filipina de "guerra às drogas", agravados pelas divergências de estilo pessoal entre os mandatários. A maior afinidade demonstrada entre Duterte e Donald Trump distendeu parcialmente as relações a partir de 2017. Os presidentes encontraram-se à margem da Cúpula da ASEAN em Manila, em novembro de 2017, e o chanceler Cayetano foi recebido por seu homólogo, Mike Pompeo, em Washington, em junho de 2018.

As relações com a China são importantes para as elites econômicas das Filipinas, onde sobressaem, tradicionalmente, filipinos de ascendência chinesa. Tal fato influencia a receptividade aos investimentos chineses. Revertendo a posição de seu antecessor, o presidente Duterte reforçou as relações com Pequim nos campos político e econômico, com repercussões ambivalentes junto à opinião pública local. Os presidentes Duterte e Xi Jinping encontraram-se em várias ocasiões, sendo a mais recente na China, à margem do Fórum Boao, em abril de 2018.

A questão do Mar do Sul da China tem importância estratégica para as Filipinas, tanto em termos de estabilidade regional quanto pelo potencial de exploração dos recursos naturais. Caso internacional aberto pelo governo de Benigno Aquino III contra Pequim, a questão culminou em laudo da Corte Permanente de Arbitragem, segundo o qual diversas formações naturais reivindicadas pela China – inclusive Reed Bank, rico em hidrocarbonetos –, fazem parte da Zona Econômica Exclusiva filipina. Último trunfo da política de multilateralização do tema sob a gestão anterior, o documento foi deixado em segundo plano pelo governo Duterte, que tem priorizado o tratamento bilateral do assunto.

As disputas relativas ao Mar do Sul da China são igualmente objeto de tratativas no âmbito da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), que, além das Filipinas, tem entre seus membros outros países com pendências lindeiras junto a Pequim, como a Malásia e o Vietnã. É no campo econômico, contudo, que a ASEAN é particularmente central à inserção internacional filipina, por facultar ao país acesso à ampla rede de acordos de comércio e investimentos mantidos pelo bloco.

O Japão é um dos principais parceiros comerciais e fontes de investimentos, além de maior provedor às Filipinas de assistência oficial ao desenvolvimento. Os dois países mantêm Acordo de Parceria Econômica desde 2006. Ao compartilhar preocupações com a estabilidade das águas regionais, o Japão contribui com o fortalecimento da Guarda Costeira filipina e coopera em atividades

de contraterrorismo. Se os Estados Unidos e a China são os dois polos da diplomacia pendular filipina, o Japão é um terceiro elemento que ocupa espaços deixados pelas grandes potências.

A Rússia é outro ator de relevo geopolítico para as Filipinas. O presidente Duterte tem realizado gestos de aproximação desde sua posse, sem ocultar sua admiração pessoal por Vladmir Putin nem seu intuito de utilizar a aliança com a Rússia como contraponto às potências ocidentais. Nesse contexto, destaca-se o potencial de cooperação na área de defesa e de fornecimento de armamentos russos.

A Coreia do Sul é importante parceiro econômico-comercial. No âmbito político, as Filipinas apoiam a aproximação entre as duas Coreias e a atuação dos Estados Unidos em prol da desnuclearização da Península Coreana.

As relações das Filipinas com os países europeus e a União Europeia ficaram mais complexas durante o governo Duterte. Apesar do descompasso político, que responde aos anseios da opinião pública de parte a parte com relação à política filipina de "Guerra às Drogas", os países europeus permanecem relevantes para as Filipinas na arena econômico-comercial. Entrou em vigor, em 1º de junho de 2018, o Acordo de Livre-Comércio Filipinas – EFTA (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça), assinado em 2016. Encontra-se em negociação, ainda, acordo de livre-comércio entre as Filipinas e a União Europeia. Além disso, quase um milhão de filipinos residem na Europa.

A proteção das comunidades no exterior é bandeira tradicional da diplomacia filipina e constitui importante pauta bilateral com os países de destino. Cerca de 10 milhões de filipinos residem no exterior, sendo mais de 2,3 milhões na categoria de *Overseas Filipino Workers* (*OFW*), que concentra ocupações de menor qualificação. Em 2019, o Banco Central filipino registrou US$ 30,1 bilhões em remessas recebidas. Estados Unidos, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Malásia, Canadá e Austrália são os principais destinos dos migrantes filipinos.

Nos países do Golfo, o perfil dos *OFWs* e das sociedades recipiendárias tornam os filipinos especialmente vulneráveis a abusos. Os casos de violência contra empregadas domésticas e as operações de "resgate" consular foram o epicentro de crise diplomática com o Kuwait, ocorrida em 2018. A atuação do governo filipino e as histórias pessoais dos migrantes têm grande repercussão na opinião pública local.

As Filipinas são membro fundador das Nações Unidas e ocuparam assento não-permanente no Conselho de Segurança (CSNU) em quatro ocasiões, sendo a última em 2004-2005. O país apoia o pleito brasileiro de tornar-se membro permanente do CSNU e mantém arranjo de troca de votos para as respectivas candidaturas rotativas ao órgão, mandatos 2022-2023 (Brasil) e 2027-2028 (Filipinas).

No Conselho de Direitos Humanos, as Filipinas exerceram mandato entre 2015 e 2018 e foram reeleitas ao mandato 2019-2021. Na última Revisão Universal Periódica sobre o país, em setembro de 2017, as Filipinas enfrentaram

críticas quanto a violações cometidas no contexto da "guerra às drogas" e ao tratamento conferido aos ativistas de direitos humanos, entre outras. O governo acatou 103 das 257 recomendações do documento, principalmente em temas socioeconômicos (família, pobreza, saúde, educação e mudança do clima).

Em contraste com a posição assumida no CDH, as Filipinas optaram por deixar o Tribunal Penal Internacional em março de 2018. No mês anterior, promotora do TPI, Fatou Bensouda, anunciara o início de exame preliminar sobre a situação das Filipinas. O presidente Duterte argumentou que as ações executadas no âmbito da "guerra às drogas" são operações policiais legítimas e não se confundem com os crimes sob a jurisdição do TPI. Sob o pretexto de que a adesão filipina ao Estatuto de Roma fora "fraudulenta", o mandatário decidiu abandonar o TPI "com efeito imediato". A saída somente se concretizou em março de 2019, um ano após o anúncio, de acordo com as regras do Tribunal.

As Filipinas têm defendido, em diálogos bilaterais e multilaterais, o combate ao extremismo violento, ao terrorismo e à pirataria. A Noruega atua como facilitadora, há mais de 15 anos, do processo de paz entre o governo filipino e o grupo armado maoísta *New People's Army*. No tocante aos simpatizantes do autodenominado Estado Islâmico, responsáveis pelo cerco à cidade de Marawi, o governo filipino atuou em duas frentes: repelir novas ameaças, inclusive por meio de aquisições de equipamentos e cooperação militar; e atrair fundos internacionais para a reconstrução e desenvolvimento da região. A concessão de autonomia regional a territórios de maioria muçulmana no sul do país, em 2019, tende a diminuir o apoio a iniciativas de caráter separatista e fundamentalista.

Em relação ao meio ambiente, as Filipinas fazem, como o Brasil, parte do Grupo de Países Megadiversos, que congrega países em desenvolvimento que abrigam mais de 70% da biodiversidade do planeta. No âmbito da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima (*UNFCCC*), as Filipinas ratificaram o Acordo de Paris em março de 2017.

Na área de energia, quase 75% da eletricidade gerada nas Filipinas é proveniente de fontes não-renováveis, com custos elevados e dificuldades de acesso para a população. O país introduziu incentivos a fontes de energia limpa em sua recente reforma tributária e faz parte, como o Brasil, da Plataforma para o Biofuturo.

As Filipinas sediam o Banco Asiático de Desenvolvimento (*ADB*), instituição com 68 Estados-membros e foco nas áreas de infraestrutura, educação, meio ambiente, cooperação regional e articulação do setor financeiro. O país defende a reforma das instituições financeiras internacionais, incluindo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

## ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O PIB das Filipinas cresce à taxa anual média de 6,6% desde 2012. Analistas estimavam que esse ritmo seria mantido entre 6,5% e 7% até 2022, enquanto o governo buscava atingir taxas entre 7% e 8% no período. Esperava-se, portanto, que no médio prazo o país superasse o nível de renda média-baixa e seguisse diminuindo o hiato entre seu nível de desenvolvimento e o de seus vizinhos, que aumentara nas últimas décadas. Estes cenários estão sendo reavaliados em decorrência da pandemia.

Na análise setorial, destaca-se a indústria, que, responsável por 30% da produção, cresceu a taxas próximas de 8%. Os serviços, que contribuem com 60%, tiveram incremento de 6,8%. Já a agricultura, embora tenha crescido apenas 4%, representa somente 10% do PIB.

Estudos apontam a desaceleração do setor de terceirização, que representara importante fonte de crescimento em anos anteriores. A partir de 2017, a construção civil e os investimentos em infraestrutura assumiram esse papel. Com o programa "Build, Build, Build", o governo planeja completar 75 grandes projetos até 2022, no valor de US$ 160 bilhões.

Nesse cenário de demanda aquecida, a inflação se aproximou nos últimos anos do patamar de 5%. Além da alta nos preços dos alimentos, estimulou a inflação o primeiro pacote da reforma fiscal encampado pelo governo, que, embora tenha adotado estrutura mais progressiva na tributação da renda, aumentou impostos sobre bens de consumo. O aumento da arrecadação e das taxas de juros efetivamente contribuíram para uma reversão na tendência, e a inflação registrada em 2019 foi de 2,5%.

No que se refere ao comércio bilateral, as trocas entre o Brasil e as Filipinas atingiram pico de crescimento no valor de US$ 1,2 bilhão em 2013, montante que se retraiu até 2016, em função da queda das exportações brasileiras de minério de ferro, motivada pelo fim da operação da Vale em Subic Bay, que se destinava ao transbordo do produto. A pauta exportadora brasileira é concentrada em minérios, produto seguido de carnes e combustíveis. As importações das Filipinas para o Brasil foram principalmente de bens industrializados. Em 2019, o comércio entre os dois países totalizou US$ 921 milhões, dos quais US$ 655 milhões corresponderam a exportações brasileiras e US$ 266 milhões, a importações daquele país asiático.

Em 2017, a Embraer venceu licitação para fornecimento de seis Super Tucanos à Força Aérea Filipina. No âmbito da segunda fase do programa de modernização das Forças Armadas filipinas, mantidas as previsões de gastos de US$ 5,6 bilhões até 2022, estima-se haver potencial para novos negócios para a indústria brasileira de defesa.

Cenário positivo se desenha para as exportações de carnes do Brasil para as Filipinas, que em 2019 atingiram US$139 milhões. No final daquele ano, realizou-se missão de inspeção ao Brasil de técnicos do Departamento de Agricultura (DA)

filipino, cujos resultados foram divulgados em maio de 2020. Todos os 24 estabelecimentos visitados no Brasil foram aprovados (habilitados ou revalidados) para exportação de carnes bovinas, de aves e suínas, e as habilitações são válidas até abril de 2023. No total, há atualmente 66 estabelecimentos brasileiros habilitados. O DA reconhece o Brasil como país livre de febre aftosa com vacinação, com a exceção do estado de Santa Catarina, livre de febre aftosa sem vacinação. Não obstante, permanecem restrições para exportação de alguns tipos específicos de carne bovina (cabeça e pescoço).

Ainda na área comercial, o cruzamento de pautas de comércio indica potencial de incremento de exportação de medicamentos do Brasil para as Filipinas. Autoridades do governo filipino já manifestaram interesse em diversificar os fornecedores de medicamentos para o país, ocasiões nas quais costumam mencionar Índia, Paquistão e China.

Sobre investimentos das Filipinas no Brasil, ressalte-se que a empresa Tecon Suape SA, subsidiária da *International Container Terminal Services Inc.* (*ICTSI*), daquele país, opera terminal de contêineres situado no Porto de Suape, em Pernambuco. Ao vencer licitação em 2011, a *ICTSI* obteve o direito de exercer a atividade por trinta anos.

Do lado brasileiro, a Vale fechou seu escritório em Manila, em decorrência da perda de relevância do transbordo de minério de ferro no porto de Subic Bay com destino à China. Atualmente, a principal atividade da empresa nas Filipinas é a exportação desse produto brasileiro para usina peletizadora em Mindanao, sul do país.

## CRONOLOGIA HISTÓRICA

| | |
|---|---|
| 1521 | Chegada de Fernão de Magalhães à ilha de Cebu, nas atuais Filipinas, em sua viagem de circunavegação (abril) |
| 1521-1898 | Domínio espanhol |
| 1896 | Início da Revolução Filipina. |
| 1898 | Tratado de Paris finaliza a Guerra Espanha-EUA; transferência do domínio colonial sobre as Filipinas para os EUA. |
| 1898 | Proclamação da Independência por Emilio Aguinaldo, em 12 de junho (data nacional): início da I República filipina. Guerra com os EUA. |
| 1902 | Final da Guerra e consolidação do domínio colonial dos EUA |
| 1942-44 | Ocupação japonesa |
| 1946 | Concessão da Independência pelos EUA, em 4 de julho |
| 1951 | Acordo de Paz assinado com o Japão |
| 1965 | Ferdinando Marcos torna-se Presidente |
| 1973 | Nova Constituição confere a Marcos poderes absolutos |
| 1986 | Protestos populares põem fim à ditadura Marcos. Corazón Aquino torna-se Presidente |
| 1992 | Fidel Ramos vence as eleições presidenciais. Os EUA fecham a Base Naval de Subic Bay |
| 1996 | Acordo de Paz entre o Governo e a Frente Moro de Libertação Nacional, que luta por autonomia para as regiões habitadas por muçulmanos |
| 1998 | Joseph Estrada é eleito Presidente |
| 2001 | Estrada é deposto, após protestos populares. Gloria Arroyo assume a Presidência (janeiro) |
| 2002 | Assinatura do“Mutual Logistics Support Agreement (MLSA)” com os EUA restabelece a presença militar norte-americana, sob novos princípios |

| | |
|---|---|
| 2004 | Gloria Arroyo vence as eleições presidenciais (junho) |
| 2006 | Tentativa de “impeachment” contra a Presidente Arroyo (agosto) |
| 2007 | O senador Trillanes, já detido por insurreição, e alguns militares burlam a vigilância durante audiência judicial e refugiam-se em hotel de luxo, em Manila, em protesto contra o governo. São desalojados posteriormente. |
| 2008 | Acordo com a Frente Moro é prejudicado em razão de crescentes protestos de comunidades cristãs. A retomada dos conflitos na ilha de Mindanao resultou na morte de 30 pessoas (agosto). |
| 2009 | Funcionários da Cruz Vermelha são sequestrados. O grupo terrorista Abu Sayyaf é acusado da autoria do delito (janeiro) |
| 2010 | Eleições presidenciais; vitória de Benigno S Aquino III (maio) |
| 2011 | Em meio a acusações de fraude eleitoral, é emitido mandado de prisão contra a ex-Presidente Gloria Arroyo |
| 2012 | Aumento das tensões com a China por disputas de territórios marítimos. Firmado acordo com a Frente Moro de Libertação Nacional, que prevê o estabelecimento de nova região autônoma na ilha de Mindanao (outubro). Ex-Presidente Gloria Arroyo é presa por desvio de fundos públicos (outubro). |
| 2014 | Assinatura de novo acordo de paz com a Frente Moro |
| 2016 | Eleição de Rodrigo Duterte (maio) |
| 2016 | Tribunal arbitral constituído sob o Anexo VII da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar decidiu contra as reivindicações marítimas feitas pela China em sua disputa com as Filipinas (julho) |
| 2019 | Concessão de autonomia para algumas regiões de Mindanao de maioria muçulmana, principal reivindicação da Frente Moro, aprovada por plebiscito. Parlamento autônomo de Bangsamoro estabelecido. |

## CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

| | |
|---|---|
| 1946 | Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e as Filipinas |
| 1960 | Visita ao Brasil do então vice-presidente Diosdado Macapagal |
| 1965 | Abertura da Embaixada das Filipinas em Brasília |
| 1970 | Abertura da Embaixada do Brasil em Manila |
| 1979 | Visita a Manila do ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki |
| 2003 | Visita ao Brasil do vice-ministro de Reforma Agrária das Filipinas, Jose Mari Ponce |
| 2005 | Visita às Filipinas do embaixador Luiz Augusto de Araujo Castro, na qualidade de enviado especial do senhor presidente da República |
| 2006 | Visita ao Brasil do ministro do Meio Ambiente Angelo Reyes, para participar da VIII Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica |
| 2006 | Visita ao Brasil do ministro da Reforma Agrária, Nasser C. Pangandaman, para participar da Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (março) |
| 2006 | Visita ao Brasil do ministro da Agricultura das Filipinas, Domingo Panaganiban, por ocasião de Encontro de Alto Nível do G-20 agrícola (setembro) |
| 2007 | Visita do Secretário dos Negócios Estrangeiros das Filipinas, Alberto Romulo, para participar da III Reunião Ministerial do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL) |
| 2008 | Visita ao Brasil da ministra do Bem-Estar Social e Desenvolvimento, Esperanza Cabral, para participar do III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. |
| 2008 | Visita ao Brasil do subsecretário dos Negócios Estrangeiros das Filipinas, Edsel T. Custodio, como chefe da delegação filipina à I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN |
| 2009 | Visita ao Brasil da presidente Gloria Arroyo |
| 2009 | I Reunião de Consultas Bilaterais, em Manila (setembro) |

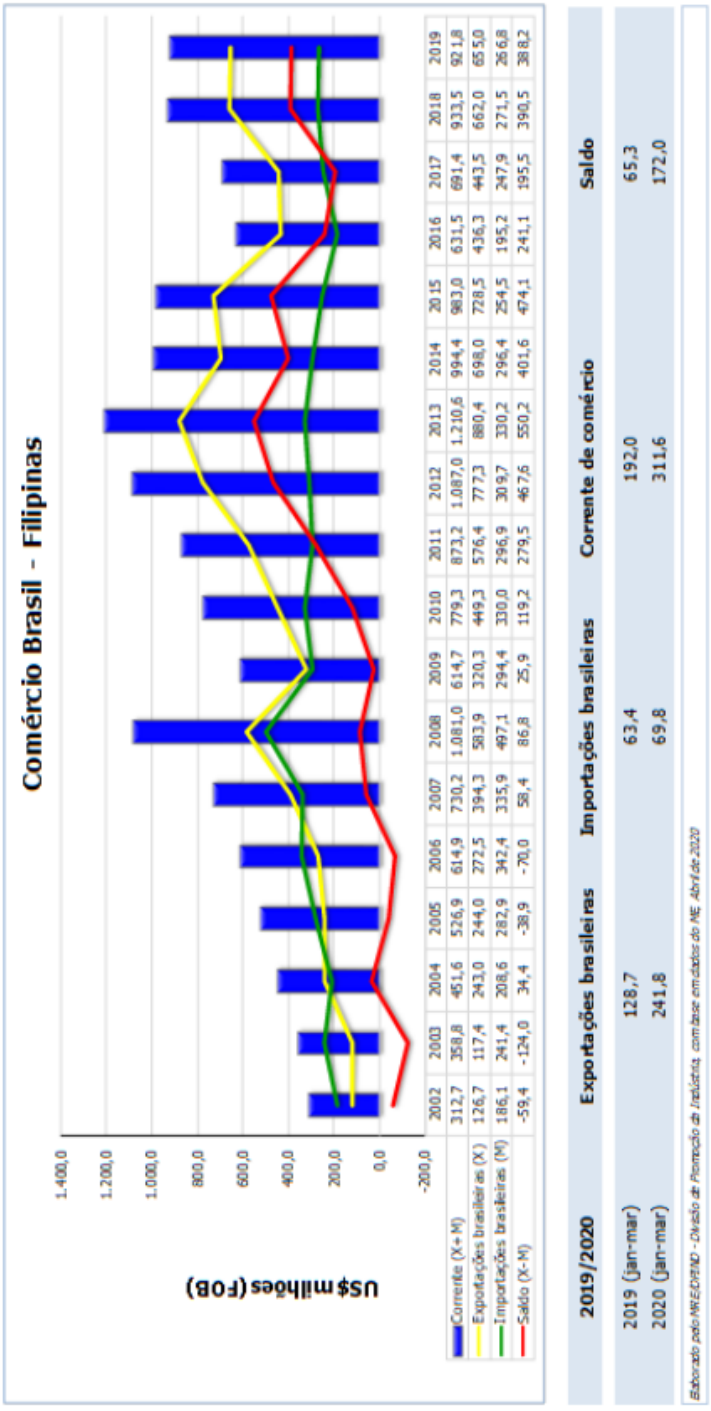
| | |
|---|---|
| 2011 | Visita do Secretário (Ministro) de Negócios Estrangeiros, Albert del Rosario, ao Brasil (22 e 23 de agosto) |
| 2012 | Participação do ministro do Planejamento, Arsenio Balisacan, na Conferência Rio+20 |
| 2012 | II Reunião de Consultas Bilaterais, em Brasília (outubro) |
| 2013 | Visita ao Brasil do secretário (ministro) da Reforma Agrária, Virgilio de los Reyes, e da secretária (ministra) do Bem Estar Social, Corazon Juliano-Soliman |
| 2014 | III Reunião de Consultas Bilaterais, em Brasília (agosto) |
| 2018 | IV Reunião de Consultas Bilaterais, em Manila (setembro) |

**ACORDOS BILATERAIS**

| TÍTULO | DATA DA CELEBRAÇÃO | ENTRADA EM VIGOR | PUBLICAÇÃO |
|---|---|---|---|
| Acordo sobre Dispensa de Vistos em Passaportes entre a República Federativa de Brasil e a República das Filipinas | 25/10/1973 | 03/12/1973 | 03/12/1973 |
| Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda entre a República Federativa do Brasil e a República das Filipinas. | 29/09/1983 | 20/08/1991 | 28/10/1991 |
| Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Bilaterais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas | 20/09/2006 | 20/09/2006 | 27/09/2006 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico | 24/06/2009 | 12/09/2011 | 24/09/2014 |
| Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e o Instituto do Serviço Exterior da República das Filipinas sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas | 25/08/2014 | 03/09/2014 | 03/09/2014 |

## DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



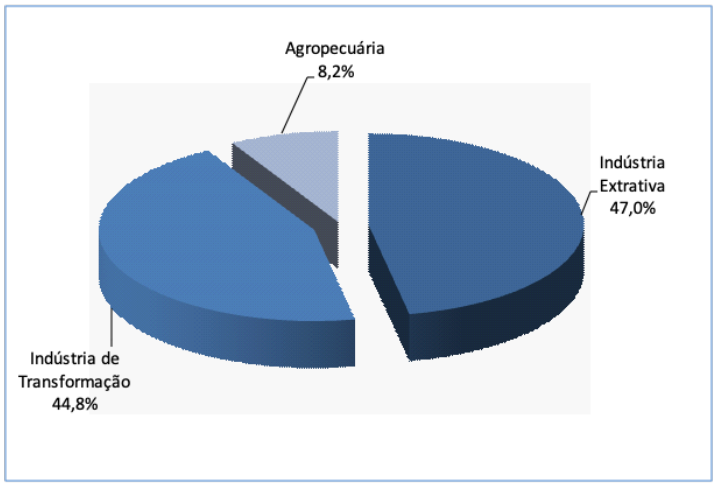

| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Corrente (X+M) | 312,7 | 358,8 | 451,6 | 526,9 | 614,9 | 730,2 | 1.081,0 | 614,7 | 779,3 | 873,2 | 1.087,0 | 1.210,6 | 994,4 | 983,0 | 631,5 | 691,4 | 933,5 | 921,8 |
| Exportações brasileiras (X) | 126,7 | 117,4 | 243,0 | 244,0 | 272,5 | 394,3 | 583,9 | 320,3 | 449,3 | 576,4 | 777,3 | 880,4 | 698,0 | 728,5 | 436,3 | 443,5 | 662,0 | 655,0 |
| Importações brasileiras (M) | 186,1 | 241,4 | 208,6 | 282,9 | 342,4 | 335,9 | 497,1 | 294,4 | 330,0 | 296,9 | 309,7 | 330,2 | 296,4 | 254,5 | 195,2 | 247,9 | 271,5 | 266,8 |
| Saldo (X-M) | -59,4 | -124,0 | 34,4 | -38,9 | -70,0 | 58,4 | 86,8 | 25,9 | 119,2 | 279,5 | 467,6 | 550,2 | 401,6 | 474,1 | 241,1 | 195,5 | 390,5 | 388,2 |

| 2019/2020 | Exportações brasileiras | Importações brasileiras | Corrente de comércio | Saldo |
|---|---|---|---|---|
| 2019 (jan-mar) | 128,7 | 63,4 | 192,0 | 65,3 |
| 2020 (jan-mar) | 241,8 | 69,8 | 311,6 | 172,0 |

*Elaborado pelo MRE/DPR/D - Divisão de Promoção de Indústria, com base em dados do ME. Abril de 2020*

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado**
**2019**

**Exportações**




**Importações**

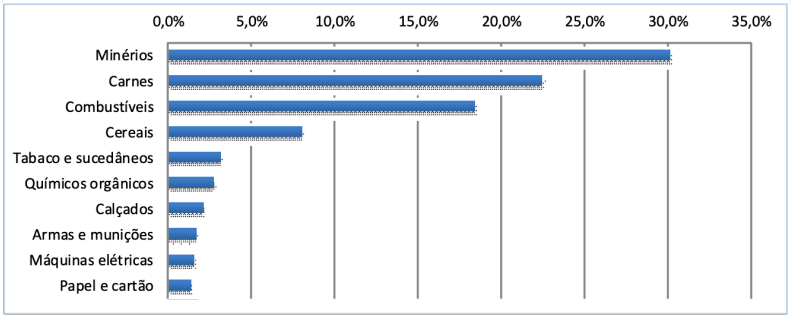
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Abril de 2020

**Composição das exportações brasileiras para a Filipinas**
**US$ milhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Minérios | 267,0 | 60,2% | 355,5 | 53,7% | 197,3 | 30,1% |
| Carnes | 50,0 | 11,3% | 131,3 | 19,8% | 147,1 | 22,5% |
| Combustíveis | 0,0 | 0,0% | 3,8 | 0,6% | 120,8 | 18,4% |
| Cereais | 5,5 | 1,2% | 22,5 | 3,4% | 52,7 | 8,0% |
| Tabaco e sucedâneos | 13,1 | 2,9% | 23,1 | 3,5% | 20,8 | 3,2% |
| Químicos orgânicos | 15,2 | 3,4% | 15,9 | 2,4% | 17,9 | 2,7% |
| Calçados | 15,3 | 3,5% | 15,1 | 2,3% | 13,9 | 2,1% |
| Armas e munições | 9,2 | 2,1% | 12,2 | 1,8% | 11,2 | 1,7% |
| Máquinas elétricas | 2,4 | 0,5% | 4,0 | 0,6% | 10,3 | 1,6% |
| Papel e cartão | 3,1 | 0,7% | 4,3 | 0,6% | 9,2 | 1,4% |
| **Subtotal** | **380,8** | **85,9%** | **587,8** | **88,8%** | **601,0** | **91,8%** |
| **Outros** | **62,7** | **14,1%** | **74,2** | **11,2%** | **54,0** | **8,2%** |
| **Total** | **443,5** | **100,0%** | **662,0** | **100,0%** | **655,0** | **100,0%** |

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Abril de 2020.

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019**

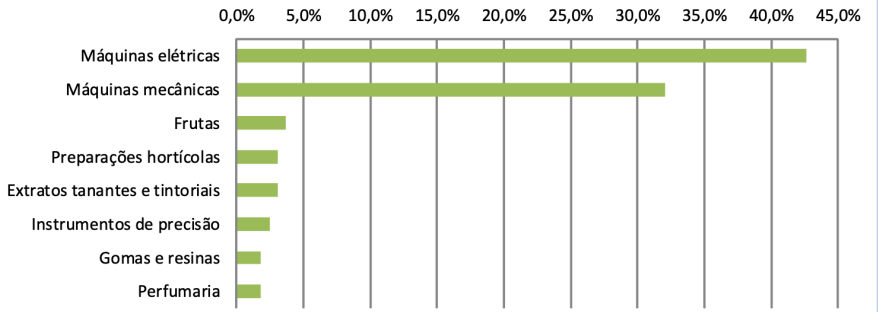


**Composição das importações brasileiras originárias da Filipinas**
**US$ milhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Máquinas elétricas | 98,0 | 39,5% | 115,4 | 42,5% | 113,8 | 42,7% |
| Máquinas mecânicas | 80,8 | 32,6% | 86,6 | 31,9% | 85,6 | 32,1% |
| Frutas | 8,9 | 3,6% | 10,7 | 3,9% | 9,7 | 3,6% |
| Preparações hortícolas | 9,5 | 3,8% | 9,9 | 3,6% | 8,2 | 3,1% |
| Extratos tanantes e tintoriais | 0,0 | 0,0% | 2,1 | 0,8% | 8,1 | 3,0% |
| Instrumentos de precisão | 8,1 | 3,3% | 8,4 | 3,1% | 6,6 | 2,5% |
| Gomas e resinas | 1,8 | 0,7% | 3,0 | 1,1% | 4,8 | 1,8% |
| Perfumaria | 3,4 | 1,4% | 4,4 | 1,6% | 4,7 | 1,8% |
| **Subtotal** | **210,5** | **84,9%** | **240,4** | **88,5%** | **241,5** | **90,5%** |
| **Outros** | **37,4** | **15,1%** | **31,1** | **11,5%** | **25,3** | **9,5%** |
| **Total** | **247,9** | **100,0%** | **271,5** | **100,0%** | **266,8** | **100,0%** |

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Abril de 2020.

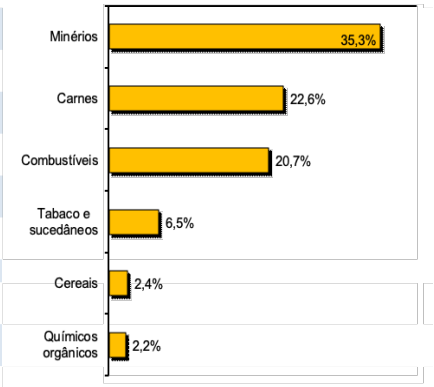
**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019**



**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**
**US$ milhões**

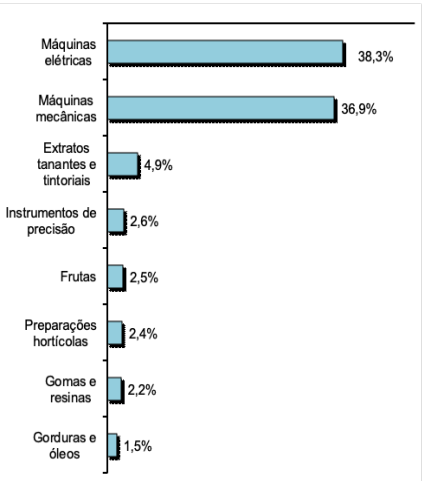
| Grupos de produtos (SH2) | 2019 (jan-mar) | Part. % no total | 2020 (jan-mar) | Part. % no total |
|---|---|---|---|---|
| **Exportações** | | | | |
| Minérios | 27,7 | 21,6% | 85,3 | 35,3% |
| Carnes | 30,0 | 23,3% | 54,8 | 22,6% |
| Combustíveis | 2,4 | 1,9% | 50,2 | 20,7% |
| Tabaco e sucedâneos | 5,2 | 4,0% | 15,7 | 6,5% |
| Cereais | 36,6 | 28,5% | 5,9 | 2,4% |
| Químicos orgânicos | 4,8 | 3,7% | 5,2 | 2,2% |
| **Subtotal** | **106,7** | **82,9%** | **217,0** | **89,7%** |
| **Outros** | **21,9** | **17,1%** | **24,8** | **10,3%** |
| **Total** | **128,7** | **100,0%** | **241,8** | **100,0%** |

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2020**

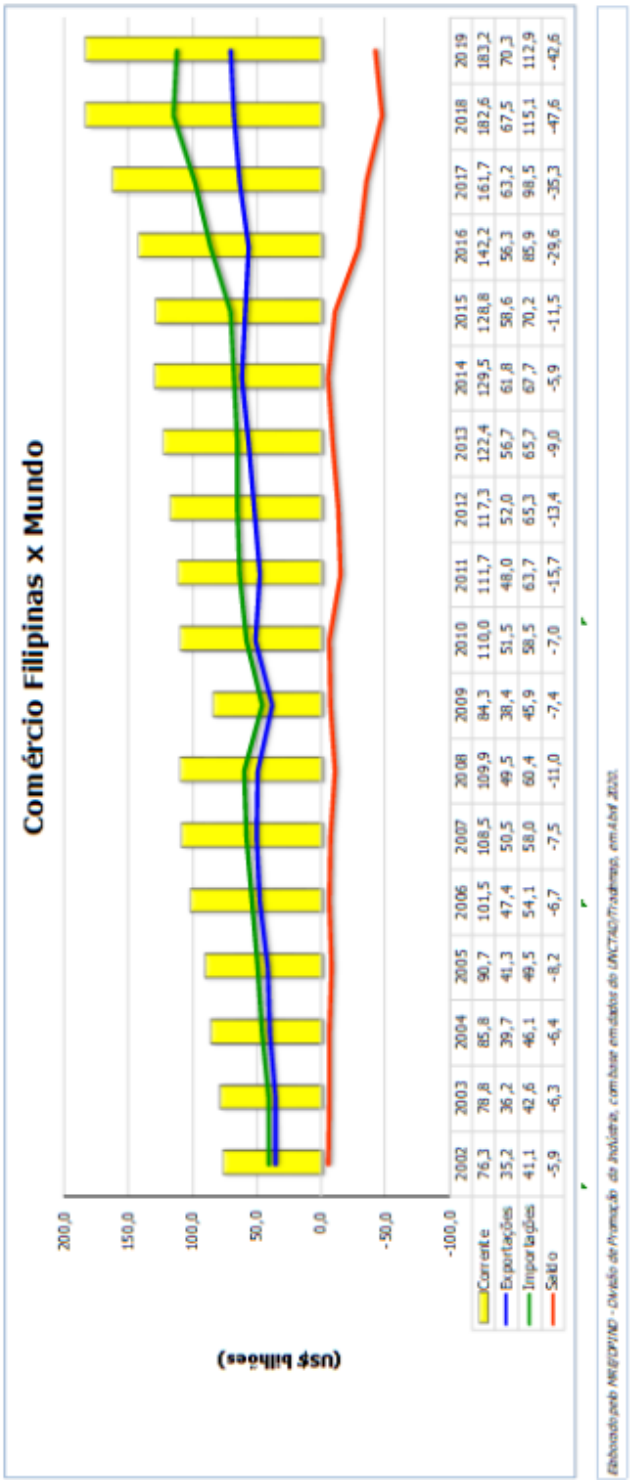



| Grupos de produtos (SH2) | 2019 (jan-mar) | Part. % no total | 2020 (jan-mar) | Part. % no total |
|---|---|---|---|---|
| **Importações** | | | | |
| Máquinas elétricas | 28,6 | 45,2% | 26,7 | 38,3% |
| Máquinas mecânicas | 18,6 | 29,3% | 25,8 | 36,9% |
| Extratos tanantes e tintoriais | 2,0 | 3,1% | 3,4 | 4,9% |
| Instrumentos de precisão | 1,8 | 2,8% | 1,8 | 2,6% |
| Frutas | 3,3 | 5,2% | 1,8 | 2,5% |
| Preparações hortícolas | 2,3 | 3,7% | 1,7 | 2,4% |
| Gomas e resinas | 0,9 | 1,5% | 1,5 | 2,2% |
| Gorduras e óleos | 0,6 | 1,0% | 1,0 | 1,5% |
| **Subtotal** | **58,2** | **91,8%** | **63,7** | **91,3%** |
| **Outros produtos** | **5,2** | **8,2%** | **6,1** | **8,7%** |
| **Total** | **63,4** | **100,0%** | **69,8** | **100,0%** |

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2020**




Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Abril de 2020.




| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Corrente | 76,3 | 78,8 | 85,8 | 90,7 | 101,5 | 108,5 | 109,9 | 84,3 | 110,0 | 111,7 | 117,3 | 122,4 | 129,5 | 128,8 | 142,2 | 161,7 | 182,6 | 183,2 |
| Exportações | 35,2 | 36,2 | 39,7 | 41,3 | 47,4 | 50,5 | 49,5 | 38,4 | 51,5 | 48,0 | 52,0 | 56,7 | 61,8 | 58,6 | 56,3 | 63,2 | 67,5 | 70,3 |
| Importações | 41,1 | 42,6 | 46,1 | 49,5 | 54,1 | 58,0 | 60,4 | 45,9 | 58,5 | 63,7 | 65,3 | 65,7 | 67,7 | 70,2 | 85,9 | 98,5 | 115,1 | 112,9 |
| Saldo | -5,9 | -6,3 | -6,4 | -8,2 | -6,7 | -7,5 | -11,0 | -7,4 | -7,0 | -15,7 | -13,4 | -9,0 | -5,9 | -11,5 | -29,6 | -35,3 | -47,6 | -42,6 |

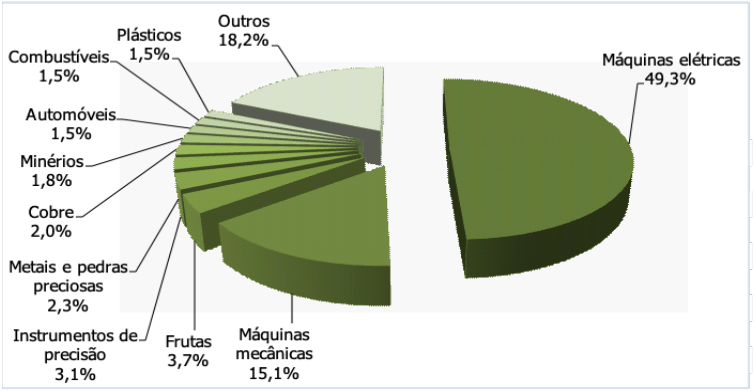
Elaborado pelo MRE/DPI/ND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em 4/fev/2020.

**Composição das exportações das Filipinas**
**US$ bilhões**

| Grupos de Produtos (SH2) | 2019 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Máquinas elétricas | 34,69 | 49,3% |
| Máquinas mecânicas | 10,62 | 15,1% |
| Frutas | 2,60 | 3,7% |
| Instrumentos de precisão | 2,21 | 3,1% |
| Metais e pedras preciosas | 1,63 | 2,3% |
| Cobre | 1,42 | 2,0% |
| Minérios | 1,24 | 1,8% |
| Automóveis | 1,06 | 1,5% |
| Combustíveis | 1,04 | 1,5% |
| Plásticos | 1,02 | 1,5% |
| | | |
| **Subtotal** | **57,53** | **81,8%** |
| **Outros** | **12,81** | **18,2%** |
| **Total** | **70,33** | **100,0%** |

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020

**10 principais grupos de produtos exportados**

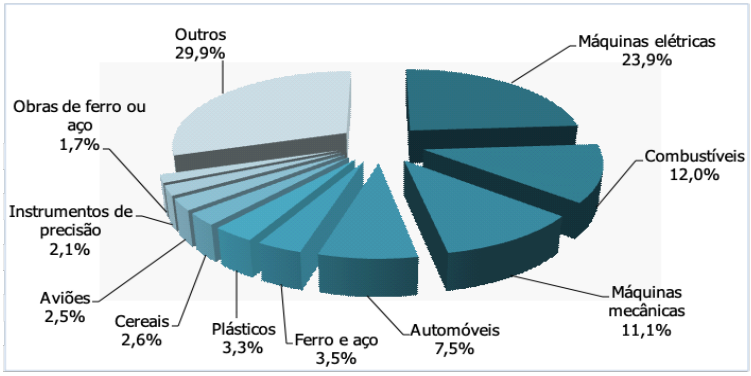


**Composição das importações das Filipinas**
**US$ bilhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2019 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Máquinas elétricas | 26,99 | 23,9% |
| Combustíveis | 13,58 | 12,0% |
| Máquinas mecânicas | 12,52 | 11,1% |
| Automóveis | 8,48 | 7,5% |
| Ferro e aço | 3,93 | 3,5% |
| Plásticos | 3,71 | 3,3% |
| Cereais | 2,89 | 2,6% |
| Aviões | 2,79 | 2,5% |
| Instrumentos de precisão | 2,36 | 2,1% |
| Obras de ferro ou aço | 1,90 | 1,7% |
| | | |
| **Subtotal** | **79,16** | **70,1%** |
| **Outros** | **33,75** | **29,9%** |
| **Total** | **112,91** | **100,0%** |

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020

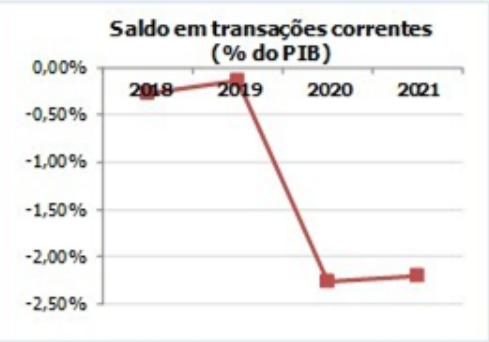
**10 principais grupos de produtos importados**

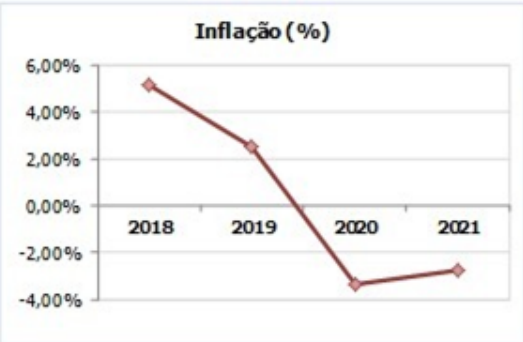


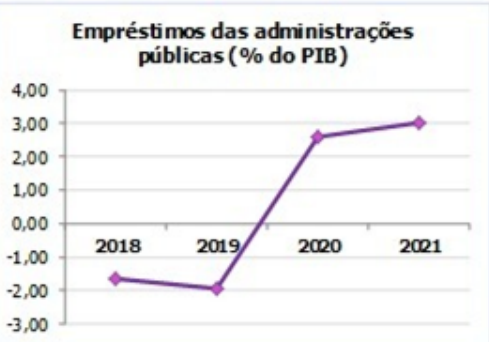
**Principais indicadores socioeconômicos do Filipinas**

| Indicador | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|---|---|---|---|
| Crescimento real do PIB (%) | 6,24% | 5,91% | 0,65% | 7,62% |
| PIB PPP (US$) | 953,29 | 1.027,19 | 1.040,41 | 1.141,48 |
| PIB PPP "per capita" (%) | 4,6% | 4,3% | -0,9% | 5,9% |
| Empréstimos das administrações públicas (% do PIB | -1,63 | -1,93 | 2,60 | 3,00 |
| Desemprego (%) | 5,33% | 5,08% | 6,20% | 5,25% |
| Inflação (%)(2) | 5,13% | 2,52% | -3,36% | -2,72% |
| Saldo em transações correntes (% do PIB) | -0,27% | -0,13% | -2,26% | -2,21% |
| Dívida externa (US$ bilhões) | 80,90 | 53,44 | 53,82 | 54,38 |
| Câmbio ( P / US$)(2) | 50,74 | 53,53 | 54,80 | 53,97 |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2020, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report Abril 2020 e da Cia.gov/World Factbook.*
*(1) Estimativas FMI e EIU.*
*(2) Média do período.*

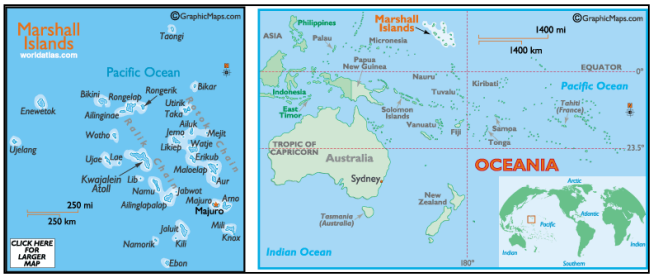


**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

# ILHAS MARSHALL




**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**

***(Junho de 2020)***

*SARP/DEJP/DAP*

## Sumário

**DADOS BÁSICOS SOBRE AS ILHAS MARSHALL ..... 3**

**PERFIL BIOGRÁFICO ..... 4**
**RELAÇÕES BILATERAIS ..... 6**
**POLÍTICA INTERNA ..... 9**
**ECONOMIA ..... 11**
**POLÍTICA EXTERNA ..... 12**

| DADOS BÁSICOS SOBRE AS ILHAS MARSHALL | |
|---|---|
| **NOME OFICIAL:** | República das Ilhas Marshall |
| **GENTÍLICO:** | marshallês |
| **CAPITAL:** | Majuro |
| **ÁREA:** | 181,3 km² |
| **POPULAÇÃO (2018):** | 58.413 |
| **GRUPOS ÉTNICOS:** | marshalleses (92,1%), marshalleses mestiços (5,9%) e outros (2%) |
| **LÍNGUAS OFICIAIS:** | marshallês (oficial) e inglês |
| **PRINCIPAIS RELIGIÕES:** | protestante (Assembleia de Deus), católica |
| **SISTEMA POLÍTICO:** | governo constitucional em livre associação com os EUA |
| **CHEFE DE ESTADO:** | Presidente David Kabua *(desde janeiro de 2020)* |
| **CHEFE DE GOVERNO:** | Presidente David Kabua *(desde janeiro de 2020)* |
| **MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:** | Casten N. Nemra |
| **PIB NOMINAL (2018):** | US$ 221,8 milhões *(Banco Mundial/2018)* |
| **PIB PPP (2018):** | US$ 208 milhões |
| **PIB NOMINAL *per capita* (2017):** | US$ 3.400 |
| **PIB PPP *per capita* (2018):** | US$ 4.870 |
| **VARIAÇÃO DO PIB (%) (2017/2018):** | 3,8% |
| **IDH:** | Não há dados. |
| **EXPECTATIVA DE VIDA (2017):** | 73,4 anos |
| **ALFABETIZAÇÃO (2011):** | 98,3% |
| **ÍNDICE DE DESEMPREGO (2010):** | 11% |

| | |
|---|---|
| **UNIDADE MONETÁRIA:** | dólar americano |
| **EMBAIXADOR EM MAJURO (cumulativa com Manila):** | Rodrigo do Amaral Souza |
| **EMBAIXADOR NO BRASIL:** | Não há. |

**INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões FOB) - *Fonte: MDIC/Ministério da Economia***
*(obs: dados para 2018 não estão disponíveis na plataforma comexstat.mdic.gov.br)*

| **BRASIL⇒ Marshall** | **2011** | **2012** | **2013** | **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2019** | **2020 (JAN-MAI)** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Intercâmbio | 8,32 | 5,3 | 2,07 | 1,82 | 11,8 | 2,7 | 128,4 | 216,1 | 101,4 |
| Exportações | 8,16 | 4,6 | 1,92 | 1,7 | 11,3 | 2,6 | 128,2 | 215,8 | 101,4 |
| Importações | 0,16 | 0,7 | 0,15 | 0,5 | 0,5 | 0,1 | 0,2 | 0,3 | 0 |
| Saldo | 8,0 | 3,9 | 1,77 | 1,2 | 10,8 | 2,5 | 128,0 | 215,5 | 101,4 |

## PERFIL BIOGRÁFICO

**David Kabua**
*Presidente*

David Kabua é o nono chefe de estado da história das Ilhas Marshall, empossado em 13 de janeiro de 2020. No sistema marshallês, cabe ao Legislativo ("Nitijela"), composto por 33 membros, escolher o presidente.

Nascido em 1951 e egresso da Universidade do Havaí (EUA), Kabua é filho do primeiro presidente marshallês após a independência do país, Amata Kabua. A partir de 2012, ocupou diversas pastas ministeriais no governo marshallês, especificamente as de Saúde (2012–14), do Interior (2014–15) e de Assistência ao Presidente, com funções de vice-presidente (2016–19).

No "Nitijela", David Kabua é representante eleito do atol de Wotho, posição que ocupou pela primeira vez em 2008.

## RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Ilhas Marshall estabeleceram relações diplomáticas por meio de comunicado conjunto subscrito em 27 de julho de 2010, em Nova York, pelos respectivos representantes permanentes junto às Nações Unidas. O esforço de aproximação com as Ilhas Marshall e as demais Ilhas do Pacífico foi iniciado no primeiro semestre de 2005, quando foram realizadas três missões oficiais à região do Pacífico, o embaixador Georges Lamazière conduziu a visita às Ilhas Marshall, que também passou por Micronésia e Palau.

Entre 29 de abril e 3 de maio de 2009, o representante permanente das Ilhas Marshall junto à ONU, Phillip Muller, bem como os representantes permanentes de Fiji, Samoa, Salomão, Nauru, Tuvalu, Vanuatu e Micronésia visitaram o Brasil, a convite do Governo brasileiro. Os representantes permanentes fizeram visita protocolar ao ministro de Estado interino, Samuel Pinheiro Guimarães, e participaram de palestras com outros chefes da casa. Como parte da programação, a delegação visitou ainda federações de indústrias e centros de pesquisa em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

Entre 18 e 23 de junho de 2012, o presidente Christopher Loeak foi o primeiro chefe de governo das Ilhas Marshall a visitar o Brasil, por ocasião da Rio+20. O presidente das Ilhas Marshall não manteve encontros com autoridades brasileiras durante sua estadia no Rio de Janeiro.

No dia 22 de outubro de 2012, o embaixador George Ney Fernandes apresentou credenciais ao presidente das Ilhas Marshall, na qualidade de primeiro embaixador do Brasil (não residente) em Majuro. Nessa ocasião, houve pedido de apoio do Brasil à posição do país no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, no que se refere aos efeitos ambientais decorrentes das explosões nucleares e da exposição à radiação. Na ocasião, o embaixador manteve audiência com a futura presidente Hilda C. Heine, quando era ministra da Educação. Da conversa, o embaixador relatou haver notado particular interesse daquela autoridade no programa Bolsa Família. Em dezembro de 2012, em resposta a informação recebida sobre o tema, Hilda Heine manifestou profundo agradecimento e intenção de criar um programa semelhante em seu país. Cogitou-se à época, inclusive, organizar viagem sua ao Brasil, para estudar "in loco" a execução do Bolsa Família.

Em junho de 2017, o embaixador Rodrigo do Amaral Souza apresentou cópia de suas cartas credenciais e das cartas revocatórias de seu antecessor ao

ministro interino de Negócios Estrangeiros Alfred Alfred Jr. Durante o encontro, o embaixador ressaltou, citando documento divulgado poucos meses antes pela Chancelaria marshallesa sobre a "Nova Política Externa" do país, que Brasil e Ilhas Marshall compartilham diversos princípios de atuação diplomática, a exemplo da não interferência em assuntos internos e do primado do multilateralismo e do Direito Internacional.

Assinalou a atuação protagonista do Brasil na área ambiental, tão cara aos pequenos estados insulares da região, nosso papel na negociação e organização da Rio 92 e da Rio + 20 e o apoio brasileiro ao Acordo de Paris, no âmbito da UNFCC. Ao ouvir relato dos recentes desdobramentos de iniciativas tomadas por Marshall no âmbito da CIJ (ação contra os países nuclearmente armados) e do CDH (implicações em matéria de direitos humanos da gestão ambientalmente saudável de rejeitos nucleares ou substâncias radiativas), destacou o empenho brasileiro na causa do desarmamento nuclear.

O embaixador discorreu sobre o interesse brasileiro em oferecer à Marshall iniciativas concretas de cooperação. Mencionou a possibilidade de explorar, por meio da ABC, mecanismos bilaterais de cooperação em áreas como combate a enfermidades tropicais e doenças transmitidas por mosquitos; turismo; combate à pesca ilegal (IUU) e exploração ambientalmente sustentável de recursos pesqueiros; programas na área social, voltados à assistência a populações de baixa renda, a exemplo do Bolsa Família no Brasil; e aperfeiçoamento da formação e treinamento de recursos humanos no serviço público. Recebeu do chanceler interino pedido para que o IRBr examine de que maneira poderia colaborar para oferecer ao incipiente serviço diplomático marshallês noções sobre Cerimonial e Protocolo, serviço consular, promoção comercial  preparação, negociação, aprovação e implementação de atos internacionais.

A presidente Hilda Heine recebeu o embaixador por cerca de 45 minutos. Fez-se acompanhar não apenas do chanceler interino Alfred Jr., mas também de vários outros integrantes de seu gabinete, tais como os ministros de Assuntos Internos, Saúde e Finanças. A presidente Heine ressaltou o que considera a questão-chave para o futuro do país: como prepará-lo para o cenário pós-2023, quando os EUA planejam encerrar a assistência financeira que atualmente prestam às Ilhas Marshall, responsável por aproximadamente 60% do orçamento local. Na área de política externa, notou a preocupação externada pela presidente com o anúncio da retirada dos EUA do Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas e o possível impacto de tal medida sobre os esforços em curso da comunidade internacional para

mitigar os efeitos do aquecimento global. A presidente assinalou ainda o interesse das Ilhas Marshall em eventualmente implementar programa social de transferência de renda em moldes assemelhados ao Bolsa Família, item que ocupou boa parte do encontro da então titular da Educação com o embaixador Fernandes.

O embaixador brasileiro foi também recebido em visitas protocolares de cortesia pelos chefes das três únicas Missões diplomáticas residentes em Majuro: Karen Stewart (EUA), Daniel Tang (Taiwan) e Hideyuki Mitsuota (Japão). A propósito das relações de Marshall com aqueles três países, cabe o registro da importância central dos EUA em todos os aspectos da conjuntura política e econômica das Ilhas Marshall; da presença de comunidade taiwanesa em Marshall, presente sobretudo no comércio, e do esforço taiwanês em se fazer presente por meio de investimentos e doações (10% dos recursos usados no "Trust Fund" que financia o orçamento público de Marshall provêm de Taiwan); além da expressiva miríade de atividades de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) e cooperação promovidas em Marshall pela embaixada japonesa e pelo escritório local da JICA, sobretudo na área de educação, infraestrutura de transporte e saúde.

Em novembro de 2018, a representação brasileira em Manila contatou sua homóloga das Ilhas Marshall, requerendo apoio à candidatura para o Conselho da Organização Marítima Internacional (IMO), mandato 2019-21, categoria "B", e para o Conselho Executivo da UNESCO, mandato 2019-23. Por nota verbal, a Representação Permanente das Ilhas Marshall junto à IMO confirmou apoio à candidatura brasileira nas eleições que se realizaram na 31.ª sessão da Assembleia da IMO, entre 25/11 e 5/12/2019.

Ainda não foram firmados **atos bilaterais** entre o país e o Brasil.

Não existem **empréstimos e financiamentos oficiais** do Brasil às Ilhas Marshall.

## INTERCÂMBIO BILATERAL

O comércio entre Brasil e Ilhas Marshall alcançou US$ 216,1 milhões em 2019. Praticamente todo o comércio bilateral correspondeu a exportações brasileiras de combustíveis categorizados como "outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos", no montante de US$ 208 milhões (2019). Em 2019, o Brasil foi o segundo maior fornecedor do produto para o mercado marshallês, depois da China.

Entre janeiro e maio de 2020, as exportações brasileiras para as Ilhas Marshall somaram US$ 101,4 milhões, sendo que US$ 97,7 milhões corresponderam a óleos de petróleo e minerais betuminosos.

## POLÍTICA INTERNA

As Ilhas Marshall tornaram-se independentes, em 21 de outubro de 1986, sob Pacto Comum de Livre Associação com os Estados Unidos da América, que lhes assegura defesa, condução de alguns vetores de política externa e aporte financeiro. A Constituição nacional segue o modelo de Westminster. O Pacto Comum de Livre Associação com os EUA, assinado em 1982 (com duração até 2023), garante ao governo das Ilhas Marshall a responsabilidade por assuntos domésticos e à Washington a primazia por alguns vetores de política externa (segurança, em especial) além de assistência financeira norte-americana a Majuro. Os EUA se beneficiam de acesso exclusivo para suas forças militares ao espaço aéreo e mar territorial marshalleses.

As Ilhas Marshall são uma república constitucional, com regime misto entre o parlamentarismo e o presidencialismo. As eleições são realizadas a cada quatro anos, elegendo, por sufrágio universal, os 33 Senadores da Câmara Baixa do Legislativo, conhecida como Nitijela (Parlamento). O presidente é então apontado pelo Nitijela, dentre os seus membros, tornando-se chefe de Estado e de governo. De maneira geral, os presidentes das Ilhas Marshall não logram exercer mais de um mandato, uma vez que as alianças diretas entre os parlamentares tendem a ser fluidas, na ausência de partidos políticos. A Câmara Alta do Legislativo, chamada de Conselho de Iroij, é composta por 12 chefes tribais, e tem caráter consultivo para questões fundiárias, de direito consuetudinário e de práticas tradicionais.

O maior desafio das Ilhas Marshall é garantir saúde à população, dispersa em 1.200 ilhas em 29 atóis. O país sofreu com 67 explosões nucleares, principalmente ao redor do Atol de Bikini, levadas a cabo pelos Estados Unidos entre 1946 e 1954.

A mudança climática, e o consequente aumento do nível do mar, também é assunto de primeira importância para as Ilhas Marshall, que experimentaram severas dificuldades ambientais ao longo do primeiro semestre de 2013, primeiro com secas e, em junho de 2013, com inundações na capital Majuro. Em consequência desses desastres ambientais, em junho de 2013 os EUA declararam que, sob o Pacto de

Livre Associação entre ambos os países, as Ilhas Marshall poderiam utilizar recursos do fundo nacional de emergências mantido pela agência americana de resposta a desastres.

O Parlamento Nacional ("Nitijela") aprovou, em 26 de janeiro de 2016, moção de censura contra o presidente Casten Nemra, cuja eleição se dera no começo do mesmo mês. Hilda Heine, Senadora pelo Atol de Aur, foi eleita, em votação secreta na esfera parlamentar, para preencher a vacância de poder no Executivo. Tratou-se da primeira mulher a ocupar a presidência do país.

As últimas eleições gerais para o parlamento marshallês foram realizadas em novembro de 2019. O parlamento eleito escolheu o novo presidente, David Kabua, que tomou posse em 13 de janeiro de 2020, para mandato de quatro anos. Em declaração dias antes de sua posse, Kabua indicou como assuntos de relevância para seu mandato as mudanças climáticas em curso, a renegociação da assistência financeira recebida dos EUA e o risco de vazamento no reservatório de dejetos radioativos na ilha de Runit ("Runit Dome" ou "Cactus Dome").

**Pandemia de COVID-19**

Devido à pandemia de COVID-19, todas as viagens aéreas comerciais ao país foram suspensas em março de 2020; sendo que nem mesmo nacionais marshalleses podem retornar ao país por meio aéreo. É permitido o pouso de aviões para reabastecimento, desde que não haja qualquer contato humano. Embarcações (pesqueiros, cargueiros ou petroleiros) que passaram, nos últimos 14 dias, por países/territórios com casos confirmados de COVID-19 estão proibidas de entrar no arquipélago marshallês.

Quanto a medidas de distanciamento social, no momento, há apenas recomendação de cuidado com higiene pessoal e manutenção de distância social mínima. Não há casos confirmados de COVID-19 no país; no entanto, o país já havia declarado "estado de emergência de saúde" na primeira metade de fevereiro, antes da detecção de quaisquer casos. O país é considerado especialmente vulnerável por sua diminuta população, seu sistema de saúde deficitário e a relativamente alta incidência de desnutrição infantil e doenças debilitadoras do sistema imunológico (como o diabete) em adultos.

## ECONOMIA

A economia das Ilhas Marshall é fortemente dependente da ajuda norte-americana, possuindo um enorme setor estatal, responsável pela maior parte dos empregos. Praticamente todo o combustível é importado. Parte das receitas das Ilhas Marshall advém do aluguel do atol Kwajalein aos EUA, usado para testes de mísseis.

Em diversos atóis, prevalece a economia de subsistência, principalmente no setor agrícola e da pesca. As principais produções são as de coco, melões e fruta-pão. O turismo emprega cerca de 10% da população e é a principal fonte de divisas estrangeiras. Apesar de ser um destino considerado paradisíaco, o turismo nas Ilhas Marshall é muito pouco explorado, devido à dificuldade de se chegar ao local, à concorrência com outras ilhas e ao medo de alguns turistas de supostas contaminações.

## POLÍTICA EXTERNA

Embora os EUA sejam o principal parceiro externo das Ilhas Marshall, o país tem procurado promover relações estreitas com o Japão, a Austrália e outras nações do Pacífico. A Austrália foi o segundo país, depois dos EUA, a estabelecer relações diplomáticas com as Ilhas Marshall, em 1987. EUA, Japão e Taiwan mantêm representações diplomáticas nas Ilhas.

A República das Ilhas Marshall tornou-se membro da ONU em 1991. É, também, membro do Foro das Ilhas do Pacífico, da Comunidade do Pacífico Sul (SPC), e de outros organismos internacionais, como o Banco de Desenvolvimento da Ásia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Em relação à contaminação radioativa das Ilhas Marshall, o 34.º Foro das Ilhas do Pacífico reiterou o reconhecimento da especial responsabilidade dos Estados Unidos pelos efeitos adversos do ensaio nuclear conduzido durante a administração norte-americana das ilhas, e reiterou o chamado aos EUA para que cumpra integralmente a obrigação de prover compensação adequada e justa.

As Ilhas Marshall pleiteiam soberania sobra a Ilha Wake, atol formalmente anexado pelos EUA ao final do século XIX.

O país tem grande interesse nas negociações sobre mudança do clima. Defende que os progressos e compromissos alcançados nos últimos 20 devem ser mantidos e aprofundados.

Em setembro de 2013 as Ilhas Marshall sediaram o 44.º Fórum das Ilhas do Pacífico em Majuro. Após as calamidades ambientais ocorridas no país durante o primeiro semestre de 2013, as Ilhas Marshall patrocinaram a "Declaração de Majuro", emitida pelo Fórum, no sentido de reivindicar metas e iniciativas mais ambiciosas no combate à mudança climática e apelaram à Austrália e Nova Zelândia, também membros do Fórum, que defendam com mais vigor essa bandeira. A referida declaração ressalta que a mudança do clima representa grave ameaça para as economias e para o bem-estar das populações dos países da região e reafirma compromisso de adoção de medidas para a redução da emissão de gases de efeito estufa.

Em setembro de 2014, durante a 69.ª AGNU, a alocução do então presidente Christopher J. Loeak destacou os desafios à paz e à segurança internacionais ante o aumento da violência na Ucrânia, Síria e Iraque. A esses desafios acrescentou a mudança do clima. Convidou os estados-membros a

observarem as metas do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio e solicitou que os países do G-20 não deixassem de considerar o tema em seu próximo encontro. O discurso do presidente Loeak tocou ainda na vulnerabilidade dos estados insulares e ressaltou a importância de uma perspectiva que pudesse acomodar, na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, o caráter único desses países. Em outubro de 2014, as Ilhas Marshall abstiveram-se em votação na AGNU quanto à necessidade de fim do embargo americano a Cuba. Além do país, apenas Palau e Micronésia abstiveram-se.

Na 70.ª AGNU, em 2015, o então presidente de Ilhas Marshall, Christopher J. Loeak, afirmou que a Agenda 2030 e seus objetivos de desenvolvimento sustentável oferecem uma poderosa ferramenta para que os SIDS ajustem suas próprias estratégias domésticas. Expressou seu contentamento com o reconhecimento da mudança do clima pelos líderes mundiais como uma realidade que merece e está ganhando uma resposta firme e coletiva. Salientou que todos devem se comprometer com a redução de emissões para 2030 e fechar as lacunas de emissões globais. Parabenizou a iniciativa da Nova Zelândia que, no exercício da presidência do Conselho de Segurança, organizou uma reunião sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), sugerindo que o CSNU inclua de modo permanente em sua agenda um item sobre a segurança dos SIDS. Afirmou que a pesca é setor vital para o desenvolvimento nacional, salientando que a soberania deve ser respeitada para a pesca nas águas territoriais de seu país. Asseverou que as armas nucleares constituem ameaça para a paz e segurança internacionais, demandando esforços para o desarmamento nuclear global.

Na AGNU 2016, o discurso proferido pela presidente das Ilhas Marshall, Hilda Heine, teve como foco temas domésticos e sua relação com os ODSs. Em especial, a presidente ressaltou a importância de que os pequenos estados insulares criem condições para superar a dependência da ajuda externa, garantindo ambiente de segurança econômica que contribua para a erradicação da pobreza e o crescimento econômico. Tal crescimento deve ocorrer, no entanto, de maneira inclusiva, garantindo melhorias no desenvolvimento social. Deve, ademais, ser alcançado com uso sustentável dos recursos, em especial aqueles advindos dos oceanos, parte integral da identidade do país. Terminou seu discurso ressaltando que, há 65 anos, seu país denuncia na ONU os danos sociais, psicológicos e de saúde causados pelo teste de armas nucleares e relembrou que as Ilhas Marshall são o único caso em que a ONU autorizou o teste de armas nucleares. Comprometeu-se a centrar sua administração em assuntos relacionados ao impacto causado por tais testes e exigiu

apoio da comunidade internacional e do sistema ONU para alcançar resultados concretos.

Durante a 74.ª AGNU, em 26 de setembro de 2019, o Paraguai e as Ilhas Marshall estabeleceram relações diplomáticas, por intermédio de declaração conjunta firmada pelos Chanceleres John Silk e Antonio Rivas Palacios.

Após a posse do presidente David Kabua, em janeiro de 2020, não houve sinais de alteração das relações entre as Ilhas Marshall e a República da China (Taiwan). Segundo relatos, Kabua teria assegurado ao embaixador taiwanês seu forte apoio à manutenção dos laços diplomáticos mútuos, agradecendo a assistência que seu país recebeu de Taipé nos últimos anos e defendendo o aprofundamento das relações bilaterais.

**NOVA POLÍTICA EXTERNA DE HILDA HEINE**

No tocante aos eixos da Nova Política Externa de Majuro, da então presidenta Hilda Heine, anunciada em 2017, cabe ressaltar preocupação com a ampliação de sua inserção global - e, consequentemente, com a diminuição da dependência com relação aos EUA. Mudança climática, desarmamento nuclear e promoção de investimentos no turismo estão entre os demais temas tratados.

Citando a constituição marshallesa, a Nova Política Externa de Heine salientou que as Ilhas Marshall devem estender aos demais países o que deles espera: paz, amizade e entendimento mútuo. Enumera, nesse contexto, cinco princípios de sua política externa: igualdade soberana entre os estados; adesão a sistema internacional inclusivo e baseado no direito; não interferência em assuntos internos; primado da diplomacia na gestão e solução dos problemas globais e respeito mútuo.

O documento expressa ser a visão do país harmonizar desenvolvimento e sustentabilidade ambiental. Faz referência à interdependência global, à necessidade de proteger direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como de respeitar cultura e tradições. Em seguida, afirma que a missão precípua do Ministério dos Negócios Estrangeiros seria a de dar prioridade à promoção dos interesses nacionais, mantendo e aprofundando relações bilaterais e multilaterais com vistas a garantir o desenvolvimento nas esferas social, econômica, política e cultural. A atração de investimentos, a capacitação dos recursos humanos e a busca de segurança também fariam parte das prioridades da pasta.

Dos nove objetivos listados para a política externa, o primeiro refere-se ao "legado nuclear". Recorda 67 explosões atmosféricas detonadas no território marshallês entre 1946 e 1958. Considera ter-se tratado de "sacrifício em nome do

interesse nacional dos EUA". Conclui que, sem ter sido possível solucionar essa questão adequadamente de maneira bilateral, caberia doravante buscar "meios alternativos" de fortalecer a posição do país. Cita, nesse âmbito, o pedido feito ao CDH de relatório específico sobre os efeitos dos testes nucleares para os direitos humanos. A meta última seria a obtenção de maior compensação e de reparação, embora o documento registre, ainda, expectativa em torno a possível declaração presidencial de desculpas, que tome por base as conclusões do Comitê Consultivo sobre Radiação. Cobra, ademais, que o padrão sendo empregado para a remoção dos resíduos existentes seja equiparado ao que já é adotado domesticamente nos EUA.

O segundo objetivo singulariza que a atual versão do "Compact of Free Association" entre Ilhas Marshall e EUA, que data de 2004, estipula o fim do financiamento estadunidense ao país no ano de 2023. Propõe que, desde já, a RMI planeje a sustentabilidade futura de suas receitas e, adicionalmente, negocie com Washington a extensão de algumas das linhas de ajuda. Outra prioridade enumerada é a de manutenção da política de livre ingresso e residência nos EUA, sem necessidade de visto.

O terceiro dos objetivos dedica-se à garantia de "futuro climático seguro". Retrata os riscos que o aquecimento global impõe ao arquipélago e pondera que evacuações teriam de começar muito antes da inundação total, levando marshalleses à condição de refugiados ambientais pioneiros. Entende caber à Chancelaria centrar esforços na busca de financiamento para medidas de adaptação e mitigação. São destacadas as tarefas de conscientização, mobilização comunitária e de busca por segurança energética em fontes de baixo carbono.

O quarto objetivo proclama anseio por ampliar os engajamentos bilaterais e multilaterais do país, de modo a fortalecer sua segurança e soberania. O texto denota esforço em diminuir, ao menos em parte, a dependência com relação aos EUA. Ao propor maior engajamento global, reconhece a necessidade de melhorar a qualidade dos relatórios apresentados perante convenções internacionais ratificadas pelo país.

O quinto objetivo trata de promoção da cultura local; o sexto, dedicado a temas econômicos, propõe reorientar o foco das missões diplomáticas do país no exterior para uma maior promoção do turismo, dos investimentos externos e da exportação dos produtos marshalleses. Propõe a conclusão de acordos bilaterais que cubram esses setores, bem como a busca por novas oportunidades de financiamento de projetos. Cita, ainda, a importância da cooperação técnica para as instituições nacionais.

O sétimo objetivo indica que a concertação regional permanece prioritária, pretendendo-se trabalhar para que o Fórum das Ilhas do Pacífico assuma procedimentos mais ágeis, passando a harmonizar e coordenar as atividades das demais iniciativas regionais dedicadas a setores diversos (cita, nesse contexto, pesca e meio ambiente, além da Universidade conjunta do Pacífico Sul).

O oitavo dos objetivos dedica-se aos serviços consulares e propõe como meta a conclusão de mais acordos de isenção de vistos. O nono e último objetivo volta-se à eficiência e profissionalização do serviço diplomático marshallês.

**Reforma do CSNU**

Sem se comprometer, de início, com algum modelo específico de proposta de reforma do Conselho de Segurança (CSNU), o governo das Ilhas Marshall passou a apoiar o projeto de resolução A/59/L.64. Na 66ª AGNU (setembro de 2011), o chanceler John Silk destacou a necessidade de tornar o CSNU mais efetivo e adequado à realidade contemporânea. Afirmou que o órgão deve ser reestruturado para acomodar nações cuja responsabilidade, tamanho e liderança as credenciem a um assento permanente, citando nominalmente os países do G-4. Além disso, referiu-se à decisão de somar-se aos pequenos estados insulares em desenvolvimento do Pacífico para pedir ao CSNU que reconheça que a mudança do clima constitui ameaça real à paz e segurança internacionais.

**CIJ**

O governo da República das Ilhas Marshall submeteu à Corte Internacional de Justiça, em 24/04/14, nove demandas simultâneas contra China, Coreia do Norte, Estados Unidos, França, Índia, Israel, Paquistão, Reino Unido e Rússia, acusando-os de não cumprirem suas obrigações de cessar, em data próxima, a corrida armamentista nuclear e de garantir o desarmamento nuclear. Com base no artigo 36, parágrafo 2º, do Estatuto da Corte (1945), serão examinados apenas os casos movidos contra os três países que já aceitaram a jurisdição obrigatória daquele tribunal (Índia, Paquistão e Reino Unido). Os demais estados foram notificados sobre a petição das Ilhas Marshall, mas nenhum processo pôde ser iniciado, já que as Partes demandadas não reconhecem a jurisdição da Corte no caso.

As petições iniciais apresentadas pela demandante em cada um dos casos em muito se assemelham, e são baseadas nos seguintes argumentos: (1) mais de quatro décadas após a entrada em vigor do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), Índia e Paquistão ainda não aderiram àquele instrumento; teriam,

pelo contrário, testado armas nucleares e adquirido um arsenal nuclear que foi mantido, melhorado, diversificado e ampliado ao longo dos anos. O Reino Unido, por sua vez, apesar de ser um dos primeiros signatários do TNP, teria mantido e modernizado continuamente seu arsenal; (2) os três países teriam ainda descumprido obrigação de direito internacional consuetudinário de participar, de boa- fé, de negociações com o fim de cessar a corrida armamentista nuclear em data próxima e de proceder ao desarmamento nuclear em todos os seus aspectos, sob controle internacional estrito e eficaz, tendo tomando, ao invés disso, medidas para melhorar, expandir e manter suas forças nucleares.

Em 05/10, a CIJ anunciou sua decisão sobre questões preliminares levantadas pelas partes demandadas nos três casos envolvendo as Ilhas Marshall e estados nuclearmente armados (Índia, Paquistão e Reino Unido), denominados "Obrigações acerca das negociações relativas à cessação da corrida armamentista nuclear e ao desarmamento nuclear". A CIJ decidiu (1) acatar as objeções à sua jurisdição, por entender que não há disputa entre as partes, e (2) não avançar, por conseguinte, para a fase de análise do mérito dos casos, dando assim por encerradas as demandas.

**CDH**

A missão das Ilhas Marshall em Genebra transmitiu à Delegação brasileira naquela cidade, em julho de 2019, cópia dos compromissos voluntários referentes à candidatura do país ao Conselho de Direitos Humanos (CDH), mandato 2020-2022, nas eleições de outubro do ano em curso, em Nova York, por ocasião da 74.ª Sessão da Assembleia Geral. No mesmo expediente, solicitou apoio à sua candidatura para o CDH.

A nota MUNOG/01/19 teve o seguinte teor:

“The Permanent Mission of the Republic of the Marshall Islands to the United Nations Office in Geneva presents its compliments to the Permanent Missions to the United Nations Office in Geneva and, with reference to the Republic of the Marshall Islands candidature for membership of the UN Human Rights Council (HRC) for the term 2020-2022, has the honor to attach an aide memoire, which contains a brief account of the Republic of the Marshall Islands' contributions, intended voluntary pledges and commitments pursuant to General Assembly Resolution 60/251.

The Republic of the Marshall Islands, a Pacific Small Island Developing State, is committed to implementing basic human rights, including those within the

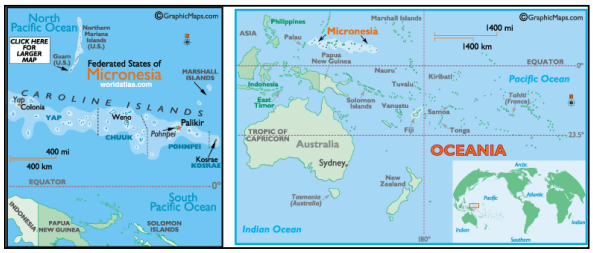
Bill of Rights of its Constitution, and those within respective treaty instruments. The Republic of the Marshall Islands is fully committed to the promotion and protection of human rights, has adopted a wide range of measures to fulfill its national and international obligations on human rights, and continues to improve its progress towards these obligations.

The Republic of the Marshall Islands hopes that the esteemed Member States of the United Nations will lend their valuable support to the above candidature of the Republic of the Marshall Islands to the Human Rights Council at the election to be held during the 74th Session of the UN General Assembly in October 2019 and thus accord an opportunity for the Republic of the Marshall Islands to contribute to the work of the Council, for the first time since its creation in 2006. The candidature of the Republic of the Marshall Islands to the Human Rights Council has been endorsed by the Pacific Islands Forum.

The Permanent Mission of the Republic of the Marshall Islands to the United Nations Office in Geneva avails itself of this opportunity to renew to the Permanent Missions to the United Nations Office in Geneva the assurances of its highest regard."

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

# MICRONÉSIA




**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**

***(Maio de 2020)***

*SARP/DEJP/DAP*

## Sumário

| DADOS BÁSICOS SOBRE A MICRONÉSIA | |
|---|---|
| **NOME OFICIAL** | Estados Federados da Micronésia |
| **GENTÍLICO** | micronésio |
| **CAPITAL** | Palikir |
| **ÁREA** | 702km² (607 ilhas) |
| **POPULAÇÃO (2017)** | 104.196 |
| **GRUPOS ÉTNICOS** | Nove grupos étnicos de micronésios e polinésios. |
| **LÍNGUAS OFICIAIS** | Inglês (língua oficial), Trukese, Pohnpeian, Yapese, Kosrean, Ulithian, Woleaian, Nukuoro |
| **PRINCIPAIS RELIGIÕES** | Católicos Romanos 50%, Protestantes 47%, Mórmons 1.5% |
| **SISTEMA POLÍTICO** | República Presidencialista em livre associação com os EUA. |
| **PODER LEGISLATIVO** | Congresso Unicameral composto por 14 membros: 10 eleitos diretamente por maioria simples para mandatos de 2 anos e 4 eleitos por cada um dos 4 estados por representação proporcional para mandatos de 4 anos. |
| **CHEFE DE ESTADO** | Presidente David W. Panuelo |
| **CHEFE DE GOVERNO** | Presidente David W. Panuelo |
| **MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS** | Kandhi A. Elieisar |
| **PIB NOMINAL (2018)** | US$ 401,9milhões |
| **PIB PPP (2018)** | US$ 410,4 milhões |
| **PIB NOMINAL *per capita* (2018)** | US$ 3 568 |
| **PIB PPP *per capita* (2018)** | US$ 3 640 |
| **VARIAÇÃO DO PIB (%) (2018)** | 0,2% |
| **IDH (2013)** | 0,63 (124º - médio) |
| **EXPECTATIVA DE VIDA (2017)** | 73,1 |
| **ALFABETIZAÇÃO:** | Sem medida. |

| | |
|---|---|
| **ÍNDICE DE DESEMPREGO:** | 22% (2010) |
| **UNIDADE MONETÁRIA:** | dólar americano |
| **EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:** | - |
| **BRASILEIROS NO PAÍS:** | Não há registro de brasileiros na Micronésia. |

(2) Disponível em http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_EN_Table1.pdf

**INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhares FOB) - *Fonte: MDIC/Ministério da Economia**

| **BRASIL⇒ MICRONÉSIA** | **2007** | **2008** | **2009** | **2010** | **2011** | **2012** | **2013** | **2014** | **2015** | **2016** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Intercâmbio | 127 | 73 | 100 | 108 | 106 | 147 | 73 | 84 | 211 | 224 |
| Exportações | 75 | 73 | 99 | 103 | 63 | 145 | 73 | 78 | 211 | 223 |
| Importações | 52 | 0,1 | 1 | 6 | 43 | 2 | 0,7 | 6 | 0,061 | 1,1 |
| Saldo | 23 | 73 | 98 | 97 | 19 | 142 | 72 | 71 | 211 | 222 |

- ***OBS: Não existem dados recentes disponíveis (a última série disponível é de 2016). Vide Anexo (página 20)***

## PERFIS BIOGRÁFICOS

**David W. Panuelo**

*Presidente*

David W. Panuelo, nono presidente dos Estados Federados da Micronésia, assumiu o cargo em 11 de maio de 2019, após indicação pelo recém-empossado parlamento do país. Nascido em 1964, no estado de Pohnpei, e egresso da “Oregon Eastern University” (EUA), iniciou sua carreira pública como funcionário do Ministério de Assuntos Estrangeiros micronésio e, posteriormente, do governo estadual de Pohnpei. No parlamento, ocupa a posição de membro eleito pelo estado de Pohnpei desde 2011.

**RELAÇÕES BILATERAIS**

A Micronésia estabeleceu relações diplomáticas com o Brasil em outubro de 2010. O processo de aproximação com a Micronésia e as demais Ilhas do Pacífico teve início no primeiro semestre de 2005, quando foram realizadas três missões oficiais à região do Pacífico, chefiadas pelos embaixadores Arnaldo Carrilho (Fiji, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu, além de visita oficial ao secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico); Frederico Cézar de Araújo (Ilhas Salomão, Nauru, Papua Nova Guiné e Vanuatu); e Georges Lamazière (Ilhas Marshall, Micronésia e Palau).

Entre 29 de abril e 3 de maio de 2009, o representante permanente da Micronésia junto à ONU, Jeem Lippwe, bem como os representantes permanentes de Fiji, Samoa, Salomão, Nauru, Tuvalu, Vanuatu, e Marshall, visitaram o Brasil, a convite do governo brasileiro. Os representantes permanentes fizeram visita protocolar ao então ministro de Estado, interino, Samuel Pinheiro Guimarães, e participaram de palestras com o subsecretário-geral de Cooperação e de Promoção Comercial, embaixador Ruy Nogueira, com a diretora do Departamento de Ásia e Oceania, embaixadora Regina Dunlop, com o diretor do Departamento de Organismos Internacionais, ministro Carlos Duarte e com o Chefe da Agência Brasileira de Cooperação, ministro Marco Farani. Como parte da programação, a delegação visitou, em Brasília, o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA I), e o Centro Nacional de Recursos Genéticos e Biotecnologia da Embrapa (CENARGEN); no Rio de Janeiro, o Laboratório de Tecnologia Submarina (COPPE/UFRJ), a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), a Empresa Gerencial de Projetos Navais (ENGEPRON), a Petrobras, o BNDES e a Vale; e, em São Paulo, a Embraer.

Em 2012, o então presidente da Micronésia, Emanuel Mori, visitou o Brasil por ocasião da Rio+20.

Em 2013, o embaixador George Ney Fernandes apresentou credenciais ao então presidente Emanuel Mori, diante de todo o seu gabinete, em ocasião classificada pelo próprio líder como histórica, por se tratar do primeiro embaixador do Brasil junto à Micronésia. Na ocasião, Mori mostrou-se preocupado com as mudanças climáticas, uma vez que, com o aquecimento global e o aumento do nível dos oceanos, o país corre o risco de ser engolido pelo mar. O presidente demonstrou expectativa de que o Brasil se torne um importante parceiro em termos de proteção ao meio ambiente.

Em visita realizada à Micronésia em 24 e 25 de maio de 2018, para apresentação de credenciais, o embaixador do Brasil em Manila, Rodrigo do Amaral, reuniu-se com o presidente do país, Peter Christian. No encontro, agradeceu o apoio da Micronésia ao pleito dos países do G-4 e antecipou o pedido de apoio à candidatura brasileira ao Conselho de Segurança para o biênio 2022-2023, entregue ao secretário do Exterior no mesmo dia. O presidente acolheu o pleito de forma positiva e reiterou a necessidade de reforma do órgão. Também demonstrou interesse na aquisição de aeronaves da Embraer para uso da presidência e da companhia aérea local – Caroline Islands. Posteriormente, em jantar oferecido pelo presidente, este demonstrou ao embaixador interesse em aproveitar a experiência brasileira para uso da energia hidrelétrica.

Ao encontrar-se com o secretário do Exterior, além da entrega do pedido de apoio à candidatura brasileira ao Conselho de Segurança, agradeceu o apoio da Micronésia às candidaturas do professor Antônio Augusto Cançado Trindade à CIJ e do embaixador Gilberto Saboia à Comissão de Direito Internacional. Por fim, apresentou-lhe a proposta de acordo por troca de notas para isenção de vistos de curta duração para portadores de passaporte comum, que foi recebido de forma positiva.

O embaixador também se encontrou com os embaixadores Residentes da Austrália e do Japão e com as encarregadas de Negócios dos EUA e da China. Os quatro foram uníssonos em externar opinião pessimista acerca dos benefícios e da utilidade das contribuições ao país, enfatizando a corrupção endêmica, o nepotismo e a falta de visão de longo prazo da elite local. Exemplo de nepotismo seria o fato de o presidente ter parentes em postos-chave na empresa aérea local e no Departamento de Transporte e Aviação Civil. A situação da dependência micronésia à proteção de ajuda norte-americana também foi levantada e criticada pela encarregada de Negócios chinesa, que afirmou que “a China não seria jamais o inimigo do qual os EFM desejariam estar protegidos”, em caso de opção pelos EUA para defesa da segurança de ameaças externas.

Em novembro de 2019, a representação brasileira em Manila enviou notas verbais para sua homóloga da Micronésia, requerendo apoio à candidatura para o Conselho da Organização Marítima Internacional, mandato 2019-21, categoria “B”, e para o Conselho Executivo da UNESCO, mandato 2019-23. Na ocasião, diplomata micronésio respondeu que os pedidos brasileiros estariam sob consideração da chancelaria.

## COOPERAÇÃO

O governo micronésio demonstrou interesse em duas áreas principais de cooperação: cooperação com a Embrapa para o desenvolvimento da agricultura no país, que hoje é apenas de subsistência; e possibilidade de abertura de vaga no Instituto Rio Branco para a formação de diplomata micronésio.

## ATOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados **atos bilaterais com a Micronésia.**

Em novembro de 2017, o embaixador Rodrigo do Amaral Sousa propôs, em telegrama, o estabelecimento de acordo para a dispensa recíproca de vistos. Durante a visita aos Estados Federados da Micronésia, em maio de 2018, proposta brasileira de acordo por troca de notas sobre a isenção de vistos de curta duração a portadores de passaporte em comum foi apresentada às autoridades competentes locais.

A proposta visa reforças os laços entre os dois países e prevê que os micronésios portadores de passaporte comum possam entrar, sair e transitar pelo territórios do Brasil para propósitos de turismo e negócio por um período de 90 dias, o qual pode ser renovável por outros 90 dias, contanto que não se exceda os 180 dias em um período de 12 meses. Os países podem negar a entrada de pessoas consideradas indesejadas e o acordo pode ser revogado a qualquer momento, por meio de notificação por escrito, fazendo com que as medidas cessem após 90 dias. O acordo será adotado após 30 dias da resposta da Micronésia, dado que ela confirme que concorda com as medidas e que os brasileiros terão tratamento recíproco no país.

## COMÉRCIO BILATERAL

O comércio bilateral é ainda incipiente. Não se observa tendência de aumento ou diminuição no comércio entre os dois países. O pico do intercâmbio bilateral ocorreu em 2005, quando atingiu US$1,1 milhão, e a partir de então se estabilizou na faixa do US$100 mil, com quedas em 2013 e 2014. De acordo com dados do MDIC/SECEX-Aliceweb, de 2005 a 2014, o modesto comércio bilateral

entre o Brasil e a Micronésia registrou forte queda de 93% recuando de US$ 1,1 milhão, para apenas US$ 85 mil, respectivamente. De 2013 para 2014, contudo, foi observado aumento de 15%.

Historicamente, o saldo comercial sempre foi favorável ao Brasil, uma vez que as importações brasileiras originárias do mercado micronésio tem pouca expressividade no total do comércio bilateral. No último triênio os superávits foram: US$ 143 mil (2012); US$ 72 mil (2013); US$ 71 mil (2014). De janeiro a abril de 2015, as trocas comerciais somaram US$ 125 mil, sendo que não houve registro de importação brasileira originária da micronésia.

**Evolução do intercâmbio comercial com a Micronésia - US$ mil, fob**

| Anos | Exportações | | | Importações | | | Intercâmbio Comercial | | | Saldo |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Var.% | Part. % no total do Brasil | Valor | Var.% | Part. % no total do Brasil | Valor | Var.% | Part. % no total do Brasil | |
| 2005 | 1.128 | 314,7% | 0,00% | 19 | (+) | 0,00% | 1.147 | 321,7% | 0,00% | 1.109 |
| 2006 | 83 | -92,7% | 0,00% | 10 | -48,2% | 0,00% | 92 | -91,9% | 0,00% | 73 |
| 2007 | 75 | -8,6% | 0,00% | 52 | 427,5% | 0,00% | 127 | 37,9% | 0,00% | 23 |
| 2008 | 74 | -2,1% | 0,00% | 0,1 | -99,7% | 0,00% | 74 | -42,0% | 0,00% | 74 |
| 2009 | 99 | 34,6% | 0,00% | 5 | (+) | 0,00% | 104 | 40,6% | 0,00% | 95 |
| 2010 | 103 | 3,4% | 0,00% | 6 | 21,0% | 0,00% | 108 | 4,2% | 0,00% | 97 |
| 2011 | 63 | -38,5% | 0,00% | 43 | 678,4% | 0,00% | 107 | -1,7% | 0,00% | 20 |
| 2012 | 145 | 130,0% | 0,00% | 3 | -94,2% | 0,00% | 148 | 38,7% | 0,00% | 143 |
| 2013 | 73 | -49,8% | 0,00% | 0,7 | -71,8% | 0,00% | 74 | -50,2% | 0,00% | 72 |
| 2014 | 78 | 7,1% | 0,00% | 7 | 855,4% | 0,00% | 85 | 15,2% | 0,00% | 71 |
| 2015 (jan-abr) | 125 | (+) | 0,00% | 0,1 | -- | 0,00% | 125 | (+) | 0,00% | 125 |
| **Var. % 2005-2014** | **-93,1%** | | **---** | **-64,4%** | | **---** | **-92,6%** | | **---** | **n.c.** |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.
(+) Igual ou superior a 1000%. (n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

As exportações brasileiras para a Micronésia decresceram 93% entre 2005 e 2014, retraindo de US$ 1,1 milhão, em 2005 – ano de seu melhor desempenho – para US$ 78 mil, em 2014. De 2013 para 2014, as vendas ao mercado micronésio aumentaram 7,1% motivadas, principalmente, pelo crescimento dos embarques de preparações alimentícias e conservas de bovino, principal produto da pauta. Entre janeiro e abril de 2015, as exportações atingiram US$ 125 mil, um crescimento de quase 725 vezes e que foi motivado pela inclusão na pauta exportadora de preparações alimentícias e conservas de bovino (valor de US$ 87 mil) e de construções e suas partes, de alumínio (valor de US$ 39 mil). Os produtos exportados para a Micronésia, em 2014, foram: *i)* preparações alimentícias e conservas de bovino (valor de US$ 78 mil, equivalentes a 99,8% do total); e, *ii)* lentes de contato (US$ 0,7 mil; 0,2%).

Ainda segundo os dados do Aliceweb, nos últimos dez anos as **importações** brasileiras originárias da Micronésia decresceram 64% diminuindo de US$ 19 mil, em 2005, para US$ 7 mil, em 2014. As compras de 2013 para 2014 apresentaram, todavia, um substancial aumento de 855% que foi motivado, principalmente, pela inclusão na pauta importadora de transistores montados (valor de US$ 6 mil). Entre janeiro e abril de 2015 as importações limitaram-se ao valor de apenas US$ 61 e não houve registro de compras no mesmo período do ano anterior. Os principais produtos importados pelo Brasil, procedentes do mercado micronésio em 2014 foram: *i)* transistores montados (valor de US$ 6 mil; equivalentes a 92,6% do total); *ii)* partes para aparelhos de radiotelecomando, câmaras de TV/vídeo (US$ 0,3 mil; 3,9%); e, *iii)* máquinas e aparelhos mecânicos com função própria (US$ 0,1 mil; 1,9%).

O **cruzamento** estatístico entre a pauta exportadora brasileira e importadora da Micronésia em 2014 (fonte: Trademap/UNCTAD), identificou a existência de potenciais oportunidades para as exportações de vários segmentos do setor produtivo brasileiro. Por conseguinte, com base na nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH6), os grupos de produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado local foram, em princípio, os seguintes: *i)* arroz**;** *ii)* carnes de frango; *iii)* cimento, tipo 'portland'; *iv)* geradores elétricos para motores de automóveis; *v)* preparações das indústrias alimentícias; *vi)* produtos de padaria; *vii)* dispositivos fotossensíveis semicondutores; *viii)* pescados; *ix)* estações-base de telecomunicações; *x)* preparações e conservas de atuns.

**Cruzamento entre a oferta exportadora do Brasil e a demanda importadora da Micronésia - 2014 - US$ mil, fob**

| Ranking | SH | Descrição dos produtos (1) | Exportações brasileiras para a Micronésia | Importações totais da Micronésia (2) | Exportações totais do Brasil | Potencial indicativo de comércio | Part. % do Brasil |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TOTAL GERAL** | | | **78** | **148.567** | **225.098.405** | **148.489** | **0,1%** |
| 1º | 100630 | Arroz | 0 | 4.327 | 189.357 | 4.327 | 0,0% |
| 2º | 020714 | Carnes de frango | 0 | 3.656 | 4.460.837 | 3.656 | 0,0% |
| 3º | 252329 | Cimento tipo 'Portland' | 0 | 2.273 | 5.014 | 2.273 | 0,0% |
| 4º | 850213 | Geradores elétricos para motores de automóveis | 0 | 2.073 | 16.164 | 2.073 | 0,0% |
| 5º | 210690 | Preparações das indústrias alimentícias | 0 | 2.003 | 375.091 | 2.003 | 0,0% |
| 6º | 190590 | Produtos de padaria | 0 | 1.808 | 21.043 | 1.808 | 0,0% |
| 7º | 854140 | Dispositivos fotossensíveis semicondutores | 0 | 1.495 | 2.990 | 1.495 | 0,0% |
| 8º | 030234 | Pescados | 0 | 1.433 | 2.515 | 1.433 | 0,0% |
| 9º | 851761 | Estações-base de telecomunicações | 0 | 1.307 | 122.889 | 1.307 | 0,0% |
| 10º | 160414 | Conservas de atuns | 0 | 1.298 | 8.865 | 1.298 | 0,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.
(1) Exclusive petróleo e derivados, por razões específicas
(2) Por não disponibilizar os dados relativos ao ano de 2014, os valores de importações totais da Micronésia foram obtidos 'por espelho', ou seja, com base nos dados relatados pelos parceiros.

**ASSUNTOS CONSULARES**

Não há rede consular ou comunidade brasileira nas Micronésia.

**EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS**

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano da Micronésia.

## POLÍTICA INTERNA

Os Estados Federados da Micronésia tornaram-se independentes em 1986, sob o Pacto Comum de Livre Associação com os Estados Unidos da América, que lhes assegura defesa, condução da ação externa e aporte financeiro. A Constituição nacional segue o modelo americano. O atual presidente, David W. Panuelo, tomou posse em 11 de maio de 2019, sucedendo Peter M. Christian. O Pacto Comum de Livre Associação com os EUA atribui responsabilidade ao governo da Micronésia em assuntos domésticos e de política externa, exceto nos domínios a cargo dos EUA.

A federação é uma república presidencialista composta por quatro estados federados (Pohnpei, Chuuk, Kosrae e Yap). Destes, Chuuk é o mais populoso, abrangendo cerca de metade da população nacional. Os quatro estados são geograficamente dispersos e abrigam grupos étnicos distintos, com idiomas próprios. Cada um possui sua própria constituição, governador e, exceto no caso de Chuuk, uma legislatura unicameral.

O poder legislativo federal é exercido por um Congresso unicameral composto por 14 senadores eleitos pelo voto popular, sendo que 4 são eleitos por voto proporcional, representam os estados e exercem mandatos de 4 anos, e os outros 10 senadores representam distritos delineados de acordo com a distribuição da população, são eleitos por maioria simples, e servem mandatos de 2 anos. O poder executivo é exercido pelo presidente, que é eleito pelo Congresso entre os 4 senadores que servem mandatos de 4 anos. O mandato do presidente também é de 4 anos, com possibilidade de uma reeleição. Uma emenda constitucional que propunha eleições diretas para presidente foi rejeitada pelo Congresso.

**Referendo sobre a independência de Chuuk**

O referendo sobre a independência do estado de Chuuk, anteriormente marcado para 5 de março de 2020, foi adiado para março de 2022. Trata-se do terceiro adiamento da votação, inicialmente proposta em 2015. O advogado-geral de Chuuk, Sabino Asor, um dos líderes do movimento independentista, declarou que o adiamento proporcionaria ao governo federal mais tempo para "corrigir algumas deficiências".

Não está claro se o referendo, caso vença o lado independentista, resultará em efetiva independência do estado ou apenas marcará o início de uma disputa político-jurídica em torno do tema. Para analistas externos, um dos elementos determinantes para o movimento pró-independência é o pacto de livre associação da Micronésia com os Estados Unidos, que está sendo renegociado. Ao desligar-se da federação, Chuuk deixaria também o pacto, instrumento fundamental em termos de segurança marítima, assistência ao desenvolvimento e circulação de pessoas. Com Chuuk independente, o novo país estaria livre para negociar seus próprios acordos internacionais, o que poderia incluir uma aproximação com a China em termos mais favoráveis.

**Pandemia de COVID-19**

Em virtude da pandemia de COVID-19 em 2020, durante certo período, nenhuma pessoa pôde entrar no país, independentemente de sua nacionalidade (micronésios, inclusive). Tripulantes de embarcações e voos cargueiros tiveram acesso limitado às áreas do porto/aeroporto essenciais à segurança dos navios/aviões. Embarcações cargueiras contendo alimentos ou outros mantimentos essenciais à Micronésia, e que tenham passado por algum desses países/territórios nos últimos 14 dias, puderam atracar no arquipélago, contanto que fossem submetidas a rígidas

inspeções sanitárias. Desde 15 de abril, cidadãos micronésios estão proibidos de sair do país, a não ser em caso de necessidade de tratamento médico urgente.

Quanto a medidas de distanciamento social, incialmente foram apenas recomendados cuidados com higiene pessoal e manutenção de distância pessoal mínima de dois metros. Não há confirmação de paciente com COVID-19 no país.

## POLÍTICA EXTERNA

Em 9 de dezembro de 2019, ao estabelecer relações diplomáticas com a Nicarágua, a Micronésia passou a manter relações diplomáticas com 93 países, 26 a mais desde o estabelecimento de relações com o Brasil, em 25 de outubro de 2010.

A Micronésia tem representações diplomáticas em Washington, Tóquio, Fiji e nas Nações Unidas. Os EUA são o principal parceiro externo da Micronésia. Há quatro representações diplomáticas sediadas no país (EUA, China, Japão e Austrália). A Micronésia tornou-se membro da ONU em 1991 e tem procurado exercer influência em temas como meio ambiente, pesca e transportes. É, também, membro da Organização Mundial de Saúde, da ESCAP (“Economic and Social Commission for Asia and the Pacific”), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e de várias organizações regionais, como o Foro das Ilhas do Pacífico e a Comunidade do Pacífico Sul (SPC).

Na 66ª Assembleia Geral da ONU, o então presidente Emanuel Mori destacou que seu país está ameaçado por uma "bomba-relógio ambiental" de 32 milhões de litros de petróleo em 60 navios afundados durante a II Guerra Mundial e instou a comunidade internacional a ajudar a evitar o que seria um "imenso desastre ambiental". Ao referir-se à Rio+20, pediu à comunidade internacional que reconhecesse o conceito de economia azul. Comentou a importância dos oceanos para as economias da região e aludiu à exploração econômica dos recursos marítimos, inclusive pesca e turismo (santuários de tubarões). Por fim, destacou a importância da criação de nova categoria na ONU para caracterizar as pequenas ilhas em desenvolvimento do Pacífico. Na questão do conflito israelo-palestino, o país posicionou-se a favor da criação do Estado palestino e da negociação direta entre as partes.

Em setembro de 2014, na 69ª Assembleia Geral da ONU, o discurso da Micronésia centrou-se no tema da mudança do clima e na necessidade de compromissos internacionais com vistas ao enfrentamento desse problema. No que diz respeito aos temas de paz e de segurança, o então presidente Emanuel Mori defendeu a reforma do Conselho de Segurança, de forma a incluir, como membros permanentes, Alemanha, Brasil, Índia, Japão e um representante da África. Em outubro de 2014, a Micronésia absteve-se em votação na AGNU quanto à

necessidade de fim do embargo americano a Cuba. Além da Micronésia, apenas Palau e Ilhas Marshall se abstiveram.

Por ocasião da Cúpula do G-20 em Brisbane, em 2014, o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, realizou encontro com líderes da Micronésia e de outros países do Pacífico Sul, durante o qual anunciou medidas de apoio à região, como a criação de fundo de US$ 1 milhão para adaptação à mudança climática e a elevação do auxílio anual concedido para cada país de US$ 125 para US$ 200 mil.

Na mesma ocasião, o presidente da China, Xi Jinping, encontrou-se bilateralmente com o então presidente da Micronésia, Emanuel Mori. Xi anunciou o estabelecimento de "parceria estratégica" com a Micronésia e com outros sete países da região, e assegurou que a China tenciona aprofundar a cooperação nas áreas de comércio, agricultura, pesca, energia, infraestrutura e outras. Destacou que Pequim irá oferecer tarifa-zero para 97% dos produtos importados dos países da região, financiará 2000 bolsas de estudos nos próximos cinco anos, enviará equipes médicas e irá encorajar o turismo chinês.

Com relações estabelecidas desde 1991, Indonésia e Estados Federados da Micronésia realizaram o segundo encontro de mandatários no dia 18 de julho de 2018. A visita resultou em assinatura de acordo de isenção de vistos para passaportes diplomáticos e de serviço, e na criação de plano de ação, que inclui estabelecimentos de foros de consulta regulares, envolvendo, principalmente, áreas de cooperação. A declaração conjunta menciona cooperação marítima, econômica, sócio-cultural, contatos P2P e melhoria de conectividade dentro de cada arquipélago.

**CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU**

A Micronésia tem defendido a expansão do Conselho de Segurança nas categorias de membros permanentes e não permanentes. Desde 2013, a Micronésia apoia expressamente a inclusão do Brasil e dos demais membros do G4 como membros permanentes do Conselho.

## ECONOMIA

A economia da Federação dos Estados da Micronésia vem perdendo dinamismo. O país cresceu 0,2% em 2017 (último dado disponível), taxa menor que a apresentada em 2016, quando a Micronésia cresceu quase 1%.

**Micronésia - Evolução do Produto Interno Bruto (PIB)**

| Discriminação | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Variação real | 3,21% | 1,83% | 0,11% | -4,01% | 0,08% | 0,27% | 0,97% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC, com base em dados do FMI, World Economic Outlook Database, abril de 2015.

No lado real da economia, as principais atividades são a agricultura e a pesca. O arquipélago possui escassas reservas de minérios, com exceção do fosfato. Existe potencial para a indústria do turismo, que vem ganhando importância econômica, mas a localização remota, a falta de infraestrutura e as poucas conexões aéreas dificultam seu desenvolvimento. Entre as prioridades locais faz-se menção ao desenvolvimento da infraestrutura e à melhoria do ambiente de negócios, o que deve contribuir para um papel mais ativo da iniciativa privada na composição do tecido econômico.

Sob os termos originais do Pacto Comum de Livre Associação, os EUA forneceram ajuda de US$1,3 bilhão durante o período de 1986-2001, mas o nível do suporte financeiro foi reduzido desde então. A Emenda ao Pacto Comum garante milhões de dólares em ajuda anual até 2023 e estabelece um “Trust Fund”, para o qual os EUA e a Micronésia fazem contribuições anuais, de modo a garantir uma renda anual permanente após 2023. As perspectivas econômicas de médio prazo para o país são frágeis, em vista não apenas da redução da ajuda americana, mas também do lento crescimento do setor privado.

| CRONOLOGIA HISTÓRICA DA MICRONÉSIA | |
|---|---|
| 1527 | Chegada do navegador português Diego da Rocha, primeiro explorador europeu a alcançar o território micronésio. |
| 1885 | Papa Leão XXIII reconhece o território como parte da Espanha. |
| 1899 | Espanha vende o território micronésio à Alemanha. |
| 1914 | As terras micronésias são ocupadas pelo Japão, que as administra sob mandato da Liga das Nações. |
| 1947 | Os Estados Unidos passam a administrar a região, como parte do Protetorado das Ilhas do Pacífico. |
| 1979 | Estabelecimento oficial do governo dos Estados Federados da Micronésia, com autonomia em relação aos EUA. |
| 1986 | Tornam-se uma República independente, com a entrada em vigor do Tratado de Livre Associação com os EUA. |
| 2007 | Eleição do presidente Emanuel Mori. |
| 2015 | Eleição do presidente Peter M. Christian. |
| 2019 | Eleição do presidente David Panuelo. |
| 2020 | Referendo para a independência de Chuuk é adiado para 2022 |

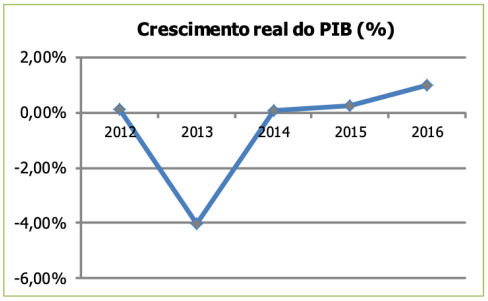
| CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS | |
|---|---|
| 2010 | Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Micronésia. |
| 2013 | Apresentação de credenciais do embaixador George Ney Fernandes, primeiro embaixador do Brasil para a Micronésia. |
| 2016 | Apresentação de credenciais do embaixador Rodrigo de Souza Amaral. |

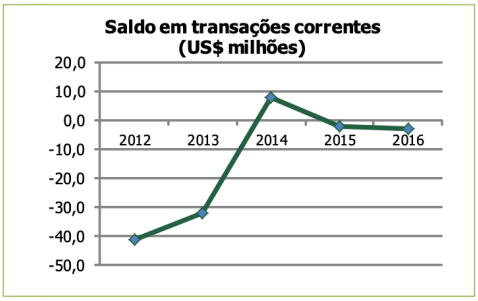
**DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS**
**(levantamento feito em 2018, com os dados disponíveis à época)**

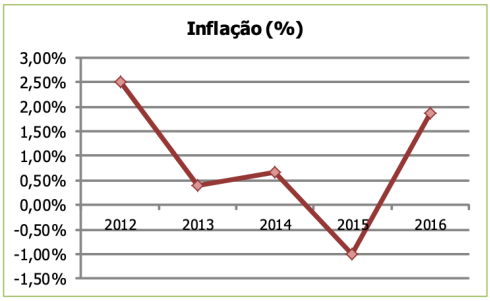
**Principais Indicadores Econômicos da Micronésia**

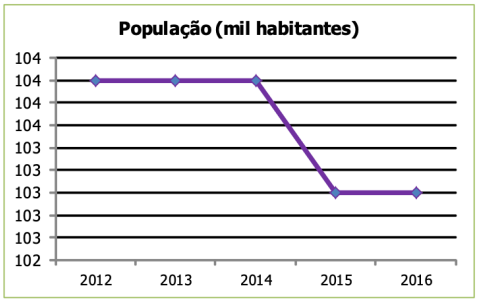
| Indicador | 2012 | 2013 | 2014(1) | 2015(1) | 2016(1) |
|---|---|---|---|---|---|
| Crescimento real (%) | 0,11% | -4,01% | 0,08% | 0,27% | 0,97% |
| PIB nominal (US$ milhões) | 326 | 315 | 315 | 316 | 319 |
| PIB nominal "per capita" (US$) | 3.140 | 3.034 | 3.041 | 3.052 | 3.083 |
| PIB PPP (US$ milhões) | 316 | 307 | 312 | 316 | 324 |
| PIB PPP "per capita" (US$) | 3.040 | 2.965 | 3.015 | 3.052 | 3.129 |
| População (mil habitantes) | 104 | 104 | 104 | 103 | 103 |
| Inflação (%) | 2,50% | 0,39% | 0,67% | -1,00% | 1,86% |
| Saldo em transações correntes (US$ milhões) | -41,0 | -32,0 | 8,0 | -2,0 | -3,0 |
| **Origem do PIB (2014 estimativa)** | | | | | |
| Agricultura | | | 14,0% | | |
| Indústria | | | 12,0% | | |
| Serviços | | | 74,0% | | |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) IMF - World Economic Outlook Database, April 2015.
(1) Estimativas FMI.



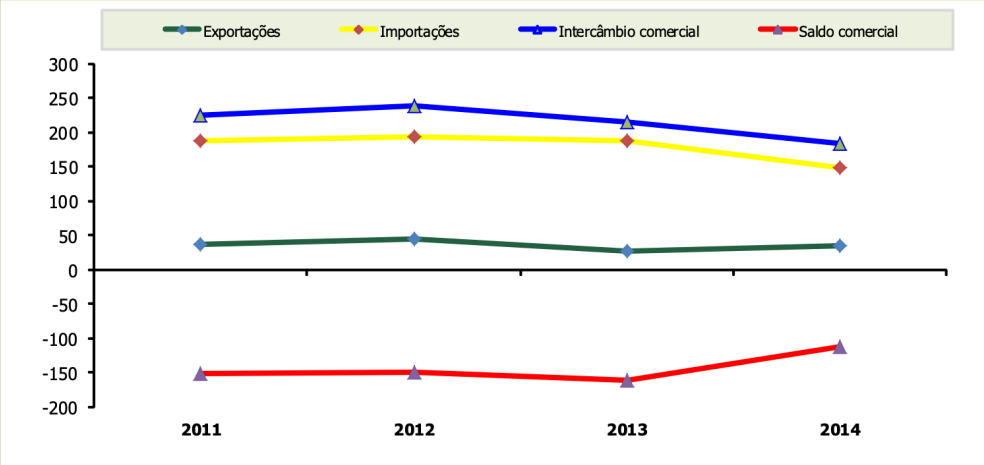



**Evolução do Comércio Exterior da Micronésia**
**US$ milhões**

| Anos | Exportações | | Importações | | Intercâmbio comercial | | Saldo comercial |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Var. % em relação ao ano anterior | Valor | Var. % em relação ao ano anterior | Valor | Var. % em relação ao ano anterior | |
| 2011 | 36,7 | n.a. | 188,1 | n.a. | 224,8 | n.a. | -151,4 |
| 2012 | 45,1 | 22,9% | 193,6 | 3,0% | 238,7 | 6,2% | -148,6 |
| 2013 | 27,6 | -38,7% | 187,7 | -3,1% | 215,3 | -9,8% | -160,1 |
| 2014 | 35,9 | 29,8% | 148,6 | -20,8% | 184,4 | -14,3% | -112,7 |
| **Var. % 2011-2014** | **-2,3%** | **---** | **-21,0%** | **---** | **-18,0%** | **---** | **n.c.** |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.
(n.a.) Não aplicável.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



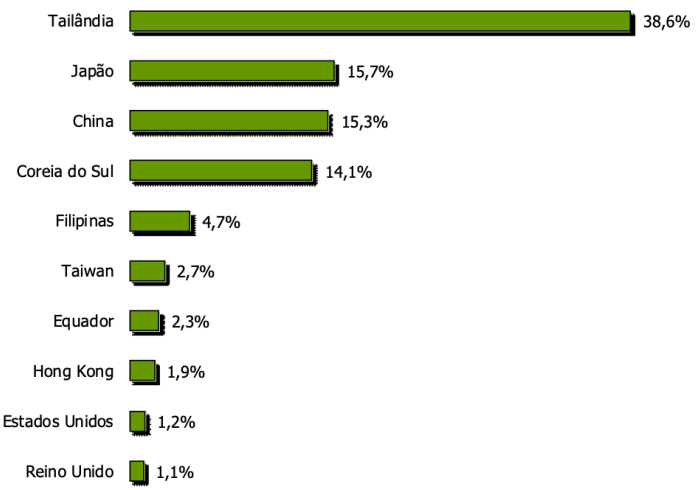
**Direção das Exportações da Micronésia(1)**
**US$ mil**

| Descrição | 2014 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Tailândia | 13.832 | 38,6% |
| Japão | 5.646 | 15,7% |
| China | 5.487 | 15,3% |
| Coreia do Sul | 5.047 | 14,1% |
| Filipinas | 1.670 | 4,7% |
| Taiwan | 966 | 2,7% |
| Equador | 821 | 2,3% |
| Hong Kong | 691 | 1,9% |
| Estados Unidos | 428 | 1,2% |
| Reino Unido | 388 | 1,1% |
| ... | | |
| Brasil (23ª posição) | 7,0 | 0,0% |
| | | |
| **Subtotal** | **34.983** | **97,6%** |
| **Outros países** | **871** | **2,4%** |
| **Total** | **35.854** | **100,0%** |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

**10 principais destinos das exportações**



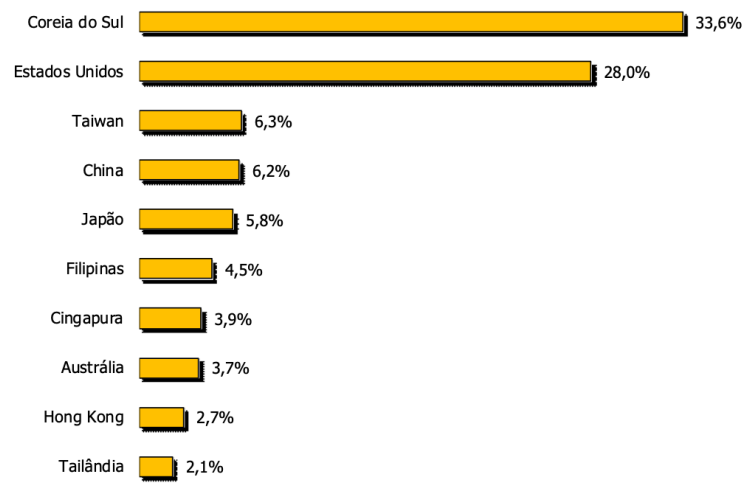
**Origem das Importações da Micronésia[1]**
**US$ mil**

| Descrição | 2014 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Coreia do Sul | 49.974 | 33,6% |
| Estados Unidos | 41.561 | 28,0% |
| Taiwan | 9.420 | 6,3% |
| China | 9.244 | 6,2% |
| Japão | 8.631 | 5,8% |
| Filipinas | 6.722 | 4,5% |
| Cingapura | 5.731 | 3,9% |
| Austrália | 5.489 | 3,7% |
| Hong Kong | 4.084 | 2,7% |
| Tailândia | 3.112 | 2,1% |
| ... | | |
| Brasil (20ª posição) | 78,0 | 0,1% |
| **Subtotal** | **144.046** | **97,0%** |
| **Outros países** | **4.521** | **3,0%** |
| **Total** | **148.567** | **100,0%** |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

**10 principais origens das importações**



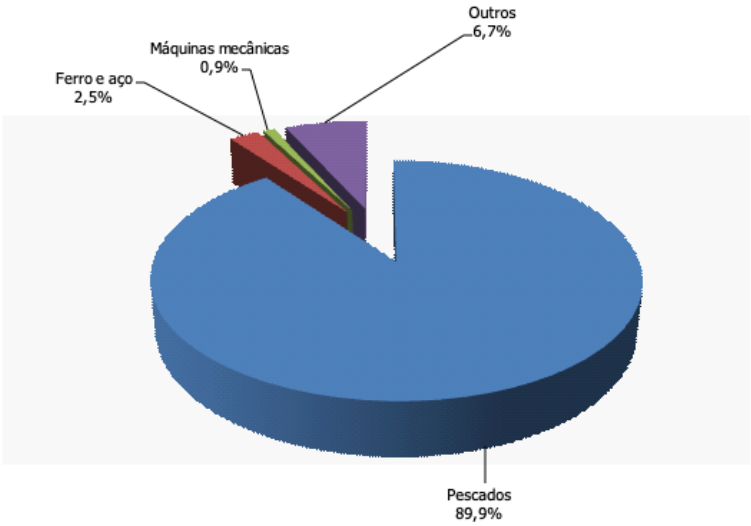
**Composição das exportações da Micronésia[1]**
**US$ mil**

| Descrição | 2014 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Pescados | 32.231 | 89,9% |
| Ferro e aço | 897 | 2,5% |
| Máquinas mecânicas | 321 | 0,9% |
| **Subtotal** | **33.449** | **93,3%** |
| **Outros** | **2.405** | **6,7%** |
| **Total** | **35.854** | **100,0%** |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

**10 principais grupos de produtos exportados**



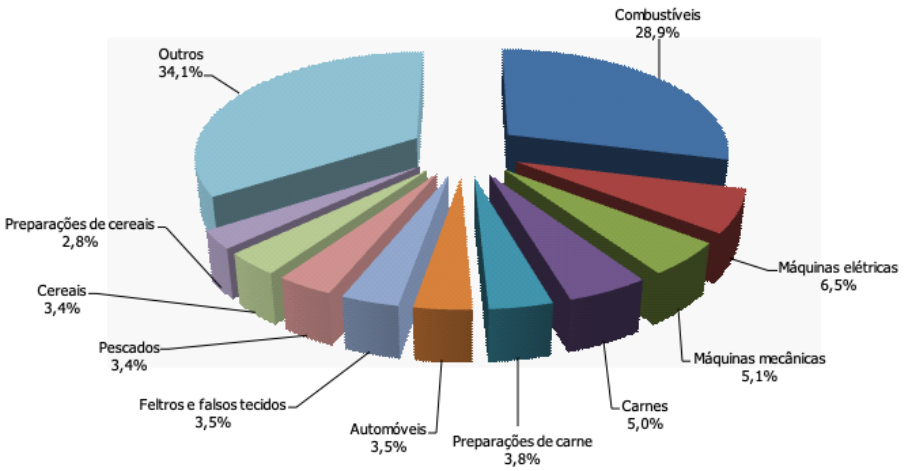
**Composição das importações da Micronésia[1]**
**US$ mil**

| Descrição | 2014 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Combustíveis | 42.965 | 28,9% |
| Máquinas elétricas | 9.672 | 6,5% |
| Máquinas mecânicas | 7.508 | 5,1% |
| Carnes | 7.382 | 5,0% |
| Preparações de carne | 5.687 | 3,8% |
| Automóveis | 5.187 | 3,5% |
| Feltros e falsos tecidos | 5.155 | 3,5% |
| Pescados | 5.117 | 3,4% |
| Cereais | 5.070 | 3,4% |
| Preparações de cereais | 4.095 | 2,8% |
| **Subtotal** | **97.838** | **65,9%** |
| **Outros** | **50.729** | **34,1%** |
| **Total** | **148.567** | **100,0%** |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

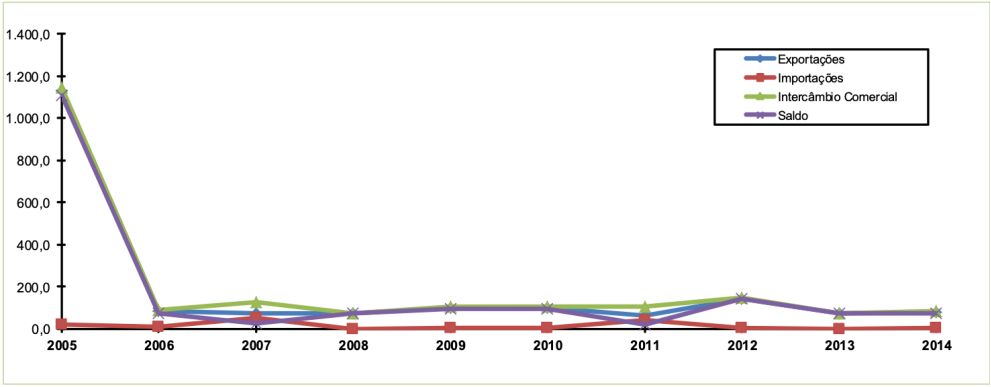
**10 principais grupos de produtos importados**



**Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Micronésia**
**US$ mil, fob**

| Anos | Exportações | | | Importações | | | Intercâmbio Comercial | | | Saldo |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Var.% | Part. % no total do Brasil | Valor | Var.% | Part. % no total do Brasil | Valor | Var.% | Part. % no total do Brasil | |
| 2005 | 1.127,5 | 314,0% | 0,00% | 19,0 | (+) | 0,00% | 1.146,6 | 321,0% | 0,00% | 1.108,5 |
| 2006 | 82,5 | -92,7% | 0,00% | 9,9 | -48,2% | 0,00% | 92,4 | -91,9% | 0,00% | 72,7 |
| 2007 | 75,4 | -8,6% | 0,00% | 52,0 | 427,5% | 0,00% | 127,5 | 37,9% | 0,00% | 23,4 |
| 2008 | 73,8 | -2,1% | 0,00% | 0,1 | -99,7% | 0,00% | 74,0 | -42,0% | 0,00% | 73,7 |
| 2009 | 99,4 | 34,6% | 0,00% | 4,6 | (+) | 0,00% | 104,0 | 40,6% | 0,00% | 94,8 |
| 2010 | 102,8 | 3,4% | 0,00% | 5,6 | 21,0% | 0,00% | 108,3 | 4,2% | 0,00% | 97,2 |
| 2011 | 63,1 | -38,5% | 0,00% | 43,4 | 678,4% | 0,00% | 106,5 | -1,7% | 0,00% | 19,8 |
| 2012 | 145,3 | 130,0% | 0,00% | 2,5 | -94,2% | 0,00% | 147,8 | 38,7% | 0,00% | 142,8 |
| 2013 | 72,9 | -49,8% | 0,00% | 0,7 | -71,8% | 0,00% | 73,6 | -50,2% | 0,00% | 72,2 |
| 2014 | 78,0 | 7,1% | 0,00% | 6,8 | 855,4% | 0,00% | 84,8 | 15,2% | 0,00% | 71,2 |
| 2015 (jan-abr) | 125,4 | n.a. | 0,00% | 0,1 | n.a. | 0,00% | 125,4 | n.a. | 0,00% | 125,3 |
| **Var. % 2005-2014** | **-93,1%** | | **---** | **-64,4%** | | **---** | **-92,6%** | | **---** | **n.c.** |

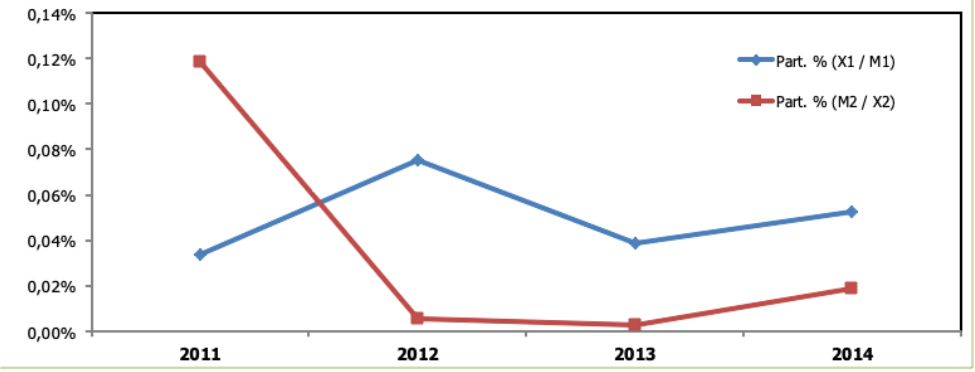
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.
(+) Variação superior a 1.000%.
(n.a.) Critério não aplicável.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



**Part. % do Brasil no Comércio da Micronésia[1]**
**US$ milhões**

| Descrição | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Var. % 2011/2014 |
|---|---|---|---|---|---|
| Exportações do Brasil para a Micronésia (X1) | 0,063 | 0,145 | 0,073 | 0,078 | **23,5%** |
| Importações totais da Micronésia (M1) | 188,1 | 193,6 | 187,7 | 148,6 | **-21,0%** |
| **Part. % (X1 / M1)** | **0,03%** | **0,08%** | **0,04%** | **0,05%** | **56,4%** |
| | | | | | |
| Importações do Brasil originárias da Micronésia (M2) | 0,043 | 0,003 | 0,001 | 0,007 | **-84,4%** |
| Exportações totais da Micronésia (X2) | 36,7 | 45,1 | 27,6 | 35,9 | **-2,3%** |
| **Part. % (M2 / X2)** | **0,12%** | **0,01%** | **0,00%** | **0,02%** | **-84,0%** |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Maio de 2015.
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado**

**US$ mil**

**Comparativo 2014 com 2013**

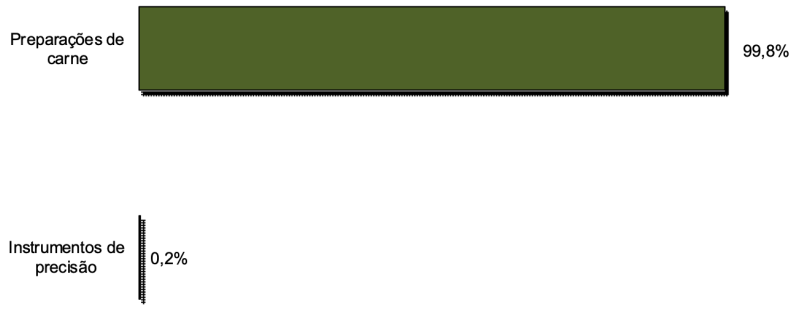
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.

**Composição das exportações brasileiras para a Micronésia**
**US$, fob**

| Descrição | 2012 | | 2013 | | 2014 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Preparações de carne | 145.269 | 100,0% | 72.860 | 100,0% | 77.833 | 99,8% |
| Instrumentos de precisão | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | 173 | 0,2% |
| **Subtotal** | **145.269** | **100,0%** | **72.860** | **100,0%** | **78.006** | **100,0%** |
| **Outros produtos** | **0** | **0,0%** | **0** | **0,0%** | **0** | **0,0%** |
| **Total** | **145.269** | **100,0%** | **72.860** | **100,0%** | **78.006** | **100,0%** |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014**



**Composição das importações brasileiras originárias da Micronésia**
**US$, fob**

| Descrição | 2012 | | 2013 | | 2014 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Máquinas elétricas | 579 | 23,0% | 709 | 100,0% | 6.647 | 98,1% |
| Máquinas mecânicas | 1.937 | 77,0% | 0 | 0,0% | 127 | 1,9% |
| **Subtotal** | **2.516** | **100,0%** | **709** | **100,0%** | **6.774** | **100,0%** |
| **Outros produtos** | **0** | **0,0%** | **0** | **0,0%** | **0** | **0,0%** |
| **Total** | **2.516** | **100,0%** | **709** | **100,0%** | **6.774** | **100,0%** |

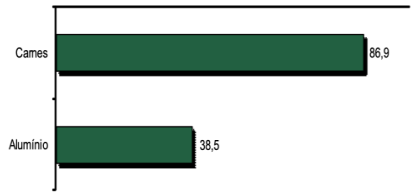
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014**

**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**
**US$ mil, fob**

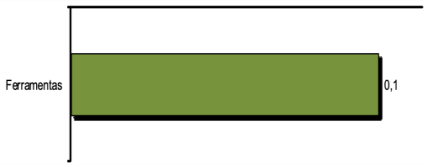
| DESCRIÇÃO | 2014 (jan-abr) | Part. % no total | 2015 (jan-abr) | Part. % no total |
|---|---|---|---|---|
| **Exportações** | | | | |
| Carnes | 0 | 0,0% | 87 | 69,3% |
| Alumínio | 0 | 0,0% | 39 | 30,7% |
| **Subtotal** | **0** | **100,0%** | **125** | **100,0%** |
| **Outros produtos** | **0** | **0,0%** | **0** | **0,0%** |
| **Total** | **0** | **100,0%** | **125** | **100,0%** |

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015**




**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015**

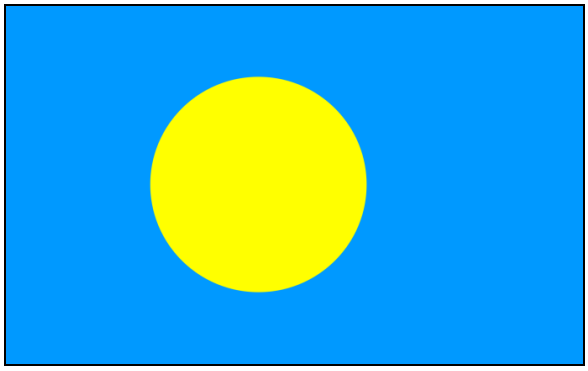
| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Importações** | | | | |
| Ferramentas | 0 | 0,0% | 0,061 | 100,0% |
| **Subtotal** | **0** | **100,0%** | **0,061** | **100,0%** |
| **Outros produtos** | **0** | **0,0%** | **0,000** | **0,0%** |
| **Total** | **0** | **100,0%** | **0,061** | **100,0%** |

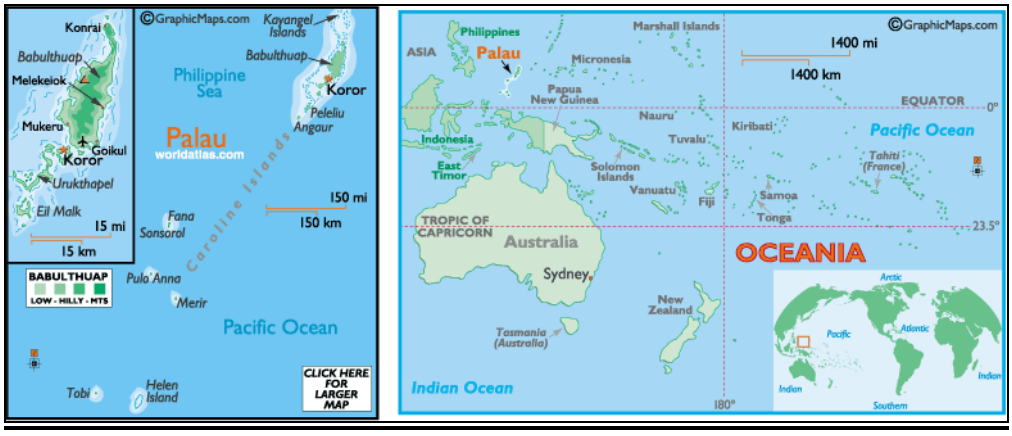



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2015.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

# PALAU






## INFORMAÇÃO OSTENSIVA

***(Maio de 2020)***

*SARP/DEJP/DAP*

## Sumário

COOPERAÇÃO ..... 7
CSNU ..... 7
Organização Marítima Internacional (IMO) ..... 8
INTERCÂMBIO BILATERAL ..... 8
Relações com a União Europeia ..... 12

| DADOS BÁSICOS SOBRE PALAU | |
|---|---|
| **NOME OFICIAL:** | República de Palau |
| **GENTÍLICO:** | palauense, palauano |
| **CAPITAL:** | Melekeok |
| **ÁREA:** | 458km² (mais de 300 ilhas) |
| **POPULAÇÃO (2017):** | 21.431 habitantes |
| **LÍNGUAS OFICIAIS:** | inglês e palauano |
| **GRUPOS ÉTNICOS (2015):** | Palauanos (73%), Asiáticos (21,7%), Caucasianos (1,2%), outros (2,1%) |
| **PRINCIPAIS RELIGIÕES:** | Católicos (49%), Protestantes (34,9%), Adventistas do Sétimo-Dia (6,9%), Assembléia de Deus (9%), Batista (7%), modekngei (5,7%), Islâmicos (3%) |
| **SISTEMA DE GOVERNO:** | Governo constitucional em livre associação com os EUA |
| **PODER LEGISLATIVO:** | Congresso Nacional; Parlamento bicameral, composto por 25 membros, eleitos para mandatos de 4 anos |
| **CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:** | Presidente Thomas Remengesau Jr. (reeleito em 2016) |
| **CHANCELER:** | Faustina K. Rehuher-Marugg (desde 2017) |
| **PIB NOMINAL (2018):** | US$ 284 milhões |
| **PIB PPP (2018):** | US$ 349 milhões |
| **PIB NOMINAL *PER CAPITA* (2018):** | US$ 15 859 |
| **PIB PPP *PER CAPITA* (2018):** | US$ 19 510 |
| **IDH (2014):** | 0.780 |
| **EXPECTATIVA DE VIDA (2017):** | 73,4 anos |
| **ALFABETIZAÇÃO (2015):** | 96,6% |
| **ÍNDICE DE DESEMPREGO (2015):** | 1,7% |
| **UNIDADE MONETÁRIA:** | dólar americano |

| | |
|---|---|
| **EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:** | Não há. |
| **BRASILEIROS NO PAÍS:** | Não há registro de brasileiros em Palau. |

| **COMÉRCIO BILATERAL - (US$ milhares F.O.B.) – Fonte: MDIC/Ministério da Economia** | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **BRASIL → PALAU** | **2010** | **2011** | **2012** | **2013** | **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2019** |
| Intercâmbio | 6 | 0,74 | 77 | 1,1 | 0,08 | 0,215 | 1,093 | 2,81 | 0,2 |
| Exportações | 0,3 | --- | 26 | 0,4 | 0,08 | 0 | 1,093 | 0,21 | 0,2 |
| Importações | 6 | 0,74 | 51 | 0,7 | 0,03 | 0,215 | 0,1 | 2,606 | 0,03 |
| Saldo | -5 | -0,74 | -25 | -0,3 | 0,05 | -0,215 | 0,93 | -2,392 | 0,2 |

## PERFIS BIOGRÁFICOS

**Tommy Remengesau Jr.**
*Presidente de Palau*

Nasceu em 26 de fevereiro de 1956. Formou-se na Grand Valley State University, em Michigan. Graduado em Justiça Criminal, com segunda habilitação em Administração Pública. Seu pai, Tommy Remengesau Sr., também foi presidente do país.

Foi vice-presidente do país de 1993 a 2000. Em 2001, foi eleito presidente. Em 2004, foi reeleito e permaneceu no cargo até 2009. Em 2012, foi eleito para um novo mandato de quatro anos, e assumiu em janeiro de 2013. Em 2016 foi reeleito mais uma vez.

Tommy Remengesau é católico, casado, tem quatro filhos e dois netos.

## RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil mantém relações diplomáticas com Palau desde 31/01/2005. O Brasil apresentou proposta de Acordo Básico de Cooperação Técnica, ainda sob exame das autoridades de Palau.

No primeiro semestre de 2005, foram realizadas três missões oficiais à região do Pacífico, chefiadas pelos embaixadores Arnaldo Carrilho (Fiji, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu, além de visita oficial ao secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico); Frederico Cézar de Araújo (Ilhas Salomão, Nauru, Papua Nova Guiné e Vanuatu); e Georges Lamazière (Ilhas Marshall, Micronésia e Palau).

Em 9/6/2011, o ministro de Estado manteve encontro, em Nova York, com o então presidente de Palau, Johnson Toribiong, na companhia do professor José Graziano da Silva, então candidato à direção da FAO.

O presidente de Palau afirmou, na ocasião, que seu país atribui considerável importância à "blue economy"; em particular, aos recursos pesqueiros e ao impacto de frotas pesqueiras estrangeiras nas águas territoriais de seu país. Referiu-se ao fato de Palau ser o primeiro país a constituir um "santuário de tubarões" com o objetivo de proteger a espécie.

Naquela ocasião, o ministro de Estado lembrou ao presidente Toribiong os esforços do Brasil no âmbito da Conferência Rio+20; ressaltou o engajamento brasileiro nas questões de segurança alimentar, associando o tema à paz e estabilidade mundiais, posicionamento com o qual concordou o mandatário de Palau. Este mencionou a aliança militar perpétua de seu país com os Estados Unidos - ressalvou, entretanto, ao retomar o tema dos recursos pesqueiros, que o principal desafio de seu país neste setor é o monitoramento do mar territorial contra a pesca predatória.

Em setembro de 2012, o então embaixador George Ney de Sousa Fernandes apresentou suas credenciais ao então presidente de Palau, Johnson Toribiong. A cerimônia, que contou com a participação do vice-presidente, de todo o gabinete e dos dois chefes tribais que compõem a assessoria especial do presidente, foi precedida de conversa de meia hora com o secretário de Estado Victor Yano, que expressou sobretudo o interesse de seu governo em conhecer a experiência brasileira de votação eletrônica e o desenvolvimento da pecuária bovina no Brasil. O presidente Toribong ressaltou o interesse com que via as medidas de proteção ao meio ambiente no Brasil e a possibilidade de ampliação dos laços culturais.

Em novembro de 2018, a Embaixada em Manila realizou gestões junto à representação palauense, com vistas à obtenção de apoio para a candidatura brasileira ao Conselho da Organização Marítima Internacional (IMO), categoria "B", mandato 2020-21, e para o Conselho Executivo da UNESCO, mandato 2019-23. Diplomata palauano afirmou haver "total disposição" de renovar seu apoio ao Brasil para as duas candidaturas. Afirmou, ainda, que, como a sede da chancelaria do país é muito pequena, a chancelaria geralmente acolhe as recomendações dos postos sobre candidaturas.

Ainda não foram firmados atos bilaterais.

**COOPERAÇÃO**

Palau, assim como Samoa, foi um dos primeiros países a estabelecer relações diplomáticas com o Brasil a partir do esforço de aproximação com os países do Pacífico, iniciado em outubro de 2004. Já foram identificadas possibilidades de cooperação técnica nos setores de açúcar, café, cacau, futebol, carne bovina, HIV/AIDS, meio ambiente e aquicultura.

Ainda encontra-se em negociação proposta de Acordo de Cooperação Técnica com Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Ilhas Fiji, Vanuatu, Samoa e Palau, cujos textos foram aprovados por todas as áreas competentes da SERE e transmitidos a Camberra e Manila, com o objetivo de serem entregues aos representantes daqueles governos para análise.

Não existem **empréstimos e financiamentos oficiais** do Brasil a Palau.

**CSNU**

Palau co-patrocinou o projeto de resolução apresentado pelo G-4 na 59ª AGNU sobre a reforma do Conselho de Segurança (A/59/L.64). Renovou o copatrocínio ao projeto apresentado por Brasil, Alemanha e Índia na 60ª AGNU em janeiro de 2006 (A/60/L.46).

Por ocasião da visita do emissário do presidente, em 2005, Palau expressou o apoio do país à candidatura brasileira a assento permanente no CSNU.

No Debate Geral da 63ª AGNU (2008), o vice-presidente Elias Camsek Chin reiterou apoio ao projeto do G-4 e afirmou que Japão e Índia deveriam ter assento permanente no CSNU ampliado.

**Organização Marítima Internacional (IMO)**

Em novembro de 2019, por nota verbal, a Representação Permanente de Palau em Manila confirmou à Embaixada brasileira nas Filipinas apoio à candidatura brasileira ao Conselho da IMO (categoria B), nas eleições que se realizaram durante a 31ª sessão da Assembleia da IMO, entre 25/11 e 5/12/2019.

**INTERCÂMBIO BILATERAL**

O comércio exterior entre Brasil e Palau ainda é pouco significativo. Em 2019, a corrente comercial ficou em torno de US$ 230 mil, sendo que US$ 200 mil referentes a exportações brasileiras (99,8% delas referentes a óleos combustíveis e minerais betuminosos. As importações brasileiras de Palau, cerca de US$ 30 mil em 2019, foram basicamente de equipamentos de telecomunicações (96% das importações totais).

## POLÍTICA INTERNA

Em 1945, depois de ter sido ocupada por Espanha, Alemanha e Japão, Palau passou a fazer parte do "UN Trust Territory of the Pacific", sob administração dos EUA. Palau tornou-se independente somente em 1994, ao ratificar o Pacto Comum de Livre Associação com os Estados Unidos. Conforme o tratado, cuja duração é de 50 anos, os EUA são encarregados de garantir a defesa e a segurança do arquipélago, além de prover-lhe substanciais financiamentos.

Conforme a Constituição palauana, o regime de governo é presidencialista, sendo o presidente da República eleito pelo voto direto, com mandato de quatro anos, podendo ser reeleito por uma vez. O Congresso Nacional é bicameral, composto por 25 membros eleitos diretamente – 9 no Senado e 16 na House of Delegates –, cujos mandatos também são de quatro anos. O então presidente Johnson Toribiong, que tomou posse em janeiro de 2009, é advogado de formação e foi embaixador de seu país em Taiwan.

A população de Palau reduziu-se a pouco mais de 4.000 pessoas após a Segunda Guerra Mundial, de um total de 50.000 pessoas nas primeiras décadas do século XX. Atualmente, a população do país é de cerca de 20.000 pessoas.

Palau é constituída por um arquipélago com dezenas de ilhas, 10 das quais inabitadas.

Em dezembro de 2012, devido aos estragos causados pelo furacão "Bopha", o governo de Palau avisou, por nota, que foi declarado estado de emergência em todo o arquipélago. O próprio Palácio do Governo, que também é utilizado por todos os Ministérios em Koror, está sendo usado para abrigar os cidadãos que tiveram suas casas destruídas pelo furacão.

Em novembro de 2016, a Comissão para as Eleições da República de Palau proclamou a reeleição de Tommy Esang Remengesau Jr. para a Presidência do país. Remengesau também governou o país por dois mandatos consecutivos entre 2001 a 2009, de modo que assume pela quarta vez.

As próximas eleições gerais do país estão previstas para 3 de novembro de 2020. Remengesau anunciou que não será candidato à reeleição.

### Direitos humanos

Na revisão periódica universal do CDH de 2016, Palau foi elogiado por descriminalizar práticas sexuais consentidas entre pessoas do mesmo sexo e por tipificar penalmente o estupro cometido no âmbito do casamento. Com relação às

recomendações, o governo de Palau foi instado a implementar medidas práticas para garantir a efetiva aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança. Recomendou-se, ademais, fortalecer o combate à violência doméstica e ao tráfico de mulheres e de crianças.

**Pandemia de COVID-19**

Por motivo da corrente pandemia de COVID-19, todas as viagens aéreas comerciais ao país estão suspensas desde 26 de março de 2020. O transporte marítimo também está suspenso. O serviço de correio aéreo e carga continua operante com frequência semanal, por meio de serviços fretados.

Medidas de distanciamento social foram adotadas a partir de 18 de março, com estimativa de duração até 31 de maio. Reuniões com mais de 50 pessoas estão proibidas. Aulas estão suspensas e centros comunitários para idosos estão fechados por período indeterminado. Atividades e competições esportivas foram adiadas indefinidamente. Há recomendação de uso de máscara facial.

Até abril de 2020, não havia confirmação de paciente com COVID-19 em Palau.

## POLÍTICA EXTERNA

Os EUA são o principal parceiro externo de Palau. É prioridade do governo palauano sustentar os fluxos de financiamento que vêm dos norte-americanos. Além de manter importantes relações com parceiros como Austrália, Nova Zelândia e Filipinas, o governo de Palau tem buscado estreitar laços com outros países asiáticos, particularmente com o Japão. Em janeiro de 2000, o governo palauano reconheceu formalmente Taiwan, garantindo a contribuição deste para o aumento do investimento e do turismo em Palau. Atualmente, Taipei tem forte presença econômica no arquipélago. EUA, Filipinas e Japão mantêm representações diplomáticas em Melequeoque.

Palau passou a integrar a ONU em dezembro de 1994. Mantém relações diplomáticas com 40 países e conta com missões em Washington, Japão, Taipei e Filipinas, além da Missão Permanente junto às Nações Unidas. As melhores conexões aéreas do país ligam a capital a Tóquio e a Manila.

Tornou-se membro do Fórum do Pacífico Sul, em 1995, logo após a sua independência. É parte também do *"Pacific Agreement on Closer Economic Relations"* (PACER), que inclui Austrália e Nova Zelândia. Esse acordo prevê a futura criação de uma área de livre comércio entre os 14 países do Fórum das Ilhas do Pacífico, chamado *"Pacific Island Countries Trade Agreement"* (PICTA), sem a Austrália e a Nova Zelândia.

Palau foi admitido no FMI em 1998. Os principais doadores são os EUA, Japão e Taiwan. O país também é membro do Banco de Desenvolvimento Asiático, bem como da UNESCO, da FAO, do FMI, do Banco Mundial e de várias organizações regionais.

O arquipélago está em negociações de delineação marítima com as Filipinas e a Indonésia.

Na 68.ª AGNU, em setembro de 2013, o presidente de Palau recorreu a histórico sobre as discussões internacionais sobre o meio ambiente. Salientando as promessas da Rio-92, demonstrou sua frustração com os resultados alcançados desde então. Aduziu que o mundo estaria próximo de cenário apocalíptico, um verdadeiro *"global warming doomsday"*. Somente acordo político transversal poderia evitar a materialização desse cenário.

Entre 29 de julho e 1.º de agosto de 2014, Palau sediou o 45.º Fórum das Ilhas do Pacífico. Durante o encontro, os líderes da região elegeram *Dame* Meg Taylor de Papua Nova Guiné para chefiar o Secretariado da organização, destacaram

a importância do desenvolvimento sustentável e da preservação dos recursos naturais do oceano Pacífico e determinaram a elaboração de recomendação sobre o status de Fiji no organismo, após a realização de eleições no país.

Durante a 69.ª AGNU, em setembro de 2014, o presidente de Palau, Tommy Remengesau, centrou sua intervenção em questões relacionadas a oceanos. Afirmou que o Oceano Pacífico está sofrendo diversas ameaças simultâneas, que ameaçam o modo de vida de toda a região. A mudança do clima e o decorrente aumento no nível das águas, além da crescente poluição, que vem causando a formação de gigantescas ilhas de lixo flutuantes, justificariam a criação de normas internacionais que estabeleçam áreas de proteção ambiental mesmo fora de jurisdições nacionais.

Remengesau declarou apoio à elaboração de um objetivo específico sobre oceanos no conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e lembrou que os ODS devem terminar o trabalho dos ODM, mantendo foco na erradicação da pobreza. Terminou o discurso afirmando que permitir que a temperatura global aumente em 3,6 graus Celsius é absolutamente inaceitável e que, em vista disso, seria melhor que "deixássemos de ter filhos desde agora, pois não há futuro nesse cenário".

Em outubro de 2014, Palau absteve-se em votação na AGNU quanto à necessidade de fim do embargo americano a Cuba. Além de Palau, apenas Micronésia e Ilhas Marshall se abstiveram.

Na AGNU 2016, o representante permanente de Palau, embaixador Caleb Otto, congratulou o Brasil e os organizadores das Olimpíadas 2016, no Rio de Janeiro, pela iniciativa de admitir, pela primeira vez, uma delegação de esportistas composta, exclusivamente, por refugiados, o *"Team Refugee"*. Em seguida, tratou dos seguintes temas: doenças antimicrobianas, desarmamento nuclear, mudança do clima e seus impactos para as ilhas do Pacífico. A intervenção do embaixador Otto centrou-se, principalmente, nas potenciais consequências securitárias da mudança do clima para países vulneráveis. Observou que seu país ratificou o Acordo de Paris e tomou medidas para mitigar os efeitos da mudança do clima. Recordou as palavras do secretário-geral Ban Ki-moon, segundo as quais "nós seríamos a primeira geração que poderia acabar com a pobreza; e a última, com a mudança do clima". Sublinhou, por fim, o pilar ambiental dos Objetivos de Desenvolvimentos Sustentável.

**Relações com a União Europeia**

Em outubro de 1999, Palau propôs o estabelecimento de relações diplomáticas com a União Europeia. Após conseguir o status de membro observador

às negociações pós-Lomé, o país tornou-se signatário do Acordo de Parceria ACP-EU e ratificou a Convenção em 16 de agosto de 2001.

Palau juntou-se à ACP (Grupo de Estados da África, Caribe e Pacífico) em 2000, quando se tornou signatário do Acordo de Cotonou. Com a décima alocação do Fundo de Desenvolvimento Europeu (2008-2013), o país recebeu 2,5 milhões de euros, que deveriam ser utilizados em projetos com foco no desenvolvimento de energia renovável nos setores de água e energia, bem como em assistência técnica e cooperação para auxiliar projetos relacionados.

**Relações com China/Taiwan**

Entre 28 a 30 de dezembro de 2019, o presidente de Palau, Tommy Remengesau Jr., recebeu em Melekeok o "vice-presidente" taiwanês Chen Chien-jen, no âmbito das celebrações de 20 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre Palau e Taiwan.

Não se tratou da única visita de alta autoridade taiwanesa à República de Palau no ano de 2019. Em março, a “presidente” Tsai Ing-wen, em giro pelos países da Oceania com os quais Taipé mantém relações diplomáticas, teve como primeira parada Melekeok. Em julho, o "ministro dos Negócios Estrangeiros" Joseph Wu compareceu ao funeral do ex-presidente palauano Tommy Remengesau Sr, pai do atual Presidente, de mesmo nome. Em outubro, o titular do *Council of Indigenous Peoples* de Taiwan, com status “ministerial”, Icyang Parod esteve nas celebrações dos 25 anos da independência de Palau.

A República de Palau tem sido um dos mais importantes aliados de Taiwan nessas duas décadas de relações diplomáticas, seja defendendo a efetiva participação de Taipé em agências especializadas e acordos da ONU, seja resistindo às constantes pressões da RPC para aliar-se a Pequim.

O terreno mais frutífero de contato entre Taiwan e Palau é o campo da cooperação técnica. Sendo Palau um país insular e altamente dependente de importações para suas necessidades mais básicas, o desenvolvimento de mecanismos internos que diminuam tal fragilidade é premente. Nos últimos anos, devido ao impacto do aquecimento global, do aumento do preço do petróleo e do alto preço dos alimentos, a segurança alimentar tornou-se uma das questões mais importantes para o governo do país. Soma-se a isso o aumento da desnutrição, obesidade generalizada, doenças cardiovasculares e renais, diabetes e câncer entre a população palauana.

Nesse sentido, projetos formosinos, em andamento, nas áreas de horticultura, visando ao crescimento de 10% na produção de frutas e vegetais de

Palau, bem como de capacitação e intercâmbio médico, são muito celebrados pelo governo e população locais. Não é de se esquecer, igualmente, da cooperação na cultura, educação, infraestrutura para sistema de distribuição de água, segurança marítima, pesca e na luta contra o tráfico humano.

No caso do turismo, mais importante atividade econômica em Palau, tem havido maciça promoção de destinos palauanos em Taiwan, contando com o auxílio de pequenas e médias agências de viagem e companhias aéreas. Houve assinatura de acordo de isenção de visto de visita por até 90 dias e incremento de voos de Taiwan para Palau (China Airlines, 4 vezes por semana; Eva Air, 2 voos semanais; Palau Asia Pacific Air, 3 dias por quinzena). A iniciativa deve-se, em grande parte, à proibição da RPC, no final de 2017, de que grupos chineses realizem excursões ao arquipélago do Pacífico, de maneira a pressionar o país a aliar-se a Pequim. *"Friendship is earned, not forced"*, teria dito o presidente Tommy Remengesau Jr. ao resistir às supostas intimidações, apesar da queda vertiginosa do número de turistas chineses.

## ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Palau tem um dos maiores padrões de vida entre os países insulares do Pacífico. A renda *per capita* de sua população supera em até 50% a dos filipinos e a de outros povos da Micronésia. O PIB do país vinha crescendo em média 5% a.a. até 2008, quando a crise mundial fez o índice desacelerar para 2%.

A principal atividade econômica do arquipélago é o turismo, que emprega 50% dos palauanos, seguida pelo setor pesqueiro. O estado também desempenha importante papel na economia, empregando cerca de 15% dos habitantes. Um dos principais desafios do governo de Palau é garantir, no longo prazo, a viabilidade de sua economia, por meio da redução da dependência da assistência financeira externa.

Entre os produtos de exportação palauanos mais importantes estão os mariscos, o atum, a copra (semente oleaginosa de uma espécie de coco) e têxteis. Na pauta de importação do país, destacam-se bens de capital, combustíveis, metais e produtos alimentícios. Seus principais parceiros comerciais são EUA, Japão, Taiwan, Filipinas, Austrália e Nova Zelândia.

**EMBAIXADA DO BRASIL EM MANILA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**

**EMBAIXADOR RODRIGO DO AMARAL SOUZA**

Apresento, a seguir, relatório simplificado de minha gestão como embaixador nas Filipinas, com cumulatividades em Palau, Ilhas Marshall e Micronésia, de janeiro de 2016 até o presente.

POLÍTICA INTERNA, EXTERNA E ECONOMIA

2. Assumi a Embaixada do Brasil em Manila em janeiro de 2016 e entreguei minhas credenciais ao então Presidente Benigno Aquino III quatro meses depois, faltando pouco mais de um mês para o fim de seu mandato presidencial. A quase totalidade de minha gestão coincidiu com a presidência de Rodrigo Duterte.

3. Ex-Prefeito de Davao, na região de Mindanao, Duterte posicionou-se como "outsider" na política tradicional filipina. O antagonismo de Duterte às chamadas "oligarquias", seu compromisso de reforçar a segurança pública e a prosperidade da economia filipina e de travar combate implacável ao narcotráfico renderam-lhe índices elevados de aprovação popular.

4. Em razão dos alegados crimes cometidos no contexto da campanha antidrogas, o Tribunal Penal Internacional (TPI) anunciou o início de investigações preliminares sobre as Filipinas, em março de 2018, o que levou à denúncia do Estatuto de Roma pelo país. A situação dos direitos humanos nas Filipinas também foi objeto de resolução no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), em julho de 2019. O governo filipino contesta a acusação de conivência com violações de direitos humanos, incluindo assassinatos extrajudiciais, e tem buscado destacar agenda positiva na área.

5. Na interseção das agendas de segurança e direitos humanos, o governo filipino tem buscado chamar a atenção para as ameaças sistemáticas provenientes de grupos extremistas, que promovem abusos contra comunidades vulneráveis. Segue presente na memória filipina a ocupação da cidade de Marawi por rebeldes fundamentalistas islâmicos, que acompanhei com apreensão, de maio a outubro de 2017. A criação da nova Região Autônoma Bangsamoro do Mindanao Muçulmano, aprovada por plebiscito em janeiro de 2019, foi considerada uma vitória fundamental para o governo Duterte e

um passo importante para a paz.

6. No plano externo, o Presidente Duterte promoveu forte ruptura em relação a seu antecessor, com uma clara aproximação à China e o consequente afastamento relativo dos Estados Unidos e, de forma mais clara, dos países europeus, sobretudo, no caso destes últimos, em função de questões ligadas a direitos humanos. A política externa de Duterte valoriza a inserção asiática das Filipinas, não apenas na ênfase às relações com a China, mas também na defesa da centralidade da ASEAN e dos fortes laços econômicos com o Japão e a Coreia do Sul. As relações com os países do Oriente Médio também são importantes, sobretudo em decorrência da agenda de proteção dos trabalhadores migrantes filipinos ali residentes.

7. Uma das atribuições tradicionais desta embaixada é acompanhar a chamada "diplomacia pendular" das Filipinas vis-à-vis China e Estados Unidos, em cujo âmbito a questão-chave é a disputa estratégico-territorial no Mar do Sul da China aqui denominado Mar do Oeste das Filipinas, no que concerne à porção do Oceano Pacífico correspondente à Zona Econômica Exclusiva das Filipinas. O presidente Duterte realizou uma opção clara por desenvolver as relações com a China, principalmente na área econômica, encapsulando o diferendo marítimo. A decisão da Corte Permanente de Arbitragem sobre o tema foi exarada nos primeiros dias da presidência Duterte, em julho de 2016. No contexto da ASEAN, a prioridade do governo filipino é a conclusão das negociações de um "Código de Conduta" para o Mar do Sul da China.

8. Os efeitos da pandemia de COVID-19 têm sido profundos neste país. Com mais de 108 milhões de habitantes espalhados em 7 mil ilhas, as Filipinas figuravam há quase uma década entre as economias de maior crescimento na Ásia, com taxas superiores a 6% ao ano desde 2012. A pandemia prejudicou o comércio, paralisou o turismo, sobrecarregou o sistema de saúde e, devido ao prolongado "lockdown" na maior parte do país, aumentou o desemprego e a vulnerabilidade social da população. O PIB contraiu-se 0,2% no primeiro trimestre e 16,5% no segundo trimestre deste ano. Estima-se que o PIB sofra redução entre 5,5% e 6% ao final de 2020.

9. A despeito desses contratempos, os fundamentos da economia filipina permanecem sólidos, com as contas públicas equilibradas e investimentos significativos em infraestrutura, com destaque para o ambicioso carro-chefe de Duterte, o programa "Build, Build, Build". O governo viu-se obrigado a reorientar parte de seus gastos para programas emergenciais e a adotar múltiplos regimes de quarentena, a fim de conter a transmissão do vírus sem paralisar a economia. Espera-se que o crescimento possa ser retomado em bases

sustentadas a partir de 2021.

10. A fluida interlocução com o Departamento de Negócios Estrangeiros (DFA) permite conduzir com eficiência as questões que se apresentam. A continuidade da realização de reuniões de consultas políticas e, na medida do possível, a organização de visitas de autoridades de alto nível contribuiria para um avanço mais rápido e sustentado da evolução dos temas que compõem a agenda bilateral.

11. Recordo que a visita da então Presidente Gloria Mapacagal-Arroyo ao Brasil, em 2009, além das visitas dos então Secretários dos Negócios Estrangeiros, Alberto Romulo, em 2007, e Albert del Rosario, em 2011, revitalizaram o diálogo bilateral. Ao longo dos 74 anos de relações diplomáticas, nunca houve visita de Presidente da República ou Ministro das Relações Exteriores às Filipinas. A última visita em nível ministerial do governo brasileiro a este país realizou-se há mais de três décadas.

12. As relações na área de defesa mostram-se muito promissoras. A Força Aérea Filipina adquiriu seis aeronaves Embraer A-29 Super Tucano, em dezembro de 2017, no valor de US$ 97 milhões, a serem entregues em meados de setembro deste ano. Tive a oportunidade de receber na Embaixada inúmeras vezes representantes da EMBRAER e estive presente à cerimônia em que a Força Aérea Filipina encerrou a licitação das aeronaves.

13. As reuniões de consulta bilaterais constituem instrumento reconhecidamente útil e eficaz para revitalizar o diálogo, avaliar tratativas em curso e permitir a apresentação de novas propostas e iniciativas. Durante minha gestão, tive a satisfação de participar do planejamento e realização da 4ª Reunião de Consultas Bilaterais Brasil-Filipinas, ocorrida em Manila em setembro de 2018. Os trabalhos foram conduzidos pelo então Subsecretário-Geral da Ásia e do Pacífico, Embaixador Henrique da Silveira Sardinha Pinto, e pelo então número dois no organograma do DFA, o Subsecretário Político Enrique Manalo.

14. Foi acordado que a quinta edição das reuniões de consulta política bilaterais seria realizada no Brasil, em 2020. As circunstâncias decorrentes da pandemia não são propícias, contudo, ao agendamento de data no momento para sua realização de forma presencial, embora não se descarte a possibilidade de que o evento ocorra por meio de videoconferência. Recomendo a meu sucessor, ao assumir o posto, que priorize o tema, a fim de que a reunião possa ser realizada em 2021. Nesse ínterim, sem prejuízo de outras propostas em estudo, creio que seria benéfico buscar avançar as

negociações em curso dos quatro acordos de cooperação jurídica, do acordo de cooperação técnica e do protocolo à convenção sobre bitributação.

PROMOÇÃO COMERCIAL E INVESTIMENTOS

15. Durante o período entre 2016 e 2019, registrou-se aumento no volume do comércio bilateral, que passou de US$ 631 milhões para US$ 860 milhões, sempre com saldo superavitário ao Brasil. As exportações brasileiras saltaram de US$ 436 milhões para US$ 594 milhões, enquanto as importações provenientes das Filipinas passaram de US$ 195 milhões para US$ 266 milhões.

16. As exportações brasileiras continuam concentradas em "commodities", mas sua dependência do minério de ferro tem diminuído. As Filipinas têm-se mostrado um mercado cada vez mais importante para as carnes brasileiras (exportações no valor de US$ 145 milhões, em 2019).

17. O governo filipino chegou a suspender a importação de carnes brasileiras entre agosto e novembro de 2017, medida que só foi revertida após intensas gestões para a realização de uma missão de inspeção no Brasil. Em 2019, com o cenário mais ameno, o governo filipino conduziu uma segunda missão. Há 57 estabelecimentos brasileiros habilitados para exportar para as Filipinas, além de uma extensa lista de espera. Há cerca de duas semanas, o Departamento de Agricultura filipino (DA) suspendeu por prazo indeterminado as importações de frango provenientes do Brasil, sob a alegação de precaução sanitária, em função da descoberta em Shenzhen, na China, de traços do SARS-COV-2 em lote de asas de frango importado do Brasil. A Embaixada tem mantido interlocução constante com o DA, com vistas a lograr reverter a medida no prazo mais breve possível.

18. No tocante a investimentos, a empresa filipina International Container Terminal Services, Inc. (ICTSI) opera desde 2002 o terminal de contêineres do porto de Suape, em Pernambuco (Tecon Suape), e ganhou os direitos de concessão para operar terminal no porto da cidade do Rio de Janeiro (T1Rio) em 2019. Esta embaixada não tem conhecimento de outros investimentos diretos significativos de empresas filipinas no Brasil ou de empresas brasileiras neste país.

ASSISTÊNCIA A BRASILEIROS E SERVIÇOS CONSULARES

19. Com a eclosão da pandemia de COVID-19 e o subsequente "lockdown", em março de 2020, esta embaixada passou desde então a

dedicar máxima prioridade à assistência aos viajantes brasileiros retidos nas Filipinas. Em menos de um mês, o posto foi acionado por 111 brasileiros, apoiou o retorno de mais de 77 nacionais por meios próprios e realizou operação de repatriação de outros 34 assistidos, incluindo voo fretado com sete escalas para resgatar nacionais retidos em diferentes locais do arquipélago filipino e posterior embarque de retorno ao Brasil em voo comercial, pagos com recursos do governo brasileiro. O posto continua a prestar assistência aos brasileiros que permanecem nas Filipinas e a divulgar as informações pertinentes sobre as restrições de viagem.

20. Mais rotineiramente, o setor consular recebe pedidos de assistência pontuais e tem condições de dar vazão aos serviços de emissão de passaportes e atos notariais para a modesta comunidade brasileira nas Filipinas, composta por cerca de 400 pessoas. Os funcionários do setor também prestaram acompanhamento a nacional brasileira que permaneceu detida preventivamente por três anos nesta capital, já posta em liberdade e repatriada em dezembro de 2019.

21. Brasil e Filipinas mantêm acordo de isenção de vistos de turismo desde 1973, cuja aplicação está temporariamente suspensa devido à pandemia. Apesar disso, a emissão de vistos continua a ser a principal atividade do setor consular, a fim de atender à demanda de tripulantes marítimos filipinos no exercício de sua atividade profissional e de outros grupos, como sacerdotes e pessoas dedicadas a atividades religiosas de cunho missionário.

CULTURA, DIVULGAÇÃO E CERIMONIAL

22. Apesar da distância geográfica, o povo filipino nutre imensa simpatia pelo Brasil. Durante minha gestão, o setor cultural e de divulgação priorizou ações em parceria com universidades e outras embaixadas latinas nesta capital. A Embaixada também buscou fornecer apoio a iniciativas de grupos de música, futebol e de capoeira já estabelecidos, voltados não apenas para o entretenimento, mas também para a inclusão social.

23. Alguns desses eventos já contam com diversas edições e atraem público cativo, com baixos custos ao Erário. Recomendo vivamente a continuidade do Festival de Cinema Brasileiro na Universidade das Filipinas-Diliman e da Copa de Futsal A&B (Argentina e Brasil), além do apoio da Embaixada a futuras edições do festival de capoeira e música "Brasilipinas".

24. De 2016 a 2018, também realizei comemorações alusivas à data nacional brasileira. Com até 350 convidados e atrações culturais,

os eventos contaram com o patrocínio de empresas filipinas com interesse no Brasil. As celebrações foram muito bem recebidas pelos interlocutores locais e pela comunidade brasileira, além de contarem com cobertura positiva pela imprensa local.

25. O Grupo de Países Latino-Americanos e Caribenhos (GRULAC) em Manila mostrou-se muito ativo no período de 2016 ao final de 2018. Mantive reuniões frequentes de avaliação de conjuntura com os chefes de missão dos países latino-americanos com embaixadas residentes nas Filipinas. Promovemos diversos eventos culturais conjuntos (Festival de Cinema Latino-Americano, em duas oportunidades, Feira do Livro) e criamos um grupo de consulta virtual pelo aplicativo WhatsApp que se mostrou de grande utilidade. Infelizmente, com a partida, desde o final de 2018, de vários embaixadores latino-americanos (Argentina, Colômbia, Chile, Panamá) que continuam até hoje sem substitutos, o GRULAC perdeu boa parte de sua eficácia como mecanismo de coordenação e consulta.

CUMULATIVIDADES

26. Ao finalizar o relato referente às Filipinas, menciono brevemente minha atuação no tocante às cumulatividades do posto: Palau, Ilhas Marshall e Micronésia. Por ocasião de minha apresentação de credenciais, fui recebido pelos Presidentes Hilda Heine (Ilhas Marshall, junho de 2016), Tommy Remengensau Jr (Palau, junho de 2016) e Peter Christian (Micronésia, maio de 2018).

27. Com pequenas populações e economias dependentes de ajuda externa, os países insulares priorizam a agenda de mudança do clima e têm poucos recursos para implementar iniciativas bilaterais. As gestões brasileiras junto às cumulatividades concentraram-se em candidaturas e temas multilaterais. Na área política, o posto também acompanhou as relações dos países do Pacífico com Taiwan e China, além das tratativas para a renovação do tratado de livre associação com os Estados Unidos, que expira em 2023.

# 1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

# 4

# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 10, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 27, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

**PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad
**RELATOR:** Senador Roberto Rocha
**RELATOR ADHOC:** Senador Carlos Fávaro

21 de Setembro de 2020

# RELATÓRIO Nº , DE 2020

SF/20815.63452-40

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 27, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia*.

Relator: Senador **ROBERTO ROCHA**

É submetido ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em observância ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS nasceu em 14 de janeiro de 1966. É filho de Theophilo de Azeredo Santos e Maria Amelia Ferraz de Azeredo Santos.

No ano de 1986, tornou-se Bacharel em Economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), Rio de Janeiro. No ano seguinte, concluiu Ciência Política no Instituto Católico de Paris. Tornou-se mestre em Diplomacia e Relações Internacionais, pela Universidade Internacional de Schiller, em Londres. Já no Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no ano de 1992 e o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 2001. No Curso de Altos Estudos, no ano de 2008, apresentou a tese, aprovada com louvor, cujo título é "A criação do Fundo de Garantia do Mercosul. Vantagens e Proposta".

SF/20815.63452-40

O indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1992. Por merecimento, chegou a Segundo-Secretário em 1997, a Primeiro-Secretário em 2002, a Conselheiro em 2006, a Ministro de Segunda Classe em 2009 e a Ministro de Primeira Classe em 2018.

Destacamos algumas das funções por ele desempenhadas: Chefe do Setor de Política Financeira na Embaixada em Washington (19972000); Chefe do Setor de Infraestrutura e de Integração Produtiva na Embaixada em Buenos Aires (2000-2002); Chefe da Divisão de Programas de Promoção Comercial (2008-2010); Ministro-Conselheiro, encarregado dos Setores Comercial e de Ciência e Tecnologia na Embaixada em Londres (2010-2013); Diretor do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (2013-2016); Chefe do Posto na Embaixada em Teerã desde 2017. Além disso, ministrou as disciplinas de Economia Internacional e Promoção Comercial no Instituto Rio Branco.

Segundo o documento informativo do Itamaraty, no ano de 2015, o diplomata foi agraciado com as seguintes condecorações no Brasil: Ordem do Rio Branco, no grau de Grã-Cruz; Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico; Medalha da Ordem do Mérito do Exército; e Medalha da Ordem do Mérito da Marinha.

Ainda em atendimento ao Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Reino da Dinamarca e a República da Lituânia. O documento traz informações acerca das relações bilaterais, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos desses países, e de suas políticas interna e externa, bem como de sua situação econômica.

O Reino da Dinamarca conta com economia sólida e excelentes

indicadores de renda, desenvolvimento humano e competitividade. Sua economia se caracteriza pelas modernas indústrias, por um setor agrícola que emprega alta tecnologia e, em especial, pelo comércio exterior.

Brasil e Dinamarca detêm relações amistosas históricas. A abertura da primeira legação diplomática brasileira na Dinamarca data de 1828. Há diversos acordos firmados no âmbito de cooperação, comércio, investimentos, energia e meio ambiente. Além disso, os dois países compartilham valores no plano multilateral e em negociações comerciais.

SF/20815.63452-40

A atração de investimentos ocupa posição de destaque nas relações econômicas bilaterais. Assim, grande parte do comércio bilateral ocorre intrafirma, sobretudo no setor da saúde e de produtos farmacêuticos, como a insulina e seus derivados. Cerca de 140 empresas dinamarquesas estão presentes no Brasil.

Nossa pauta de exportações para a Dinamarca, em 2019, compôs-se de "outros medicamentos, incluindo veterinários", que responderam por 44% do valor total, seguidos por "farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e outros animais" (22%), "madeira, parcialmente trabalhada e dormentes de madeira" (4,8%), "demais produtos – indústria de transformação" (4,5%) e "resíduos vegetais, feno, forragens e outros farelos" (4,4%). Já a pauta de importações, contou com "medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários", que somaram 20% do total, seguidos por "obras de ferro ou aço e outros artigos de metais comuns" (18%), "outros medicamentos, incluindo veterinários" (16%), inseticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e semelhantes" (9,3%) e "outros produtos químicos" (5,2%). Houve déficit em desfavor do Brasil no ano passado.

Quanto à República da Lituânia, o documento informa que o Brasil reconheceu sua independência em 1991, tendo as relações diplomáticas sido restabelecidas. Em 2008, o Brasil reconheceu a Lituânia como economia de mercado, nos moldes da Organização Mundial do Comércio (OMC), junto com os demais países que aderiram à União Europeia (UE) em 2004. A Embaixada do Brasil na Lituânia, cumulativa com a Embaixada em Copenhague, foi criada por decreto em 5 de fevereiro de 1993. Até 2012, quando foi fechada, a Embaixada da Lituânia em Buenos Aires acumulava a representação em Brasília.

Sobre o comércio bilateral, houve oscilações nos últimos 10

anos, mas, em geral, tem sido superavitário para o Brasil. Em 2019, os principais produtos exportados foram: "tabaco, descaulificado ou desnervado" (15%), "couro" (12%), "matérias brutas de animais" (9,4%), "polímeros de etileno, em formas primárias" (7,4%) e "produtos de perfumaria ou de toucador, exceto sabonetes" (6,4%). No mesmo período, importamos: "adubos ou fertilizantes químicos - exceto fertilizantes brutos (39%), "equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios" (11%), "outras máquinas e equipamentos especializados para determinadas indústrias e suas partes" (10%), "aparelhos elétricos para ligação, proteção ou conexão de circuitos" (5,4%) e "demais produtos – indústria de transformação" (4,8%).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/20815.63452-40

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

**LISTA DE PRESENÇA**

**Reunião:** 4ª Reunião, Extraordinária, da CRE
**Data:** 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 08h
**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|---|---|---|---|
| **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)** | | | |
| Mecias de Jesus (REPUBLICANOS) | Presente | 1. Renan Calheiros (MDB) | |
| Jarbas Vasconcelos (MDB) | Presente | 2. Fernando Bezerra Coelho (MDB) | Presente |
| Marcio Bittar (MDB) | | 3. Simone Tebet (MDB) | |
| Esperidião Amin (PP) | Presente | 4. Daniella Ribeiro (PP) | Presente |
| Ciro Nogueira (PP) | Presente | 5. Vanderlan Cardoso (PSD) | |
| **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | | | |
| Roberto Rocha (PSDB) | | 1. Izalci Lucas (PSDB) | Presente |
| Mara Gabrilli (PSDB) | | 2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS) | |
| Major Olimpio (PSL) | Presente | 3. Soraya Thronicke (PSL) | Presente |
| **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)** | | | |
| Kátia Abreu (PP) | Presente | 1. Acir Gurgacz (PDT) | Presente |
| Randolfe Rodrigues (REDE) | Presente | 2. Flávio Arns (PODEMOS) | |
| Eliziane Gama (CIDADANIA) | Presente | 3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB) | |
| **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)** | | | |
| Fernando Collor (PROS) | Presente | 1. VAGO | |
| Jaques Wagner (PT) | Presente | 2. Telmário Mota (PROS) | Presente |
| Humberto Costa (PT) | Presente | | |
| **PSD** | | | |
| Nelsinho Trad (PSD) | Presente | 1. Carlos Fávaro (PSD) | Presente |
| Antonio Anastasia (PSD) | Presente | 2. Angelo Coronel (PSD) | Presente |
| **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | | | |
| Chico Rodrigues (DEM) | Presente | 1. Marcos Rogério (DEM) | Presente |
| Zequinha Marinho (PSC) | Presente | 2. Maria do Carmo Alves (DEM) | |
| **PODEMOS** | | | |
| Marcos do Val (PODEMOS) | Presente | 1. Elmano Férrer (PODEMOS) | |

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

**LISTA DE PRESENÇA** 7

**Reunião:** 4ª Reunião, Extraordinária, da CRE
**Data:** 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 08h
**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

## NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Leila Barros
Rose de Freitas
Rodrigo Pacheco
Carlos Viana

8 Senado Federal

# Resultado de Votação Secreta

## Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
**MSF 27/2020** - D.RODRIGO-DINAMARC

Início da votação: 21/09/2020 10:17:42 Fim da votação: 21/09/2020 13:04:48

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|---|---|---|---|
| **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,** | | **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,** | |
| MECIAS DE JESUS | **votou** | 1. RENAN CALHEIROS | |
| JARBAS VASCONCELOS | | 2. FERNANDO BEZERRA COELHO | **votou** |
| MARCIO BITTAR | **votou** | 3. SIMONE TEBET | **votou** |
| ESPERIDIÃO AMIN | **votou** | 4. DANIELLA RIBEIRO | |
| CIRO NOGUEIRA | | 5. VANDERLAN CARDOSO | |
| **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | | **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | |
| ROBERTO ROCHA | | 1. IZALCI LUCAS | **votou** |
| MARA GABRILLI | | 2. FLÁVIO BOLSONARO | |
| MAJOR OLIMPIO | **votou** | 3. SORAYA THRONICKE | **votou** |
| **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,** | | **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,** | |
| KÁTIA ABREU | **votou** | 1. ACIR GURGACZ | **voto não computado** |
| RANDOLFE RODRIGUES | **votou** | 2. FLÁVIO ARNS | |
| ELIZIANE GAMA | **votou** | 3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO | |
| **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,** | | **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,** | |
| FERNANDO COLLOR | **votou** | 1. VAGO | |
| JAQUES WAGNER | | 2. TELMÁRIO MOTA | **votou** |
| HUMBERTO COSTA | **votou** | | |
| **PSD** | | **PSD** | |
| NELSINHO TRAD | **votou** | 1. CARLOS FÁVARO | **voto não computado** |
| ANTONIO ANASTASIA | **votou** | 2. ANGELO CORONEL | |
| **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | | **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | |
| CHICO RODRIGUES | **votou** | 1. MARCOS ROGÉRIO | **voto não computado** |
| ZEQUINHA MARINHO | **votou** | 2. MARIA DO CARMO ALVES | |
| **PODEMOS** | | **PODEMOS** | |
| MARCOS DO VAL | **votou** | 1. ELMANO FÉRRER | |

**Votação:**

**TOTAL 19 SIM 19 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0**

**Senador Nelsinho Trad**
**Presidente**

**ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,**
**PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020**

## DECISÃO DA COMISSÃO

**(MSF 27/2020)**

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, DESIGNADO RELATOR "AD HOC" O SENADOR CARLOS FÁVARO, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NO REINO DA DINAMARCA E, CUMULATIVAMENTE, NA REPÚBLICA DA LITUÂNIA, COM 19 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

# RELATÓRIO Nº , DE 2020

SF/20815.63452-40

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 27, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia*.

Relator: Senador **ROBERTO ROCHA**

É submetido ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em observância ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS nasceu em 14 de janeiro de 1966. É filho de Theophilo de Azeredo Santos e Maria Amelia Ferraz de Azeredo Santos.

No ano de 1986, tornou-se Bacharel em Economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), Rio de Janeiro. No ano seguinte, concluiu Ciência Política no Instituto Católico de Paris. Tornou-se mestre em Diplomacia e Relações Internacionais, pela Universidade Internacional de Schiller, em Londres. Já no Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no ano de 1992 e o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 2001. No Curso de Altos Estudos, no ano de 2008, apresentou a tese, aprovada com louvor, cujo título é "A criação do Fundo de Garantia do Mercosul. Vantagens e Proposta".

SF/20815.63452-40

O indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1992. Por merecimento, chegou a Segundo-Secretário em 1997, a Primeiro-Secretário em 2002, a Conselheiro em 2006, a Ministro de Segunda Classe em 2009 e a Ministro de Primeira Classe em 2018.

Destacamos algumas das funções por ele desempenhadas: Chefe do Setor de Política Financeira na Embaixada em Washington (19972000); Chefe do Setor de Infraestrutura e de Integração Produtiva na Embaixada em Buenos Aires (2000-2002); Chefe da Divisão de Programas de Promoção Comercial (2008-2010); Ministro-Conselheiro, encarregado dos Setores Comercial e de Ciência e Tecnologia na Embaixada em Londres (2010-2013); Diretor do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (2013-2016); Chefe do Posto na Embaixada em Teerã desde 2017. Além disso, ministrou as disciplinas de Economia Internacional e Promoção Comercial no Instituto Rio Branco.

Segundo o documento informativo do Itamaraty, no ano de 2015, o diplomata foi agraciado com as seguintes condecorações no Brasil: Ordem do Rio Branco, no grau de Grã-Cruz; Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico; Medalha da Ordem do Mérito do Exército; e Medalha da Ordem do Mérito da Marinha.

Ainda em atendimento ao Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Reino da Dinamarca e a República da Lituânia. O documento traz informações acerca das relações bilaterais, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos desses países, e de suas políticas interna e externa, bem como de sua situação econômica.

O Reino da Dinamarca conta com economia sólida e excelentes

indicadores de renda, desenvolvimento humano e competitividade. Sua economia se caracteriza pelas modernas indústrias, por um setor agrícola que emprega alta tecnologia e, em especial, pelo comércio exterior.

Brasil e Dinamarca detêm relações amistosas históricas. A abertura da primeira legação diplomática brasileira na Dinamarca data de 1828. Há diversos acordos firmados no âmbito de cooperação, comércio, investimentos, energia e meio ambiente. Além disso, os dois países compartilham valores no plano multilateral e em negociações comerciais.

SF/20815.63452-40

A atração de investimentos ocupa posição de destaque nas relações econômicas bilaterais. Assim, grande parte do comércio bilateral ocorre intrafirma, sobretudo no setor da saúde e de produtos farmacêuticos, como a insulina e seus derivados. Cerca de 140 empresas dinamarquesas estão presentes no Brasil.

Nossa pauta de exportações para a Dinamarca, em 2019, compôs-se de "outros medicamentos, incluindo veterinários", que responderam por 44% do valor total, seguidos por "farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e outros animais" (22%), "madeira, parcialmente trabalhada e dormentes de madeira" (4,8%), "demais produtos – indústria de transformação" (4,5%) e "resíduos vegetais, feno, forragens e outros farelos" (4,4%). Já a pauta de importações, contou com "medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários", que somaram 20% do total, seguidos por "obras de ferro ou aço e outros artigos de metais comuns" (18%), "outros medicamentos, incluindo veterinários" (16%), inseticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e semelhantes" (9,3%) e "outros produtos químicos" (5,2%). Houve déficit em desfavor do Brasil no ano passado.

Quanto à República da Lituânia, o documento informa que o Brasil reconheceu sua independência em 1991, tendo as relações diplomáticas sido restabelecidas. Em 2008, o Brasil reconheceu a Lituânia como economia de mercado, nos moldes da Organização Mundial do Comércio (OMC), junto com os demais países que aderiram à União Europeia (UE) em 2004. A Embaixada do Brasil na Lituânia, cumulativa com a Embaixada em Copenhague, foi criada por decreto em 5 de fevereiro de 1993. Até 2012, quando foi fechada, a Embaixada da Lituânia em Buenos Aires acumulava a representação em Brasília.

Sobre o comércio bilateral, houve oscilações nos últimos 10

anos, mas, em geral, tem sido superavitário para o Brasil. Em 2019, os principais produtos exportados foram: "tabaco, descaulificado ou desnervado" (15%), "couro" (12%), "matérias brutas de animais" (9,4%), "polímeros de etileno, em formas primárias" (7,4%) e "produtos de perfumaria ou de toucador, exceto sabonetes" (6,4%). No mesmo período, importamos: "adubos ou fertilizantes químicos - exceto fertilizantes brutos (39%), "equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios" (11%), "outras máquinas e equipamentos especializados para determinadas indústrias e suas partes" (10%), "aparelhos elétricos para ligação, proteção ou conexão de circuitos" (5,4%) e "demais produtos – indústria de transformação" (4,8%).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/20815.63452-40

# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM (SF) N° 27, DE 2020

(nº 360/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

**DESPACHO:** À CRE

**AUTORIA:** Presidência da República

**DOCUMENTOS:**

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **RODRIGO DE AZEREDO SANTOS**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

Os méritos do Senhor **RODRIGO DE AZEREDO SANTOS** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2020.

EM nº 00082/2020 MRE

Brasília, 9 de Junho de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **RODRIGO DE AZEREDO SANTOS**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

2. Encaminho, anexas, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **RODRIGO DE AZEREDO SANTOS** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo***

OFÍCIO Nº 343 /2020/SG/PR

Brasília, 25 de junho de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

**Assunto: Indicação de autoridade.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

**I N F O R M A Ç Ã O**

**CURRICULUM VITAE**

**MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *RODRIGO DE AZEREDO SANTOS***
CPF: 603.163.061-34
ID.: 66562072/IFP

| | |
|---|---|
| 1966 | Filho de Theophilo de Azeredo Santos e Maria Amelia Ferraz de Azeredo Santos nasce em 14 de janeiro, no Rio de Janeiro |
| Dados Acadêmicos: | |
| 1986 | Bacharel em Economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), Rio de Janeiro |
| 1987 | Curso de Ciências Políticas no Instituto Católico de Paris |
| 1990 | Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais, Schiller International University, Londres |
| 1992 | Curso de Preparação à Carreira de Diplomata pelo Instituto Rio Branco |
| 2001 | Curso de Aperfeiçoamento de Diplomata pelo Instituto Rio Branco |
| 2008 | Curso de Altos Estudos pelo Instituto Rio Branco. Tese, aprovada com louvor: "A criação do Fundo de Garantia do Mercosul. Vantagens e Proposta" |
| Cargos: | |
| 1992 | Terceiro-secretário |
| 1997 | Segundo-secretário, por merecimento |
| 2002 | Primeiro-secretário, por merecimento |
| 2006 | Conselheiro, por merecimento |
| 2009 | Ministro de segunda classe, por merecimento |
| 2018 | Ministro de primeira classe, por merecimento |
| **Funções**: | |
| 1992-94 | Divisão da Ásia e Oceania I, subchefe |
| 1995-97 | Embaixada do Brasil em Moscou, chefe dos setores Econômico-Comercial e de Ciência e Tecnologia |
| 1997-2000 | Embaixada do Brasil em Washington, chefe do setor de Política Financeira |
| 2000-02 | Embaixada do Brasil em Buenos Aires, chefe do setor de Infraestrutura e de Integração Produtiva |
| 2003 | Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares |
| 2004-08 | Divisão de Operações de Promoção Comercial, subchefe |
| 2008-10 | Divisão de Programas de Promoção Comercial, chefe |
| 2010-13 | Embaixada do Brasil em Londres, ministro-conselheiro, encarregado dos Setores Comercial e de Ciência e Tecnologia |
| 2013 | Instituto Rio Branco |
| 2013-16 | Departamento de Promoção Comercial e Investimentos, diretor |
| 2017- | Embaixada em Teerã, chefe do posto |
| **Cargos Docentes e Outras Atividades Acadêmicas**: | |
| 1992-3 | Instituto Rio Branco, professor de Economia Internacional |
| 1994 | Faculdades Integradas UPIS, Brasília, professor de Economia Monetária na Graduação de Ciências Econômicas |
| 1998-99 | American University, Washington, palestrante no curso de Economia |
| 2004-10 | Centro Universitário de Brasília/UNICEUB, professor de Economia Política Internacional no curso de Graduação de Relações Internacionais |
| 2013-16 | Instituto Rio Branco, Professor de Promoção Comercial |
| 2013-16 | Examinador e elaborador da Prova de Economia do Concurso de Admissão ao Instituto Rio Branco |

| | |
|---|---|
| **Publicações**: | |
| 2011 | O Fundo de Garantia do Mercosul: Vantagens e Proposta, FUNAG |

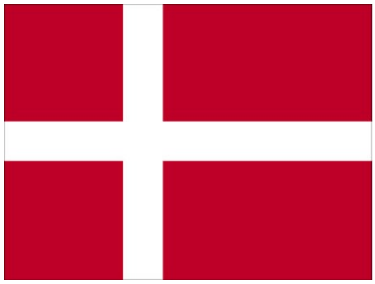
| **Condecorações**: | |
|---|---|
| 2015 | Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz |
| | Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico |
| | Medalha da Ordem do Mérito do Exército |
| | Medalha da Ordem do Mérito da Marinha |

**FÁTIMA KEIKO ISHITANI**
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

**DIVISÃO DE EUROPA I (DE-I)**

# REINO DA DINAMARCA



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**

**Maio de 2020**

| DADOS BÁSICOS | |
|---|---|
| **Nome oficial** | Reino da Dinamarca |
| **Gentílico** | Dinamarquês |
| **Capital** | Copenhague |
| **Área** | 42.924 km$^2$, excluindo-se as Ilhas Faroé (1.400 km$^2$) e a Groenlândia (2.166.000 km$^2$). |
| **População** (Statistics Denmark, 2019) | 5,8 milhões |
| **Idiomas** | Dinamarquês (oficial), feroês, groenlandês e alemão. O inglês é amplamente falado como segunda língua. |
| **Principais religiões** | 77,8% são membros da igreja luterana dinamarquesa (*Folkekirken*). Estima-se que 3,7% sejam muçulmanos, 2% sigam outras religiões e 17% não sigam nenhuma religião. |
| **Sistema de Governo** | Monarquia Constitucional |
| **Poder Legislativo** | Parlamento unicameral (*Folketinget*) |
| **Chefe de Estado** | Rainha Margrethe II (desde 14 de janeiro de 1972) |
| **Chefe de Governo** | Primeiro-Ministro Mette Frederiksen (desde 27 de junho de 2019, Partido Social-Democrata) |
| **Chanceler** | Jeppe Kofod |
| **PIB nominal (FMI), bilhões US$** | 347,2 (2019) |
| **PIB PPP (FMI), bilhões US$** | 311,6 (2019) |
| **PIB nominal *per capita* (FMI), US$** | 59.795 (2019) |
| **PIB PPP *per capita* (FMI), US$** | 55.675 (2019) |
| **Variação do PIB (FMI)** | 2,4% (2019) |
| **IDH (PNUD, 2017)** | 0,928 – 11º no *ranking* |
| **Expectativa de vida (OMS, 2015)** | 80,6 anos |
| **Unidade monetária** | Coroa dinamarquesa |
| **Embaixador da Dinamarca em Brasília** | Nicolai Prytz |
| **Embaixador do Brasil na Dinamarca** | Carlos Antonio da Rocha Paranhos |
| **Comunidade brasileira estimada** | 3,5 mil, dos quais 1.318 estavam inscritos e aptos a votar na jurisdição da Embaixada em 2018 |

INTERCÂMBIO COMERCIAL

| | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 (jan-mar) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Intercâmbio** | **1.169,3** | **1.377,5** | **1.354,0** | **989,6** | **854,1** | **907,9** | **978,0** | **1.208,4** | **368,2** |
| Exportações | 446,6 | 472,0 | 516,5 | 321,9 | 244,6 | 317,7 | 293,3 | 298,7 | 89,5 |
| Importações | 722,7 | 905,5 | 837,5 | 667,7 | 609,5 | 590,2 | 683,7 | 909,7 | 278,7 |
| Saldo | -276,0 | -433,6 | -321,0 | -345,8 | -364,9 | -272,5 | -390,4 | -611,0 | -189.2 |

Fonte: MECON. Valores em US$ milhões FOB.

## PERFIS BIOGRÁFICOS

***Sua Majestade a Rainha Margrethe II***

A monarquia dinamarquesa é a mais antiga da Europa, datando, em sucessão ininterrupta, do século X. A família real da Dinamarca pertence à Casa de Gluecksborg, inaugurada por Christian IX (1863-1906). Margrethe Alexandrine Thorhildur Ingrid, a Rainha Margrethe II, nasceu em 1940, em Amalienborg. É filha do Rei Frederik IX da Dinamarca e da Rainha Ingrid. Casou-se em 1967 com o diplomata francês Henri Marie Jean André de Laborde de Monpezat, pertencente a uma antiga e abastada família francesa reclamante do título de Conde de Monpezat, que teria sido concedido por Luis XIV, porém jamais reconhecido em função de sua não confirmação posterior conforme estipulado à época. Após o casamento, Laborde de Monpezat passou a ser intitulado como Príncipe Consorte Henrik da Dinamarca, tendo falecido em 13 de fevereiro de 2018. São filhos do casal o Príncipe Herdeiro Frederik (nascido em 1968) e o Príncipe Joachim (nascido em 1969). Com a morte de seu pai, em 14 de janeiro de 1972, tornou-se Rainha da Dinamarca. Integra o Conselho de Estado desde 1958 e é Comandante Suprema das Forças Armadas Dinamarquesas. É também a autoridade máxima da igreja luterana dinamarquesa – Folkekirken. A Rainha Margrethe II estudou Filosofia na Universidade de Copenhague, Arqueologia na Universidade de Cambridge e Ciências Políticas na Universidade de Aarhus, na Sorbonne e na “London School of Economics”. A família real desfruta de elevado prestígio no país. A Rainha não tem intenção de abdicar em favor do Príncipe Herdeiro, tendo manifestado em diversas ocasiões que pretende “cumprir com essa obrigação até que chegue o meu fim”. Antes de seu casamento, visitou o Brasil, em 1966. A Rainha Margrethe realizou, também, visita de Estado ao Brasil em 1999, ocasião em que viajou a Brasília, Foz do Iguaçu, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

***Mette Frederiksen, Primeira-Ministra***

Nasceu em 1977, em Aalborg. Graduou-se em Administração e Estudos Sociais pela Universidade de Aalborg e concluiu mestrado em Estudos Africanos pela Universidade de Copenhague. Membro do Parlamento pelo Partido Social-Democrata em 2001, tendo sido vice-presidente do respectivo grupo parlamentar de 2005 a 2011. Durante a administração de sua correligionária, a então Primeira-Ministra Helle Thorning-Schmidt (2011-2015), ocupou importantes cargos no governo, tendo sido Ministra do Emprego, de 2011 a 2014, e Ministra da Justiça, de 2014 a 2015, ano no qual assumiu a presidência do Partido Social-Democrata, que passou à oposição durante à administração do Partido Liberal (2015-2019). Com a vitória do "bloco vermelho", encabeçado pela sua legenda, nas eleições de junho de 2019, e a formação de gabinete social-democrata, tornou-se a mais jovem Primeira-Ministra da Dinamarca, em 27 de junho.

## RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Dinamarca são históricas: a abertura da primeira legação diplomática brasileira na Dinamarca data de 1828 e desenvolvem-se de maneira amistosa, sem contenciosos. Há diversos acordos firmados em matéria de cooperação, comércio, investimentos, energia e meio ambiente. Ambos países compartilham valores no plano multilateral e em negociações comerciais. De modo geral, a Dinamarca tem dado apoio regular a candidaturas brasileiras em organismos internacionais.

No tocante aos encontros bilaterais e visitas de alto nível mais recentes, cumpre mencionar:

- Abril de 2007: visita do Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen (2001-2009) ao Brasil;

- Setembro de 2007: visita de Estado do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) à Dinamarca;

- Outubro e dezembro de 2009: visita do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) à Dinamarca, para a escolha da sede das Olimpíadas e para participar da 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – UNFCCC COP-15, respectivamente;

- Fevereiro de 2011: visita da Ministra da Ciência e Tecnologia da Dinamarca ao Brasil;

- Junho de 2012: encontro bilateral, por ocasião da Rio+20, da Presidente Dilma Rousseff (2011-2016) com a Primeira-Ministra Helle Thorning-Schmidt (2011-15);

- Setembro de 2012: visita do Príncipe Herdeiro Frederik, acompanhado de delegação empresarial, ao Brasil;

- Maio de 2013: visita da Ministra de Comércio e Investimentos da Dinamarca ao Brasil;

- Agosto de 2016: conjunto de eventos organizados pela Dinamarca durante os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, o que representou uma das maiores exposições do país no exterior e contou com a presença de membros da Casa Real (Príncipe Herdeiro Frederik e Princesa Mary, Príncipe Joachim e Princesa Marie), três Ministros de Governo (Negócios Estrangeiros, Cultura e Assuntos Eclesiásticos - também responsável pelos esportes - e Negócios e Crescimento) e o Prefeito de Copenhague, Frank Jensen, além de delegações empresariais e parlamentares. Na ocasião, Chanceleres José Serra e Kristian Jensen mantiveram encontro bilateral, em Brasília.

Nos Jogos Olímpicos, a Dinamarca contou com pavilhão de exposições na praia de Ipanema, intitulado "Coração da Dinamarca". O espaço de 300 m² abrigou eventos culturais e exposições de empresas dinamarquesas, com foco em temas, como design, arquitetura, inovação, ciclismo e soluções ambientalmente sustentáveis para a indústria e a vida urbana, com ênfase na geração de eletricidade por fonte de energia eólica. Algumas das maiores empresas dinamarquesas com atuação no mercado brasileiro, como Maersk, Danfoss, Grundfos, Novo Nordisk, Coloplast e Vestas, também realizaram seminários no referido espaço. Além do "Coração da Dinamarca", foi montado pavilhão de 75 $m^2$ da Lego com atrações voltadas para o público infantil.

- Agosto de 2018: visita do Ministro do Turismo do Brasil, acompanhado de comitiva da cidade de Florianópolis e de Secretário de Estado do Turismo do Estado do Ceará, a Copenhague.

- Abril de 2019: Visita do Secretário de Estado para Política Externa da Dinamarca, Embaixador Jonas Liisberg, ao Brasil. Na ocasião, o Secretário Liisberg foi recebido pelo Secretário, interino, para Oriente Médio, Europa e África. Entre outros temas foi ressaltado que a agenda bilateral não deve se limitar a comércio, além do potencial de cooperação com o Brasil em diversos âmbitos, como pesquisa, saúde e "e-government". Também foi mencionada a necessidade de fortalecer laços políticos e valores compartilhados, bem como a cooperação cultural.

- Julho e Agosto de 2019: Visita do Navio Veleiro "Cisne Branco", comandado pelo Capitão de Mar-e-Guerra Adriano Batista, aos portos de Aalborg e Aarhus, respectivamente, como parte da "Tall Ship Races 2019".

- Agosto 2019: Visita do Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), Contra-Almirante Sergio Guida, para participar da mesa-redonda sobre cooperação marítima e polar, a bordo do NV "Cisne Branco".

**Cooperação bilateral**

No que se refere à cooperação bilateral, ressaltam-se as seguintes iniciativas mais recentes:

- assinatura, em 2007, de Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas de Energias Renováveis e Eficiência Energética e Memorando de Cooperação nas Áreas de Mudança do Clima e Desenvolvimento de Projetos no Âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo;

- assinatura, em 2011, de Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e seu congênere dinamarquês para cooperação nas áreas de educação superior, ciência, tecnologia e inovação, e em outubro, Memorando de Entendimento entre a CAPES e o Conselho das Universidades da Dinamarca. O documento prevê, como um de seus objetivos, a promoção de pesquisas científicas conjuntas, assim como a mobilidade de cientistas e pesquisadores. O Memorando também amparou o intercâmbio de pesquisadores e estudantes de ambos os países no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras. Em 2017, a Dinamarca contava 90 bolsistas da CAPES nos níveis de pós-graduação sanduíche, plena e de doutorado. As relações de cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação entre o Brasil e a Dinamarca, por sua vez, são regidas pelo Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, assinado em junho de 1986 e em vigor desde 1989;

- assinatura, em 2014, de Memorando de Entendimento entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a Autoridade de Saúde e Medicamentos da Dinamarca;

- assinatura, em 2015, de Memorando de Entendimento entre a Agência da Transportes Aquaviários (ANTAQ) e a Autoridade Marítima Dinamarquesa sobre intercâmbio de experiências, especialistas e pesquisa;

- visita a Copenhague, em 2016, de delegação composta por membros do Ministério da Saúde, do CONASS, do INCA e da Prefeitura de São Paulo para conhecer o sistema de saúde pública da Dinamarca, especialmente no que concerne à utilização da telemedicina para atendimento de pacientes à distância, ao sistema de atendimento familiar e à assistência a idosos;

- assinatura, em 2016, de Memorando de Entendimento na área de gestão pública entre o MPOG e o Ministério de Negócios e Crescimento Econômico da Dinamarca, o qual formaliza cooperação nas áreas de inovação e informação digital, com

vistas ao desenvolvimento no Brasil de projetos para aumentar a eficiência e a transparência do serviço público;

- missão do IBAMA a Copenhague, em 2016, para conhecer a experiência dinamarquesa na utilização do software QGIS, de geoprocessamento;

- assinatura, em 2016, entre a ANVISA e os ministérios da Saúde do Brasil e da Dinamarca de Programa de Cooperação Setorial Estratégica entre Brasil e Dinamarca para apoiar a gestão eficiente da saúde no Brasil;

- estabelecimento, em 2016, de Plano de Cooperação Setorial Estratégica entre Brasil e Dinamarca para Apoiar a Gestão Eficiente da Saúde no Brasil;

- visita a Copenhague do Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2017, às obras do European Spallation Source, co-sediado pela Dinamarca e Suécia, à Universidade de Lund e ao laboratório MAX IV, ambos na Suécia;

- assinatura, em 2017, de Memorando de Entendimento entre o Instituto Nacional Brasileiro de Propriedade Industrial (INPI) e o "Danish Patent and Trademark Office" (DKPTO);

- entrada em vigor, em 2019, do Protocolo Alterando a Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação entre os Governos do Brasil e da Dinamarca;

- assinatura, em 2019, de Memorando de Entendimento entre a Embaixada da Dinamarca no Brasil e o Ministério da Economia sobre Transformação Digital.

- realização, em 2019, de mesa-redonda bilateral sobre cooperação marítima e polar, por ocasião da vinda do NV "Cisne Branco" à Dinamarca. O evento contou com a participação, pelo Brasil, do Embaixador do Brasil, do Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), do Capitão do NV "Cisne Branco e de pesquisadores da UnB; pela Dinamarca, estiveram presentes representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Ministério da Defesa, da Autoridade Marítima, da Associação de Armadores ("Danish Shipping") e da Universidade de Aarhus.

**Programa cultural**

O Brasil conta, na Universidade de Aarhus, com programa de leitorado do Centro de Estudos Brasileiros. O leitorado é o único na região escandinava e contribui positivamente para o ensino do português brasileiro em nível universitário e para a divulgação da cultura nacional. A Universidade de Copenhague abriga o Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros, atualmente sob a responsabilidade do professor Georg Wink, PhD, com cursos de graduação, mestrado e doutorado.

No tocante à cooperação cultural, ressaltam-se as seguintes iniciativas mais recentes:

- III Congresso Internacional da Rede de Brasilianistas de Análise Cultural (REBRAC), na Universidade de Copenhague, em outubro de 2018;

- VII Colóquio Internacional sobre Literatura Brasileira, na Universidade de Copenhague, em dezembro de 2018;

- participação de dois documentários brasileiros no Festival CPH:DOX, em março de 2019;

- apresentação, no Festival CPH:STAGE, da peça "A Guerra não tem Rosto de Mulher", baseada na obra homóloga da escritora Svetlana Alexievich (Prêmio Nobel de Literatura), adaptada pelo diretor brasileiro Marcello Bosschar e encenada pela atriz Ana Carolyna Aguiar, em maio de 2019;

- exibição de quatro filmes brasileiros no Festival Latino-americano do Instituto do Cinema da Dinamarca (“Cinemateket”), em junho de 2019; e

- apresentação do músico Jaques Morelenbaum no Festival CPH:JAZZ de Copenhague, em julho de 2019;

- sexta edição das Jornadas Pedagógicas de Língua Portuguesa, realizada no campus da Universidade de Aarhus, de 28 a 30 de outubro de 2019, com a participação de cerca de 50 profissionais envolvidos com o aprendizado da língua portuguesa em dez países.

As obras “Água Viva”, de Clarice Lispector; "A obscena senhora D.", de Hilda Hilst; e Cinzas do Norte, de Milton Hatoum, foram as mais recentes traduções apoiadas pela Fundação Biblioteca Nacional para o idioma dinamarquês.

**Comércio e investimentos**

O relacionamento econômico entre o Brasil e a Dinamarca tem na atração de investimentos sua principal vocação. A maior parte do comércio bilateral ocorre intrafirma, especialmente no setor da saúde e de produtos farmacêuticos, como a insulina e seus derivados. Como se sabe, a Novo Nordisk opera em Montes Claros (MG) uma das suas fábricas mundiais de insulina

A corrente comercial entre o Brasil e a Dinamarca apresentou aumento de US$ 230,4 milhões, em 2019, o equivalente a um incremento de 23,6 % em relação a 2018. As exportações brasileiras (US$ 298,7 milhões) aumentaram em 1,8%, em 2019, e as importações (US$ 909,7 milhões), em 33%, levando ao déficit comercial bilateral brasileiro de US$ 611 milhões (superior em 56,5% ao de 2018).

Na pauta das exportações brasileiras para a Dinamarca, em 2019, “outros medicamentos, incluindo veterinários” responderam por 44% do valor total, seguidos por “farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e outros animais” (22%), “madeira, parcialmente trabalhada e dormentes de madeira” (4,8%), “demais produtos – indústria de transformação” (4,5%) e “resíduos vegetais, feno, forragens e outros farelos” (4,4%).

Na pauta de importações, por sua vez, “medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários” somaram 20% do total, seguidos por “obras de ferro ou aço e outros artigos de metais comuns” (18%), “outros medicamentos, incluindo veterinários” (16%), inseticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e semelhantes” (9,3%) e “outros produtos químicos” (5,2%).

Estão presentes no Brasil cerca de 140 empresas dinamarquesas, de acordo com levantamento do Conselho de Comércio da Dinamarca. Os dinamarqueses almejam expandir sua carteira de investimentos no Brasil, bem como o comércio, razão pela qual contam, em São Paulo, com escritório acoplado ao Consulado, voltado para a atração de investimentos dinamarqueses e para a expansão de sua presença multinacional em mercados considerados estratégicos. Como parte desse interesse, a Dinamarca mantém uma incubadora de empresas, pela qual empresários dinamarqueses interessados no mercado brasileiro podem, em período de até dois anos, contar com a assessoria de assistentes técnicos contratados localmente, avaliar as oportunidades de abertura de novos negócios, desenvolver pesquisas de mercado e conhecer a economia brasileira “in loco”.

Em agosto de 2018, a Embraer, em coordenação com a Embaixada e parceria com a Associação Dinamarquesa das Indústrias de Defesa e Segurança (FAD), seminário de

negócios na sede da Confederação das Indústrias Dinamarquesas ("Danske Industri"). O seminário teve a participação de representantes de diversas empresas e organizações atuantes na área e contou com dois segmentos: i) o seminário propriamente dito, com intervenções do vice-presidente para assuntos governamentais na Europa, Oriente Médio e África, que apresentou dados gerais sobre a Embraer na aviação comercial, e do diretor para Europa e África da área de defesa e segurança, que discorreu sobre as aeronaves e as tecnologias militares da empresa; e ii) as reuniões "business-to-business" (B2B) da Embraer com representantes de dez organizações participantes.

Em anos recentes, várias empresas dinamarquesas expandiram seus negócios no País. Como exemplos, tem-se a ISS, empresa de serviços terceirizados, que dobrou a captação de novos negócios no mercado nacional; a rede de bijuterias Pandora, que abriu 34 novas lojas no Brasil; e a Vestas, que investiu 100 milhões de reais em sua primeira fábrica de turbinas e naceles para a geração de energia eólica em Aquiraz, Ceará, inaugurada em 2016.

Presente no Brasil desde 2000, a Vestas mantém parques eólicos no país, conta com 750 turbinas e uma capacidade instalada de 1,5 GW. Na inauguração da unidade de produção de Aquiraz, o Diretor da Vestas no Brasil mencionou que o país é um dos mercados estratégicos da empresa. Com a nova fábrica, a Vestas espera produzir localmente 70% dos componentes que utiliza no Brasil. A companhia ainda opera Centro de Serviços em Natal (RN)

Em 2017, a Maersk, maior empresa dinamarquesa e principal transportadora de cargas do mundo, adquiriu a Hamburg Süd, consolidando sua liderança no transporte marítimo de mercadorias exportadas pelo Brasil para a Europa e na cabotagem comercial entre países do Mercosul. Em 2018, a Novo Nordisk, primeira fabricante mundial de insulina, recebeu autorização para comercializar no Brasil o produto de sua planta ultramoderna localizada em Montes Claros, Minas Gerais.

De acordo com dados do BACEN, o Investimento Externo Direto (IED) recebido da Dinamarca foi de US$ 178 milhões em 2017, US$ 92 milhões em 2018 e US$ 60 milhões em 2019.

## POLÍTICA INTERNA

O sistema de governo dinamarquês é o chamado "parlamentarismo negativo", no qual a condição para o estabelecimento do Governo não é, necessariamente, a formação de maioria parlamentar, mas sim a não existência de uma coalizão majoritária na oposição. Desde 1909, nenhum partido conseguiu a maioria isolada no Parlamento e, desde a Segunda Guerra Mundial, apenas quatro Gabinetes contaram com maioria parlamentar para governar. Há 179 assentos no Parlamento e os representantes são escolhidos por eleição geral, realizada a cada quatro anos (ou menos, se o Governo for dissolvido antes). Destes, 175 parlamentares são eleitos na Dinamarca, dois nas Ilhas Faroé e dois na Groenlândia.

Nas últimas eleições parlamentares, realizadas no dia 05 de junho de 2019, o chamado "bloco vermelho" sagrou-se vitorioso, não obstante o bom desempenho do Partido Liberal (PL), do ex-Primeiro-Ministro Lars Løkke Rasmussen (2015-2019). Com o resultado, o Partido Social-Democrata retorna ao poder, após cerca de 4 anos de oposição, e a sua líder, Mette Frederiksen, torna-se a nova Primeira-Ministra da Dinamarca.

Apesar do apoio das demais legendas de esquerda, a PM optou por formar governo de minoria, contando com integrantes do Partido Social Democrata (SD). Cumpre notar, que, em anos recentes, o SD passou a adotar postura cada vez mais restritiva em relação ao tema da imigração, aproximando-se, em muitos pontos, do Partido do Povo Dinamarquês (PPD), do “bloco azul”, e outrora detentor do segundo maior número de assentos no Folketing (Parlamento local). No que diz respeito ao espectro econômico, o SD situa-se próximo ao centro, embora defenda várias medidas que reforçam o estado do “bem-estar social”.

A questão ambiental e a mudança do clima foram importantes plataformas políticas dos sociais democratas nas eleições de 2019. A ambiciosa meta da atual administração é a de reduzir as emissões dinamarquesas em 70% até 2030, com relação ao ano de 1990.

Por ocasião da pandemia global de COVID-19, a Dinamarca foi um dos primeiros países europeus a adotar medidas distanciamento social obrigatórias, em 13 de março de 2020.

### Groenlândia e Ilhas Faroé

A Groenlândia, assim como as Ilhas Faroé, tem sistema político e administrativo autônomo, cuja política externa e de defesa é conduzida pelo Reino da Dinamarca. Ponto sensível para a Dinamarca com relação a tais territórios diz respeito aos investimentos estrangeiros em setores-chave, como o de infraestrutura.

Os políticos da Groenlândia mantêm expectativa de oportunidades de desenvolvimento à medida que as mudanças climáticas facilitem a navegação comercial no Ártico e a exploração de recursos minerais. Em anos recentes, decisões groenlandesas pareceram “desafiar” a Dinamarca, tais como assento no Conselho do Ártico; levantamento da proibição da extração de urânio; e modificações na lei trabalhista.

A Groenlândia, em grau ainda maior que as Ilhas Faroé, nutre anseios de separação total do Reino, mas a injeção de recursos dinamarqueses (e da UE), de US$ 670 milhões anuais, representa um terço do PIB gerado no território. Preocupa, em

especial, à Dinamarca evitar que a Groenlândia, dada a sua extrema fragilidade econômica, seja cooptada por investimentos estrangeiros, como no caso da China, na recente concorrência para a expansão de três aeroportos na ilha. Ressalte-se, ainda, o compromisso dinamarquês com os interesses estratégico-militares norte-americanos na região. O valor estratégico da Groenlândia para os EUA está intrinsecamente vinculado à base militar de Thule e seu sistema de alerta precoce para mísseis balísticos inimigos, na rota mais curta entre a Eurásia e a América do Norte. O governo de Washington declarou intenção de abrir, proximamente, Consulado-Geral em Nuuk e ampliar linhas de financiamento para projetos bilaterais com a Groenlândia. A aproximação dos EUA em relação aos territórios autônomos do Reino da Dinamarca gera divergência de opiniões na mídia e nos meios políticos.

A Dinamarca (por meio da Groenlândia), assim como os EUA, a Rússia, o Canadá e a Noruega reivindicam soberania sobre porções do Ártico, área rica em recursos naturais, inclusive petróleo e gás. Nesse sentido, o derretimento da calota polar e a abertura de novas rotas de navegação têm aguçado a importância geopolítica daquela região. Em maio de 2018, por ocasião do aniversário de 10 anos da Declaração de Ilulissat, o governo da Dinamarca reiterou que os Estados costeiros do Mar Ártico devem resolver suas disputas de maneira pacífica, através do diálogo e de negociações no âmbito do direito internacional.

## POLÍTICA EXTERNA

Tradicionalmente, as principais linhas da política externa dinamarquesa são a participação ativa no âmbito da União Europeia e a ênfase nos laços de segurança transatlânticos, notadamente por meio da OTAN, além da atuação como país doador na área da ajuda e cooperação internacionais, tanto em bases humanitárias quanto em termos de ajuda para o desenvolvimento. Foram destaques da política externa dinamarquesa, em 2018, a ênfase conferida à Parceria para o Crescimento Verde e os Objetivos Globais 2030 - P4G e à chamada "TechPlomacy", que abrange todos os esforços de cooperação com países, organizações internacionais e multinacionais na área digital e de TI.

O governo dinamarquês elaborou nova estratégia de política externa e de segurança para os anos 2019-2020, com foco no sistema internacional baseado em regras; União Europeia; imigração; diplomacia econômica; segurança; e Ártico. O documento constituiu resumo das prioridades deste país no âmbito internacional e lista as principais iniciativas projetadas para o biênio.

Não obstante eventuais divergências com a administração Trump, a Dinamarca reconhece a importância dos EUA para a defesa europeia, sobretudo em face da política externa russa, considerada como agressiva e deletéria aos seus interesses. Nesse sentido, relatório do "think-tank" Atlantic Council, recentemente, avaliou como muito positiva a cooperação EUA-Dinamarca na área de defesa, qualificando Copenhague como aliado leal e estável de Washington em um contexto global de mudanças. De acordo com o relatório, a Dinamarca tem, constantemente, contribuído para a defesa coletiva em proporções maiores do que seria esperado para o tamanho do país. Nesse sentido, seria razoável afirmar que o relatório corrobora a decisão dinamarquesa, tomada ainda na administração Rasmussen, de aumentar os seus gastos com defesa para 1,5% do PIB, contrariando a expectativa da administração Trump de que tais gastos sejam elevados para 2,0%. Entre os principais argumentos, destaca-se o fato de a Dinamarca contribuir efetivamente para a Aliança, participando, de forma ativa, de

operações militares.

Em linha similar ao governo Liberal predecessor, a atual administração dinamarquesa também é favorável à integração regional europeia. Com uma população de apenas 5,7 milhões de habitantes e algumas áreas específicas em que o país detém vantagens competitivas (logística de transportes marítimos, indústria farmacêutica, equipamentos de geração de energia eólica, entre outros), a Dinamarca, em geral, defende a ampliação de acordos comerciais da UE com outras grandes regiões. Nesse contexto, cabe observar a postura positiva em relação ao Acordo Mercosul-UE. Ressalte-se, ainda, a grande notoriedade alcançada pela Comissária Europeia para Concorrência, a dinamarquesa Margrethe Vestager, que chegou a ser considerada para assumir a presidência da Comissão.

No campo multilateral, a Dinamarca confere importância à modernização das Nações Unidas, do Banco Mundial e do FMI, de modo que esses organismos promovam a nova agenda de desenvolvimento sustentável de maneira mais adequada, em parceria com atores estatais e não estatais. Cumpre mencionar, ainda, o ingresso do país no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidos, mandato 2019-2021. A Dinamarca prioriza a reforma institucional do órgão, o combate à tortura, a promoção dos direitos da mulher e da menina e o acompanhamento criterioso de países onde há descumprimento persistente dos direitos humanos.

**Relações com os países nórdicos e bálticos**

Os laços étnicos e culturais que unem os países nórdicos são reforçados pela união de passaportes e pelo mercado livre de trabalho. Criado em 1952, por iniciativa da Dinamarca, o Conselho Nórdico de Ministros constitui foro de discussão e formulação de políticas e ações comuns e representa importante elemento de promoção de conceitos e valores compartilhados.

A necessidade de conciliar a profunda cooperação entre os nórdicos com o desenvolvimento da UE impôs, entre outros aspectos, a criação de mecanismo especial para possibilitar o ingresso da Dinamarca nos Acordos de Schengen, sem prejuízo do livre trânsito dos nacionais dos países nórdicos que não são membros da UE.

O Mecanismo de Cooperação Nórdica em Assuntos de Defesa – NORDEFCO, estabelecido em 2009 pelos Ministros da Defesa da Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia e Islândia, constitui cooperação aberta em bases voluntárias de grande importância complementar aos compromissos multilaterais dos países membros, sobretudo considerando que alguns países nórdicos não fazem parte da OTAN e da União Europeia. A cooperação busca, entre outros aspectos, enfrentar os cortes dos orçamentos de defesa dos países membros, por meio de compras comuns, com economia de escala e maior capacidade de negociação junto a fornecedores, bem como da otimização de sistemas logísticos, de treinamento e de uso comum de recursos humanos e de informática.

A Dinamarca, primeiro país a reconhecer a independência da Lituânia, Letônia e Estônia, atua com desenvoltura na região báltica, principalmente na área de defesa e segurança, com endosso dos EUA e aproveitando-se das limitações alemãs nesse campo. A OTAN recebe da Dinamarca apoio material e profissional para o Batalhão Báltico e no patrulhamento do espaço aéreo daquela região. A Dinamarca ocupa, de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020, a presidência do Conselho Báltico.

Os países nórdicos e bálticos compartilham diversas plataformas e programas

de cooperação, em áreas tais como intercâmbio acadêmico e educacional, capacitação de recursos humanos nas forças armadas e outros. Os cinco países nórdicos e os três países bálticos, além da Alemanha, Polônia e Rússia, constituem, desde 1992, o Conselho dos Estados Marítimos do Báltico, foro de concertação política que conta ainda com um representante da Comissão Europeia.

Adicionalmente, os cinco países nórdicos fazem parte do Conselho Ártico, juntamente com Canadá, EUA e Rússia. O Conselho foi estabelecido em 1996, como fórum intergovernamental de alto nível, a fim de fomentar a cooperação e a coordenação entre os Estados da região ártica, com o envolvimento das comunidades indígenas (seis organizações indígenas têm status de Participante Permanente).

## ECONOMIA

Apesar da pequena extensão territorial (mesmo o território da Groenlândia é 90% coberto de neve) e da carência em recursos naturais, a Dinamarca tem uma economia sólida, com excelentes indicadores de renda, desenvolvimento humano e competitividade. A economia dinamarquesa é movida por indústrias modernas, por um setor agrícola que emprega alta tecnologia e, principalmente, pelo comércio exterior. Algumas das empresas do país estão entre as líderes mundiais em setores como o farmacêutico, de infraestrutura marítima e energia renovável.

A Dinamarca é grande exportadora de alimentos e de energia, o que lhe garante superávits no balanço de pagamentos, mas depende da importação de matérias primas para o setor industrial. Desta maneira, no âmbito da União Europeia, o país é um dos maiores defensores do livre comércio e apoiou as negociações Mercosul-UE.

Mesmo contando com forte setor exportador agrícola, o governo dinamarquês consegue manter uma estratégia comercial razoavelmente equilibrada e consistente com a liberalização crescente do intercâmbio de bens, tanto agrícolas quanto industriais. Os segmentos de carne suína, embutidos e produtos lácteos são competitivos e têm interesses ofensivos também nos mercados dos países do Mercosul, em especial no Brasil.

Desde a crise econômica de 2008-2009, a economia dinamarquesa tem crescido de forma lenta, porém relativamente constante. Em 2018, o PIB cresceu 2,4% e em 2019, também 2,4%. Com a pandemia de COVID-19, há previsão de queda do PIB da ordem de 6,5% em 2020.

A Dinamarca é altamente dependente do comércio exterior, para venda de sua produção e prestação de serviços de transporte e logística marítima. Em 2019, a Alemanha foi o seu principal parceiro comercial (exportações + importações), seguida de Suécia, EUA, Países Baixos, China, Noruega, Reino Unido e França.

A pauta das exportações é composta, majoritariamente, por medicamentos, partes de turbinas eólicas, petróleo, peles e alimentos e a de importações por medicamentos, petróleo, carros e produtos eletrônicos. Na Dinamarca estão sediadas empresas industriais de renome mundial, entre as quais: Mærsk (gás, óleo, transportes marítimos, construção naval) - maior empresa dinamarquesa, Carlsberg (cervejaria), Lego (brinquedos), Bang & Olufsen (equipamentos audiovisuais de luxo), Novo Nordisk (produtos farmacêuticos), Novozymes (enzimas), Vestas (energia eólica), FLSmidth (cimento) e Pandora (jóias).

# ANEXOS

## Cronologia Histórica da Dinamarca

700- Começa o processo de unificação do País.
987- O processo de unificação foi concluído sob Haroldo I, o Dente Azul. O soberano, sob pressão política da igreja alemã, converteu-se ao Cristianismo.
1350- A Peste Negra dizimou a população.
1397- Estabelecida a União de Kalmar, reunindo a Dinamarca, a Noruega e a Suécia sob a liderança da Rainha Margarete I, filha de Valdemar IV da Dinamarca.
1523- Fim da União com a secessão da Suécia, sob Gustav I Vasa.
1536- A Dinamarca adota a reforma luterana.
1629- Derrota de Cristian IV na Guerra dos Trinta Anos contra a Suécia.
1661- A monarquia eletiva, dominada pela aristocracia, é substituída pelo sistema hereditário.
1801 e 1807- Ataques ingleses a Copenhague pela recusa em tomar partido nas Guerras Napoleônicas.
1814- Fim da união da Dinamarca e da Noruega.
1863- Bismarck declara guerra à Dinamarca que, derrotada, cede três ducados à Alemanha.
1914- A Dinamarca permanece neutra durante a I Guerra Mundial.
1940- A Alemanha invade a Dinamarca, até então neutra na II Guerra Mundial.
1940- Partido Social Democrata, no poder, desenvolve programa de cooperação com a Alemanha.
1943- Resistência popular, com apoio externo britânico, comprometeu as bases de convivência com o regime nazista.
1945- Ao final do conflito, a Dinamarca foi oficialmente reconhecida como país aliado.
1945- Convidada a se tornar Estado fundador das Nações Unidas.
1945- Tornou-se membro da OTAN, encerrando assim a política de neutralidade.
1948- Com o apoio financeiro do Plano Marshall, o país iniciou programa de modernização da agricultura.
1960- É introduzido programa de previdência social, caracterizado por benefícios abrangentes, financiados por meio de política de impostos elevados, a qual deu origem ao conhecido modelo da "sociedade do bem estar", difundido em toda a Escandinávia.
1972- Rainha Margarete II ocupa o trono dinamarquês.
1973- Adesão à União Europeia.
2000- Em referendo para adoção do euro, 53,1% dos votantes manifestaram sua preferência por manter a Coroa dinamarquesa como moeda nacional.
2001- Eleições parlamentares. Vitória do Partido Liberal. Anders Fogh Rasmussen assume o cargo de Primeiro-Ministro.
2005- Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen é reeleito.
2007- Retirada das tropas dinamarquesas do Iraque.
2009- Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen deixa o cargo para assumir a

direção da OTAN.
2009- Lars Løkke Rasmussen assume o cargo de Primeiro-Ministro.
2011- Helle Thorning-Schmidt assume o cargo de Primeira-Ministra.
2015- Lars Løkke Rasmussen assume novamente o cargo de Primeiro-Ministro.
2019- Mette Frederiksen assume o cargo de Primeira-Ministra.

## Cronologia das Relações Bilaterais

1829 – Abertura da Legação do Brasil em Copenhague.
1876 – Viagem particular do Imperador D. Pedro II à Dinamarca.
1911 – Convenção de Arbitragem.
1966 – Acordo Básico de Cooperação Técnica.
1969 – Acordo sobre Transportes Aéreos.
1974 – Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda.
1979 – Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial.
1986 – Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.
1999 – Visita de Estado da Rainha Margrethe II ao Brasil, primeira visita no nível de Chefe de Estado.
2006 – Visita ao Brasil do Ministro da Economia e Negócios, Bendt Bendtsen, em julho.
2007 – Memorando de Entendimento sobre cooperação na área de mudança de clima e de desenvolvimento e execução de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto.
2007 – Visita do Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen ao Brasil, em abril.
2007 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Dinamarca, em setembro.
2009 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Copenhague, em outubro, para participar das eleições que levaram à escolha do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016.
2009 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Copenhague, em dezembro, para participar da 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 15).
2010 – Visita do Príncipe Joachim ao Brasil, acompanhado de delegação empresarial.
2011 – Visita da Ministra dos Negócios Estrangeiros Lene Espersen ao Brasil.
2012 – Visita do Príncipe Herdeiro Frederik ao Brasil, acompanhado de delegação empresarial.
2012 – Visita da Primeira-Ministra Helle Thorning-Schimdt ao Brasil, por ocasião da Conferência Rio+20.
2013 – Visita da Ministra de Comércio e Investimentos da Dinamarca ao Brasil.
2016 – Por ocasião dos Jogos Olímpicos, visita ao Brasil do Príncipe Herdeiro Frederik e do Príncipe Joachim; do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Kristian Jensen; do Ministro da Cultura, Berthel Haarder; do Ministro dos Negócios e Crescimento. Troels Lund Poulsen; e do Prefeito de Copenhague, Frank Jensen.
2017 – Visita do Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
2018 – Visita do Ministro do Turismo, acompanhado de comitiva da cidade de Florianópolis e de Secretário de Estado do Turismo do Estado do Ceará.
2019 – Visita do Secretário de Estado para Política Externa da Dinamarca, Embaixador Jonas Liisberg, ao Brasil
2019 – Visita do NV “Cisne Branco”

2019 – Visita do Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM)

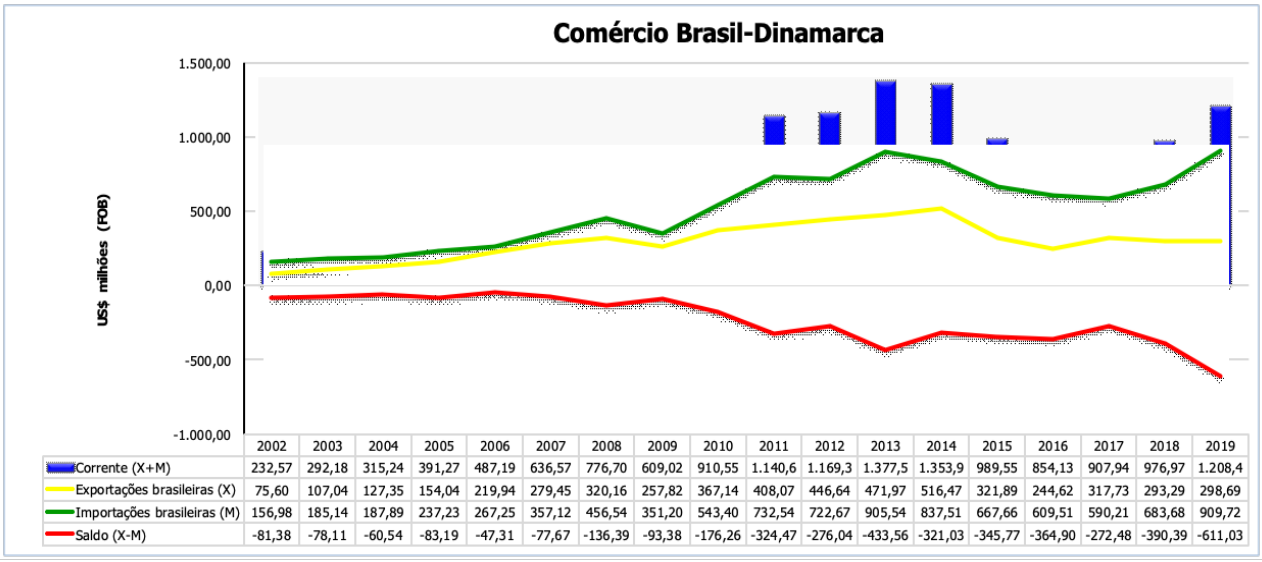
## Atos Bilaterais

| Título do Acordo | Data | Status |
|---|---|---|
| Acordo de Cooperação Brasil - Dinamarca | 31/03/2011 | Em Vigor |
| Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Dinamarca Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, Celebrada em Copenhague em 27 de Agosto de 1974 | 23/03/2011 | Em Promulgação |
| Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Dinamarca sobre Cooperação nas Áreas de Energias Renováveis e Eficiência Energética | 13/09/2007 | Em Vigor |
| Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Mudança do Clima e de Desenvolvimento e Execução de Projetos no Âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto | 25/04/2007 | Em Vigor |
| Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Dinamarca sobre a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos | 04/05/1995 | Situação especial |
| Acordo, por Troca de Notas, Relativo ao Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico. | 22/03/1994 | Em Vigor |
| Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica. | 09/06/1986 | Em Vigor |
| Troca de Notas colocando em Vigor o Item VI da Ata Final da Consulta Aeronáutica entre o Brasil e os Países Escandinavos, assinada em 29 de agosto de 1975. | 30/10/1979 | Em Vigor |
| Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial. | 05/02/1979 | Em Vigor |
| Comunicado de Imprensa | 26/10/1977 | Em Vigor |
| Troca de Notas determinando a entrada em Vigor da Ata Final da III Reunião de Consulta Aeronáutica com os Países Escandinavos. | 17/12/1976 | Em Vigor |
| Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda. | 27/08/1974 | Em Vigor |

| Título do Acordo | Data | Status |
|---|---|---|
| Acordo de Radioamadorismo | 16/01/1974 | Em Vigor |
| Acordo que estabelece um Mecanismo de Consulta entre as Autoridades Governamentais da Dinamarca e do Brasil sobre Transporte Marítimo Internacional. | 29/03/1972 | Em Vigor |
| Protocolo Adicional ao Acordo de Transportes Aéreos | 18/03/1969 | Em Vigor |
| Acordo sobre Transportes Aéreos | 18/03/1969 | Em Vigor |
| Acordo de Empréstimo | 08/07/1966 | Expirado |
| Acordo Básico de Cooperação Técnica. | 25/02/1966 | Em Vigor |
| Ajuste sobre Disposições Aplicáveis no Caso de Ab-Rogação do Ajuste de Pagamento de 1951, entre o Banco do Brasil S/A e o "Danmark Nationalbank". | 25/03/1964 | Em Vigor |
| Acordo incluindo São Paulo entre as Escalas Regulares da S.A.S. | 12/05/1956 | Em Vigor |
| Acordo para Isenção de Vistos em Passaportes. | 21/07/1953 | Em Vigor |
| Ajuste de Pagamentos entre o Banco do Brasil S/A e o Banco da Dinamarca. | 27/04/1951 | Pendente |
| Acordo sobre Transportes Aéreos. | 14/11/1947 | Denunciado |
| Acordo Comercial Provisório. | 30/07/1936 | Denunciado |
| Acordo para a Liberação dos Créditos Comerciais atrazados da Dinamarca no Brasil, com a Cooperação do Banco do Brasil do Rio de Janeiro. | 14/11/1935 | Pendente |
| Acordo de Assistência Reciproca a Doentes das Faculdades Mentais. | 05/08/1932 | Em Vigor |
| Acordo Comercial. | 30/11/1931 | Denunciado |
| Acordo sobre Malas Diplomáticas. | 29/04/1929 | Em Vigor |
| Convenção de Arbitragem. | 27/11/1911 | Em Vigor |

| Título do Acordo | Data | Status |
|---|---|---|
| Tratado de Comércio e Navegação. | 26/04/1828 | Denunciado |

## Dados Econômico-Comerciais



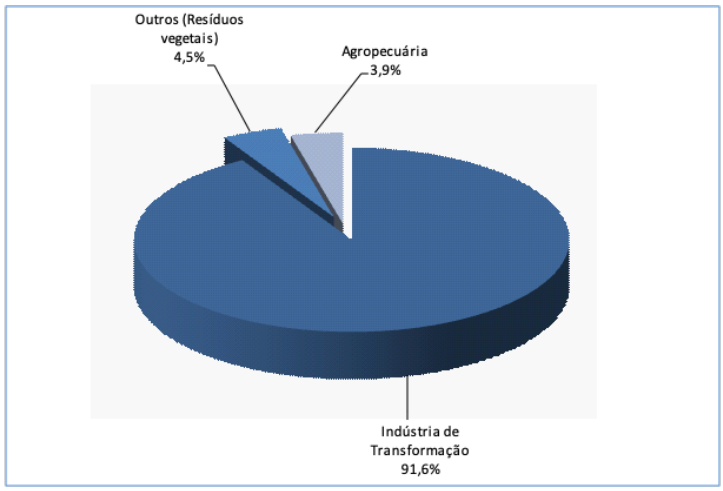

| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Corrente (X+M) | 232,57 | 292,18 | 315,24 | 391,27 | 487,19 | 636,57 | 776,70 | 609,02 | 910,55 | 1.140,6 | 1.169,3 | 1.377,5 | 1.353,9 | 989,55 | 854,13 | 907,94 | 976,97 | 1.208,4 |
| Exportações brasileiras (X) | 75,60 | 107,04 | 127,35 | 154,04 | 219,94 | 279,45 | 320,16 | 257,82 | 367,14 | 408,07 | 446,64 | 471,97 | 516,47 | 321,89 | 244,62 | 317,73 | 293,29 | 298,69 |
| Importações brasileiras (M) | 156,98 | 185,14 | 187,89 | 237,23 | 267,25 | 357,12 | 456,54 | 351,20 | 543,40 | 732,54 | 722,67 | 905,54 | 837,51 | 667,66 | 609,51 | 590,21 | 683,68 | 909,72 |
| Saldo (X-M) | -81,38 | -78,11 | -60,54 | -83,19 | -47,31 | -77,67 | -136,39 | -93,38 | -176,26 | -324,47 | -276,04 | -433,56 | -321,03 | -345,77 | -364,90 | -272,48 | -390,39 | -611,03 |

| 2018/2019 | Exportações brasileiras | Importações brasileiras | Corrente de comércio | Saldo |
|---|---|---|---|---|
| 2019 (jan-mar) | 72,10 | 188,20 | 260,30 | -116,11 |
| 2020 (jan-mar) | 89,53 | 278,75 | 368,27 | -189,22 |

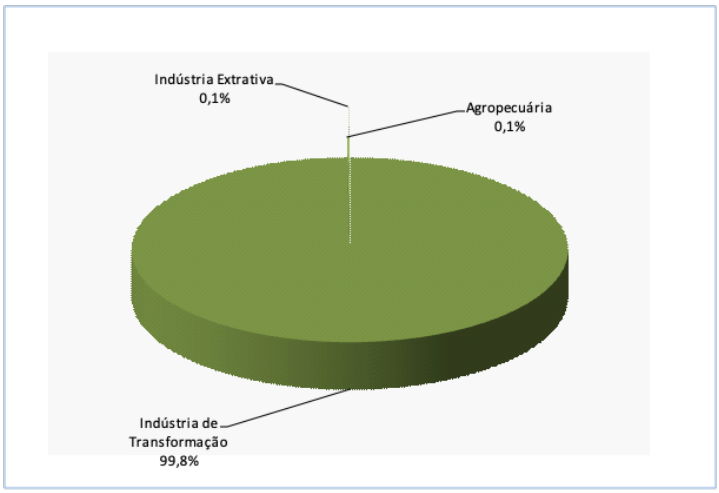
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2020.

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado**
**2019**

**Exportações**




**Importações**



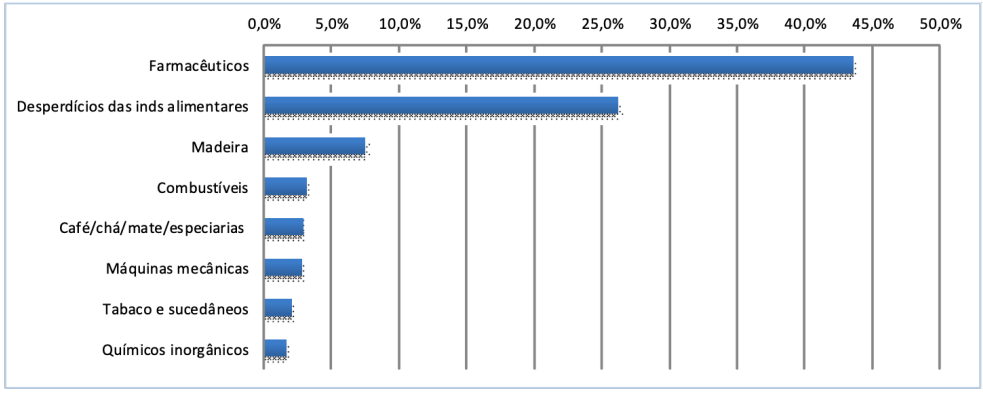

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2020.

**Composição das exportações brasileiras para à Dinamarca**
**US$ milhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Farmacêuticos | 174,16 | 54,8% | 142,92 | 48,7% | 130,40 | 43,7% |
| Desperdícios das inds alimentares | 58,63 | 18,5% | 47,26 | 16,1% | 78,47 | 26,3% |
| Madeira | 23,76 | 7,5% | 33,79 | 11,5% | 22,37 | 7,5% |
| Combustíveis | 0,00 | 0,0% | 4,85 | 1,7% | 9,55 | 3,2% |
| Café/chá/mate/especiarias | 9,16 | 2,9% | 8,04 | 2,7% | 8,70 | 2,9% |
| Máquinas mecânicas | 7,44 | 2,3% | 6,82 | 2,3% | 8,53 | 2,9% |
| Tabaco e sucedâneos | 6,44 | 2,0% | 8,10 | 2,8% | 6,14 | 2,1% |
| Químicos inorgânicos | 0,44 | 0,1% | 4,02 | 1,4% | 5,05 | 1,7% |
| **Subtotal** | **280,03** | **88,1%** | **255,78** | **87,2%** | **269,21** | **90,1%** |
| **Outros** | **37,70** | **11,9%** | **37,51** | **12,8%** | **29,48** | **9,9%** |
| **Total** | **317,73** | **100,0%** | **293,29** | **100,0%** | **298,69** | **100,0%** |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Maio de 2020.

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019**

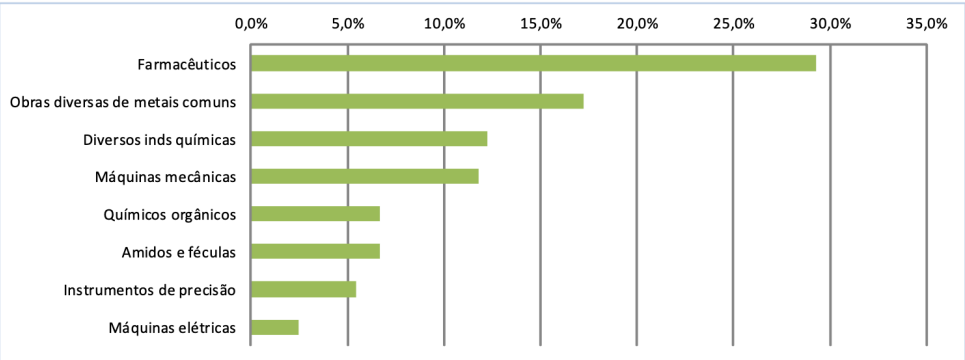


**Composição das importações brasileiras originárias da Dinamarca**
**US$ milhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Farmacêuticos | 169,81 | 28,8% | 233,12 | 34,1% | 266,42 | 29,3% |
| Obras diversas de metais comuns | 0,14 | 0,0% | 26,67 | 3,9% | 156,54 | 17,2% |
| Diversos inds químicas | 50,82 | 8,6% | 61,93 | 9,1% | 111,24 | 12,2% |
| Máquinas mecânicas | 93,30 | 15,8% | 93,22 | 13,6% | 107,19 | 11,8% |
| Químicos orgânicos | 61,53 | 10,4% | 69,30 | 10,1% | 60,65 | 6,7% |
| Amidos e féculas | 50,56 | 8,6% | 58,33 | 8,5% | 60,49 | 6,6% |
| Instrumentos de precisão | 53,35 | 9,0% | 49,02 | 7,2% | 49,59 | 5,5% |
| Máquinas elétricas | 23,23 | 3,9% | 17,46 | 2,6% | 22,62 | 2,5% |
| | | | | | | |
| **Subtotal** | **502,74** | **85,2%** | **609,06** | **89,1%** | **834,73** | **91,8%** |
| **Outros** | **87,47** | **14,8%** | **74,62** | **10,9%** | **74,99** | **8,2%** |
| **Total** | **590,21** | **100,0%** | **683,68** | **100,0%** | **909,72** | **100,0%** |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Maio de 2020.

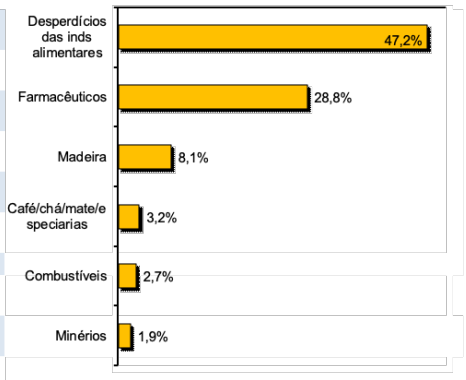
**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019**



**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**
**US$ milhões**

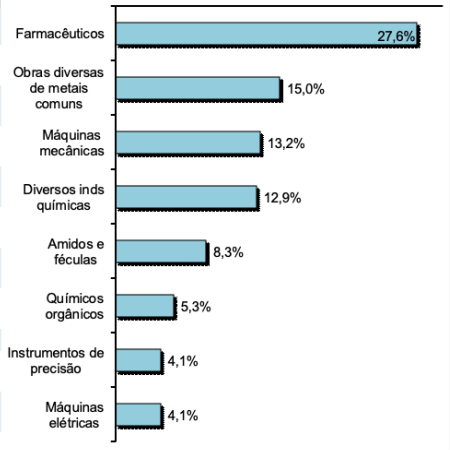
| Grupos de produtos (SH2) | 2019 (jan-mar) | Part. % no total | 2020 (jan-mar) | Part. % no total |
|---|---|---|---|---|
| **Exportações** | | | | |
| Desperdícios das inds alimentares | 19,37 | 26,9% | 42,22 | 47,2% |
| Farmacêuticos | 32,53 | 45,1% | 25,76 | 28,8% |
| Madeira | 6,04 | 8,4% | 7,22 | 8,1% |
| Café/chá/mate/especiarias | 2,88 | 4,0% | 2,86 | 3,2% |
| Combustíveis | 0,84 | 1,2% | 2,41 | 2,7% |
| Minérios | 0,00 | 0,0% | 1,67 | 1,9% |
| **Subtotal** | **61,65** | **85,5%** | **82,13** | **91,7%** |
| **Outros** | **10,44** | **14,5%** | **7,39** | **8,3%** |
| **Total** | **72,10** | **100,0%** | **89,53** | **100,0%** |

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2020**




| Grupos de produtos (SH2) | 2019 (jan-mar) | Part. % no total | 2020 (jan-mar) | Part. % no total |
|---|---|---|---|---|
| **Importações** | | | | |
| Farmacêuticos | 64,94 | 34,5% | 76,86 | 27,6% |
| Obras diversas de metais comuns | 18,89 | 10,0% | 41,90 | 15,0% |
| Máquinas mecânicas | 21,40 | 11,4% | 36,87 | 13,2% |
| Diversos inds químicas | 22,28 | 11,8% | 35,93 | 12,9% |
| Amidos e féculas | 15,21 | 8,1% | 23,04 | 8,3% |
| Químicos orgânicos | 16,19 | 8,6% | 14,75 | 5,3% |
| Instrumentos de precisão | 9,65 | 5,1% | 11,47 | 4,1% |
| Máquinas elétricas | 4,44 | 2,4% | 11,44 | 4,1% |
| **Subtotal** | **173,01** | **91,9%** | **252,26** | **90,5%** |
| **Outros produtos** | **15,20** | **8,1%** | **26,48** | **9,5%** |
| **Total** | **188,20** | **100,0%** | **278,75** | **100,0%** |

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2020**



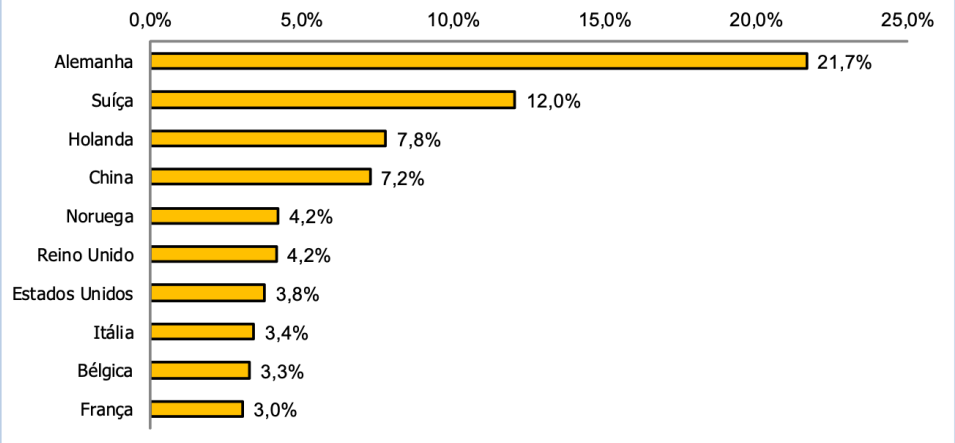

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Maio de 2020.

**Principais origens das importações da Dinamarca**
**US$ bilhões**

| Países | 2019 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Alemanha | 21,02 | 21,7% |
| Suíça | 11,69 | 12,0% |
| Holanda | 7,55 | 7,8% |
| China | 7,03 | 7,2% |
| Noruega | 4,10 | 4,2% |
| Reino Unido | 4,03 | 4,2% |
| Estados Unidos | 3,67 | 3,8% |
| Itália | 3,32 | 3,4% |
| Bélgica | 3,18 | 3,3% |
| França | 2,95 | 3,0% |
| ... | | |
| Brasil (37º lugar) | 0,30 | 0,3% |
| | | |
| **Subtotal** | **68,82** | **70,9%** |
| **Outros países** | **28,19** | **29,1%** |
| **Total** | **97,01** | **100,0%** |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril de 2020. Dados de comércio Dinamarca-Brasil - Comexstat.

**10 principais origens das importações**

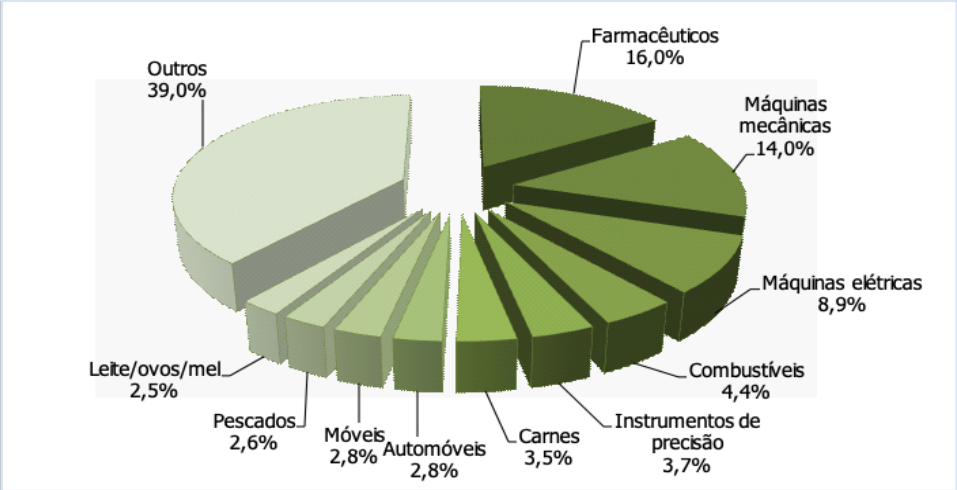


**Composição das exportações da Dinamarca**
**US$ bilhões**

| Grupos de Produtos (SH2) | 2019 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Farmacêuticos | 17,55 | 16,0% |
| Máquinas mecânicas | 15,42 | 14,0% |
| Máquinas elétricas | 9,75 | 8,9% |
| Combustíveis | 4,82 | 4,4% |
| Instrumentos de precisão | 4,02 | 3,7% |
| Carnes | 3,80 | 3,5% |
| Automóveis | 3,08 | 2,8% |
| Móveis | 3,07 | 2,8% |
| Pescados | 2,86 | 2,6% |
| Leite/ovos/mel | 2,72 | 2,5% |
| **Subtotal** | **67,07** | **61,0%** |
| **Outros** | **42,79** | **39,0%** |
| **Total** | **109,87** | **100,0%** |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril de 2020. Dados de comércio Dinamarca-Brasil - Comexstat.

**10 principais grupos de produtos exportados**

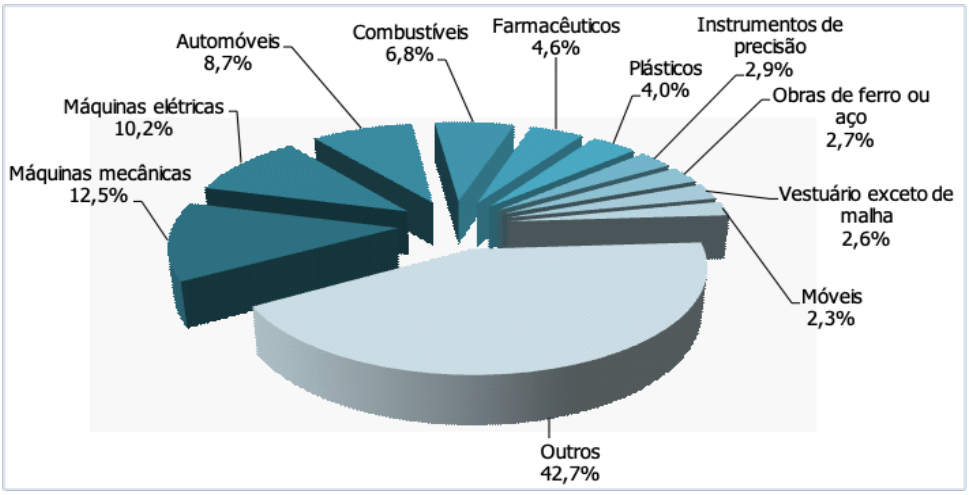


**Composição das importações da Dinamarca**
**US$ bilhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2019 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Máquinas mecânicas | 12,13 | 12,5% |
| Máquinas elétricas | 9,89 | 10,2% |
| Automóveis | 8,39 | 8,7% |
| Combustíveis | 6,60 | 6,8% |
| Farmacêuticos | 4,45 | 4,6% |
| Plásticos | 3,86 | 4,0% |
| Instrumentos de precisão | 2,86 | 2,9% |
| Obras de ferro ou aço | 2,66 | 2,7% |
| Vestuário exceto de malha | 2,52 | 2,6% |
| Móveis | 2,24 | 2,3% |
| **Subtotal** | **55,60** | **57,3%** |
| **Outros** | **41,41** | **42,7%** |
| **Total** | **97,01** | **100,0%** |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril de 2020. Dados de comércio Dinamarca-Brasil - Comexstat.

**10 principais grupos de produtos importados**



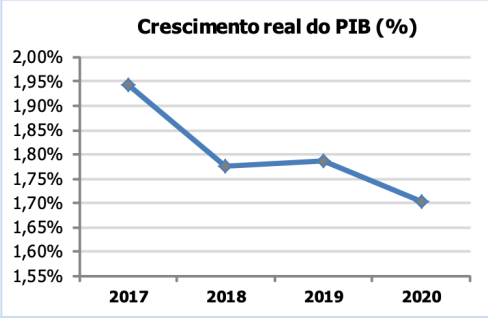
**Principais indicadores socioeconômicos da Dinamarca**

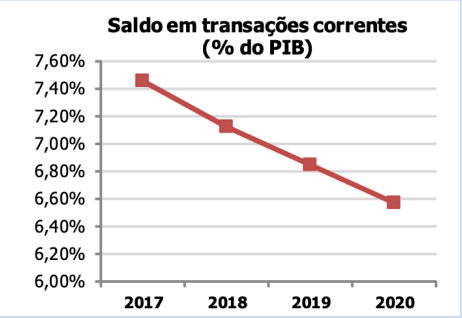
| Indicador | 2019 | 2020(1) | 2021(1) | 2022(1) |
|---|---|---|---|---|
| Crescimento real do PIB (%) | 1,94% | 1,78% | 1,79% | 1,70% |
| PIB nominal (US$ bilhões) | 362,15 | 380,20 | 397,79 | 417,77 |
| PIB nominal "per capita" (US$) | 62.041 | 64.644 | 67.136 | 69.993 |
| PIB PPP (US$ bilhões) | 312,67 | 324,29 | 336,22 | 348,32 |
| PIB PPP "per capita" (US$) | 53.563 | 55.137 | 56.745 | 58.356 |
| População (milhões habitantes) | 5,84 | 5,88 | 5,93 | 5,97 |
| Desemprego (%) | 5,30% | 5,30% | 5,40% | 5,50% |
| Inflação (%)(2) | 1,80% | 2,00% | 2,00% | 2,00% |
| Saldo em transações correntes (% do PIB) | 7,46% | 7,13% | 6,85% | 6,57% |

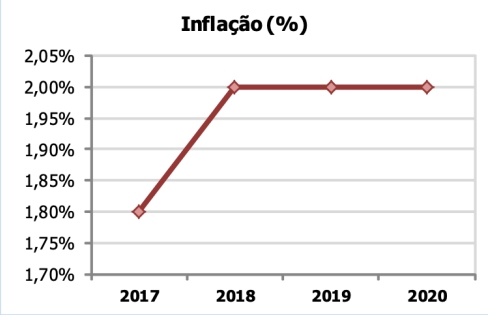
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report January 2019 e da Cia.gov/World Factbook.

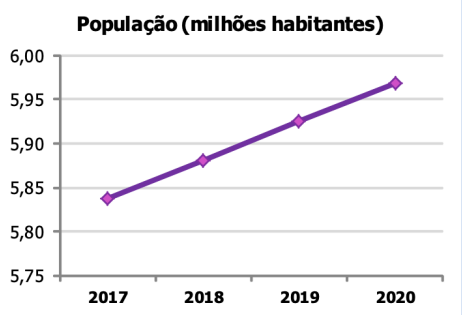
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



# MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

## DIVISÃO DE EUROPA I (DE-I)

# LITUÂNIA

**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**
Maio de 2020

| DADOS BÁSICOS | |
|---|---|
| **Nome oficial:** | República da Lituânia |
| **Capital:** | Vilnius |
| **Área:** | 65.300 km² (pouco maior que o Estado da Paraíba) |
| **População:** | 2,79 milhões de habitantes – (estimativa para 2019, Statistics Lithuania) |
| **Idioma:** | Lituano (oficial), Russo-polonês e alemão. |
| **Principais religiões:** | Católicos 77,2%, Ortodoxos 4,1%, Protestantes (luteranos e evangélicos) 1,6%, outros 0,9%, sem religião 6,1%, não especificado 10,1% (Department of Statistics to the Government of the Republic of Lithuania, 2011). |
| **Sistema político:** | Democracia parlamentarista com Presidente |
| **Chefe de Estado:** | Presidente Gitanas Nauseda (desde 12/07/2019) |
| **Chefe de Governo:** | Primeiro-Ministro Saulius Skvernelis (desde 13/12/2016) |
| **Chanceler:** | Linas Linkevičius |
| **PIB (FMI)** | US$ 53,64 bilhões (2019) |
| **PIB PPP (FMI)** | US$ 101,34 bilhões (2019) |
| **PIB "per capita" (FMI)** | US$ 19.266 (2019) |
| **PIB PPP "per capita" (FMI)** | US$ 38.751 (2019) |
| **Moeda:** | Adotou o euro em 1/1/2015, em substituição à moeda nacional lita. |
| **Variação do PIB (FMI)** | 3,9% (2019) |
| **IDH (PNUD)** | 0,858 / 35º lugar (2018) |
| **Expectativa de vida** | 73,4 (UN World Population Prospects, 2015) |
| **Alfabetização** | 99,8% (UNESCO, 2015) |
| **Desemprego** | 6,3% (FMI, 2018) |

| | |
|---|---|
| **Embaixador da Lituânia:** | O Consulado-Geral em São Paulo exerce funções de representação. |
| **Embaixador do Brasil** | Embaixador Carlos Antonio da Rocha Paranhos |

| B<br>L | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Intercâmbio** | 126,6 | 62,5 | 77,7 | 148,3 | 76,9 | 72,1 | 5 | 7 | 5 | 4 |
| **Exportações** | 66,2 | 53,2 | 50,5 | 114,8 | 42,9 | 52,2 | 3 | 4 | 2 | 2 |
| **Importações** | 60,4 | 9,3 | 27,2 | 33,5 | 34,2 | 19,9 | 21,9 | 28,9 | 36,4 | 21,2 |
| **Saldo** | 5,8 | 43,9 | 23,3 | 81,3 | 8,7 | 32,3 | 9,7 | 14,1 | -15,7 | 2 |

**INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões FOB) –** ***Fonte: MDIC, Comex Stat***

**PERFIS BIOGRÁFICOS**

***Gitanas Nauseda***

***Presidente da República da Lituânia***

Nasceu em 19 de março de 1964, em Klaipeda. Formado e pós-graduado em economia pela Universidade de Vilnius. Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Vilnius, de 1987 a 1989. Doutor em Ciências Sociais em 1993. Professor associado da International Business School da Universidade de Vilnius desde 2009. De 1993 a 1994, ocupou o cargo chefe do Departamento de Mercados Financeiros do Conselho Lituano para Concorrência. De 1994 a 1996, foi vice-diretor da Divisão para Metodologia e Análise no Departamento de Supervisão dos Bancos Comerciais do Banco da Lituânia e, de 1996 a 2000, diretor do Departamento de Política Monetária do Banco da Lituânia. Atuou com Membro do Conselho do Banco da Lituânia de 1998 a 2000; Assessor do Presidente Valdas Adamkus, em 2004; Assessor do Presidente do Banco AB Vilniaus Bankas, de 2000 a 2008. Ocupou o cargo de economista-chefe e assessor do Presidente do SEB Bank, de 2008 a 2018. Tomou posse como Presidente da República da Lituânia em 12 de julho de 2019. Além do lituano, fala inglês, russo e alemão.

**Saulius Skvernelis**

***Primeiro-Ministro da República da Lituânia***

Saulius Svkernelis nasceu em 1970 em Kaunas, a segunda cidade mais populosa da Lituânia. Graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Técnica de Vilnius (1994) e possui mestrado em Direito pela Universidade Mykolas Romeris (2005). Trabalhou na polícia lituana durante a maior parte da sua vida profissional, ocupando diversos cargos até tornar-se Comissário-Geral de Polícia em 2011. Em 2014, foi nomeado pelo ex-Primeiro-Ministro Algirdas Butkevicius Ministro do Interior, pasta à qual a polícia lituana está subordinada. Ocupou o cargo até 2016, ano no qual tornou-se Primeiro-Ministro da Lituânia, posição que ocupa desde então. Foi candidato nas eleições presidenciais de maio de 2019, mas ficou apenas em terceiro lugar no primeiro turno. Diante do desempenho aquém do esperado, chegou a anunciar que renunciaria ao cargo de Primeiro-Ministro, mas acabou reconsiderando.

## RELAÇÕES BILATERAIS

Em 1991, o Brasil reconheceu a independência da Lituânia e as relações diplomáticas foram restabelecidas. A Embaixada do Brasil na Lituânia, cumulativa com a Embaixada em Copenhague, foi criada por decreto em 05 de fevereiro de 1993. A Embaixada da Lituânia em Buenos Aires acumulava a representação em Brasília até o seu fechamento, em 31 de dezembro de 2012. Em dezembro de 2008, o Brasil reconheceu a Lituânia como economia de mercado, nos termos da OMC, junto com os demais países que aderiram à UE em 2004.

**Visitas e encontros**

Em março de 1996, o Presidente lituano Algirdas Brazauskas (1992-1998) visitou o Brasil, em viagem que incluiu, ainda, a Argentina, o Uruguai e a Venezuela. Em novembro de 2002, o Chanceler Celso Lafer realizou visita de trabalho à Lituânia e manteve encontro com o Presidente Valdas Adamkus (1998-2003 e 2004-2009). Lembrou o apoio do Governo brasileiro em 1939, quando manteve acreditado o Embaixador lituano no Brasil, apesar da ocupação do país pela União Soviética, e reiterou convite ao Presidente Adamkus para que visitasse oficialmente o Brasil. Em julho de 2008, o Presidente Valdas Adamkus visitou o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Chile.

Em 13 de maio de 2009, à margem da Reunião Ministerial União Europeia – Grupo do Rio, em Praga, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, manteve encontro bilateral com sua homóloga lituana, a Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros Asta Liauskiene. A Vice-Ministra Liauskiene foi a Brasília em abril de 2011 e realizou, com a SGAP-I Vera Machado, Reunião de Consultas Políticas Bilaterais. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, em vigor desde 19/8/2011.

A Presidente Dalia Grybauskaitė (2009-2019) participou, no Rio de Janeiro, da Conferência Rio+20, em junho de 2012. Co-presidiu mesa redonda no Segmento de Alto Nível da Conferência e tomou parte da "Cúpula de Mulheres Líderes", evento organizado pelo "ONU Mulheres".

O MRE Mauro Vieira recebeu o MNE Linas Linkevicius em 7 de abril de 2015, em Brasília. Durante sua passagem pelo Brasil, Linkevicius também chefiou missão comercial a São Paulo, para eventos na FIESP e AUTOMEC, e manteve encontro com o Secretário-Executivo do MDIC. Presidiu, na ocasião, a inauguração oficial do Consulado-Geral em São Paulo. Pediu a inclusão da Lituânia no Programa Ciência Sem Fronteiras e mencionou que se estava criando o Grupo Parlamentar bilateral no Parlamento (*Seimas*). Foi mencionada, ainda, a possibilidade de a Air Lituanica adquirir aeronaves da Embraer. Foram tratados temas relacionados a CT&I. Ambos os Ministros concordaram sobre o potencial para avançar a cooperação bilateral em tecnologias desenvolvidas em cada país e de interesse mútuo, como a de energias limpas (no Brasil) e de aplicação de laser (na Lituânia). O ministro lituano reiterou pedido de exportação de lácteos para o Brasil, devido a embargos com a Rússia.

A IV Reunião de Consultas Políticas teve lugar em Vilnius, em 2 de maio de 2017, com delegações lideradas, respectivamente, pelo SGEAM, Fernando Simas Magalhães, e pelo vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Neris Germanas. Acordou-se a assinatura do memorando de entendimento sobre cooperação econômica e a conclusão de acordo para transferência de pessoas condenadas. Foi proposta troca de votos em candidaturas ao Conselho de Direitos Humanos (CDH). Sugeriu-se, ainda, a elaboração de planos de atividades nas áreas educacional e cultural. O MNE lituano recebeu o SGEAM, na manhã seguinte, e reagiu de maneira positiva ao relato sobre o bom andamento das negociações MERCOSUL-UE.

Os Chanceleres mantiveram encontro à margem do Debate Geral na 72ª AGNU, em 20 de setembro de 2017, e, na ocasião, firmaram o Memorando de Entendimento bilateral sobre Cooperação Econômica, cujo texto foi publicado no DOU nº 226, de 27 de novembro de 2017.

No dia 17 de julho de 2018, foi realizada em Brasília, a V Reunião de Consultas Políticas

entre Brasil e Lituânia. Na ocasião, a delegação lituana foi chefiada pelo vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Darius Skusevicius, reponsável, no MNE, por temas de segurança internacional e cooperação bilateral, multilateral e transatlântica, bem como da supervisão das atividades dos consulados honorários da Lituânia, entre outros assuntos. Antes da ida ao Brasil para participar da V Reunião de Consultas Políticas, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros Darius Skusevicius esteve em Buenos Aires, no dia 13 de julho, e reuniu-se com o vice-ministro das Relações Exteriores da Argentina, Daniel Raimondi. Ambos assinaram acordo bilateral de cooperação econômica. Argentina e Brasil são os maiores parceiros comerciais da Lituânia na América Latina (ambos possuem intercâmbio da ordem de US$ 80 milhões anuais).

Durante a abertura da 73ª AGNU, os Chanceleres Aloysio Nunes e Linas Linkevicius avistaram-se, em 26 de setembro de 2018, oportunidade na qual assinaram o Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre Brasil e Lituânia. Por ocasião do encontro, o MRE recordou, ainda, a conveniência de implementar o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Econômica Brasil-Lituânia, assinado durante a 72ª AGNU, com a designação dos membros do grupo de trabalho previsto no documento.

Em 2019, o Embaixador do Brasil em Copenhague, Carlos Paranhos, esteve em missão na República da Lituânia em três ocasiões: em janeiro, no tradicional encontro anual dos chefes de missões diplomática com o presidente lituano, então Dalia Grybauskaite; em julho, na posse do novo presidente, Gitanas Nauseda; e, em novembro, no lançamento de exposição sobre Lasar Segall no Museu Judaico Vilna Gaon de Vilnius, quando também avistou-se com autoridades lituanas para tratar de temas selecionados do relacionamento bilateral.

Em fevereiro de 2020, o Embaixador do Brasil em Copenhague visitou novamente a Lituânia para participar da reunião dos chefes de missões diplomáticas com o presidente.

**Acordos em negociação**

Em 2008, a Lituânia propôs acordo para evitar a bitributação, mas, à época, a Secretaria da Receita Federal considerava que a baixa alíquota do imposto de renda praticada na Lituânia (15%) constituía tributação favorecida, o que impedia a negociação do acordo. Aparentemente, instruções normativas da SRF de 2010 e 2014 reviram as definições de tributação favorecida, de modo que o acordo talvez possa ser negociado. De qualquer modo, a Lituânia reapresentou proposta neste sentido, em janeiro de 2015. Ressalte-se, no entanto, que Brasil e Lituânia já dispõem de mecanismo, pela via de acordo com a União Europeia, para intercambiar informações tributárias.

Em maio de 2019, a Lituânia enviou ao Brasil contraproposta relativa ao texto do Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal. Em dezembro de 2019, foi informado ao lado lituano que o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) prontificava-se a participar de videoconferência para discussão do referido Acordo, ainda no primeiro bimestre de 2020, e aguardava definição quanto a possíveis datas.

Em setembro de 2018, foi assinado o Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas, em encontro bilateral à margem da 73ª AGNU. Em agosto de 2019, foi recebida nota verbal do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Lituânia que informa sobre a finalização dos procedimentos internos naquele país para a entrada em vigor do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas. Em setembro de 2019, o referido Acordo encontrava-se em tramitação interna no Brasil para envio ao Congresso Nacional.

**Comércio bilateral**

O comércio bilateral Brasil-Lituânia apresentou oscilações nos últimos 10 anos, mas tem sido, em geral, superavitário para o Brasil. A exceção foi 2018, quando as exportações somaram US$ 20,7 milhões (FOB) e as importações, US$ 36,4 milhões (FOB), levando a déficit brasileiro de US$ 15,7 milhões (FOB). Os principais produtos exportados, em 2019, foram: “tabaco,

descaulificado ou desnervado" (15%), "couro" (12%), "matérias brutas de animais" (9,4%), "polímeros de etileno, em formas primárias" (7,4%) e "produtos de perfumaria ou de toucador, exceto sabonetes" (6,4%). Os principais produtos importados, em 2019, foram: "adubos ou fertilizantes químicos - exceto fertilizantes brutos (39%), "equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios" (11%), "outras máquinas e equipamentos especializados para determinadas indústrias e suas partes" (10%), "aparelhos elétricos para ligação, proteção ou conexão de circuitos" (5,4%) e "demais produtos – indústria de transformação" (4,8%).

**Pedidos de autorização para exportar para o Brasil**

Nos últimos anos, a Lituânia apresentou demandas relativas à exportação dos seguintes produtos agropecuários para o Brasil: pescado, lácteos e trigo.

Com relação à autorização final para pescados e a concessão de licença para venda de produtos lácteos, foram entregues listas atualizadas de estabelecimentos lituanos habilitados a exportar os produtos acima mencionados. No tocante à avaliação de risco de pragas no trigo, o MAPA recentemente aceitou a possibilidade de exportação para o Brasil de trigo borrifado com fosfato, antiga demanda da Lituânia.

Cumpre mencionar que a Lituânia protocolou, ainda, pedidos de permissão de exportação de caracóis comestíveis. O lado lituano aguarda agendamento de missão de inspeção do MAPA para visita técnica às plantas de produção e processamento, condição essencial para a obtenção da certificação que o habilitará a exportar.

**MERCOSUL-UE**

Ainda durante o processo negociador, o Ministro da Agricultura Bronius Markauskas chegou a manifestar o apoio de seu país às negociações do acordo Mercosul-UE. Na ocasião, indicou que, apesar de sensibilidades em alguns produtos (em especial carnes e açúcar), Vilnius tem plena consciência da importância do mercado brasileiro para alguns setores em que o país se revela competitivo, sobretudo em produtos lácteos, pescados e frutos do mar. Mencionou, inclusive, a disposição lituana de explorar a possibilidade de, futuramente, exportar grãos e trigo ao Brasil. Similarmente, o ministro da Economia lituano, Virginijus Sinkevicius, afirmou que a Lituânia possui interesses ofensivos na área de lácteos, pescados e trigo.

**OCDE**

A Lituânia foi convidada a integrar a OCDE e tornar-se o seu 36º país-membro em maio de 2018. De acordo como o Chanceler Linas Linkevicius, seu país "já implementou as recomendações mais importantes para atender às diretrizes da OCDE, mas a participação na Organização, que continua sendo uma das vozes mais influentes na economia mundial, abre novas oportunidades e possibilidades". Nesse contexto, diplomatas da Delegação brasileira junto à OCDE, em Paris, e funcionários do Banco Central do Brasil realizaram missão a Vilnius, nos dias 13 e 14 de setembro de 2018, com vistas a trocar experiências sobre a acessão da Lituânia aos Códigos de Liberalização da OCDE.

**Assuntos e Serviços Consulares**

Em junho de 2008, o Governo brasileiro anuiu à criação do Consulado Honorário da República da Lituânia em Santana do Parnaíba-SP, com jurisdição sobre o Estado de São Paulo, excluída a cidade de São Paulo. O Governo brasileiro concedeu anuência à criação do Consulado-Geral em São Paulo em novembro de 2012. São Paulo é a segunda maior comunidade da diáspora lituana na América Latina, após Buenos Aires. Em janeiro de 2013,

houve anuência à abertura do Consulado Honorário lituano no Rio de Janeiro.

O Sr. Jaunius Gumbis foi designado Cônsul Honorário do Brasil em Vilnius, em 2011, e renovado na função em 2015.

O governo lituano possui consulados honorários em Rio de Janeiro, Guarujá e Santana de Parnaíba. Atualmente, somente o CH no Guarujá se encontra ativo. A decisão sobre a substituição dos titulares dos demais consulados honorários ainda não foi tomada.

**Cooperação cultural**

Na área cultural, em 2018, destacou-se a exibição da animação "Tito e os Pássaros", de Gustavo Steinberg, Gabriel Bitar e André Catoto, que representou o Brasil, na XIII edição do festival internacional de filmes infanto-juvenis de Vilnius, constituindo o quarto ano consecutivo em que o cinema nacional esteve presente no festival.

A mais recente tradução de obra brasileira para o lituano, com apoio da Fundação Biblioteca Nacional, foi “Max e os Felinos”, de Moacyr Scliar, em 2017.

Como resultado da pioneira colaboração entre o Museu Lasar Segall de São Paulo e o Museu Judaico Vilna Gaon de Vilnius, foi realizada, em novembro de 2019, na capital lituana, importante retrospectiva do artista Lasar Segall, a qual contou com apoio da Embaixada do Brasil em Copenhague.

## POLÍTICA INTERNA

A Lituânia foi a primeira república soviética ocupada a tornar-se independente da União Soviética e a recuperar a soberania, por meio de declaração de independência, em 11 de março de 1990. Após a restauração da independência, a nova constituição do país foi referendada, junto com eleições para o parlamento - o Seimas - em outubro de 1992.

A Lituânia constitui uma democracia parlamentar e é membro da União Europeia. A adoção do euro a partir de janeiro de 2015 foi, além de opção de política econômica, um compromisso com a União Europeia, pois a adesão também é considerada como uma ferramenta de ancoragem da Lituânia na Europa, em especial no atual momento da tensão com a Rússia. Em 2018, a Lituânia celebrou o centenário da adoção do Ato de Independência de 16 de fevereiro de 1918, bem como do término da Primeira Guerra Mundial.

O atual Presidente Gitanas Nauseda, que tomou posse em 12 de julho de 2019, foi eleito no segundo turno das eleições lituanas com pouco mais de 70% dos votos. Nauseda construiu carreira no setor financeiro e apresentou candidatura independente de partidos políticos. O Chefe de governo, no entanto, é o Primeiro-Ministro Saulius Skvernelis, do Partido Verde e dos Camponeses, que foi o grande vencedor das eleições parlamentares de 2016, mas que amargou terceiro lugar no primeiro turno das eleições presidenciais de maio de 2019. Fazem parte de seu programa de governo cinco áreas prioritárias: combate à pobreza e redução da desigualdade de renda por meio de maior apoio às famílias e aos jovens que buscam ingressar no mercado de trabalho; reforma educacional e incentivo à inovação, com vistas a aumentar a produtividade do trabalho; aperfeiçoamento do sistema tributário para aumentar a arrecadação e reduzir a economia informal; aumento da eficiência das atividades do setor público; e fortalecimento das empresas públicas.

## POLÍTICA EXTERNA

A política externa lituana é determinada pela fronteira terrestre com a Rússia (enclave de Kaliningrado), bem como pela memória dos diversos períodos de ocupação do país, em especial,

a soviética. Com a recuperação da soberania (proclamação de independência em 11 de junho de 1990), o país voltou-se para o Ocidente. O país é membro da União Europeia e da OTAN desde 2004.

O Parlamento da Lituânia aprovou, em 2016, resolução que define as prioridades de longo prazo da política externa lituana, a saber: atuação proativa no âmbito da UE e da OTAN, com o fortalecimento dos laços transatlânticos com os EUA; fortalecimento das relações com os países bálticos, nórdicos e com os outros países vizinhos; cooperação internacional ativa no âmbito da ONU, OSCE, Conselho Europeu e outras organizações internacionais; apoio às parcerias entre a UE e os países da Europa do Leste; estreitamento das relações entre o governo e as comunidades e organizações lituanas no exterior; e preparação para a entrada da Lituânia na OCDE, o que de fato ocorreu em julho de 2018.

O Secretário-Geral da OTAN, Jens Stoltenberg, elogiou o governo lituano por aumentar seu orçamento de defesa (tendo por meta 2% do PIB) e seus esforços para garantir a segurança da região báltica. A ex-Presidente Grybauskaite, por sua vez, saudou o fato de que o batalhão presente na Lituânia foi o primeiro nos países bálticos a estar completo e pronto para o combate.

Assim como os demais países bálticos, a Lituânia se beneficia do patrulhamento de seu espaço aéreo pelas forças de países da OTAN.

A Lituânia ocupou assento no CSNU em 2014-15, presidiu o ECOSOC em 2007 e participou, pela terceira vez, do Conselho Executivo da UNESCO, mandato 2015-19.

**Relações com os países bálticos**

Além de compartilharem diversos aspectos de seu passado recente, os três países bálticos são consideravelmente integrados, legado do período soviético. Infraestruturas de produção e transmissão de energia e a rede de transportes foram desenhadas para a região báltica como um todo. Os três países enfrentam dilemas semelhantes, tais como o tratamento à minoria russa, a escolha entre a Europa e a Rússia como parceiro para o desenvolvimento e o desafio da emigração maciça combinada a baixas taxas de natalidade.

Dos três países, a Lituânia possui a menor comunidade russa. A língua lituana é falada pela grande maioria da população e a identidade lituana é forte. Outra particularidade é que, diferentemente da Letônia e Estônia, em que a Reforma Protestante teve sucesso, a Lituânia manteve a maioria católica.

A percepção de uma identidade regional, calcada no passado e em desafios comuns do presente, não significa que os três países agem de modo unívoco. Mesmo de modo conjugado, os países bálticos não têm capacidade de investimento, escopo de mercado consumidor ou fatores de produção suficientes para desenvolverem sozinhos a região, de modo que, mesmo em questões de óbvio interesse regional, como defesa e energia, Lituânia, Letônia e Estônia acabam por tomar decisões individuais com parceiros fora da região. Se a relação com os demais países bálticos é prioridade da política externa lituana, a retórica é bem mais forte que os resultados.

Nessas condições, a relação entre os países nórdicos e bálticos assume papel relevante. Os países nórdicos reforçaram de forma definitiva os laços, ao terem sido os primeiros países ocidentais a reconhecer a independência - a Islândia, em fevereiro de 1991, foi o primeiro país a reconhecer a Lituânia independente - e a reabrir representações diplomáticas nos países bálticos. Desde então, os países nórdicos têm apoiado continuamente a integração báltica à União Europeia e à OTAN. Além disso, a cooperação entre os países das duas regiões tem avançado nos temas absolutamente prioritários na política externa lituana: segurança e energia.

O Ministro Linas Linkevicius, juntamente com os Chanceleres da Estônia e da Letônia, reuniu-se com o Secretário de Estado norte-americano, Rex Tillerson, em Washington, em março de 2017. Os ministros dos países bálticos agradeceram o governo norte-americano por seu apoio militar e comprometeram-se a aumentar seus gastos com defesa para 2% do PIB de suas respectivas economias.

Os presidentes dos parlamentos dos três países bálticos e da Polônia reuniram-se, em

Vilnius, e assinaram carta aberta para os chefes dos parlamentos dos outros estados-membros da UE, na qual se posicionaram contra a construção do gasoduto Nord Stream 2, cujo projeto prevê a conexão da Rússia com a Alemanha pelo Mar Báltico.

Durante sua estada em Bruxelas para participar de reunião do Conselho Europeu nos dias 22 e 23 de março de 2018, a ex-Presidente Grybauskaite assinou, juntamente com os líderes da Estônia, Letônia e Polônia, comunicado conjunto que estabelece o compromisso dos países bálticos de conectar suas redes de eletricidade com a Europa continental, via Polônia, até 2025.

O governo lituano se opôs à construção da usina nuclear de Astravets na Bielorrússia, alegando riscos à segurança do país. A ex-Presidente Gribauskaite solicitou à União Europeia que considerasse restringir a importação de energia daquela usina quando entrar em operação. O Ministro Linkevicius pediu ao Governo da Bielorrússia que sejam implementados os padrões de segurança da AIEA na construção da usina e que seja revista a decisão do Governo bielorrusso de rejeitar o estabelecimento de comissão de especialistas para analisar a implementação da Convenção de Espoo no país, a qual avalia o impacto ambiental transfronteiriço da construção de usinas nucleares. Líderes da maior parte dos partidos políticos da Lituânia chegaram a acordo, recentemente, para que a Lituânia não seja abastecida por eletricidade proveniente da referida usina. O líder do Partido Social-Democrata, Gintautas Paluckas, opôs-se a tal decisão, dizendo que não é pragmática para o país, mas recebeu críticas de membros do seu próprio partido.

Em 28 de junho de 2018, a Lituânia negociou acordo político no âmbito europeu para sua desconexão da rede elétrica (BRELL) que interliga o país a Belarus e à Rússia.

**Relações com a Rússia**

As relações com a Rússia são delicadas, não só pelo passado de dominação, mas também pela proximidade com o vizinho assertivo. A localização dos países bálticos torna-os estratégicos para a segurança nacional russa, particularmente no caso da Lituânia, que detém infraestruturas essenciais para a ligação entre a Rússia e o enclave de Kaliningrado. O envolvimento da Rússia na crise da Ucrânia, em especial a anexação da Crimeia e o alegado apoio militar russo aos separatistas, reforça a percepção lituana de que a Rússia seria ameaça à segurança nacional e regional.

As comunicações entre o enclave de Kaliningrado e a Rússia passam por 400 km de território lituano, o que tornou necessário estabelecer acordo de facilitação do trânsito de pessoas, após a adesão da Lituânia à União Européia e ao espaço de Schengen de movimento de pessoas.

A altíssima dependência energética da Lituânia à Rússia domina a agenda bilateral. O fechamento da usina nuclear de Ignalina, exigido pela UE, aumentou o grau da dependência, pois a Lituânia passou a importar algo entre 70 e 80% de sua demanda de eletricidade da Rússia, que já detém o monopólio do fornecimento de gás àquele país báltico.

Após a anexação da Crimeia, em março de 2014, a Lituânia sente-se cada vez mais intimidada pelas ações russas, na Ucrânia e na fronteira. A ex-Presidente Dalia Grybauskaite manteve estreita coordenação com os Estados Unidos e é solidária com a Ucrânia, além de preocupar-se com os exercícios militares russos próximos à fronteira. A Chefe de Estado lituana esforçou-se pessoalmente na aproximação da Ucrânia à Europa na negociação do tratado de livre comércio da Ucrânia com a UE. Ela se ressente da alegada passividade da UE perante a percebida agressividade russa. A solidariedade da Lituânia com a Ucrânia expressa-se na sequência de visitas de alto nível a Kiev.

Apesar de o governo lituano ter decidido expulsar três diplomatas russos do país na esteira do ataque a ex-espião russo na cidade inglesa de Salisbury, o primeiro-ministro Skvernelis pediu cautela na apuração das circunstâncias do incidente, pois, apesar da grande possibilidade de envolvimento do governo russo, não haveria nenhuma prova a esse respeito. Por conta de tal comentário, o PM lituano foi criticado por parte da oposição e da imprensa. Alguns políticos o acusaram, novamente, de ter laços políticos secretos com a Rússia, devido aos

negócios que suas empresas mantêm no mercado russo.

A Lituânia é signatária da carta aberta dos governantes bálticos contra a construção do gasoduto germano-russo Nord Stream II. Extremamente sensível à sua soberania reconquistada, a Lituânia não deixa de denunciar a violação da integridade territorial da Ucrânia pela Rússia e a agressão russa na região do Donbas, entre outras alegadas tentativas de desestabilizar o governo de Kiev e provocar instabilidade na Europa. O MNE Linkevicius reuniu-se, em 21 de junho de 2018, com o presidente Petro Poroshenko e participou, em 27/6, da Conferência Internacional sobre Reformas na Ucrânia, sediada em Copenhague. A ex-Presidente Grybuaskaite retornou a Kiev em 7 de dezembro, ocasião em que condenou a captura pela Rússia de embarcações navais ucranianas no estreito de Kerch.

O atual Presidente, Gitanas Nauseda, preconiza posicionamento um pouco menos conflitivo em relação ao governo russo.

**União Europeia**

A Lituânia, assim como as demais repúblicas bálticas, ressente-se do excesso de poder exercido pelos "países grandes" da UE na definição da agenda e na condução dos negócios comunitários. Haveria aspiração comum, nos bálticos, por maior reconhecimento internacional e busca de alternativas globais para setores, inclusive tecnológicos, nos quais possuem vantagens comparativas.

A nova realidade no contexto europeu decorrente do Brexit enfatizou a necessidade de maior cooperação e coordenação intra-europeia. Relatório da agência Standard & Poor's indicou que a Lituânia será bastante afetado pelo Brexit, tendo em vista que 1 entre 20 cidadãos do país vive e trabalha no Reino Unido. O Vice-Ministro das Finanças minimizou, no entanto, as conclusões do referido relatório, dizendo que a economia lituana não está tão interligada à britânica e que a diminuição na transferência de renda dos lituanos vivendo naquele país será menor do que a prevista no documento.

Com relação à negociação do orçamento comunitário pós-Brexit, o governo lituano advoga, entre outras prioridades, a importância do Fundo de Coesão, a integração energética e o desenvolvimento da infraestrutura de transportes.

## ECONOMIA

A Lituânia foi exitosa na transição para uma economia de mercado após a independência da URSS. O país seguiu as orientações da União Europeia e atualmente é considerado um bom ambiente de negócios e investimentos (11º no ranking "Ease of Doing Business" do Banco Mundial e 16º no ranking de "Liberdade Econômica" da Heritage Foundation, ambos de 2020).

Da mesma forma, o país apresenta bons resultados no índice de desenvolvimento humano (IDH) das Nações Unidas. De 1995 a 2018, o IDH lituano evoluiu de 0,696 para 0,858. Assim, a Lituânia ocupa o 35º lugar no ranking mundial do IDH e figura entre os países de alto desenvolvimento humano.

Em 1990, a participação dos setores da economia na composição do PIB era a seguinte: agricultura, 27,1%; indústria, 30,9%; e serviços, 42,1%. Em 2017, os percentuais estimados foram: agricultura, 3,5%; indústria, 29,4%; serviços, 67,2%. Dessa forma, houve perda considerável da importância relativa do setor agrícola e enorme avanço do setor de serviços, o que corresponde à crescente urbanização da população e aos investimentos estrangeiros, concentrados em serviços.

O setor industrial da Lituânia contraiu brutalmente após a desestruturação da economia soviética: entre 1992 e 1993, o produto industrial caiu 75%. Desde então, vem-se recuperando e,

entre 2000 e 2006, cresceu em média de 10% ao ano. Muitas indústrias são orientadas para a exportação. As principais são a metalúrgica, máquinas e ferramentas, têxtil, equipamentos elétricos, refino de petróleo, madeira e móveis, alimentos, fertilizantes, máquinas agrícolas, equipamento ótico e componentes eletrônicos.

A crise financeira de 2007-8 impactou, de modo sensível, o nível de emprego. O desemprego, que estava em 5,8% em 2008, mais que dobrou, tendo chegado a 13,89% em 2009 e a 17,8% em 2010. Desde então, o desemprego recuou para 6,3% em 2018.

O crescimento do PIB lituano foi de 4,1% em 2017; 3,4% em 2018; e 3,9% em 2019. Segundo o Banco Central da Lituânia, a economia lituana acelerou significativamente por conta do aumento da demanda interna e da atração de novos investimentos.

Com a recessão provocada pela pandemia de COVID-19, o governo da Lituânia anunciou plano de medidas econômicas e financeiras no montante de €5 bilhões (cerca de 10% do PIB), onde €1 bilhão deverá criar condições favoráveis para investimentos públicos e do setor privado. O Banco Central lituano avalia que as medidas deverão estimular a economia em 1,1% em 2020 e 1,5% em 2021. Contudo, o FMI estima queda no PIB lituano em 2020 em 8,1%.

# ANEXOS

## Cronologia Histórica da Lituânia

1230 - Lituânia surge sob a liderança do Duque Mindaugas, que unificou tribos lituanas contra os ataques dos Cavaleiros Teutônicos.

1323 – Vilnius é fundada pelo Grão-Duque Gediminas.

1569 - Lituânia e Polônia unem-se em um único estado, a União de Lublin.

1795 - A Commonwealth é desfeita e a Lituânia é anexada ao Império Russo.

1900 - Lituanos começam a emigrar em massa para escapar da perseguição czarista.

1915 - Lituânia ocupada pelas tropas alemãs durante a Primeira Guerra Mundial.

1918 – A Lituânia declarou independência, em 16 de fevereiro.

1939 - Em 23 de agosto, Joseph Stalin e Adolf Hitler concluíram o Pacto Molotov-Ribbentrop. A Lituânia, primeiramente atribuída à esfera de influência alemã, foi transferida em setembro para a da União Soviética.

1944 - Exércitos soviéticos reocupam a Lituânia no verão de 1944.

1989 - Em dezembro, o Partido Comunista Lituano rompeu com o Partido Comunista Soviético e tornou-se um partido independente.

1990 - Em 11 de março de 1990, foi proclamada a restauração da independência da Lituânia. Novo Gabinete de Ministros foi formado e adotou a Medida Provisória Fundamental do Estado.

1991 – Reconhecimento da independência da Lituânia.

1993 – A Lituânia juntou-se ao Conselho da Europa. A nova moeda nacional, litas, é introduzida.

1994 - A Lituânia juntou-se ao programa de Parceria para a Paz da OTAN e firmou Tratado de Amizade com a Polônia.

2004 - En 1º de maio, a Lituânia aderiu à União Europeia.

2004 – Em 29 de março, o país foi admitido na OTAN.

2007 - A Comissão Europeia recusou o pedido da Lituânia de adesão à zona do euro, em razão da taxa de inflação do país.

2008 - O Parlamento lituano ratificou o Tratado de Lisboa da UE.

2009 – Em maio, a comissária de orçamento da UE Dalia Grybauskaite, candidata independente, ganhou a eleição presidencial, com mais de 68% dos votos e tomou posse em julho.

2014 - A Presidente Dalia Grybauskaite reelegeu-se em 25 de maio.

2016 – O Partido Verde e dos Camponeses vence as eleições parlamentares e forma coalizão com o Partido Social-Democrata. Saulius Skvernelis torna-se Primeiro-Ministro.

2019 – Gitanas Nauseda toma posse, em 12 de julho, como novo Presidente da República da Lituânia.

## Cronologia das Relações Bilaterais

1920/30 - Desenvolveu-se comunidade lituana em São Paulo, estimada em 30 mil.

1921 - O Brasil reconheceu a Lituânia (e a Letônia e a Estônia).

1939 - O Brasil manteve acreditado o Embaixador lituano no Brasil, apesar da ocupação do país pela União Soviética.

1954 - A Lituânia mantinha apenas cinco legações no exterior, uma das quais, no Rio de Janeiro, além de um Consulado em São Paulo.

1961 - Estabelecimento de relações do Brasil com a URSS. O Governo de Jânio Quadros decidiu fechar as legações, no Brasil, dos três países bálticos. O Itamaraty autorizou os antigos cônsules a desempenhar algumas funções consulares.

1991 - O Brasil reconheceu a independência da Lituânia e restabeleceu as relações diplomáticas com aquele país.

1993 - A Embaixada do Brasil na Lituânia, cumulativa com a Embaixada em Copenhague, foi criada por decreto, em 5 de fevereiro de 1993.

1996 - O Presidente Algirdas Brazauskas visitou o Brasil, além de Argentina, Uruguai e Venezuela.

2002 - Visita de trabalho do Chanceler Celso Lafer à Lituânia, em novembro. Encontrou-se com o Presidente Valdas Adamkus. Firmou acordo bilateral de isenção de vistos.

2002 - Abertura da Embaixada da Lituânia em Buenos Aires, em caráter cumulativo com Brasília, Bogotá, Montevidéu, Caracas, Santiago e Quito.

2008 - Em julho, o Presidente Valdas Adamkus visitou o Brasil, Argentina, Uruguai e Chile. Avistou-se com o ex-Presidente Lula, com os Presidentes do Senado e da Câmara e do STF. Em São Paulo, proferiu palestra na FAAP – Fundação Armando Álvares Penteado, inaugurou seminário empresarial na FIESP e manteve encontros com a comunidade de descendentes de lituanos, no bairro de Vila Zelina. Na ocasião, foi assinado acordo de cooperação cultural.

2008 - Em dezembro, o Brasil reconheceu a Lituânia como economia de mercado, nos termos da OMC, junto com os demais países que aderiram à UE em 2004.

2009 - O acordo de isenção de vistos entrou em vigor em 13 de janeiro de 2009, após aprovação do Congresso brasileiro e promulgação do decreto presidencial correspondente.

2009 - Em 13 de maio, à margem da Reunião Ministerial União Europeia – Grupo do Rio, em Praga, o Secretário-Geral das Relações Exteriores manteve encontro bilateral com sua homóloga lituana.

2011 - Reunião de Consultas Políticas Bilaterais e assinatura do Memorando de Entendimento.

2011 - O Sr. Jaunius Gumbis foi designado Cônsul Honorário do Brasil em Vilnius.

2012 - A ex-Presidente Dalia Grybauskaitė participou, no Rio de Janeiro, da Conferência Rio+20, em junho de 2012. Co-presidiu mesa redonda no Segmento de Alto Nível da Conferência e tomou parte da "Cúpula de Mulheres Líderes", evento organizado pelo "ONU Mulheres".

2012 - A Embaixada da Lituânia em Buenos Aires, que acumulava a representação em Brasília, foi fechada em 31/12/2012.

2012 - O Governo brasileiro concedeu anuência à criação do Consulado-Geral em São Paulo.

2015 - Visita do Chanceler Linkevicius a Brasília, para encontro ministerial.

2016 - Visita do Vice-Chanceler lituano ao Ministério da Agricultura (MAPA).

2017 - Realização da IV Reunião de Consultas Políticas em Vilnius.

2017 - Encontro de chanceleres e assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Econômica Brasil-Lituânia, durante a 72ª AGNU.

2018 - Realização, em 17 de julho, da V Reunião de Consultas Políticas em Brasília.

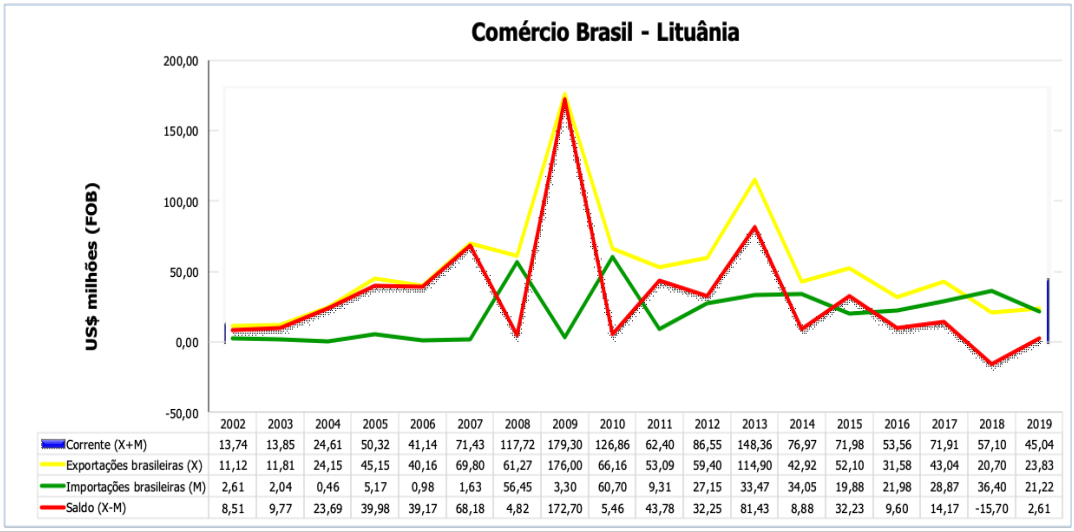
2018 - Encontro de chanceleres e assinatura do Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas Brasil-Lituânia, em 26 de setembro, durante a 73ª AGNU.

2019 - Retrospectiva do artista Lasar Segall no Museu Judaico Vilna Gaon de Vilnius, em parceria com o Museu Lasar Segall de São Paulo e o apoio da Embaixada do Brasil em Copenhague.

## Atos Bilaterais

| Título do Acordo | Outra Parte | Dt. Celeb. | Status |
|---|---|---|---|
| Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Lituânia. | Lituânia | 26/09/2018 | Tramitação MRE |
| Memorado de Entendimento Sobre Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Lituânia | Lituânia | 20/09/2017 | Em Vigor |
| Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Lituânia sobre Consultas Políticas | Lituânia | 11/04/2011 | Em Vigor |
| Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Lituânia sobre Cooperação na Área da Cultura | Lituânia | 16/07/2008 | Em Vigor |
| Acordo, por troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Lituânia sobre Isenção de Vistos | Lituânia | 04/11/2002 | Em Vigor |
| Tratado de Extradição entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Lituânia. | Lituânia | 28/09/1937 | Em Vigor |
| Acordo Comercial Provisório entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Lituânia. | Lituânia | 28/09/1937 | Denunciado |
| Acordo Comercial entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Lituânia. | Lituânia | 11/11/1932 | Em Vigor |

## Dados Econômico-Comerciais



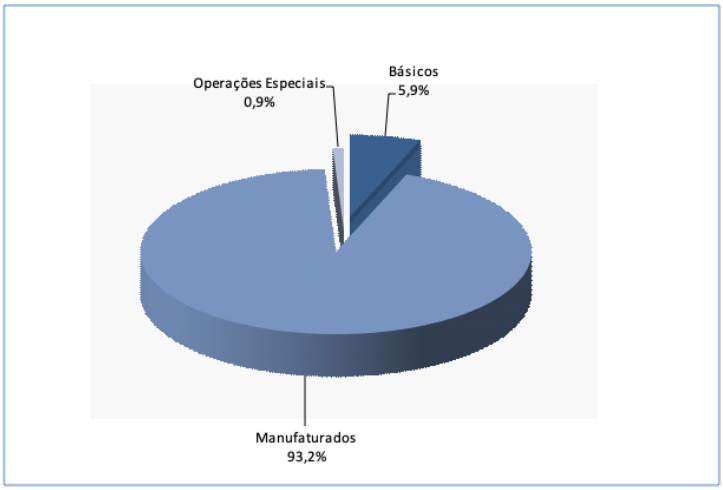

| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Corrente (X+M) | 13,74 | 13,85 | 24,61 | 50,32 | 41,14 | 71,43 | 117,72 | 179,30 | 126,86 | 62,40 | 86,55 | 148,36 | 76,97 | 71,98 | 53,56 | 71,91 | 57,10 | 45,04 |
| Exportações brasileiras (X) | 11,12 | 11,81 | 24,15 | 45,15 | 40,16 | 69,80 | 61,27 | 176,00 | 66,16 | 53,09 | 59,40 | 114,90 | 42,92 | 52,10 | 31,58 | 43,04 | 20,70 | 23,83 |
| Importações brasileiras (M) | 2,61 | 2,04 | 0,46 | 5,17 | 0,98 | 1,63 | 56,45 | 3,30 | 60,70 | 9,31 | 27,15 | 33,47 | 34,05 | 19,88 | 21,98 | 28,87 | 36,40 | 21,22 |
| Saldo (X-M) | 8,51 | 9,77 | 23,69 | 39,98 | 39,17 | 68,18 | 4,82 | 172,70 | 5,46 | 43,78 | 32,25 | 81,43 | 8,88 | 32,23 | 9,60 | 14,17 | -15,70 | 2,61 |

| 2019/2020 | Exportações brasileiras | Importações brasileiras | Corrente de comércio | Saldo |
|---|---|---|---|---|
| 2019 (jan-mar) | 7,32 | 3,05 | 10,37 | 4,27 |
| 2020 (jan-mar) | 5,13 | 3,27 | 8,40 | 1,86 |

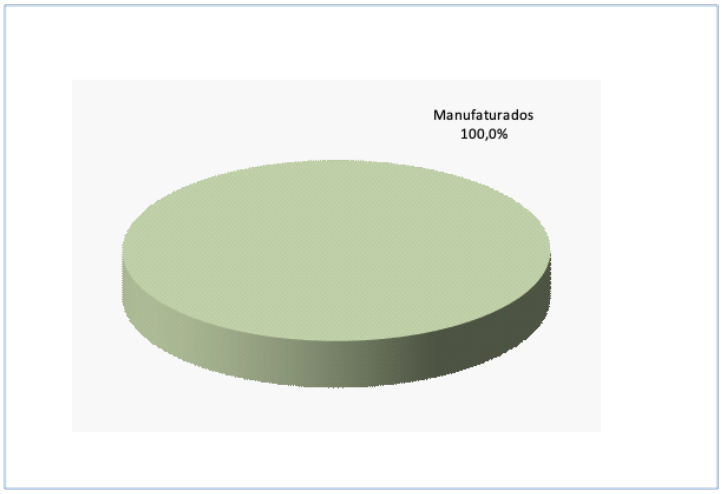
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Maio de 2020

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado**
**2019**

**Exportações**




**Importações**



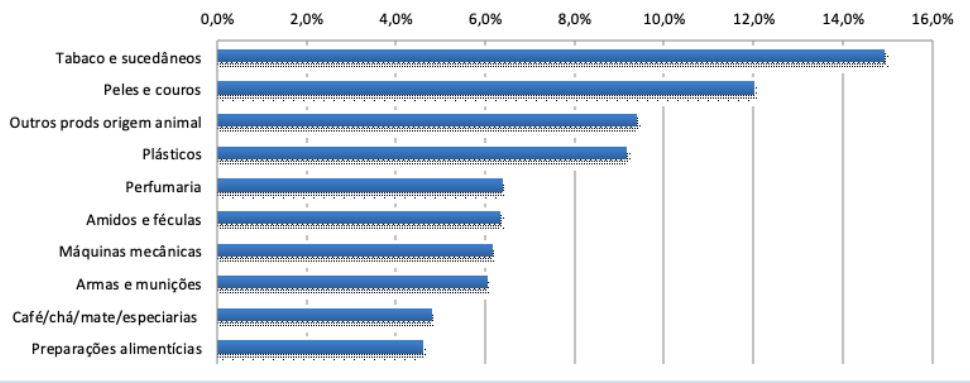

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Maio de 2020

**Composição das exportações brasileiras para Lituânia**
**US$ milhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Tabaco e sucedâneos | 5,05 | 11,7% | 1,21 | 5,8% | 3,56 | 14,9% |
| Peles e couros | 1,63 | 3,8% | 1,47 | 7,1% | 2,87 | 12,0% |
| Outros prods origem animal | 2,94 | 6,8% | 2,46 | 11,9% | 2,24 | 9,4% |
| Plásticos | 3,59 | 8,3% | 3 | 13,9% | 2,19 | 9,2% |
| Perfumaria | 0 | 0,0% | 0,72 | 3,5% | 1,53 | 6,4% |
| Amidos e féculas | 1,60 | 3,7% | 1,15 | 5,5% | 1,51 | 6,3% |
| Máquinas mecânicas | 0,18 | 0,4% | 2,45 | 11,8% | 1,47 | 6,2% |
| Armas e munições | 0,60 | 1,4% | 0,00 | 0,0% | 1,45 | 6,1% |
| Café/chá/mate/especiarias | 1,47 | 3,4% | 0,74 | 3,6% | 1,15 | 4,8% |
| Preparações alimentícias | 1,48 | 3,4% | 1,34 | 6,5% | 1,10 | 4,6% |
| **Subtotal** | **18,5** | **43,1%** | **14,4** | **69,6%** | **19,1** | **80,1%** |
| **Outros** | **24,5** | **56,9%** | **6,3** | **30,4%** | **4,7** | **19,9%** |
| **Total** | **43,0** | **100,0%** | **20,7** | **100,0%** | **23,8** | **100,0%** |

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Maio de 2020

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019**

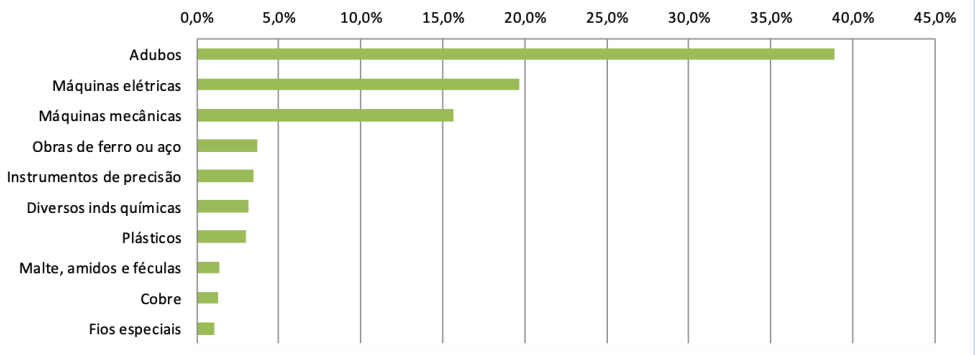


**Composição das importações brasileiras originárias de Lituânia**
**US$ milhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Adubos | 15,35 | 53,2% | 13,14 | 36,1% | 8,26 | 38,9% |
| Máquinas elétricas | 1,64 | 5,7% | 1,95 | 5,3% | 4,18 | 19,7% |
| Máquinas mecânicas | 0,66 | 2,3% | 0,95 | 2,6% | 3,33 | 15,7% |
| Obras de ferro ou aço | 5,50 | 19,1% | 1,78 | 4,9% | 0,79 | 3,7% |
| Instrumentos de precisão | 0,21 | 0,7% | 0,36 | 1,0% | 0,74 | 3,5% |
| Diversos inds químicas | 0,53 | 1,8% | 0,98 | 2,7% | 0,67 | 3,2% |
| Plásticos | 1,69 | 5,8% | 2,42 | 6,6% | 0,64 | 3,0% |
| Malte, amidos e féculas | 0,60 | 2,1% | 1,27 | 3,5% | 0,30 | 1,4% |
| Cobre | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,28 | 1,3% |
| Fios especiais | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,24 | 1,1% |
| **Subtotal** | **26,19** | **90,7%** | **22,84** | **62,7%** | **19,43** | **91,6%** |
| **Outros** | **2,68** | **9,3%** | **13,56** | **37,3%** | **1,79** | **8,4%** |
| **Total** | **28,87** | **100,0%** | **36,40** | **100,0%** | **21,22** | **100,0%** |

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Maio de 2020

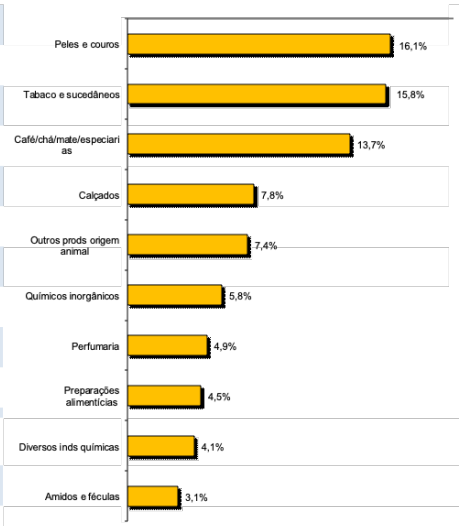
**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019**



**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**
**US$ milhões**

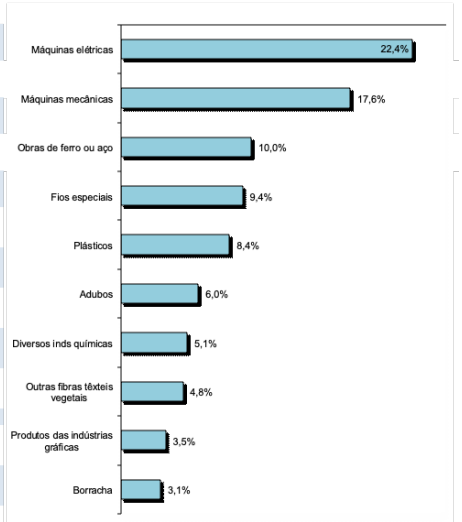
| Grupos de produtos (SH2) | 2019 (jan-mar) | Part. % no total | 2020 (jan-mar) | Part. % no total |
|---|---|---|---|---|
| **Exportações** | | | | |
| Peles e couros | 0,35 | 4,8% | 0,83 | 16,1% |
| Tabaco e sucedâneos | 2,05 | 28,0% | 0,81 | 15,8% |
| Café/chá/mate/especiarias | 0,27 | 3,7% | 0,70 | 13,7% |
| Calçados | 0,61 | 8,3% | 0,40 | 7,8% |
| Outros prods origem animal | 0,53 | 7,3% | 0,38 | 7,4% |
| Químicos inorgânicos | 0,10 | 1,4% | 0,30 | 5,8% |
| Perfumaria | 0,22 | 3,0% | 0,25 | 4,9% |
| Preparações alimentícias | 0,25 | 3,4% | 0,23 | 4,5% |
| Diversos inds químicas | 0 | 2,5% | 0,21 | 4,1% |
| Amidos e féculas | 0,378 | 5,2% | 0,16 | 3,1% |
| **Subtotal** | **4,94** | **67,5%** | **4,26** | **83,1%** |
| **Outros** | **2,38** | **32,5%** | **0,87** | **16,9%** |
| **Total** | **7,32** | **100,0%** | **5,1** | **100,0%** |

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2020**

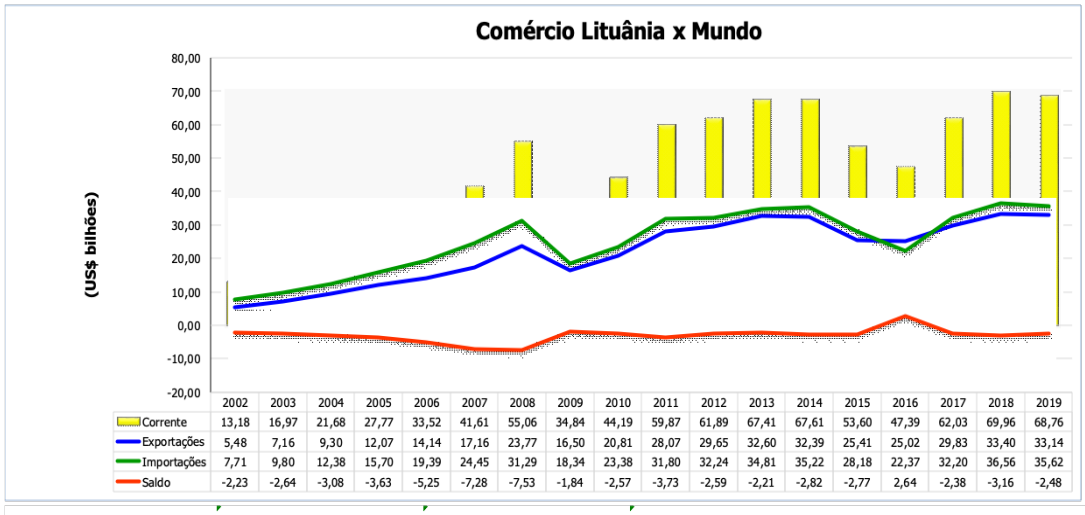



| Grupos de produtos (SH2) | 2019 (jan-mar) | Part. % no total | 2020 (jan-mar) | Part. % no total |
|---|---|---|---|---|
| **Importações** | | | | |
| Máquinas elétricas | 0,81 | 26,5% | 0,73 | 22,4% |
| Máquinas mecânicas | 0,49 | 16,2% | 0,58 | 17,6% |
| Obras de ferro ou aço | 0,19 | 6,2% | 0,33 | 10,0% |
| Fios especiais | 0 | 0,0% | 0,31 | 9,4% |
| Plásticos | 0,46 | 15,2% | 0,27 | 8,4% |
| Adubos | 0,32 | 10,4% | 0,20 | 6,0% |
| Diversos inds químicas | 0,08 | 2,6% | 0,17 | 5,1% |
| Outras fibras têxteis vegetais | 0,09 | 2,9% | 0,16 | 4,8% |
| Produtos das indústrias gráficas | 0 | 0,0% | 0,11 | 3,5% |
| Borracha | 0,02 | 0,6% | 0,10 | 3,1% |
| **Subtotal** | **2,5** | **80,6%** | **2,95** | **90,2%** |
| **Outros produtos** | **0,59** | **19,4%** | **0,32** | **9,8%** |
| **Total** | **3,05** | **100,0%** | **3,27** | **100,0%** |

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2020**




Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Maio de 2020




| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Corrente | 13,18 | 16,97 | 21,68 | 27,77 | 33,52 | 41,61 | 55,06 | 34,84 | 44,19 | 59,87 | 61,89 | 67,41 | 67,61 | 53,60 | 47,39 | 62,03 | 69,96 | 68,76 |
| Exportações | 5,48 | 7,16 | 9,30 | 12,07 | 14,14 | 17,16 | 23,77 | 16,50 | 20,81 | 28,07 | 29,65 | 32,60 | 32,39 | 25,41 | 25,02 | 29,83 | 33,40 | 33,14 |
| Importações | 7,71 | 9,80 | 12,38 | 15,70 | 19,39 | 24,45 | 31,29 | 18,34 | 23,38 | 31,80 | 32,24 | 34,81 | 35,22 | 28,18 | 22,37 | 32,20 | 36,56 | 35,62 |
| Saldo | -2,23 | -2,64 | -3,08 | -3,63 | -5,25 | -7,28 | -7,53 | -1,84 | -2,57 | -3,73 | -2,59 | -2,21 | -2,82 | -2,77 | 2,64 | -2,38 | -3,16 | -2,48 |

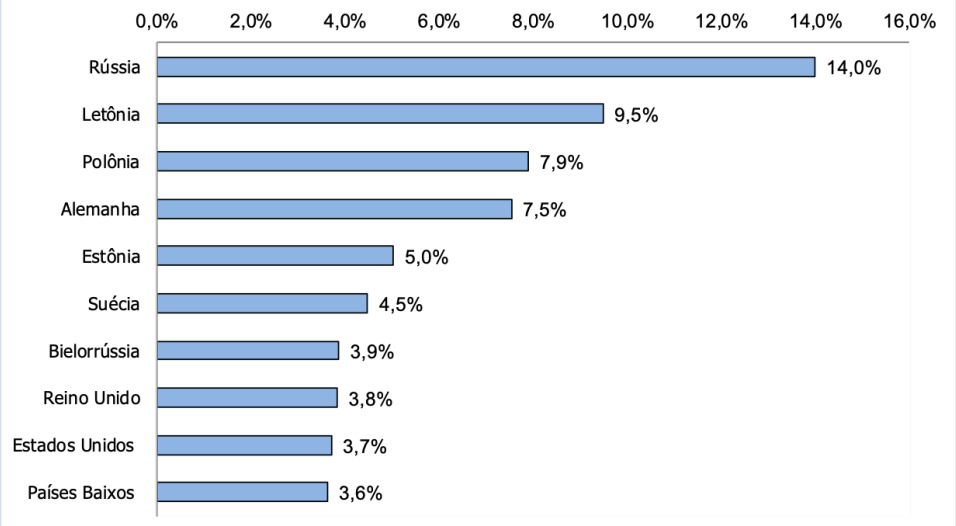
Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020

**Principais destinos das exportações de Lituânia**
**US$ bilhões**

| Países | 2019 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Rússia | 4,64 | 14,0% |
| Letônia | 3,14 | 9,5% |
| Polônia | 2,62 | 7,9% |
| Alemanha | 2,50 | 7,5% |
| Estônia | 1,67 | 5,0% |
| Suécia | 1,49 | 4,5% |
| Bielorrússia | 1,28 | 3,9% |
| Reino Unido | 1,27 | 3,8% |
| Estados Unidos | 1,23 | 3,7% |
| Países Baixos | 1,20 | 3,6% |
| ... | | |
| Brasil (67º lugar) | 0,019 | 0,1% |
| | | |
| **Subtotal** | **21,06** | **63,5%** |
| **Outros países** | **12,08** | **36,5%** |
| **Total** | **33,14** | **100,0%** |

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020

**10 principais destinos das exportações**

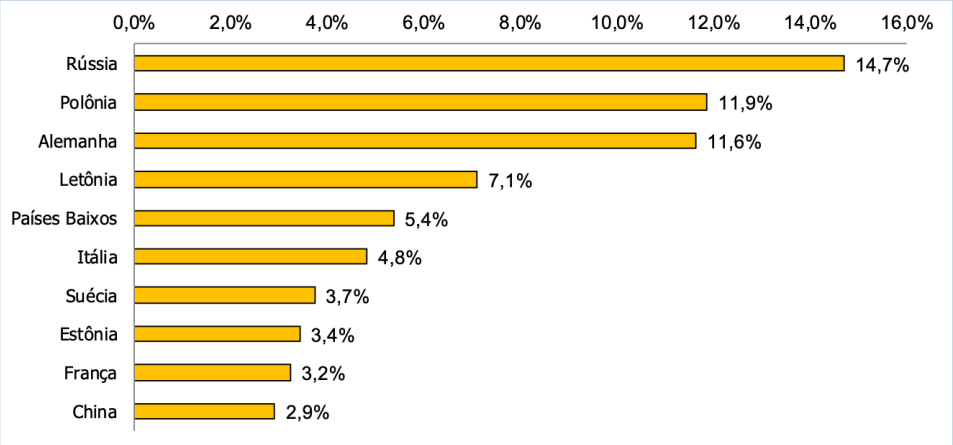


**Principais origens das importações de Lituânia**
**US$ bilhões**

| Países | 2019 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Rússia | 5,24 | 14,7% |
| Polônia | 4,23 | 11,9% |
| Alemanha | 4,15 | 11,6% |
| Letônia | 2,53 | 7,1% |
| Países Baixos | 1,92 | 5,4% |
| Itália | 1,72 | 4,8% |
| Suécia | 1,33 | 3,7% |
| Estônia | 1,22 | 3,4% |
| França | 1,15 | 3,2% |
| China | 1,04 | 2,9% |
| ... | | |
| Brasil (49º lugar) | 0,03 | 0,1% |
| | | |
| **Subtotal** | **24,55** | **68,9%** |
| **Outros países** | **11,07** | **31,1%** |
| **Total** | **35,62** | **100,0%** |

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020

**10 principais origens das importações**

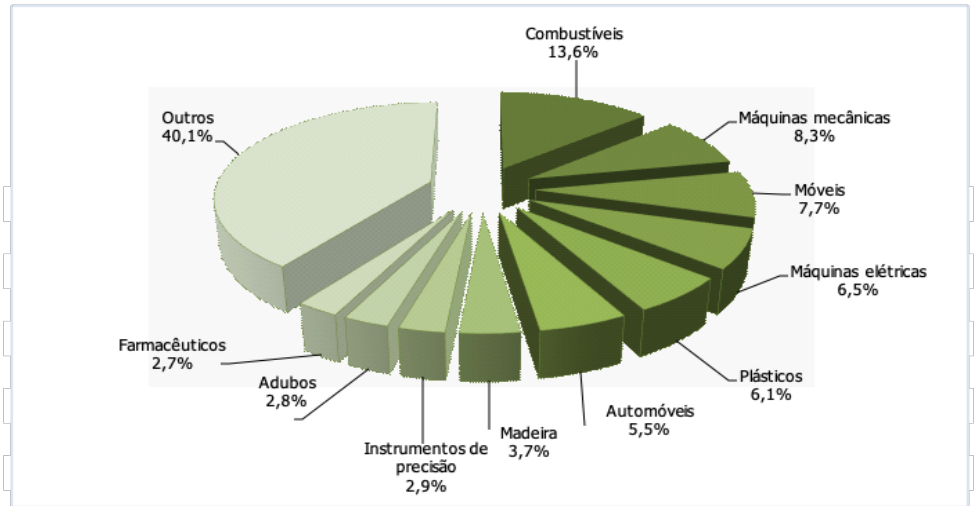


**Composição das exportações de Lituânia**
**US$ bilhões**

| Grupos de Produtos (SH2) | 2019 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Combustíveis | 4,49 | 13,6% |
| Máquinas mecânicas | 2,74 | 8,3% |
| Móveis | 2,56 | 7,7% |
| Máquinas elétricas | 2,16 | 6,5% |
| Plásticos | 2,04 | 6,1% |
| Automóveis | 1,83 | 5,5% |
| Madeira | 1,24 | 3,7% |
| Instrumentos de precisão | 0,95 | 2,9% |
| Adubos | 0,94 | 2,8% |
| Farmacêuticos | 0,90 | 2,7% |
| | | |
| **Subtotal** | **19,84** | **59,9%** |
| **Outros** | **13,30** | **40,1%** |
| **Total** | **33,14** | **100,0%** |

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020.

**10 principais grupos de produtos exportados**

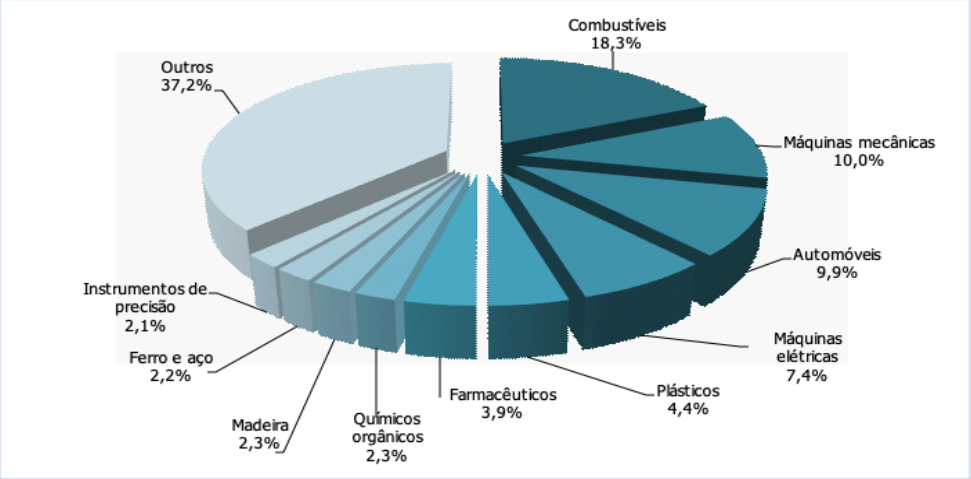


**Composição das importações de Lituânia**
**US$ bilhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2019 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Combustíveis | 6,53 | 18,3% |
| Máquinas mecânicas | 3,58 | 10,0% |
| Automóveis | 3,52 | 9,9% |
| Máquinas elétricas | 2,63 | 7,4% |
| Plásticos | 1,56 | 4,4% |
| Farmacêuticos | 1,39 | 3,9% |
| Químicos orgânicos | 0,81 | 2,3% |
| Madeira | 0,80 | 2,3% |
| Ferro e aço | 0,78 | 2,2% |
| Instrumentos de precisão | 0,77 | 2,1% |
| | | |
| **Subtotal** | **22,36** | **62,8%** |
| **Outros** | **13,26** | **37,2%** |
| **Total** | **35,62** | **100,0%** |

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020

**10 principais grupos de produtos importados**



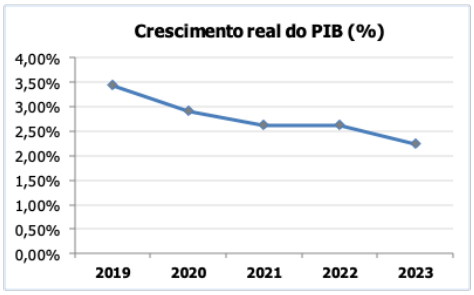
**Principais indicadores socioeconômicos de Lituânia**

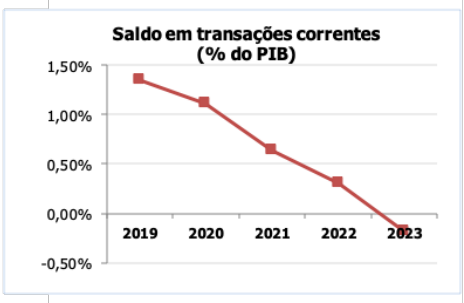
| Indicador | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|
| Crescimento real do PIB (%) | 3,45% | 2,92% | 2,63% | 2,62% | 2,23% |
| PIB nominal (US$ bilhões) | 53,32 | 54,24 | 57,60 | 60,87 | 64,20 |
| PIB nominal "per capita" (US$) | 19.143 | 19.749 | 21.271 | 22.797 | 24.385 |
| PIB PPP (US$ bilhões) | 30.956,56 | 32.312,11 | 33.632,11 | 35.004,10 | 36.291,14 |
| PIB PPP "per capita" (US$) | 34.826 | 36.997 | 39.313 | 41.767 | 44.199 |
| População (milhões habitantes) | 2,79 | 2,75 | 2,71 | 2,67 | 2,63 |
| Desemprego (%) | 6,30% | 6,25% | 6,20% | 6,15% | 6,05% |
| Inflação (%)(2) | 1,76% | 2,26% | 2,32% | 2,36% | 2,47% |
| Saldo em transações correntes (% do PIB) | 1,35% | 1,12% | 0,64% | 0,30% | -0,19% |
| Dívida externa (US$ bilhões) | | | | | |
| Câmbio ( Lari / US$)(2) | | | | | |

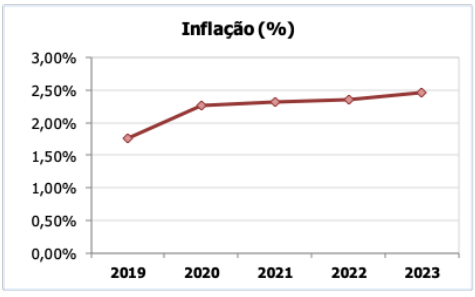
Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2019, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2020 e da Cia.gov/World Factbook.

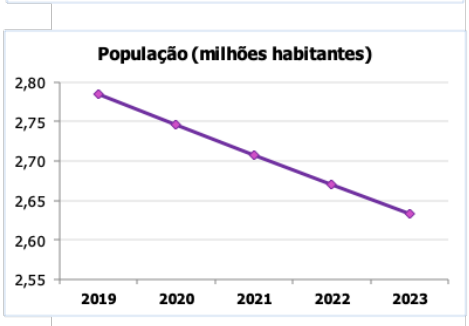
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



**EMBAIXADA JUNTO AO REINO DA DINAMARCA E JUNTO À REPÚBLICA DA LITUÂNIA**

**RELATÓRIO SIMPLIFICADO DE GESTÃO**

**EMBAIXADOR CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS**

Apresento, a seguir, relatório simplificado de minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Copenhague, que teve início em setembro de 2015.

2. O posto abrange a Dinamarca e os territórios autônomos do Reino (Groenlândia e Ilhas Féroe, os quais visitei oficialmente em 2017 e 2019, respectivamente) e a República da Lituânia.

## I – Política interna

3. Ao assumir a chefia do posto, a Dinamarca havia recentemente concluído eleições para o Folketing (parlamento local), as quais culminaram com a vitória do líder do Partido Liberal, Lars Løkke Rasmussen, que já havia ocupado o cargo de abril de 2009 a outubro de 2011. Nas recentes eleições parlamentares (05/06/2019), no entanto, foi a vez do Partido Social Democrata (SD) voltar ao comando do país. Com o resultado, Mette Frederiksen tornou-se a atual primeira-ministra do Reino da Dinamarca.

4. Apesar do apoio das demais legendas do chamado "bloco vermelho", a PM optou por formar governo de minoria, contando apenas com integrantes da sua própria legenda. Cumpre notar que, em anos recentes, o SD passou a adotar postura cada vez mais restritiva em relação ao tema da imigração, aproximando-se, em muitos pontos, do Partido do Povo Dinamarquês (PPD), do "bloco azul" e outrora detentor do segundo maior número de assentos no Folketing. No que diz respeito à economia, o SD situa-se, hoje, mais próximo ao centro, embora defenda as medidas que reforçam o estado do "bem-estar social".

5. A questão ambiental e a mudança do clima foram importantes plataformas políticas dos social-democratas nas eleições de 2019. A ambiciosa meta da atual administração é a de reduzir as emissões dinamarquesas em 70% até 2030, com relação ao ano de 1990.

6. Por ocasião da pandemia global de COVID-19, a Dinamarca foi um dos primeiros países europeus a adotar medidas de distanciamento social obrigatórias, em 13 de março de 2020, e também um dos primeiros a iniciar o processo de reabertura.

## II - Conjuntura econômica

7. A Dinamarca tem uma economia sólida, com excelentes indicadores de renda, desenvolvimento humano e competitividade. A economia é movida por indústrias modernas, por um setor agrícola que emprega alta tecnologia e, principalmente, pelo comércio exterior. Algumas das empresas do país estão entre as líderes mundiais em setores como o farmacêutico, de infraestrutura e logística marítimas e de energia renovável.

8. Desde a crise de 2008-2009, a economia dinamarquesa tem crescido de forma lenta, porém relativamente constante. Em 2018, o PIB cresceu 2,4% e em 2019, também 2,4%. Com a pandemia de COVID-19, há previsão de queda do PIB da ordem de 6,5% em 2020. Não obstante, algumas pesquisas apontam que o país foi um dos menos afetados na Europa pelos efeitos econômicos adversos da pandemia (e.g. desemprego e falência de empresas).

9. A importância do intercâmbio internacional para o país, que depende da importação de matérias-primas e que tem na Maersk – grupo de transporte marítimo e energia – a sua maior empresa privada, traduz-se em sua defesa tradicional do livre comércio e no apoio que a Dinamarca conferiu ao acordo Mercosul-UE. Com efeito, a Dinamarca é altamente dependente do comércio exterior para venda de sua produção e prestação de serviços (o setor externo responde por 55% do PIB). Em 2019, a Alemanha foi o seu principal parceiro comercial (exportações + importações), seguida de Suécia, EUA, Países Baixos, China, Noruega, Reino Unido e França.

10. O governo dinamarquês consegue manter uma estratégia comercial razoavelmente equilibrada e consistente com a liberalização crescente do intercâmbio de bens, tanto agrícolas quanto industriais. Os segmentos de carne suína, embutidos e produtos lácteos são competitivos e têm interesses ofensivos também nos mercados dos países do Mercosul, em especial no Brasil.

11. A pauta das exportações é composta, majoritariamente, por medicamentos, peças de turbinas eólicas, petróleo, peles e alimentos, e a de importações, por medicamentos, petróleo, veículos e produtos eletrônicos. Na Dinamarca estão sediadas empresas industriais de renome mundial, entre as quais: Maersk (petróleo, gás, transportes marítimos, terminais, energia "offshore"), Novo Nordisk (produtos farmacêuticos), Novozymes (enzimas), Vestas (energia eólica), Carlsberg (cervejaria), Danfoss (válvulas hidráulicas), Grundfos (compressores), Lego (brinquedos), Bang & Olufsen (equipamentos audiovisuais), FLSmidth (cimento) e Pandora (jóias).

**III – Prioridades da política externa dinamarquesa**

12. São prioridades para a política externa dinamarquesa os temas do livre comércio, imigração, mudança do clima e desenvolvimento sustentável, além do Ártico, em especial no que se refere aos territórios autônomos do Reino da Dinamarca, a Groenlândia e as Ilhas Féroe (região ártica estendida).

13. Nessa linha, o governo dinamarquês elaborou estratégia de política externa e de segurança para os anos 2019-2020, com foco em: sistema internacional baseado em regras, União Europeia, fluxo migratório, diplomacia econômica, segurança e região ártica. O documento resumiu as prioridades do país no âmbito internacional e listou as principais iniciativas projetadas para o biênio. Tradicionalmente, a Dinamarca tem como seus principais foros de atuação a União Europeia e a OTAN. O país também tem importante atuação na área humanitária e de ajuda ao desenvolvimento, sobretudo na África e no Oriente Médio.

14. Foram destaques da política externa dinamarquesa, recentemente, a ênfase conferida à Parceria para o Crescimento Verde e os Objetivos Globais 2030 - P4G, que alia preocupações ambientais ao interesse privado, e à chamada "TechPlomacy", que abrange todos os esforços de cooperação com países, organizações internacionais e empresas multinacionais na área digital e de TI.

15. Não obstante eventuais divergências com a administração Trump, a Dinamarca reconhece a importância dos EUA para a defesa europeia, sobretudo em face da política externa russa, considerada como agressiva e deletéria aos seus interesses. Tanto assim que relatório do "think-tank" Atlantic Council, recentemente, avaliou como muito positiva a cooperação EUA-Dinamarca na área de defesa, qualificando Copenhague como aliado leal e estável de Washington em um contexto global de mudanças. De acordo com o relatório, a Dinamarca tem, constantemente, contribuído para a defesa coletiva em proporções maiores do que seria esperado para o tamanho do país, participando de forma ativa de operações militares (e.g. Iraque, Afeganistão, Chifre da África e Mali) em que pese a decisão, tomada ainda na administração Rasmussen, de aumentar os gastos com defesa do país para apenas 1,5% do PIB, contrariando a expectativa da administração Trump de 2,0% do PIB.

16. Similarmente ao governo Liberal predecessor, a atual administração dinamarquesa também é favorável à integração regional europeia. Com uma população de apenas 5,7 milhões de habitantes e com vantagens competitivas em algumas áreas específicas (logística de transportes marítimos, indústria farmacêutica, equipamentos de geração de energia eólica, entre outros), a Dinamarca, em geral, defende a ampliação de acordos comerciais da UE com outras grandes regiões. Nesse contexto, cabe observar a postura positiva em relação ao Acordo Mercosul-UE. Ressalte-se, ainda, a grande notoriedade alcançada pela Comissária Europeia para Concorrência, a dinamarquesa Margrethe Vestager, que chegou a ser considerada para assumir a presidência da Comissão e hoje ocupa uma das vice-presidências.

17. No campo multilateral, a Dinamarca confere grande importância à modernização das Nações Unidas, do Banco Mundial e do FMI, de modo que esses organismos promovam a nova agenda de desenvolvimento sustentável de maneira mais adequada, em parceria com atores estatais e não estatais. Cumpre mencionar, ainda, o ingresso do país no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, mandato 2019-2021, o qual contou com o apoio do Brasil. A Dinamarca prioriza a reforma institucional do órgão, o combate à tortura, a promoção dos direitos da mulher e da menina e o acompanhamento criterioso de países onde há descumprimento persistente dos direitos humanos.

**IV - Relações Brasil-Dinamarca**

18. Brasil e Dinamarca possuem importantes laços de amizade e cooperação. As relações entre os dois países são históricas (a abertura da primeira legação diplomática brasileira na Dinamarca data de 1828) e desenvolvem-se de maneira amistosa, sem contenciosos. Há diversos acordos firmados em matéria de cooperação, comércio, investimentos, energia, meio ambiente e saúde. Ambos países compartilham valores no plano multilateral e em negociações comerciais. Pode-se dizer, ainda, que o interesse dinamarquês no Brasil é marcado pelo pragmatismo, principalmente no âmbito comercial.

19. Durante minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Copenhague, foram celebrados vários instrumentos importantes do relacionamento bilateral:

- assinatura, em 2016, de Memorando de Entendimento na área de gestão pública entre o MPOG e o Ministério de Negócios e Crescimento Econômico da Dinamarca, o qual formaliza

cooperação nas áreas de inovação e informação digital, com vistas ao desenvolvimento no Brasil de projetos para aumentar a eficiência e a transparência do serviço público;

- assinatura, em 2016, entre a ANVISA e os ministérios da Saúde do Brasil e da Dinamarca de Programa de Cooperação Setorial Estratégica bilateral para apoiar a gestão eficiente da saúde no Brasil;

- estabelecimento, em 2016, de Plano de Cooperação Setorial Estratégica entre Brasil e Dinamarca para Apoiar a Gestão Eficiente da Saúde no Brasil;

- assinatura, em 2017, de Memorando de Entendimento entre o Instituto Nacional Brasileiro de Propriedade Industrial (INPI) e o "Danish Patent and Trademark Office" (DKPTO);

- entrada em vigor, em 2019, do Protocolo Alterando a Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação entre os Governos do Brasil e da Dinamarca;

- assinatura, em 2019, de Memorando de Entendimento entre a Embaixada da Dinamarca no Brasil e o Ministério da Economia sobre Transformação Digital.

**IV.1 – Visitas e diálogo político bilateral**

20. O ano de 2016 foi marcado por agenda intensa de visitas e diálogo bilateral, especialmente no contexto da realização dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Na ocasião, a Dinamarca contou com uma de suas maiores exposições no exterior, tendo visitado o Brasil membros da casa real (príncipe-herdeiro Frederik e princesa Mary, príncipe Joachim e princesa Marie), três ministros de governo (Negócios Estrangeiros, Cultura e Assuntos Eclesiásticos - também responsável pelos Esportes - e Negócios e Crescimento), além do prefeito de Copenhague, Frank Jensen, e delegações empresariais e parlamentares.

21. Foi possível, ainda, viabilizar reunião entre os chanceleres José Serra e Kristian Jensen, que mantiveram proveitoso diálogo bilateral, em Brasília.

22. Nos Jogos Olímpicos, a Dinamarca contou com pavilhão de exposições na praia de Ipanema, intitulado "Coração da Dinamarca". O espaço de 300 m² abrigou eventos culturais e exposições de empresas dinamarquesas, com foco em temas como design, arquitetura, inovação, ciclismo e soluções ambientalmente sustentáveis para a indústria e a vida urbana, com ênfase na geração de eletricidade por fonte de energia eólica. Algumas das maiores empresas dinamarquesas com atuação no mercado brasileiro, como Maersk, Danfoss, Grundfos, Novo Nordisk, Coloplast e Vestas, também realizaram seminários no referido espaço. Além do "Coração da Dinamarca", foi montado pavilhão de 75 $m^2$ da Lego com atrações voltadas para o público infantil.

23. Ainda em 2016, visitou Copenhague delegação composta por membros do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS), do Instituto Nacional de Câncer (INCA) e da Prefeitura de São Paulo, para conhecer o sistema de saúde pública da Dinamarca, especialmente no que concerne à utilização da telemedicina para atendimento de pacientes à distância, ao sistema de atendimento familiar e à assistência a idosos. Também naquele ano, houve missão do IBAMA a esta capital, para conhecer a experiência dinamarquesa na utilização do software QGIS, de geoprocessamento.

24. Em 2017, recebi o secretário-executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que veio conhecer o "European Spallation Source", co-sediado pela Dinamarca e Suécia. Delegação do INPI realizou visita de trabalho ao "Danish Patent and Trademark Office" (DKPTO) e participou de mesa-redonda com empresas dinamarquesas.

25. Em 2018, recepcionei o ministro do Turismo do Brasil, que visitou Copenhague acompanhado de comitiva da cidade de Florianópolis e de Secretário de Estado do Turismo do Estado do Ceará. Na ocasião, a Embaixada prestou apoio ao ministro no contato com os interlocutores dinamarqueses. Delegações oficiais participaram da 26ª Conferência Europeia sobre Biomassa (EUBCE), da 9ª Reunião Ministerial sobre Energia Limpa (CEM-9) e da 3ª Missão sobre Inovação (MI-3).

26. Ao longo de 2019, mantive várias reuniões com o secretário de Estado para Política Externa da Dinamarca, Embaixador Jonas Liisberg, para gestões relacionadas com o ingresso do Brasil na OCDE, o apoio à aprovação do Acordo Mercosul-UE e a visita do secretário ao Brasil, em abril daquele ano. Na ocasião, Liisberg foi recebido pelo secretário, interino, para Oriente Médio, Europa e África do MRE. Entre outros temas foi ressaltado que a agenda bilateral não deve se limitar a comércio, além do potencial de cooperação com o Brasil em diversos âmbitos, como pesquisa, saúde e governo eletrônico. Também foi mencionada a necessidade de fortalecer laços políticos e valores compartilhados, bem como a cooperação cultural.

27. O ano de 2019 contou, ainda, com a visita do navio veleiro "Cisne Branco", comandado pelo capitão de mar-e-guerra Adriano Batista, aos portos de Aalborg (julho) e Aarhus (agosto), como parte da "Tall Ship Races 2019". Por ocasião da visita, organizei, em agosto, mesa-redonda bilateral sobre cooperação marítima e polar, a bordo da embarcação, com a participação, pelo lado brasileiro, do secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), do capitão do "Cisne Branco e de pesquisadores da UnB, e, pelo lado dinamarquês, de representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Ministério da Defesa, da Autoridade Marítima, da Associação de Armadores ("Danish Shipping") e da Universidade de Aarhus.

**IV.2 – Gestões em favor de candidaturas ou temas de interesse brasileiro**

28. Durante a minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Copenhague realizei diversas gestões junto a autoridades da Dinamarca e da Lituânia (cumulatividade do Posto) para o apoio às negociações do Acordo Mercosul-UE e à entrada do Brasil na OCDE.

29. Realizei igualmente gestões em favor de diversas candidaturas brasileiras, como para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU, o Conselho Executivo da UNESCO e o Tribunal Internacional do Direito do Mar (ITLOS), a Organização Internacional do Mar (IMO), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Comissão do Serviço Público Internacional (ICSC), a Associação Internacional de Seguridade Social (AISS), a Corte Internacional de Justiça (ICJ), a União Internacional de Telecomunicações (ITU), o Conselho da Organização Civil Internacional (OACI), o Codex Alimentarius (CAC), a Interpol, o Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial (CERD), o Santuário de Baleias do Atlântico Sul, a Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLCS), a Organização Hidrográfica Internacional (OHI), a Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPCW), o Comitê Consultivo para Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ), o Comitê de

Contribuições das Nações Unidas (COC), a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), o Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW), Conselho de Operações Postais (COP) da União Universal (UPU), Tribunal Penal Internacional (TPI).

30. De modo geral, pode-se dizer que tanto a Dinamarca quanto a Lituânia têm-se mostrado sensíveis aos pleitos nacionais, apoiando-os em boa parte dos casos.

**IV.3 – Relações econômico-comerciais**

31. O relacionamento econômico entre o Brasil e a Dinamarca tem na atração de investimentos sua principal vocação. A maior parte do comércio bilateral ocorre intrafirma, especialmente no setor de saúde e de produtos farmacêuticos, como a insulina e seus derivados.

32. Estão presentes no Brasil cerca de 140 empresas dinamarquesas, de acordo com levantamento do Conselho de Comércio da Dinamarca. Os dinamarqueses almejam expandir sua carteira de investimentos no Brasil, bem como o comércio, razão pela qual contam, em São Paulo, com escritório acoplado ao Consulado, voltado para a atração de investimentos dinamarqueses e para a expansão de sua presença em mercados considerados estratégicos. Como parte desse interesse, a Dinamarca mantém uma incubadora de empresas, pela qual empresários dinamarqueses interessados no mercado brasileiro podem, em período de até dois anos, contar com a assessoria de assistentes técnicos contratados localmente, avaliar as oportunidades de abertura de novos negócios, desenvolver pesquisas de mercado e conhecer a economia brasileira "in loco".

33. Em anos recentes, várias empresas dinamarquesas expandiram seus negócios no País. Como exemplos, tem-se a ISS, empresa de serviços terceirizados, que dobrou a captação de novos negócios no mercado nacional; a rede de bijouterias Pandora, que abriu 34 novas lojas no Brasil; e a Vestas, que investiu 100 milhões de reais em sua primeira fábrica de turbinas e naceles para a geração de energia eólica em Aquiraz, Ceará, inaugurada em 2016. Em 2017, a Maersk, maior empresa dinamarquesa e principal transportadora de cargas do mundo, adquiriu a Hamburg Süd, consolidando sua liderança no transporte marítimo de mercadorias exportadas pelo Brasil para a Europa e na cabotagem comercial entre países do Mercosul. Em 2018, a Novo Nordisk, primeira fabricante mundial de insulina, recebeu autorização para comercializar no Brasil o produto de sua planta ultramoderna localizada em Montes Claros, Minas Gerais.

34. Em agosto de 2018, apoiei a Embraer, que, em parceria com a Associação Dinamarquesa das Indústrias de Defesa e Segurança (FAD), realizou seminário de negócios na sede da Confederação das Indústrias Dinamarquesas ("Danske Industri"). O seminário teve a participação de representantes de diversas empresas e organizações atuantes na área e contou com dois segmentos: i) o seminário propriamente dito, com intervenções do vice-presidente para assuntos governamentais na Europa, Oriente Médio e África, que apresentou dados gerais sobre a Embraer na aviação comercial, e do diretor para Europa e África da área de defesa e segurança, que discorreu sobre as aeronaves e as tecnologias militares da empresa; e ii) as reuniões "business-to-business" (B2B) da Embraer com representantes de dez organizações participantes.

35. Na pauta das exportações brasileiras para a Dinamarca, em 2019, "outros medicamentos, incluindo veterinários" responderam por 44% do valor total, seguidos por "farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e outros animais" (22%), "madeira, parcialmente trabalhada e dormentes de madeira" (4,8%), "demais

produtos – indústria de transformação" (4,5%) e "resíduos vegetais, feno, forragens e outros farelos" (4,4%).

36. Na pauta de importações, por sua vez, "medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários" somaram 20% do total, seguidos por "obras de ferro ou aço e outros artigos de metais comuns" (18%), "outros medicamentos, incluindo veterinários" (16%), inseticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e semelhantes" (9,3%) e "outros produtos químicos" (5,2%).

**IV.4 – Difusão cultural**

37. O Brasil conta, na Universidade de Aarhus, com programa de leitorado do Centro de Estudos Brasileiros. O leitorado é o único na região escandinava e contribui positivamente para o ensino do português brasileiro em nível universitário e para a divulgação da cultura nacional. Será importante obter a publicação, o quanto antes, de edital para a definição do próximo(a) leitor(a), a partir de agosto.

38. A Universidade de Copenhague abriga o Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros, atualmente sob a responsabilidade do professor Georg Wink, PhD, com cursos de graduação, mestrado e doutorado.

39. No tocante à cooperação cultural, durante a minha gestão, destaco as seguintes iniciativas:

- mesa lusófona no âmbito do Festival de Literatura de Copenhague (2016);

- concerto de Egberto Gismonti no Festival de Jazz de Copenhague (2016);

- exposição fotográfica "Out of the Blue" da artista plástica brasileira Luzia Simons na Galeria Mikael Andersen (2016);

- exibição dos filmes "Villa-Lobos: Uma Vida de Paixão" e "Bossa Nova" no Festival de Cinema Latino-Americano (2016);

- a Semana Gastronômica Brasileira, com a Chef Teresa Corção e o Chef Assistente Isaías Neris, que incluiu jantar na residência, aula-mestra na Escola de Hospitalidade de Copenhague, visitas a fazendas orgânicas e evento de degustação com ingredientes orgânicos brasileiros (2017);

- exibição da peça "A mais forte", com elenco brasileiro, no festival CPH Stage (2017);

- exibição de três filmes brasileiros inéditos neste país ("Antônio um dois três", "Boas maneiras" e "Vazante") no festival de cinema CPH Pix (2017);

- exibição do filme brasileiro "Joaquim" no Festival de Cinema Latino-Americano da Cinemateca de Copenhague (2017);

- exibição do filme "Xingu" nos Dias de Cinema Latino-Americano (2017);

- apresentação do músico Marcos Valle na Casa de Concertos da Radio-TV dinamarquesa (2017);

- apresentação da cantora, compositora e pianista Eliane Elias no festival de jazz de Copenhague (2017);

- apresentação da soprano Gabriella Pace na Glyptotek (2017);

- III Congresso Internacional da Rede de Brasilianistas de Análise Cultural (REBRAC), na Universidade de Copenhague (2018);

- VII Colóquio Internacional sobre Literatura Brasileira, na Universidade de Copenhague (2018);

- participação de dois documentários brasileiros no Festival CPH:DOX (2019);

- apresentação, no Festival CPH:STAGE, da peça "A Guerra não tem Rosto de Mulher", baseada na obra homóloga da escritora Svetlana Alexievich (Prêmio Nobel de Literatura), adaptada pelo diretor brasileiro Marcello Bosschar e encenada pela atriz Ana Carolyna Aguiar (2019);

- exibição de quatro filmes brasileiros no Festival Latino-americano do Instituto do Cinema da Dinamarca ("Cinemateket") (2019);

- apresentação do músico Jaques Morelenbaum no Festival CPH:JAZZ de Copenhague (2019); e

- sexta edição das Jornadas Pedagógicas de Língua Portuguesa, realizada no campus da Universidade de Aarhus, com a participação de cerca de 50 profissionais envolvidos com o aprendizado da língua portuguesa em dez países (2019).

40. No campo das traduções, as obras "Água Viva", de Clarice Lispector; "A obscena senhora D.", de Hilda Hilst; e "Cinzas do Norte", de Milton Hatoum, foram as mais recentes versões apoiadas pela Fundação Biblioteca Nacional para o idioma dinamarquês.

**IV.5 – Setor consular**

41. A comunidade brasileira na Dinamarca é estimada em 4.400 pessoas. Segundo dados do órgão local de estatísticas, os residentes legais neste país de nacionalidade brasileira estão distribuídos da seguinte forma: 10% são menores de 18 anos, 84% têm idade entre 18 e 60 anos e 6% (199) têm idade superior a 60 anos; 33% são do sexo masculino e 67% do sexo feminino.

42. Nas eleições realizadas em 2018, número de eleitores inscritos e aptos a votar na jurisdição do posto foi de 1.318 cidadãos. Cerca de metade compareceu para votar no primeiro e no segundo turnos, em duas seções eleitorais instaladas na sede da chancelaria da Embaixada.

43. Em 2019, o serviço consular emitiu 775 documentos de viagem e 379 vistos (dinamarqueses e lituanos estão isentos de visto para turismo no Brasil). Foram elaborados 114 atos notariais, 82 registros de nascimento, 60 registros de casamento e 119 outros serviços.

44. A assistência a brasileiros requer parcela importante do tempo do serviço consular. Em 2019, foram atendidos 29 casos relacionados com prisões, transtornos mentais, violência doméstica, falecimentos e hospitalizações.

45. A embaixada conta com o apoio de um consulado honorário em Vilnius, com experiente profissional da esfera jurídica e da sociedade lituana.

46. Registro, com satisfação, que o setor consular é reconhecido pela cordialidade, gentileza, eficiência e rapidez no atendimento prestado por seus funcionários, como indicado pelos elogios recebidos na caixa da ouvidoria consular da embaixada.

**V – Relações Brasil-Lituânia**

47. O Brasil reconheceu a independência da Lituânia em 1991, ocasião em que as relações diplomáticas foram restabelecidas. Desde 1993, a Embaixada do Brasil em Copenhague é cumulativa com a representação na Lituânia. O relacionamento entre os dois países é amistoso e profícuo, sendo realizadas reuniões de consultas políticas com periodicidade regular. O Brasil abriga a segunda maior comunidade da diáspora lituana na América Latina, em São Paulo, atrás apenas da Argentina. A Lituânia conta com um Consulado-Geral em São Paulo e três consulados honorários.

48. O atual presidente lituano, Gitanas Nauseda, construiu carreira no setor financeiro e foi eleito no ano passado com candidatura desvinculada de partidos políticos, substituindo Dalia Grybauskaité, que esteve à frente do país desde 2009. O chefe de governo, no entanto, permanece sendo o primeiro-ministro Saulius Skvernelis, no cargo desde 2016.

49. Desde que assumi a chefia da embaixada, em setembro de 2015, tenho participado todos os anos da reunião da presidência com o corpo diplomático acreditado. Em 2019, estive em missão na República da Lituânia em três ocasiões: em janeiro, no tradicional encontro anual; em julho, na posse do novo presidente, Gitanas Nauseda; e, em novembro, na abertura da exposição sobre Lasar Segall no Museu Judaico Vilna Gaon de Vilnius, a qual contou com apoio da Embaixada do Brasil em Copenhague. Naquela ocasião também avistei-me com autoridades lituanas para tratar de temas selecionados do relacionamento bilateral.

50. Durante a minha gestão, foram realizadas: a IV Reunião de Consultas Políticas (Vilnius, 2017), quando acordou-se a assinatura de memorando de entendimento sobre cooperação econômica e a conclusão de acordo para transferência de pessoas condenadas, além de proposta troca de votos em candidaturas ao Conselho de Direitos Humanos (CDH); e a V Reunião de Consultas Políticas (Brasília, 2018), liderada, do lado lituano, pelo o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Darius Skusevicius.

51. Os chanceleres do Brasil e da Lituânia mantiveram encontro à margem do Debate Geral na 72ª AGNU, e, na ocasião, firmaram o memorando de entendimento sobre cooperação econômica, cujo texto foi publicado no DOU nº 226, de 27 de novembro de 2017. Durante a abertura da 73ª AGNU, foi a vez da assinatura do acordo bilateral sobre transferência de pessoas condenadas. Em agosto de 2019, foi recebida nota verbal do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Lituânia informando sobre a finalização dos procedimentos internos naquele país para a entrada em vigor do referido acordo.

52. Em maio de 2019, a Lituânia enviou ao Brasil contraproposta relativa ao texto do Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal. Em dezembro de 2019, foi informado ao lado lituano que o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) prontificava-se a participar

de videoconferência para discussão do referido Acordo e aguardava definição quanto a possíveis datas.

53. Nos últimos anos, a Lituânia apresentou demandas relativas à exportação de pescado, produtos lácteos e trigo. Tais reivindicações foram equacionadas de modo satisfatório, com a autorização final para pescados e a concessão de licença para venda de produtos lácteos, com a respectiva elaboração de lista atualizada de estabelecimentos lituanos habilitados a exportar tais produtos. No tocante à avaliação de risco de pragas no trigo, o MAPA recentemente aceitou a possibilidade de exportação para o Brasil de trigo borrifado com fosfato, antiga demanda da Lituânia.

54. Cumpre mencionar, por fim, que a Lituânia protocolou, ainda, pedidos de permissão de exportação de caracóis comestíveis. O lado lituano aguarda agendamento de missão de inspeção do MAPA para visita técnica às plantas de produção e processamento, condição essencial para a obtenção da certificação que o habilitará a exportar.

55. Além de gestões para troca de apoio em diversas candidaturas (já mencionadas acima), mantive regularmente com meus interlocutores lituanos permanente diálogo com vistas à aprovação do Acordo Mercosul-UE e apoio ao ingresso do Brasil na OCDE, tendo em vista que aquele país báltico ingressou na Organização em junho de 2018 e se dispôs a trocar experiências com o governo brasileiro, por meio desta embaixada e da Delegação Permanente junto à OCDE em Paris.

# 5

# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 11, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 4, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino dos Países Baixos.

**PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad
**RELATOR:** Senador Carlos Fávaro

21 de Setembro de 2020

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

SF/20079.15860-93

# RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 4, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino dos Países Baixos*.

Relator: Senador **CARLOS FÁVARO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino dos Países Baixos.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O Sr. PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA é filho de Ulysses Castilhos França e Maria Caminha de Castilhos França e nasceu em Porto Alegre em 7 de junho de 1956.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

SF/20079.15860-93

Ingressou na carreira diplomática em 1981, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática. Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco, pós-graduou-se no Curso de Altos Estudos em 2001, quando defendeu a tese intitulada "A Guerra do Kosovo e a Doutrina da Intervenção Humanitária", que foi publicada pela Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2004, sob o título "A Guerra do Kosovo, a OTAN e a doutrina da Intervenção Humanitária".

Após o início de sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário, em 1981, ascendeu a Primeiro-Secretário em 1992; a Conselheiro, em 1998; e a Ministro de Segunda Classe, em 2004; e a Ministro de Primeira Classe, em 2011. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na carreira destacam-se as de Encarregado de Negócios na Embaixada em Livreville, em 1982; Chefe, substituto, da Divisão de Direitos Humanos, de 1991 a 1995; Coordenador-Técnico da Secretaria de Relações com o Congresso, entre 1995 e 1998; Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Atenas, de 1998 a 2002; Chefe do Centro de Documentação Diplomática, de 2002 a 2003; Chefe da Divisão de Integração Regional, entre 2003 e 2005; Ministro-Conselheiro na Delegação Permanente junto à UNESCO, em Paris, de 2005 a 2008; Chefe da Divisão do México, América Central e Caribe, de 2008 a 2011; Diretor do Departamento da ALADI e da Integração Econômica Regional, entre 2011 e 2012; Chefe do Escritório de Representação do Brasil em Ramalá, de 2012 a 2015; e Cônsul-Geral no Consulado-Geral do Brasil em Istambul, de 2016 até o presente.

Foi galardoado com a Ordem de Rio Branco, grau de Comendador, em 2003, e a Medalha Mérito Tamandaré, em 2010.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Reino dos Países Baixos, o qual informa acerca das relações bilaterais desses Países com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

SF/20079.15860-93

Os Países Baixos são uma monarquia constitucional desde 1848, quando o monarca passou a submeter-se ao controle do parlamento bicameral. O país é também conhecido como "Holanda", nome da principal parte do país. A capital é Amsterdã, mas a sede do governo é na cidade da Haia. O país tem 17 milhões de habitantes e área de 41.500 km².

O Reino dos Países Baixos é formado por quatro países: Países Baixos, Aruba, Curaçao e São Martinho. As três localidades caribenhas têm estatuto independente, com governo e eleições próprios, embora defesa e política externa fiquem a cargo dos Países Baixos.

Decorrente de seu passado mercantilista, sua posição geográfica no centro da Europa e do papel de seus portos como porto de entrada para o mercado consumidor europeu, o país tradicionalmente valoriza o multilateralismo e o livre comércio. A defesa de uma ordem internacional liberal fundada no Direito constitui o cerne da autoimagem nacional, promovida com mais vigor deste o início do século XX.

O comércio exterior e os serviços são de grande importância na economia holandesa. Muitas mercadorias passam pelos Países Baixos, ao serem importadas ou exportadas por outras nações da Europa ocidental. Os setores bancários, de seguros, de comunicação e de turismo estão entre os principais serviços. A indústria produz alimentos, metais, produtos químicos, maquinário elétrico, equipamentos de transporte e derivados de petróleo. Há também grandes reservas de gás natural.

Embora tenham superfície 205 vezes menor que o território brasileiro, os Países Baixos são destacados atores no comércio agrícola internacional. O país continua a ser o segundo maior exportador agrícola do mundo. Os principais itens exportados são plantas e flores, carnes, legumes e verduras e laticínios.

As relações diplomáticas bilaterais foram estabelecidas em 1828. Nas últimas décadas, os laços foram fortalecidos e ganharam dinamismo, em particular em sua vertente econômico-comercial.

O Brasil desfruta de considerável simpatia da parte dos neerlandeses, ancorada em valores e interesses políticos comuns. O substrato

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

SF/20079.15860-93

econômico a amparar a parceria tem sido o eixo estruturador das relações. O Brasil se constitui em tradicional e importante parceiro comercial, bem como destino de substantivos investimentos. Os Países Baixos são o maior mercado para as exportações brasileiras na Europa, e o quarto maior do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, China e Argentina. O já tradicional superávit na balança comercial bilateral aumentou significativamente em favor do Brasil em 2018. Exportamos para os Países Baixos cerca de 13 bilhões de dólares (5,45% do total de nossas exportações) e importamos 1,6 bilhão de dólares, resultando um saldo de 11,3 bilhões, de longe o maior das relações comerciais com parceiros europeus. O porto de Roterdã é o mais relevante ponto de entrada de bens brasileiros na Europa, e destino da maior parte das exportações do agronegócio brasileiro para este continente.

A relevância do Brasil traduz-se também em intenso e constante fluxo de investimentos bilaterais. O estoque acumulado de investimentos neerlandeses em nosso país atingiu cerca de 120 bilhões de dólares, o que assegura aos Países Baixos, nas estatísticas do Banco Central, a posição de principal investidor estrangeiro direto no Brasil desde a década passada.

Registre-se, também, o potencial de cooperação bilateral em Ciência, Tecnologia e Inovação que se afigura bastante promissor. Os Países Baixos atingiram a primeira posição em matéria de inovação na União Europeia e o segundo lugar no ranking mundial.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório, no qual sugiro sua pronta apreciação sob análise dos nobres pares.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator Senador ***Carlos Fávaro***

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

**LISTA DE PRESENÇA**

**Reunião:** 4ª Reunião, Extraordinária, da CRE
**Data:** 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 08h
**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|---|---|---|---|
| **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)** | | | |
| Mecias de Jesus (REPUBLICANOS) | Presente | 1. Renan Calheiros (MDB) | |
| Jarbas Vasconcelos (MDB) | Presente | 2. Fernando Bezerra Coelho (MDB) | Presente |
| Marcio Bittar (MDB) | | 3. Simone Tebet (MDB) | |
| Esperidião Amin (PP) | Presente | 4. Daniella Ribeiro (PP) | Presente |
| Ciro Nogueira (PP) | Presente | 5. Vanderlan Cardoso (PSD) | |
| **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | | | |
| Roberto Rocha (PSDB) | | 1. Izalci Lucas (PSDB) | Presente |
| Mara Gabrilli (PSDB) | | 2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS) | |
| Major Olimpio (PSL) | Presente | 3. Soraya Thronicke (PSL) | Presente |
| **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)** | | | |
| Kátia Abreu (PP) | Presente | 1. Acir Gurgacz (PDT) | Presente |
| Randolfe Rodrigues (REDE) | Presente | 2. Flávio Arns (PODEMOS) | |
| Eliziane Gama (CIDADANIA) | Presente | 3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB) | |
| **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)** | | | |
| Fernando Collor (PROS) | Presente | 1. VAGO | |
| Jaques Wagner (PT) | Presente | 2. Telmário Mota (PROS) | Presente |
| Humberto Costa (PT) | Presente | | |
| **PSD** | | | |
| Nelsinho Trad (PSD) | Presente | 1. Carlos Fávaro (PSD) | Presente |
| Antonio Anastasia (PSD) | Presente | 2. Angelo Coronel (PSD) | Presente |
| **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | | | |
| Chico Rodrigues (DEM) | Presente | 1. Marcos Rogério (DEM) | Presente |
| Zequinha Marinho (PSC) | Presente | 2. Maria do Carmo Alves (DEM) | |
| **PODEMOS** | | | |
| Marcos do Val (PODEMOS) | Presente | 1. Elmano Férrer (PODEMOS) | |

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

**LISTA DE PRESENÇA**



**Reunião:** 4ª Reunião, Extraordinária, da CRE
**Data:** 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 08h
**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

## NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Leila Barros
Rose de Freitas
Rodrigo Pacheco
Carlos Viana

8 Senado Federal

# Resultado de Votação Secreta

## Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
**MSF 4/2020** - E.PAULO F-P.BAIXOS

Início da votação: 21/09/2020 10:17:42 Fim da votação: 21/09/2020 13:04:48

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|---|---|---|---|
| **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,** | | **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,** | |
| MECIAS DE JESUS | **votou** | 1. RENAN CALHEIROS | |
| JARBAS VASCONCELOS | | 2. FERNANDO BEZERRA COELHO | **votou** |
| MARCIO BITTAR | **votou** | 3. SIMONE TEBET | **votou** |
| ESPERIDIÃO AMIN | **votou** | 4. DANIELLA RIBEIRO | |
| CIRO NOGUEIRA | | 5. VANDERLAN CARDOSO | |
| **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | | **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | |
| ROBERTO ROCHA | | 1. IZALCI LUCAS | **votou** |
| MARA GABRILLI | | 2. FLÁVIO BOLSONARO | |
| MAJOR OLIMPIO | **votou** | 3. SORAYA THRONICKE | **votou** |
| **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,** | | **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,** | |
| KÁTIA ABREU | **votou** | 1. ACIR GURGACZ | **voto não computado** |
| RANDOLFE RODRIGUES | **votou** | 2. FLÁVIO ARNS | |
| ELIZIANE GAMA | **votou** | 3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO | |
| **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,** | | **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,** | |
| FERNANDO COLLOR | **votou** | 1. VAGO | |
| JAQUES WAGNER | | 2. TELMÁRIO MOTA | **votou** |
| HUMBERTO COSTA | **votou** | | |
| **PSD** | | **PSD** | |
| NELSINHO TRAD | **votou** | 1. CARLOS FÁVARO | **voto não computado** |
| ANTONIO ANASTASIA | **votou** | 2. ANGELO CORONEL | |
| **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | | **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | |
| CHICO RODRIGUES | **votou** | 1. MARCOS ROGÉRIO | **voto não computado** |
| ZEQUINHA MARINHO | **votou** | 2. MARIA DO CARMO ALVES | |
| **PODEMOS** | | **PODEMOS** | |
| MARCOS DO VAL | **votou** | 1. ELMANO FÉRRER | |

**Votação:**

**TOTAL 19 SIM 18 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0**

**Senador Nelsinho Trad**
**Presidente**

**ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,**
**PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020**

## DECISÃO DA COMISSÃO

**(MSF 4/2020)**

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NO REINO DOS PAÍSES BAIXOS, COM 18 VOTOS FAVORÁVEIS, 1 VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

SF/20079.15860-93

# RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 4, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino dos Países Baixos*.

Relator: Senador **CARLOS FÁVARO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino dos Países Baixos.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O Sr. PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA é filho de Ulysses Castilhos França e Maria Caminha de Castilhos França e nasceu em Porto Alegre em 7 de junho de 1956.

SF/20079.15860-93

Ingressou na carreira diplomática em 1981, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática. Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco, pós-graduou-se no Curso de Altos Estudos em 2001, quando defendeu a tese intitulada "A Guerra do Kosovo e a Doutrina da Intervenção Humanitária", que foi publicada pela Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2004, sob o título "A Guerra do Kosovo, a OTAN e a doutrina da Intervenção Humanitária".

Após o início de sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário, em 1981, ascendeu a Primeiro-Secretário em 1992; a Conselheiro, em 1998; e a Ministro de Segunda Classe, em 2004; e a Ministro de Primeira Classe, em 2011. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na carreira destacam-se as de Encarregado de Negócios na Embaixada em Livreville, em 1982; Chefe, substituto, da Divisão de Direitos Humanos, de 1991 a 1995; Coordenador-Técnico da Secretaria de Relações com o Congresso, entre 1995 e 1998; Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Atenas, de 1998 a 2002; Chefe do Centro de Documentação Diplomática, de 2002 a 2003; Chefe da Divisão de Integração Regional, entre 2003 e 2005; Ministro-Conselheiro na Delegação Permanente junto à UNESCO, em Paris, de 2005 a 2008; Chefe da Divisão do México, América Central e Caribe, de 2008 a 2011; Diretor do Departamento da ALADI e da Integração Econômica Regional, entre 2011 e 2012; Chefe do Escritório de Representação do Brasil em Ramalá, de 2012 a 2015; e Cônsul-Geral no Consulado-Geral do Brasil em Istambul, de 2016 até o presente.

Foi galardoado com a Ordem de Rio Branco, grau de Comendador, em 2003, e a Medalha Mérito Tamandaré, em 2010.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Reino dos Países Baixos, o qual informa acerca das relações bilaterais desses Países com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

SF/20079.15860-93

Os Países Baixos são uma monarquia constitucional desde 1848, quando o monarca passou a submeter-se ao controle do parlamento bicameral. O país é também conhecido como "Holanda", nome da principal parte do país. A capital é Amsterdã, mas a sede do governo é na cidade da Haia. O país tem 17 milhões de habitantes e área de 41.500 km².

O Reino dos Países Baixos é formado por quatro países: Países Baixos, Aruba, Curaçao e São Martinho. As três localidades caribenhas têm estatuto independente, com governo e eleições próprios, embora defesa e política externa fiquem a cargo dos Países Baixos.

Decorrente de seu passado mercantilista, sua posição geográfica no centro da Europa e do papel de seus portos como porto de entrada para o mercado consumidor europeu, o país tradicionalmente valoriza o multilateralismo e o livre comércio. A defesa de uma ordem internacional liberal fundada no Direito constitui o cerne da autoimagem nacional, promovida com mais vigor deste o início do século XX.

O comércio exterior e os serviços são de grande importância na economia holandesa. Muitas mercadorias passam pelos Países Baixos, ao serem importadas ou exportadas por outras nações da Europa ocidental. Os setores bancários, de seguros, de comunicação e de turismo estão entre os principais serviços. A indústria produz alimentos, metais, produtos químicos, maquinário elétrico, equipamentos de transporte e derivados de petróleo. Há também grandes reservas de gás natural.

Embora tenham superfície 205 vezes menor que o território brasileiro, os Países Baixos são destacados atores no comércio agrícola internacional. O país continua a ser o segundo maior exportador agrícola do mundo. Os principais itens exportados são plantas e flores, carnes, legumes e verduras e laticínios.

As relações diplomáticas bilaterais foram estabelecidas em 1828. Nas últimas décadas, os laços foram fortalecidos e ganharam dinamismo, em particular em sua vertente econômico-comercial.

O Brasil desfruta de considerável simpatia da parte dos neerlandeses, ancorada em valores e interesses políticos comuns. O substrato

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Fávaro

SF/20079.15860-93

econômico a amparar a parceria tem sido o eixo estruturador das relações. O Brasil se constitui em tradicional e importante parceiro comercial, bem como destino de substantivos investimentos. Os Países Baixos são o maior mercado para as exportações brasileiras na Europa, e o quarto maior do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, China e Argentina. O já tradicional superávit na balança comercial bilateral aumentou significativamente em favor do Brasil em 2018. Exportamos para os Países Baixos cerca de 13 bilhões de dólares (5,45% do total de nossas exportações) e importamos 1,6 bilhão de dólares, resultando um saldo de 11,3 bilhões, de longe o maior das relações comerciais com parceiros europeus. O porto de Roterdã é o mais relevante ponto de entrada de bens brasileiros na Europa, e destino da maior parte das exportações do agronegócio brasileiro para este continente.

A relevância do Brasil traduz-se também em intenso e constante fluxo de investimentos bilaterais. O estoque acumulado de investimentos neerlandeses em nosso país atingiu cerca de 120 bilhões de dólares, o que assegura aos Países Baixos, nas estatísticas do Banco Central, a posição de principal investidor estrangeiro direto no Brasil desde a década passada.

Registre-se, também, o potencial de cooperação bilateral em Ciência, Tecnologia e Inovação que se afigura bastante promissor. Os Países Baixos atingiram a primeira posição em matéria de inovação na União Europeia e o segundo lugar no ranking mundial.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório, no qual sugiro sua pronta apreciação sob análise dos nobres pares.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator Senador ***Carlos Fávaro***

# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM (SF) Nº 4, DE 2020

(nº 61/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino dos Países Baixos.

**AUTORIA:** Presidência da República

**DOCUMENTOS:**

- Texto da mensagem

**DESPACHO:** À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Página da matéria

MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino dos Países Baixos.

Os méritos do Senhor **PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2020.

EM nº 00030/2020 MRE

Brasília, 17 de Fevereiro de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, **caput**, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Reino dos Países Baixos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo***

OFÍCIO Nº /2020/SG/PR

Brasília, de de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

**Assunto: Indicação de autoridade.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino dos Países Baixos.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

# INFORMAÇÃO

## *CURRICULUM VITAE*

**MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *PAULO ROBERTO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA***
CPF.: 221.808.000-10
ID.: 8018 MRE

| | |
|---|---|
| 1956 | Filho de Ulysses Castilhos França e Maria Caminha de Castilhos França, nasce em 7 de junho, em Porto Alegre/RS |

**Dados Acadêmicos:**

| | |
|---|---|
| 1980 | CPCD - IRBr |
| 1988 | CAD - IRBr |
| 2001 | CAE - IRBr, A Guerra do Kosovo e o Conceito de Intervenção Humanitária |

**Cargos:**

| | |
|---|---|
| 1981 | Terceiro-Secretário |
| 1985 | Segundo-Secretário |
| 1992 | Primeiro-Secretário, por merecimento |
| 1998 | Conselheiro, por merecimento |
| 2004 | Ministro de Segunda Classe, por merecimento |
| 2011 | Ministro de Primeira Classe, por merecimento |

**Funções:**

| | |
|---|---|
| 1981-84 | Divisão de Cooperação Científica e Tecnológica, assistente |
| 1982 | Embaixada em Libreville, Terceiro Secretário, Encarregado de Negócios em missão transitória |
| 1984-87 | Delegação Permanente em Genebra, Terceiro e Segundo Secretário |
| 1987-90 | Delegação Permanente junto a ALADI, Montevidéu, Segundo Secretário |
| 1990-91 | Embaixada em La Paz, Segundo Secretário |
| 1991-95 | Divisão do Meio Ambiente, assessor e Chefe, substituto |
| 1994 | Consulado em Caiena, Primeiro Secretário em missão transitória |
| 1995-98 | Secretaria de Relações com o Congresso, assessor e Coordenador-Técnico |
| 1998-2002 | Embaixada em Atenas, Conselheiro e Encarregado de Negócios |
| 2002-03 | Centro de Documentação Diplomática, Chefe |
| 2003-05 | Divisão de Integração Regional, Chefe |
| 2002-08 | Delegação Permanente junto à UNESCO em Paris, Ministro-Conselheiro |
| 2008-11 | Divisão do México, América Central e Caribe, Chefe |
| 2011-12 | Departamento da ALADI e Integração Econômica Regional (DEIR), Diretor |
| 2012-15 | Escritório de Representação do Brasil em Ramalá, Chefe |
| 2016 | Consulado-Geral do Brasil em Istambul, Cônsul-Geral |

**Condecorações:**

2003 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador

2010 Medalha Mérito Tamandaré - Marinha do Brasil

**Publicações:**

2004 A Guerra do Kosovo, a OTAN e o conceito de ´Intervenção Humanitária´, Editora UFRGS

**FÁTIMA KEIKO ISHITANI**
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

# PAÍSES BAIXOS

**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**
**Dezembro de 2019**

| DADOS BÁSICOS SOBRE OS PAÍSES BAIXOS | |
|---|---|
| **NOME OFICIAL:** | Reino dos Países Baixos |
| **GENTÍLICO:** | Neerlandês |
| **CAPITAL:** | Amsterdã (a Haia é a sede do Governo e do Parlamento) |
| **ÁREA:** | 41.526,18 km2 |
| **POPULAÇÃO:** | 17,190 milhões de habitantes (2019) |
| **IDIOMA OFICIAL:** | Neerlandês (oficial nacional); frisão, inglês e papiamento (oficiais regionais) |
| **PRINCIPAIS RELIGIÕES:** | Sem afiliação: 49,2%; católica romana: 24,4%; protestante: 15,8%; muçulmana: 4,9%; hinduísmo e budismo: 1,1%; outras: 4,5%; judaísmo: 0,1% |
| **SISTEMA DE GOVERNO:** | Monarquia parlamentarista |
| **PODER LEGISLATIVO:** | Bicameral |
| **CHEFE DE ESTADO:** | Rei Willem-Alexander, desde abril de 2013. |
| **CHEFE DE GOVERNO:** | Primeiro-Ministro Mark Rutte (desde março/2017 exerce seu terceiro mandato) |
| **CHANCELER:** | Albert Gerard (Bert) Koenders (desde out/2014) |
| **PIB Nominal (2019)** | US$ 912,90 bilhões |
| **PIB PPP (2019)** | US$ 50.118 bilhões |
| **PIB per capita (2019)** | US$ 53.106 |
| **PIB PPP per capita (2019)** | US$ 56.383 |
| **VARIAÇÃO DO PIB (FMI):** | 2,54% (2019); 2,81% (2018); 1,9% (2015); 1% (2014); -0,49% (2013); -1,05% (2012). |
| **IDH (2018):** | 0,931 – 10° no ranking |
| **EXPECTATIVA DE VIDA (2014):** | 81,12 anos |
| **ALFABETIZAÇÃO** (2015): | 99% |
| ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI): | 3.84 % (2019) |
| **UNIDADE MONETÁRIA:** | Euro (€) |
| **EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:** | Han Peters (desde 2014) |

| INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-PAÍSES BAIXOS (fonte: MRE/DPIND) | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Brasil → Países Baixos** | **2004** | **2006** | **2008** | **2010** | **2012** | **2014** | **2016** | **2018** | **2019 (jan/nov)** |
| **Intercâmbio** | 6.528,8 | 6.531,6 | 11.957 | 11.999 | 18.145 | 16.203 | 12.109 | 14.758 | 11.501 |
| **Exportações** | 5.911,6 | 5.746,4 | 10.480 | 10.225 | 15.038 | 13.035 | 10.322 | 13.068 | 9.584 |
| **Importações** | 617,2 | 785,2 | 1.477,0 | 1.774,0 | 3.106,9 | 3.168,5 | 1.786,7 | 1.690,8 | 1.917 |
| **Saldo** | 5.294,5 | 4.961,2 | 9.003,7 | 8.451,9 | 11.932 | 9.866,6 | 8.536,1 | 11.377 | 7.667 |

## APRESENTAÇÃO

Os Países Baixos são uma monarquia constitucional desde 1848, quando o monarca passou a submeter-se ao controle do parlamento bicameral. O atual Chefe de Estado, Rei Willem-Alexander, foi coroado em 30 de abril de 2013, após a abdicação de sua mãe, a Rainha Beatrix, que reinou por 33 anos. Willem-Alexander é o primeiro monarca do sexo masculino desde seu bisavô, Guilherme III, falecido em 1890.

O país também é conhecido como "Holanda", nome da principal parte do país. As pessoas que nascem nos Países Baixos são chamadas de neerlandeses ou também de holandeses, devido ao fato de a Holanda se destacar histórica e economicamente sobre as demais partes do país. A capital é Amsterdã, mas a sede do governo se encontra na cidade de Haia. O país tem 17.086.000 habitantes (estimativa de 2018) e área de 41.526,18 km2.

O Reino dos Países Baixos é formado por quatro países: Países Baixos, Aruba, Curaçao e São Martinho. As três localidades caribenhas têm estatuto independente, com governo e eleições próprios, embora defesa e política externa fiquem a cargo dos Países Baixos. No Caribe, há, ainda, três territórios classificados como municípios especiais: Bonaire, Saba e Santo Eustáquio. Como decorrência de seu tamanho e de sua história mercantilista, fruto de sua posição geográfica no centro da Europa e do papel de seus portos como porta de entrada para o mercado consumidor europeu, o país tradicionalmente valoriza o multilateralismo e o livre comércio. A defesa de uma ordem internacional liberal fundada no Direito constitui o cerne da autoimagem nacional, promovida com mais vigor desde o início do século XX. Como reforço a essa determinação, os neerlandeses têm buscado acolher na Haia numerosas organizações internacionais e, no país, grandes empresas com atuação global.

A região costeira fica, na maior parte, abaixo do nível do mar, e desde a Idade Média os holandeses drenam a água. Primeiramente, usavam moinhos de vento; mais tarde, passaram a empregar bombas. Barragens ou diques foram construídos para manter a água afastada. Essas áreas de terra drenadas artificialmente são chamadas de pôlderes.

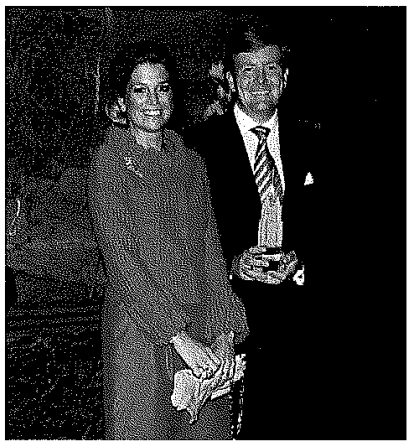
A maioria da população é composta por neerlandeses, sendo o restante formado por pequenos grupos de turcos, indonésios e marroquinos, dentre outros. Metade da população é cristã, e muitas pessoas não seguem religião alguma. O holandês é a língua oficial. Cerca de 90 por cento da população vive nas cidades.

O comércio exterior e os serviços são de grande importância na economia holandesa. Muitas mercadorias passam pelos Países Baixos ao serem importadas ou exportadas por outras nações da Europa ocidental. Os setores bancários, de seguros, de comunicação e de turismo estão entre os principais serviços.

A indústria produz alimentos, metais, produtos químicos, maquinário elétrico, equipamentos de transporte e derivados de petróleo. Há também grandes reservas de gás natural. Os Países Baixos exportam alimentos, dentre eles cereais, batata e beterraba. Muitas flores são também cultivadas, especialmente as tulipas. São criados porcos, gado bovino, aves domésticas e ovelhas.

## PERFIS BIOGRÁFICOS

### REI WILLEM-ALEXANDER DOS PAÍSES BAIXOS
**Chefe de Estado**

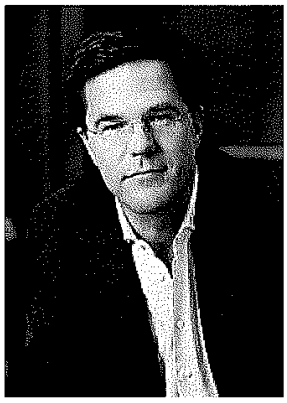


Quando a Rainha Beatrix anunciou que abdicaria do trono em favor do Príncipe Herdeiro, nascido Willem-Alexander Claus George Ferdinand, o mesmo anunciou que não adotaria o nome de Willem IV e manteria o seu nome de bastismo. Assim, foi como Willem-Alexander que o novo rei ascendeu ao trono dos Países Baixos em 30 de abril de 2013. O monarca nasceu em 27 de abril de 1967. Filho mais velho da Rainha Beatrix e do Príncipe Claus, tornou-se oficialmente o herdeiro do trono do Reino dos Países Baixos em 1980. Formado em História pela Universidade de Leiden, tem grande interesse em esportes e na questão dos recursos hídricos em escala mundial. É o primeiro monarca neerlandês do sexo masculino desde seu bisavô Willem III, falecido em 1890.

É casado com Máxima Zorreguieta Cerruti, nascida em 17 de maio de 1971, em Buenos Aires, filha de pais argentinos e neta de espanhóis e italianos. A Rainha formou-se em Economia pela Universidade Católica Argentina e trabalhou no mercado financeiro em Buenos Aires e em Nova York antes de casar-se com o Príncipe Willem em 2002. Ao contrário do marido, membro da Igreja Reformada Neerlandesa, a Princesa é de confissão católico-romana.

O casal tem três filhas, batizadas na Igreja Reformada Neerlandesa (condição para eventual sucessão ao trono).

## Primeiro-Ministro Mark Rutte
### Chefe de Governo



Nascido na Haia a 14 de fevereiro de 1967, o Premier neerlandês cursou História na Universidade de Leiden, período em que alcançou a liderança da seção juvenil do VVD ("Partido do Povo para Liberdade e Democracia", de orientação liberal). Concluída sua graduação, em 1992, trabalhou por dez anos na empresa holandesa Unilever.

Em 2002, foi nomeado Secretário de Estado de Assuntos Sociais e Emprego, cargo que deixou em 2004 para ocupar a Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Ciências. Em 2006, retornou à Segunda Câmara do Parlamento, quando se tornou líder do seu partido.

Em outubro de 2010, foi nomeado Primeiro-Ministro, após o VVD (liberal) vencer as eleições parlamentares com apenas 31 dos 150 assentos (a menor proporção de um partido vitorioso já obtida nos Países Baixos). Trata-se do primeiro político liberal a assumir o cargo desde 1918.

Tornou a assumir a Chefia de Governo no Parlamento imediatamente subseqüente, em 2012, em governo de coalizão com a esquerda trabalhista. Desta feita, seu partido aumentou sua representação parlamentar para 41 assentos.

Em seu terceiro mandato como premiê, iniciado em outubro de 2018, lidera coalizão governamental também integrada pelos partidos D66 (centro), CDA (democratacristão) e ChristenUnie (cristão conservador). Além desses, outros nove estão representados na Câmara dos Deputados atualmente.

## RELAÇÕES BILATERAIS

Os contatos entre Brasil e Países Baixos remontam à história compartilhada do período da presença neerlandesa no Nordeste brasileiro, no século XVII. Após a independência do Brasil, foram estabelecidas relações diplomáticas em 1828. Nas últimas décadas, os laços foram fortalecidos e ganharam dinamismo, em particular em sua vertente econômico-comercial.

O ano de 2019 foi particularmente profícuo em encontros de alto nível entre autoridades dos dois países. O Sr. Presidente da República se encontrou por duas vezes com o Primeiro-Ministro holandês, em janeiro, durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, e em junho, à margem da 14ª Reunião de Cúpula do G-20, em Osaka. Além disso, em setembro houve encontro entre o Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos, Stef Blok, à margem da 73ª Assembleia Geral da ONU. Tais contatos refletem o dinamismo das relações bilaterais. O Brasil desfruta de considerável simpatia da parte dos neerlandeses, ancorada em valores e interesses políticos comuns. Dado o crescente peso específico e a atuação no âmbito regional e internacional do Brasil, os Países Baixos identificam no país um ator relevante na estabilização e modernização da América do Sul e na construção de um novo paradigma de crescimento econômico.

O substrato econômico a amparar a parceria tem sido o eixo estruturador das relações. Como se sabe, o Brasil constitui tradicional e importante parceiro comercial, bem como destino de substantivos investimentos. Os Países Baixos são o maior mercado para as exportações brasileiras na Europa, e o quarto maior no mundo, atrás apenas dos EUA, China e Argentina. O já tradicional superávit na balança comercial bilateral aumentou significativamente em favor do Brasil em 2018. Exportamos para os Países Baixos cerca de 13 bilhões de dólares (5,45% do total de nossas exportações) e importamos USD 1,6 bilhão, resultando em saldo de USD 11,3 bilhões, de longe o maior das relações comerciais com parceiros europeus.

Os principais produtos exportados para os Países Baixos continuam a ser plataformas de perfuração ou de exploração de petróleo, farelo e resíduos da exportação de óleo de soja, tubos de aço, minérios de ferro e celulose. O Brasil importa principalmente combustíveis, produtos manufaturados, e ferro fundido e ferro e aço para construção. O porto de Roterdã é o mais relevante ponto de entrada

de bens brasileiros na Europa, e destino da maior parte das exportações do agronegócio brasileiro para este continente.

A relevância do Brasil traduz-se também em intenso e constante fluxo de investimentos bilaterais. O estoque acumulado de investimentos neerlandeses em nosso país atingiu cerca de 120 bilhões de dólares, o que assegura aos Países Baixos, nas estatísticas do Banco Central, a posição de principal investidor estrangeiro direto no Brasil desde a década passada. Somente em 2017, foram cerca de USD 11 bilhões aqui originados, do conjunto de 75 bilhões que se estima terem sido destinados ao Brasil naquele ano. Grandes empresas neerlandesas, como Shell, Unilever, Heineken, AkzoNobel (tintas Coral), Makro, KLM (com voos diretos para São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza), Philips e Boskalis e Arcadis (dragagem e gerenciamento/construção de portos), além de instituições financeiras (Banco ABN Amro e Rabobank), têm fortes interesses no Brasil.

O número de empresas neerlandesas em território brasileiro passou de 50, em 1995, para mais de 150, em 2013. Em anos recentes, a estratégia de investimento dos Países Baixos no Brasil tem consistido na compra de empresas brasileiras e no estabelecimento de novas firmas. A KLM (que abriu em 2018 três frequências semanais para Fortaleza) investiu cerca de EUR 250 milhões na substituição da frota da companhia aérea brasileira GOL por novos aviões da Embraer. Em 2017, a Heineken expandiu sua presença no Brasil ao incorporar a Brasil Kirin (Schincariol), tendo investido mais de USD 700 milhões. A Shell é a segunda maior produtora de petróleo do Brasil e pretende investir 2 bilhões de dólares por ano até 2021. Também atua no setor de combustíveis renováveis, tendo concluído uma joint-venture com a Cosan. A empresa "Paper Excellence" comprou (da JBS) a "Eldorado Brasil Celulose Ltda", em novo negócio bilionário. O Porto de Roterdã, por sua vez, fechou parceria com o Porto de Pecém (no Ceará), para investimentos de cerca de 75 milhões de euros.

Registra-se também aumento da presença de empresas brasileiras nos Países Baixos, atraídas pelo ambiente empresarial favorável, bem como pela excelente rede de infraestrutura. Petrobras, Embraer, Braskem, Bertin Agropecuária, Cutrale, Perdigão e Seara Foods são algumas das principais empresas brasileiras lá instaladas.

Como um dos mais engajados membros da União Europeia na liberalização comercial e uma das economias mais competitivas do mundo, os Países Baixos foram sempre favoráveis ao Acordo de Associação Birregional Mercosul-UE.

Ademais, o aumento no volume de comércio entre os dois blocos deverá beneficiar os Países Baixos em função do trânsito de mercadorias pelo Porto de Roterdã, tanto nas exportações europeias como na importação e posterior distribuição de bens aos demais países do bloco. Nesse contexto, o setor de transporte e logística neerlandês seria potencialmente um dos maiores beneficiados pelo Acordo Mercosul-UE.

Embora tenham superfície 205 vezes menor que a do território brasileiro, os Países Baixos são destacados atores no comércio agrícola internacional. O país continua a ser o segundo maior exportador agrícola do mundo. Os principais itens exportados são plantas e flores, carnes, legumes e verduras e laticínios. Essa posição não necessariamente implica divergências com o Brasil. Boa parte de sua produção não concorreria com produtos agrícolas originários do Brasil e as resistências do setor agrícola local quanto à abertura do mercado doméstico estariam, assim, matizadas pelos interesses do empresariado neerlandês em outros setores. Tem havido, inclusive, aproximação por conta da experiência neerlandesa em agricultura de precisão, assim como no gerenciamento de recursos hídricos e irrigação.

O principal evento nos Países Baixos de promoção comercial brasileira e de atração de investimentos para o Brasil é o "Brazil Network Day" (BND), organizado semestralmente pela Embaixada, em parceria com municipalidades locais e governos e federações empresariais brasileiras. Tem atraído em média 200/250 participantes a cada edição, em sua maioria executivos de empresas neerlandesas que fazem negócios e/ou investimentos no Brasil; diretores de transnacionais brasileiras estabelecidas nos Países Baixos; autoridades governamentais e formadores de opinião.

O potencial de cooperação bilateral em Ciência, Tecnologia e Inovação afigura-se assaz promissor. Por meio da implementação de parcerias público-privadas dirigidas à inovação entre empresas, instituições acadêmicas e governo, os Países Baixos, segundo estatísticas da Comissão Europeia e do "Global Innovation Index 2018", atingiram a primeira posição em matéria de inovação na UE e o segundo lugar no ranking mundial. A geração de conhecimento é considerada fundamental para a alta competitividade do país no plano internacional, razão pela qual o governo neerlandês pretende elevar a participação dos recursos destinados a pesquisa e desenvolvimento, dos cerca de 2% do PIB, em 2015, a 2,5% do PIB em 2020.

A Reunião da Comissão Mista de Ciência, Tecnologia e Inovação Brasil-

Países Baixos, que ocorre bienalmente desde 2011, tem sido ocasião para aprofundar discussões sobre as temáticas consideradas prioritárias, assim como possibilitar contato direto entre as principais entidades brasileiras e neerlandesas do setor. Na esteira desses contatos, a Vice-Ministra de Assuntos Econômicos Mona Keijzer visitou o Brasil em agosto de 2018, quando firmou documento para priorizar as áreas de prevenção de desastres naturais; nanotecnologia; pesquisa espacial; cidades sustentáveis; bioeconomia; ciências da vida e saúde; sistemas e materiais de alta tecnologia; defesa e segurança; biodiversidade; e economia circular.

## POLÍTICA INTERNA

O monarca neerlandês exerce poderes substancialmente maiores do que seus homólogos em outras monarquias europeias. O Rei compõe o governo, nomeia prefeitos e governadores e preside o Conselho de Estado. O centro do sistema político do país é, porém, o Parlamento, ou Estados-Gerais, incumbido de revisar e aprovar os atos do governo e de legislar. A cada quatro anos, realizam-se eleições para os 150 assentos da câmara baixa, por meio de sistema de lista, baseado na representação proporcional. O Senado, por sua vez, conta com 75 membros eleitos indiretamente, por quatro anos, pelas assembleias das províncias; tem competência apenas para ratificar ou rejeitar, em sua integralidade, os textos aprovados pela Câmara dos Deputados. As mais recentes eleições gerais, de março de 2017, encerraram a participação do partido social-democrata (PvdA) no governo. A coalizão anterior, formada em 2012 entre conservadores (VVD) e social-democratas revelou-se relativamente estável e bem-sucedida na condução de reformas do Estado de bem-estar social, apesar do cenário econômico adverso e da resistência do eleitorado a medidas de austeridade para conter o déficit público.

No entanto, o baixo crescimento econômico no período da crise e o aumento da imigração teriam influenciado o deslocamento, para a direita, das preferências políticas de parcela crescente da população. Tais tendências se confirmaram nas últimas eleições, com participação recorde do eleitorado (82%) e campanha marcada menos por questões econômicas e mais pela ascensão do populismo e por pautas tipicamente conservadoras, como contenção da imigração e identidade nacional.

Os resultados as últimas eleições revelaram maior fragmentação partidária, fortalecimento moderado da extrema direita (PVV), crescimento dos partidos de centro (D66), centro-direita (democratas-cristãos - CDA) e ambientalistas (GroenLinks e PvdD), e derrota histórica do PvdA. O desempenho do PVV, mesmo abaixo da estimativa, enviou sinal claro quanto à insatisfação de setores da população com a política tradicional. Segundo partido mais votado, o PVV foi excluído, por alegadas razões de incompatibilidade ideológica com outros partidos, das tratativas para a formação do novo governo. Após 208 dias de negociação, as mais longas na história recente do país, tomou posse, em 26 de outubro de 2017 a nova coalização governamental neerlandesa, formada pelo partido liberal VVD, pelos cristãos CDA e "ChristenUnie" e pelo centrista D66. Trata-se da primeira vez desde 1977 que o governo é composto por mais de três partidos. Líder da sigla mais votada (VVD), o premiê Mark Rutte, foi reconduzido à função de Primeiro-Ministro, cargo que ocupa desde 2010.

Diante do contexto econômico atual, o ministro Wopke Hoekstra, das Finanças, tem pregado cautela. Pondera que o governo continuará a investir na sociedade e a garantir o poder aquisitivo dos cidadãos. Ao reconhecer a dependência neerlandesa do contexto internacional, o governo avalia que incertezas podem prejudicar a economia local: "Brexit", a situação econômica na Itália e na Turquia e o contencioso comercial entre os EUA e a China.

Os debates parlamentares sobre as propostas do governo representam oportunidade para os partidos, em particular da oposição, apresentarem sua plataforma política. A já complexa tarefa de construção do consenso entre os quatro membros da coalizão deixa pouca margem para incorporação de sugestões das demais siglas. As eleições provinciais de março de 2019 confirmaram a perda da maioria do governo naquela casa, sendo necessário 6 votos adicionais para a aprovação de moções. Interessa, portanto, tanto à coalizão quanto a alguns partidos de oposição fazer acenos sobre eventuais possibilidades de colaboração em temas específicos.

Por ocasião da tradicional "Fala do Trono", que marca a abertura do ano legislativo em setembro e a apresentação das propostas do governo para o período subsequente, o rei Willem-Alexander utilizou tom mais cauteloso sobre a economia neerlandesa. Enfatizou a necessidade de aprimorar serviços públicos e reiterou as prioridades históricas dos Países Baixos no plano externo.

O discurso real deste ano voltou a representar exercício de moderação e

de conciliação entre as diferentes correntes políticas existentes no país. O quadro partidário fragmentado, verificado nas eleições provinciais e para o Senado, de março, bem como o crescimento de retóricas consideradas em meios locais como "extremistas", têm ampliado as dificuldades para a manutenção de maiorias parlamentares estáveis. As muitas menções a "democracia" e "Estado de direito" podem ser compreendidas nesse contexto.

Adicionalmente, a ênfase em assuntos mais próximos dos "cidadãos comuns" parece também refletir a intenção de usar bandeiras políticas que ampliem convergências entre governo e oposição, além de demonstrar maior conexão com o "sentimento das ruas". Podem ser destacadas, assim: o incremento dos investimentos em serviços públicos, o maior compromisso com medidas para combater a mudança do clima e a manutenção de bom nível de renda para os trabalhadores.

## POLÍTICA EXTERNA

Os Países Baixos tradicionalmente concedem papel de destaque à sua política externa, considerada parte integral e indissociável do debate político nacional. Como nação de pequena dimensão territorial, localizada entre potências europeias (Alemanha, França e Reino Unido) e com história mercantilista, a atuação na área externa tem visado a assegurar o desenho e o funcionamento de estrutura institucional e jurídica no plano internacional que proporcione estabilidade e prosperidade para o país.

Segundo especialistas, praticamente nenhum outro país no mundo seria tão dependente de suas conexões internacionais como os Países Baixos. Estima-se que 70% de sua riqueza dependeria do relacionamento econômico-comercial internacional. A atual conjuntura é elemento de complexidade adicional, com novo balanço de poder entre países e regiões do mundo e demandas crescentes de soluções compartilhadas para problemas e oportunidades de natureza transnacional. Além disso, passaram a ganhar atenção no debate público neerlandês questões identitárias, envolvendo raça, religião e cultura (e as linhas divisórias entre "local" e "estrangeiro"), com repercussão sobre assuntos migratórios e de combate ao terrorismo.

Nos Países Baixos, desde os anos 1950, duas orientações gerais de política externa têm convivido. Por um lado, o atlantismo busca desenvolver relações com

os Estados Unidos. Por outro, o europeísmo envolve a promessa de uma Europa supranacional. A União Europeia, uma das arenas dominantes para a projeção internacional dos Países Baixos, reflete o ideal neerlandês de fortalecer o sistema internacional baseado em regras e com o objetivo de promover a paz e a segurança, bem como o livre comércio. Esses benefícios extrapolariam, assim, na percepção neerlandesa, aqueles trazidos pelo mercado único, a união monetária e o livre movimento de pessoas.

Em paralelo, os Países Baixos vinculam sua segurança e defesa à OTAN e aos Estados Unidos. Além da lógica estratégica de evitar tornar-se dependente excessivamente dos parceiros europeus, os Países Baixos também têm razões econômico-comerciais para apoiar a vertente transatlântica. O intercâmbio comercial bilateral com os EUA monta a US$ 90 bilhões/ano; os Estados Unidos, por sua vez, são os maiores investidores nos Países Baixos. A visita do Primeiro-Ministro a Washington em julho de 2018 teria sido exitosa em boa parte por conta da estratégia neerlandesa de centrar as discussões nos benefícios auferidos por ambos os países como decorrência do comércio e dos investimentos (825 mil empregos gerados nos Estados Unidos por investimentos neerlandeses e saldo comercial bilateral favorável aos EUA de aproximadamente US$ 30 bilhões).

Não obstante o tradicional engajamento multilateral neerlandês, o atual governo vem atuando para dar satisfação à opinião pública crescentemente reticente quanto à efetividade de organismos multilaterais. Sustenta, nesse sentido, a necessidade de aprimoramento gerencial da ONU, de modo a reduzir a fragmentação de iniciativas e a burocracia, assim como melhorar atividades de prevenção de conflitos, fortalecer a justiça internacional e otimizar as missões de paz.

Os Países Baixos mantêm estreitas relações com a Venezuela, em razão de proximidade geográfica à porção caribenha do Reino, que se estende a Aruba, Curaçao e Bonaire. A cooperação entre ambos os países recebe particular atenção nas áreas de combate ao crime organizado internacional, sobretudo tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e terrorismo. Ainda que o governo neerlandês considere que Maduro teria perdido legitimidade e apoio junto à população, avalia que a solução para a crise parece "distante". Do ponto de vista neerlandês, o agravamento da situação venezuelana poderia ter efeitos negativos para as economias de Aruba e Curaçao, sobretudo nas áreas de energia, migração e turismo, dada a interdependência comercial com a Venezuela.

Como no entorno regional da Europa, a preocupação neerlandesa tem como foco a possibilidade de um grande fluxo migratório atingir as nações e os territórios do Reino no Caribe. Enquadra-se nesse contexto a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos a Caracas, em abril 2018. Na ocasião, encontrou-se com os vice-presidentes venezuelanos Tareck El Aissami e Wilmar Castro Soteldo e firmou acordo pelo qual se suspendeu o fechamento das fronteiras com as ilhas neerlandesas, em vigor desde janeiro anterior. O Primeiro-Ministro Rutte tem continuamente reforçado a retórica neerlandesa pela qual se busca justificar atividades de cooperação para o desenvolvimento com os países do entorno regional europeu com base em suposto efeito de "redução da migração irregular e do extremismo violento".

## ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Em 2018, dados divulgados pelo Escritório Central de Estatísticas dos Países Baixos (em nerlandês, *Centraal Bureau voor de Statistiek* - CBS) mostravam que o crescimento da economia neerlandesa no terceiro trimestre do ano cresceu 0,2%, menor que o crescimento apresentado no segundo trimestre, de 0,7%. O CBS afirma que o ritmo mais lento se deve ao consumo interno e comércio exterior, também reduzidos.

Entretanto, o mercado mostrou-se cauteloso em suas previsões para o crescimento da economia neerlandesa entre 2018 e 2020. A expectativa de crescimento do PIB em 2018 foi reduzida de 2,9% para 2,6%. Em 2019, o banco espera crescimento de 2%, ao invés dos 2,5% previstos anteriormente. Para 2020, o crescimento seria de 1,7%. O banco ABN aponta como motivos da desaceleração a redução da atividade econômica em geral, e as expectativas decrescentes da indústria e consumidores. No plano externo, incertezas sobre o "Brexit" e disputas comerciais entre China e EUA seriam fatores de risco para a economia do país. A conjuntura atual também apontaria para redução dos investimentos, do consumo interno e das exportações. A taxa de desemprego, no entanto, não seria afetada significativamente.

Bens de consumo e serviços ficaram 2,1% mais caros em outubro com relação ao mesmo período do ano anterior, segundo o índice de preços ao consumidor do CBS. Em setembro, os consumidores pagaram 1,9% a mais que no

mesmo mês no ano passado. Na Zona do Euro, de acordo com o índice europeu harmonizado de preços, o aumento foi de 2,2%.

Segundo o CBS, houve queda no desemprego, que agora é de 3,8%, menor que a taxa prevista pelo Escritório Central de Planejamento (CPB) para o ano de 2018 (3,9%). Em números mais concretos, houve aumento médio de 20 mil pessoas empregadas nos últimos três meses. Esse índice foi mais forte na faixa etária entre 45 e 75 anos, em que a taxa de desemprego caiu de 3,7% para 3,3%. Na faixa etária de 25 a 45 anos, o desemprego ficou igual, em 2,6%. Entre os jovens (15 a 25 anos), a taxa de desemprego caiu para 7,2%.

O CBS relata que, no terceiro trimestre, os investimentos em ativos fixos aumentaram mais de 2% com relação ao terceiro trimestre de 2017, puxadas pelos setores de imóveis, prédios comerciais, carros e máquinas. O crescimento dos investimentos no terceiro trimestre é, entre outros, menor do que em trimestres anteriores de 2018.

Os aluguéis ficaram 2,3% mais caros em julho deste ano em comparação ao ano passado. O preço dos imóveis subiu 9,3% até setembro de 2018, o nível mais alto desde a criação do índice em 1995. Como consequência, menos imóveis estão sendo comprados. Nos primeiros nove meses de 2018, houve queda de quase 8% nas transações desse tipo, em comparação com o mesmo período em 2017. A questão a compra do primeiro imóvel foi, inclusive, destaque da Fala do Trono de 2019.

Nos debates para aprovação pelo parlamento do orçamento para 2019, o governo neerlandês buscou passar a imagem de que contribui para a maior prosperidade de todas as camadas da sociedade e de que investe em serviços públicos. Estimou que, em 2019, haveria aumento médio do poder aquisitivo de 1,5% para cerca de 96% dos domicílios. O superavit orçamentário, por sua vez, montaria a 1%. A dívida pública cairia cerca de EUR 6 bilhões, para o equivalente a 49,6% do PIB. O desemprego cairia para 3,5%, o "menor nível desde 2001".

Ao longo de 2018, foram anunciadas mudanças no sistema tributário, dentre as quais destacam-se: i) a redução de impostos sobre salários; ii) o aumento, de 6 para 9%, da alíquota mais baixa do imposto sobre valor agregado, "tributo economicamente menos distorsivo"; iii) o aumento do tributo incidente sobre o uso de fontes de energia poluentes e redução daquele sobre o consumo de eletricidade; e iv) com o "objetivo de atrair empresas internacionais que contribuem genuinamente para a economia", abolir o imposto sobre dividendos, reduzir a

imposto sobre empresas e introduzir a retenção, na fonte, de dividendos pagos a jurisdições com baixa tributação.

***Comércio exterior***

Os Países Baixos atribuem grande importância à ordem internacional baseada no direito e no livre comércio. Em sua crítica ao protecionismo, adota um discurso de valorização dos "contatos interpessoais" entre representantes neerlandeses e aqueles de outras nações, em diferentes vertentes (funcionários públicos, acadêmicos, empresários, atletas, artistas e turistas), como fundamento para o fortalecimento das relações bilaterais.

Do ponto de vista neerlandês, busca-se melhor posicionamento do país em cenário internacional com elementos de instabilidade e potencialmente prejudiciais à sua economia, percepção que leva os Países Baixos a buscarem alianças fora do eixo tradicional europeu e transatlântico, particularmente na Ásia

As estatísticas oficiais mostram que a os Países Baixos vêm constantemente aumentando sua presença no comércio mundial. Em 2018 a corrente de comércio exterior do país totalizou US$ 1.107,1 bi, diante de US$ 956,0 bi em 2019 e US$ 411,7 bi em 2001. O saldo é sempre positivo, fechando em US$ 64,2 bi em 2018. Os principais destinos das exportações dos Países Baixos, em 2018, foram a Alemanha (22,8%), seguida da Bélgica (10,01%). O Brasil ocupou, no mesmo ano, a 15ª posição (0,5%). Já pelo lado das importações, os principais parceiros, em 2018, foram, igualmente, a Alemanha (17,6%) e a Bélgica (10 %). O Brasil ficou com o 23° lugar (1,3%).

A China afigura-se como um parceiro promissor dos Países Baixos. Nas relações bilaterais com o gigante asiático, em 2018, foram anunciadas diversas iniciativas de investimentos neerlandeses na China: i) a empresa "Lithium Werks" construirá nova fábrica de baterias; ii) a KLM realizará a manutenção de motores de aeronaves da empresa Xiamen; iii) os bancos ING e "Bank of Beijing" estabelecerão "joint venture" na China; iv) a Shell também tem planos de estabelecer "joint venture" com a CNCP. Caso concretizados, tais projetos representarão negócios entre EUR 7,5 e 9,5 bilhões.

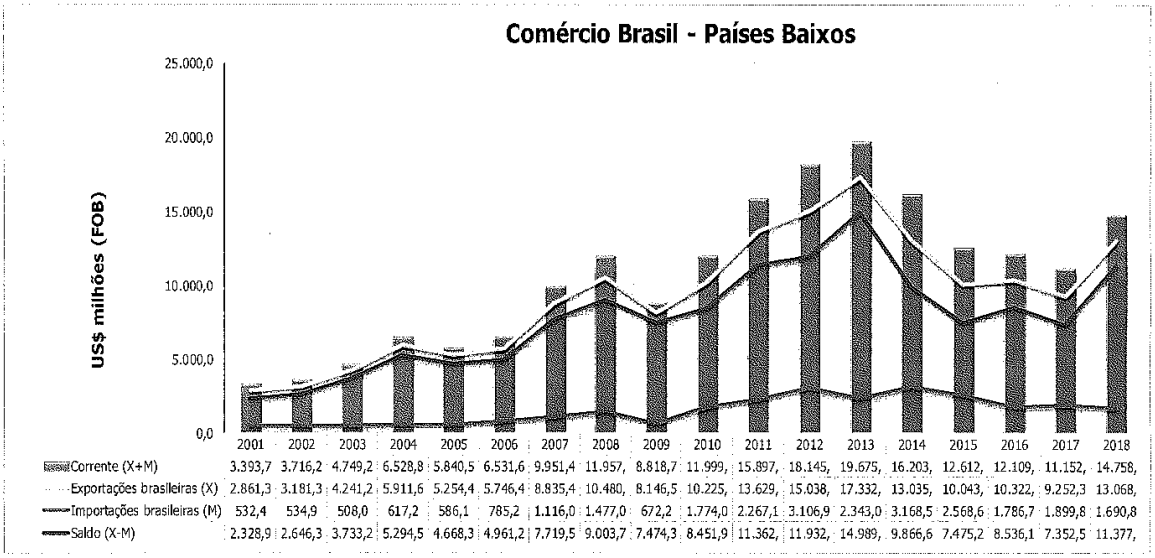
Na visão do Primeiro Ministro Mark Rutte, o maior desafio ao comércio bilateral entre os dois países reside nas "assimetrias aparentes" existentes entre a China e os Países Baixos: o território chinês é 230 vezes maior; a população, 80

vezes; e a economia, 10 vezes. Apesar desses números, o Primeiro Ministro avalia existirem outros dados a comprovar os "fortes laços" bilaterais: 900 empresas neerlandesas estão ativas na China e 650 empresas chinesas tem conexões com os Países Baixos; os Países Baixos, na Europa, são o terceiro maior parceiro comercial, o terceiro maior investidor e o terceiro maior importador da China; a China é o terceiro maior destino de exportações neerlandesas; o volume de comércio bilateral cresceu, entre meados dos anos 1990 e 2017, de US$ 2,5 bilhões para US$ 47 bilhões.

Na atual perspectiva dos Países Baixos, as reformas econômicas empreendidas na China "nos últimos 40 anos", que teriam gerado "grande crescimento econômico" e "rápida redução da pobreza", somados ao engajamento chinês frente ao desafio da mudança do clima, no qual o empresariado chinês contribuiria positivamente com soluções inovadoras e sustentáveis. Por essa razão, existe expectativa de que as soluções desenvolvidas nos Países Baixos poderiam ser aplicadas na China, em áreas como energia, saúde, cuidados para idosos, segurança alimentar, logística, gerenciamento de recursos hídricos, meio ambiente e urbanização, numa dinâmica que teria em conta o papel dos Países Baixos como "hub" logístico para a China na Europa.

Segundo dados do MDIC, as exportações de produtos do Brasil para os Países Baixos caíram para 9.583,7 milhões de dólares no período de janeiro a novembro de 2019, comparados a 12.331,8 milhões no mesmo período do ano passado. Nas importações de produtos neerlandeses, por outro lado, houve aumento, de 1.553,8 milhão de dólares no período de janeiro a novembro de 2018 para 1.916,9 milhão no acumulado de 2019. A balança comercial deverá fechar o ano, de todas as formas, em condições favoráveis ao Brasil.

# DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

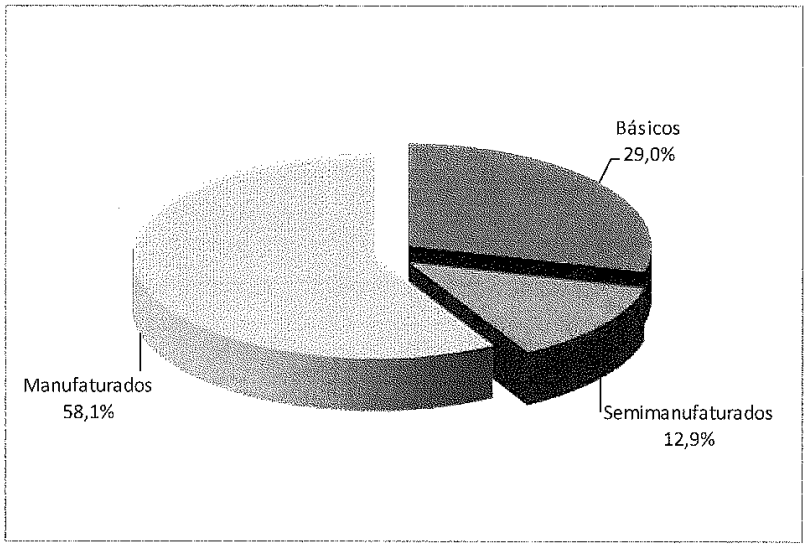



| 2018/2019 | Exportações brasileiras | Importações brasileiras | Corrente de comércio | Saldo |
|---|---|---|---|---|
| 2018 (jan-nov) | 12.332 | 1.554 | 13.886 | 10.778 |
| 2019 (jan-nov) | 9.584 | 1.917 | 11.501 | 7.667 |

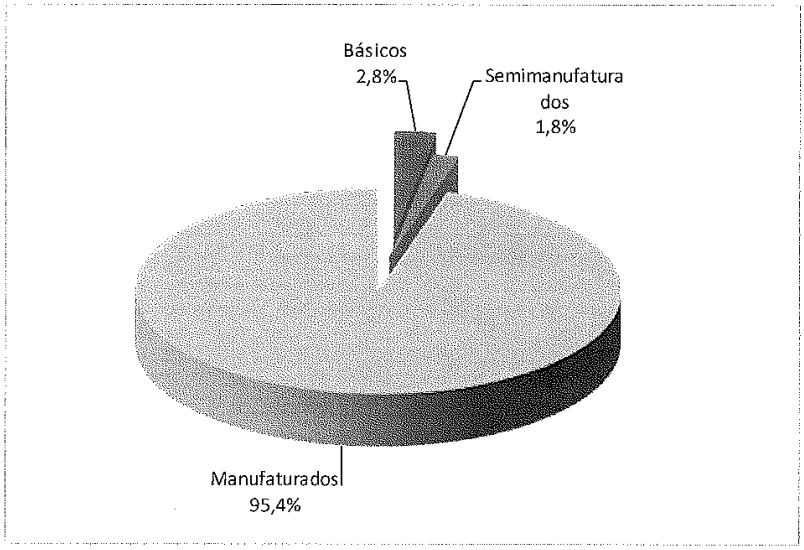
*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do MDIC, Dezembro de 2019*

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado**
**2018**

**Exportações**




**Importações**



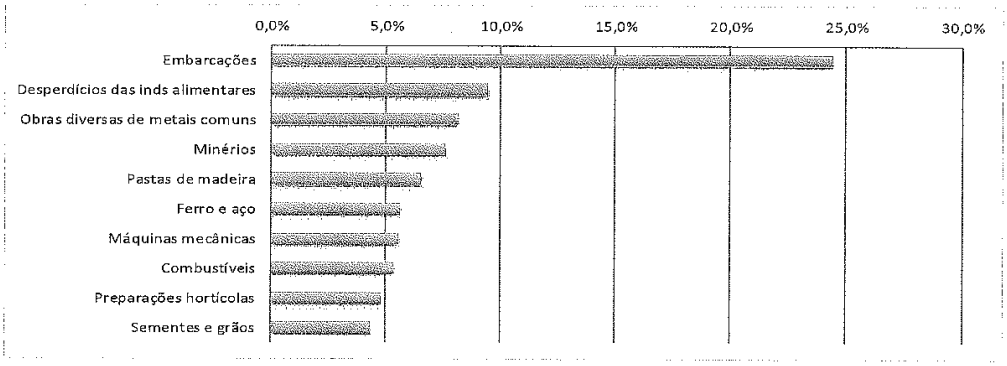

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do MDIC, Dezembro de 2019*

**Composição das exportações brasileiras para os Países Baixos**
**US$ milhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2016 | | 2017 | | 2018 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Embarcações | 1.313,1 | 12,7% | 0,0 | 0,0% | 3.194,1 | 24,4% |
| Desperdícios das inds alimentares | 1.095,3 | 10,6% | 1.093,3 | 11,8% | 1.232,0 | 9,4% |
| Obras diversas de metais comuns | 1.250,5 | 12,1% | 1.077,4 | 11,6% | 1.069,0 | 8,2% |
| Minérios | 817,3 | 7,9% | 1.026,7 | 11,1% | 989,4 | 7,6% |
| Pastas de madeira | 757,0 | 7,3% | 721,0 | 7,8% | 851,4 | 6,5% |
| Ferro e aço | 583,6 | 5,7% | 671,2 | 7,3% | 738,5 | 5,7% |
| Máquinas mecânicas | 670,6 | 6,5% | 680,0 | 7,3% | 730,2 | 5,6% |
| Combustíveis | 328,3 | 3,2% | 348,0 | 3,8% | 702,5 | 5,4% |
| Preparações hortícolas | 524,9 | 5,1% | 518,3 | 5,6% | 623,9 | 4,8% |
| Sementes e grãos | 593,7 | 5,8% | 633,9 | 6,9% | 563,9 | 4,3% |
| **Subtotal** | **7.934,4** | **76,9%** | **6.769,6** | **73,2%** | **10.694,7** | **81,8%** |
| **Outros** | **2.388,4** | **23,1%** | **2.482,6** | **26,8%** | **2.373,3** | **18,2%** |
| **Total** | **10.322,8** | **100,0%** | **9.252,3** | **100,0%** | **13.068,0** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do MDIC, Dezembro de 2019*

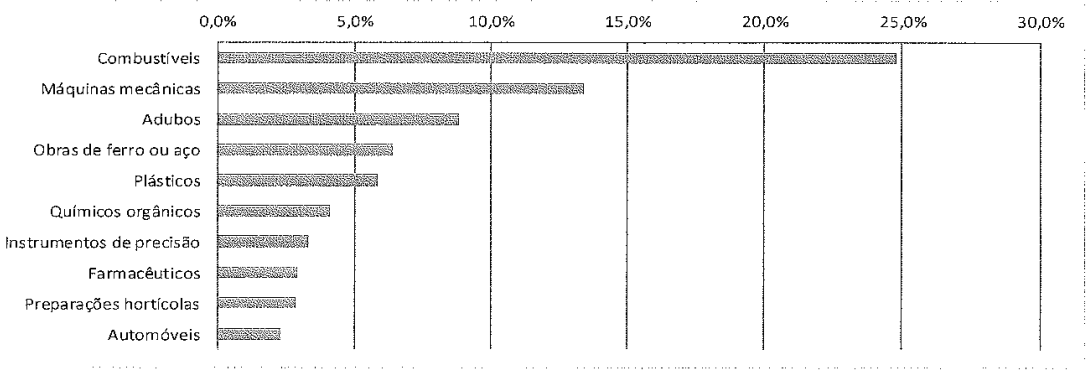
**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018**



| Grupos de produtos (SH2) | 2016 | | 2017 | | 2018 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Combustíveis | 772,4 | 43,2% | 792,5 | 41,7% | 419,3 | 24,8% |
| Máquinas mecânicas | 170,2 | 9,5% | 162,1 | 8,5% | 226,7 | 13,4% |
| Adubos | 134,6 | 7,5% | 160,0 | 8,4% | 150,0 | 8,9% |
| Obras de ferro ou aço | 19,5 | 1,1% | 17,3 | 0,9% | 108,4 | 6,4% |
| Plásticos | 82,3 | 4,6% | 101,2 | 5,3% | 99,1 | 5,9% |
| Químicos orgânicos | 77,8 | 4,4% | 104,4 | 5,5% | 69,3 | 4,1% |
| Instrumentos de precisão | 39,5 | 2,2% | 43,6 | 2,3% | 56,6 | 3,3% |
| Farmacêuticos | 67,3 | 3,8% | 67,7 | 3,6% | 49,8 | 2,9% |
| Preparações hortícolas | 65,2 | 3,6% | 51,7 | 2,7% | 48,3 | 2,9% |
| Automóveis | 17,1 | 1,0% | 28,8 | 1,5% | 39,1 | 2,3% |
| **Subtotal** | **1.445,8** | **80,9%** | **1.529,2** | **80,5%** | **1.266,6** | **74,9%** |
| **Outros** | **340,9** | **19,1%** | **370,5** | **19,5%** | **424,2** | **25,1%** |
| **Total** | **1.786,7** | **100,0%** | **1.899,8** | **100,0%** | **1.690,8** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do MDIC, Dezembro de 2019*

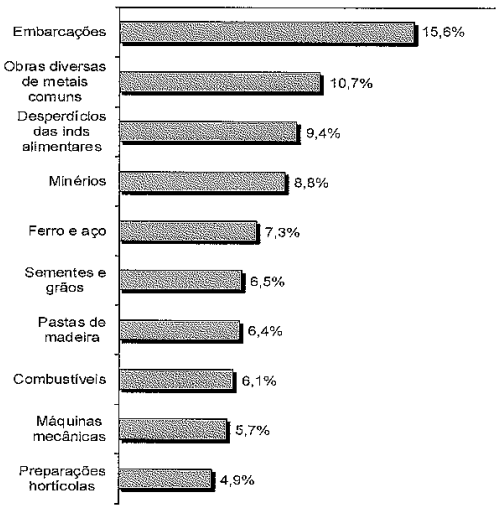
**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018**



**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**
**US$ milhões**

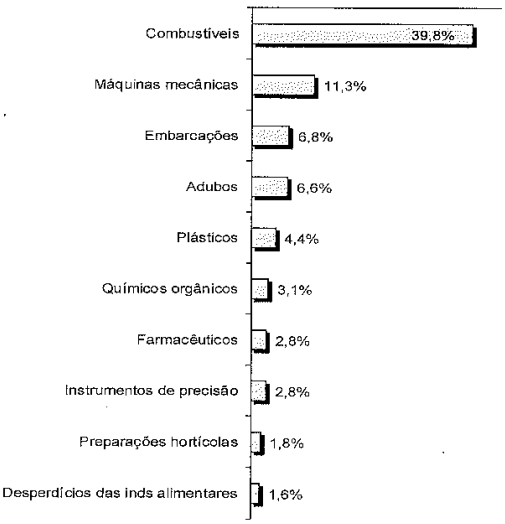
| Grupos de produtos (SH2) | 2018 (jan-nov) | Part. % no total | 2019 (jan-nov) | Part. % no total |
|---|---|---|---|---|
| **Exportações** | | | | |
| Embarcações | 3.194,1 | 25,9% | 1.498,9 | 15,6% |
| Obras diversas de metais comuns | 1.019,1 | 8,3% | 1.024,3 | 10,7% |
| Desperdícios das inds alimentares | 1.133,6 | 9,2% | 905,2 | 9,4% |
| Minérios | 948,5 | 7,7% | 844,3 | 8,8% |
| Ferro e aço | 674,2 | 5,5% | 698,6 | 7,3% |
| Sementes e grãos | 559,0 | 4,5% | 622,1 | 6,5% |
| Pastas de madeira | 788,2 | 6,4% | 612,3 | 6,4% |
| Combustíveis | 616,3 | 5,0% | 582,5 | 6,1% |
| Máquinas mecânicas | 666,5 | 5,4% | 548,4 | 5,7% |
| Preparações hortícolas | 554,1 | 4,5% | 472,2 | 4,9% |
| **Subtotal** | **10.153,5** | **82,3%** | **7.808,8** | **81,5%** |
| **Outros** | **2.178,3** | **17,7%** | **1.774,9** | **18,5%** |
| **Total** | **12.331,8** | **100,0%** | **9.583,7** | **100,0%** |

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2019**

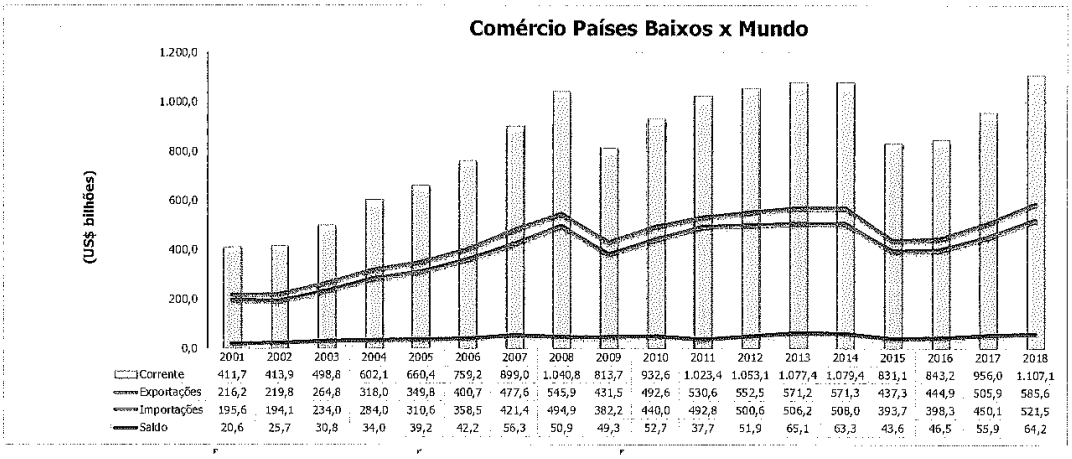



| Grupos de produtos (SH2) | 2018 (jan-nov) | Part. % no total | 2019 (jan-nov) | Part. % no total |
|---|---|---|---|---|
| **Importações** | | | | |
| Combustíveis | 370,3 | 23,8% | 763,8 | 39,8% |
| Máquinas mecânicas | 205,2 | 13,2% | 216,3 | 11,3% |
| Embarcações | 1,9 | 0,1% | 130,2 | 6,8% |
| Adubos | 124,0 | 8,0% | 126,9 | 6,6% |
| Plásticos | 93,5 | 6,0% | 84,0 | 4,4% |
| Químicos orgânicos | 66,0 | 4,3% | 60,1 | 3,1% |
| Farmacêuticos | 48,7 | 3,1% | 53,2 | 2,8% |
| Instrumentos de precisão | 53,3 | 3,4% | 53,1 | 2,8% |
| Preparações hortícolas | 44,7 | 2,9% | 34,2 | 1,8% |
| Desperdícios das inds alimentares | 35,2 | 2,3% | 30,5 | 1,6% |
| **Subtotal** | **1.043,0** | **67,1%** | **1.552,3** | **81,0%** |
| **Outros produtos** | **510,9** | **32,9%** | **364,6** | **19,0%** |
| **Total** | **1.553,8** | **100,0%** | **1.916,9** | **100,0%** |

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2019**




*Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do MDIC, Dezembro de 2019*




| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Corrente | 411,7 | 413,9 | 498,8 | 602,1 | 660,4 | 759,2 | 899,0 | 1.040,8 | 813,7 | 932,6 | 1.023,4 | 1.053,1 | 1.077,4 | 1.079,4 | 831,1 | 843,2 | 956,0 | 1.107,1 |
| Exportações | 216,2 | 219,8 | 264,8 | 318,0 | 349,8 | 400,7 | 477,6 | 545,9 | 431,5 | 492,6 | 530,6 | 552,5 | 571,2 | 571,3 | 437,3 | 444,9 | 505,9 | 585,6 |
| Importações | 195,6 | 194,1 | 234,0 | 284,0 | 310,6 | 358,5 | 421,4 | 494,9 | 382,2 | 440,0 | 492,8 | 500,6 | 506,2 | 508,0 | 393,7 | 398,3 | 450,1 | 521,5 |
| Saldo | 20,6 | 25,7 | 30,8 | 34,0 | 39,2 | 42,2 | 56,3 | 50,9 | 49,3 | 52,7 | 37,7 | 51,9 | 65,1 | 63,3 | 43,6 | 46,5 | 55,9 | 64,2 |

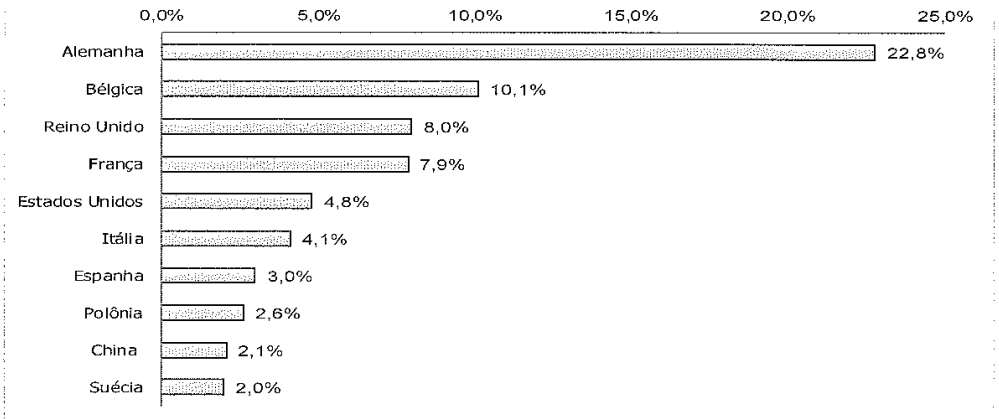
*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Tradenap, em Dezembro de 2019*

**Principais destinos das exportações dos Países Baixos**
**US$ bilhões**

| Países | 2018 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Alemanha | 133,52 | 22,8% |
| Bélgica | 59,29 | 10,1% |
| Reino Unido | 46,84 | 8,0% |
| França | 46,11 | 7,9% |
| Estados Unidos | 28,13 | 4,8% |
| Itália | 24,02 | 4,1% |
| Espanha | 17,56 | 3,0% |
| Polônia | 15,32 | 2,6% |
| China | 12,08 | 2,1% |
| Suécia | 11,70 | 2,0% |
| ... | | |
| *Brasil (35º lugar)* | *2,94* | *0,5%* |
| **Subtotal** | **397,50** | **67,9%** |
| **Outros países** | **188,12** | **32,1%** |
| **Total** | **585,62** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Dezembro de 2019*

**10 principais destinos das exportações**

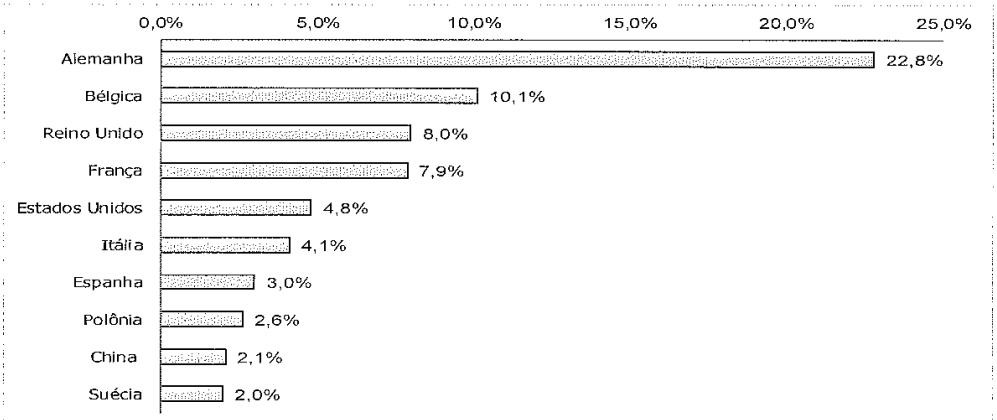


**Principais destinos das exportações dos Países Baixos**
**US$ bilhões**

| Países | 2018 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Alemanha | 133,52 | 22,8% |
| Bélgica | 59,29 | 10,1% |
| Reino Unido | 46,84 | 8,0% |
| França | 46,11 | 7,9% |
| Estados Unidos | 28,13 | 4,8% |
| Itália | 24,02 | 4,1% |
| Espanha | 17,56 | 3,0% |
| Polônia | 15,32 | 2,6% |
| China | 12,08 | 2,1% |
| Suécia | 11,70 | 2,0% |
| ... | | |
| *Brasil (35º lugar)* | *2,94* | *0,5%* |
| **Subtotal** | **397,50** | **67,9%** |
| **Outros países** | **188,12** | **32,1%** |
| **Total** | **585,62** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Dezembro de 2019*

**10 principais destinos das exportações**

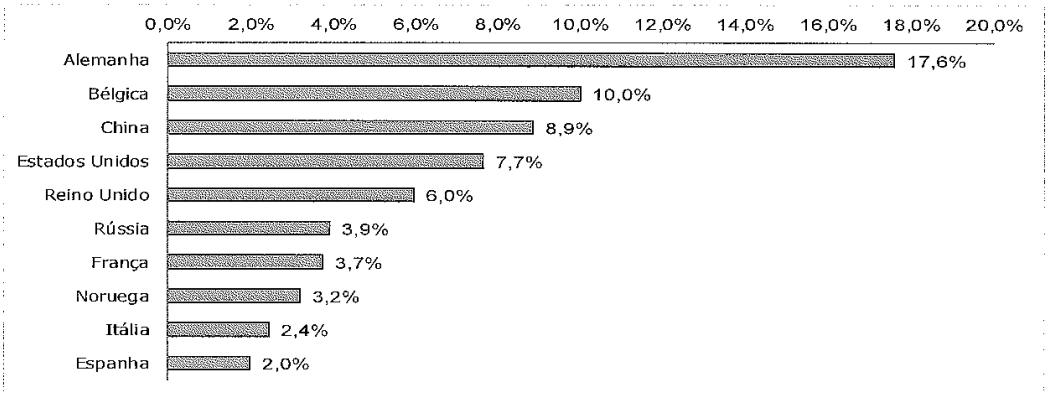


**Principais origens das importações dos Países Baixos**
**US$ bilhões**

| Países | 2018 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Alemanha | 91,76 | 17,6% |
| Bélgica | 52,17 | 10,0% |
| China | 46,25 | 8,9% |
| Estados Unidos | 39,90 | 7,7% |
| Reino Unido | 31,07 | 6,0% |
| Rússia | 20,36 | 3,9% |
| França | 19,53 | 3,7% |
| Noruega | 16,65 | 3,2% |
| Itália | 12,69 | 2,4% |
| Espanha | 10,35 | 2,0% |
| ... | | |
| *Brasil (23º lugar)* | *7,03* | *1,3%* |
| **Subtotal** | **347,76** | **66,7%** |
| **Outros países** | **173,70** | **33,3%** |
| **Total** | **521,45** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Dezembro de 2019*

**10 principais origens das importações**

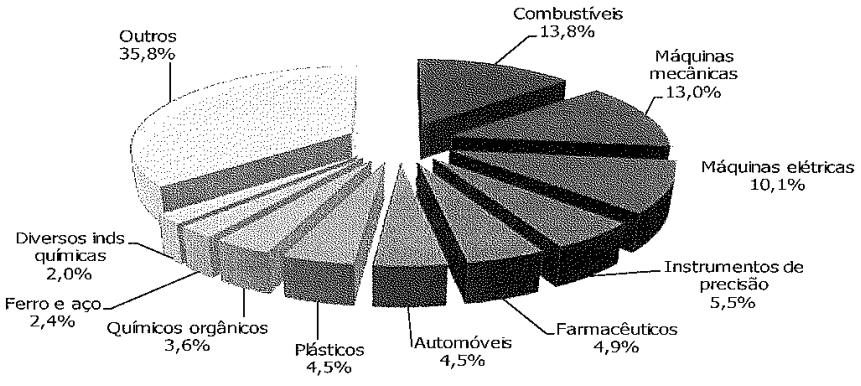


**Composição das exportações dos Países Baixos**
**US$ bilhões**

| Grupos de Produtos (SH2) | 2018 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Combustíveis | 80,89 | 13,8% |
| Máquinas mecânicas | 75,98 | 13,0% |
| Máquinas elétricas | 58,86 | 10,1% |
| Instrumentos de precisão | 32,26 | 5,5% |
| Farmacêuticos | 28,49 | 4,9% |
| Automóveis | 26,28 | 4,5% |
| Plásticos | 26,12 | 4,5% |
| Químicos orgânicos | 21,15 | 3,6% |
| Ferro e aço | 13,94 | 2,4% |
| Diversos inds químicas | 11,79 | 2,0% |
| **Subtotal** | **375,76** | **64,2%** |
| **Outros** | **209,87** | **35,8%** |
| **Total** | **585,62** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Dezembro de 2019*

**10 principais grupos de produtos exportados**

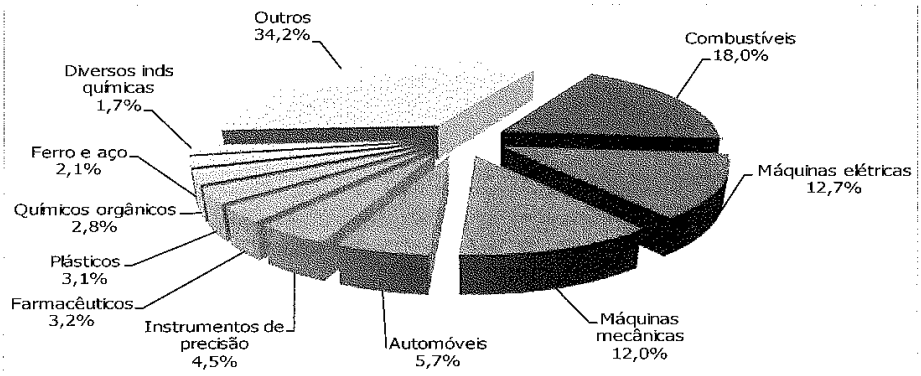


**Composição das importações dos Países Baixos**
**US$ bilhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2018 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Combustíveis | 94,09 | 18,0% |
| Máquinas elétricas | 66,43 | 12,7% |
| Máquinas mecânicas | 62,55 | 12,0% |
| Automóveis | 29,66 | 5,7% |
| Instrumentos de precisão | 23,32 | 4,5% |
| Farmacêuticos | 16,63 | 3,2% |
| Plásticos | 16,11 | 3,1% |
| Químicos orgânicos | 14,51 | 2,8% |
| Ferro e aço | 10,91 | 2,1% |
| Diversos inds químicas | 8,92 | 1,7% |
| **Subtotal** | **343,12** | **65,8%** |
| **Outros** | **178,33** | **34,2%** |
| **Total** | **521,45** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Dezembro de 2019*

**10 principais grupos de produtos importados**



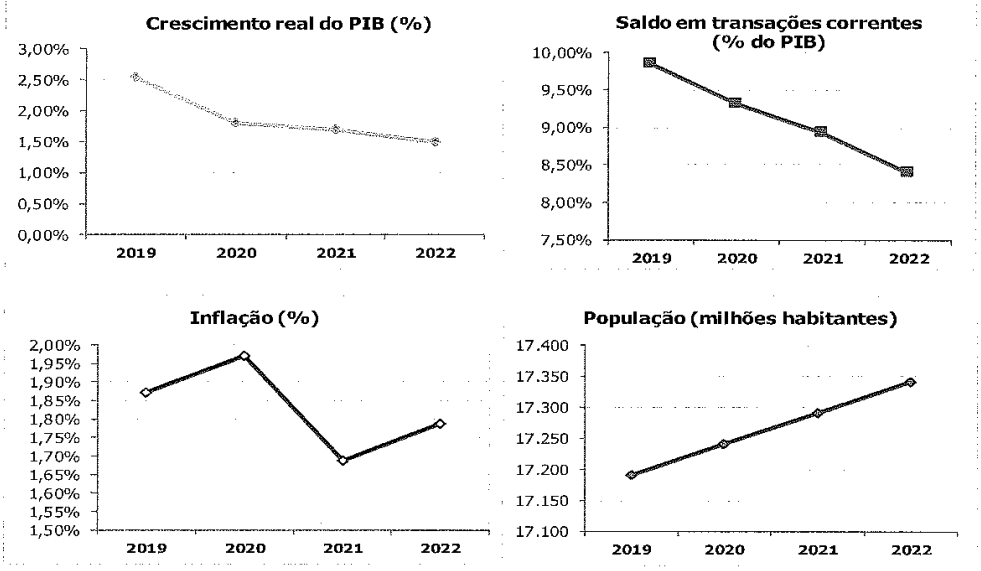
**Principais indicadores socioeconômicos dos Países Baixos**

| **Indicador** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** |
|---|---|---|---|---|
| Crescimento real do PIB (%) | 2,54% | 1,81% | 1,69% | 1,49% |
| PIB nominal (US$ bilhões) | 912,90 | 914,03 | 954,93 | 922,12 |
| PIB nominal "per capita" (US$) | 53.106 | 53.016 | 55.230 | 57.215 |
| PIB PPP (US$ bilhões) | 50.118 | 50.877 | 51.587 | 52.204 |
| PIB PPP "per capita" (US$) | 56.383 | 58.254 | 60.300 | 62.290 |
| População (milhões habitantes) | 17.190 | 17.240 | 17.290 | 17.340 |
| Desemprego (%) | 3,84% | 3,74% | 3,64% | 3,54% |
| Inflação (%)[2] | 1,87% | 1,97% | 1,69% | 1,79% |
| Saldo em transações correntes (% do PIB) | 9,85% | 9,32% | 8,94% | 8,40% |
| Dívida externa (US$ bilhões) | n.d | n.d | n.d | n.d |
| Câmbio (US$/ €)[2] | 1,12 | 1,12 | 1,17 | 1,22 |
| **Origem do PIB ( 2017 Estimativa )** | | | | |
| Agricultura | | 1,6% | | |
| Indústria | | 17,9% | | |
| Serviços | | 70,2% | | |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report Dezembro 2019 e da Cia.gov/World Factbook.*

*(1) Estimativas FMI e EIU.*

*(2) Média do período.*



## CRONOLOGIA HISTÓRICA

| | |
|---|---|
| **1914-1918** | Os Países Baixos mantêm sua neutralidade durante a Primeira Guerra Mundial. O imperador Guilherme II da Alemanha exila-se nos Países Baixos ao final da guerra. |
| **1939** | No romper da 2ª Guerra Mundial, os Países Baixos declaram sua neutralidade. |
| **1940** | A Alemanha nazista invade a 10 de maio. A Família Real holandesa desloca-se para a Inglaterra. |
| **1945** | A ocupação alemã termina com a rendição da Alemanha Nazista. |
| **1949** | As Índias Orientais Holandesas, que haviam sido ocupadas pelo Japão durante a 2ª Guerra Mundial, declaram independência, como Indonésia. |
| **1949** | Os Países Baixos abandonam sua política de neutralidade e se juntam à OTAN. |
| **1952** | Os Países Baixos são membro fundador da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, que se tornaria a Comunidade Econômica Europeia cinco anos depois. |
| **1963** | A colônia holandesa da Nova Guiné é cedida à Indonésia. |
| **1975** | A colônia holandesa do Suriname alcança sua independência. Centenas de milhares de surinameses emigram para os Países Baixos. |
| **1980** | A Rainha Juliana abdica; Beatriz torna-se Rainha. |
| **2002** | O Euro substitui o Florim holandês. |
| **2004** | Falecimento da Rainha-Mãe Juliana, aos 94 anos. |
| **2006** | O Parlamento concorda em enviar um adicional de 1.400 soldados holandeses para se juntar às forças lideradas pela OTAN no Afeganistão. |
| **2010** | Em agosto, os Países Baixos retiram seus 1.900 soldados do Afeganistão, terminando uma missão de quatro anos. |
| **2010** | No mês de outubro, as Antilhas Neerlandesas são dissolvidas. Curaçao e São Martinho tornam-se nações no Reino dos Países Baixos, enquanto Bonaire, Santo Eustáquio e Saba tornam-se municípios especiais autônomos. |
| **2011** | O primeiro-ministro Mark Rutte renuncia depois que o Partido da Liberdade se recusa a apoiar um orçamento de austeridade. |
| **2012** | Os liberais do primeiro-ministro Mark Rutte vencem a eleição com 41 assentos no parlamento, dois a mais que o Partido Trabalhista de centro-esquerda. O eurocético e anti-imigração |

| | |
|---|---|
| | Partido da Liberdade sofre pesadas perdas. Liberais e trabalhistas formam uma coalizão liderada por Mark Rutte. O novo governo adverte que serão necessárias medidas severas de austeridade. |
| **2013** | Willem-Alexander se torna rei. |
| **2014** | O voo MH17 da Malaysian Airlines viajando de Amsterdã para Kuala Lumpur cai no leste da Ucrânia, perto da fronteira com a Rússia. A Holanda declara luto nacional por seus 193 cidadãos que estão entre as 298 pessoas mortas. |
| **2015** | O relatório do Conselho de Segurança holandês conclui que o voo MH17 caiu na Ucrânia, controlada pelos rebeldes, porque foi atingido por um míssil russo tipo Buk, mas não diz quem disparou o míssil. |
| **2016** | Promotores internacionais dizem que o voo MH17 foi derrubado no leste da Ucrânia em 2014 por um míssil Buk que veio da Rússia. |
| **2017** | O primeiro-ministro Mark Rutte forma uma coalizão após um recorde de 225 dias de negociações após as eleições de março. |
| **2018** | O Parlamento neerlandês vota esmagadoramente a favor do reconhecimento do massacre de cerca de 1,5 milhão de armênios pelas tropas otomanas em 1915 como genocídio. |

**CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS**

| | |
|---|---|
| 1906 | Tratado Relativo aos Limites entre o Brasil e a Colônia de Suriname (Guiana Holandesa); |
| 1931 | Acordo Relativo ao Protocolo de Intenções para a Demarcação da Fronteira da Guiana Holandesa; |
| 1938 | Ata de Encerramento dos Trabalhos de Demarcação das Fronteiras Brasil-Guiana Holandesa; |
| 1952 | Criação da Câmara de Comércio Brasil-Holanda |
| 1955 | Acordo para a Criação de uma "Comissão Mista Brasil-Holanda de Desenvolvimento Econômico"; |
| 1997 | Visita do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia; |
| 02/1998 | Visita do Vice-Presidente Marco Maciel; |
| 03/1998 | Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Hans van Mierlo; |
| 03/1998 | Visita do Príncipe Herdeiro Willem Alexander; |
| 08/1998 | Visita do Príncipe Herdeiro Willem Alexander; |
| 11/1998 | Aquisição do Banco Real e do BANDEPE pelo Banco AMB AMRO; |
| 12/1998 | Visita do Primeiro-Ministro Win Kok; |
| 10/2000 | Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso; |
| 03/2003 | Visita da Rainha Beatrix, do Príncipe Herdeiro Willem Alexander e da Princesa Máxima; |
| 06/2004 | Visita do "Minister of State" Hans van Mierlo, no marco das comemorações do IV Centenário de Nascimento de Maurício de Nassau; |
| 2005 | Visita da Princesa Máxima; |
| 01/2007 | Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Bernard Bot; |
| 04/2008 | Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; |
| 03/2009 | Visita do Primeiro-Ministro Jan Peter Balkenende. |
| 03/2009 | Visita do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim |
| 2010 | Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Maxime Verhagen |
| 03/2011 | Promulgada a Lei Nº 12.392, que institui o Ano da Holanda no Brasil, em comemoração ao centenário da imigração "moderna" de holandeses ao Brasil |
| 11/2011 | Visita ao Brasil do Ministro da Agricultura e Comércio Exterior, Henk Bleker, acompanhado de missão empresarial. Assinatura |

| | |
|---|---|
| | de MoU para Cooperação em Ciência e Tecnologia. |
| 04/2012 | Visita da Ministra da Infraestrutura, Melanie Schutz van Haegen, acompanhada de missão comercial. |
| 05/2012 | Visita da Princesa Máxima, a convite do Banco Central Brasileiro, por suas funções na ONU e no G20 no campo do Financiamento de Inclusão. |
| 05/2012 | Visita do Chanceler Uri Rosenthal ao Brasil |
| 08/2012 | Visita aos Países Baixos de delegação interministerial brasileira, chefiada pela Ministra Chefe da Casa Civil. |
| 11/2012 | Visita ao Brasil do Príncipe Herdeiro Willem Alexander e de sua esposa, Princesa Máxima. |
| 01/2013 | A Rainha Beatrix anuncia que abdicará do trono em favor do Príncipe Herdeiro Willem Alexander |
| 04/2013 | O Príncipe Herdeiro sobe ao trono e se torna o Rei Willem Alexander da Holanda |
| 07/2013 | Visita do Ministro de Estado aos Países-Baixos |
| 03/2014 | Visita à Haia do Vice-Presidente da República, Michel Temer, no contexto da Cúpula de Segurança Nuclear na Haia |
| 01/2019 | Encontro entre o Presidente Jair Bolsonaro e o primeiro-ministro Mark Rutte, durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos |
| 06/2019 | Encontro entre o Presidente Jair Bolsonaro e o Primeiro-Ministro Mark Rutte, à margem da 14ª Reunião de Cúpula do G-20, Osaka |
| 07/2019 | Assinatura do Acordo sobre Serviços Aéreos com os Países Baixos e do Acordo sobre Serviços Aéreos com os Países Baixos, com relação a São Martinho |
| 09/2019 | Encontro entre o Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos, Stef Blok, à margem da 73ª Assembleia Geral da ONU |

**ATOS BILATERAIS EM VIGOR**

| Título | Data de Celebração |
|---|---|
| Acordo Relativo ao Protocolo de Intenções para a Demarcação da Fronteira da Guiana Holandesa. | 22/09/1931 |
| Ata de encerramento dos Trabalhos de Demarcação das Fronteiras Brasil-Guiana Holandesa. | 30/04/1938 |
| Acordo para a Criação de uma "Comissão Mista Brasil-Holanda de Desenvolvimento Econômico". | 16/08/1955 |
| Acordo para a Abolição do Visto em Passaportes. | 30/01/1956 |
| Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita. | 16/03/1959 |
| Acordo para a Extensão ao Suriname e às Antilhas Neerlandesas da Convenção Relativa à Assistência Judiciária Gratuita de 1959. | 16/11/1964 |
| Acordo Cultural. | 12/10/1966 |
| Convênio de Cooperação Técnica e Financeira no Instituto Holambra. | 24/01/1967 |
| Ata Final dos Entendimentos Aeronáuticos. | 22/08/1969 |
| Acordo Básico de Cooperação Técnica. | 25/09/1969 |
| Troca de Notas Constituindo um Acordo de Privilégios e Imunidades aos Consulados e Funcionários Consulares de Carreira e aos Empregados Consulares. | 05/07/1973 |
| Grupo de Trabalho Brasileiro-Holândes para Assuntos de Agricultura. | 06/07/1976 |
| Convenção Relativa à Assistência Administrativa Mútua para a Aplicação Apropriada da Legislação Aduaneira e para a Prevenção, Investigação e Combate às Infrações Aduaneiras. | 07/03/2002 |
| Memorando de Entendimento sobre Implementação de Isenção Tributária Recíproca no Setor de Transporte Aéreo. | 09/06/2004 |
| Memorando de Entendimento sobre Cooperação na área de Mudança do Clima e Desenvolvimento e Implementação de Projetos com base no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto | 16/12/2004 |

| | |
|---|---|
| Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas | 16/01/2007 |
| Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Países Baixos sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis. | 11/04/2008 |
| Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Países Baixos sobre Cooperação no Campo de Educação Superior e Técnico-Profissional | 11/04/2008 |
| Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Países Baixos sobre Cooperação no Campo do Patrimônio Cultural Comum. | 11/04/2008 |
| Tratado de Transferência de Pessoas Condenadas e Execução de Penas Impostas por Julgamentos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos | 23/01/2009 |
| Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos Relativo à Cooperação em Assuntos de Defesa | 07/12/2011<br>Em promulgação<br>MRE |
| Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, com Relação a Curaçao, Referente a Transporte Aéreo entre Brasil e Curaçao | 03/12/2013 |
| Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, com Relação a Aruba | 16/09/2014<br>Em promulgação<br>MRE |
| Acordo, por Troca de Notas, que se estende a Aruba, Curaçao e Saint Maarten, a aplicação da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino dos Países Baixos Relativa à Assistência Administrativa Mútua para a Aplicação Adequada da Lei Aduaneira e para a Prevenção, Investigação e Combate às Infrações Aduaneiras. | 12/12/2014 |

**EMBAIXADA DO BRASIL NA HAIA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**

**EMBAIXADORA REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP**

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão:

**Parte 1 – Relações com os Países Baixos**

*Contexto Político Interno*

1. Durante meu período à frente desta Embaixada, acompanhei o ano final do segundo governo do primeiro-ministro Mark Rutte (Gabinete Rutte-II), constituído pelos partidos VVD (liberal conservador) e PvdA (trabalhista), assim como as eleições gerais de março de 2017, que levaram ao poder a atual coalizão (Gabinete Rutte-III). Líder da sigla mais votada (VVD), o premiê Mark Rutte, foi, assim, reconduzido à função de primeiro-ministro, que ocupa desde 2010.

2. O Gabinete Rutte-III tomou posse em outubro de 2017, após 208 dias de negociação, as mais longas na história recente do país. A aliança foi formada pelo partido liberal conservador VVD, pelos cristãos CDA e "ChristenUnie" e pelo liberal "progressista" D66. Tratou-se da primeira vez desde 1977 que o governo é composto por mais de três partidos. Este é o terceiro mandato consecutivo de Mark Rutte.

3. Os resultados das eleições gerais de 2017 revelaram maior fragmentação partidária, fortalecimento moderado da direita "populista" (PVV), crescimento dos partidos de centro (D66), centro-direita (democratas-cristãos - CDA) e ambientalistas (GroenLinks e PvdD), e derrota histórica do PvdA (trabalhista).

4. Com perfil de centro-direita, o governo tem-se proposto a recuperar o investimento público nas áreas de segurança, defesa, educação e saúde, além de reformar o sistema tributário com vistas à redução da carga de impostos, em particular sobre as empresas. Também tem conferido prioridade à promoção da sustentabilidade ambiental, à adaptação da economia às metas do Acordo de Paris e reforma do sistema previdenciário.

5. Do ponto de vista orçamentário e financeiro, a implementação do programa tem-se beneficiado do contexto menos restritivo nos últimos anos, com superávit no orçamento e redução do endividamento público.

6. Em março de 2019, tiveram lugar as eleições provinciais, cujos resultados definiram a composição do Senado, onde o governo passou a contar com 31 assentos, aquém do número necessário para assegurar a maioria (38). As eleições provinciais de 2019 também confirmaram a

fragmentação política. O Senado passou a contar com 12 partidos representados, em linha com o que ocorre na Câmara dos Deputados.

7. Na oposição, o "Forum voor Democratie" (antissistema, anti-migração e eurocético), fundado há pouco mais de dois anos, tornou-se a maior agremiação no Senado (12 assentos). Outra sigla a comemorar o resultado foi o "GroenLinks" (esquerda ambientalista), que conquistou 5 a mais no Senado (9).

8. O pleito amplificou as dificuldades que a coalizão tem enfrentado para construir convergências, no plano interno, em assuntos referentes a mudança do clima, imigração, reforma da previdência, fortalecimento de serviços públicos e ética médica (eutanásia e aborto), e, no externo, sobre temas de integração europeia.

9. Analistas locais estimam que o baixo crescimento econômico e o crescimento da desigualdade no período subsequente à crise econômico-financeira internacional de 2008, bem como o aumento da imigração, teriam influenciado o deslocamento, para a direita, das preferências políticas de parcela crescente da população. Registrou-se também, no período, fragmentação do espectro partidário, com o enfraquecimento de partidos tradicionais. Ganharam destaque, assim, à direita, pautas como imigração e identidade nacional. Mais à esquerda, cabe realçar a valorização da classe média e o fortalecimento de serviços públicos essenciais, em particular saúde e educação. As próximas eleições gerais nos Países Baixos estão previstas para março de 2021.

10. Além dessa dinâmica política, a Embaixada acompanhou as principais temáticas que repercutiram nos meios locais nos últimos anos, quais sejam: mudança do clima, imigração e terrorismo.

11. Mudança do clima passou a ganhar relevância no debate público neerlandês com as negociações sobre o acordo climático e energético, que envolveram, desde 2018, governo, partidos políticos, sindicatos, associações patronais e organizações ambientalistas. O êxito inicial obtido com a conclusão de acordo que buscava balancear os diferentes interesses econômicos e sociais envolvidos tem sido mais recentemente questionado. Em primeiro lugar, pelo impacto econômico das medidas previstas sobre as camadas menos abastadas da população e sobre alguns setores com grande representatividade no parlamento (e.g. agropecuária). Em segundo, por sua insuficiência para efetivamente reduzir emissões.

12. Na área migratória, a coalizão formada em 2017, embora tenha lidado com fluxo de imigrantes menor, especialmente se comparado ao patamar de 2015 (quando os ingressos atingiram aproximadamente 60 mil), adotou retórica e posicionamento mais restritivo, em linha com as demandas dos setores mais conservadores da sociedade neerlandesa. VVD e CDA tem buscado promover-se como siglas ligadas ao mote "lei e ordem", mediante defesa de rigor com o "gerenciamento" do ingresso de imigrantes e com a aplicação de exigências (de conhecimentos culturais e da língua neerlandesa) aos estrangeiros que tem a intenção de permanecer nos Países Baixos. Os últimos dados disponíveis, de 2018, dão conta de que ingressaram nos Países Baixos número próximo a 30 mil indivíduos, provenientes, particularmente, do "arco de instabilidade ao redor da Europa" (Oriente Médio e Norte da África).

13. O combate ao terrorismo foi outro tema que mereceu a atenção da Embaixada. Setores da sociedade local associam a presença de imigrantes muçulmanos ao aumento da insegurança e do risco de que tais atos venham a ser cometidos. Além disso, há receio de que o envolvimento de "jihadistas" neerlandeses nos conflitos na Síria e no Iraque, bem como a participação dos Países Baixos nas coalizões que combatem o "Estado Islâmico" e atuam no Iraque, na Síria e no Afeganistão, possam dar causa à radicalização de indivíduos neste país. Desde minha chegada, foram registrados incidentes de pequena dimensão nas cidades de Maastricht, Haia, Amsterdã e Utrecht, onde ocorreram ataques a faca contra transeuntes. Também tem merecido cobertura o debate sobre a repatriação de antigos combatentes neerlandeses e familiares que estiverem detidos em instalações na Síria, ao que o governo neerlandês tem-se oposto.

*Contexto Econômico*

14. Na posição de sexta maior economia da UE, os Países Baixos desempenham relevante papel como "hub" de transportes na Europa. Pelo porto de Roterdã passa parcela significativa do comércio exterior europeu (inclusive das trocas com o Brasil). A economia neerlandesa é caracterizada por alto grau de abertura internacional, altos superávits comerciais e baixas taxas de desemprego. Além de robusto setor industrial (concentrado nas áreas química, microeletrônica, refino de petróleo e exploração de gás, processamento de alimentos e máquinas elétricas), os Países Baixos desenvolveram setor agrícola altamente mecanizado e produtivo, que alça o país à posição de segundo maior exportador mundial de alimentos. É, ademais, tradicionalmente, uma das nações mais bem colocadas no índice de competitividade do Fórum Econômico Mundial.

15. Os Países Baixos foram afetados pela crise financeira a partir de 2008, ano em que o déficit público atingiu 5,3% do PIB. Entre 2009 e 2013, seguiu-se quadro recessivo, com contração do PIB em 1%, elevação da taxa de desemprego a 7,4% e contração do mercado imobiliário. A economia local começou a se recuperar apenas em 2014 e exibe atualmente indicadores positivos.

16. Dados do Escritório Central de Estatísticas dos Países Baixos (CBS), divulgados em 14 de novembro passado, mostram que o crescimento da economia neerlandesa manteve-se em patamar relativamente elevado no terceiro trimestre de 2019 (1,9%, em taxa anualizada, e 0,4% frente ao trimestre anterior). Tratou-se do quinto ano e meio de crescimento consecutivo da economia local. O CBS atribuiu o resultado positivo ao incremento dos investimentos em ativos fixos (7,4%, comparado ao mesmo período do ano anterior), exportação de bens e serviços (2,2%), e crescimento do consumo privado (1,6%) e público (1,5%). Nas exportações, o crescimento registrado foi inferior ao do segundo trimestre do ano, quando montou a 2,8%. Dentre os principais itens exportados, encontram-se produtos químicos, maquinaria e equipamentos. As importações, por sua vez, cresceram 3,2% (comparativamente ao terceiro trimestre de 2018). Nos setores produtivos, os que tiveram o maior incremento foram construção civil (5,3%, frente ao mesmo período de 2018) e agricultura e pesca (4,1%). A indústria local, com crescimento de 1%, ainda não parece ter sido afetada pela queda no desempenho da economia alemã.

*Política Externa Neerlandesa*

17. A política externa neerlandesa, nos últimos anos, tem sido dirigida de modo pragmático, ao buscar combinar prioridades tradicionais do país - União Europeia, transatlantismo (OTAN e EUA)

e Nações Unidas - com o interesse crescente da opinião pública local nas temáticas migratória, de segurança e de crescimento econômico e geração de empregos, assim como com o objetivo de ampliar as parcerias com grandes nações emergentes, em particular no âmbito econômico-comercial.

18. Diante da percepção de sinais de instabilidade ao redor do país e de seu eventual impacto negativo sobre os Países Baixos, as autoridades neerlandesas têm se esforçado por maior protagonismo internacional. Procuram, assim, por meio de alianças circunstanciais, mitigar consequências de processos que podem gerar problemas políticos, econômicos e sociais, como o "Brexit" na União Europeia, a menor previsibilidade dos EUA, as crises no Norte da África e no Oriente Médio e a maior assertividade da Rússia na Europa Oriental e na Síria.

19. Fiz seguimento, assim, da prevalência do relacionamento transatlântico como principal pilar da política externa neerlandesa. O PM Mark Rutte realizou, desde 2018, duas visitas oficiais a Washington. Nessas ocasiões, vem adotando tom moderado e construtivo acerca da retórica crítica do presidente Donald Trump sobre a ordem internacional e o sistema multilateral. Com isso, visa a manter a funcionalidade do relacionamento para fazer frente à instabilidade internacional crescente e a atores como Rússia e China.

20. No plano comunitário, por sua vez, acompanhei detidamente o esforço neerlandês de posicionar-se como interlocutor de relevo nos principais debates ocorridos na União Europeia, em particular à luz do "Brexit". O engajamento pessoal do PM Mark Rutte na política neerlandesa para a Europa consistiu em consolidar abordagem pragmática, que tem enfatizado a relevância da UE para os Países Baixos em termos de prosperidade ("mercado comum e união monetária"), a segurança ("crime transnacional, terrorismo e a instabilidade na fronteira externa do bloco") e a estabilidade ("responder efetivamente a desafios globais como mudança do clima, migração e o futuro do comércio internacional"). Dessa maneira, tenta contrapor-se ao discurso eurocético que passou a ganhar adeptos na classe política e em segmentos da sociedade local.

21. Cabe especificar que o "Brexit" permanece como objeto de grandes debates neste país. Para além das repercussões políticas, em especial no que se refere ao apoio menor da Haia a iniciativas de integração na UE, o 'Brexit' deverá ter impacto sobre a economia dos Países Baixos, diante de riscos que representa em termos orçamentário (maior contribuição dos Países Baixos ao orçamento da UE) e econômico-comercial (o Reino Unido é um dos principais parceiros comerciais neerlandeses na Europa e suas cadeias produtivas estão fortemente integradas).

22. No que se refere à ONU, destaca-se o mandato neerlandês no CSNU, em 2018, que adotou como prioridades: prevenção de conflitos, fortalecimento da justiça internacional e aprimoramento das missões de paz. Os Países Baixos foram, também, eleitos para mandato no Conselho de Direitos Humanos a partir de 2020.

23. O relacionamento com a Rússia permeou as vertentes comunitária e atlântica da política externa neerlandesa. Apesar da série de desacordos entre os países (e.g. derrubada do voo MH17, ocupação da Crimeia, crise síria e espionagem da OPAQ), os Países Baixos têm adotado tom moderado e construtivo com a Rússia, de maneira a manter a fluidez dos contatos de alto nível, em atenção a interesses econômicos e energéticos. A retórica no plano interno, entretanto, tem permanecido

francamente contrária a Moscou e a percepção da "ameaça russa" tem sido denominador comum entre governo e oposição. Para evitar que tal quadro influencie a tomada de decisões concretas prejudiciais ao relacionamento mais amplo com a Rússia, o governo sustenta que qualquer medida seja coordenada nos âmbitos da União Europeia e da OTAN.

24. Tive a oportunidade, ademais, de acompanhar os desenvolvimentos da política externa neerlandesa para os "grandes países em desenvolvimento", a exemplo de China, Índia e Brasil. A atuação dos Países Baixos foi impulsionada pelo objetivo de ampliar os intercâmbios políticos, econômico-comerciais e em C,T&I com parceiros fora do eixo Europa-América do Norte, com vistas a trazer benefícios para o país em período de "instabilidade" no relacionamento transatlântico e no interior da própria União Europeia.

25. Durante meu período à frente desta Embaixada, a ênfase neerlandesa no relacionamento com a América Latina restringiu-se aos desafios impostos pelas conjunturas na Colômbia, em Cuba, no Suriname e na Venezuela. Os Países Baixos se fizeram presentes nos debates internacionais sobre esses países, particularmente ao buscar impulsionar consensos no plano da União Europeia. No caso específico da crise venezuelana, os Países Baixos expressaram preocupação com sua repercussão, em especial migratória e econômica, sobre os territórios neerlandeses no Caribe. Com o Suriname, a despeito do laços histórico-culturais existentes, as relações têm sido limitadas desde a eleição de Bouterse, em 2010; o mandatário surinamês foi condenado, em 1999, por tribunal neerlandês, em caso envolvendo tráfico de drogas. Desde então, não tem havido troca de visitas de alto nível e as interações vêm sendo restritas a "contatos funcionais". A recente (29 de novembro de 2019) condenação de Bouterse, em primeira instância por uma corte militar surinamesa, pelo assassinato de quinze oposicionistas por forças militares do Suriname em 1982 ("Assassinatos de Dezembro"), repercutiu intensamente em meios políticos e midiáticos neerlandeses.

26. No aspecto mais temático da política externa, cabe destacar a proeminência do debate sobre imigração. O governo neerlandês tem-se engajado em iniciativas que visam a replicar o acordo obtido com a Turquia sobre o acolhimento de solicitantes de refúgio e a análise de seus pleitos fora do território europeu. Tem sustentado, ainda, a importância do apoio a projetos que tenham como objetivo melhorar as condições de vida nos países de origem dos fluxos migratórios, assim como nos de trânsito, com vistas a desestimular a continuidade dos deslocamentos para a Europa.

27. Outra matéria a receber tratamento destacado foi terrorismo, o que se refletiu em iniciativas de coordenação em âmbito multilateral e na articulação com outros países. Em 2014, os Países Baixos nomearam enviado especial para o combate ao terrorismo. Até novembro passado, o país co-presidiu, com o Marrocos, o Fórum Global de Combate ao Terrorismo (GCTF). Como se sabe, a Haia é sede do Centro Internacional de Combate ao Terrorismo (ICCT) e do Centro Europeu de Combate ao Terrorismo (ECTC/EUROPOL), criado em 2016. Cabe recordar a sensibilidade política do assunto, à luz dos antigos combatentes de origem neerlandesa que se juntaram a grupos terroristas no Iraque e na Síria.

28. O setor da defesa também foi objeto do trabalho do Posto. O governo neerlandês continua a promover o envolvimento de seus militares em missões da ONU (Mali), da OTAN (Iraque e Afeganistão) e europeias, em demonstração de seu apoio a iniciativas multilaterais que promovam a paz e segurança internacionais, e, assim, contenham crises que possam contribuir para

movimentos migratórios ou terrorismo na Europa. Em novembro passado, anunciou participação na EMASOH - "European-Led mission Awareness Strait of Hormuz", missão militar iniciada pela França e liderada por países europeus no Estreito de Hormuz.

29. Dois últimos assuntos que receberam a prioridade neerlandesa nesse período foram direitos humanos e mudança do clima, ambos com forte ressonância na sociedade local. Em direitos humanos, o governo neerlandês vem consistentemente apoiando ações sobre liberdade de expressão e liberdade na Internet; liberdade religiosa e de crença; direitos iguais para mulheres e meninas; defensores de direitos humanos; direitos iguais para a população LGBTI; e a promoção da ordem jurídica internacional/luta contra impunidade.

30. Em mudança do clima, o governo neerlandês tem buscado posicionar-se como ator de relevo nos debates internacionais e europeus. Os Países Baixos passaram a acolher o "Global Center on Adaptation", que consolidará conhecimento sobre os riscos da mudança do clima, em particular informação sobre maneiras de proteger as áreas habitadas de eventos climáticos extremos e do aumento do nível do mar. Acerca do Acordo de Paris, tem sustentado que o processo de transição climática seja realizado coletivamente, de maneira justa e com apoio amplo (inclusive financeiro e compartilhamento de experiências e boas práticas). Na União Europeia, tem propugnado pelo estabelecimento de metas mais ambiciosas de redução das emissões.

*Relações Bilaterais*

a) Política

31. Embora as relações diplomáticas entre Brasil e Países Baixos tenham sido formalmente estabelecidas em 1828, a história comum dos dois países remete ao século XVII, quando da presença neerlandesa no Nordeste brasileiro. Os Países Baixos continuam a identificar o Brasil como ator importante na América do Sul e em organismos internacionais. A relevância estratégica do relacionamento aumenta pela existência, no Caribe, de territórios autônomos neerlandeses: três países constituintes do Reino - Aruba, Curaçao e São Martinho - e três municípios especiais - Bonaire, Saba e Santo Eustáquio. Cabe destacar, ainda, a ênfase renovada do governo neerlandês na priorização do relacionamento com as grandes economias em desenvolvimento.

32. Durante meu período na chefia do Posto, desde fevereiro de 2017, notei que esses vínculos, de natureza não apenas econômico-comercial, dão ao relacionamento caráter sólido e propiciam fluidez aos contatos oficiais. Exemplo maior disso é a Reunião de Consultas Políticas, foro que tem permitido diálogo periódico e estruturado em assuntos de natureza bilateral, regional e multilateral. Tive a oportunidade de coordenar os preparativos para duas reuniões do gênero, em outubro de 2017, na Haia, e em maio de 2019, em Brasília. Os contatos configuraram oportunidade para ampliar a interlocução e as possibilidades de aproximação nos principais temas da agenda internacional: negociações do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia; situação na América do Sul e na Europa; relacionamento com EUA, Rússia e China; crise síria; conflito israelo-palestino; e dossiês nucleares iraniano e norte-coreano.

33. Embora já diversificada e intensa, julgo que a relação bilateral seria fortalecida com a estruturação do diálogo parlamentar e o reforço do diálogo em nível político e técnico, orientado a

resultados práticos. No caso do diálogo parlamentar, os grupos de amizade recentemente constituídos nas duas Casas do Congresso Nacional são instrumentos relevantes para estabelecer interlocução mais estruturada com o Legislativo neerlandês, que detém relevante participação na formulação e implementação da política externa. Quanto ao diálogo político e técnico, seria oportuno avaliar se a criação de comissões sobre temáticas específicas - e.g. assuntos econômicos, financeiros e comerciais, tráfico de drogas, terrorismo e migração - poderia contribuir para a dinamização do relacionamento, do que são exemplos positivos os dois foros formais de diálogos existentes atualmente - Reunião de Consultas Políticas e Comitê Conjunto Brasil - Países Baixos em Ciência, Tecnologia e Inovação.

b) Comércio e Investimentos

34. O Brasil e os Países Baixos desfrutam de excelentes relações econômico-comerciais. As trocas entre os dois países são fluidas e mutuamente benéficas. Se, de um lado, o saldo das exportações é favorável ao Brasil; de outro, os Países Baixos estão entre os mais importantes investidores estrangeiros no país. Os Países Baixos, que, em 2017, se situavam como quarto maior importador de produtos brasileiros, precedidos por China, Estados Unidos e Argentina, passaram a ser o terceiro em 2018, posição que vêm mantendo no corrente ano. Até novembro de 2019, o país importou 9,5 bilhões de produtos brasileiros, precedidos somente de China e Estados Unidos. Entre os principais produtos da pauta estão farelo e resíduos da extração de óleo de soja; tubos flexíveis, de ferro ou aço; minérios de ferro e seus concentrados; celulose; e óleos brutos de petróleo. No ano de 2018, os Países Baixos foram o maior investidor direto no Brasil, com volume de negócios de cerca de 12,5 bilhões de dólares.

35. Durante minha gestão, o Setor Comercial (SECOM) da Embaixada buscou desenvolver ações que estivessem em sinergia com as tendências positivas das relações econômico-comerciais entre os dois países. Entre essas ações, sobressai o "Brazil Network Day" (BND), iniciativa de promoção comercial e de investimentos organizada regularmente pela Embaixada do Brasil na Haia desde 2011, em parceria com contrapartes neerlandesas, tais como prefeituras, províncias e demais instâncias governamentais, com participação de delegação governamental e empresarial brasileira. Atualmente em sua 16ª edição, o BND consolidou-se como a principal ação do gênero nos Países Baixos, na promoção de oportunidades de negócios e investimentos em áreas prioritárias para as relações econômico-comerciais entre Brasil e Países Baixos.

36. Desde minha assunção do posto, foram realizadas cinco edições do BND: em março de 2017, na cidade da Haia, com delegação do Ceará e foco em infraestrutura; em novembro do mesmo ano, em Utrecht, com delegação de Santa Catarina e foco no agronegócio; em março de 2018, em Roterdã, com delegação do Rio Grande do Sul e foco em energias renováveis; em novembro do mesmo ano, em Amsterdã, com delegação de São Paulo e foco em inovação; e em novembro do corrente ano, novamente na Haia, com delegação de Minas Gerais e foco em biotecnologia e ciências da vida. O BND tem-se mostrado ferramenta eficaz de projeção da imagem do Brasil como parceiro comercial seguro e opção atraente de investimentos. O exercício proporciona dinâmica interação entre diversos setores dos dois países e tem contribuído para avançar iniciativas concretas de cooperação. Entre os resultados positivos mais recentes vale mencionar a decisão da Heineken de estabelecer unidade de produção em Alexânia, em Goiás; o projeto de cooperação entre o Porto

de Roterdã e o Terminal Portuário de Pecém, no Ceará; e a inauguração, em maio de 2018, da nova frequência de voos diretos da KLM entre Fortaleza e Amsterdã.

37. Outra ação regular de destaque é a participação do Brasil na Feira Internacional de Turismo de Utrecht Vakantiebeurs. O Brasil tem participado anualmente, de forma variada, seja com pavilhão nacional, seja com estandes individuais de estados da federação, ou com combinações de ambos. A feira tem servido como plataforma para a promoção de novas frequências aéreas, como os voos diretos da KLM para Fortaleza e os voos fretados da Corendon, operadora de turismo neerlandesa, para Natal. Tem servido também para a divulgação de destinos menos conhecidos pelos neerlandeses, como o Tocantins.

38. Atualmente, o SECOM está ocupado com ações para o ano de 2020: preparação da participação do Brasil na Vakantiebeurs, em janeiro, que terá pavilhão nacional da Embratur e estande individual do Estado do Ceará; participação do Brasil com pavilhão da ABIMAPI (Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães & Bolos Industrializados) na PLMA Amsterdam (World of Private Label), em março; preparação de eventos sobre o agronegócio brasileiro e sobre energias renováveis, no primeiro semestre do ano; além da realização 17ª edição do BND, no segundo semestre.

c) Setor econômico

39. Na agenda econômica bilateral, noto as duas visitas do então Secretário Executivo do MAPA, Eumar Novacki, em 2017; a parceria entre os portos de Roterdã e Pecém, com investimentos iniciais de EUR 75 milhões; a visita do então Coordenador-Geral de Relações Internacionais (CORIN) da Secretaria da Receita Federal (SRF), Flávio Araújo, em junho de 2017; além de outras visitas e atividades, mencionadas em vários segmentos da seção sobre relações bilaterais.

40. O Posto promoveu em bases constantes os interesses brasileiros em temas sanitários, inclusive no contexto da operação "carne fraca" da Polícia Federal, no final de 2017, bem como por ocasião da retenção de carregamentos no Porto de Roterdã, como ocorrido no final de 2017 e em julho e agosto de 2019. Ainda sobre temas sanitários e fitossanitários, destaco missão de inspeção da ANVISA a este país em maio de 2019 (sobre a produção do insumo heparina) e missão de inspeção do MAPA a plantas produtoras de carnes bovinas (vitelo) e suínas e produtos lácteos, em setembro de 2017.

41. Outro pleito neerlandês que tem sido tema de consultas bilaterais refere-se à dívida do Porto de Suape junto à empresa neerlandesa Van Oord, por serviços de dragagem contratados em 2012. O governo neerlandês, na qualidade de garantidor do contrato, recorreu ao Clube de Paris para obter o ressarcimento do valor em atraso. Da perspectiva brasileira, a responsabilidade pela dívida cabe ao Porto de Suape e ao Estado de Pernambuco. Em 2018, autoridades do Ministério da Fazenda brasileiro ofereceram seus bons ofícios para a resolução da questão, não obstante a reiteração de que a dívida do Porto não constitui dívida soberana e não deve ser tratada no Clube de Paris. O lado neerlandês, no entanto, tem insistido no entendimento de que o governo federal reconhecera a dívida de Suape, inclusive como parte dos compromissos assumidos pelo Brasil quando de sua acessão ao Clube de Paris. Somando-me a esses esforços, tenho buscado junto a várias instâncias locais, em diversas ocasiões, reforçar o tratamento dispensado à questão pelo Brasil.

42. Observo, ainda, que o Posto deu seguimento ao diálogo com autoridades locais a respeito da inclusão dos Países Baixos, a partir de dezembro de 2015, na lista de regimes com tributação favorecida. O governo neerlandês solicitou formalmente a reconsideração da decisão brasileira, e o tema tem sido objeto de troca de informações entre as autoridades tributárias dos dois países.

d) Ciência, Tecnologia e Inovação

43. Os Países Baixos, segundo estatísticas do "Global Innovation Index 2019", obtiveram a terceira posição em matéria de inovação na UE e o quarto lugar no ranking mundial. Esses bons resultados são obtidos por meio de apoio direto do poder público, bem como da implementação de parcerias público-privadas entre empresas, instituições acadêmicas e governo, e reforçam a percepção de que a geração de conhecimento e o desenvolvimento de novas tecnologias é fundamental para a alta competitividade do país no plano internacional.

44. No âmbito bilateral, a cooperação em ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) tem sido aprofundada desde 2011, quando foi firmado Memorando de Entendimento sobre a matéria. O Brasil foi escolhido como um dos dezesseis parceiros prioritários para atividades conjuntas em C,T&I, em reconhecimento da boa infraestrutura científica brasileira, bem como da presença significativa de empresas neerlandesas no País.

45. O mais importante mecanismo permanente de diálogo e cooperação em C,T&I é o Comitê Conjunto Brasil – Países Baixos em Ciência, Tecnologia e Inovação. A III Reunião do Comitê Conjunto ocorreu na Haia, em 1/12/2017, com intensa participação da Embaixada. A delegação brasileira foi chefiada pelo então Assessor Especial de Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Embaixador Luís Felipe Silvério Fortuna, e integrada por representantes de diversas instituições do sistema de inovação brasileiro. A parte neerlandesa foi chefiada pela diretora de Pesquisa e Política Científica do Ministério da Educação, Cultura e Ciência, e contou com representantes de ministérios, agências públicas, instituições acadêmicas e empresas.

46. Mais recentemente, a Embaixada elaborou subsídios para a participação brasileira na IV reunião do Comitê Conjunto, que ocorreu em 9 de dezembro de 2019, em Brasília. A delegação do Brasil foi chefiada pelo Secretário de Empreendedorismo e Inovação do MCTIC, Paulo Alvim, e a neerlandesa, pelo Vice-Diretor-Geral de Empresa e Inovação do Ministério de Assuntos Econômicos e Políticas Climáticas (MINEZ), Michiel Sweers. Durante o encontro, foram discutidas iniciativas bilaterais de cooperação em curso, tais como: os projetos de pesquisa conjunta financiados pelo programa Horizonte 2020 (36% dos projetos brasileiros são com os Países Baixos) e as chamadas do programa "Eureka Global Stars Calls"; as parcerias entre FAPESP e NWO e FINEP e RVO; a cooperação com o instituto Naturalis no "Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira", bem como nos programas "Nature4Life" e "Biota"; e a parceria entre Deltares e CEMADEN na prevenção de desastres naturais. A assinatura do "Programa Conjunto de Cooperação (2020-2023) - com foco em prevenção e monitoramento de desastres naturais, biodiversidade, bioeconomia, materiais e sistemas de alta tecnologia, saúde e ciências da vida, defesa e segurança, e outros temas transversais também significou novo impulso à cooperação bilateral.

47. Em agosto de 2018, a vice-ministra (Secretária de Estado) de Assuntos Econômicos e Políticas Climáticas (MINEZ) dos Países Baixos, Mona Keijzer, visitou o Brasil. Na ocasião, foi assinada, em São Paulo, Carta de Intenção entre o MCTIC e os Ministérios da Educação, Cultura e Ciência dos Países Baixos e MINEZ. O documento define áreas prioritárias para a cooperação bilateral: prevenção de desastres naturais; nanotecnologia; pesquisa espacial; cidades sustentáveis; bioeconomia; ciências da vida & saúde; sistemas e materiais de alta tecnologia; defesa e segurança; biodiversidade; economia circular; e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

48. Entre os dias 1º e 5 de outubro de 2018, a adidância de inovação do Consulado-Geral dos Países Baixos em São Paulo e a RVO trouxeram a este país "Missão de Inovação em Agricultura de Precisão", com foco em temas como tecnologias de sensoriamento remoto e "big data" na produção agrícola, desenvolvimentos em sensores, "drones", internet das coisas e gerenciamento agrícola. A delegação brasileira foi composta por representantes da EMBRAPA, do INPE, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Universidade Federal de Santa Maria, de empresários do setor de maquinário agrícola gaúcho, entre outros.

49. Entre 23 e 26 de abril de 2019, delegação de autoridades do estado de Minas Gerais e de representantes do setor de mineração, liderada pelo Secretário Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Germano Vieira, realizou visita técnica aos Países Baixos para conhecer as tecnologias neerlandesas de monitoramento de barragens. O chefe do Escritório Neerlandês de Apoio Empresarial em Belo Horizonte, Remon Daniel Boef, acompanhou a visita. A participação da Deltares  fundação neerlandesa que presta consultoria no desenvolvimento de sistemas e infraestruturas para o gerenciamento de recursos hídricos e do subsolo, monitoramento de riscos de inundações, entre outros a existência de ponto específico sobre prevenção e monitoramento de desastres naturais são constantes na agenda das reuniões do Comitê Conjunto.

50. Em maio de 2019, outra missão de Minas Gerais, dessa vez chefiada pelo então subsecretário Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SEDECTES), Victor Becho, visitou os Países Baixos, para participar do evento "The Next Web" (TNW) e cumprir programa com foco em inovação. A delegação buscou conhecer referências internacionais no ecossistema de startups e observar experiências exitosas de coordenação e integração entre governo, academia e setor privado.

51. A integração entre ecossistemas de startups e a internacionalização de pequenos empreendimentos inovadores brasileiros também foi objeto do "Bootcamp" organizado pelo The Hague Tech, com a presença de duas startups (uma 'fintech' e outra 'healthtech') além de um dos mais reconhecidos parques tecnológicos do Brasil, o Porto Digital, de Recife. Tratou-se do primeiro projeto executado por esta Embaixada no âmbito do PDI, avaliado como extremamente exitoso tanto pelos integrantes brasileiros da delegação como pelos anfitriões neerlandeses.

52. Entre os dias 21 e 22 de novembro de 2019, representantes do Ministério da Economia, do MCTIC e do SEBRAE participaram de missão com foco em inovação industrial, capacitação e recolocação de trabalhadores no mercado, tendo em conta a indústria 4.0. A delegação brasileira foi chefiada pelo Subsecretário de Inovação do ME, Igor Nazareth.

e) Educação e Cultura

53. O Setor Cultural/Educacional da Embaixada tem atuado principalmente em três frentes: i) promoção da cultura brasileira em suas diversas manifestações, por meio da organização de atividades culturais e do apoio institucional a eventos organizados por terceiros; ii) fortalecimento da parceira com os Países Baixos na promoção da história compartilhada entre os dois países; e iii) cooperação educacional entre universidades neerlandesas e brasileiras.

54. Na promoção da cultura brasileira, a Embaixada tem-se centrado nas manifestações que encontram maior ressonância na sociedade local. Destaca-se, nesse sentido, o cinema. Os Países Baixos são sede de importantes festivais de cinema, entre os quais o Festival Internacional de Cinema de Roterdã (IFFR, na sigla em inglês). O Itamaraty faz, anualmente, contribuição financeira à produção do festival, para incrementar a presença de diretores, atores e produtores de filmes nacionais exibidos na mostra. A participação do Brasil costuma alcançar números bastante significativos. Na edição de 2019, o país foi tema de mostra específica, distinguindo-se com a apresentação de 49 produções ou coproduções brasileiras, num universo de cerca de 450 filmes. Para a edição de 2020, a contribuição financeira anual foi dobrada, em função da crescente representação do país no festival. A Embaixada presta apoio institucional e divulga a participação do Brasil nos demais festivais de cinema realizados nos Países Baixos.

55. Ainda no campo do cinema, destacou-se, no ano de 2019, a avant-première do filme "A Vida Invisível de Eurídice Gusmão", organizada pela Embaixada, em colaboração com os distribuidores do filme e o Cinema Rialto, sala especializada em cinema de arte. O filme, vencedor do prêmio "Un Certain Regard", no Festival de Cannes, e candidato oficial do país ao Oscar de melhor filme estrangeiro, foi recebido calorosamente por plateia que lotou a sala. A Embaixada explora a possibilidade de se promover a tradução para neerlandês do livro que inspirou o filme, lançada nos Países Baixos no ano de 2016.

56. No campo da música vale ressaltar o Brasil Sinfônico, concerto em 2017 com a Filarmônica de Roterdã, a segunda mais importante orquestra dos Países Baixos, na ocasião regida pela brasileira Simone Menezes, tendo como solistas Daniel Jobim e Vanessa da Mata. O espetáculo, realizado com grande sucesso em duas noites no De Doelen, sede da Filarmônica, incluiu obras de Villa-Lobos e de Tom Jobim.

57. Os Países Baixos contam regularmente com a presença de importantes nomes das artes plásticas brasileiras. Em 2018, a Embaixada prestou apoio institucional a exposições de Luiz Zerbini e de Vik Muniz. Em janeiro de 2020, serão inauguradas, com apoio financeiro do Itamaraty, duas exposições no Centro de Arte Contemporânea Witte de Wit, importante instituição da cidade de Roterdã, com obras dos artistas brasileiros Adriana Varejão, Ana Vaz e Adriano Peixoto.

58. Os Países Baixos têm sido com frequência comtemplados com recursos do Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior, financiado em conjunto pela Biblioteca Nacional e pelo Itamaraty. No ano de 2017, foram beneficiadas as traduções de "Lavoura arcaica", de Raduan Nassar, e "A paixão segundo G.H.", de Clarice Lispector. Em 2018, foi a vez das obras "Enigmas de primavera", de João Almino, e "O Tribunal de Quinta-feira", de Michel

Laub. No ano de 2019, quatro traduções foram financiadas pelo programa: "Meia-noite e vinte", de Daniel Galera, "De gados e homens", de Ana Paula Maia, "O amanuense Belmiro", de Cyro dos Anjos, e a coletânea de todos os contos de Clarice Lispector. Para o lançamento dessa coletânea, a Embaixada organizou, junto com os editores, debate com a participação do organizador da obra, Benjamin Moser, e das escritoras neerlandesas Conie Palmen e Maartje Wortel.

59. A história compartilhada entre Brasil e Países Baixos é mais bem conhecida pela sociedade brasileira que pela neerlandesa. A Embaixada vem buscando associar-se a iniciativas que promovam a história da presença holandesa no Brasil. Em 2019, a Embaixada prestou apoio institucional à exposição "Shifting Image  in Search of Johan Maurits", organizado pela Casa de Maurício de Nassau (Mauritshuis), principal museu da Haia. A exposição é parte de um projeto maior, que abrange pesquisas sobre diferentes aspectos do Brasil Holandês, com a participação de diversos pesquisadores brasileiros. Em 2018, a Embaixada organizou, em colaboração com a Associação de Amigos da Mauritshuis, duas conferências na Residência, com o historiador Michiel van Groesen, especialista no tema da Universidade de Leiden. A Embaixada apoia igualmente os esforços de registro de toda a documentação relativa ao Brasil Holandês existente nos arquivos neerlandeses, trabalho conduzido pela Professora Marianne Wiesebron, que recebeu recentemente recursos do Projeto Resgate da Fundação Biblioteca Nacional/UNESCO Brasil, para a produção de 3 novos volumes.

60. Destaca-se no setor educacional a cooperação com a Universidade de Leiden, a mais antiga dos Países Baixos, em torno da Cátedra Rui Barbosa. Fundada há 20 anos, a Cátedra Rui Barbosa, é a única existente no país a dedicar-se exclusivamente a estudos brasileiros. A Embaixada tem apoiado financeiramente atividades da Cátedra, com destaque para a Semana Brasil, evento anual em sua 8ª edição, que traz professores de universidade brasileiras para debater, com pesquisadores e estudantes de Leiden, aspectos da sociedade brasileira.

f) Visitas

61. O relacionamento bilateral fluido desde 2017 não motivou recentes visitas oficiais de chefes de estado ou governo. Isso não obstante, duas ocasiões repercutiram muito positivamente no diálogo Brasil-Países Baixos: (i) o encontro entre o presidente Jair Bolsonaro e o primeiro-ministro Mark Rutte, em janeiro de 2019, à margem da última edição do Fórum Econômico Mundial, em Davos, que colocou fim a hiato de cerca de quatro anos sem reuniões bilaterais em nível de chefes de governo; e (ii) a reunião entre o MNE Stef Blok e Vossa Excelência à margem da abertura da mais recente sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, em setembro de 2019.

62. Durante o período em que estive à frente da Embaixada na Haia, a secretária de estado de Assuntos Econômicos e Clima, Mona Keijzer, viajou ao Brasil, onde cumpriu agenda com ênfase no setor de ciência, tecnologia e inovação (agosto de 2018). Delegações brasileiras, por sua vez, têm vindo com frequência aos Países Baixos. Podem ser mencionadas as visitas do governador do Ceará, Camilo Santana; do então governador do Tocantins, Marcelo Miranda; do Prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella; do então ministro Maurício Quintella Lessa, dos Transportes, Portos e Aviação Civil; do ministro do TCU Aroldo Cedraz; do então diretor-geral da Polícia Federal (PF), Leandro Daiello; do então Ministro da Justiça, Torquato Jardim; do Ministro do Superior Tribunal de Justiça Nefi Cordeiro; do então presidente da Petrobrás Ivan Monteiro; do Secretário Nacional

de Políticas Sobre Drogas, Luiz Roberto Beggiora; de deputados estaduais da União Nacional dos Legislativos Estaduais (UNALE); do então Secretário-Executivo do MAPA, Eumar Novacki; delegações da prefeitura de São Paulo e de empresários do Ceará, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais; do atual diretor da PF, Maurício Valeixo; de comitiva da Associação dos Juízes Federais (AJUFE), com 30 magistrados; de duas visitas do veleiro Cisne Branco, da Marinha do Brasil, e uma ancoragem do navio-escola da Marinha.

*Conclusão sobre o relacionamento bilateral*

63. Após cerca de três anos na Haia, posso atestar a relevância da parceria com os Países Baixos para a projeção do Brasil na Europa. Politicamente, este país desempenha papel destacado em diversos foros multilaterais regionais e internacionais, assim como de liderança em temáticas globais, a exemplo de migração, terrorismo e meio ambiente. Economicamente, sua posição geográfica nas proximidades da área mais populosa e rica da Europa e sua tradição mercantil fazem dos Países Baixos uma das principais portas de entrada na Europa de produtos, empresas e turistas brasileiros, além de apoiador de iniciativas que promovam o livre comércio, como o Acordo de Associação Mercosul-União Europeia.

64. Acredito que os esforços empreendidos durante a minha gestão ajudaram a manter o dinamismo do relacionamento e a buscar novas convergências, sobretudo nas áreas de comércio e investimentos, e ciência, tecnologia e inovação. A retomada de visitas políticas de alto nível e a estruturação de contatos parlamentares poderiam vir a aprofundar o entendimento entre os dois países, ampliando campos de cooperação nos próximos anos.

**Parte 2 - Atuação junto a órgãos multilaterais sediados na Haia**

*Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ)*

65. A OPAQ é o organismo internacional responsável pela implementação da Convenção sobre a Proibição de Armas Químicas (CPAQ), considerada um instrumento modelo, por instituir processos verificáveis e abrangentes com vistas ao desarmamento químico e à não reemergência de armas químicas. A Organização tem a função de verificar não apenas a destruição dos arsenais declarados, mas também as atividades industriais em território dos estados partes, seja na produção de agentes que podem ser precursores de armas químicas, seja de produtos químicos de base.

66. Desde sua criação, cerca de 98% dos arsenais químicos declarados já foram destruídos. Atualmente, os Estados Unidos são o único estado parte possuidor de armas químicas, de acordo com os arsenais declarados por ocasião da acessão à CPAQ. Com as recentes adesões de Myanmar, Angola e Palestina, a OPAQ conta atualmente com 193 estados partes. Alcançar a universalidade é um de seus objetivos (são sentidas as ausências sobretudo de Israel, Egito e Coreia do Norte). Desde a acessão da Síria, em 2013, o chamado "Dossiê Sírio" vem ocupando espaço central na agenda da organização.

67. Reiteradas notícias, pela imprensa, do uso de armas químicas em território sírio, com acusações mútuas entre as autoridades de Damasco e a oposição armada, deram início a negociações que

envolveram os chanceleres dos Estados Unidos e da Rússia e culminaram com o Acordo de Genebra e a acessão da Síria à CPAQ em 14 de setembro de 2013. Nesse mesmo ano, a Organização foi agraciada com o Prêmio Nobel da Paz. No entanto, após a conclusão da destruição dos arsenais declarados da Síria em 2014, surgiram novas denúncias de ataques químicos atribuídos tanto ao governo sírio como a forças rebeldes e atores não-estatais estrangeiros, além do assim chamado "Estado Islâmico". As alegações de ataques com armas químicas atribuídos ao regime de Assad suscitaram denúncias sobre a existência de instalações químicas não declaradas e a manutenção do próprio programa de armamento químico sírio, o que equivaleria a uma violação da Convenção.

68. Nesse contexto, foram criadas uma equipe de verificação da declaração inicial síria ("Declaration Assessment Team" - DAT), as "Fact-Finding Misions" (FFM) da OPAQ e o mecanismo conjunto OPAQ-ONU (JIM), estabelecido por resolução do CSNU para coordenar com o governo e a oposição sírios o acesso seguro às áreas mais sensíveis. O DAT já realizou mais de 20 rodadas de discussão com o Secretariado da OPAQ, mas diversos estados partes, principalmente do WEOG, seguem questionando a declaração inicial síria. As Missões de Apuração de Fatos (FFM) vêm investigando (alguns casos já encerrados) mais de uma dezena de incidentes de alegados usos de armas químicas. Em março de 2019, foi divulgado o relatório sobre o incidente em Douma, ocorrido em abril de 2018, o qual motivou ataque aéreo das forças conjuntas de Estados Unidos, França e Reino Unido a instalações sírias de pesquisa onde supostamente ainda seriam produzidas armas químicas. Por ter apontado que "provavelmente ocorreu o uso de químicos como arma", o relatório da FFM sobre Douma é motivo de intensos questionamentos por parte de Rússia, Síria, Irã e outros. A criação da Equipe de Investigação e Identificação (IIT), por voto durante a IV Conferência Especial dos Estados Partes, ampliou a divisão na OPAQ, o que tem impossibilitado a obtenção de consenso sobre os mais variados temas, inclusive administrativos. Rússia, Síria e outros países com visões similares (inclusive Índia e África do Sul) têm questionado, de forma mais ou menos veemente, a legitimidade da decisão e, por conseguinte, do próprio mecanismo.

69. Além dos incidentes na Síria, um dos mais emblemáticos casos recentes de uso de arma química foi o envenenamento do ex-espião russo Sergei Skripal e de sua filha em Salisbury, Reino Unido, em março de 2018. Na esteira da identificação do agente químico utilizado no incidente de Salisbury como "Novichok", tóxico com efeito sobre o sistema nervoso central que não constava em nenhuma lista do Anexo sobre Químicos da CPAQ, duas propostas foram apresentadas para a inclusão de novos químicos no referido Anexo (uma de Canadá, Estados Unidos e Países Baixos, a outra da Rússia). Após a recomendação pelo Conselho Executivo de adoção da proposta tripartite e de rejeição da proposta russa, e a apresentação de objeções às duas decisões no procedimento de silêncio a que foram submetidas, a matéria foi encaminhada para a Conferência dos Estados Partes, que adotou ambas (sendo a russa revisada para excluir uma família de químicos originalmente constante) por consenso. Foi a primeira vez, desde a existência da Convenção, que o Anexo sobre Químicos foi emendado.

70. A implementação nacional da CPAQ e a cooperação internacional para o uso pacífico da química são os outros pilares da Convenção e, por conseguinte, da OPAQ. O Brasil atribui especial importância à cooperação, tanto na vertente do intercâmbio de tecnologias para fins não proibidos quanto na capacitação em segurança e assistência e proteção contra incidentes com substâncias químicas. Nossa participação é ativa, seja como prestador, seja como beneficiário de cooperação internacional promovida pela OPAQ.

71. A extensão da rede de laboratórios designados pela OPAQ à América Latina e à África também é prioridade para o Brasil. Recentemente, o laboratório do IDQBRN, do Exército, obteve o primeiro conceito "A" em teste de proficiência voltado a habilitar laboratórios a receberem a designação. O Brasil advoga pelo apoio da Organização aos estados partes que buscam essa distinção.

72. Os trabalhos da Organização são dirigidos pelo Conselho Executivo (CE), que se reúne três vezes ao ano, pela Conferência dos Estados Partes, de periodicidade anual, e pela Conferência de Revisão, que ocorre uma vez a cada cinco anos. Como detentor da maior indústria química da América Latina, o Brasil ocupa assento permanente no CE da OPAQ, em uma das vagas reservadas ao GRULAC.

73. Ao longo de minha gestão, o Posto participou construtivamente das negociações dos principais temas na agenda da OPAQ: discussões sobre Síria, questões relacionadas ao uso de armas químicas por agentes não-estatais, cooperação internacional e as prioridades futuras da Organização. Como regra geral, a delegação buscou promover o consenso para a tomada de decisões. A Embaixada também divulgou atividades de cooperação internacional organizadas no Brasil, no âmbito da OPAQ, e dedicou-se a apoiar a ampliação da presença de brasileiros nos quadros da Organização, por meio da difusão de oportunidades de emprego e da promoção das candidaturas apresentadas.

74. Na condição de Representante Permanente do Brasil junto à OPAQ, chefiei as delegações brasileiras às 84ª, 85ª, 86ª, 87ª, 88ª, 89ª, 90ª, 91ª e 92ª sessões do Conselho Executivo, bem como a diversas reuniões extraordinárias do CE, em que foram tratadas questões relacionadas a desarmamento químico, alegações de uso de armas químicas, combate ao terrorismo químico, governança e administração da Organização, bem como interação com a comunidade científica e a indústria química.

75. Também liderei a delegação brasileira às sessões XXII, XXIII e XXIV da Conferência dos Estados Partes, que revisa os documentos encaminhados pelo Conselho. Fui acreditada, igualmente, em novembro de 2018, como Representante do Brasil junto à IV Conferência Especial de Revisão (RevCon), que discutiu as prioridades futuras da OPAQ e meios para a sua implementação – infelizmente, os estados partes não conseguiram chegar a um consenso quanto a documento final da IV RevCon. Em junho de 2018, chefiei, ainda, a representação do Brasil à IV Conferência Especial dos Estados Partes, quando foi aprovada decisão intitulada "Addressing the Threat from Chemical Weapons Use", a qual autorizou o Secretariado a implementar mecanismo de investigação e atribuição de responsabilidades por incidentes com químicos usados como arma. O Brasil se absteve na votação sobre o projeto, que resultou na criação da Equipe de Investigação e Identificação (IIT, na sigla em inglês).

*Tribunal Penal Internacional*

76. O TPI é o primeiro tribunal internacional independente, permanente e de vocação universal, responsável por julgar acusados de cometer crimes internacionais de maior gravidade (genocídio, agressão, crimes de guerra e contra a humanidade). Foi criado, em 1998, com ativa participação do Brasil, por negociação multilateral que resultou na assinatura do Estatuto de Roma, para fortalecer de modo permanente a justiça e o combate à impunidade, em linha com os valores e princípios

fundamentais da Carta da ONU e de convenções internacionais de direito humanitário. Na condição de membro fundador, o Brasil defende a independência do Tribunal e avanços no processo de universalização de sua jurisdição.

77. O TPI investiga atualmente 12 situações, nos seguintes países: República Centro Africana (duas situações), Uganda Sudão, República Democrática do Congo, Geórgia, Líbia, Cote d'Ivoire, Burundi, Bangladesh/Myanmar, Quênia e Mali.

78. Além disso, mantém exames preliminares de nove situações, nos seguintes estados: Afeganistão, Colômbia, Guiné, Iraque/Reino Unido, Nigéria, Palestina, Filipinas, Ucrânia e Venezuela.

79. Durante minha gestão, a Embaixada acompanhou os desdobramentos judiciais dos casos investigados ou em vias de serem iniciados, tanto em seus aspectos procedimentais, quanto em relação a seu potencial para consolidar a jurisprudência do Tribunal e/ou gerar precedentes relevantes para o direito penal internacional. Em particular, foi dada atenção a casos envolvendo países latino americanos, a exemplo dos exames preliminares das situações na Colômbia e na Venezuela.

80. Importantes desdobramentos foram verificados nos casos investigados pelo Tribunal. Entre esses, ressalto a decisão da Câmara de Instrução de denegar pedido para inquérito sobre crimes contra a humanidade alegadamente cometidos no Afeganistão; as absolvições de Jean Pierre Bemba (acusado de crimes contra a humanidade na República Centro Africana) e do ex-presidente da Cote d'Ivoire Laurent Gbagbo (por crimes de guerra em contexto pós-eleitoral); e a condenação de Bosco Ntaganda por crimes de guerra e contra humanidade na República Democrática do Congo.

81. Durante meu período à frente da embaixada, busquei maior participação de brasileiros no TPI. Na XVII Assembleia dos Estados Partes (dezembro/2018), logrou-se eleger a ex-juíza Sylvia Steiner para o Comitê de Nomeações do TPI, responsável pela análise das candidaturas a juiz do Tribunal. Adicionalmente, a embaixada trabalhou para aumentar a presença de profissionais visitantes e funcionários brasileiros na Corte. Em 2018 e 2019, três brasileiros atuaram como profissionais visitantes no TPI (Marcos Zilli, Érico Oliveira e Marilia Santos). Empreendeu-se, ademais, esforço para o aumento do número de funcionários brasileiros no Tribunal, com vistas à reversão da sub-representação do país no "staff" da instituição.

82. Avançou-se, igualmente, nas tratativas para a assinatura de Acordo de Acolhimento de Testemunhas. O texto e a escala de custos propostos pelo Brasil, aprovados pelo MJ, MDH e PGR, foram aceitos pelo Tribunal, o qual vem reiterando expectativa quanto à assinatura do instrumento.

83. Em 2019, teve lugar a primeira missão de juízes federais brasileiros ao TPI para capacitação em tópicos de direito penal internacional. Organizada pela Associação de Juízes Federais, em colaboração com a Embaixada na Haia, a missão trouxe 30 juízes federais, que foram recebidos pelos principais oficiais do TPI (presidente, promotora, secretário) e cumpriram programação de seminários sobre os principais temas de trabalho do Tribunal.

84. Também em 2019, tiveram início, na Assembleia dos Estados Partes, os debates sobre a necessidade de revisão do funcionamento do TPI. O processo, que deve estender-se ao longo dos próximos anos, objetiva otimizar os procedimentos de governança do Tribunal, corrigir desequilíbrios no "staff" e nos órgãos da Corte e tornar mais expeditas e eficientes as operações judiciais e investigativas.

85. O Brasil engajou-se ativamente nas discussões a respeito do processo de revisão do TPI. No âmbito da XVIII AEP (dezembro/2019), foram aprovados resolução e termos de referência que estabeleceram as diretrizes do processo. A embaixada na Haia atuou, em linha com as instruções recebidas, de modo a garantir que os trabalhos sejam conduzidos pelos estados partes (state-driven) e os processos sejam transparentes e inclusivos.

86. Igualmente na XVIII AEP, foi aprovada a criação de um Painel Independente de Peritos que auxiliará os estados partes durante o processo de revisão. A embaixada participou das negociações para a definição dos termos de referência do Painel. Garantiu-se, em particular, que suas operações não acarretarão custos adicionais aos estados partes, e que não haverá implementação automática de seu relatório de conclusões, cuja análise deverá ser submetida à Assembleia dos Estados Partes. A procuradora regional brasileira Cristina Romanó foi selecionada, pelo presidente da Assembleia, para integrar o Painel Independente.

*Corte Internacional de Justiça*

87. Ao longo de minha gestão, a embaixada na Haia acompanhou e informou a respeito dos trabalhos da Corte Internacional de Justiça (CIJ), o principal órgão judiciário das Nações Unidas. Foram apresentadas análises sobre sua evolução, com vistas a transmitir elementos para a formulação da visão brasileira a respeito dos diferendos trazidos à Corte.

88. Entre 2017 e 2019, a CIJ registrou crescimento de 12 para 17 casos pendentes. A embaixada seguiu seu andamento tanto em termos procedimentais quanto substantivos. Dentre estes, deu-se prioridade aos casos referentes a países latino-americanos e caribenhos. Adicionalmente, foram acompanhadas e reportadas situações de grande relevância geopolítica, a exemplo da disputa entre Irã e Estados Unidos, a respeito do acordo sobre armas nucleares; do contencioso entre Rússia e Ucrânia, pelas propriedades localizadas na região da Criméia; e do contencioso entre a Gâmbia e Myanmar, a respeito da deportação da população Rohyngia de Myanmar.

89. Entre 2017 e 2019, quatro casos envolvendo países da América Latina e Caribe foram concluídos: três relativos a diferendos territoriais entre Nicarágua e Costa Rica, e um sobre a disputa por acesso ao mar entre Bolívia e Chile.

90. No período em tela, a CIJ emitiu opinião consultiva sobre a situação do arquipélago de Chagos e a descolonização das Ilhas Maurício. A embaixada na Haia participou da preparação de subsídios e das intervenções escrita e oral realizadas pelo Brasil no referido procedimento.

91. A opinião consultiva teve grande impacto político, embasando resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o tema. Teve, também, importantes desdobramentos para o direito

internacional em temas importantes para a política externa brasileira, como os direitos à descolonização e à autodeterminação dos povos.

92. O período foi marcado, ademais, pela reeleição do professor Antônio Augusto Cançado Trindade para o cargo de juiz da Corte Internacional de Justiça. A Embaixada na Haia atuou ativamente em prol da reeleição, por meio de gestões individuais e também da promoção de coquetel na Residência, ao qual estiveram presentes conselheiros jurídicos, juízes da Corte e funcionários da CIJ e da Academia de Direito Internacional.

*Academia da Haia*

93. A Academia da Haia de Direito Internacional é referência mundial em estudos de direito internacional. Ministrados desde 1923, seus cursos (tradicionalmente realizados durante o recesso de verão nos Países Baixos) recebem, em média, 300 alunos por ano, para palestras e seminários ministrados por expoentes da disciplina. Desde 2019, a Academia passou a realizar também edições de inverno de seu curso.

94. Ao longo de meu período à frente da embaixada, o Brasil foi o país com maior representação nacional nas atividades da Academia da Haia, correspondente a cerca de 10% do número total de discentes matriculados. Com base nessa significativa presença, gestionei, junto ao Secretariado da instituição, para aumentar o número de bolsas de estudos concedidas aos estudantes brasileiros.

95. A Embaixada recebeu, periodicamente, visitas dos alunos brasileiros matriculados nos cursos da Academia da Haia. Os encontros proporcionaram espaço para "networking" entre os participantes (em geral, acadêmicos e profissionais da área do direito), bem como para a discussão de temas relacionados ao direito internacional e às relações entre o Brasil e os Países Baixos.

96. Em razão de crescente interesse nos cursos ministrados pela Academia, a Embaixada vem se engajando em conversações com o Secretariado com vistas a realizar edição especial de atividade da Academia da Haia no Brasil ("short programme"). Uma vez confirmada a aceitação e a data para a iniciativa, proceder-se-á à escolha do tema do curso e do corpo docente. O último "short programme" da Academia da Haia realizado no Brasil teve lugar em 1983.

*Europol/Eurojust*

97. Durante minha gestão, foram adensadas as relações com as agências de coordenação da União Europeia para temas judiciais (Eurojust) e policiais (Europol). Acordo de Cooperação Estratégica foi firmado com a Europol em 2017. Com base nesse instrumento, foram concluídas as concertações para o estabelecimento de um oficial de ligação da Polícia Federal junto à agência europeia. A previsão para o início de suas atividades é para meados de 2020. A Embaixada iniciou também, em 2018, negociações para a eventual assinatura de acordo de cooperação com a Eurojust.

*Corte Permanente de Arbitragem*

98. Estabelecida em 1899, como instituição para facilitar a arbitragem e outras formas de resolução de controvérsias entre estados, a Corte Permanente de Arbitragem (CPA) tem ampliado suas atividades nos últimos anos ao também lidar com demandas entre investidores e estados.

99. A CPA atua por meio de painel de árbitros independentes, indicados por seus membros. Cada país pode apresentar até quatro árbitros, que cumprem mandato de seis anos, com a possibilidade de recondução. O grupo nacional brasileiro é composto pelos professores Celso Lafer, Nádia Araújo, Eduardo Grebler e Antônio Augusto Cançado Trindade.

100. Durante minha gestão, a embaixada na Haia atuou na governança da Corte, por meio de representação no Conselho Administrativo, ademais de acompanhar e reportar as principais atividades da Corte, a exemplo do procedimento, em 2018, para a definição das fronteiras marítimas entre Timor-Leste e Austrália e do regime jurídico para a exploração de campos de gás no Mar de Timor. Não houve casos na CPA que envolvessem diretamente o Brasil nos anos em que aqui estive.

101. Em agosto de 2017, foi celebrado acordo de sede entre o Brasil e a CPA. Discute-se, atualmente, a possibilidade de abertura de um escritório "ad hoc" da Corte no Brasil, enquanto ainda tramita o processo de ratificação do referido acordo.

*Conferência da Haia de Direito Internacional Privado*

102. A Conferência da Haia de Direito Internacional Privado (HCCH), não obstante seu pequeno porte, é organização de relevância, dado o considerável impacto de suas convenções na vida cotidiana dos cidadãos. O envolvimento do Brasil com a HCCH, seja no trabalho levado a cabo pela organização na Haia, seja na adesão a convenções desenvolvidas sob sua égide, vem-se aprofundando, como resultado da intensificação das relações transnacionais dos cidadãos brasileiros nas esferas comercial e civil. Minha gestão coincidiu com período particularmente ativo da Conferência, com a realização da 22ª Sessão Diplomática. As sessões diplomáticas constituem a instância máxima da organização, convocada para a adoção de novas convenções. A última Sessão Diplomática tinha sido reunida em 2007. A 22ª Sessão, ocorrida em junho/julho de 2019, concluiu o texto da Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Internacionais em Matéria Civil e Comercial. O Brasil compareceu com numerosa delegação, por mim chefiada, que incluiu representantes do Ministério da Justiça, da Procuradoria-Geral da República, da Advocacia-Geral da União e de diversas universidades.

103. No ano de 2018, a HCCH, tida como a mais antiga organização intergovernamental, comemorou 125 anos de existência. O secretariado organizou programa de eventos comemorativos, inaugurados em cerimônia oficial com a presença do rei Willem Alexander. Entre os eventos destacou-se reunião de dois dias de "brainstorm" a respeito do papel da organização no futuro. Durante minha gestão, o Secretário Geral Christophe Bernasconi realizou duas visitas ao Brasil. A primeira, em agosto de 2018, teve cunho exclusivamente bilateral. A segunda, em outubro de 2019, contou com agenda bilateral em Brasília, organizada à margem do 11° Fórum sobre a Apostila Eletrônica (e-App), realizado em Fortaleza. A escolha do Brasil para sediar o fórum reflete não só o êxito da Convenção da Apostila no Brasil, que já registra mais de 3,5 milhões de documentos apostilados em pouco mais de três anos da entrada em vigor do instrumento, mas também a percepção da Conferência de um maior protagonismo do país. Em novembro de 2018, depositei,

junto à Chancelaria dos Países Baixos, o instrumento de ratificação pelo Brasil da Convenção Relativa à Citação, Intimação e Notificação no Estrangeiro de Documentos Judiciais e Extrajudiciais em Matéria Civil e Comercial, oitavo instrumento da Haia assinado pelo país. Peritos brasileiros têm participado de todos os grupos de trabalho estabelecidos pela Conferência, e, não raras vezes, atuaram como presidentes.

104. O Projeto Turismo, proposta brasileira apresentada em 2013, teve importantes desenvolvimentos nos últimos 3 anos. As delegações brasileiras às sessões do Conselho de Assuntos Gerais e Política e às duas reuniões do grupo de peritos lograram, conforme as instruções recebidas, dar o melhor aproveitamento à contribuição voluntária feita pelo Brasil, com a realização de estudo adicional sobre opções para o tratamento de tema pela HCCH. A proposta continua, no entanto, enfrentando forte resistência de um número de países-chave da Conferência.

105. No que se refere a questões de governança, a HCCH manteve intensa agenda de reuniões, para o avanço de temas tais como a revisão das regras de procedimento; o estabelecimento de um mecanismo para a eleição de secretários gerais; o desenvolvimento de plano estratégico para o triênio 2019-2022; e a elaboração de um conjunto de regras para o estabelecimento de escritórios regionais. A Embaixada tem participado ativamente de todos os grupos, buscando assegurar que princípios como equilíbrio geográfico, maior inclusão e a busca pela universalidade sejam refletidos nos documentos produzidos. O Brasil passou a ocupar, desde maio de 2018, a vice-presidência do Comitê Permanente do Conselho de Representantes Diplomáticos, que tem como principal atribuição facilitar as negociações em torno do orçamento da organização. Em maio de 2020, o país assumirá a presidência do comitê, atualmente ocupada pelo Reino Unido.

*Fundo Comum de Produtos de Base*

106. O Posto fez-se representar nas reuniões do Conselho de Governadores e da Junta Executiva do Fundo Comum de Produtos de Base, participando ativamente das discussões sobre as políticas de investimento e administração do Fundo, aprovação de projetos e seleção de seu diretor-dirigente. A Embaixada atuou com êxito em prol da eleição de perito brasileiro, o senhor Wilson Andrade, para o Comitê Consultivo do Fundo Comum, órgão responsável pela análise técnica e recomendação de projetos. O senhor Andrade exerce atualmente a presidência do Comitê Consultivo.

# 1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

# 6

# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 12, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 18, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OSWALDO BIATO JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Geórgia.

**PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad
**RELATOR:** Senador Randolfe Rodrigues

21 de Setembro de 2020

Minuta

# PARECER Nº , DE 2020

SF/20270.33049-13

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 18, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OSWALDO BIATO JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Geórgia*.

Relator: Senador **RANDOLFE RODRIGUES**

## I – RELATÓRIO

Trata-se da indicação do nome do Senhor OSWALDO BIATO JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Geórgia.

De acordo com o art. 52, inciso quarto, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383, inciso primeiro, alínea "a" do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o MRE encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

Oswaldo Biato Filho, filho de Oswaldo Biato e Nea Fortuna Biato, nasceu em Buenos Aires a 12 de setembro de 1957, sendo brasileiro de acordo com a legislação vigente à época.

Graduou-se em economia pela Australian National University, Campus de Camberra, Austrália, em 1978.

Ingressou na carreira de diplomata em 1981, após ter concluído o curso de preparação à carreira de diplomata do Instituto Rio Branco no ano anterior. Foi promovido a Ministro de Segunda Classe em 2007 e a Ministro de Primeira Classe em 2014.

Exerceu importantes cargos na chancelaria e no exterior. Foi Chefe Substituto e Chefe da Divisão da Ásia e Oceania I, de 2000 a 2004, e Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Pequim, de 2004 a 2007. Depois de ser aprovado no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2007, com a monografia intitulada "A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: Origens, Evolução e Perspectivas", foi Ministro-Conselheiro na Embaixada em Moscou de 2008 até 2011; Embaixador em Astana, atualmente Nursultan (Cazaquistão), de 2011 a 2013; e Diretor do Departamento de[1] Europa, de 2013 a 2016. É o Embaixador do Brasil na Ucrânia desde 2016.

Foi condecorado com a Ordem da Estrela Polar, no grau Cavaleiro, pela Suécia em 1994 e com a Ordem Nacional do Mérito, no grau Comendador, pela França em 2014.

Em atendimento ao art. 383, inciso primeiro, alínea "d", número 1, do RISF, o MRE elaborou relatório sobre a Geórgia, do qual destacamos as informações seguintes.

A Geórgia é uma república parlamentarista localizada na Europa Oriental, às margens do Mar Negro. Possui cerca de 70 mil km² e quase 4 milhões de habitantes. O Produto Interno Bruto em Paridade de Poder de Compra *per capita* foi superior a 11 mil dólares em 2019. Sua capital e maior cidade é Tbilisi. Tornou-se independente da União Soviética em 1991. Tem duas regiões separatistas sobre as quais não exerce controle: Abcásia e Ossétia do Sul.

O Brasil reconheceu a independência da Geórgia em dezembro de 1991 e estabeleceu relações diplomáticas com o país em abril de 1993. Em julho de 2010, foi aberta a embaixada da Geórgia em Brasília. O Brasil inaugurou embaixada residente em Tbilisi em junho de 2011.

[1] É Departamento ***de*** Europa mesmo, de acordo com o número 1 da alínea c do inciso terceiro do art. 2º do Anexo I do Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019.



SF/20270.33049-13

A Geórgia tem apoiado o Brasil em diversas candidaturas, entre as quais os pleitos ao Conselho da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), mandato 2020-2022; ao Conselho Executivo da UNESCO, mandato 2019-2023; ao Conselho de Direitos Humanos, mandato 2020-2022; de Regina Vanderlinde para a Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV); da senadora Mara Gabrilli para o Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), mandato 2019-2022; e para a Organização Marítima Internacional (IMO), mandato 2018-2019.

O intercâmbio comercial bilateral totalizou 193,2 milhões de dólares em 2019. As exportações brasileiras somaram 184,6 milhões de dólares, mas as importações brasileiras foram de apenas 8,6 milhões de dólares, resultando em saldo amplamente favorável ao Brasil de 176 milhões de dólares. Basicamente, o Brasil exportou carnes, minérios, açúcar e cobre e importou ferro e aço.

Considerando-se o comércio da Geórgia com os demais países, os principais destinos de suas exportações são o Azerbaijão, a Rússia e a Armênia, e as principais origens de suas importações são a Turquia, a Rússia e a China. Os principais itens exportados são automóveis, minérios, álcool etílico e bebidas, e os importados, combustíveis, automóveis e máquinas mecânicas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/20270.33049-13

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

**LISTA DE PRESENÇA** 5

**Reunião:** 4ª Reunião, Extraordinária, da CRE
**Data:** 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 08h
**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|---|---|---|---|
| **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)** | | | |
| Mecias de Jesus (REPUBLICANOS) | Presente | 1. Renan Calheiros (MDB) | |
| Jarbas Vasconcelos (MDB) | Presente | 2. Fernando Bezerra Coelho (MDB) | Presente |
| Marcio Bittar (MDB) | | 3. Simone Tebet (MDB) | |
| Esperidião Amin (PP) | Presente | 4. Daniella Ribeiro (PP) | Presente |
| Ciro Nogueira (PP) | Presente | 5. Vanderlan Cardoso (PSD) | |
| **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | | | |
| Roberto Rocha (PSDB) | | 1. Izalci Lucas (PSDB) | Presente |
| Mara Gabrilli (PSDB) | | 2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS) | |
| Major Olimpio (PSL) | Presente | 3. Soraya Thronicke (PSL) | Presente |
| **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)** | | | |
| Kátia Abreu (PP) | Presente | 1. Acir Gurgacz (PDT) | Presente |
| Randolfe Rodrigues (REDE) | Presente | 2. Flávio Arns (PODEMOS) | |
| Eliziane Gama (CIDADANIA) | Presente | 3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB) | |
| **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)** | | | |
| Fernando Collor (PROS) | Presente | 1. VAGO | |
| Jaques Wagner (PT) | Presente | 2. Telmário Mota (PROS) | Presente |
| Humberto Costa (PT) | Presente | | |
| **PSD** | | | |
| Nelsinho Trad (PSD) | Presente | 1. Carlos Fávaro (PSD) | Presente |
| Antonio Anastasia (PSD) | Presente | 2. Angelo Coronel (PSD) | Presente |
| **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | | | |
| Chico Rodrigues (DEM) | Presente | 1. Marcos Rogério (DEM) | Presente |
| Zequinha Marinho (PSC) | Presente | 2. Maria do Carmo Alves (DEM) | |
| **PODEMOS** | | | |
| Marcos do Val (PODEMOS) | Presente | 1. Elmano Férrer (PODEMOS) | |

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

**LISTA DE PRESENÇA**

**Reunião:** 4ª Reunião, Extraordinária, da CRE
**Data:** 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 08h
**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

## NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Leila Barros
Rose de Freitas
Rodrigo Pacheco
Carlos Viana

# Resultado de Votação Secreta

## Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
**MSF 18/2020** - F. OSWALDO-GEÓRGIA

Início da votação: 21/09/2020 10:17:42 Fim da votação: 21/09/2020 13:04:48

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|---|---|---|---|
| **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,** | | **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,** | |
| MECIAS DE JESUS | **votou** | 1. RENAN CALHEIROS | |
| JARBAS VASCONCELOS | | 2. FERNANDO BEZERRA COELHO | **votou** |
| MARCIO BITTAR | **votou** | 3. SIMONE TEBET | **votou** |
| ESPERIDIÃO AMIN | **votou** | 4. DANIELLA RIBEIRO | |
| CIRO NOGUEIRA | | 5. VANDERLAN CARDOSO | |
| **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | | **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | |
| ROBERTO ROCHA | | 1. IZALCI LUCAS | **votou** |
| MARA GABRILLI | | 2. FLÁVIO BOLSONARO | |
| MAJOR OLIMPIO | **votou** | 3. SORAYA THRONICKE | **votou** |
| **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,** | | **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,** | |
| KÁTIA ABREU | **votou** | 1. ACIR GURGACZ | **voto não computado** |
| RANDOLFE RODRIGUES | **votou** | 2. FLÁVIO ARNS | |
| ELIZIANE GAMA | **votou** | 3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO | |
| **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,** | | **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,** | |
| FERNANDO COLLOR | **votou** | 1. VAGO | |
| JAQUES WAGNER | | 2. TELMÁRIO MOTA | **votou** |
| HUMBERTO COSTA | **votou** | | |
| **PSD** | | **PSD** | |
| NELSINHO TRAD | **votou** | 1. CARLOS FÁVARO | **voto não computado** |
| ANTONIO ANASTASIA | **votou** | 2. ANGELO CORONEL | |
| **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | | **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | |
| CHICO RODRIGUES | **votou** | 1. MARCOS ROGÉRIO | **voto não computado** |
| ZEQUINHA MARINHO | **votou** | 2. MARIA DO CARMO ALVES | |
| **PODEMOS** | | **PODEMOS** | |
| MARCOS DO VAL | **votou** | 1. ELMANO FÉRRER | |

**Votação:**

**TOTAL 19 SIM 18 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0**

**Senador Nelsinho Trad**
**Presidente**

**ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,**
**PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020**

## DECISÃO DA COMISSÃO

**(MSF 18/2020)**

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR OSWALDO BIATO JÚNIOR, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA GEÓRGIA, COM VOTOS FAVORÁVEIS COM 18 VOTOS FAVORÁVEIS, 1 VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Minuta

# PARECER Nº , DE 2020

SF/20270.33049-13

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 18, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OSWALDO BIATO JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Geórgia*.

Relator: Senador **RANDOLFE RODRIGUES**

## I – RELATÓRIO

Trata-se da indicação do nome do Senhor OSWALDO BIATO JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Geórgia.

De acordo com o art. 52, inciso quarto, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383, inciso primeiro, alínea "a" do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o MRE encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

Oswaldo Biato Filho, filho de Oswaldo Biato e Nea Fortuna Biato, nasceu em Buenos Aires a 12 de setembro de 1957, sendo brasileiro de acordo com a legislação vigente à época.

Graduou-se em economia pela Australian National University, Campus de Camberra, Austrália, em 1978.

Ingressou na carreira de diplomata em 1981, após ter concluído o curso de preparação à carreira de diplomata do Instituto Rio Branco no ano anterior. Foi promovido a Ministro de Segunda Classe em 2007 e a Ministro de Primeira Classe em 2014.

Exerceu importantes cargos na chancelaria e no exterior. Foi Chefe Substituto e Chefe da Divisão da Ásia e Oceania I, de 2000 a 2004, e Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Pequim, de 2004 a 2007. Depois de ser aprovado no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2007, com a monografia intitulada "A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: Origens, Evolução e Perspectivas", foi Ministro-Conselheiro na Embaixada em Moscou de 2008 até 2011; Embaixador em Astana, atualmente Nursultan (Cazaquistão), de 2011 a 2013; e Diretor do Departamento de[1] Europa, de 2013 a 2016. É o Embaixador do Brasil na Ucrânia desde 2016.

Foi condecorado com a Ordem da Estrela Polar, no grau Cavaleiro, pela Suécia em 1994 e com a Ordem Nacional do Mérito, no grau Comendador, pela França em 2014.

Em atendimento ao art. 383, inciso primeiro, alínea "d", número 1, do RISF, o MRE elaborou relatório sobre a Geórgia, do qual destacamos as informações seguintes.

A Geórgia é uma república parlamentarista localizada na Europa Oriental, às margens do Mar Negro. Possui cerca de 70 mil km² e quase 4 milhões de habitantes. O Produto Interno Bruto em Paridade de Poder de Compra *per capita* foi superior a 11 mil dólares em 2019. Sua capital e maior cidade é Tbilisi. Tornou-se independente da União Soviética em 1991. Tem duas regiões separatistas sobre as quais não exerce controle: Abcásia e Ossétia do Sul.

O Brasil reconheceu a independência da Geórgia em dezembro de 1991 e estabeleceu relações diplomáticas com o país em abril de 1993. Em julho de 2010, foi aberta a embaixada da Geórgia em Brasília. O Brasil inaugurou embaixada residente em Tbilisi em junho de 2011.

[1] É Departamento ***de*** Europa mesmo, de acordo com o número 1 da alínea c do inciso terceiro do art. 2º do Anexo I do Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019.



SF/20270.33049-13

A Geórgia tem apoiado o Brasil em diversas candidaturas, entre as quais os pleitos ao Conselho da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), mandato 2020-2022; ao Conselho Executivo da UNESCO, mandato 2019-2023; ao Conselho de Direitos Humanos, mandato 2020-2022; de Regina Vanderlinde para a Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV); da senadora Mara Gabrilli para o Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), mandato 2019-2022; e para a Organização Marítima Internacional (IMO), mandato 2018-2019.

O intercâmbio comercial bilateral totalizou 193,2 milhões de dólares em 2019. As exportações brasileiras somaram 184,6 milhões de dólares, mas as importações brasileiras foram de apenas 8,6 milhões de dólares, resultando em saldo amplamente favorável ao Brasil de 176 milhões de dólares. Basicamente, o Brasil exportou carnes, minérios, açúcar e cobre e importou ferro e aço.

Considerando-se o comércio da Geórgia com os demais países, os principais destinos de suas exportações são o Azerbaijão, a Rússia e a Armênia, e as principais origens de suas importações são a Turquia, a Rússia e a China. Os principais itens exportados são automóveis, minérios, álcool etílico e bebidas, e os importados, combustíveis, automóveis e máquinas mecânicas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/20270.33049-13

# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM (SF) N° 18, DE 2020

(nº 343/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OSWALDO BIATO JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Geórgia.

**DESPACHO:** À CRE

**AUTORIA:** Presidência da República

**DOCUMENTOS:**

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **OSWALDO BIATO JÚNIOR**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Geórgia.

Os méritos do Senhor **OSWALDO BIATO JÚNIOR** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2020.

EM nº 00072/2020 MRE

Brasília, 1 de Junho de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **OSWALDO BIATO JÚNIOR**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Geórgia.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **OSWALDO BIATO JÚNIOR** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo***

OFÍCIO Nº 333 /2020/SG/PR

Brasília, 16 de junho de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

**Assunto: Indicação de autoridade.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do OSWALDO BIATO JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Geórgia.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

**I N F O R M A Ç Ã O**

***CURRICULUM VITAE***

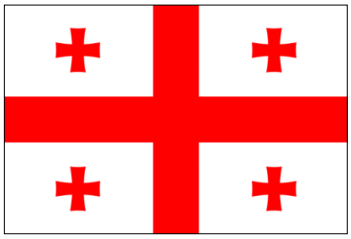
**MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *OSWALDO BIATO JÚNIOR***
CPF.: 186.156.941-68
ID.: 7556 MRE

| | |
|---|---|
| 1957 | Filho de Oswaldo Biato e Nea Fortuna Biato, nasce em 12 de setembro, em Buenos Aires/Argentina (brasileiro de acordo com o artigo 42, parágrafo 1 do Decreto 4.857, de 09 de novembro de 1939 e artigo 129, n° II da Constituição de 1946) |
| **Dados Acadêmicos:** | |
| 1978 | Economia pela Australian National University, Campus de Camberra, Austrália |
| 2007 | CAE - IRBr, A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: Origens, Evolução e Perspectivas |
| **Cargos:** | |
| 1980 | CPCD - IRBr |
| 1981 | Terceiro-Secretário |
| 1985 | Segundo-Secretário |
| 1994 | Primeiro-Secretário |
| 2003 | Conselheiro |
| 2007 | Ministro de Segunda Classe |
| 2014 | Ministro de Primeira Classe |
| **Funções:** | |
| 1982 | Divisão da Ásia e Oceania II, assistente |
| 1985 | Divisão de Organismos Internacionais Especializados, assistente |
| 1985 | Embaixada no México, Terceiro e Segundo-Secretário |
| 1989 | Embaixada em Estocolmo, Segundo-Secretário |
| 1992 | Divisão de Política Comercial, assistente |
| 1992 | Divisão de Comércio Internacional, assistente |
| 1994 | Divisão de Transportes, Comunicações e Serviços, Subchefe e Chefe, substituto |
| 1996 | Missão junto à CEE, Bruxelas, Primeiro-Secretário |
| 2000 | Divisão da Ásia e Oceania I, Chefe, substituto, e Chefe |
| 2004 | Embaixada em Pequim, Conselheiro e Ministro-Conselheiro |
| 2008 | Embaixada em Moscou, Ministro-Conselheiro |
| 2011 | Embaixada em Astana, Embaixador |
| 2013 | Departamento de Europa, Diretor |
| 2016 | Embaixada em Kiev, Embaixador |
| **Condecorações:** | |
| 1994 | Ordem da Estrela Polar, Suécia, Cavaleiro |
| 2014 | Ordem Nacional do Mérito, França, Comendador |
| **Obras publicadas:** | |
| 2010 | "A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: Origens, Evolução e Perspectivas". FUNAG |

**FÁTIMA KEIKO ISHITANI**
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**
**Divisão de Europa- III**
**Embaixada do Brasil em Tbilisi**

# GEÓRGIA



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**
**Maio de 2020**

| DADOS BÁSICOS | |
|---|---|
| **NOME OFICIAL:** | Geórgia |
| **GENTÍLICO:** | Georgiano |
| **CAPITAL:** | Tbilisi |
| **ÁREA:** | 69.700 km$^2$ |
| **POPULAÇÃO (2019):** | 3,72 milhões de habitantes (estimativa de 2019) |
| **LÍNGUA OFICIAL:** | Georgiano (oficial), azerbaijano, armênio, |

| | |
|---|---|
| | russo, idiomas regionais (sobretudo abcásio), inglês (como segunda língua) |
| **PRINCIPAIS RELIGIÕES:** | Cristianismo ortodoxo, religião com especial reconhecimento constitucional (83,4%), Islamismo (10,7%), Igreja armênia (2,9%), Catolicismo (0,5%), sem religião (0,5%) (Censo 2014) |
| **SISTEMA DE GOVERNO:** | República parlamentarista |
| **PODER LEGISLATIVO:** | Parlamento unicameral, denominado Sakartvelos Parlamenti, com 150 assentos. |
| **CHEFE DE ESTADO:** | Presidente Salome Zourabichvili (desde dez/18) |
| **CHEFE DE GOVERNO:** | Primeiro-ministro Giorgi Gakharia (desde set/19) |
| **CHANCELER:** | David Zalkaliani (desde jun/18) |
| **PIB (2019):** | USD 16,32 bi |
| **PIB per capita (2019):** | USD 4.400 |
| **PIB PPP (2018):** | USD 44,8 bi |
| **PIB PPP per capita (2018):** | USD 12.005 |
| **VARIAÇÃO DO PIB** | 4,71% (2019) |
| **IDH:** | 0,786 - 70º lugar |
| **EXPECTATIVA DE VIDA (2018):** | 73,6 anos |
| **ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO:** | 99,8% |
| **ÍNDICE DE DESEMPREGO:** | 11,6% |
| **UNIDADE MONETÁRIA:** | lari |
| **EMBAIXADOR EM TBILISI:** | Cícero Martins Garcia (desde ago/15) |
| **EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:** | David Solomonia (desde out/17) |
| **BRASILEIROS NO PAÍS:** | 43 |

**INTERCÂMBIO BILATERAL – US$ milhões**

| | **2003** | **2004** | **2005** | **2006** | **2007** | **2008** | **2009** | **2010** | **2011** | **2012** | **2013** | **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Intercâmbio** | **54,3** | **87,6** | **85,7** | **47,8** | **88,7** | **150,6** | **90,3** | **115,5** | **211,1** | **210,9** | **259,0** | **280,9** | **207,1** | **244,2** | **194,8** | **203,7** | **193,2** |
| *Exportações* | *54,0* | *80,3* | *85,0* | *44,3* | *71,3* | *137,6* | *89,7* | *107,8* | *210,1* | *210,6* | 256,7 | 276,7 | 194,4 | 242,9 | 194,1 | 203,4 | 184,6 |
| *Importações* | *0,3* | *7,3* | *0,7* | *3,5* | *17,4* | *13,0* | *0,6* | *7,7* | *1,0* | *0,3* | 2,3 | 4,1 | 12,7 | 1,3 | 0,6 | 0,4 | 8,6 |
| **Saldo** | **53,7** | **73,0** | **84,3** | **40,8** | **53,9** | **124,6** | **89,1** | **100,1** | **209,1** | **210,3** | **254,4** | **272,6** | **171,7** | **241,6** | **193,5** | **203,0** | **176,0** |

*Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior*

## APRESENTAÇÃO

É um país localizado na Europa Oriental. Sua capital e maior cidade é Tbilisi. Mais de um quarto da população vive na região de Tbilisi, com outras principais cidades sendo Cutaisi, Batumi e Rustavi. Tornou-se independente do Império Russo em 1918, mas foi incorporado à URSS em 1921. Alcançou a independência novamente em 1991. Tem duas regiões separatistas sobre as quais não exerce controle, Abcásia e Ossétia do Sul, que correspondem juntas a cerca de 20% de seu território. As províncias declararam independência, com reconhecimento internacional limitado (Rússia, Venezuela, Nicarágua, Síria e Nauru), e são protegidas por militares russos.

## PERFIS BIOGRÁFICOS

### PRESIDENTE SALOME ZOURABICHVILI

Nasceu em 18 de março de 1952, em Paris, França. Filha de emigrados georgianos radicados em Paris, Zourabichvili havia sido diplomata francesa e serviu como embaixadora da França na Geórgia até 2004, quando se tornou nacional georgiana e chanceler do país. Foi fundadora do partido "O Caminho da Geórgia", que presidiu até 2010. Foi eleita presidente em dezembro de 2018, como candidata independente, mas com forte apoio do partido governista Sonho Georgiano-Geórgia Democrática (SGGD).

### PRIMEIRO-MINISTRO GIORGI GAKHARIA

Nasceu em 19 de março de 1975, em Tbilisi, Geórgia. O primeiro-ministro é filiado ao partido do Sonho Georgiano-Geórgia Democrática, assim como seus quatro predecessores mais recentes. Havia antes sido ministro do Interior (2017-2019) e da Economia e do Desenvolvimento Sustentável (2016-2017), com longa carreira empresarial prévia na Rússia.

Especialistas consideram que Gakharia, com fama de duro e considerado um "falcão" de seu partido, possa ter sido convidado para o cargo por Bidzina Ivanishvili para lidar com as crises política e econômica da Geórgia às vésperas da eleição de 2020.

## RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a independência da Geórgia em dezembro de 1991 e estabeleceu relações diplomáticas com o país em abril de 1993. Em julho de 2010, foi aberta a embaixada da Geórgia em Brasília. O Brasil inaugurou embaixada residente em Tbilisi em junho de 2011.

A abertura recíproca de embaixadas impulsionou os contatos de alto nível, com a realização de diversas visitas de autoridades georgianas a Brasília: o chanceler Grigol Vashadze, em agosto de 2011; o primeiro-ministro Nika Gilauri, em abril de 2012; a chanceler Maia Panjikidze, em abril de 2013; e a vice-presidente do Parlamento da Geórgia, Manana Kobakhidze, em novembro de 2013.

O presidente Giorgi Margvelashvili participou da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, em agosto de 2016, juntamente com o ministro dos Esportes. No mesmo ano, o chanceler Mauro Vieira manteve encontro com o chanceler da Geórgia, Mikheil Janelidze, à margem da 52ª Conferência de Segurança de Munique. Em dezembro de 2015, missão parlamentar composta pelos deputados Cláudio Cajado (DEM/BA) e Antônio Imbassahy (PSDB/BA) esteve na Geórgia.

O chanceler Aloysio Nunes Ferreira viajou a Tbilisi em 2017. Tratou-se da primeira viagem de um chanceler brasileiro à Geórgia, ocasião em que foram discutidos possíveis instrumentos para criação de moldura política e jurídica para o fortalecer o relacionamento econômico-comercial entre os dois países, além de possibilidades de cooperação em outras áreas, como tributária, aduaneira, de turismo e de defesa. Foi recebido pelo presidente Giorgi Margvelashvili, pelo PM Giorgi Kvirikashvili, e pelo chanceler Mikheil Janelidze. O ministro Nunes Ferreira mencionou também a possibilidade de se dar início a negociações para a assinatura de acordos para promoção e proteção de investimentos e para evitar a dupla tributação. Foi discutida a retomada das reuniões bilaterais de consultas políticas previstas no Memorando de Entendimento assinado em 2011, mas que não ocorrem desde 2014.

Em junho de 2018, o ministro da Justiça, Torquato Jardim, realizou visita a Tbilisi, na qual discutiu possibilidades de cooperação para combate ao tráfico organizado. Na ocasião, manteve reuniões com o então ministro do Interior da Geórgia, Giorgi Gakharia (atual PM), com a ministra da Justiça, Tea Tsulukiani e

com o então vice-ministro (hoje ministro) dos Negócios Estrangeiros, David Zalkaliani. O encontro de Jardim com sua homóloga trouxe boas perspectivas para a cooperação jurídica bilateral e a assinatura de acordos em tramitação na área, assim como para a transferência de presos brasileiros da Geórgia para o Brasil. Foi discutida a ampliação da cooperação nas lutas contra a corrupção, o tráfico internacional de drogas, armas e pessoas e o crime cibernético. Foi aventada, durante o encontro, a assinatura de memorando de entendimento de cooperação entre os dois ministérios da Justiça, em cujo quadro poderia estar a troca de informações entre o Brasil e a Geórgia nesses campos.

Zalkaliani saudou a efeméride dos 25 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Geórgia, afirmando desejar que a parceria ganhe maior densidade no campo das relações comerciais e de investimento. Falou das oportunidades relacionadas a grandes obras de infraestrutura na Geórgia, como a construção o porto de Anaklia e da zona franca contígua. Afirmou que pretende, em sua gestão como ministro, aprofundar o conhecimento sobre a Geórgia no Brasil, organizando "tours" de jornalistas e exposições. A esse respeito, o embaixador brasileiro, Cícero Martins Garcia, comentou sobre o sucesso da missão comercial brasileira à Geórgia em abril de 2018.

Ainda em abril de 2018, celebrou-se concerto de música erudita brasileira num dos principais teatros de Tbilisi (Kakhidze Center), com a Orquestra Sinfônica de Tbilisi, para comemorar os 25 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Geórgia.

Os novos chanceleres dos dois países, Ernesto Araújo e David Zalkaliani, encontraram-se em janeiro de 2019, à margem do Fórum Econômico Mundial, em Davos, quando voltaram a tratar da possibilidade de visita ao Brasil. O lado brasileiro apreciou o rápido reconhecimento ao governo de Guaidó na Venezuela pelo governo georgiano, bem como a perspectiva da reunião de consulta bilateral em Tbilisi nos próximos meses.

A visão política pró-ocidental da Geórgia guarda semelhanças com a do atual governo do Brasil. Tbilisi estuda com cautela a possibilidade de transferir a Embaixada de Tel Aviv para Jerusalém. Há amplo campo para a cooperação jurídica, econômica e comercial entre Brasil e Geórgia, e o apoio mútuo a candidaturas.

A Geórgia tem apoiado a Brasil em diversas candidaturas, entre as quais os pleitos ao Conselho da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), mandato 2020-2022; ao Conselho Executivo da UNESCO, mandato 2019-2023; ao Conselho de Direitos Humanos, mandato 2020-2022; de Regina Vanderlinde para a

Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV); da senadora Mara Gabrilli, para o Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), mandato 2019-2022; e para a Organização Marítima Internacional (IMO), mandato 2018-2019.

**Assuntos consulares**

A comunidade brasileira na Geórgia é pouco expressiva e conta com, atualmente, cerca de 43 pessoas. Não há consulado honorário no país. Havia cinco detentos brasileiros na Geórgia, dos quais três já foram transferidos de volta para o Brasil, segundo entendimentos *ad hoc* reforçados por ocasião da visita do ministro Nunes Ferreira em 2017. As providências para a transferência dos outros dois encontram-se momentaneamente paralisadas em função da crise internacional de saúde.

**Empréstimos e financiamentos oficiais**

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício da Geórgia.

## POLÍTICA INTERNA

Desde sua independência, em 1991, e após um curto período sob a presidência de Zviad Gamsakhurdia – deposto em janeiro de 1992 –, a Geórgia foi comandada sucessivamente por três líderes: Eduard Shevardnadze, de 1992 a 2003; Mikheil Saakashvili, de 2004 a 2012 (ano em que mudança constitucional transformou o país em parlamentarista); e, de 2012 aos dias atuais, por Bidzina Ivanishvili, presidente do SGGD, que foi o primeiro de cinco primeiros-ministros de seu partido – outros foram Irakli Garibashvili, Giorgi Kvirikashvili, Mamuka Bakhtadze e o atual, Giorgi Gakharia. Mesmo sem cargo oficial, como presidente do partido e financiador mais direto de todas as campanhas do SGGD, Ivanishvili tem ascendência natural de caráter informal sobre todos os chefes de Governo e de Estado, tanto em sua designação pelo Parlamento quanto durante o exercício de seus mandatos, sendo considerado o centro do poder na Geórgia.

Desde a mudança constitucional de 2010, os presidentes eleitos foram Giorgi Margvelashvili (2013-2018) e Salome Zourabichvili (desde 2018), a primeira mulher presidente da Geórgia, eleita para mandato de seis anos com término em 2024, quando, devido a nova reforma, os chefes de Estado passarão a ser eleitos indiretamente por colégio eleitoral.

O fato mais conhecido e marcante da história recente da Geórgia terá sido a "Revolução das Rosas" de novembro de 2003, pela qual o jovem Mikheil Saakashvili, líder do Movimento Nacional Unido (MNU), conseguiu mobilizar a população descontente com os desmandos de Shevardnadze e expulsá-lo do poder sem derramar uma só gota de sangue. Os "revolucionários" pacíficos usavam a rosa como seu símbolo e Shevardnadze não recorreu à violência para reprimir os opositores. Em janeiro de 2004, Saakashvili foi eleito presidente com 97% dos votos.

Os primeiros anos do governo Saakashvili foram exitosos. Com a ajuda do Ocidente – especialmente dos EUA –, de quem era aliado, conseguiu reestabelecer a ordem política e econômica; criar uma nova polícia, não corrupta; modernizar o exército; criar infraestrutura urbana e de transportes interurbanos; estabelecer um sistema de impostos e pagamentos de utilidades (antes disso, gás e eletricidade não eram pagos); e promover um programa de privatizações. A Geórgia passou, a partir de então, a ser aceita como um país moderno na comunidade internacional.

Após os anos exitosos, Saakashvili passou a enfrentar internos e externos, especialmente no relacionamento com a Rússia. Os pontos mais críticos no relacionamento com o vizinho do norte foram, em 2006, as crises do gás – quando a Rússia suprimiu o abastecimento à Geórgia durante algumas semanas em pleno inverno – , e dos espiões – quando a polícia georgiana deteve membros da embaixada russa em Tbilisi acusando-os de serem agentes secretos de Moscou. Ainda em 2006, milhares de imigrantes georgianos que viviam na Rússia (segundo Moscou, irregularmente) foram expulsos de volta para a Geórgia, o que gerou atrito entre os países e é, até hoje, objeto de tramitação no Tribunal Europeu de Direitos Humanos, que em 2014 condenou a Rússia a pagar indenizações, sentença que Moscou tem relutado em cumprir. Internamente, em novembro de 2007, Saakashvili teve que lidar com manifestações da oposição em Tbilisi que resultaram na decretação de estado de urgência e antecipação das eleições.

Em janeiro de 2008, Saakashvili foi reeleito e nas eleições parlamentares realizadas em maio seu partido voltou a obter a maioria. Entretanto, a partir da derrota militar georgiana ao tentar recuperar o controle da Ossétia do Sul, ocorrida no mês de agosto, Saakashvili passou a perder força.

Em abril de 2009, novas manifestações da oposição paralisaram Tbilisi. Em outubro de 2010, diante da instabilidade do sistema, inspirado pelo modelo da reforma do sistema político efetivada na Rússia, Saakashvili promoveu uma reforma constitucional que concentraria os poderes no primeiro-ministro a partir das eleições presidenciais seguintes, em 2013.

As eleições legislativas de outubro de 2012 deram vitória incontestável ao bilionário Bidzina Ivanishvili, que havia logrado reunir sete partidos de oposição na coalizão "Sonho Georgiano", após retornar da Rússia em 2012. Tratou-se de feito histórico, na medida em que a Geórgia se tornou, ao lado dos países bálticos, o único estado da antiga URSS em que a transição de poder para a oposição se deu de forma pacífica e incontestada. A solidez das instituições democráticas no país passou a ser reconhecida como exemplar na região. Outrora conhecido apenas como o homem mais rico da Geórgia, com patrimônio estimado em US$ 6,4 bi, Bidzina Ivanishvili tornou-se rapidamente a figura central da política local ao ser alçado ao cargo de PM, em outubro de 2012.

Em 27 de outubro de 2013, Giorgi Margvelashvili, ex-ministro da Educação e ex-vice-primeiro-ministro, aliado de Bidzina Ivanishvili, venceu em primeiro turno a eleição presidencial. Margvelashvili, membro da coalizão Sonho Georgiano, obteve o apoio de 62% dos eleitores, contra 22% de Davit Bakradze, do Movimento Nacional Unido (MNU), partido de Saakashvili, a quem Margvelashvili substituiu no posto de chefe de Estado da Geórgia. A vitória de Margvelashvili encerrou o período de coabitação entre o Sonho Georgiano e o Movimento Nacional Unido.

Logo após a eleição de Margvelashvili à presidência, Ivanishvili anunciou que Irakli Garibashvili, ex-ministro do Interior (e atual ministro da Defesa) que tinha apenas 31 anos na época, assumiria o posto de primeiro-ministro da Geórgia. Cabe recordar que, nos termos de reforma constitucional patrocinada pelo ex-presidente Saakashvili em outubro de 2010, o cargo de primeiro-ministro concentraria, então, poderes bem mais amplos que os do presidente da República. Em dezembro de 2015, Garibashvili renunciou ao cargo, sendo substituído pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros, e ex-ministro das Finanças, Giorgi Kvirikashvili. Este possuía melhor diálogo com o presidente da República – que, por sua vez, não tinha boa relação com seu antecessor –, com a oposição e com representantes da sociedade civil.

Nas eleições parlamentares de outubro de 2016, mesmo com o fim da coalizão "Sonho Georgiano", o partido da situação, rebatizado de Sonho Georgiano-Geórgia Democrática (SGGD), teve ampla vitória, conquistando maioria (115 das 150 cadeiras do parlamento) suficiente para fazer sozinho uma reforma constitucional, o que ocorreu em setembro de 2017. A nova constituição, que entrou em vigor, com emendas, em 16 de dezembro de 2018, selou o fim da transição para o sistema parlamentarista, com ainda maior diminuição de poderes da presidência, e estabelecimento de eleição indireta para presidente a partir de 2024.

No dia 13 de junho de 2018, o primeiro-ministro georgiano Giorgi Kvirikashvili renunciou, apontando como razão para deixar o cargo "controvérsias sobre economia e outros assuntos" com Ivanishvili. Assumiu em lugar de Kvirikashvili o jovem político Mamuka Bakhtadze, ex-ministro das Finanças.

Ocorreram eleições presidenciais no final de 2018, com a vitória da independente Salome Zourabichvili, apoiada pelo SGGD, sobre o oposicionista Grigol Vashadze (MNU) – Margvelashvili decidiu não se apresentar à reeleição. Em seu discurso de posse, Zourabichvili reafirmou os pontos principais da política georgiana: recuperação dos territórios ocupados e adesão à UE e à OTAN. Ressaltou a importância do desenvolvimento regional e das comunidades georgianas no exterior, de onde ela própria é originária. A presidente tem tido discurso estritamente alinhado ao partido governista, ao contrário de seu antecessor Margvelashvili.

As mudanças constitucionais de 2017/2018 causaram polêmica, em especial a manutenção do sistema majoritário distrital, que elege 73 de 150 deputados (outros 77 são eleitos pelo sistema proporcional). Desde junho de 2019, após onda de protestos desencadeada contra a participação do deputado russo Sergey Gavrilov em evento no Parlamento da Geórgia, o governo tem sido pressionado pela oposição e negociado a mudança do sistema eleitoral, de modo a diminuir a proporção do sistema majoritário. Está pendente de implementação um entendimento entre governo e oposição em fixar em 120 o número de eleitos pelo sistema proporcional e 30 pelo majoritário, após negociações intermediadas pelo corpo diplomático em Tbilisi.

Em setembro de 2019, Mamuka Bakhtadze renunciou à posição de primeiro-ministro, abrindo espaço para a nomeação de Giorgi Gakharia para lidar com o desafio de uma grave crise no cenário que antecede as eleições parlamentares de 2020. A indicação de Gakharia trouxe certa polêmica e acirrou a polarização na política georgiana, pois o político é acusado de “pró-russo” pela oposição, devido a sua longa carreira empresarial naquele país.

## POLÍTICA EXTERNA

Desde a assunção do ex-primeiro-ministro Bidzina Ivanishvili, o Governo da Geórgia assumiu publicamente, em diversas ocasiões, o compromisso de manter inalterados os dois objetivos basilares da política externa georgiana:

- Reintegração das regiões separatistas da Abcásia e da Ossétia do Sul; e

- Adesão à “comunidade euro-atlântica”, incluindo a conclusão de Acordo de Associação e de Livre Comércio com a União Europeia (UE), a concessão, por

Bruxelas, de status de candidato à adesão à UE e o ingresso como membro pleno na OTAN.

As relações com Moscou, formalmente rompidas desde 2008, ocuparam sempre lugar importante nos rumos da diplomacia georgiana. Na tentativa de escapar à histórica dependência em relação à Rússia – que controlou o país por quase dois séculos, de 1801 a 1918 e de 1921 a 1991 –, a Geórgia tem buscado, tal como fizeram os países bálticos e outros da Europa Oriental, aderir à UE e à OTAN e manter relações estreitas com os EUA.

Com relação à Rússia, ao mesmo tempo em que condena a postura política do vizinho ao norte em praticamente todos os foros internacionais, a Geórgia tem adotado, sob o "Sonho Georgiano", o que se denominou de "paciência estratégica". Tem buscado, assim, nos últimos oito anos, incentivar o comércio bilateral, o turismo e as relações econômicas com o vizinho a norte, com sucesso variado.

Os esforços da Geórgia incluem ambicioso processo de modernização para cumprimento das exigências europeias a eventuais candidatos e contribuição logística e militar às forças da OTAN no Afeganistão. A Geórgia assinou o Acordo de Associação com a União Europeia em junho de 2014. Com relação à OTAN, houve a promessa de adesão constante da Declaração Final da Cúpula de Bucareste, em maio de 2008, repetida na cúpula da aliança em Bruxelas em 2018.

**Abcásia e Ossétia do Sul**: As províncias georgianas da Ossétia do Sul (também conhecida pelo nome de sua capital, Tskhinvali) e da Abcásia autoproclamaram a independência em novembro de 1991 e julho de 1992, respectivamente. Os conflitos existentes entre essas regiões e a Geórgia têm raízes nos próprios fundamentos da URSS, que concedia ao "território autônomo da Ossétia do Sul" e à "República autônoma da Abcásia" instituições descentralizadas em relação à Geórgia.

Em 2008, em suposta retaliação ao reconhecimento da independência do Kosovo por alguns estados, a Rússia decidiu, unilateralmente, suspender a aplicação do embargo que havia sido imposto em 1996 pela Comunidade de Estados Independentes (CEI) ao Estado soberano de facto que se instalara na Abcásia. Em contexto de escalada de tensões (inclusive movimentação de tropas russas e georgianas), Moscou anunciou o estabelecimento de "relações oficiais" com as duas províncias separatistas georgianas. Em agosto de 2008, forças armadas da Geórgia, reagindo a provocações das milícias locais apoiadas pelos russos, iniciaram ataque para tomar a capital da Ossétia do Sul e "restaurar a ordem constitucional". Os

enfrentamentos – que duraram menos de uma semana em virtude da superioridade russa – tiveram fim com a assinatura por Geórgia e Rússia, em 12 agosto de 2008, de um acordo de cessar-fogo (conhecido como "Plano de Seis Pontos"). O acordo, no entanto, não trata da questão central do "status" jurídico internacional daquelas regiões (se independentes ou pertencentes à Geórgia). Por lei aprovada em 28 de agosto de 2008, o parlamento georgiano considera a Abcásia e a Ossétia do Sul "territórios ocupados pela Rússia", o que é rejeitado por Moscou.

**Posição do Brasil em relação a Abcásia e Ossétia do Sul**

A Geórgia confere grande importância ao projeto de resolução apresentado anualmente à Assembleia-Geral das Nações Unidas (AGNU) sobre as centenas de milhares de refugiados internos deslocados pelos conflitos na Abcásia e na Ossétia do Sul. O Brasil, ao longo dos anos, absteve-se na votação da resolução, que foi adotada em junho de 2019, por 79 votos a favor, 15 contrários e 57 abstenções.

Em sua explicação de voto, o Brasil considerou que a questão deve ser tratada nas "Conversações de Genebra" entre Tbilisi e Moscou. O Brasil tem reiterado a necessidade de se observar o marco normativo das Resoluções CSNU 1716 (2006) e 1808 (2008), que reconhecem o princípio da soberania, independência e integridade territorial da Geórgia dentro de suas fronteiras internacionalmente reconhecidas. Durante a visita do ex-chanceler Aloysio Nunes Ferreira a Tbilisi, em 2017, o tema foi comentado por praticamente todos seus interlocutores. O então chanceler georgiano Janelidze fez referência à resolução anual da ONU, que "não seria política, mas humanitária". Na ocasião, o ex-ministro afirmou que o Brasil apoia a integridade territorial da Geórgia, bem como solução por via diplomática e o não uso da força e acrescentou que o Brasil acredita no sistema do diálogo de Genebra para resolver o conflito.

## ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Geórgia enfrentou sérios problemas após sua independência, por conta da dificuldade em reorganizar um sistema econômico colapsado com o fim da União Soviética. Sua indústria, que servia a uma economia estatizada sem concorrência externa, tornou-se obsoleta diante da entrada de produtos estrangeiros. Além disso, a URSS tinha como política estatal dificultar ao máximo que suas repúblicas pudessem obter a independência, e uma das armas com que contava era não permitir que fossem

economicamente autossuficientes. O exemplo clássico citado no caso da Geórgia é o de que produzia água mineral, mas não a podia engarrafar, pois as garrafas vinham de outras partes da União.

O Banco Mundial estimou crescimento do PIB georgiano de 4,71% em 2019. Para 2020, em meio à crise da pandemia de COVID-19 (abril de 2020), a entidade prevê estagnação em 0%, enquanto o FMI prevê retração de -4%. O desempenho econômico da Geórgia vinha sendo elogiado nos últimos anos, com a previsão de crescimento do PIB estimado pelo Fundo no início do ano em 4,6%. De acordo com o Fundo, a economia da Geórgia vinha sendo "resiliente quanto a choques negativos, com crescimento sólido e um déficit em conta corrente mais baixo. O alto valor recente da inflação, que reflete fatores temporários e a desvalorização do lari, tem sido corretamente combatido com uma política monetária mais rígida".

O país recebe assistência técnica do FMI, em um programa com o objetivo pronunciado de acelerar as reformas estruturais da Geórgia, de modo a gerar mais crescimento, com foco na melhoria da educação, nos investimentos em estrutura rodoviária e nos avanços da administração pública. Com a aprovação da quinta fase do programa, foram liberados cerca de US$ 42 milhões para a Geórgia, levando o desembolso total do Fundo desde o início do programa a US$ 249 milhões.

O comércio bilateral com a Geórgia é amplamente favorável ao Brasil. Após a retomada do crescimento das transações, concomitante com o fim da crise econômica no Brasil (2015-2017), o volume de comércio voltou a cair em 2019. O volume comercial bilateral, de acordo com dados do governo brasileiro, alcançou US$ 193 milhões em 2019, uma diminuição de 5% com relação a 2018, com saldo amplamente favorável de 176 milhões para o Brasil. Os principais produtos exportados foram (i) carnes, (ii) minérios, (iii) açúcar, que, somados, corresponderam a 87,1% do total exportado no ano passado.

Embora haja grande potencial para a ampliação da exportação desses produtos, uma vez que a Geórgia tem apresentado robusto crescimento nos últimos anos (girando em torno de 5%), verifica-se a necessidade da diversificação das exportações brasileiras. Missão comercial em abril de 2018 permitiu a disponibilidade de alimentos e cosméticos amazônicos em supermercados de Tbilisi e a venda de equipamentos elétricos brasileiros a empresas georgianas dos setores de construção civil e alta tecnologia. A isso, somam-se potencialidades como: a exportação de soja e armas/munições, que ultrapassaram em 2018 a barreira de 1% das exportações brasileiras; e de aviões, uma vez que metade da frota da empresa

"flag-carrier" da Geórgia, a Georgian Airways, é composta de aviões da Embraer, e há conversas para ampliação desse percentual.

Não se pode desprezar, ainda, o potencial de investimentos brasileiros na Geórgia, em especial com o objetivo de reexportar produtos brasileiros a partir deste país para aproveitar isenções fiscais e acordos de livre-comércio da Geórgia com parceiros maiores, como a União Europeia, a China ou a Comunidade de Estados Independentes. A Geórgia tem evoluído muito positivamente em importantes rankings econômicos internacionais, ocupando: o 6º lugar entre 190 países no "Doing Business 2019" do Banco Mundial; a 7ª posição entre 162 países no Índice de Liberdade Econômica do "Fraser Institute"; o 16º lugar entre 186 avaliados pela "Economic Freedom Survey" da "Heritage Foundation"; e a 5ª posição no "Open Budget Survey" da "International Budget Partnership", em 186 avaliados, entre outros. A Geórgia chegou ainda ao número inédito de 5 milhões de turistas em 2019, impressionante para um país de sua dimensão. O número de turistas brasileiros na Geórgia também cresceu 18% no último ano, chegando a 2.750.

Há interesse georgiano para que companhias brasileiras se instalem na zona especial do porto de Anaklia, em estágio de construção. Segundo representante do porto, exportações de açúcar do Brasil para a Ásia Central, que atualmente já passariam pelo país (por meio do porto de Poti), teriam seu custo de transporte reduzido em 30% por efetuarem um transbordo a menos.

A construção do porto de Anaklia, no Mar Negro, é de importância vital para a Geórgia pois permitirá a ancoragem de navios de grande calado e tornará a rota por este país mais viável no transporte de mercadorias entre a China e a Europa e outros destinos. Por isso mesmo, contraria interesses poderosos, como da Rússia. Muitas são as pressões internas e internacionais, seja a favor, seja contra a construção do porto.

## CRONOLOGIA HISTÓRICA

| | |
|---|---|
| 1803 | O país é anexado ao Império Russo, pelo Czar Alexandre II. |
| 1917 | O país recupera brevemente a autonomia, com a Revolução Russa e a guerra civil subsequente. |
| 1918 | Proclamada a República Democrática da Geórgia, cujo Governo é controlado pela facção menchevique do antigo Partido Social Democrata. |
| 1921 | Invasão soviética. O país volta a estar sob o domínio de Moscou. |
| 1922 | A Geórgia é integrada à República Soviética Federada da Transcaucásia, entidade fundadora da União das Repúblicas |

| | |
|---|---|
| | Socialistas Soviéticas. |
| 1936 | A República da Transcaucásia é dissolvida e a Geórgia é admitida como república integrante da União Soviética. |
| 1972 | Edvard Shevarnadze é designado Secretário-Geral do Partido Comunista da Geórgia. |
| 1989 | Início das manifestações pela independência e repressão soviética, que deixa dezenove mortos em Tbilisi. |
| 1990 | Coalizão nacionalista vence eleições multipartidárias. |
| 1991 | Independência nacional é aprovada por plebiscito e posteriormente ratificada pelo Parlamento. O jornalista dissidente Gamsakhurdia é eleito Presidente com mais de 86% dos sufrágios. |
| 1992 | Gasmakhurdia é deposto em janeiro. População da Ossétia do Sul vota pela independência em plebiscito não reconhecido por Tbilisi. Conflitos na Abcásia entre separatistas e tropas georgianas. Edvard Shevarnadze é eleito Presidente do Conselho de Estado. |
| 1994 | Nova Constituição é adotada. |
| 1995 | Shevarnadze é eleito Presidente. |
| 2000 | Shevarnadze é reeleito. |
| 2003 | Revolução das Rosas e renúncia de Shevarnadze. |
| 2004 | Saakashvili é eleito Presidente, em janeiro. |
| 2008 | Saakashvili é reeleito, em janeiro. Guerra russo-georgiana, em agosto. |
| 2012 | Vitória da coalizão Sonho Georgiano nas eleições legislativas conduz Bidzina Ivanishvili ao cargo de Primeiro-Ministro. |
| 2013 | Giorgi Margvelashvili vence as eleições presidenciais no primeiro turno. Irakli Garibashvili é indicado para o cargo de Primeiro-Ministro. |
| 2015 | Renúncia de Garibashvili e indicação de Giorgi Kvirikashvili para o posto de Primeiro-Ministro. |
| 2016 | Vitória do Sonho Georgiano-Geórgia Democrática nas eleições legislativas, com manutenção de Kvirikashvili no cargo. |
| 2018 | Renúncia de Kvirikashvili e assunção de Mamuka Bakhtadze ao posto de Primeiro-Ministro. Eleição de Salome Zourabichvili para Presidente, vencida no segundo turno. |
| 2019 | Renúncia de Bakhtadze e indicação de Giorgi Gakharia para o cargo de Primeiro-Ministro. |

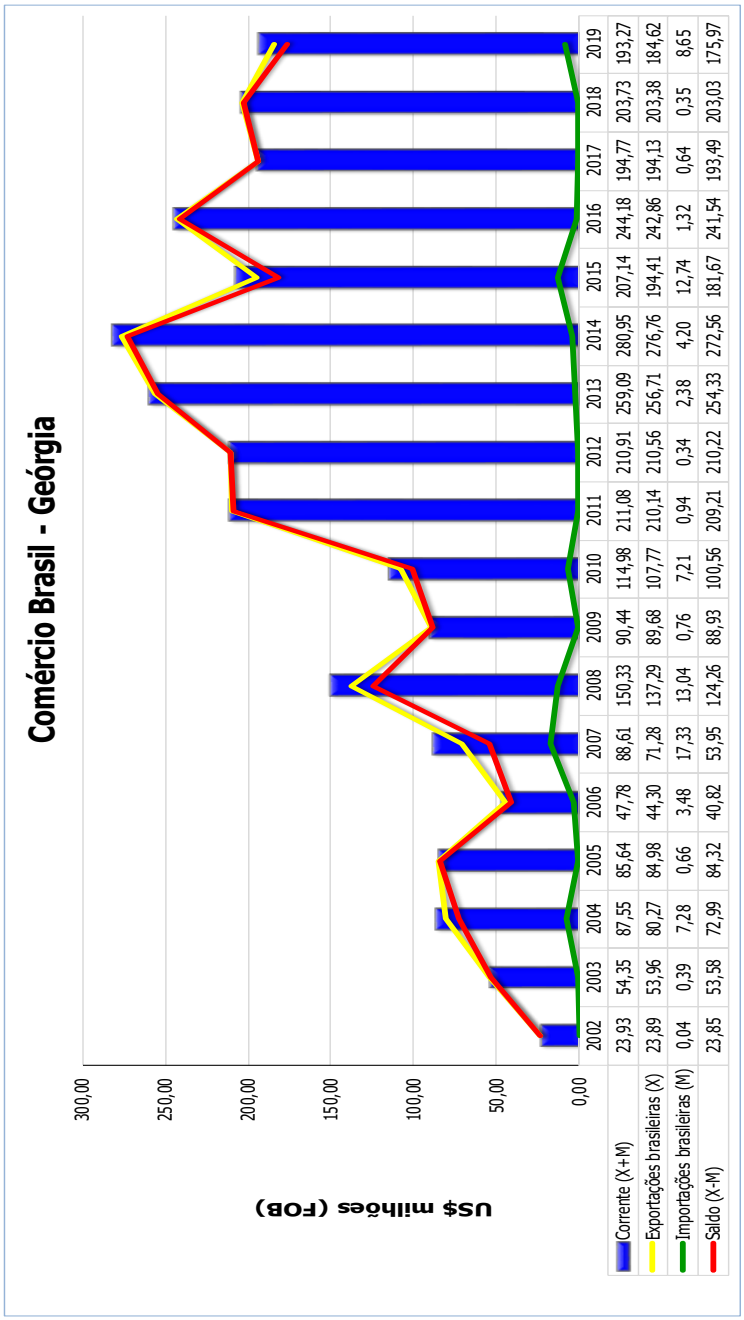
| **CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS** | |
|---|---|
| 1991 | Reconhecimento pelo Brasil da independência da Geórgia |
| 1993 | Estabelecimento de relações diplomáticas |

| | |
|---|---|
| 2010 | Primeira reunião de consultas políticas entre autoridades brasileiras e georgianas, em Tbilisi. Abertura da Embaixada da Geórgia em Brasília. |
| 2011 | Abertura da Embaixada do Brasil em Tbilisi (junho) |
| 2011 | Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Geórgia, Grigol Vashadze (25 e 26 de agosto) |
| 2012 | Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Nikoloz Gilauri, para a reunião anual da Parceria do Governo Aberto (13 a 19 de abril) |
| 2012 | Visita ao Brasil do Ministro da Agricultura, Zaza Gorozia (maio) |
| 2013 | Visita ao Brasil da Ministra dos Negócios Estrangeiros, Maia Panjikidze (2 a 4 de abril) |
| 2016 | Reunião de trabalho do Ministro Mauro Vieira com o Ministro das Relações Exteriores da Geórgia, Mikheil Janelidze, à margem da 52ª Conferência de Segurança de Munique (13 de fevereiro) |
| 2017 | Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, à Geórgia (Tbilisi, 16 de novembro) |
| 2018 | Visita do ministro da Justiça Torquato Jardim (Tbilisi, 22 de junho) |

| **ACORDOS BILATERAIS EM VIGOR** | | | |
|---|---|---|---|
| Título do Acordo | Data de celebração | Entrada em vigor | Publicação |
| Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Geórgia sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço | 26/08/2011 | 29/10/2011 | 19/10/2011 |
| Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios | 26/08/2011 | 26/08/2011 | 21/03/2016 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Estrangeiros da Geórgia | | | |
| Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Geórgia | 26/08/2011 | 17/07/2017 | 27/11/2017 |
| Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Geórgia sobre Cooperação Econômica | 16/04/2012 | 16/04/2012 | 21/05/2012 |
| Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Centro de Treinamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Geórgia | 02/04/2013 | 02/04/2013 | 15/04/2013 |
| Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Geórgia, para o estabelecimento de Isenção de Vistos para Nacionais de ambos os Países | 11/03/2015 | 30/03/2015 | 10/04/2015 |
| Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Geórgia para a Cooperação no Campo do Turismo | 16/11/2017 | 16/11/2017 | 12/12/2017 |

**DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS**



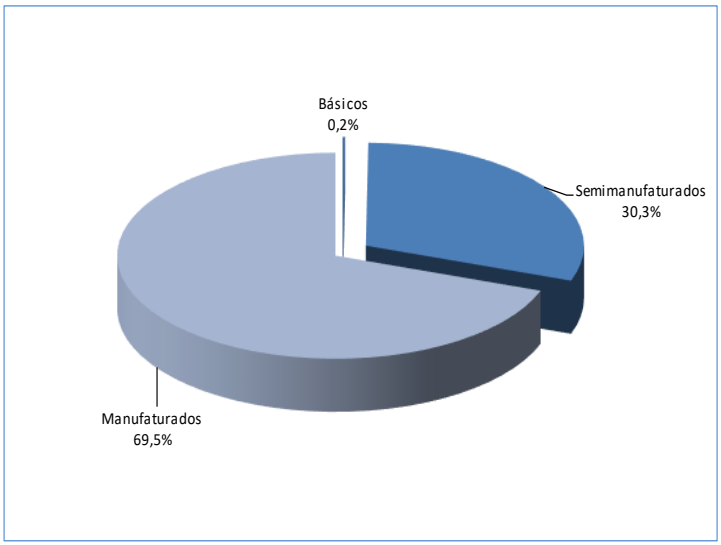

| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Corrente (X+M) | 23,93 | 54,35 | 87,55 | 85,64 | 47,78 | 88,61 | 150,33 | 90,44 | 114,98 | 211,08 | 210,91 | 259,09 | 280,95 | 207,14 | 244,18 | 194,77 | 203,73 | 193,27 |
| Exportações brasileiras (X) | 23,89 | 53,96 | 80,27 | 84,98 | 44,30 | 71,28 | 137,29 | 89,68 | 107,77 | 210,14 | 210,56 | 256,71 | 276,76 | 194,41 | 242,86 | 194,13 | 203,38 | 184,62 |
| Importações brasileiras (M) | 0,04 | 0,39 | 7,28 | 0,66 | 3,48 | 17,33 | 13,04 | 0,76 | 7,21 | 0,94 | 0,34 | 2,38 | 4,20 | 12,74 | 1,32 | 0,64 | 0,35 | 8,65 |
| Saldo (X-M) | 23,85 | 53,58 | 72,99 | 84,32 | 40,82 | 53,95 | 124,26 | 88,93 | 100,56 | 209,21 | 210,22 | 254,33 | 272,56 | 181,67 | 241,54 | 193,49 | 203,03 | 175,97 |

| 2019/2020 | Exportações brasileiras | Importações brasileiras | Corrente de comércio | Saldo |
|---|---|---|---|---|
| 2019 (jan-mar) | 20,72 | 1,17 | 21,9 | 19,6 |
| 2020 (jan-mar) | 11,63 | 0,6 | 12,2 | 11,1 |

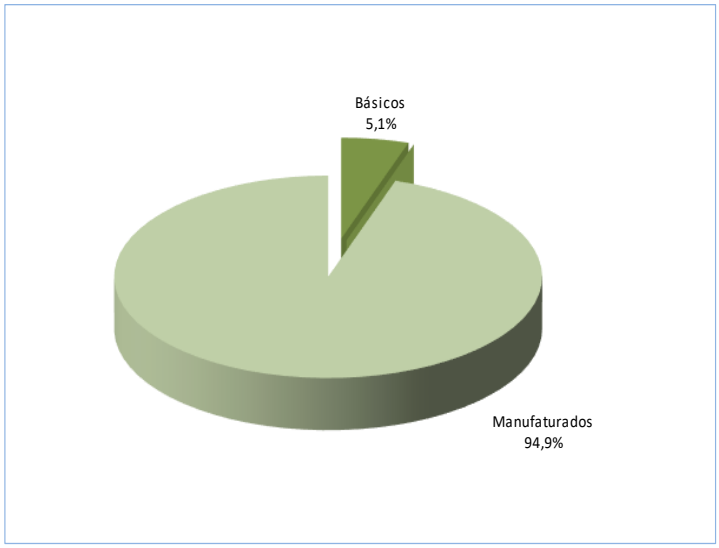
*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Maio de 2020*

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado**
**2019**

**Exportações**




**Importações**



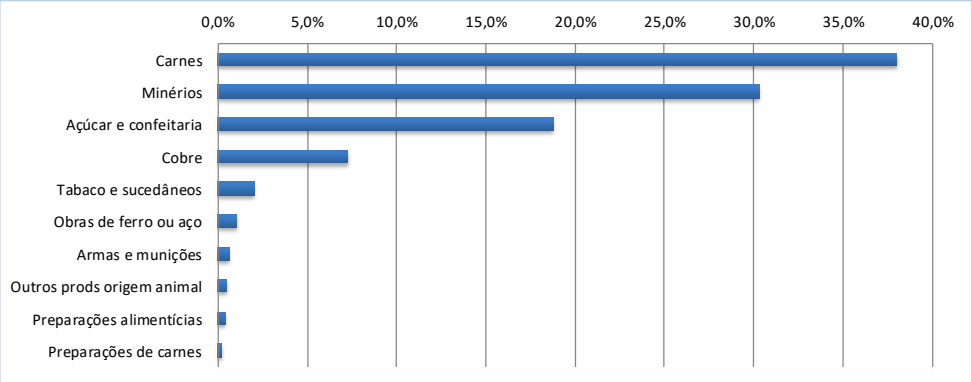

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Maio de 2020*

**Composição das exportações brasileiras para Geórgia**
**US$ milhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Carnes | 31,79 | 16,4% | 49,61 | 24,4% | 70,13 | 38,0% |
| Minérios | 62,89 | 32,4% | 59,89 | 29,4% | 55,91 | 30,3% |
| Açúcar e confeitaria | 89,79 | 46,3% | 77,92 | 38,3% | 34,72 | 18,8% |
| Cobre | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | 13,46 | 7,3% |
| Tabaco e sucedâneos | 2,92 | 1,5% | 0,98 | 0,5% | 3,80 | 2,1% |
| Obras de ferro ou aço | 0,004 | 0,0% | 0,01 | 0,0% | 1,93 | 1,0% |
| Armas e munições | 0,03 | 0,0% | 1,89 | 0,9% | 1,07 | 0,6% |
| Outros prods origem animal | 0,83 | 0,4% | 0,65 | 0,3% | 0,83 | 0,4% |
| Preparações alimentícias | 1,92 | 1,0% | 1,36 | 0,7% | 0,77 | 0,4% |
| Preparações de carnes | 1,09 | 0,6% | 0,50 | 0,2% | 0,35 | 0,2% |
| **Subtotal** | **191,3** | **98,5%** | **192,8** | **94,8%** | **183,0** | **99,1%** |
| **Outros** | **2,9** | **1,5%** | **10,6** | **5,2%** | **1,6** | **0,9%** |
| **Total** | **194,1** | **100,0%** | **203,4** | **100,0%** | **184,6** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Maio de 2020*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019**

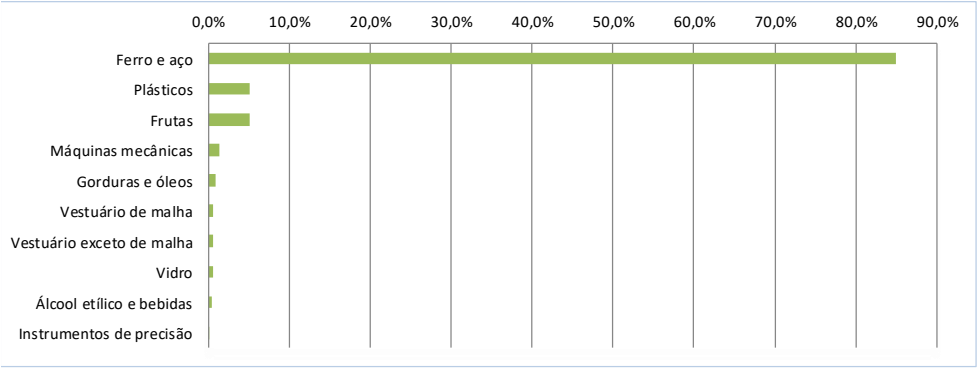


**Composição das importações brasileiras originárias de Geórgia**
**US$ milhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Ferro e aço | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | 7,35 | 85,0% |
| Plásticos | 0,008 | 1,2% | 0 | 0,0% | 0,45 | 5,2% |
| Frutas | 0,21 | 32,4% | 0 | 0,0% | 0,44 | 5,1% |
| Máquinas mecânicas | 0,03 | 3,9% | 0,07 | 18,7% | 0,11 | 1,3% |
| Gorduras e óleos | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,08 | 0,9% |
| Vestuário de malha | 0,14 | 22,0% | 0,11 | 30,0% | 0,06 | 0,6% |
| Vestuário exceto de malha | 0,069 | 10,7% | 0,04 | 12,2% | 0,05 | 0,6% |
| Vidro | 0 | 0,0% | 0,02 | 6,5% | 0,05 | 0,6% |
| Álcool etílico e bebidas | 0 | 0,0% | 0,02 | 5,7% | 0,04 | 0,5% |
| Instrumentos de precisão | 0,003 | 0,5% | 0 | 0,0% | 0,01 | 0,1% |
| **Subtotal** | **0,454** | **70,7%** | **0,258** | **73,1%** | **8,634** | **99,8%** |
| **Outros** | **0,188** | **29,3%** | **0,095** | **26,9%** | **0,013** | **0,2%** |
| **Total** | **0,642** | **100,0%** | **0,353** | **100,0%** | **8,647** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Maio de 2020*

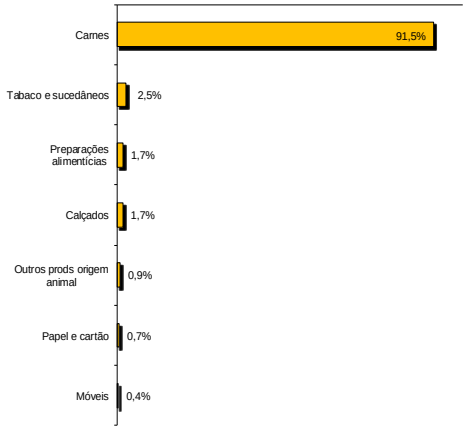
**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019**



**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**
**US$ milhões**

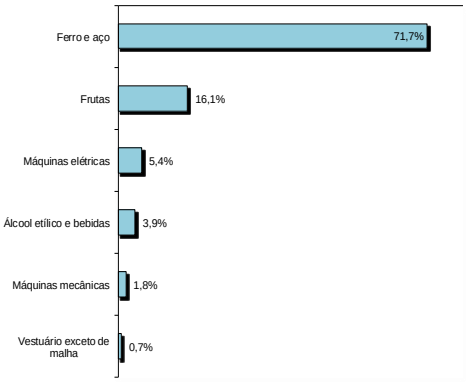
| Grupos de produtos (SH2) | 2019 (jan-mar) | Part. % no total | 2020 (jan-mar) | Part. % no total |
|---|---|---|---|---|
| **Exportações** | | | | |
| Carnes | 18,47 | 89,1% | 10,65 | 91,5% |
| Tabaco e sucedâneos | 1,02 | 4,9% | 0,30 | 2,5% |
| Preparações alimentícias | 0,32 | 1,5% | 0,20 | 1,7% |
| Calçados | 0,02 | 0,1% | 0,20 | 1,7% |
| Outros prods origem animal | 0,28 | 1,3% | 0,10 | 0,9% |
| Papel e cartão | 0 | 0,0% | 0,08 | 0,7% |
| Móveis | 0,002 | 0,0% | 0,05 | 0,4% |
| **Subtotal** | **20,10** | **97,0%** | **11,58** | **99,5%** |
| **Outros** | **0,62** | **3,0%** | **0,06** | **0,5%** |
| **Total** | **20,7** | **100,0%** | **11,6** | **100,0%** |

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2020**

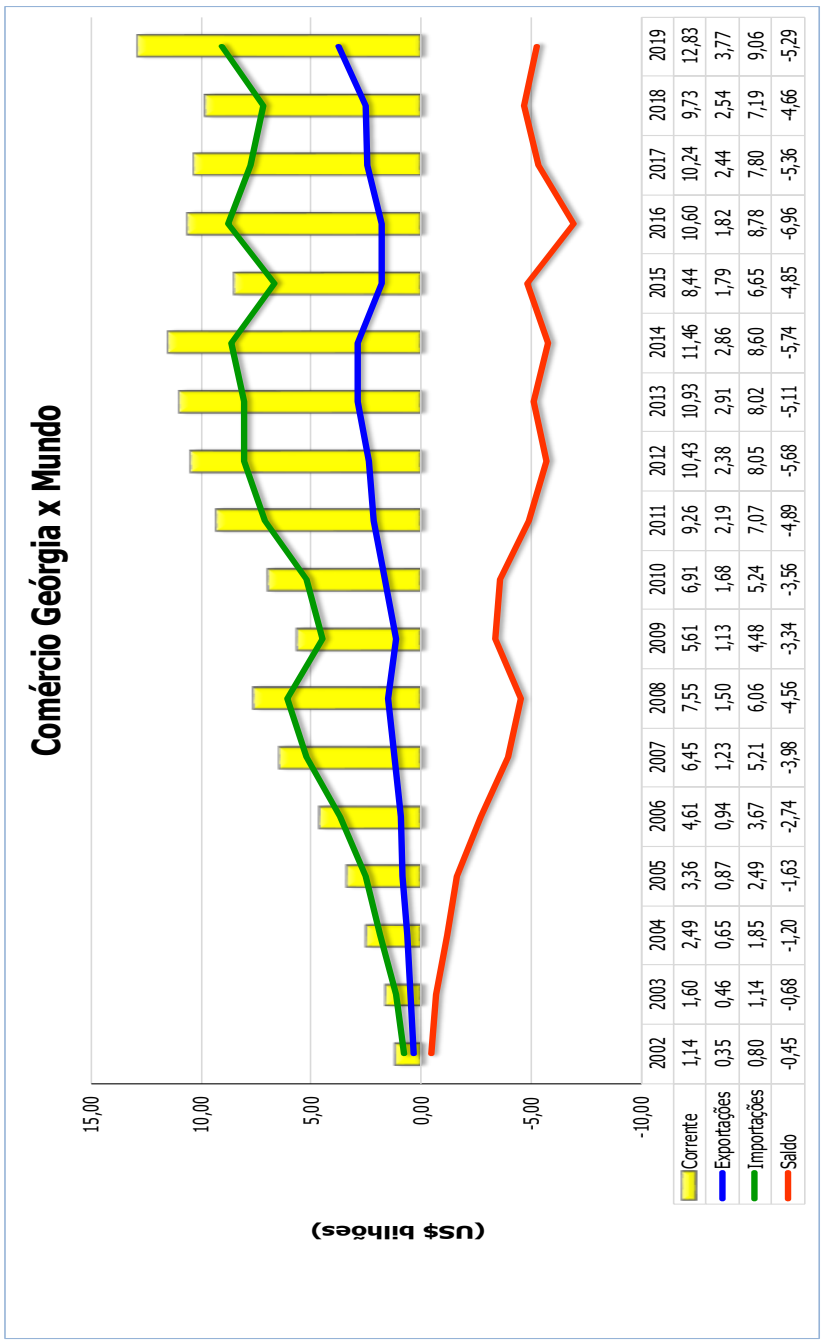



| Grupos de produtos (SH2) | 2019 (jan-mar) | Part. % no total | 2020 (jan-mar) | Part. % no total |
|---|---|---|---|---|
| **Importações** | | | | |
| Ferro e aço | 0,70 | 60,2% | 0,40 | 71,7% |
| Frutas | 0 | 0,0% | 0,09 | 16,1% |
| Máquinas elétricas | 0 | 0,0% | 0,03 | 5,4% |
| Álcool etílico e bebidas | 0 | 0,0% | 0,02 | 3,9% |
| Máquinas mecânicas | 0,004 | 0,3% | 0,01 | 1,8% |
| Vestuário exceto de malha | 0,004 | 0,3% | 0,004 | 0,7% |
| **Subtotal** | **0,7** | **60,9%** | **0,56** | **99,6%** |
| **Outros produtos** | **0,46** | **39,1%** | **0,00** | **0,4%** |
| **Total** | **1,17** | **100,0%** | **0,56** | **100,0%** |

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2020**




*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Maio de 2020*



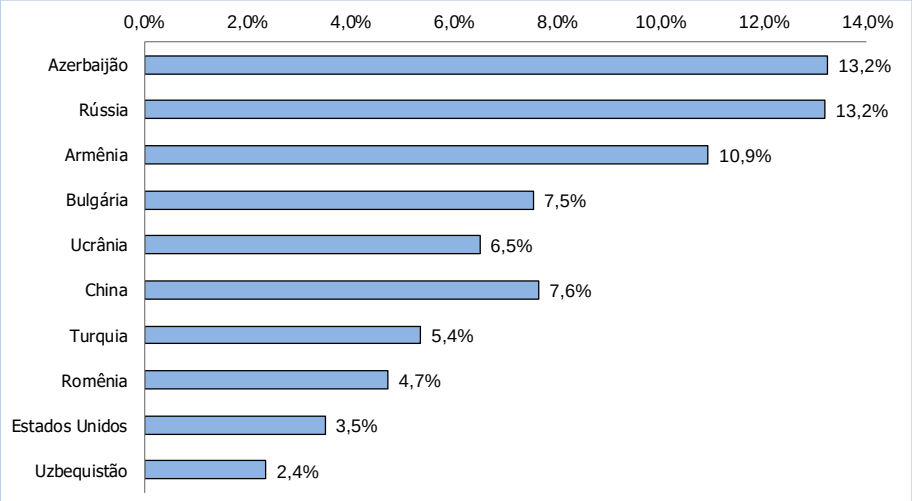

| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Corrente | 1,14 | 1,60 | 2,49 | 3,36 | 4,61 | 6,45 | 7,55 | 5,61 | 6,91 | 9,26 | 10,43 | 10,93 | 11,46 | 8,44 | 10,60 | 10,24 | 9,73 | 12,83 |
| Exportações | 0,35 | 0,46 | 0,65 | 0,87 | 0,94 | 1,23 | 1,50 | 1,13 | 1,68 | 2,19 | 2,38 | 2,91 | 2,86 | 1,79 | 1,82 | 2,44 | 2,54 | 3,77 |
| Importações | 0,80 | 1,14 | 1,85 | 2,49 | 3,67 | 5,21 | 6,06 | 4,48 | 5,24 | 7,07 | 8,05 | 8,02 | 8,60 | 6,65 | 8,78 | 7,80 | 7,19 | 9,06 |
| Saldo | -0,45 | -0,68 | -1,20 | -1,63 | -2,74 | -3,98 | -4,56 | -3,34 | -3,56 | -4,89 | -5,68 | -5,11 | -5,74 | -4,85 | -6,96 | -5,36 | -4,66 | -5,29 |

**Principais destinos das exportações de Geórgia**
**US$ bilhões**

| Países | 2019 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Azerbaijão | 0,50 | 13,2% |
| Rússia | 0,50 | 13,2% |
| Armênia | 0,41 | 10,9% |
| Bulgária | 0,28 | 7,5% |
| Ucrânia | 0,25 | 6,5% |
| China | 0,29 | 7,6% |
| Turquia | 0,20 | 5,4% |
| Romênia | 0,18 | 4,7% |
| Estados Unidos | 0,13 | 3,5% |
| Uzbequistão | 0,09 | 2,4% |
| ... | | |
| ***Brasil (38º lugar)*** | ***0,008*** | ***0,2%*** |
| | | |
| **Subtotal** | **2,83** | **75,2%** |
| **Outros países** | **0,94** | **24,8%** |
| **Total** | **3,77** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020*

**10 principais destinos das exportações**

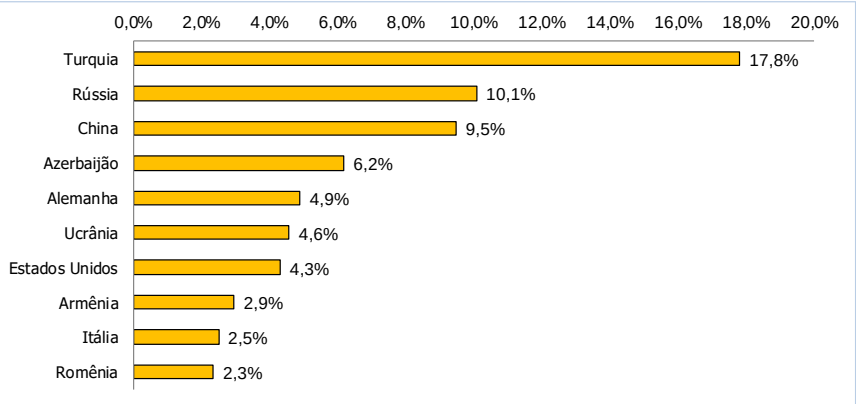


**Principais origens das importações de Geórgia**
**US$ bilhões**

| Países | 2019 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Turquia | 1,61 | 17,8% |
| Rússia | 0,91 | 10,1% |
| China | 0,86 | 9,5% |
| Azerbaijão | 0,56 | 6,2% |
| Alemanha | 0,44 | 4,9% |
| Ucrânia | 0,41 | 4,6% |
| Estados Unidos | 0,39 | 4,3% |
| Armênia | 0,27 | 2,9% |
| Itália | 0,23 | 2,5% |
| Romênia | 0,21 | 2,3% |
| ... | | |
| ***Brasil (19º lugar)*** | ***0,12*** | ***1,3%*** |
| | | |
| **Subtotal** | **6,02** | **66,4%** |
| **Outros países** | **3,05** | **33,6%** |
| **Total** | **9,06** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020*

**10 principais origens das importações**

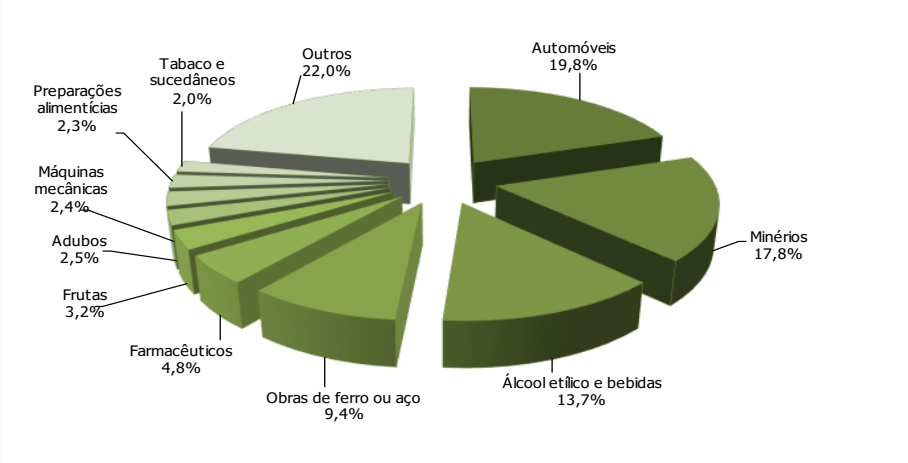


**Composição das exportações de Geórgia**
**US$ bilhões**

| Grupos de Produtos (SH2) | 2019 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Automóveis | 0,75 | 19,8% |
| Minérios | 0,67 | 17,8% |
| Álcool etílico e bebidas | 0,52 | 13,7% |
| Obras de ferro ou aço | 0,35 | 9,4% |
| Farmacêuticos | 0,18 | 4,8% |
| Frutas | 0,12 | 3,2% |
| Adubos | 0,10 | 2,5% |
| Máquinas mecânicas | 0,09 | 2,4% |
| Preparações alimentícias | 0,09 | 2,3% |
| Tabaco e sucedâneos | 0,07 | 2,0% |
| | | |
| **Subtotal** | **2,94** | **78,0%** |
| **Outros** | **0,83** | **22,0%** |
| **Total** | **3,77** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020*

**10 principais grupos de produtos exportados**

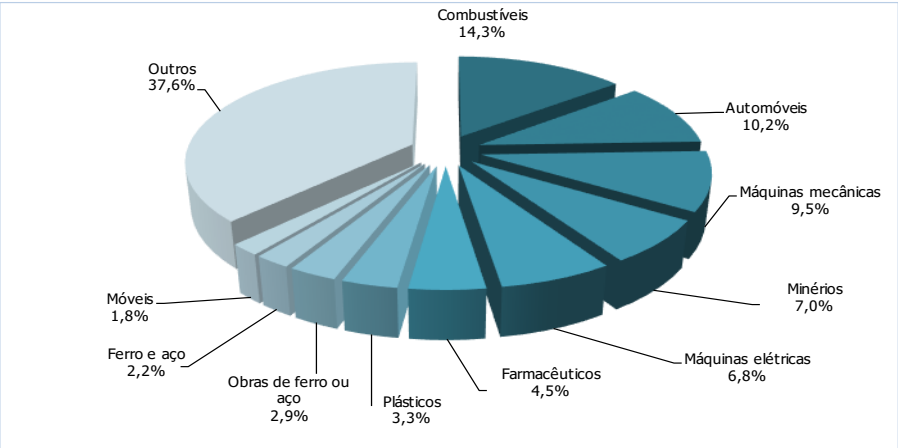


**Composição das importações de Geórgia**
**US$ bilhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2019 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Combustíveis | 1,29 | 14,3% |
| Automóveis | 0,92 | 10,2% |
| Máquinas mecânicas | 0,86 | 9,5% |
| Minérios | 0,63 | 7,0% |
| Máquinas elétricas | 0,61 | 6,8% |
| Farmacêuticos | 0,41 | 4,5% |
| Plásticos | 0,30 | 3,3% |
| Obras de ferro ou aço | 0,26 | 2,9% |
| Ferro e aço | 0,20 | 2,2% |
| Móveis | 0,17 | 1,8% |
| | | |
| **Subtotal** | **5,65** | **62,4%** |
| **Outros** | **3,41** | **37,6%** |
| **Total** | **9,06** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020*

**10 principais grupos de produtos importados**



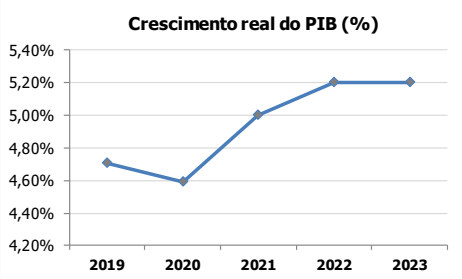
**Principais indicadores socioeconômicos de Geórgia**

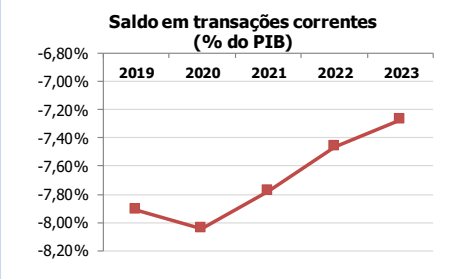
| Indicador | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|
| Crescimento real do PIB (%) | 4,71% | 4,59% | 5,00% | 5,20% | 5,20% |
| PIB nominal (US$ bilhões) | 16,32 | 17,21 | 18,89 | 20,74 | 22,41 |
| PIB nominal "per capita" (US$) | 4.400 | 4.661 | 5.138 | 5.595 | 5.996 |
| PIB PPP (US$ bilhões) | 10.209,38 | 10.726,71 | 11.314,60 | 11.804,69 | 12.316,86 |
| PIB PPP "per capita" (US$) | 11.485 | 12.282 | 13.226 | 14.085 | 15.001 |
| População (milhões habitantes) | 3,71 | 3,69 | 3,68 | 3,71 | 3,74 |
| Desemprego (%) | - | - | - | - | - |
| Inflação (%)(2) | 1,52% | 3,02% | 3,04% | 3,04% | 3,02% |
| Saldo em transações correntes (% do PIB) | -7,92% | -8,05% | -7,78% | -7,46% | -7,27% |
| Dívida externa (US$ bilhões) | 17,44 | 18,05 | 18,60 | 20,21 | 21,58 |
| Câmbio ( Lari / US$)(2) | 2,91 | 2,69 | 2,64 | 2,69 | 2,74 |

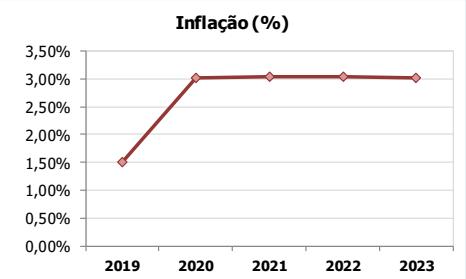
*Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2019, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2020 e da Cia.gov/World Factbook.*

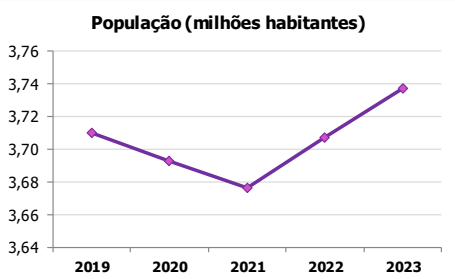
*(1) Estimativas FMI e EIU.*

*(2) Média do período.*



**EMBAIXADA DO BRASIL EM TBILISI**

**RELATÓRIO SIMPLIFICADO DE GESTÃO**

**EMBAIXADOR CÍCERO MARTINS GARCIA**

O Brasil reconheceu a independência da Geórgia em dezembro de 1991 e estabeleceu relações diplomáticas com o país em abril de 1993. Tendo a Embaixada do Brasil em Tbilisi sido aberta em junho de 2011, sou o segundo diplomata a ocupar o cargo de embaixador do Brasil nesta capital: assumi o posto em agosto de 2015. Este relatório tratará dos vários aspectos das relações bilaterais dividido por assuntos (política, economia e comércio, cooperação técnica, difusão cultural e assuntos consulares e jurídicos), concentrando-se no ocorrido durante minha gestão e propondo seguimento na gestão seguinte.

POLÍTICA

2. Considero que a abertura mútua de embaixadas ter-se-á dado pela junção de dois fatores: por um lado, a absoluta necessidade da Geórgia de contar com apoio da comunidade internacional para seus objetivos de política externa e, por outro, a vocação internacional do Brasil, único país latino-americano a contar com missão diplomática residente em Tbilisi. A Geórgia tomou a iniciativa, abrindo sua representação em Brasília em julho de 2010, e o Brasil reciprocou em junho de 2011, com a abertura de sua embaixada nesta capital.

**Política interna**

3. A Geórgia conquistou formalmente sua independência da URSS em 1991, após processo tumultuado iniciado em 1989. Os anos iniciais foram extremamente difíceis, com guerras nas províncias separatistas da Abcásia e da Ossétia do Sul — das quais a Geórgia saiu derrotada no campo militar — e dissensos internos graves, muitas vezes também armados. Para se ter uma ideia, a Geórgia não dispôs, por cerca de três anos, nem mesmo de moeda própria, utilizando informalmente o rublo russo.

4. Chamado em 1992 para pacificar o país após oito meses de caos durante a efêmera presidência de Zviad Gamsakhurdia, Eduard Shevardnadze cumpriu seu objetivo de maneira apenas parcial, não tendo conseguido fazer da Geórgia um estado moderno e funcional, mas tendo recorrido do clientelismo e fracassado na administração pública, que não provia pagamento ao funcionalismo e à polícia, nem fornecia água e eletricidade de forma satisfatória nem mesmo aos principais centros urbanos do país.

5. Assim sendo, os analistas são unânimes em apontar a Revolução das Rosas de novembro de 2003, liderada por Mikheil Saakashvili, do Movimento Nacional Unido, como o início da Geórgia

moderna e viável. Saakashvili foi eleito presidente em pleito livre e governou até 2012/2013, quando perdeu o comando do país, também em eleições livres, para Bidzina Ivanishvili (legislativas-2012), fundador do Sonho Georgiano e atual líder de fato do país, e para Giorgi Margvelashvili (presidenciais-2013). Após o término de seu mandato, Saakashvili foi condenado pela justiça georgiana pela prática de vários crimes supostamente praticados durante sua gestão, perdeu a nacionalidade georgiana e encontra-se atualmente exilado na Ucrânia, o que representa ponto de fricção entre ambos os países.

6. Ivanishvili possui uma forma 'sui generis' de governar, baseada em sua fortuna pessoal (enriqueceu na Rússia, durante o período de extinção da URSS e formação de nova classe dominante naquele país) e habilidade política. Renunciou ao cargo de primeiro-ministro um ano após havê-lo assumido, e a partir de então nomeia os candidatos a presidente do país e ao legislativo, incluindo o primeiro-ministro e os demais ministros, em decisões pessoais que têm sido ulterior e invariavelmente ratificadas de forma oficial pelos deputados da coalizão Sonho Georgiano, que possuem maioria no Parlamento (com a entrada em vigor da constituição de 2017, a Geórgia passou de regime semi-presidencialista para regime totalmente parlamentarista).

7. Essa forma de governo a partir dos bastidores tem sido fortemente criticada pela oposição, por ONGs e pela sociedade civil, assim como por países estrangeiros, mas assinale-se que, se os deputados aprovam as determinações do líder, e a população concede seus votos aos candidatos por ele indicados, os princípios democráticos estariam sendo pelo menos formalmente cumpridos. As organizações internas e internacionais que monitoram as eleições na Geórgia apontam irregularidades e abuso de poder econômico e político (inclusive pressões sobre os funcionários públicos) nas campanhas eleitorais e em alguns pontos de votação, mas consideram corretas as apurações.

8. O ex-presidente Margvelashvili rompeu com Ivanishvili, por quem havia sido apontado como candidato do Sonho Georgiano, logo após vencer as eleições presidenciais de 2013, quando bateu o candidato de Saakashvili. Entretanto, não viria a candidatar-se à reeleição em 2018, pois teria de fazê-lo pela oposição, desvinculando-se do Sonho Georgiano, em pleito que foi afinal vencido por Salome Zourabichvili, com apoio de Ivanishvili e de seu sistema. Outros fatos políticos recentes relevantes foram: a desintegração, em 2016, da coalizão Sonho Georgiano, cujo partido principal, o "SG" propriamente dito, manteve-se como maioria absoluta no Parlamento, e os partidos menores passaram à oposição, com ou sem assentos no Legislativo; e a defecção da maioria dos deputados do Movimento Nacional Unido que, em 2017, fundaram o partido Geórgia Europeia-Movimento pela Liberdade, que veio a transformar-se no partido oposicionista com maior número de assentos no Parlamento. Enquanto o MNU continua vinculado a seu líder histórico Saakashvili, o GEML tenta firmar-se como o principal partido e oposição, desvinculado do ex-presidente exilado.

9. As próximas eleições parlamentares estão previstas para o outono setentrional de 2020, e serão de vital importância para o futuro da Geórgia. Os partidos políticos estão se reorganizando, com uma dissidência do Sonho Georgiano procurando constituir-se em nova força política e com novos partidos sendo fundados, além do retorno à política do ex-presidente Margvalashvili. Os partidos

de oposição apostam em reviravolta, enquanto Ivanishvili e o SG procuram consolidar-se no comando do país.

**Política externa**

10. Qualquer que seja o partido que esteja no poder na Geórgia (com exceções irrelevantes), as prioridades de política externa são as mesmas: recuperação dos territórios perdidos da Abcásia e da Ossétia do Sul e plena aceitação do país na comunidade euro-atlântica de nações democráticas, com adesão à União Europeia e à OTAN. Os principais partidos políticos não se dividem em esquerda e direita, mas nos métodos e intensidade para obtenção daqueles desideratos, sendo que o MNU e o GEML acusam o Sonho Georgiano de não estar suficientemente decidido a fazê-lo, qualificando-o mesmo como pró-russo, ou seja, ocidental apenas de fachada.

11. Com efeito, a grande dificuldade da Geórgia em recuperar as províncias separatistas e unir-se à UE e à OTAN reside na frontal oposição da Rússia a esses objetivos. Assim sendo, tanto a União Europeia e a OTAN como seus países-membros reiteram sua disposição em apoiar a Geórgia, mas sempre adiam a decisão final para um momento futuro. Qualquer passo mais decisivo encontra forte resistência de Moscou. Assim é que a cúpula da OTAN em Bucareste em abril de 2008 — quando se previa a adesão da Geórgia — é vista como um dos motivos determinantes para a incursão de tropas russas neste país em agosto do mesmo ano.

12. Ressalte-se que essa ação militar russa foi a primeira manifestação de força por parte de Moscou após seguidos avanços do Ocidente no espaço outrora dominado pela URSS, incluindo a incorporação à OTAN de países que pertenciam ao Pacto de Varsóvia e mesmo dos países bálticos, antes também partes da União Soviética. Alguns analistas comentam que as subsequentes ações militares russas na Ucrânia e na Síria teriam sido encorajadas pela fraca resposta ocidental à intervenção na Geórgia. Esta, recordo, durou apenas cinco dias no território georgiano propriamente dito, mas teve como consequências a efetivação da dominação territorial da Abcásia e da Ossétia do Sul pelas forças separatistas protegidas pelas tropas russas — ainda presentes — e o reconhecimento formal, pela Rússia e mais quatro países (Venezuela, Nicarágua, Nauru e Síria), da independência daquelas regiões.

13. A posição geográfica da Geórgia é de vital importância no tabuleiro geopolítico internacional, como único país do Cáucaso Sul com saída para o mar Negro. Esse fato tem implicações comerciais e militares, com confrontação latente entre a Rússia e o Ocidente, sem contar os crescentes interesses da China na área. A incerteza quanto ao futuro político da Turquia maximiza a importância da Geórgia na região. A construção em curso do porto de Anaklia deve ter consequências políticas, comerciais e militares.

14. Registre-se que, apesar de ser a oposição da Rússia a maior barreira à entrada da Geórgia na UE e na OTAN, há também os obstáculos criados pelas exigências europeias de cumprimento, por parte do país, dos princípios norteadores das democracias ocidentais modernas, como os de eleições totalmente livres e justas, de respeito aos direitos humanos (inclusive da comunidade LGBT e de minorias religiosas), de independência do judiciário e de liberdade de imprensa.

15. No que diz respeito a eleições livres, liberdade de imprensa e independência do judiciário, a Geórgia procura cumprir seus compromissos, embora não seja totalmente convincente nessas postulações. A forma entusiamada como a Geórgia participa da OGP (Parceria para o Governo Aberto), da qual foi presidente em 2018, é sintomática da determinação georgiana de apresentar-se ao mundo como modelo de governo democrático.

16. Já em relação aos direitos humanos, especialmente aos conhecidos como "novos direitos", prefere reafirmar seus valores históricos, culturais e religiosos próprios, normalmente contrários a inovações. Em várias ocasiões, mandatários georgianos têm afirmado que a adesão ao Ocidente tem de se dar no contexto da manutenção do respeito às suas tradições seculares. A poderosa Igreja Ortodoxa georgiana possui grande influência sobre a população, a sociedade e o governo deste país.

**Resoluções apresentadas pela Geórgia na ONU — posição do Brasil**

17. Desde 2008, a Geórgia apresenta anualmente à Assembleia Geral das Nações Unidas projeto de resolução sobre a questão humanitária nas regiões separatistas ou que afetam as pessoas de etnia georgiana que delas foram expulsas (mais de 200 mil), alegando que o direito de retorno não pode estar relacionado a questões políticas ou à conclusão de acordos de paz. O país tem buscado obter, inclusive junto ao Brasil, maior apoio à resolução. A Rússia tem gestionado junto à diplomacia brasileira a rejeição ao projeto georgiano.

18. Em 4 de junho de 2019, a AGNU aprovou a última versão da resolução, com 79 votos a favor, 15 contra e 57 abstenções. O Brasil tem se abstido na votação. Desde que apresentado pela primeira vez, o projeto vem recebendo apoio cada vez maior. Esse apoio, entretanto, não aumentou de 2018 para 2019, mas recebeu um número recorde de copatrocinadores, num total de 44, além da própria Geórgia.

19. A principal base de apoio ao projeto georgiano encontra-se no Grupo da Europa Ocidental e Outros Estados (WEOG, na sigla em inglês), do qual fazem parte EUA, Canadá, Reino Unido, França, Itália, Espanha, Austrália, Turquia e Ucrânia, entre outros. Em 2019, entre países latino-americanos, a única mudança de posição foi a do Panamá, que passou de abstenção a voto favorável. Mudanças no mesmo sentido haviam ocorrido em 2017 com o Uruguai e em 2016 com o México. Em geral, os países sul-americanos têm se abstido: além do Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru adotam tal posição. A maior parte dos caribenhos apoia o projeto. As delegações árabes e africanas optam majoritariamente pela abstenção ou ausência. Os votos contrários partem de países simpáticos à Rússia, como Armênia e Belarus no Leste Europeu/Cáucaso; Venezuela, Cuba e Nicarágua na América Latina; Burundi e Sudão do Sul na África; Vietnã no Extremo Oriente; e Síria no Oriente Médio.

20. Já no âmbito da 40ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em março de 2019, a Geórgia apresentou pela terceira vez o projeto de resolução "Cooperação com a Geórgia", com o objetivo de garantir livre acesso dos monitores internacionais às regiões da Abcásia e da Ossétia do Sul, bem como o de que o Alto Comissariado para Direitos Humanos possa apresentar relatório

sobre a situação do tema naquelas regiões. Em 22 de março de 2019, a resolução (A/HRC/40/L.24) foi adotada com 19 votos a favor, 3 contra e 25 abstenções, incluindo-se no último grupo o Brasil. Em 2020, devido à crise epidemiológica mundial, ainda não houve nova apresentação do projeto de resolução, apesar de a Geórgia já haver iniciado gestões a respeito do assunto.

21. Para que a postura de abstenção não seja interpretada como falta de apoio à integridade territorial da Geórgia, o Brasil vem realizando explicação de voto desde 2013, esclarecendo que os assuntos tratados pela resolução serão mais bem encaminhados pelas "Conversações de Genebra" entre Tbilisi e Moscou. O Brasil mantém relações de parceria estratégica com a Rússia, que tem efetuado gestões junto a autoridades brasileiras a favor da posição russa sobre a questão da soberania da Abcásia e da Ossétia do Sul. Por outro lado, a Geórgia também tem procurado obter o apoio do Brasil à resolução, em especial tendo em vista o posicionamento recente e anteriormente citado de México, Uruguai e Panamá.

22. O Brasil tem reiterado a necessidade de se observar o marco normativo das Resoluções CSNU 1716 (2006) e 1808 (2008), que reconhecem o princípio da soberania, independência e integridade territorial da Geórgia dentro de suas fronteiras internacionalmente reconhecidas.

23. Em sua tentativa de sensibilizar os países amigos para a situação na Abcásia e na Ossétia do Sul, as autoridades georgianas procuram levar os visitantes de alto nível até a linha divisória com esta província. Acompanhei os deputados Cláudio Cajado (PP-BA) e Antônio Imbassahy (PSDB-BA) numa dessas visitas. Os parlamentares constataram a situação precária daquela região e as cercas de arame farpado colocadas pelos russos, impossibilitando o trânsito de moradores de um lado para o outro, bem como as instalações russas com soldados armados circulando do outro lado da fronteira de fato. Sensibilizados pelo que acabavam de presenciar, os deputados disseram que apresentariam uma "moção de apoio à Geórgia" no parlamento brasileiro.

24. Durante a visita do então ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes Ferreira a Tbilisi, em 2017, o tema foi comentado por todos seus interlocutores: presidente, primeiro-ministro e chanceler. O ministro respondeu afirmando que o Brasil apoia a integridade territorial da Geórgia, a solução por via diplomática e o não-uso da força. Disse entender o drama das pessoas deslocadas e explicou que a opção pela abstenção não quer dizer indiferença ao drama humano. Afirmou que o Brasil acredita no sistema do diálogo de Genebra para resolver o conflito.

**Situação na Venezuela**

25. A exemplo do Brasil, dos EUA e dos países do Grupo de Lima, a Geórgia foi um dos primeiros países a reconhecer o governo de Juan Guaidó como legítimo. Recorde-se que a Geórgia rompeu relações com a Venezuela em 2009, quando Caracas, aliando-se a Moscou, reconheceu a independência da Abcásia e da Ossétia do Sul.

**Relações bilaterais - visitas**

26. As principais visitas bilaterais realizadas durante minha gestão foram as seguintes: vieram à Geórgia os já citados deputados Cláudio Cajado e Antônio Imbassahy, em dezembro de 2015; o então ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes Ferreira, em novembro de 2017; e o então ministro da Justiça Torquato Jardim, em junho de 2018.

27. Por sua vez, visitaram o Brasil o presidente Giorgi Margvelashvili, acompanhado do ministro dos Esportes, em agosto de 2016, por ocasião da abertura dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, e o vice-ministro (atual ministro) dos Negócios Estrangeiros, David Zalkaliani, em outubro de 2016.

28. Durante a visita de Cajado e Imbassahy, os deputados brasileiros discorreram acerca do funcionamento dos Grupos Parlamentares de Amizade no Congresso brasileiro, explicando a necessidade de dissolução e recriação dos mesmos a cada quatro anos. Os anfitriões aproveitaram para lembrar que, dos 150 parlamentares georgianos, 25 faziam parte do Grupo de Amizade com o Brasil, o que atestaria o prestígio do país perante o Legislativo georgiano. Além da questão das províncias separatistas, anteriormente comentada, foram discutidos os principais temas das relações bilaterais.

29. Em 31 de outubro de 2016, o então subsecretário responsável pelas relações com a Europa, embaixador Fernando Simas Magalhães, recebeu o vice-ministro David Zalkaliani (atual ministro dos Negócios Estrangeiros), que viajou ao Brasil para representar a Geórgia como país observador na cúpula da Comunidades dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Na ocasião, Zalkaliani explicou que o interesse da Geórgia na CPLP decorre da decisão de diversificação de sua política externa e identificação de novos parceiros e oportunidades de cooperação.

30. Em novembro de 2017, foi realizada a primeira visita de alta autoridade brasileira à Geórgia, na pessoa do então ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes Ferreira. Durante a histórica ocasião, foram tratados, com o presidente, o primeiro-ministro e o chanceler da Geórgia, assuntos de natureza política, econômica, comercial, educacional e cultural. O presidente Margvelashvili, o primeiro-ministro Kvirikashvili e o chanceler Janelidze expressaram desejo de visitar o Brasil. Recordo que todos deixaram recentemente seus postos no governo.

31. Foi assinado Memorando de Entendimento no Setor de Turismo e foram passados em revista os instrumentos pendentes em negociação:

i) Memorando de Entendimento entre a Agência Nacional de Alimentos do Ministério da Agricultura da Geórgia e a entidade competente da República Federativa do Brasil sobre cooperação na área veterinária;

ii) Memorando de Entendimento em Matéria de Defesa (que viria a ser assinado pelos ministros Fernando Azevedo e Silva em 17/06/2019 e Levan Izoria em 04/07/2019);

iii) Acordo de Assistência Mútua em Matéria Aduaneira (a Receita está em processo de revisão do modelo de acordo e pretende enviar nova proposta à Geórgia);

iv) Acordo sobre o trabalho de cônjuges de diplomata (em avaliação interna pelo MRE); e

v) Acordo sobre transferência de presos e outros no campo da cooperação judiciária (em diferentes estágios de negociação entre o Ministério da Justiça brasileiro e sua contraparte georgiana). Tratam-se de acordos em cooperação jurídica em matéria civil, em matéria penal, em matéria de extradição e de transferência de pessoas condenadas.

32. O ministro Nunes Ferreira mencionou também a possibilidade de se dar início a negociações para a assinatura de acordos para promoção e proteção de investimentos e para evitar a dupla tributação.

33. Já em sua visita, o ministro Torquato Jardim encontrou-se com o ministro do Interior, Giorgi Gakharia (atual primeiro-ministro), com o ministro dos Negócios Estrangeiros, David Zalkaliani, com o chefe do Serviço de Segurança do Estado da Geórgia, general Vakhtang Gomelauri e com sua homóloga, a ministra da Justiça da Geórgia, Thea Tsulukiani.

34. O encontro de Jardim com sua homóloga trouxe boas perspectivas para a cooperação jurídica bilateral e a assinatura de acordos em tramitação na área, assim como para a transferência de presos brasileiros na Geórgia para o Brasil, o que tem sido realizado de forma 'ad-hoc'. Foi discutida a ampliação da cooperação nas lutas contra a corrupção, o tráfico internacional de drogas, armas e pessoas e o crime cibernético. Foi aventada, durante o encontro, a assinatura de um memorando de entendimento de cooperação entre os dois ministérios da Justiça, em cujo quadro poderia estar a troca de informações entre o Brasil e a Geórgia nesses campos.

**Candidaturas - Brasil e Geórgia**

35. A Geórgia tem demonstrado disposição favorável no apoio a candidaturas aos diversos órgãos internacionais aos quais se apresentam o Brasil ou cidadãos brasileiros. A Geórgia, que apresenta em geral número reduzido de candidaturas, tem oferecido apoio ao Brasil em diversas votações nos últimos anos, muitas vezes de maneira unilateral. Em minha gestão, foram ao menos treze ocasiões em que a Geórgia ofereceu unilateralmente apoio ao Brasil, sete ocasiões em que o apoio foi dado à candidatura brasileira em troca de voto do Brasil à Geórgia e uma vez em que o Brasil ofereceu apoio unilateral à Geórgia. Há, atualmente, seis candidaturas brasileiras pendentes de apoio pela Geórgia, e uma candidatura georgiana pendente de apoio pelo Brasil. A embaixada tem trabalhado insistentemente nesse campo, procurando capitalizar ao máximo o fato de ser a única missão diplomática latino-americana com residência permanente em Tbilisi.

RELAÇÕES ECONÔMICAS E COMÉRCIO BILATERAL

36. O comércio com a Geórgia é amplamente favorável ao Brasil. Segundo dados oficiais do Ministério da Economia, as exportações brasileiras (FOB) para a Geórgia alcançaram, em 2019, USD 184,6 milhões (USD 203,3 milhões em 2018 e USD 194,7 milhões em 2017), enquanto as importações (FOB) originárias do país caucasiano foram de apenas USD 8,6 milhões (USD 353 mil em 2018 e USD 643 mil em 2017). O saldo da balança comercial, exponencialmente favorável

ao Brasil em todo o período 1993-2017, registrou, em 2020 (janeiro a abril), superávit de USD 32,8 milhões, com USD 33,4 milhões de exportações brasileiras (crescimento de 14,8% em relação ao mesmo período de 2019) e USD 600 mil de importações.

37. Os principais produtos exportados pelo Brasil em 2019 foram: minérios de cobre, açúcar, carnes suínas, carnes de frango e carnes bovinas que, somados, corresponderam a 84,2% do total. No mesmo período, os principais produtos importados pelo Brasil foram ferro-gusa e ferro-ligas (85% do importado pelo Brasil), polímeros de etileno (5,1%) e frutas e nozes não oleaginosas (5,1%).

38. Em 2020, de janeiro a abril, percebe-se tendência de aumento da preponderância da exportação de alimentos (açúcar e proteína animal), que corresponderam a 94,7% do total das exportações brasileiras. No campo das importações, os principais produtos georgianos foram ferro-gusa e ferro-ligas (66%) e frutas e nozes não oleaginosas (15%).

39. Em minha gestão, a embaixada tem dado apoio à ação da APEX em atividades pontuais de participação de empresas georgianas em eventos empresariais organizados pelo Brasil ou com forte participação brasileira. Em 2017 podem ser citados como exemplo a empresa Kante Group, distribuidora georgiana de alimentos — entre eles brasileiros — convidada em abril daquele ano à APAS-Show, feira supermercadista em São Paulo. Cito também a importadora georgiana de calçados ICR, que participou da feira Couromoda, também em São Paulo, em janeiro de 2019, durante a qual manteve reuniões com vários fabricantes brasileiros e realizou diversas visitas técnicas.

**Missão empresarial do Brasil à Geórgia**

40. Em abril de 2018, após longo preparo por esta embaixada e pelo escritório da APEX em Moscou, realizou-se missão empresarial brasileira à Geórgia. O evento teve boa visibilidade, à luz da efeméride de 25 anos de relações diplomáticas bilaterais. Houve seminário empresarial, ao qual assistiram cerca de 70 convidados e que foi aberto por David Dondua, vice-ministro georgiano dos Negócios Estrangeiros. Houve mobilização da imprensa escrita e televisiva.

**Outras potencialidades**

41. Considero, ainda, que as seguintes áreas têm bom potencial para desenvolver as relações econômico-comerciais entre o Brasil e a Geórgia:

i) Energia hidrelétrica - o governo georgiano já manifestou interesse na tecnologia brasileira relativa à construção e operação de usinas hidrelétricas, tendo em conta o enorme potencial hídrico da Geórgia, e as possibilidades de exportação de energia para países vizinhos, como a Turquia;

ii) Infraestrutura - o estado de estradas, portos e hidrovias deixa a desejar, o que dificulta enormemente o escoamento de produtos agrícolas, bem como os deslocamentos internos no país. A almejada construção do porto de Anaklia, o único de águas profundas na costa oriental do mar

Negro, e a edificação de cidade contígua, representam boas oportunidades de investimento para empresas brasileiras grandes e pequenas; e

iii) Aviação - a empresa Georgian Airways, que realiza voos nacionais e internacionais, opera atualmente quatro E190 da primeira geração, que equivalem a metade de sua frota atual e que operam em suas rotas consideradas mais prestigiosas, ligando a capital georgiana a cidades europeias como Barcelona, Paris, Berlim, Viena, Amsterdam, Praga e Londres. Em setembro de 2018, representantes da Embraer realizaram na Geórgia evento e voo promocional de demonstração da aeronave Embraer 190-E2. A imprensa local fala na possibilidade de compra, pela empresa georgiana, de até cinco das novas aeronaves E190-E2.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

42. Por falta de recursos financeiros, não foi possível, em minha gestão, dar início a nenhum projeto de cooperação técnica com a Geórgia, com as demandas desse país nos últimos anos não tendo sido respondidas pela parte brasileira. Entretanto, a entrada em vigor, em 17 de julho de 2017, do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Geórgia é fato que deve ser levado em consideração e requer implementação.

43. Cabe recordar que também foi assinado, em outubro de 2011, memorando de entendimento entre o MAPA e o Ministério da Agricultura da Geórgia em Cooperação Econômica, Científica e Técnica no campo do agronegócio, quando o então vice-ministro da Agricultura da Geórgia visitou o Brasil.

44. Diversas iniciativas de cooperação foram até agora consideradas, com atores georgianos do governo nacional e de governos locais solicitando cooperação em variadas áreas da cooperação agrícola como fruticultura, biomassa, processamento de produtos agrícolas, prevenção de erosões de solo agriculturável, pecuária bovina, cooperativas agrícolas e crédito para o campo. Em 2016, alguns projetos, ligados aos âmbitos de saúde animal e irrigação, chegaram a ser sugeridos pela parte georgiana, com possibilidades de financiamento por entidades como a Organização das Nações Unidas Para Agricultura e Alimentação (FAO) ou o Banco Mundial.

45. No Brasil, a Embrapa tem sido a entidade que maior interesse tem despertado ao governo georgiano, em campos como saúde animal, registro/identificação de gado, inseminação artificial, cooperação com o Centro de Pesquisas do Ministério da Agricultura georgiano (incluindo visitas mútuas de especialistas) e introdução de novas variedades de milho na Geórgia. Projetos de irrigação também interessam a este país.

46. Para além da esfera agropecuária, sugiro, outrossim, seja colocado em prática o Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e o Centro de Treinamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Geórgia (Centro Levan Mikeladze), vigente desde abril de 2013 (par 3). Tal cooperação poderia ser conduzida por meio de intercâmbio de diplomatas em treinamento, professores e especialistas.

DIFUSÃO CULTURAL

47. A Geórgia é um país de pequena população e PIB, mas com cultura muito forte, alto nível educacional e marcada abertura ao mundo. A determinação do país em integrar-se à comunidade euro-atlântica faz com que eventos culturais estrangeiros sejam aqui muito procurados. Com efeito, a demanda pela cultura brasileira na Geórgia é vasta.

48. Desde minha assunção no posto, o evento mais significativo foi o aniversário de 25 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Geórgia, em abril de 2018, no renomado Kakhidze Music Center, ocasião bastante exitosa e com repercussão na mídia local. Tratou-se de um concerto de música erudita brasileira para cerca de 800 pessoas executado pela Orquestra Sinfônica de Tbilisi. Foram executadas obras de Edino Krieger, Radamés Gnattali, Heitor Villa-Lobos, Ernani Aguiar e Lorenzo Fernandez. O concerto foi gravado e encontra-se disponível na plataforma YouTube.

49. Outro fato de relevo na minha gestão da difusão da cultura brasileira neste país foi a retomada da organização de um evento regular anual, o Festival de Cinema Brasileiro em Tbilisi, cujas três últimas edições a Embaixada organizou após dois anos de interrupção. O festival havia sido realizado em 2012, 2013 e 2014, mas interrompido em 2015 e 2016. Trata-se de evento que entrou no calendário de cinema da cidade, muito bem recebido pelo público — com lotação máxima das salas — e pela imprensa local. Na última edição, que teve sete noites de exibição e foi a maior em filmes exibidos e também em comparecimento de público, manteve-se a preocupação de exibir produções recentes, inéditas na Geórgia, de diferentes gêneros e em diferentes paisagens do Brasil, de modo a acolher todo tipo de público e dar mostra da variedade, da qualidade e da produção do cinema brasileiro na atualidade. A ampliação do espaço físico da embaixada permitiu a criação de um pequeno auditório, para cerca de 30 pessoas, onde poderão ser realizadas, entre outras, atividades culturais e exibições periódicas de filmes brasileiros.

50. Outros eventos realizados foram a participação anual da embaixada na mostra gastronômica da Feira de Inverno, evento tradicional da agenda cultural da capital georgiana; o apoio institucional e logístico a eventos de cultura brasileira organizados por terceiros (shows das bandas Sepultura, Azymuth e Mandando Brasa, exposição de gravuras de Roger Mello); e à participação brasileira em eventos multinacionais (Festival Internacional de Cinema de Tbilisi, Bienal de Arquitetura de Tbilisi e outros).

51. O ensino de português também tem potencial de crescimento neste país, uma vez que, desde 2014, a Geórgia é membro observador associado da CPLP. Para ser aceita, teve de se comprometer com a promoção, difusão, ensino e aprendizagem da língua portuguesa. Com respeito a este último item, acolheu o Centro do Instituto Camões na Universidade Estatal de Tbilisi (TSU), que conta com leitora portuguesa. Desde 2017, o posto tem colaborado com o referido centro na difusão da língua portuguesa e mantido parceria na organização da Semana da Língua Portuguesa. Em 2020, o evento não pôde ser realizado em virtude da situação epidemiológica mundial.

ASSUNTOS CONSULARES E JURÍDICOS

52. O grande marco nas relações consulares Brasil-Geórgia foi a adoção de medidas recíprocas de isenção de vistos de turista e de negócios, que entraram em vigor em abril de 2015. Após esse acordo, a maior demanda de serviços do setor consular passou a ser relacionada à concessão de vistos de trabalho para marítimos, seguida de vistos de visita para nacionais de outros países e, por fim, de passaportes para cidadãos brasileiros residentes ou de passagem pela jurisdição do posto.

53. A comunidade brasileira residente na Geórgia é bastante pequena, sendo estimada em cerca de 43 pessoas, entre adultos e crianças, os quais vivem principalmente em Tbilisi e Batumi. O serviço por ela mais demandado é a concessão de passaportes. Em 2018, não houve quórum suficiente para a abertura de seção eleitoral neste país.

54. A maior parte dos brasileiros na jurisdição está de passagem, principalmente a turismo, com fluxo crescente ano após ano. De acordo com dados publicados pela agência de turismo da Geórgia, foi registrada a entrada de 114 brasileiros em 2007, ao passo que, ao longo de 2018, o fluxo foi de 2.334. Em 2019, 2.750 brasileiros vieram à Geórgia. Em 2020, as viagens foram interrompidas em razão da epidemia global.

55. Quanto à assistência consular a brasileiros, pouco havia neste posto até a prisão, no aeroporto de Tbilisi, em agosto de 2015, de cinco cidadãos brasileiros suspeitos de transportar drogas ilícitas para a Geórgia. Os cidadãos em questão foram sentenciados a penas que variam de 15 a 18 anos de reclusão. Todos os casos chegaram ao esgotamento dos processos recursivos. O posto tem feito visitas regulares aos presos (nos anos passado e retrasado, pelo menos quatro a cada um) e prestado apoio consular por telefone e por carta, tendo servido de ponto de contato das famílias dos cidadãos brasileiros.

56. Desde novembro de 2017, com a visita do então ministro Aloysio Nunes Ferreira a Tbilisi, tem sido discutida a transferência de presos brasileiros na Geórgia para o Brasil, com base em promessa de reciprocidade e por razões humanitárias. Os cinco detidos brasileiros, todos com filhos menores de idade residentes no Brasil, afirmaram formalmente, desde então, estar interessados em sua transferência. Três deles já foram, enquanto os processos de transferência dos outros dois, que se encontravam em estágio avançado, foram interrompidos em razão da pandemia do coronavírus, mas deverão ser retomados logo que a situação volte à normalidade, uma vez que já foram encontradas vagas para eles em presídios no Brasil.

SAÚDE E PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

57. O tratamento pelo governo georgiano da pandemia do novo coronavírus tem sido elogiada internacionalmente, tendo sido significativamente mais bem-sucedido, até o momento, do que os países de seu entorno. Tendo tido seus primeiros casos de COVID-19 em fins de fevereiro de 2020, a Geórgia chegou a um "platô" no número de novas infecções e mortes no fim de abril.

58. O estado de emergência, declarado no dia 21 de março de 2020, abrangeu medidas duras, como toque de recolher, proibição de circulação de veículos automotivos, 'lockdown' completo de localidades problemáticas, fechamento das fronteiras, paralisação de atividades fabris e fechamento de lojas, restaurantes e hoteis, entre outros. Por ora, o governo assegurou publicamente que não pedirá prorrogação do estado de emergência, encerrado em 22 de maio.

59. No início de maio, quando os números diários de infecções passaram a ser mais baixos que os das recuperações completas, o governo anunciou a aceleração de seus planos de abertura da economia, assim como sua intenção de restabelecimento rápido do turismo interno e internacional. Têm tido destaque no noticiário local as conversas para criação de "corredores seguros" para o turismo, tanto com os países vizinhos quanto com países selecionados, casos de Áustria, Eslováquia, Estônia, Israel, Letônia, Lituânia e República Tcheca.

## CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA O PRÓXIMO CHEFE DE MISSÃO

60. No plano político, sugere-se a continuação das visitas de alto nível de autoridades brasileiras e o convite aos homólogos georgianos para visitar o Brasil. Assinale-se que a postura ideológica do governo georgiano, pró-valores ocidentais e cristãos, possui elementos em comum com a atual tendência da política externa brasileira.

61. Independentemente do proposto no parágrafo anterior, faz-se mister retomar, desde já, o mecanismo de consultas políticas referido anteriormente. Também deve ser mantido o bom entendimento em relação a votos em organizações multilaterais — que tem gerado resultados francamente favoráveis às candidaturas brasileiras —, capitalizando o fato de o Brasil ser o único país latino-americano a possuir Embaixada residente em Tbilisi.

62. No trabalho consular, deverá ser seguido o apoio aos presos que porventura não tenham ainda sido transferidos ao Brasil e monitorado de perto o tratamento recebido pelos viajantes brasileiros por ocasião de seu ingresso na Geórgia.

# 1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

7

# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 13, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 20, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FRANCISCO MAURO BRASIL DE HOLANDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.

**PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad
**RELATOR:** Senador Zequinha Marinho

21 de Setembro de 2020

SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO

# PARECER Nº , DE 2020

SF/20239.23775-03

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 20, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FRANCISCO MAURO BRASIL DE HOLANDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein*.

Relator: Senador **ZEQUINHA MARINHO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor FRANCISCO MAURO BRASIL DE HOLANDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O diplomata indicado é filho de Clóvis Coelho de Holanda e de Maura Brasil de Holanda. Nasceu em 22 de abril de 1956, em Fortaleza/CE.

SF/20239.23775-03

Concluiu o curso de Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília/DF e o mestrado pela *London School of Economics*, em Londres, Reino Unido. No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas; e o Curso de Altos Estudos

Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no ano de 1981. Tornou-se Segundo-Secretário em 1984. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1989; Conselheiro em 1998; Ministro de Segunda Classe em 2005 e Ministro de Primeira Classe em 2011.

Entre as atividades por ele exercidas ao longo de sua trajetória profissional, destacam-se as de: Primeiro-Secretário na Embaixada em Ottawa (1989-92); Assistente da Divisão de Política Comercial (1992); Representante do Ministério das Relações Exteriores nas negociações do projeto do gasoduto Brasil-Bolívia (1992-95); Conselheiro nas Embaixadas em Roma (1998-2000) e em Assunção (2000-2004); Chefe da Divisão de Defesa Comercial e Salvaguardas (2004-05); Chefe da Divisão da Ásia e Oceania II (2005-11); Diretor do Departamento da Ásia do Leste (2011-16); Representante do Brasil junto ao Estado da Palestina como Chefe do Escritório de Representação em Ramala (2016).

Foi agraciado com a Ordem do Rio Branco e a Ordem do Mérito Naval.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Estado do Kuwait e o Reino do Bahrein. Esse documento informa acerca das relações bilaterais desses países com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos dos países, suas políticas interna e externa, e economia.

O território do Kuwait, organizado sob a forma de monarquia constitucional, por sua localização estratégica e por contar com um porto natural, tornou-se posto de passagem para comércio marítimo e terrestre. A ocupação permanente do território, contudo, foi muito reduzida até o século XVIII, em razão das difíceis condições climáticas e da escassez de água. Data desse século, a gerência do clã Al Sabah, a qual perdura até os dias de hoje. Em 1899, o Kuwait tornou-se protetorado britânico, tendo sido reconhecido como

SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO

SF/20239.23775-03

unidade autônoma do Império Turco-Otomano em 1913, retomando, porém, a condição de protetorado com a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Veio a se tornar independente somente em 1961.

A exploração de petróleo em escala industrial foi iniciada em 1956, tendo levado prosperidade ao Kuwait. Esse quadro foi abalado pela invasão e ocupação do Iraque, que durou de agosto de1990 a fevereiro de 1991, quando coalização internacional liderada pelos Estados Unidos da América, sob a égide das Nações Unidas libertou o Kuwait.

As relações diplomáticas entre Brasil e Kuwait foram formalizadas em 1968, quando foi aberta a primeira Embaixada do Brasil junto ao Estado do Kuwait, funcionando cumulativamente a partir do Cairo. Somente em 1975, o Brasil inaugurou sua missão diplomática residente no Kuwait e, em agosto do mesmo ano, o Kuwait em Brasília.

Houve duas visitas de Ministros das Relações Exteriores brasileiros ao Kuwait (1986 e 2005) e uma visita de Ministro dos Negócios Estrangeiros (1975) e uma de Primeiro-Ministro (2010) kuwaitianos ao Brasil.

Vale lembrar que o Brasil estreitou seu vínculo com o Kuwait com a crise do petróleo de 1973. Nessa época, foi criado o mecanismo bilateral de Comissão Mista, assinado o Acordo de Cooperação, de 1975, e passou a haver intenso intercâmbio de visitas de autoridades financeiras entre os dois países. Esse cenário foi afetado com a invasão do Kuwait pelo Iraque, com o diálogo político bilateral passando a ter maior densidade: foram, por exemplo, feitas gestões do Kuwait junto ao governo brasileiro para pressionar o Iraque a implementar diversas resoluções da Organização das Nações Unidas, como as de demarcação da fronteira entre os dois países árabes após a Guerra do Golfo.

As trocas comerciais foram retomadas em 1995, com intensificação nas décadas seguintes. A partir de 2014, porém, o Brasil reduziu suas exportações para aquele país e houve queda brusca no preço e quantidade do petróleo que importávamos.

No ano de 2019, o intercâmbio foi de US$ 307,29 milhões, com superávit de US$ 111,38 milhões a favor do Brasil. Os principais produtos kuwaitianos importados pelo Brasil foram: óleos de petróleo (89,4%) e enxofre (6,9%). O Brasil exportou para o Kuwait, sobretudo, carnes (84,8%) e milho (4,7%). No ano corrente, entre janeiro e abril, o fluxo de comércio bilateral

totalizou US$ 310 milhões, com déficit de 114,3 milhões para o Brasil. O principal produto das exportações brasileiras foram as carnes de aves (85%) e foram importados adubos e fertilizantes (99,9%).

Ademais, o Kuwait tem no Brasil um de seus principais parceiros estratégicos em segurança alimentar e, no plano comercial, o Brasil é seu maior fornecedor de frango congelado (Sadia e Nicolini), com 85% do mercado. Também exportamos frutas, sapatos, moda infantil, dentre outros produtos. Há possibilidades de diversificação da pauta exportadora brasileira no setor alimentício e nos setores moveleiro e de construção civil.

O Reino do Bahrein é um arquipélago que conta com 84 ilhas, sendo que apenas as três maiores são habitadas. Sua posição geográfica levou-o a se tornar entreposto comercial já na Antiguidade. Esteve sob controle de assírios, persas e árabes e, finalmente, em 1521, os portugueses ali se instalaram. Após retomada pelos persas, abriu-se caminho para a predominância xiita do Reino, a qual permanece até os dias atuais. Tribos sunitas chegaram ao poder com apoio britânico.

O Bahrein tornou-se independente apenas em 1971. As relações diplomáticas com o Brasil foram estabelecidas no ano de 1974.

As relações bilaterais se concentram tradicionalmente no campo financeiro. Não há registros de visitas de alto nível.

Sobre as trocas do comércio bilateral, as cifras passaram de US$ 58 milhões, em 2000, para US$ 788 milhões, em 2019, com superávit de US$ 565 milhões para o Brasil. Comparado a 2018, o fluxo de comércio aumentou em 47%, com a ampliação em 62% das exportações brasileiras. Exportamos minério de ferro (89% do total) e carnes de aves (7,2%). No mesmo ano, o Brasil importou do Bahrein US$ 111,9 milhões, com destaque para produtos de fiação (46% do total), adubos ou fertilizantes (19%) e óleos combustíveis de petróleo (14%).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

SF/20239.23775-03

SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO

, Presidente

Senador Zequinha Marinho, Relator

SF/20239.23775-03

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

**LISTA DE PRESENÇA** 7

**Reunião:** 4ª Reunião, Extraordinária, da CRE
**Data:** 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 08h
**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|---|---|---|---|
| **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)** | | | |
| Mecias de Jesus (REPUBLICANOS) | Presente | 1. Renan Calheiros (MDB) | |
| Jarbas Vasconcelos (MDB) | Presente | 2. Fernando Bezerra Coelho (MDB) | Presente |
| Marcio Bittar (MDB) | | 3. Simone Tebet (MDB) | |
| Esperidião Amin (PP) | Presente | 4. Daniella Ribeiro (PP) | Presente |
| Ciro Nogueira (PP) | Presente | 5. Vanderlan Cardoso (PSD) | |
| **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | | | |
| Roberto Rocha (PSDB) | | 1. Izalci Lucas (PSDB) | Presente |
| Mara Gabrilli (PSDB) | | 2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS) | |
| Major Olimpio (PSL) | Presente | 3. Soraya Thronicke (PSL) | Presente |
| **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)** | | | |
| Kátia Abreu (PP) | Presente | 1. Acir Gurgacz (PDT) | Presente |
| Randolfe Rodrigues (REDE) | Presente | 2. Flávio Arns (PODEMOS) | |
| Eliziane Gama (CIDADANIA) | Presente | 3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB) | |
| **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)** | | | |
| Fernando Collor (PROS) | Presente | 1. VAGO | |
| Jaques Wagner (PT) | Presente | 2. Telmário Mota (PROS) | Presente |
| Humberto Costa (PT) | Presente | | |
| **PSD** | | | |
| Nelsinho Trad (PSD) | Presente | 1. Carlos Fávaro (PSD) | Presente |
| Antonio Anastasia (PSD) | Presente | 2. Angelo Coronel (PSD) | Presente |
| **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | | | |
| Chico Rodrigues (DEM) | Presente | 1. Marcos Rogério (DEM) | Presente |
| Zequinha Marinho (PSC) | Presente | 2. Maria do Carmo Alves (DEM) | |
| **PODEMOS** | | | |
| Marcos do Val (PODEMOS) | Presente | 1. Elmano Férrer (PODEMOS) | |

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

**LISTA DE PRESENÇA**

**Reunião:** 4ª Reunião, Extraordinária, da CRE
**Data:** 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 08h
**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

## NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Leila Barros
Rose de Freitas
Rodrigo Pacheco
Carlos Viana

# Resultado de Votação Secreta

## Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
**MSF 20/2020** - G.FRANCISCO-KUWAIT

Início da votação: 21/09/2020 10:17:42 Fim da votação: 21/09/2020 13:04:48

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|---|---|---|---|
| **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,** | | **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,** | |
| MECIAS DE JESUS | **votou** | 1. RENAN CALHEIROS | |
| JARBAS VASCONCELOS | | 2. FERNANDO BEZERRA COELHO | **votou** |
| MARCIO BITTAR | **votou** | 3. SIMONE TEBET | **votou** |
| ESPERIDIÃO AMIN | **votou** | 4. DANIELLA RIBEIRO | |
| CIRO NOGUEIRA | | 5. VANDERLAN CARDOSO | |
| **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | | **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | |
| ROBERTO ROCHA | | 1. IZALCI LUCAS | **votou** |
| MARA GABRILLI | | 2. FLÁVIO BOLSONARO | |
| MAJOR OLIMPIO | **votou** | 3. SORAYA THRONICKE | **votou** |
| **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,** | | **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,** | |
| KÁTIA ABREU | **votou** | 1. ACIR GURGACZ | **voto não computado** |
| RANDOLFE RODRIGUES | **votou** | 2. FLÁVIO ARNS | |
| ELIZIANE GAMA | **votou** | 3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO | |
| **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,** | | **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,** | |
| FERNANDO COLLOR | **votou** | 1. VAGO | |
| JAQUES WAGNER | | 2. TELMÁRIO MOTA | **votou** |
| HUMBERTO COSTA | **votou** | | |
| **PSD** | | **PSD** | |
| NELSINHO TRAD | **votou** | 1. CARLOS FÁVARO | **voto não computado** |
| ANTONIO ANASTASIA | **votou** | 2. ANGELO CORONEL | |
| **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | | **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | |
| CHICO RODRIGUES | **votou** | 1. MARCOS ROGÉRIO | **voto não computado** |
| ZEQUINHA MARINHO | **votou** | 2. MARIA DO CARMO ALVES | |
| **PODEMOS** | | **PODEMOS** | |
| MARCOS DO VAL | **votou** | 1. ELMANO FÉRRER | |

**Votação:**

**TOTAL 19 SIM 18 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0**

**Senador Nelsinho Trad**
**Presidente**

**ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,**
**PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020**

## DECISÃO DA COMISSÃO

**(MSF 20/2020)**

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR FRANCISCO MAURO BRASIL DE HOLANDA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NO ESTADO DO KUWAIT E, CUMULATIVAMENTE, NO REINO DO BAHREIN, COM 18 VOTOS FAVORÁVEIS, 1 VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO

# PARECER Nº , DE 2020

SF/20239.23775-03

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 20, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FRANCISCO MAURO BRASIL DE HOLANDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein*.

Relator: Senador **ZEQUINHA MARINHO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor FRANCISCO MAURO BRASIL DE HOLANDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O diplomata indicado é filho de Clóvis Coelho de Holanda e de Maura Brasil de Holanda. Nasceu em 22 de abril de 1956, em Fortaleza/CE.

SF/20239.23775-03

Concluiu o curso de Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília/DF e o mestrado pela *London School of Economics*, em Londres, Reino Unido. No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas; e o Curso de Altos Estudos

Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no ano de 1981. Tornou-se Segundo-Secretário em 1984. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1989; Conselheiro em 1998; Ministro de Segunda Classe em 2005 e Ministro de Primeira Classe em 2011.

Entre as atividades por ele exercidas ao longo de sua trajetória profissional, destacam-se as de: Primeiro-Secretário na Embaixada em Ottawa (1989-92); Assistente da Divisão de Política Comercial (1992); Representante do Ministério das Relações Exteriores nas negociações do projeto do gasoduto Brasil-Bolívia (1992-95); Conselheiro nas Embaixadas em Roma (1998-2000) e em Assunção (2000-2004); Chefe da Divisão de Defesa Comercial e Salvaguardas (2004-05); Chefe da Divisão da Ásia e Oceania II (2005-11); Diretor do Departamento da Ásia do Leste (2011-16); Representante do Brasil junto ao Estado da Palestina como Chefe do Escritório de Representação em Ramala (2016).

Foi agraciado com a Ordem do Rio Branco e a Ordem do Mérito Naval.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Estado do Kuwait e o Reino do Bahrein. Esse documento informa acerca das relações bilaterais desses países com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos dos países, suas políticas interna e externa, e economia.

O território do Kuwait, organizado sob a forma de monarquia constitucional, por sua localização estratégica e por contar com um porto natural, tornou-se posto de passagem para comércio marítimo e terrestre. A ocupação permanente do território, contudo, foi muito reduzida até o século XVIII, em razão das difíceis condições climáticas e da escassez de água. Data desse século, a gerência do clã Al Sabah, a qual perdura até os dias de hoje. Em 1899, o Kuwait tornou-se protetorado britânico, tendo sido reconhecido como

SF/20239.23775-03

unidade autônoma do Império Turco-Otomano em 1913, retomando, porém, a condição de protetorado com a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Veio a se tornar independente somente em 1961.

A exploração de petróleo em escala industrial foi iniciada em 1956, tendo levado prosperidade ao Kuwait. Esse quadro foi abalado pela invasão e ocupação do Iraque, que durou de agosto de1990 a fevereiro de 1991, quando coalização internacional liderada pelos Estados Unidos da América, sob a égide das Nações Unidas libertou o Kuwait.

As relações diplomáticas entre Brasil e Kuwait foram formalizadas em 1968, quando foi aberta a primeira Embaixada do Brasil junto ao Estado do Kuwait, funcionando cumulativamente a partir do Cairo. Somente em 1975, o Brasil inaugurou sua missão diplomática residente no Kuwait e, em agosto do mesmo ano, o Kuwait em Brasília.

Houve duas visitas de Ministros das Relações Exteriores brasileiros ao Kuwait (1986 e 2005) e uma visita de Ministro dos Negócios Estrangeiros (1975) e uma de Primeiro-Ministro (2010) kuwaitianos ao Brasil.

Vale lembrar que o Brasil estreitou seu vínculo com o Kuwait com a crise do petróleo de 1973. Nessa época, foi criado o mecanismo bilateral de Comissão Mista, assinado o Acordo de Cooperação, de 1975, e passou a haver intenso intercâmbio de visitas de autoridades financeiras entre os dois países. Esse cenário foi afetado com a invasão do Kuwait pelo Iraque, com o diálogo político bilateral passando a ter maior densidade: foram, por exemplo, feitas gestões do Kuwait junto ao governo brasileiro para pressionar o Iraque a implementar diversas resoluções da Organização das Nações Unidas, como as de demarcação da fronteira entre os dois países árabes após a Guerra do Golfo.

As trocas comerciais foram retomadas em 1995, com intensificação nas décadas seguintes. A partir de 2014, porém, o Brasil reduziu suas exportações para aquele país e houve queda brusca no preço e quantidade do petróleo que importávamos.

No ano de 2019, o intercâmbio foi de US$ 307,29 milhões, com superávit de US$ 111,38 milhões a favor do Brasil. Os principais produtos kuwaitianos importados pelo Brasil foram: óleos de petróleo (89,4%) e enxofre (6,9%). O Brasil exportou para o Kuwait, sobretudo, carnes (84,8%) e milho (4,7%). No ano corrente, entre janeiro e abril, o fluxo de comércio bilateral

totalizou US$ 310 milhões, com déficit de 114,3 milhões para o Brasil. O principal produto das exportações brasileiras foram as carnes de aves (85%) e foram importados adubos e fertilizantes (99,9%).

Ademais, o Kuwait tem no Brasil um de seus principais parceiros estratégicos em segurança alimentar e, no plano comercial, o Brasil é seu maior fornecedor de frango congelado (Sadia e Nicolini), com 85% do mercado. Também exportamos frutas, sapatos, moda infantil, dentre outros produtos. Há possibilidades de diversificação da pauta exportadora brasileira no setor alimentício e nos setores moveleiro e de construção civil.

O Reino do Bahrein é um arquipélago que conta com 84 ilhas, sendo que apenas as três maiores são habitadas. Sua posição geográfica levou-o a se tornar entreposto comercial já na Antiguidade. Esteve sob controle de assírios, persas e árabes e, finalmente, em 1521, os portugueses ali se instalaram. Após retomada pelos persas, abriu-se caminho para a predominância xiita do Reino, a qual permanece até os dias atuais. Tribos sunitas chegaram ao poder com apoio britânico.

O Bahrein tornou-se independente apenas em 1971. As relações diplomáticas com o Brasil foram estabelecidas no ano de 1974.

As relações bilaterais se concentram tradicionalmente no campo financeiro. Não há registros de visitas de alto nível.

Sobre as trocas do comércio bilateral, as cifras passaram de US$ 58 milhões, em 2000, para US$ 788 milhões, em 2019, com superávit de US$ 565 milhões para o Brasil. Comparado a 2018, o fluxo de comércio aumentou em 47%, com a ampliação em 62% das exportações brasileiras. Exportamos minério de ferro (89% do total) e carnes de aves (7,2%). No mesmo ano, o Brasil importou do Bahrein US$ 111,9 milhões, com destaque para produtos de fiação (46% do total), adubos ou fertilizantes (19%) e óleos combustíveis de petróleo (14%).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

SF/20239.23775-03

SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO

, Presidente

Senador Zequinha Marinho, Relator

SF/20239.23775-03

# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM (SF) N° 20, DE 2020

(nº 351/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FRANCISCO MAURO BRASIL DE HOLANDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.

**DESPACHO:** À CRE

**AUTORIA:** Presidência da República

**DOCUMENTOS:**

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **FRANCISCO MAURO BRASIL DE HOLANDA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.

Os méritos do Senhor **FRANCISCO MAURO BRASIL DE HOLANDA** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2020.

EM nº 00092/2020 MRE

Brasília, 15 de Junho de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **FRANCISCO MAURO BRASIL DE HOLANDA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **FRANCISCO MAURO BRASIL DE HOLANDA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo***

OFÍCIO Nº 344 /2020/SG/PR

Brasília, 22 de JUNHO de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

**Assunto: Indicação de autoridade.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FRANCISCO MAURO BRASIL DE HOLANDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

**I N F O R M A Ç Ã O**

***CURRICULUM VITAE***

**MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *FRANCISCO MAURO BRASIL DE HOLANDA***
CPF: 151.732.671-00
ID.: 8005 MRE

| | |
|---|---|
| 1956 | Filho de Clóvis Coelho de Holanda e de Maura Brasil de Holanda, nasce em 22 de abril, em Fortaleza/CE. |
| **Dados Acadêmicos:** | |
| | CPCD - IRBr |
| | Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília/DF |
| | CAD - IRBr |
| | Mestrado em Relações Internacionais pela London School of Economics, Londres, Reino Unido |
| | CAE - IRBr |
| **Cargos:** | |
| 1981 | Terceiro-secretário |
| 1984 | Segundo-secretário |
| 1989 | Primeiro-secretário, por merecimento |
| 1998 | Conselheiro, por merecimento |
| 2005 | Ministro de segunda classe, por merecimento |
| 2011 | Ministro de primeira classe, por merecimento |
| **Funções:** | |
| 1981-84 | Divisão da Europa-II, assistente |
| 1984-86 | Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente |
| 1986-89 | Embaixada em Londres, segundo-secretário |
| 1989-92 | Embaixada em Ottawa, primeiro-secretário |
| 1992 | Divisão de Política Comercial, assistente |
| 1992-95 | Representante do Ministério das Relações Exteriores nas negociações do projeto do gasoduto Brasil-Bolívia |
| 1992-98 | Divisão de Integração Regional, assistente e Subchefe |
| 1998-2000 | Embaixada em Roma, conselheiro |
| 2000-04 | Embaixada em Assunção, conselheiro |
| 2003 | XXII Reunião da Comissão do Acordo da Hidrovia Paraguai-Paraná, em Assunção, Chefe de delegação |
| 2004-05 | Divisão de Defesa Comercial e Salvaguardas, chefe |
| 2004-05 | Grupo Negociador de Regras, da Organização Mundial de Comércio, Genebra, chefe de delegação |
| 2005 | OCDE, The Steel Outlook, Paris, chefe de delegação |
| 2005-11 | Divisão da Ásia e Oceania II, chefe |
| 2006 | Reunião do Core Group do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), Tóquio, chefe de delegação |
| 2007 | Missão de Observadores brasileiros às eleições parlamentares de Timor-Leste, chefe de delegação |
| 2008 | Secretário-Executivo da Comissão Nacional Organizadora do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil |
| 2010 | II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia, em Ulan Bator, chefe da delegação |
| 2011-16 | Departamento da Ásia do Leste, diretor |
| 2016 | Chefe do Escritório de Representação em Ramala, Representante do Brasil junto ao Estado da Palestina |

| **Publicações:** | |
|---|---|
| 2001 | O Gás no MERCOSUL - a Perspectiva Brasileira, pela Fundação Alexandre de Gusmão |
| 2002 | "Regional energy integration: the solution map" (co-autor), capitulo da publicação " Energy Integration in South America |
| 2014 | "Brasil-China: 40 anos de relações: de onde vimos; onde estamos; para onde vamos" (in: Política Externa, vol. 22, n. 4 |
| 2015 | "Brasil-China: inserção na economia internacional e cooperação nos próximos anos" (in: Cadernos de Política Exterior, n.1, ano 1 |
| **Condecorações** | |
| | Ordem do Rio Branco; Ordem do Mérito Naval. |

**FÁTIMA KEIKO ISHITANI**
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**
**SECRETARIA DE NEGOCIAÇÕES BILATERAIS NO ORIENTE MÉDIO, EUROPA E ÁFRICA**
**DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO**
**DIVISÃO DE ORIENTE MÉDIO II**

# KUWAIT

**MAÇO INFORMATIVO**
**Junho de 2020**

## DADOS BÁSICOS

| | |
|---|---|
| **NOME OFICIAL:** | Estado do Kuwait |
| **CAPITAL:** | Cidade do Kuwait |
| **ÁREA:** | 17.818 km² |
| **POPULAÇÃO:** | 4,66 milhões, dos quais 1,3 milhão detém nacionalidade kuwaitiana |
| **LÍNGUA OFICIAL:** | Árabe |
| **PRINCIPAIS RELIGIÕES:** | Islã (85%, sendo 70% destes sunitas e 30%, xiitas). O cristianismo, o hinduísmo e as demais religiões representam 15% |
| **SISTEMA DE GOVERNO:** | Monarquia constitucional |
| **PODER LEGISLATIVO:** | Assembleia Nacional (Majlis Al-Ummah). Parlamento unicameral, composto por 50 membros eleitos para mandatos de quatro anos e por até 15 membros não eleitos (ministros indicados pelo emir, que se tornam automaticamente membros do parlamento) |
| **CHEFE DE ESTADO:** | Emir Xeique Sabah Al Ahmad Al Jaber Al Sabah |
| **CHEFE DE GOVERNO:** | Primeiro-ministro Xeique Sabah Al-Khaled Al-Hamad Al-Sabah |
| **MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:** | Xeique Ahmed Nasser Al-Sabah |
| **PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2019):** | US$ 152,37 bilhões |
| **PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2019):** | US$ 322,36 bilhões |
| **PIB *PER CAPITA* (2019):** | US$ 29.266 |
| **PIB *PER CAPITA* PPP (2019):** | US$ 69.257 |
| **VARIAÇÃO DO PIB:** | 4,06% (2019), +2,33% (2018); -2,08% (2017); 2,47% (2016); -1,6% (2014); 1,1% (2013); 6,6% (2012) |
| **ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019):** | 0.808 (57ª posição entre 189 países) |
| **EXPECTATIVA DE VIDA (2019):** | 75.85 anos |
| **ALFABETIZAÇÃO (2020):** | 96.30% |
| **ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):** | 2,17% |
| **UNIDADE MONETÁRIA:** | Dinar kuwaitiano |
| **EMBAIXADOR DO BRASIL NO KUWAIT:** | Embaixador Norton de Andrade Mello Rapesta<br>Agrément concedido ao Embaixador Francisco Mauro Brasil de Holanda em 31/05/20. |
| **EMBAIXADOR DO KUWAIT EM BRASÍLIA:** | Embaixador Nasser Riden Thamer Al Motairi |
| **BRASILEIROS NO PAÍS:** | Cerca de 200 |

| **Brasil → Kuwait** | **2003** | **2005** | **2007** | **2009** | **2011** | **2013** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Intercâmbio** | 147,9 | 224,7 | 344,4 | 373,6 | 744,4 | 1.322 | 670,3 | 485 | 358 | 440 | 307,29 |
| **Exportações** | 74,0 | 191,6 | 230,7 | 373,3 | 357,3 | 306 | 239,1 | 198 | 223 | 227 | 209,33 |
| **Importações** | 74,0 | 33,1 | 113,7 | 0,3 | 387,1 | 1.016 | 430,7 | 287 | 135 | 213 | 97,96 |
| **Saldo** | 0 | 158,6 | 117,1 | 373 | -30 | -710 | -191,2 | -90 | 87 | 14 | 111,38 |

## APRESENTAÇÃO

As evidências mais antigas de presença humana no território kuwaitiano datam de cerca de 8000 a.C.. A localização estratégica do território – ao sul da foz do Shatt Al Arab (confluência do Tigre e do Eufrates) – e a presença de um porto natural fizeram do Kuwait ponto de passagem para comércio marítimo e terrestre. Dadas as difíceis condições climáticas e a escassez de água, a ocupação permanente do território kuwaitiano foi extremamente reduzida até o século XVIII, apesar de ser ocasionalmente usado por populações nômades.

No início do século XVIII, o agravamento das condições climáticas no interior da Península Arábica força diversas tribos nômades a migrarem, algumas das quais vão se estabelecer na margem sul do Golfo. Datam desse período o estabelecimento do primeiro vilarejo onde hoje se situa a Cidade do Kuwait e o deslocamento do clã Al Sabah para a região.

Em 1756, os chefes tribais locais elegem o líder do clã Al Sabah como governante do vilarejo e de sua vizinhança imediata, iniciando etapa de regência dessa família no Kuwait que dura até os dias de hoje. Em 1871, o Império Otomano reconhece o emir do Kuwait como subgovernador, ligado à província de Basra. Em 1896, o xeique Mubarak Al Sabah assassina dois de seus irmãos e se impõe como governante do território. A partir de sua morte, haverá alternância de poder entre os descendentes de dois de seus filhos, Jaber e Salem.

Mubarak assina, em 1899, acordo estabelecendo o Kuwait como protetorado britânico. A Convenção Anglo-Turca de 1913 reconhece o Kuwait novamente como unidade autônoma do Império Otomano, mas é posteriormente considerada nula com a eclosão da I Guerra Mundial, quando Londres voltou a reconhecer o Kuwait como protetorado seu.

No início da década de 1930, a economia local – até então centrada em comércio, pesca e extração de pérolas – entra em colapso em decorrência da crise mundial de 1929 e do surgimento da indústria de pérolas cultivadas. Em 1938, no entanto, a abertura do primeiro poço de petróleo no país inaugura novas e promissoras possibilidades de geração de renda. A exploração em escala industrial começa após a Segunda Guerra Mundial, operada principalmente por empresas britânicas e, em 1956, o Kuwait se torna o maior produtor de petróleo no Golfo.

Em junho de 1961, o Kuwait, de comum acordo com o Reino Unido, tornou-se independente. Na ocasião, o Iraque manifestou seu inconformismo, alegando ser o Kuwait território seu, com base no elo entre o Kuwait e a província otomana de Basra, no final do século XIX. Reação negativa da Liga dos Estados Árabes e do Reino Unido resultou em recuo iraquiano.

A exploração petrolífera trouxe prosperidade inédita para o emirado, que, após a independência, constituiu extenso aparato burocrático e de bem-estar social. O Estado passa a empregar a maior parte da população nacional, havendo grande influxo de estrangeiros para desempenhar diversas tarefas no setor privado.

Apelos da população kuwaitiana por reformas políticas e representação parlamentar, manifestados já antes da independência, foram atendidos com a convocação de uma Assembleia Constituinte, em dezembro de 1961, e a promulgação da Constituição, em novembro de 1962. Apesar do caráter pioneiro e relativamente independente do parlamento kuwaitiano, não se logrou estabelecer relação estável entre Legislativo e Executivo, comandado pela família Al Sabah, tendo o emir o poder discricionário de dissolver o parlamento.

Em agosto de 1990, o Iraque renova suas antigas reivindicações territoriais e invade o Kuwait, que permanece ocupado até 26 de fevereiro de 1991, quando é libertado por coalizão internacional organizada sob a égide das Nações Unidas e liderada pelos EUA, contando com o apoio da OTAN e da maioria dos países árabes. Durante os anos seguintes à invasão, o governo kuwaitiano destinou seu foco e parte relevante dos recursos disponíveis em seus fundos soberanos para o esforço de reconstrução. Aos poucos, o retorno da produção petrolífera permitiu o

restabelecimento da prosperidade anterior, apesar de o *status* de principal centro de negócios do Golfo não ter sido recuperado.

## PERFIS BIOGRÁFICOS

### SUA ALTEZA O EMIR XEIQUE SABAH AL AHMAD AL JABER AL SABAH
### EMIR DO KUWAIT

Nascido em junho de 1929, é o 15º governante Al Sabah do Kuwait e o 5º emir pós-independência. É filho do xeique Ahmad Al Jaber Al Sabah, décimo governante do Kuwait (1921-1950), e pertence ao ramo Jaber da família real.

Estudou em escolas do Kuwait e completou estudos superiores com tutores particulares. Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1963, cargo que acumulou com o de Vice-Primeiro-Ministro a partir de 1978. Manteve os dois cargos até 2003, quando foi elevado a Primeiro-Ministro por decreto real. Na qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros, visitou o Brasil em caráter oficial, em março de 1975.

Ao longo dos 40 anos em que esteve à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros e, posteriormente, como Primeiro-Ministro e Emir, Sabah Al Ahmad conduziu praticamente toda a política externa do Kuwait independente. Quando da invasão do Kuwait pelo Iraque, em 1990, Sabah liderou os esforços diplomáticos de seu país em prol da restauração da soberania kuwaitiana. Participou ativamente de diversas iniciativas de mediação em desavenças regionais, como a guerra civil libanesa (1975-1990), a unificação do Iêmen (1990) e a crise diplomática iniciada em 2017 entre Arábia Saudita, Bahrein, Egito e Emirados Árabes Unidos (EAU), de um lado, e o Catar, do outro.

Em razão de seu envolvimento com causas humanitárias e das significativas doações do Kuwait nessa seara, o Emir foi homenageado como "Líder Humanitário" pela ONU, em cerimônia presidida pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, em 2014.

**SUA EXCELÊNCIA O XEIQUE SABAH KHALED AL HAMAD AL SABAH**
**PRIMEIRO-MINISTRO DO KUWAIT**

Nascido em 1953, Sabah Khaled Al Sabah tem atuado em diferentes cargos ministeriais desde 2006. Ele é filho de Khaled bin Hamad Al Sabah e Mouza bint Ahmad Al Sabah, filha de Ahmad bin Jabir Al Ali Al Sabah, que governou o Kuwait de 1921 a 1950.

Graduado em Ciências Políticas pela Universidade do Kuwait, ingressou na carreira diplomática em 1978. Foi Embaixador junto à Arábia Saudita entre 1995 e 1998. Em 1998, foi designado Presidente do Serviço de Segurança Nacional. Em 2006, tornou-se Ministro de Assuntos Sociais e Trabalho, cargo que manteve até 2007, quando foi designado Ministro da Informação. Atuou brevemente como Ministro da Justiça, em 2009.

Em outubro de 2011, foi nomeado Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros. Na qualidade de Chanceler, presidiu também o Conselho do *Kuwait Fund For Arab Economic Development* (KFAED).

Pertence ao núcleo político central da dinastia reinante e é pessoa de confiança do Emir Sabah Al Ahmad Al Sabah. Em decorrência de renúncia do gabinete de governo, o Emir nomeou o Xeique Sabah Khaled Primeiro-Ministro, em 19 de novembro de 2019.

**SUA EXCELÊNCIA O XEIQUE AHMED NASSER AL MOHAMMED AL AHMED AL JABER AL SABAH**
**MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**

Nascido em 1971, Ahmed Nasser Al Sabah, começou sua carreira em 1995 como pesquisador na Corte do então Príncipe-Herdeiro do Kuwait. Graduou-se em Relações Internacionais pela Strasbourg University for Human Sciences (França), em 1993, tendo obtido título de mestre pela mesma universidade em 1995 e doutorado em Ciências Políticas na Universidade Paris Pantheon – Sorbonne.

Em 2001, foi nomeado Ministro Plenipotenciário no Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo promovido a Embaixador em 2005. Ocupou sucessivamente os cargos de Chefe de Gabinete (2006-2014) e Subsecretário para Assuntos do Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros (2014-2019).

Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 17 de dezembro de 2019.

## RELAÇÕES BILATERAIS

Em 1968, foram estabelecidas formalmente **relações diplomáticas** e criada a primeira Embaixada do Brasil junto ao Estado do Kuwait, funcionando cumulativamente a partir do Cairo. Em 1975, o Brasil inaugurou sua missão diplomática residente no Emirado, gesto reciprocado pelo Kuwait em Brasília, em agosto do mesmo ano.

Desde então, houve duas **visitas** de Ministros das Relações Exteriores brasileiros ao Kuwait (1986 e 2005) e uma visita de Ministro dos Negócios Estrangeiros (1975) e uma de Primeiro-Ministro (2010) kuwaitianos ao Brasil. Para além dessas visitas bilaterais, o Emir do Kuwait participou da Conferência Rio-92 e o Chanceler kuwaitiano participou de reunião da ASPA (Brasília, 2005).

Em 30 de junho de 2018, foi realizada, na Cidade do Kuwait, a *I Reunião de Consultas Políticas bilaterais*. A Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, visitou o Kuwait em setembro de 2019. Em dezembro, o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Bolsonaro, também visitou aquele país. Os Chanceleres brasileiro e kuwaitiano encontraram-se em setembro de 2019, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas.

A crise do petróleo de 1973 compeliu o Brasil a estreitar seus vínculos com os países árabes exportadores de hidrocarbonetos, inclusive o Kuwait. Datam dessa época a criação do mecanismo bilateral de Comissão Mista, a assinatura do Acordo de Cooperação, de 1975, e intenso intercâmbio de visitas de autoridades financeiras entre os dois países.

Após o aumento das taxas internacionais de juros, em 1981, e a consequente crise internacional da dívida de 1982, continuou intenso o intercâmbio de visitas de autoridades financeiras, então com o objetivo de angariar o apoio kuwaitiano para iniciativas de refinanciamento das dívidas públicas e privadas brasileiras com o emirado. Ocorre nessa época, igualmente, esforço coordenado entre os ministérios militares e as empresas de defesa brasileiras no sentido de abrir o mercado kuwaitiano para os produtos nacionais de defesa. Nesse contexto, Roberto de Abreu Sodré realiza a primeira visita de chanceler brasileiro ao Kuwait, em abril de 1986.

A invasão do Kuwait pelo Iraque, em 1990, e a subsequente Guerra do Golfo alteram o panorama das relações do Brasil com o Emirado. Até então concentrado no plano econômico-comercial, o diálogo bilateral ganhou maior densidade política ao longo da década de 1990, em especial nos períodos 1993-1994 e 1998-99, quando o Brasil ocupou assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Entre 1993 e 1994, intensificaram-se as gestões kuwaitianas de alto nível junto ao Brasil solicitando apoio para pressionar o Iraque a implementar diversas resoluções da ONU, como as referentes à demarcação da fronteira entre os dois países árabes após a Guerra do Golfo.

Durante o período de 1998 a 1999, o Brasil voltou a tratar de temas de forte interesse do Kuwait. Foram criados pelo CSNU, à época, três painéis relativos à situação no Iraque (sobre desarmamento, assuntos humanitários e prisioneiros de guerra e propriedade kuwaitianos), todos presididos pelo representante brasileiro na Organização.

A partir de 1995, inicia-se processo de retomada das trocas comercias, interrompidas pela Guerra do Golfo. Nas duas décadas seguintes, esse processo se intensifica, com o **comércio bilateral** atingindo alta de aproximadamente US$ 1,5 bilhão, em 2014. A queda brusca do preço e da quantidade de petróleo importado do Kuwait após aquele ano e a diminuição de exportações brasileiras para o Kuwait levam o fluxo comercial a registrar retração. Em 2019, o intercâmbio foi de US$ 307,29 milhões, com superávit de US$ 111,38 milhões a favor do Brasil. Óleos de

petróleo (89,4%) e enxofre (6,9%) foram, em 2019, os principais produtos kuwaitianos importados pelo Brasil, que exportou para o Kuwait, principalmente, carnes (84,8%) e milho (4,7%).

Entre janeiro e abril de 2020, a corrente de comércio bilateral totalizou US$ 310 milhões, com déficit de 114,3 milhões para o Brasil. O principal produto negociado foi, pelo lado das exportações brasileiras, carnes de aves (85%) e, pelo lado das importações brasileiras, adubos e fertilizantes (99,9%)

O Kuwait considera o Brasil um de seus principais parceiros estratégicos em segurança alimentar e, no plano comercial, o Brasil é o maior fornecedor de frango congelado (Sadia e Nicolini) para o Kuwait, com 85% do mercado. O Brasil exporta igualmente frutas, sapatos, moda infantil, dentre outros produtos. Haveria espaço para diversificação da pauta exportadora brasileira não somente do setor alimentício, mas também dos setores moveleiro e construção civil. De acordo com dados de 2019, as exportações brasileiras para países árabes do Golfo somaram aproximadamente US$ 7,25 bilhões, tendo o Kuwait ficado na última posição (apenas US$ 212,3 milhões). A situação revela o ainda inexplorado potencial de expansão do comércio bilateral com aquele país, que funciona, ademais, como plataforma de reexportação para países vizinhos com grande mercado consumidor (como o Iraque, para o qual o Kuwait exportou US$ 621 milhões, em 2018).

A aceitação, em fevereiro de 2020, pelas autoridades sanitárias kuwaitianas do certificado brasileiro para carne bovina, após quase três anos de negociações, permitirá reabrir o mercado daquele país para o produto brasileiro. A decisão permitiu a retomada das exportações brasileiras para um mercado que consome anualmente cerca de US$ 500 milhões do produto.

É crescente a percepção do Kuwait como fonte potencial de **investimentos** – a *Kuwait Investment Authority*, fundo soberano nacional, é o 4º maior do mundo, controlando ativos estimados em US$ 592 bilhões. Os investimentos kuwaitianos no Brasil somam cerca de US$ 4 bilhões. Há interesse em incrementá-los em áreas como segurança alimentar, energia renovável, mineração, petróleo e finanças.

A cooperação no domínio da **defesa** poderá beneficiar-se com a assinatura de acordo bilateral na área.

No campo da **cooperação técnica**, há demonstração do interesse mútuo na prospecção de projetos de cooperação trilateral em setores como agricultura, com terceiros países. O *Kuwait Investment Fund for Arab Economic Development* acumula historicamente desembolsos sob a forma de doações e empréstimos da ordem de US$ 15 bilhões. Brasil e Kuwait assinaram Acordo de Cooperação Técnica em 2010.

## POLÍTICA INTERNA

O Kuwait é uma monarquia constitucional. O Executivo é presidido pelo emir, que conserva grau elevado de poder decisório, não só em virtude de suas atribuições constitucionais, como também de sua condição de patriarca da família Al Sabah. Salvo em circunstâncias excepcionais, o emir define as linhas gerais de ação governamental, não se envolvendo nas atividades cotidianas de governo, das quais se encarrega o primeiro-ministro. Apesar disso, a Constituição de 1962 faculta ao emir emitir decretos com força de lei e designar o primeiro-ministro e demais membros do gabinete, além de dissolver o parlamento a qualquer momento, resultando na convocação de eleições gerais. Ao contrário do que ocorre em outros sistemas parlamentaristas, os ministros não necessitam ser membros do parlamento, mas se tornam parlamentares ao serem indicados (embora pelo menos um dos até 16 ministros do gabinete deva ser escolhido entre os membros eleitos da Assembleia Nacional).

O Executivo, controlado pela família real, tem sido relativamente liberal e modernizante (a título de exemplo, em 1984, o então emir manifestou seu apoio ao voto feminino). Além dos postos de emir, príncipe-herdeiro e primeiro-ministro, os Al Sabah sempre mantiveram em suas

mãos as pastas mais importantes, como Defesa, Interior, Negócios Estrangeiros, Energia, Comunicações e Planejamento. Tradicionalmente, a família conduz política que visa a satisfazer a população kuwaitiana por meio da distribuição de recursos provenientes da exportação de petróleo, traduzidos em generosos benefícios sociais, como educação e assistência médica gratuitas, facilidade de emprego e altos salários no setor público, empréstimos subsidiados, transferências de dinheiro em ocasiões especiais (casamentos, nascimentos, divórcios) e aposentadoria integral após 25 anos de serviço.

Dentre os Legislativos da região, o parlamento kuwaitiano (*Majlis Al Umma* – Assembleia Nacional) é o mais independente e o que reúne mais atribuições e poderes (outros parlamentos de países do Conselho de Cooperação do Golfo têm, em geral, predomínio de membros não-eleitos e papel eminentemente consultivo). O parlamento é unicameral, formado por até 65 representantes: 50 eleitos e até 15 membros do gabinete indicados pelo emir. O parlamento pode editar leis, convocar ministros e o próprio primeiro-ministro para explicações e pode proceder a um voto de não-confiança, destituindo qualquer dos membros do gabinete (mas não o primeiro-ministro). Leis votadas no parlamento podem ser vetadas pelo emir, mas o veto pode ser vencido com votos de dois terços da Assembleia.

Diferentemente de outras monarquias da região, o parlamento também participa da escolha do governante, devendo aprovar, por maioria absoluta, o nome do príncipe-herdeiro proposto pelo emir. Caso não seja aprovado, o emir deve submeter à Assembleia nomes de três candidatos da família Al Sabah, para eleição.

A Constituição veda a formação de partidos políticos, mas tradicionalmente há grupamentos informais ligados por laços ideológicos, religiosos e familiares. As tradicionais famílias comerciais do país têm, também, grande influência política, elegendo diversos representantes. Desde 2005, mulheres têm capacidade eleitoral passiva e ativa e formam mais da metade dos cerca de 480.000 eleitores registrados.

As últimas eleições foram realizadas em novembro de 2016, com o comparecimento de cerca de 70% do eleitorado, e foram interpretadas como vitória do governo. Novas eleições devem ocorrer em 2020.

Há no país liberdade de culto, existindo templos de diversas religiões. Tradicionalmente há boa convivência entre diferentes vertentes do islã (xiitas representam entre 30 e 40% dos nacionais kuwaitianos, sendo a maioria sunita). Como em outros países da região, há uma grande proporção de estrangeiros no Kuwait – de uma população total de cerca de 4,3 milhões, menos de 30% seriam kuwaitianos.

O Kuwait tem, também, numerosa e antiga população de apátridas (chamados "*bidoons*" – do árabe, "*bidoon jinsiya*", ou "sem nacionalidade"), que chegariam a 100.000.

## POLÍTICA EXTERNA

Desde o século XVIII, resguardar a **autonomia** kuwaitiana em face de vizinhos mais populosos e poderosos configurou a prioridade máxima das elites locais e a diplomacia sempre figurou como ferramenta útil para esse fim. Usando rivalidades regionais e a localização estratégica a seu favor, o Kuwait contou com protetores externos – otomanos e, mais tarde, britânicos – que providenciaram segurança, sem, em geral, interferir em assuntos internos kuwaitianos. Essa linha de ação manteve-se mesmo após a independência, em 1961, quando o Kuwait – tendo como vizinhos mais próximos a Arábia Saudita, o Irã e o Iraque – solicitou a permanência de pessoal militar britânico. Após a retirada britânica do Golfo, em 1971, buscou-se estabelecer laços mais próximos com os EUA.

Não obstante, em 1990, o Kuwait foi invadido pelo **Iraque** e teve sua soberania suprimida à força. Além das antigas reivindicações territoriais iraquianas (decorrentes da antiga vinculação do Kuwait à província otomana de Basra), o Iraque se ressentia do que entendia ser "traição" por

parte das monarquias do Golfo: apesar de terem apoiado o Iraque em sua guerra com o Irã (1980-1988), o Kuwait e outros países não haviam perdoado as dívidas contraídas durante o conflito, além de supostamente estarem produzindo petróleo além da cota acordada pela OPEP, minando, assim, a recuperação econômica iraquiana.

A intervenção de coalizão internacional liderada pelos EUA e chancelada pela ONU restabeleceu, em 1991, a independência kuwaitiana, mas a destruição física e os traumas causados passaram a ocupar lugar central na política externa dos anos pós-guerra. No âmbito multilateral, o Kuwait buscou estreitar ainda mais os laços com membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), em especial, com os EUA, e exigiu o fiel cumprimento por Bagdá de todas as resoluções aprovadas pelo CSNU relacionadas à conflagração. Após a invasão, tornou-se mais intensa, também, a utilização de sua capacidade econômico-financeira para atrair esses parceiros prioritários mediante concessões comerciais vantajosas e o direcionamento de seus excedentes financeiros para investimentos naqueles países. A participação na coalizão internacional contra o Iraque também passou a ser critério importante na condução das relações bilaterais kuwaitianas. Atualmente, o Kuwait apoia abertamente iniciativas que contribuam para a estabilização do país vizinho, tendo organizado, por exemplo, em 2018, Conferência Internacional para a Reconstrução do Iraque.

Nos anos 2000, a política externa kuwaitiana passou a buscar nova diversificação de parceiros e temas. Em julho de 2004, em viagem à China, o então chanceler Mohammed Al Sabah declarou inaugurada nova fase de “diplomacia econômica”, em contraste com o que chamou de “diplomacia preventiva”, que havia prevalecido até a queda de Saddam Hussein. A tônica dessa nova fase seria ir além das tradicionais relações com países do entorno regional imediato e países relevantes por questões de segurança, com vistas a aumentar o peso político do Kuwait, elevar os níveis de comércio e promover a diversificação da economia do país, dependente da indústria petrolífera.

O Kuwait mantém longa tradição de **assistência humanitária**, sobretudo a países árabes (Síria, Iêmen, Palestina, Jordânia, Egito), com amplo reconhecimento internacional (ONU, UE, Liga Árabe); o país organizou as Conferências Internacionais de Doadores em favor da **Síria** (em 2017 e 2018). O Emir do Kuwait foi agraciado pela ONU, em 2014, com o título de "Líder Humanitário". O Banco Mundial reconheceu oficialmente, em 2019, o protagonismo do Emir do Kuwait em prol do desenvolvimento econômico-social dos países em desenvolvimento.

No campo da **diplomacia econômica**, destaca-se o papel desempenhado pela *Kuwait Investment Authority* (KIA) e pelo *Kuwait Fund for Arab Economic Development* (KFAED – apesar do nome, não se restringe a países árabes). Só a KIA recebe anualmente pelo menos 10% de todas as receitas governamentais do Kuwait. Analistas apontam que o fundo tem perfil cauteloso, concentrando seus investimentos em economias desenvolvidas. Já o KFAED é utilizado como instrumento para adensar o relacionamento com países em desenvolvimento, por meio de empréstimos subsidiados. O KFAED prioriza projetos nos setores de transporte, comunicações, agricultura, saneamento básico e meio ambiente, solicitados por autoridades de nível local ou nacional.

Apesar dos esforços de diversificação, as relações bilaterais mais importantes para o Kuwait continuam a ser com os **EUA** e com os principais países de seu entorno geográfico. A relação com os EUA é marcada pela gratidão pela libertação do país, em 1991, bem como pela presença constante de forças militares norte-americanas no país, importante fator de dissuasão. O Kuwait constituiu centro de logística e coordenação para a invasão norte-americana do Iraque em 2003, tendo sido registrada a permanência de uma média de 15 a 20 mil militares estadunidenses no país nos anos seguintes ao conflito. Ao longo dos anos 2000, contudo, os EUA deixaram de ser principal parceiro comercial do Kuwait, com as exportações de petróleo kuwaitianas concentrando-se cada vez mais em países asiáticos (Coreia do Sul, China, Japão e Índia).

Outras relações bilaterais centrais para o Kuwait são aquelas com os principais vizinhos regionais. O Kuwait possui laços tradicionalmente próximos e amistosos com a **Arábia Saudita**, país parceiro no Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Assim como os demais membros menores do CCG, no entanto, o Kuwait busca resguardar sua autonomia com relação a Riade, sendo refratário a iniciativas para maior integração institucional dentro do bloco.

O **Irã** representa, também, desafio complexo para a política externa kuwaitiana. O Kuwait vê com reservas o papel desempenhado regionalmente pelo Irã, além de temer possível influência iraniana em seu plano interno. Apesar disso, o Governo kuwaitiano tem propugnado o diálogo com Teerã, defendendo o direito do Irã de desenvolver programa nuclear pacífico e apoiando o acordo nuclear P5+1 – Irã (JCPoA). A Chancelaria kuwaitiana manifestou-se de forma cautelosa sobre a retirada dos EUA do JCPoA, afirmando que compreende e respeita a decisão de Washington, mas sem endossá-la expressamente, como fizeram Arábia Saudita, Bahrein e Emirados Árabes Unidos (EAU).

Desde sua independência, o Kuwait busca exercer influência moderadora em seu entorno regional, tendo participado de diversas iniciativas de **mediação** de conflitos. Em julho de 2017, com a eclosão de crise diplomática entre Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Bahrein e Egito (o "quarteto"), de um lado, e o Catar, do outro, o emir do Kuwait buscou mediar a disputa. A iniciativa kuwaitiana, apesar de ter sido publicamente saudada pelas partes envolvidas, não logrou sucesso e enfrentou intransigência da parte do "quarteto".

O Kuwait participa formalmente da coalizão liderada pela Arábia Saudita no **Iêmen**, mas, desde 2017, a participação do país tem sido discreta. O Chanceler kuwaitiano tem afirmado que a solução para o conflito deve ser política, não militar. Em 2016, o Kuwait sediou rodadas de negociações entre o governo iemenita e os rebeldes houthis, que não avançaram.

O Kuwait é um dos principais defensores dos interesses **palestinos** na questão com Israel, opondo-se à normalização da ocupação israelense de territórios palestinos e ressaltando a necessidade de que um acordo de paz seja fundamentado pelo direito internacional.

O Kuwait indicou a intenção de integrar a coalização naval liderada pelos Estados Unidos ("International Maritime Security Construct" (**IMSC**) para garantir a segurança de navegação no Golfo.

## ECONOMIA

O Kuwait é o quinto maior produtor da OPEP, 9ª no mundo, com reservas de petróleo que correspondem a 6% do total mundial. Com PIB de US$ 152,37 bilhões, o país detém a 8ª maior renda per capita PPP do mundo (US$ 69.257).

No final da década de 1930, o Kuwait iniciou etapa de transição econômica, deixando de ter no comércio e na extração de pérolas suas principais atividades, substituindo-as pela extração de petróleo. A partir de então, a economia local tornou-se quase exclusivamente dependente do setor de hidrocarbonetos. Na década de 1950, o Kuwait transformou-se em um dos principais produtores e exportadores mundiais de gás natural e petróleo. Em 1976, o governo completou o processo de nacionalização da indústria petrolífera, o que, somado ao aumento de preços do primeiro choque do petróleo, três anos antes, resultou em rápido incremento da capacidade financeira do governo.

Segundo avaliação da OPEP, o Kuwait detém reservas equivalentes a 102 bilhões de barris de petróleo, 1,8 bilhões de metros cúbicos de gás natural e tem um dos menores custos de produção, da ordem de US$ 5 por barril. A renda do setor petrolífero representa mais de 80% das receitas governamentais e a indústria de hidrocarbonetos responde por mais de 60% do PIB e cerca de 90% das exportações. A exploração de petróleo e gás é feita pela *Kuwait Petroleum Corporation* (KPC), com 100% do capital de propriedade do Estado do Kuwait, e por meio de suas subsidiárias.

Até o início da pandemia de COVID-19, o Kuwait produzia 2,9 milhões de barris/dia e exportava em torno de 2,5 milhões. Cerca de 75% das exportações kuwaitianas de petróleo e derivados (US$ 42 bilhões) têm como destino cinco países da Ásia (Coréia do Sul, US$ 8,68 bilhões; China, US$ 8,16 bilhões; Índia, US$ 5,74 bilhões; Japão, US$ 5,37 bilhões; e, Singapura, US$ 2,94 bilhões).

A crise econômica de 2008 e a consequente contração da demanda por hidrocarbonetos repercutiram negativamente na economia do país, resultando em contração de -7,1%, em 2009, e de -2,4%, em 2010. As taxas de crescimento têm oscilado intensamente: após breve período de recuperação, com crescimento superior a 6% em 2011 e 2012, a economia kuwaitiana vem crescendo lentamente desde então (0.5% em 2014, 1,8% em 2015, 2,9% em 2016, 0,2% em 2017, 2,33% em 2018 e 4,06% em 2019).

O governo do Kuwait lançou, em 2017, o plano de desenvolvimento nacional "Kuwait Vision 2035", que almeja diminuir a dependência econômica na indústria do petróleo e transformar o país em um centro comercial e financeiro até 2035, principalmente através de investimentos em infraestrutura e reformas legislativas e institucionais. Foram divulgados ambiciosos projetos de construção, como "cidades ecológicas", estádios, terminais portuários e outros. Gastos governamentais associados ao plano, principalmente no setor de construção civil, contudo, têm aumentado o déficit fiscal. A esses gastos se somam subsídios ao consumo de energia elétrica e combustíveis e a tradicional política de garantia de emprego no setor público a cidadãos kuwaitianos – mais de 80% dos kuwaitianos empregados trabalham para o governo.

São constantes os pronunciamentos de autoridades governamentais reconhecendo a necessidade de ajustes fiscais, tendo o próprio emir recomendado cortes no orçamento e maior controle sobre os gastos públicos. Apesar disso, têm sido escassas as medidas práticas nesse sentido. O Kuwait foi o último membro do CCG a revisar sua política de volumosos subsídios aos combustíveis, em 2016.

A retração do preço do petróleo nos últimos anos teve impacto significativo no déficit público, cujo orçamento se sustenta praticamente apenas com a renda advinda desse produto. Com isso, o governo tem sido obrigado a buscar financiamento externo, que atingiu 25% do PIB (US$ 140,5 bilhões, em 2019). O orçamento do Estado kuwaitiano para o ano fiscal de 2020 (1 de abril a 31 de março de 2021) tem um déficit estimado em US$ 30,5 bilhões (1,19% maior do que o de 2019), sem serem contabilizadas as despesas excepcionais durante a pandemia de COVID-19.

Como medidas para enfrentar os desafios econômicos criados pela pandemia, o Banco Central adotou uma série de medidas de apoio às empresas. A Associação dos Bancos anunciou uma moratória de seis meses para o pagamento de empréstimos contraídos por pessoas físicas e pequenas e médias empresas.

Enquanto a maioria dos kuwaitianos trabalha no setor público, com melhores salários, benefícios, e reduzidas horas de trabalho, os trabalhadores estrangeiros atuam no setor privado. O governo oferece incentivos financeiros para seus nacionais que trabalhem no setor privado e impõe quotas de emprego de kuwaitianos às empresas. Apesar disso, cada vez menos nacionais desejam entrar para a iniciativa privada, fazendo com que as vagas preteridas sejam preenchidas por expatriados, vindos principalmente da Ásia (Índia, Paquistão, Filipinas) e de outros países árabes (Egito, Líbano, Síria etc.).

## CRONOLOGIA HISTÓRICA

| | |
|---|---|
| **c. 1710** | Tribos do interior da Península Arábica, incluindo a família Al Sabah, migram para o Kuwait. |
| **1756** | Sabah bin Jaber (Sabah I) é eleito xeique do Kuwait pelas oligarquia mercantil locais, fundando a dinastia Al Sabah. |
| **1793-1797** | Invasões do Kuwait pelo "Primeiro Estado Saudita" são repelidas. |
| **1897** | O Império Otomano reconhece o xeique Mubarak Al Sabah como subgovernador do Kuwait. |
| **1899** | Mubarak assina acordo de protetorado com o Reino Unido. |
| **1913** | A Convenção Anglo-Otomana reconhece o Kuwait como vassalo do Império Otomano. |
| **1914** | Início da I Guerra Mundial, Reino Unido declara nula a Convenção Anglo-Otomana e reconhece a autonomia kuwaitiana do Império Otomano. |
| **1920** | Invasão do Kuwait por tropas leais aos Al Saud é repelida. |
| **1934** | A Kuwait Oil Company é formada com capital britânico e inicia prospecções. |
| **1938** | Primeira extração exitosa de petróleo em território kuwaitiano.<br>Movimento "Majlis" reivindica representação popular. |
| **1946** | Início da extração comercial de petróleo no Kuwait. |
| **1950** | Abdullah Al Salem (Abdullah III) se torna xeique, governando até 1965. |
| **1960** | A Kuwait National Petroleum Company é fundada.<br>A OPEP é fundada, sendo o Kuwait membro fundador. |
| **1961** | O Kuwait se torna independente, Abdullah III torna-se seu primeiro emir.<br>O Kuwait Fund for Arab Economic Development (KFAED) é criado.<br>A Liga Árabe aceita o Kuwait como membro, sob protestos iraquianos. |
| **1962** | A Constituição kuwaitiana é ratificada pelo emir. |
| **1963** | Primeiras eleições para a Assembleia Nacional. |
| **1965** | Sabah III se torna emir, governando até 1977. |
| **1976** | O Kuwait nacionaliza a indústria petrolífera . |
| **1977** | Jaber III se torna emir, governando até 2006. |
| **1980-1988** | Guerra Irã-Iraque, o Kuwait apoia o Iraque. |
| **1981** | O Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) é formado. |
| **1990** | Em 2 de agosto, o Iraque invade e anexa o Kuwait, iniciando Guerra do Golfo.<br>O emir Jaber III parte para o exílio na Arábia Saudita. |

| | |
|---|---|
| | A Resolução 660 do Conselho de Segurança da ONU ordena a retirada imediata das tropas iraquianas.<br>Coalizão internacional para a libertação do Kuwait é formada, liderada pelos EUA. |
| **1991** | Em 17 de janeiro a operação "Desert Storm" inicia a expulsão das tropas iraquianas, concluída em 27 de fevereiro. |
| **2003** | Coalizão liderada pelos EUA invade o Iraque, tendo no Kuwait base de apoio logístico. |
| **2006** | Falecimento do Emir Jaber Al Ahmad Al Sabah, em janeiro.<br>O Príncipe-Herdeiro Saad Al Salem Al Sabah, pertencente ao ramo Salem da família real, assume o poder. Em face do estado de saúde fragilizado de Saad, e depois de negociações internas à família real, o parlamento votou por sua destituição após um breve reinado de 9 dias.<br>O então Primeiro-Ministro Sabah Al Ahmad Al Sabah é nomeado Emir, posição que ocupa desde 29 de janeiro de 2006. |

## CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

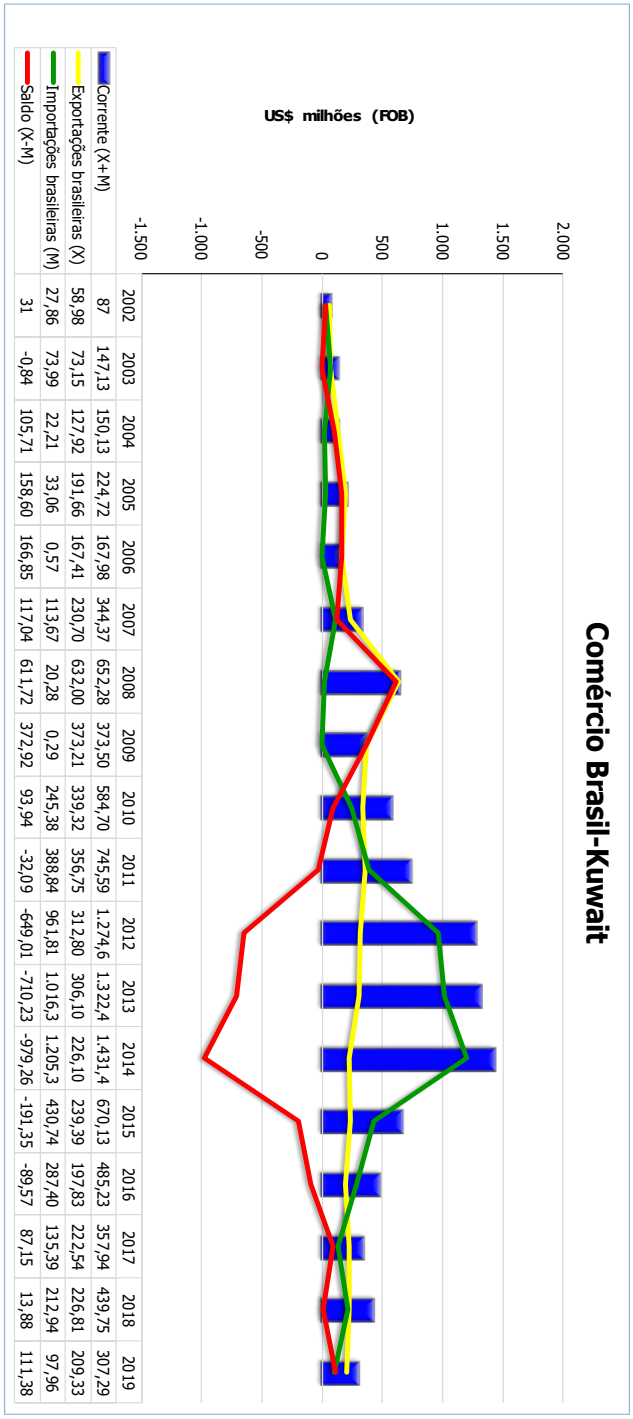
| | |
|---|---|
| **1968** | Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Kuwait (20 de janeiro).<br>Criação da primeira representação diplomática brasileira junto ao emirado, funcionando, em caráter cumulativo, a partir da embaixada no Cairo (Decreto n. 62.238, de 8/2/68). |
| **1973** | Embaixada do Brasil no Kuwait passa a ser cumulativa com a embaixada do Brasil em Jedá (Decreto n. 73.243, de 3/12/73). |
| **1975** | **Visita oficial a Brasília do então ministro dos Negócios Estrangeiros e hoje emir do Kuwait, xeique Sabah Al Ahmad Al Jaber Al Sabah.** Assinatura do Acordo de Cooperação que cria a Comissão Mista Bilateral (março).<br>A missão diplomática brasileira no Kuwait passa a ser residente na Cidade do Kuwait (Decreto n. 75.547, de 1/4/75).<br>Abertura da missão diplomática kuwaitiana em Brasília (agosto). |
| **1977** | I Reunião da Comissão Mista, no Kuwait (maio). |
| **1979** | II Reunião da Comissão Mista, em Brasília (maio). |
| **1980** | Visita do ministro da Indústria e Comércio, João Camilo Penna, ao Kuwait.<br>Visita do ministro das Finanças do Kuwait, Abdul-Haman al Atiqi, a Brasília. |
| **1981** | Visita do ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, ao Kuwait. |
| **1983** | Visita do ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, ao Kuwait. |
| **1986** | **Visita do ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, ao Kuwait.** |
| **1992** | **O emir do Kuwait, xeique Jaber Al Ahmad Al Sabah, chefia a delegação de seu país à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro (Rio-92).** |
| **1993** | Criado, em março, no âmbito da Câmara dos Deputados, o Grupo Parlamentar Brasil-Kuwait.<br>Visita do ministro kuwaitiano da Informação, xeique Saud al Sabah, na qualidade de Emissário Especial do emir. |
| **1994** | Visita do ministro do Exército, general Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, ao Kuwait. |
| **2002** | Visita ao Kuwait do secretário-geral das Relações Exteriores, Osmar Chohfi. Assinatura do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas bilaterais (maio). |
| **2005** | **Visita oficial do chanceler Celso Amorim ao Kuwait (fevereiro)** e assinatura do Acordo bilateral de Cooperação Cultural.<br>**O ministro dos Negócios Estrangeiros, xeique Mohammed Sabah Al Salem Al Sabah, chefia a delegação kuwaitiana à I Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA), em Brasília (maio).** |
| **2010** | **O primeiro-ministro do Kuwait, xeique Nasser Al Sabah, visita Brasília em caráter oficial (julho).**<br>Visita do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, ao Kuwait (dezembro). |
| **2012** | A xeica Amthal Al Ahmad Al Jaber Al Sabah, irmã do emir do Kuwait, chefia a delegação kuwaitiana à Conferência Rio+20 (junho). |

| | |
|---|---|
| **2015** | Delegação parlamentar kuwaitiana, liderada pelo deputado Askar Al Enzi, visita Brasília (27 de setembro a 1 de outubro). |
| **2017** | Visita do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, ao Kuwait (maio). |
| **2018** | Visita ao Brasil do vice-ministro da Eletricidade e Água do Kuwait, Mohammed Bosheri, para participar do 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília (18-23 de março).<br>I Reunião de Consultas Bilaterais, no Kuwait (30 de junho).<br>Publicada, em Brasília e na Cidade do Kuwait, Declaração Conjunta por ocasião dos 50 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Kuwait (30 de junho). |
| **2019** | Visita da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, ao Kuwait (18 setembro).<br>Encontro entre o Chanceler Ernesto Araújo e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Kuwait, Sabah Al Khalid Al Sabah, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas (27 de setembro).<br>Visita do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN), Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, ao Kuwait (de 11-15 de dezembro). |

## ACORDOS BILATERAIS

| Título | Data de celebração | Entrada em vigor | Publicação |
|---|---|---|---|
| Acordo de **Cooperação** entre a República Federativa do Brasil e o Estado do Coveite | 23/3/1975 | 10/2/1976 | 11/3/1976 |
| **Declaração Conjunta** entre a República Federativa do Brasil e o Estado do Coveite | 25/3/1975 | 25/3/1975 | Publicação direta |
| Memorando de Entendimento sobre Estabelecimento de **Consultas Bilaterais** | 8/5/2002 | 8/5/2002 | 22/7/2002 |
| Acordo de Cooperação **Cultural** | 23/2/2005 | 17/5/2010 | 24/9/2014 |
| Acordo sobre **Serviços Aéreos** | 22/7/2010 | 29/1/2019 | 7/11/2019 |
| Acordo de **Cooperação Técnica** | 22/7/2010 | Em processo de ratificação | |
| Emenda ao Acordo de **Cooperação** | 22/7/2010 | 11/2/2019 | 1/8/2019 |
| Memorando de Entendimento sobre Cooperação **Esportiva** | 22/7/2010 | 7/2/2011 | 10/8/2011 |
| Memorando de Entendimento entre Áreas de **Meio Ambiente** e Desenvolvimento Sustentável | 22/7/2010 | 21/12/2016 | 13/1/2017 |

## INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS

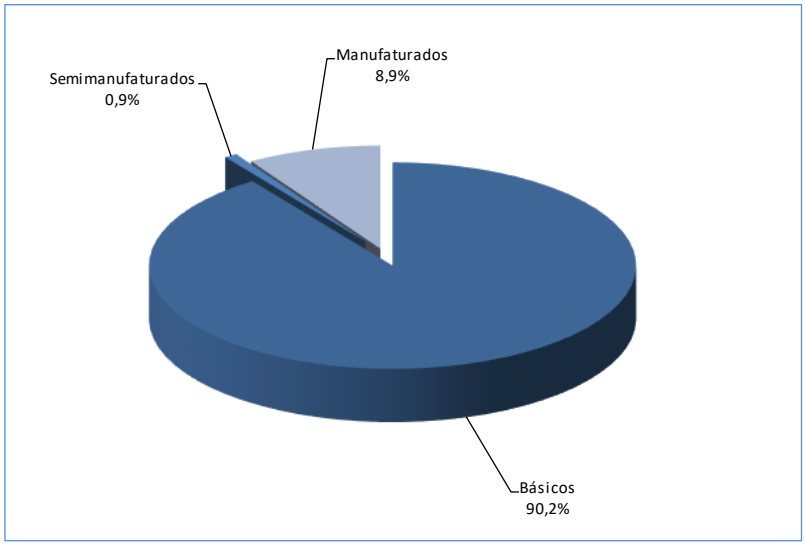



| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Corrente (X+M) | 87 | 147,13 | 150,13 | 224,72 | 167,98 | 344,37 | 652,28 | 373,50 | 584,70 | 745,59 | 1.274,6 | 1.322,4 | 1.431,4 | 670,13 | 485,23 | 357,94 | 439,75 | 307,29 |
| Exportações brasileiras (X) | 58,98 | 73,15 | 127,92 | 191,66 | 167,41 | 230,70 | 632,00 | 373,21 | 339,32 | 356,75 | 312,80 | 306,10 | 226,10 | 239,39 | 197,83 | 222,54 | 226,81 | 209,33 |
| Importações brasileiras (M) | 27,86 | 73,99 | 22,21 | 33,06 | 0,57 | 113,67 | 20,28 | 0,29 | 245,38 | 388,84 | 961,81 | 1.016,3 | 1.205,3 | 430,74 | 287,40 | 135,39 | 212,94 | 97,96 |
| Saldo (X-M) | 31 | -0,84 | 105,71 | 158,60 | 166,85 | 117,04 | 611,72 | 372,92 | 93,94 | -32,09 | -649,01 | -710,23 | -979,26 | -191,35 | -89,57 | 87,15 | 13,88 | 111,38 |

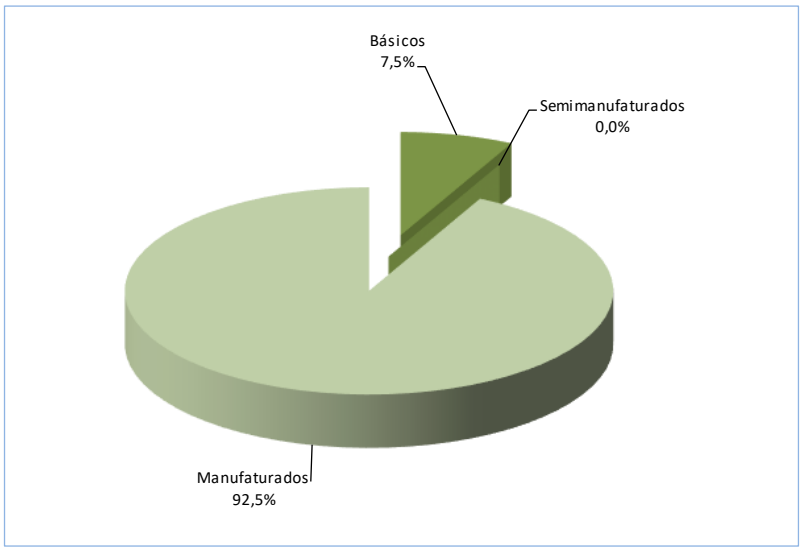
*Elaborado pelo MRE, com base em dados do COMEX STAT, Janeiro 2020.*

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado**
**2019**

**Exportações**




**Importações**



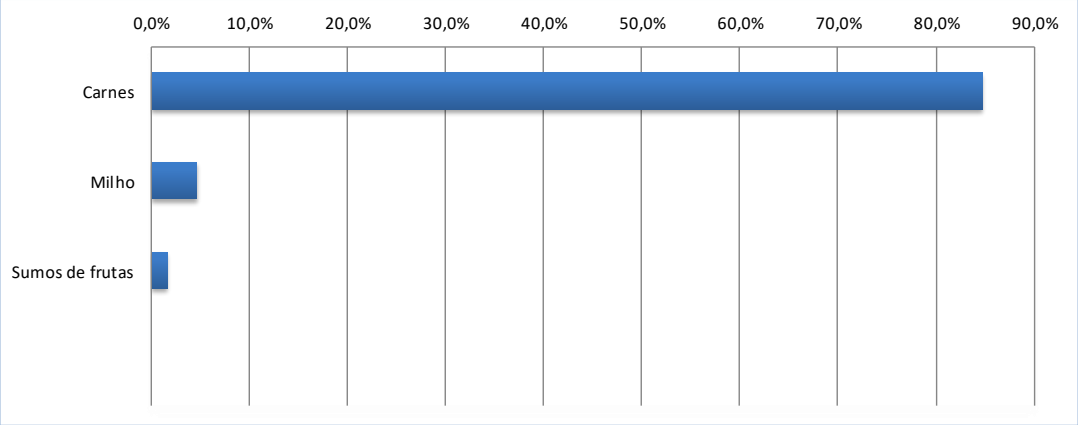

*Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Janeiro de 2020.*

**Composição das exportações brasileiras para o Kuwait**
**US$ milhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Carnes | 190,04 | 85,4% | 186,61 | 82,3% | 177,43 | 84,8% |
| Milho | 4,57 | 2,1% | 14,95 | 6,6% | 9,76 | 4,7% |
| Sumos de frutas | 2,10 | 0,9% | 2,84 | 1,3% | 3,40 | 1,6% |
| | | | | | | |
| **Subtotal** | **196,70** | **88,4%** | **204,41** | **90,1%** | **190,59** | **91,0%** |
| **Outros** | **25,84** | **11,6%** | **22,41** | **9,9%** | **18,74** | **9,0%** |
| **Total** | **222,54** | **100,0%** | **226,81** | **100,0%** | **209,33** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE, com base em dados do COMEX STAT, Janeiro de 2020.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018**

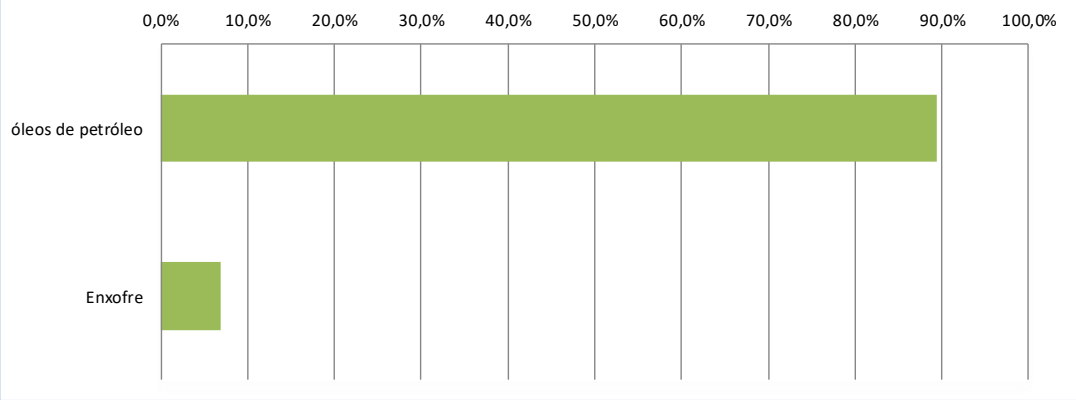


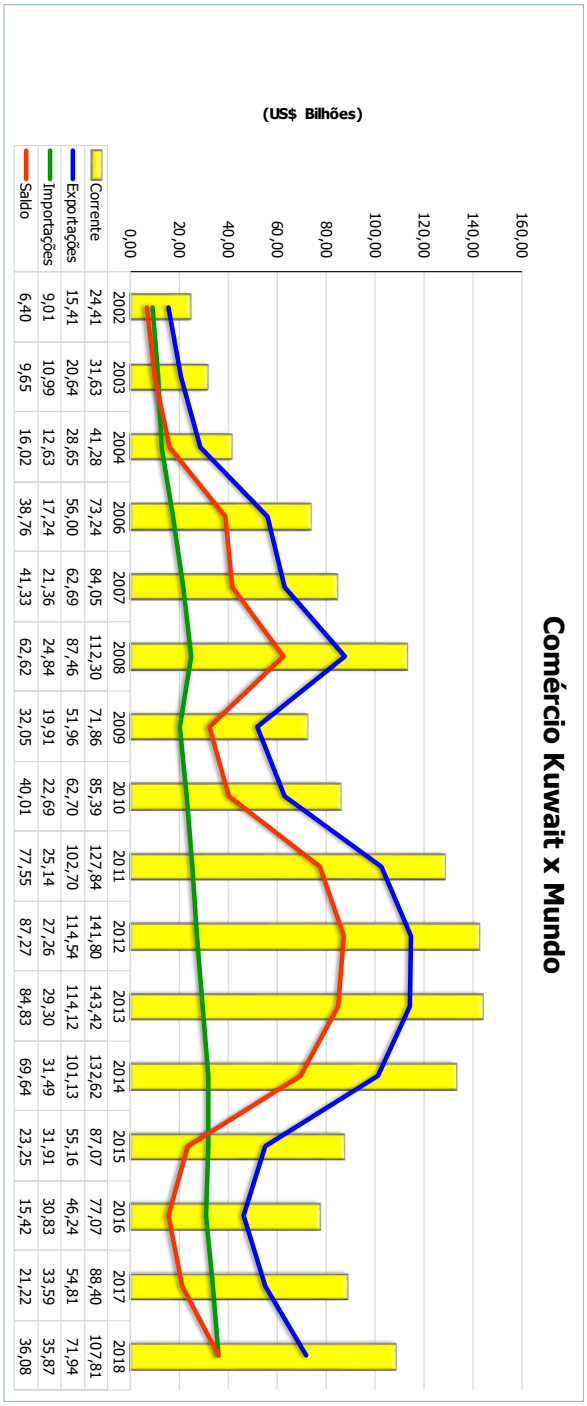
**Composição das importações brasileiras originárias do Kuwait**
**US$ milhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| óleos de petróleo | 85,34 | 63,0% | 110,33 | 51,8% | 87,57 | 89,4% |
| Enxofre | 4,96 | 3,7% | 6,40 | 3,0% | 6,79 | 6,9% |
| | | | | | | |
| **Subtotal** | **90,30** | **66,7%** | **116,72** | **54,8%** | **94,36** | **96,3%** |
| **Outros** | **45,10** | **33,3%** | **96,22** | **45,2%** | **3,60** | **3,7%** |
| **Total** | **135,39** | **100,0%** | **212,94** | **100,0%** | **97,96** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE, com base em dados do COMEX STAT, Janeiro de 2020.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018**





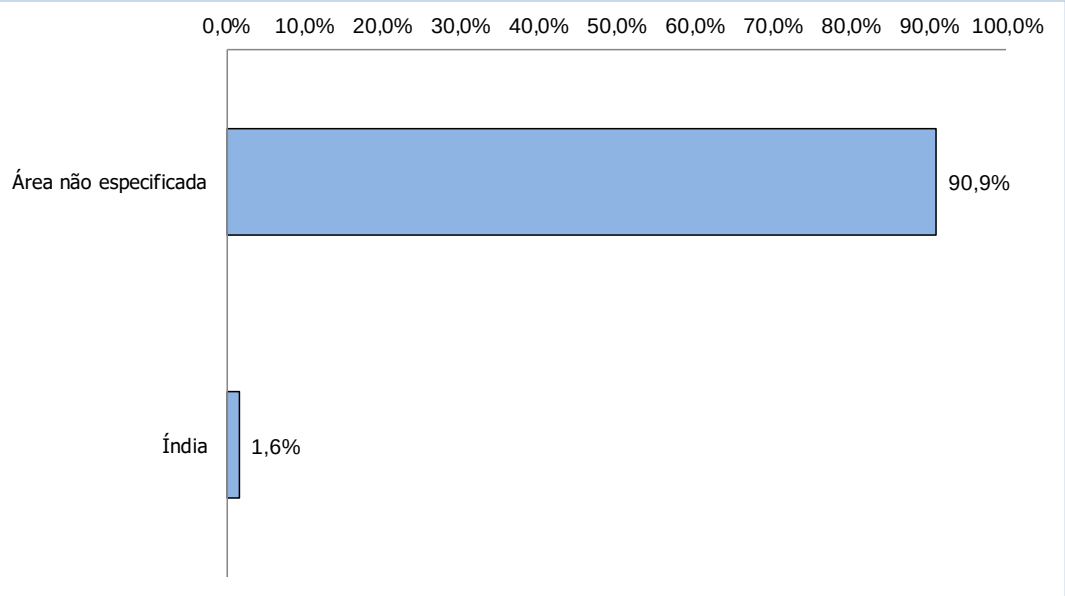

*Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap. January 2020.*

**Principais destinos das exportações do Kuwait**
**US$ bilhões**

| Países | 2018 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Área não especificada | 65,37 | 90,9% |
| Índia | 1,14 | 1,6% |
| ... | | |
| ***Brasil (19º lugar)*** | **0,06** | ***0,1%*** |
| | | |
| **Subtotal** | **66,57** | **92,5%** |
| **Outros países** | **5,37** | **7,5%** |
| **Total** | **71,94** | **100,0%** |
| | | |

*Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2020.*

**10 principais destinos das exportações**

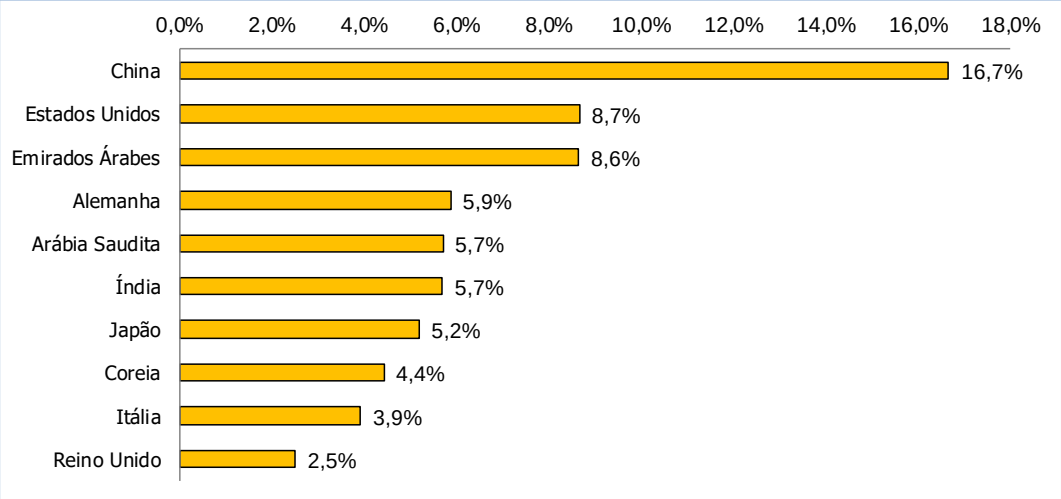


**Principais origens das importações do Kuwait**
**US$ bilhões**

| Países | 2018 | Part.% no total |
|---|---|---|
| China | 5,98 | 16,7% |
| Estados Unidos | 3,10 | 8,7% |
| Emirados Árabes | 3,10 | 8,6% |
| Alemanha | 2,10 | 5,9% |
| Arábia Saudita | 2,04 | 5,7% |
| Índia | 2,04 | 5,7% |
| Japão | 1,86 | 5,2% |
| Coreia | 1,59 | 4,4% |
| Itália | 1,41 | 3,9% |
| Reino Unido | 0,90 | 2,5% |
| ... | | |
| ***Brasil (23º lugar)*** | ***0,29*** | ***0,8%*** |
| | | |
| **Subtotal** | **24,41** | **68,1%** |
| **Outros países** | **11,45** | **31,9%** |
| **Total** | **35,87** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2020.*

**10 principais origens das importações**

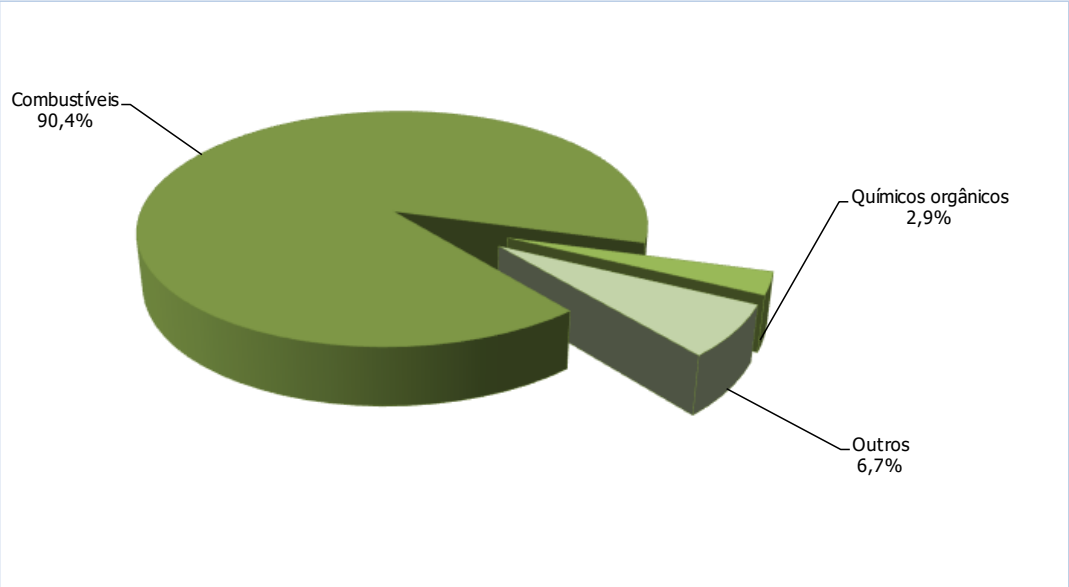


**Composição das exportações do Kuwait**
**US$ bilhões**

| Grupos de Produtos (SH2) | 2018 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Combustíveis | 65,00 | 90,4% |
| Químicos orgânicos | 2,10 | 2,9% |
| | | |
| **Subtotal** | **67,10** | **93,3%** |
| **Outros** | **4,84** | **6,7%** |
| **Total** | **71,94** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2020.*

**10 principais grupos de produtos exportados**

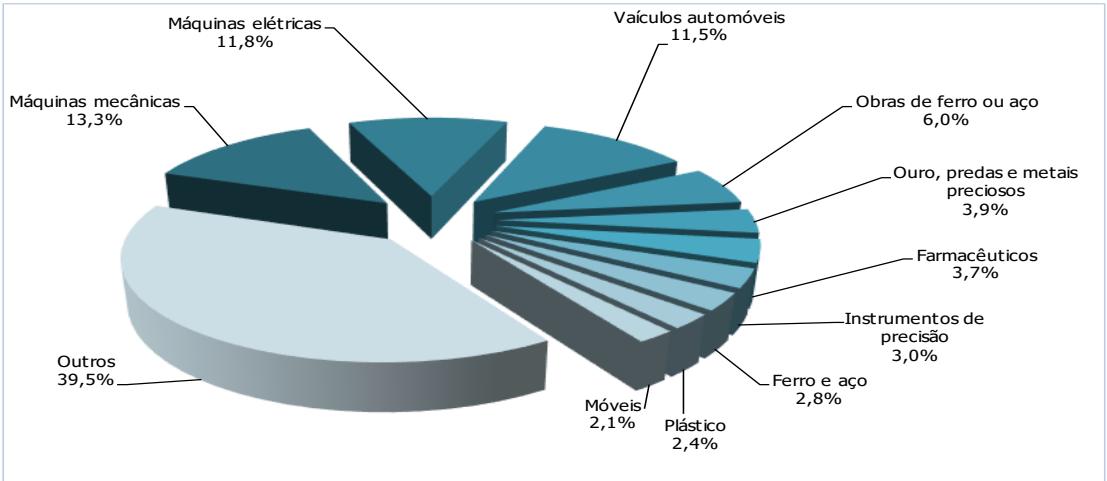


**Composição das importações do Kuwait**
**US$ bilhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2017 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Máquinas mecânicas | 4,76 | 13,3% |
| Máquinas elétricas | 4,24 | 11,8% |
| Vaículos automóveis | 4,14 | 11,5% |
| Obras de ferro ou aço | 2,16 | 6,0% |
| Ouro, predas e metais preciosos | 1,39 | 3,9% |
| Farmacêuticos | 1,33 | 3,7% |
| Instrumentos de precisão | 1,08 | 3,0% |
| Ferro e aço | 1,01 | 2,8% |
| Plástico | 0,86 | 2,4% |
| Móveis | 0,74 | 2,1% |
| | | |
| **Subtotal** | **21,70** | **60,5%** |
| **Outros** | **14,17** | **39,5%** |
| **Total** | **35,87** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2020.*

**10 principais grupos de produtos importados**



**Principais indicadores socioeconômicos do Kuwait**

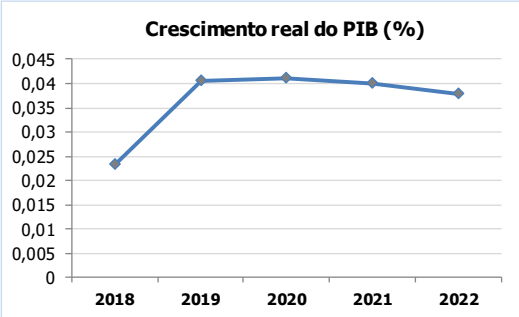
| Indicador | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| Crescimento real do PIB (%) | 2,33% | 4,06% | 4,11% | 4,00% | 3,77% |
| PIB nominal (US$ bilhões) | 144,52 | 152,37 | 158,09 | 165,09 | 172,99 |
| PIB nominal "per capita" (US$) | 31.916 | 32.737 | 33.044 | 33.571 | 34.222 |
| PIB PPP (US$ bilhões) | 303,32 | 322,36 | 342,02 | 362,32 | 382,99 |
| PIB PPP "per capita" (US$) | 66.982 | 69.257 | 71.488 | 73.677 | 75.768 |
| População (milhões habitantes) | 4,53 | 4,66 | 4,78 | 4,92 | 5,06 |
| Desemprego (%) | 1,13% | 1,13% | 1,13% | 1,14% | 1,13% |
| Inflação (%)(2) | 0,80% | 3,00% | 3,60% | 3,20% | 2,70% |
| Saldo em transações correntes (% do PIB) | 11,35% | 11,01% | 8,92% | 7,17% | 5,79% |
| Dívida externa (US$ bilhões) | 37,29 | 49,07 | 57,80 | 58,83 | 60,42 |
| Câmbio ( KD / US$)(2) | 0,31 | 0,30 | 0,30 | 0,29 | 0,29 |
| **Origem do PIB ( 2017 Estimativa )** | | | | | |
| Agricultura | | | 0,4% | | |
| Indústria | | | 58,7% | | |
| Serviços | | | 40,9% | | |

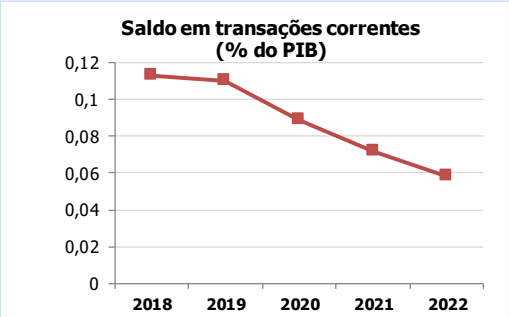
*Elaborado pelo MRE, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report February 2019 e da Cia.gov/World Factbook e da ONU através do estudo "HUMAN DEVELOPMENT INDICES AND INDICATORS: 2018 STATISTICAL UPDATE" do Programa de desenvolvimento das Nações Unidas in February 2019.*

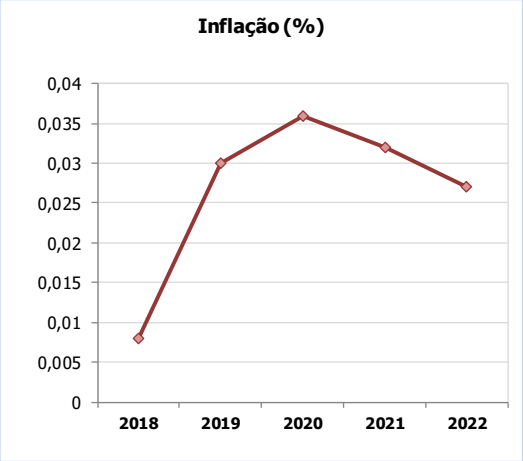
*(n.d.) Dado não disponível.*

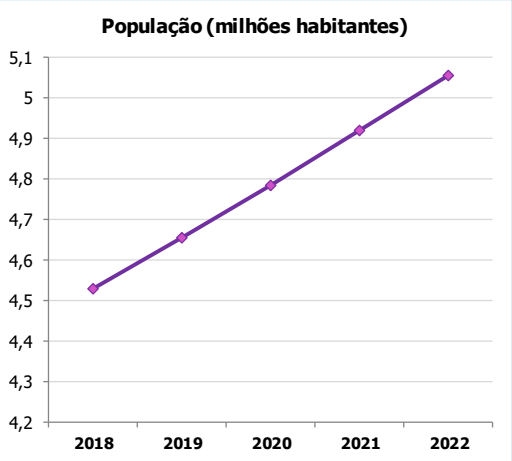
*(1) Estimativas FMI e EIU.*

*(2) Média do período.*



**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**
**SECRETARIA DE NEGOCIAÇÕES BILATERAIS NO ORIENTE MÉDIO, EUROPA E ÁFRICA**
**DEPARATAMENTO DE ORIENTE MÉDIO**
**DIVISÃO DE ORIENTE MÉDIO II**

# BAHREIN

**MAÇO INFORMATIVO**
**Junho de 2019**

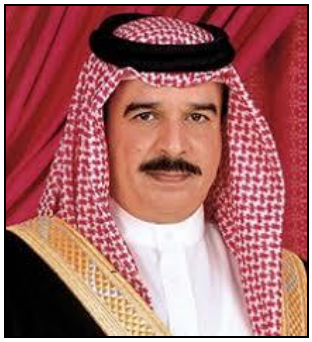
| DADOS BÁSICOS | |
|---|---|
| **NOME OFICIAL:** | Reino do Bahrein |
| **CAPITAL:** | Manama |
| **ÁREA:** | 780 km² |
| **POPULAÇÃO:** | 1,48 milhões de habitantes, dos quais cerca de 580.000 detêm nacionalidade bahreinita |
| **IDIOMA OFICIAL:** | Árabe |
| **PRINCIPAIS RELIGIÕES:** | Islã 99,8% (69,8% xiitas e 29,0% sunitas) |
| **SISTEMA DE GOVERNO:** | Monarquia |
| **PODER LEGISLATIVO:** | Assembleia Nacional (Majlis Al-Ummah). Parlamento bicameral, composto por 40 membros eleitos para mandatos de quatro anos e 40 membros indicados pelo rei. |
| **CHEFE DE ESTADO:** | Rei Hamad bin Isa Al Khalifa |
| **CHEFE DE GOVERNO:** | Primeiro-Ministro Khalifa bin Salman Al Khalifa |
| **MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:** | Abdullatif bin Rashid Al Zayani |
| **PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2019):** | US$ 38,29 bilhões |
| **PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2019):** | US$ 44,495 bilhões |
| **PIB *PER CAPITA* (2019):** | US$ 25.851 |
| **PIB PPP *PER CAPITA* (2019):** | US$ 50.057 |
| **VARIAÇÃO DO PIB:** | 1,83% (2019), 1,74% (2018), 2,48% (2017) |
| **ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2018):** | 0,846 (43ª posição entre 188 países) |
| **EXPECTATIVA DE VIDA (2017):** | 77 anos |
| **ALFABETIZAÇÃO (2016):** | 94,6 % |
| **ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):** | 3,91% |
| **UNIDADE MONETÁRIA:** | Dinar bahreinita |
| **EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO BAHREIN:** | Embaixador Norton de Andrade Mello Rapesta (residente no Kuwait) |
| **EMBAIXADOR DO BAHREIN EM BRASÍLIA:** | Encarregado de negócios, a.i., Bader Abbas Hasan Ahmed Alhelaibi (ainda não foi solicitado agrément para embaixador residente em Brasília) |
| **BRASILEIROS NO PAÍS:** | Cerca de 200 |

| **Brasil → Bahrein** | **2003** | **2005** | **2007** | **2009** | **2011** | **2013** | **2015** | **2017** | **2018** | **2019** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Intercâmbio** | 70,837 | 137,722 | 115,664 | 250,870 | 707,080 | 311,894 | 382,635 | 434,173 | 532,71 | 788,36 |
| **Exportações** | 70,837 | 137,722 | 113,834 | 249,391 | 691,143 | 258,411 | 309,107 | 339,418 | 416,18 | 676,50 |
| **Importações** | 0 | 0 | 1,830 | 1,479 | 15,937 | 53,482 | 73,528 | 94,755 | 116,53 | 111,87 |
| **Saldo** | 70,837 | 137,722 | 112,004 | 247,912 | 675,206 | 204,929 | 235,579 | 244,663 | 299,65 | 564,63 |

1

**PERFIS BIOGRÁFICOS**

## SUA MAJESTADE O REI HAMAD BIN ISA AL KHALIFA
**REI DO BAHREIN**



Nasceu em 28 de janeiro de 1950, na cidade de Riffa. Realizou seus estudos secundários e cursou a escola de cadetes na Inglaterra, com períodos curtos de retorno ao país. É casado e tem doze filhos.

Em 1971, foi designado ministro da Defesa, posto que manteve até 1999. Em 1972, frequentou o curso de Comando do Exército dos EUA, em Fort Levenworth, e a Universidade do Kansas. No mesmo ano, obteve diploma em Administração Militar pelo Instituto das Forças Armadas, em Washington. Após seu retorno ao Bahrein, empenhou-se decisivamente no processo de desenvolvimento econômico e social do país e no fortalecimento da Força de Defesa do Bahrein.

Ascendeu ao trono em março de 1999, após a morte de seu pai, Xeique Isa bin Salman Al Khalifa.

Empreendeu uma série de reformas políticas liberalizantes no Bahrein, destacando-se a nova Constituição, outorgada em 2002. Após a "primavera árabe", intensificou política de contenção da maioria xiita no país.

**SUA ALTEZA O XEIQUE KHALIFA BIN SALMAN AL KHALIFA**
**PRIMEIRO-MINISTRO DO BAHREIN**

Nascido em 24 de novembro de 1935, é o segundo filho do Xeique Salman Al Khalifa, governante do Bahrein entre 1942 e 1961, e tio do Rei Hamad.

Não recebeu educação formal, mas teve extensa carreira política, constituindo figura extremamente influente no país. Assumiu cargos como no Conselho de Educação e no Conselho de Eletricidade do Bahrein. É também o empresário mais importante do país.

Tornou-se Primeiro-Ministro com a independência do Bahrein, em 1971, sendo, atualmente, o Primeiro-Ministro há mais tempo na titularidade do cargo em todo o mundo.

**SUA EXCELÊNCIA ABDULLATIF BIN RASHID AL ZAYANI**
**MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**

Nascido em 1964 em Muharraq, no Bahrein, graduou-se na Academia Militar Real do Bahrein. Possui ampla experiência na área de Defesa, tendo estudado na Academia Militar de Sandhurst no Reino Unido, em 1973, e Engenharia Aeronáutica na Perth College, na Escócia, em 1978. Obteve, em 1980, o título de mestre em Logística do Instituto de Tecnologia da Força Aérea em Dayton, Ohio, e, em 1986, o de doutor em Operações pela Escola de Pós-graduação Naval em Monterrey, Califórnia.

Serviu na Forças de Defesa do Bahrein, exercendo diversas funções de direção. Em 2004, foi transferido para o Ministério do Interior, atuando como Chefe de Segurança Pública, sendo responsável pelas operações policiais e de contraterrorismo. Em 2010, passou a atuar no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Em 2011, foi eleito Secretário-Geral do Conselho de Cooperação Golfo, cargo que ocupou até sua designação como Ministro dos Negócios Estrangeiros do Bahrein, em 11 de fevereiro de 2020.

## APRESENTAÇÃO

O Bahrein é formado por 84 ilhas no Golfo, sendo apenas as três maiores ilhas – Bahrein, Umm Nassam e Al Muharraq – habitadas. Não possui limites terrestres com nenhum país vizinho, sendo conectado à Arábia Saudita apenas por meio da Ponte do Rei Fahd. Atribui-se o nome Bahrein, livremente traduzido como "dois mares", à existência de fontes de água doce em seu território e ao mar que circunda o arquipélago.

A posição geográfica do arquipélago favoreceu que se tornasse, desde a Antiguidade, importante entreposto comercial. Situava-se no Bahrein o Reino de Dilmun, que controlava, desde aproximadamente 3000 a.C, as rotas comerciais do Golfo. Seu território também esteve, posteriormente, sob o controle de assírios, de persas e de árabes. Os portugueses instalaram-se no território em 1521, permanecendo até serem derrotados pelo Império Safávida. O comando pelos persas abriu caminho para a predominância do xiismo na região, confissão até hoje majoritária no Bahrein.

Durante o século XVIII, tribos sunitas oriundas do Najd lançaram invasões sobre o território que hoje constitui o Bahrein, expulsando definitivamente os persas em 1783, sob a liderança de Ahmed Mohammed bin Khalifa. Após invasões capitaneadas pelos Al Saud, atual dinastia saudita, e pelos Al Said, atual dinastia omani, os Al Khalifa reconquistaram o poder no Bahrein com apoio britânico. Forjou-se, assim, a predominância britânica sobre o pequeno emirado.

Com o anúncio da decisão britânica de se retirar do Golfo, em 1968, o Bahrein integrou o processo negociador que deveria culminar em uma confederação unindo os "Estados da Trégua", correspondendo ao território dos atuais Emirados Árabes Unidos (EAU), Catar e Bahrein. Diante do impasse das negociações, o Bahrein buscou tornar-se um Estado independente. Restavam ainda, contudo, questões referentes às reclamações territoriais iranianas sobre o arquipélago. Em 1970, as Nações Unidas promoveram eleições para averiguar se a população que habitava o Bahrein, majoritariamente xiita, preferia a independência ou a transferência ao controle do Irã, país também predominantemente xiita. Relatório do Representante Pessoal do Secretário-Geral concluiu que a maior parte da população preferia a independência, de forma que, por meio da Resolução 278 do Conselho de Segurança, o Bahrein tornou-se um Estado independente.

Ao longo do século XIX, o Bahrein manteve grande importância como centro comercial e destacou-se, também, pela produção de pérolas, consideradas, à época, as melhores do mundo. Em 1930, empresas americanas realizaram, no Bahrein, a primeira descoberta de petróleo na região do Golfo. O Bahrein conta hoje, no entanto, com as menores reservas de petróleo entre os países do Conselho de Cooperação do Golfo e, em razão disso, desde o final do século XX, investe na transição para uma economia pós-petrolífera, enfatizando os setores de produção industrial, principalmente alumínio, de turismo e de finanças, em particular, finanças islâmicas.

## RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Bahrein estabeleceram relações diplomáticas em 1974. A Embaixada do Brasil em Jedá, na Arábia Saudita, representou cumulativamente o Brasil junto às autoridades de Manama até 1983, ano em que a representação brasileira junto ao então Estado do Bahrein passou a ser exercida pela Embaixada do Brasil no Kuwait – situação que perdura até hoje. Missão diplomática do Bahrein em Brasília foi aberta em 2014, mas ficou desativada até agosto de 2018, quando foi designado encarregado de negócios residente em Brasília. O Brasil conta com cônsul honorário em Manama – Senhor Khaled Ghozlani. Há expectativa do lado bahreinita de que o Brasil possa abrir, quando possível, Embaixada residente em Manama.

Tradicionalmente, as relações bilaterais se concentraram na área financeira. Os bancos do Bahrein – um dos maiores centros financeiros do Oriente Médio – constituíram os maiores credores árabes do Brasil nas décadas de 80 e 90. As relações financeiras entre os dois países eram tão estreitas que o Banco do Brasil chegou a possuir escritório em Manama entre 1976 e 1995. Com o tempo, os vínculos financeiros entre os dois países foram perdendo a relevância, embora esteja em operação, no Brasil, sucursal da *Arab Banking Corporation* do Bahrein, que atende pelo nome de Banco ABC.

Não há registro de **visitas de alto nível** brasileiras desde 1983, quando o então Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, fez breve visita ao Bahrein, no âmbito de missão financeira ao Oriente Médio. Em maio de 2005, o chanceler do Bahrein participou da Cúpula América do Sul-Países Árabes, em Brasília.

Assinou-se, em 1 de julho de 2018, o Memorando de Entendimento para o estabelecimento de *Consultas Políticas bilaterais*, tendo a primeira reunião do mecanismo ocorrido no mesmo dia. Tratou-se do primeiro instrumento interinstitucional entre ambos os países. Em 17 de setembro de 2019, teve lugar, em Brasília, a II Reunião de Consultas Políticas. A delegação bahreinita à reunião foi chefiada pelo Subsecretário para Assuntos Internacionais da Chancelaria, Xeique Abdulla bin Ahmed Al Khalifa. Na ocasião, a delegação bahreinita foi recebida, também, pelo Ministro das Relações Exteriores, pelo Ministro da Defesa e pelos Presidentes da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O **intercâmbio comercial** bilateral evoluiu expressivamente desde 2000, passando de US$ 58 milhões para US$ 788 milhões, em 2019, com superávit de US$ 565 milhões para o Brasil. Em relação a 2018, a corrente de comércio aumentou em 47%, impulsionada pela ampliação em 62% das exportações brasileiras, compostas, basicamente, por minério de ferro (89% do total) e carnes de aves (7,2%). No mesmo ano, o Brasil importou do Bahrein US$ 111,9 milhões, com destaque para produtos de fiação (46% do total), adubos ou fertilizantes (19%) e óleos combustíveis de petróleo (14%).

Há considerável potencial de expansão das relações comerciais por meio da

exploração de complementaridades. Há, no Bahrein – semelhantemente aos demais países do Golfo – grande demanda por alimentos importados, que é, parcialmente, satisfeita pelo Brasil, razão pela qual o Brasil é a oitava maior origem das importações bahreinitas. Empresas brasileiras controlam importante fatia do mercado de carne de frango (35% em 2018 – últimos dados disponíveis) do Bahrein. Registrou-se, no entanto, queda proporcional no setor em relação a anos anteriores (48% em 2017 e 45% em 2016).

Em novembro de 2017, foi firmado acordo entre a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB) e a Câmara de Comércio e Indústria do Bahrein. O mecanismo procura estabelecer as bases para a abertura de canais de comunicação entre as comunidades empresariais dos dois países, podendo, dessa forma, estimular o incremento do fluxo e a diversificação da pauta comercial bilateral.

Registram-se, ainda, exemplos de parcerias de **investimentos** entre Brasil e Bahrein.

Historicamente, a presença de empresas brasileiras no Bahrein concentrou-se nos setores siderúrgico e financeiro, por meio da Vale e do Banco do Brasil (o Banco do Brasil encerrou suas atividades no Bahrein em 1995, e a Vale vendeu sua participação na *Gulf Industrial Investment Company* em 2006). No contexto do esforço de diversificação da economia bahreinita, criam-se oportunidades para a atuação de empresas brasileiras no Bahrein. Atualmente, a empresa MADEM S.A. possui planta de fabricação de bobinas de madeira no Bahrein. Dentre os investimentos de corporação bahreinita no Brasil, destaca-se a *Arab Banking Corporation*, que atua no Brasil sob o nome de Banco ABC. Seus maiores acionistas são, no entanto, o Banco Central da Líbia e a *Kuwait Investment Authority*.

O Bahrein é ainda considerado importante centro financeiro regional. Ademais, o Governo vem revendo obstáculos burocráticos à abertura de empresas estrangeiras, promovendo melhor ambiente de negócios. A localização geográfica do país facilita o acesso aos demais mercados regionais, abrindo-se oportunidades em diversos setores, dentre os quais se destacam: petróleo e gás, turismo, habitação e construção civil e indústria.

O fundo soberano bahreinita, *Mumtalakat Holding Company*, detém, aproximadamente, US$ 16,8 bilhões em ativos e investe entre 25% e 30% de seu capital no exterior, sem investimentos diretos no Brasil. No entanto, o fundo opera por meio de aplicações em fundos de investimentos em terceiros países, que teriam parcela das aplicações no Brasil. As principais áreas de atuação do fundo são nos setores imobiliário, industrial, financeiro e agropecuário, setores nos quais o Brasil oferece significativas oportunidades.

Há grande potencial de intensificação em **cooperação em Defesa** entre Brasil e Bahrein.

Há uma relação histórica entre a Base Industrial de Defesa brasileira e as Forças de Defesa bahreinitas. O Bahrein já adquiriu o sistema Astros II, da Avibras, e outros produtos brasileiros como munição não-letal, da Condor, havendo potencial para ampliação do comércio.

Ademais, a Marinha do Brasil mantém cooperação estreita com as *Combined Maritime Forces* (CMF), coalizão naval criada em 2001 com o objetivo de garantir a segurança nas águas da região, sediada em Manama. Em 2013, foi criado o posto de oficial de ligação da Marinha do Brasil junto ao Estado-Maior das CMF. Em julho de 2018, o Brasil oficializou sua condição de membro das CMF. Dessa forma, o posto de oficial de ligação da Marinha do Brasil junto ao Estado-Maior das CMF transformou-se em Representante Nacional de Alto Nível. A Marinha do Brasil participa de suas operações.

Residem em Manama aproximadamente duzentos **cidadãos brasileiros**, a maior parte deles executivos do setor financeiro, comerciantes e suas famílias.

## POLÍTICA INTERNA

Protetorado britânico desde 1861, o Bahrein se tornou independente em 1971, sob a forma de monarquia constitucional, com o nome de Estado do Bahrein. A partir da Constituição de 2002, o país passou a chamar-se Reino do Bahrein, tendo o Emir Xeique Hamad bin Isa Al Khalifa – no poder desde 1999 – sido coroado rei. O país é dividido em quatro regiões administrativas ou distritos: a capital, Manama; a ilha de Muharraq; o Distrito Norte; e o Distrito Sul. O poder local é concentrado nas mãos dos governadores, em detrimento dos conselhos instituídos em 2002, cujos membros são eleitos.

Os poderes do monarca são amplos e incluem a criação de emendas constitucionais e de projetos de lei, decidindo sobre sua promulgação, a indicação do primeiro-ministro e de demais ministros, a titularidade do comando supremo das Forças Armadas, a aprovação de tratados, a nomeação de funcionários públicos, a presidência do Conselho Judicial e a indicação de seus juízes.

O Poder Executivo é exercido pelo Conselho de Ministros, constituído pelo primeiro-ministro e outros 21 ministros.

O parlamento (Assembleia Nacional) é bicameral, dividido entre uma câmara alta (Conselho Shura), composta de 40 membros indicados pelo monarca, e uma câmara baixa (Câmara dos Deputados), integrada por 40 membros eleitos por sufrágio direto para período de 4 anos. As normas aprovadas pela câmara baixa necessitam passar pelo crivo da câmara alta.

Partidos políticos são proibidos, mas sociedades politicamente orientadas são permitidas. Tradicionalmente, o Al-Wefaq (Sociedade Islâmica Nacional) é o principal grupo de oposição no parlamento, representando os xiitas islamistas.

As primeiras eleições parlamentares do país foram realizadas em 1973, sendo rapidamente seguidas, no entanto, de fechamento do parlamento, em 1975, pelo Emir. Em 1994, ocorreram manifestações pela reabertura do parlamento, resultando em violentos confrontos. Novas eleições seriam realizadas apenas após a ascensão ao trono de Hamad bin Isa Al Khalifa, cujo ímpeto liberalizante foi simbolizado pela outorga da Constituição de 2002 e a previsão de novas eleições.

Nos pleitos eleitorais de 2006 e 2010, a sociedade política Al Wefaq, principal bloco oposicionista, conquistou maioria na Câmara dos Deputados. No início

de 2010, o Al-Wefaq endureceu seu discurso de oposição, demandando que o Gabinete passasse a ser indicado pelo parlamento eleito, e não mais escolhido pelo monarca. O bloco alegava que a divisão de poderes estabelecida pela Constituição de 2002 não vinha sendo observado em sua plenitude pelo rei, diante do fato de que metade do Gabinete era composta por membros da família real. Em protesto contra a violência governamental contra os manifestantes, parlamentares do Al-Wefaq renunciaram. Novo pleito foi realizado em 2011 para a reposição das 18 vagas abertas.

A “primavera árabe” representou o recrudescimento das tensões sectárias no Bahrein e o início da mais grave crise enfrentada pelos Al Khalifa desde a independência do país. A violenta repressão aos protestos aprofundou a clivagem xiito-sunita no arquipélago, sendo necessária a intervenção de tropas de Arábia Saudita e EAU, representando o Conselho da Cooperação do Golfo, para dissipar a mobilização xiita.

As eleições subsequentes, de 2014 e de 2018, foram boicotadas pela oposição, ampliando o número de parlamentares independentes e reduzindo o número de parlamentares adeptos do xiismo. Em ambas, foi proibido o monitoramento internacional da eleição e foram adotadas regras eleitorais, relacionadas ao desenho das circunscrições eleitorais, com o objetivo de diminuir a representação xiita no parlamento.

As autoridades locais costumam acusar o Irã de interferência nos assuntos internos do Bahrein ao "financiar, treinar e fornecer armas a células terroristas" no país. Condenados, os réus são sujeitos a penas que incluem a perda da nacionalidade bahreinita, prisão e pena de morte. Segundo estimativas de 2018, 728 bahreinitas teriam perdido a nacionalidade, desde 2012, por participação em movimentos dissidentes, cuja principal causa de luta giraria, alegadamente, em torno da derrubada do regime dinástico e do estabelecimento de sistema representativo.

Em novembro de 2017, o parlamento bahreinita aprovou lei, ratificada pelo rei em abril de 2018, atribuindo a tribunais militares a incumbência de julgar cidadãos civis de movimentos dissidentes ou acusados de terrorismo.

## POLÍTICA EXTERNA

O tamanho relativamente reduzido do Reino do Bahrein e sua posição central no Golfo fazem com que seu desempenho na política externa seja um delicado exercício de equilíbrio. A casa real bahreinita – os Khalifa, de confissão sunita – depende largamente do apoio de aliados da região, especialmente **Arábia Saudita** e **EAU**, para a manutenção da estabilidade no país, em face da oposição da maioria xiita.

Esse apoio é considerado essencial em momentos de crise, como no contexto dos protestos relacionados à "primavera árabe", em que a população xiita insurgiu-se contra o Governo. Em reação à crise desencadeada no Bahrein pelos protestos de 2011, no contexto da "primavera árabe", cerca de 1000 soldados sauditas e 500 policiais emiráticos foram deslocados ao país sob a estrutura da *Peninsula Shield Force* do Conselho de Cooperação do Golfo (**CCG**) para reforçar as forças de segurança locais, com vistas a conter os manifestantes. À época, o Reino do Bahrein

recebeu, também, pacote de ajuda econômica de US$ 10 bilhões de EAU, Arábia Saudita e Kuwait para a estabilização econômica. Promessa semelhante foi feita novamente em outubro de 2018.

Em contrapartida, o Bahrein tende a apoiar e, por vezes, antecipar **mudanças de rumo das políticas** de seus aliados regionais, como forma de testar a opinião pública árabe. Dessa forma, na maior parte das questões regionais de maior interesse político, verifica-se aproximação entre as posições do Bahrein, da Arábia Saudita e dos EAU, desde o conflito no Iêmen até a atual crise diplomática no Golfo envolvendo o Catar.

Na questão **israelo-palestina**, os EUA apostam no lançamento do chamado "Deal of the Century", que inclui, além de componente político, componente econômico na forma de pacote de ajuda econômica para a Palestina. Os EUA esperam que os países árabes do Golfo prestem apoio, sobretudo financeiro, ao plano. Nesse contexto, os EUA promoveram a realização, em junho de 2019, em Manama, do workshop "Peace to Prosperity", no qual foi discutido o componente econômico do plano norte-americano.

O Bahrein é, dentre os países árabes do Golfo, um dos maiores opositores à atuação do **Irã** na região, sendo, também, um dos maiores apoiadores da estratégia norte-americana de "pressão máxima" sobre o governo iraniano. As relações entre Bahrein e Irã estão rompidas desde janeiro de 2016, em resposta ao ataque de manifestantes à Embaixada saudita em Teerã, na sequência da execução, na Arábia Saudita, do clérigo saudita xiita Nimr Al Nimr. Nessa linha, o Bahrein apoiou a decisão norte-americana, de maio de 2018, de se retirar do acordo nuclear com o Irã (*Joint Comprehensive Plan of Action* – JCPoA) e de reinstituir sanções econômicas contra aquele país. Ademais, o Bahrein vem assumindo papel político de destaque no tema, tendo sediado, em julho de 2019, a *Gulf Maritime Security Conference*, que resultou na criação de coalizão marítima internacional integrada, também, por Austrália, Arábia Saudita, EAU, EUA e Reino Unido. O Bahrein preside, ainda, o grupo de trabalho sobre Segurança Aérea e Marítima no âmbito da Conferência de Varsóvia.

A desconfiança do governo bahreinita em relação ao Irã decorre de pretensões históricas do país persa sobre o território bahreinita e da ascendência do regime de Teerã sobre a população xiita, majoritária no país. Frequentemente, o Bahrein acusa o Irã de apoiar e financiar a dissidência da maioria xiita contra família real bahreinita, sendo frequentes os casos de condenação de opositores à perda de nacionalidade e à prisão perpétua de dissidentes xiitas sob a alegação de cooperarem com o Irã. A oposição ao governo iraniano é, de certa maneira, um dos pilares da política externa bahreinita, balizando sua política regional para outros países que integrariam o "eixo xiita".

Desde março de 2015, o Bahrein integra coalizão militar liderada pela Arábia Saudita que intervém militarmente no **Iêmen** contra rebeldes houthis. A coalizão conta com o endosso do presidente iemenita Abdo Rabbo Mansour Hadi.

Com a eclosão do conflito sírio, o Reino, acompanhando seus parceiros do CCG, fechou sua embaixada em Damasco em 2012 e votou favoravelmente à suspensão da **Síria** da Liga Árabe. Ao contrário de outros países da região, não há registros de que o governo bareinita tenha fornecido qualquer forma de apoio a grupos de oposição. O

governo do Bahrein vinha optando por não se manifestar publicamente sobre o conflito na Síria, mas, em dezembro de 2018, reabriu sua Embaixada em Damasco, após anúncio similar ter sido feito pelos EAU.

O relacionamento entre Bahrein e **Líbano** é visto, também, pela lógica sectária e de oposição ao Irã. Em novembro de 2017, o então ministro dos Negócios Estrangeiros do Bahrein afirmou que o Líbano estaria sobre domínio completo do Irã por meio do Hezbollah, grupo que seria “ameaça à estabilidade da região”.

O relacionamento entre **Catar** e Bahrein é tradicionalmente conflituoso, originando-se no processo de formação dos Estados Nacionais na região, o qual exigiu a intervenção britânica para a resolução parcial da disputa. Na década de 1980, a disputa entre os Al Khalifa, do Bahrein, e os Al Thani, do Catar, acirraram-se tendo como cerne o conflito territorial sobre as ilhas Hawar. Após diversos esforços de mediação, os países enviaram o caso para Corte Internacional de Justiça, cuja decisão de 2001 dividiu os territórios entre ambos os países.

Em 5 de junho de 2017, o Bahrein, juntamente com Arábia Saudita, EAU e Egito (o "quarteto"), rompeu relações diplomáticas com o Catar, ocasionando a maior **crise diplomática** desde a criação do CCG, em 1981. Além da retirada de seus embaixadores acreditados em Doha e da expulsão dos diplomatas catarianos, as fronteiras aéreas, terrestres e marítimas daqueles quatro países foram fechadas aos cidadãos catarianos. O espaço aéreo dos países do "quarteto" foi também fechado a empresas aéreas catarianas. Também a cidadãos catarianos foi dado um prazo de 14 dias para deixarem os territórios dos quatro países.

As medidas foram tomadas sob a alegação de "ingerência de Doha nos assuntos internos" daqueles países, do "apoio catariano a organizações islâmicas extremistas como a Irmandade Mulçumana, o autointitulado 'Estado Islâmico', a Al Qaeda", e da "incitação da mídia catariana contra os países da região". O governo bahreinita justificou sua adesão ao bloqueio ao Catar baseando-se também em suposto apoio e financiamento catariano a grupos oposicionistas no Bahrein.

Fora de seu entorno regional, o Bahrein mantém relacionamento privilegiado com os **EUA** desde o fim da segunda guerra mundial. Os EUA atribuem ao Bahrein um tratamento assemelhado ao conferido aos países da OTAN desde 2002. O reino é sede da 5ª Frota Americana, a maior base naval norte-americana no Golfo, utilizada pelos aviões ocidentais durante a Guerra do Golfo (1990-91). Os EUA são também os maiores vendedores de produtos de defesa para o Bahrein.

Situa-se também no Bahrein o comando da *Combined Maritime Forces* (**CMF**) – uma parceria de forças navais criada em 2001 e composta de 32 países com o objetivo de combater o terrorismo, expandida, posteriormente, para incluir operações antipirataria. O comando da CMF abarca hoje três operações (forças tarefas combinadas – CTF), realizadas em 3,2 milhões de milhas quadradas, incluindo três pontos de estrangulamento: o Estreito de Hormuz, o Estreito de Bab Al Mandeb e o Canal do Suez. A CTF-150 destina-se ao combate ao terrorismo, a CTF-151 volta-se para o combate à pirataria e a CTF-152 busca assegurar a liberdade de navegação na região do Golfo.

## ECONOMIA

A extração de pérolas constituiu, durante séculos, a principal atividade econômica do Bahrein e sua principal fonte de receitas de exportação. O colapso do mercado internacional de pérolas, no início da década de 1930, coincidiu com o começo da exploração de petróleo no país, que levou o país a um acelerado desenvolvimento econômico.

O Bahrein foi o primeiro país da região a encontrar e a exportar **petróleo**, nunca gozando, entretanto, de níveis de produção similares aos apresentados por seus vizinhos. O Reino possui reservas relativamente pequenas, estimadas em algumas centenas de milhões de barris, em comparação a seus vizinhos. Dessa forma, o Bahrein foi, também, o primeiro país da região a preocupar-se, já a partir da década de 1960, em diversificar sua economia.

Em 2018, o Bahrein anunciou a maior descoberta de petróleo em seu território desde 1932, no campo offshore de Khaleej Al Bahrein. As reservas não estão confirmadas, mas o ministro do Petróleo do Bahrein afirma que estas totalizariam 80 bilhões de barris. A confirmação dessas reservas diminuiria a dependência bareinita de Riade no setor de hidrocarbonetos. Contemporaneamente, a maior parte das receitas bareinitas com o setor advém da divisão dos lucros da exploração do campo de Abu Safah, realizada pela Aramco, companhia estatal saudita.

A queda dos preços do petróleo, iniciada em 2014, afetou seriamente as contas públicas do reino. O Bahrein, ainda dependente do setor de hidrocarbonetos para 77% de suas receitas, possui o maior *breakeven point* do preço do petróleo na região, estimado em US$ 112, em 2018. A partir de então, o setor público exibe déficits sucessivos, que totalizaram 18% do PIB, em 2016, e 11,7%, em 2017. A maior parte dos déficits são financiados por emissão de dívida, de modo que a dívida pública teria alcançado 93% do PIB em 2018, em comparação com 37%, em 2012.

A queda do preço do petróleo também atingiu o setor externo bahreinita. Apesar dos crescentes déficits em balança corrente, o governo mantém a paridade fixa da moeda com o dólar, de forma que as reservas de moeda estrangeira do país declinaram de US$ 6 bilhões, em 2014, para US$ 2 bilhões, em 2018 – equivalente a menos de um mês de importações.

Contribuiu para agravar a crise externa a lenta recuperação dos preços de metais, especialmente o alumínio, após a crise financeira de 2008. Atualmente, estes se situam em patamar equivalente a 51% do preço alcançado em julho de 2008, quando o produto alcançou sua máxima histórica. Esses produtos representam importante parcela das exportações bahreinitas correspondendo a 36% do total exportado pelo Reino.

Com vistas a reverter essa tendência, o governo bahreinita ambiciona empreender programa de austeridade, enfrentando, entretanto, considerável resistência da sociedade e do parlamento. Foram anunciados cortes de subsídios, com o aumento das tarifas de água e eletricidade e o preço da gasolina. Todavia, iniciativa governamental de substituir os diversos subsídios dispersos por um plano único que favorecesse, prioritariamente, as famílias mais pobres vêm tendo dificuldades de aprovação no Parlamento. Similarmente, a introdução do imposto sobre valor agregado

(VAT) sofreu atrasos, tendo sido implementado em 1 de janeiro de 2019 em vez de em 2018, como havia sido previsto inicialmente em acordo do Conselho de Cooperação do Golfo.

A crise econômica derivada das medidas adotadas para contenção da pandemia de COVID-19 acelerou, inicialmente, o plano de austeridade do governo bahreinita. Em abril de 2020, o governo bahreinita anunciou corte de 30% dos gastos de custeio do governo, além de suspender investimentos públicos por período indefinido.

O processo de diversificação econômica, iniciado na década de 1960, voltou-se para a promoção do setor industrial e do setor financeiro. A *Aluminium Bahrain* (ALBA), controlada pelo governo, representou, em 2017, 12% do total das exportações do reino. No setor industrial, destaca-se, também, a refinaria de Sitra, que refina petróleo importado da Arábia Saudita. O Bahrein apresenta, também, setor financeiro desenvolvido, que contribui com 16,5% do PIB. O reino detém a maior concentração de instituições financeiras islâmicas, sediando, inclusive, a agência de rating islâmica. Na última década, no entanto, o reino vem sofrendo forte competição de Dubai como centro financeiro regional.

A estratégia bareinita para fazer frente à competição emirática volta-se à facilitação da propriedade estrangeira de ativos e à melhora do ambiente de negócios. O Bahrein é um dos poucos Estados da região que permitem que o capital estrangeiro possua 100% da propriedade de empresas localizadas em seu território, sem necessidade de parceria com cidadãos bareinitas. Reformas liberalizantes contribuíram, também, para que o Bahrein possua um dos melhores ambientes de negócio da região. No índice *Doing Business*, o Bahrein obteve, em 2018, o segundo lugar na região – atrás dos EAU.

Em agosto de 2018, a Arábia Saudita, o Kuwait e os EAU anunciaram programa de apoio financeiro, com valor estimado em US$ 10 bilhões, ao Bahrein com vistas a impulsionar a economia do país, que ainda se ressente dos efeitos da baixa dos preços do petróleo em 2014. Analistas acreditam que o referido auxílio estaria condicionado à adoção de medidas consistentes de combate à corrupção por parte do Bahrein. Até abril de 2020, estima-se que o governo bahreinita já tenha recebido US$ 4,5 bilhões do programa de apoio.

O fundo soberano do país – Mumtalakat – conta com recursos estimados aproximadamente em US$ 16,8 bilhões.

## CRONOLOGIA HISTÓRICA

| | |
|---|---|
| **628** | O islã chega ao Bahrein. |
| **1200** | O xiismo consolida-se como a principal corrente do islã no Bahrein. |
| **1521** | Portugueses invadem o arquipélago do Bahrein. |
| **1602** | Os portugueses são expulsos do Bahrein pelos persas. |
| **1783** | Invasão do arquipélago por árabes sunitas oriundos da atual Arábia Saudita. Os persas são expulsos. Assume o poder a dinastia Al-Khalifa, da Arábia. |
| **1816** | Região torna-se protetorado britânico por acordo entre a família Al Khalifa e a Grã-Bretanha. |
| **1971** | Com a retirada das tropas britânicas, os Al Khalifa declaram a independência do Emirado do Bahrein (16 de dezembro). Isa bin Sulman Al Khalifa, no comando do país desde 1961, é declarado emir. |
| **1973** | Primeiras eleições parlamentares. |
| **1975** | Dissolução e o fechamento do parlamento pelo emir Isa bin Sulman. |
| **1981** | O Bahrein alia-se com países vizinhos (Arábia Saudita, Catar, EAU, Omã, e Kuwait) para a formação do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). |
| **1996** | Execução do ativista Isa Ahmed Hassan. |
| **1999** | Morre o emir xeique Isa bin Sulman Al Khalifa, no comando do país desde 1961. O cargo é transmitido a seu filho e sucessor, xeique Hamad bin Isa Al Khalifa. |
| **2002** | Adotada nova Constituição. O Estado do Bahrein torna-se Reino do Bahrein e o emir xeique Hamad bin Isa Al Khalifa é coroado rei. |
| **2005** | Suspenso o embargo comercial a Israel. |
| **2011** | A "primavera árabe" atinge o Bahrein. Em 15 de março, tropas do Conselho de Cooperação do Golfo intervêm no país. A violenta repressão aprofunda a clivagem xiito-sunita no arquipélago. O rei Hamad estabelece uma Comissão Independente de Inquérito para avaliar as violações de direitos humanos quando da repressão os protestos e convoca uma primeira tentativa de Diálogo de Consenso Nacional. |
| **2013** | O rei Hamad lança o segundo Diálogo Nacional (10 de fevereiro). |
| **2014** | Crise diplomática entre o Catar, de um lado, e a Arábia Saudita, os EAU e o Bahrein, de outro (março). Estes três últimos países retiram seus embaixadores junto ao governo catariano, em alegado protesto ao não-cumprimento, pelo Catar, de disposições do acordo de segurança do Conselho de Cooperação do Golfo, assinado no final de 2013.<br><br>Encerramento da "crise dos embaixadores" com o Catar. O embaixador bahreinita retorna a Doha (novembro).<br><br>Realizam-se eleições parlamentares no Bahrein, em primeiro e segundo turnos (22 e 29 de novembro). A oposição xiita islamista boicotou o pleito e não apresentou candidatos, tendo o número de representantes xiitas, no geral, se reduzido a 14 sobre 40 no Conselho de Representantes. |
| **2015** | Início dos ataques aéreos contra alvos houthis no território iemenita pela coalizão integrada por Arábia Saudita, Bahrein, Catar, EAU, Marrocos, Jordânia, Sudão e Egito (26 de março). |

| | |
|---|---|
| **2016** | Em solidariedade a medida tomada pelo Governo saudita, o Bahrein rompe relações diplomáticas com o Irã. O episódio se insere no contexto da reação de manifestantes iranianos contra decisão de Riade de executar o xeique Nimr Al Nimr, principal líder religioso e político da comunidade xiita saudita, por acusações de terrorismo, junto com outros 46 condenados. |
| **2017** | Juntamente com Arábia Saudita, EAU e Egito, o Bahrein rompe, em 5 de junho, relações diplomáticas com o Catar, o qual acusaram de ingerência em seus assuntos internos e apoio ao terrorismo e ao extremismo (5 de junho). |
| **2018** | Realizaram-se eleições parlamentares no Bahrein, em primeiro e segundo turnos (24 de novembro e 1 de dezembro). A oposição xiita boicotou novamente o pleito e não apresentou candidatos. |

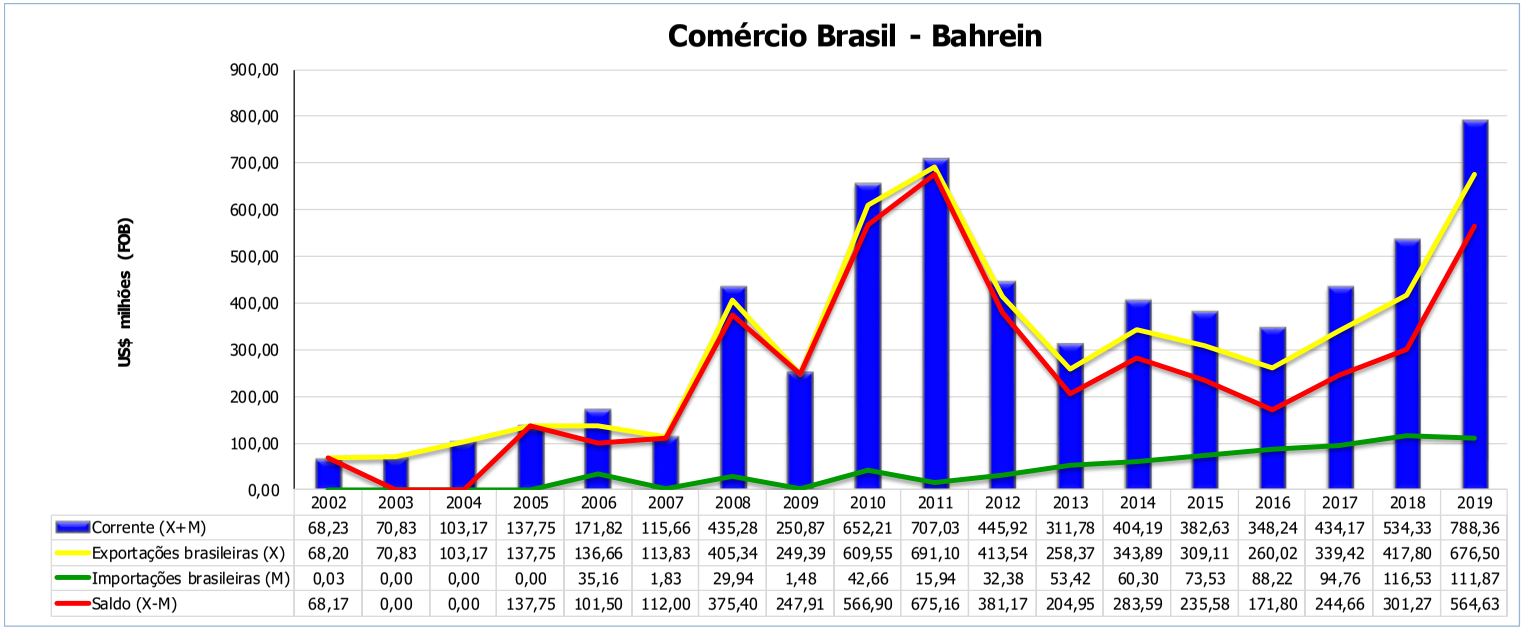
## CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

| | |
|---|---|
| **1974** | Estabelecem-se relações diplomáticas entre o Brasil e o Bahrein (26 de junho).<br><br>Criação da embaixada do Brasil no Estado do Bahrein, cumulativa com a embaixada em Jedá (Decreto n. 74.264, de 8/7/74). |
| **1976** | Abertura de agência do Banco do Brasil em Manama (7 de outubro). |
| **1982** | O ministro das Finanças do Bahrein visita o Brasil. |
| **1983** | A embaixada do Brasil no Bahrein passa a ser cumulativa com a embaixada no Kuwait (Decreto n. 88.934, de 131/10/83).<br><br>O ministro da Fazenda Antônio Delfim Netto faz visita ao país, no âmbito de missão financeira ao Oriente Médio (dezembro). |
| **1995** | Encerramento das atividades da agência do Banco do Brasil em Manama (31 de dezembro). |
| **1996** | O chanceler Luiz Felipe Lampreia mantém encontro com o chanceler bahreinita, xeique Mohammed Al Khalifa, à margem da 51ª AGNU. |
| **1997** | O chanceler Luiz Felipe Lampreia mantém encontro com o chanceler bahreinita, xeique Mohammed Al Khalifa, à margem da 52ª AGNU. |
| **2005** | **O vice-primeiro-ministro e chanceler do Bahrein, Mohamed bin Mubarak Al Khalifa, chefia a delegação de seu país à I Cúpula ASPA, em Brasília.** |
| **2011** | Encontro entre o chanceler Antonio Patriota e o chanceler bahreinita, xeique Khalid bin Ahmad Al Khalifa, em Washington (31 de maio). |
| **2012** | Encontro entre o chanceler Antonio Patriota e o chanceler bahreinita, xeique Khalid bin Ahmad Al Khalifa, em Lima, à margem da III Cúpula ASPA (1 de outubro). |
| **2013** | Visita a Brasília de missão parlamentar composta por três representantes da Câmara bahreinita e assessor parlamentar (4 a 10 de abril).<br><br>Visita ao Bahrein de delegação chefiada pelo secretário de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Humberto Ribeiro, com o objetivo de estimular o intercâmbio bilateral de investimentos (5 de maio). |
| **2014** | Abertura da embaixada do Bahrein em Brasília (6 de outubro). As operações da embaixada foram encerradas no mesmo ano, sem comunicação formal ao Ministério das Relações Exteriores. |
| **2018** | I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Bahrein (1 de julho).<br><br>Reativada a embaixada do Bahrein em Brasília por meio da designação de encarregado de negócios residente (29 de agosto). |

| | |
|---|---|
| | Assinatura, em Manama, pelo embaixador do Brasil junto ao Reino do Bahrein, embaixador Norton Rapesta, e pelo ministro dos Transportes e das Comunicações do Bahrein, Kamal bin Ahmed Mohamed, do Acordo de Serviços Aéreos (11 de novembro). |
| **2019** | II Reunião de Consultas Políticas, em Brasília (17 de setembro).<br><br>Visita do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Bolsonaro, a Manama (10 a 11 de dezembro). |

**ACORDOS BILATERAIS**

| Título | Data de celebração | Entrada em vigor | Publicação |
|---|---|---|---|
| Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas | 1/7/2018 | 1/7/2018 | 6/7/2018 |
| Acordo de Serviços Aéreos | 14/11/2018 | | |




| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Corrente (X+M) | 68,23 | 70,83 | 103,17 | 137,75 | 171,82 | 115,66 | 435,28 | 250,87 | 652,21 | 707,03 | 445,92 | 311,78 | 404,19 | 382,63 | 348,24 | 434,17 | 534,33 | 788,36 |
| Exportações brasileiras (X) | 68,20 | 70,83 | 103,17 | 137,75 | 136,66 | 113,83 | 405,34 | 249,39 | 609,55 | 691,10 | 413,54 | 258,37 | 343,89 | 309,11 | 260,02 | 339,42 | 417,80 | 676,50 |
| Importações brasileiras (M) | 0,03 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 35,16 | 1,83 | 29,94 | 1,48 | 42,66 | 15,94 | 32,38 | 53,42 | 60,30 | 73,53 | 88,22 | 94,76 | 116,53 | 111,87 |
| Saldo (X-M) | 68,17 | 0,00 | 0,00 | 137,75 | 101,50 | 112,00 | 375,40 | 247,91 | 566,90 | 675,16 | 381,17 | 204,95 | 283,59 | 235,58 | 171,80 | 244,66 | 301,27 | 564,63 |

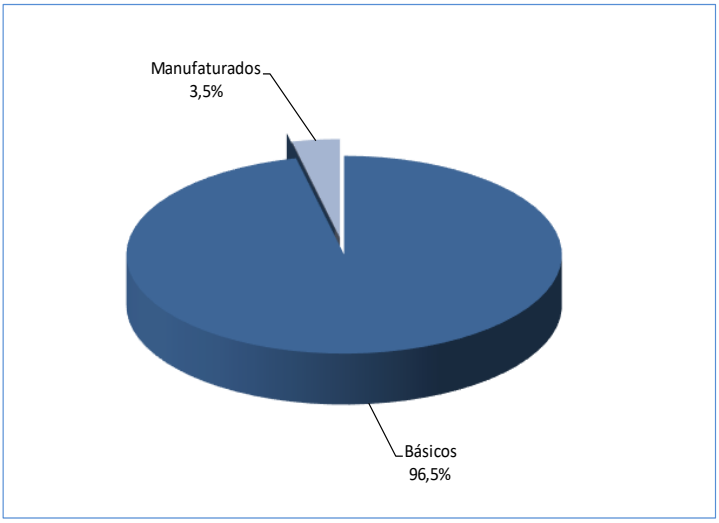
| 2018/2019 | Exportações brasileiras | Importações brasileiras | Corrente de comércio | Saldo |
|---|---|---|---|---|
| 2018 (jan-dez) | 417,80 | 116,53 | 534,33 | 301,27 |
| 2019 (jan-dez) | 676,50 | 111,87 | 788,36 | 564,63 |

*Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Janeiro de 2020.*

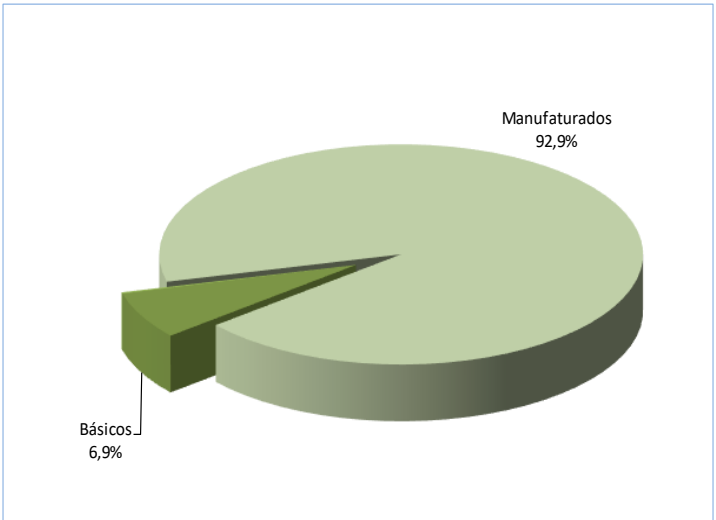
**INDICADORES COMERCIAIS**

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado**
**2019**

**Exportações**




**Importações**



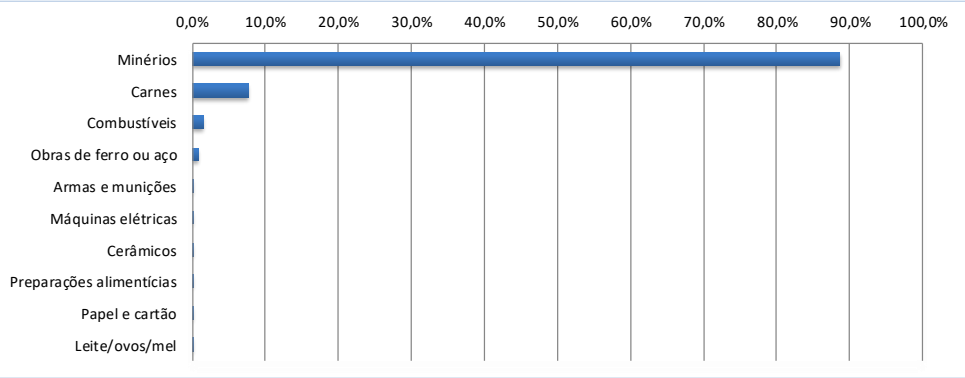

*Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Janeiro de 2020.*

**Composição das exportações brasileiras para Bahrein**
**US$ milhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Minérios | 232,34 | 68,5% | 341,98 | 81,9% | 600,40 | 88,8% |
| Carnes | 35,47 | 10,5% | 39,59 | 9,5% | 52,10 | 7,7% |
| Combustíveis | 10,07 | 3,0% | 21,54 | 5,2% | 10,42 | 1,5% |
| Obras de ferro ou aço | 1,05 | 0,3% | 1,79 | 0,4% | 5,64 | 0,8% |
| Armas e munições | 2,26 | 0,7% | 0,40 | 0,1% | 1,34 | 0,2% |
| Máquinas elétricas | 0,03 | 0,0% | 1,16 | 0,3% | 0,78 | 0,1% |
| Cerâmicos | 0,52 | 0,2% | 0,40 | 0,1% | 0,74 | 0,1% |
| Preparações alimentícias | 0,87 | 0,3% | 0,70 | 0,2% | 0,71 | 0,1% |
| Papel e cartão | 0,93 | 0,3% | 0,59 | 0,1% | 0,70 | 0,1% |
| Leite/ovos/mel | 1,10 | 0,3% | 0,68 | 0,2% | 0,63 | 0,1% |
| | | | | | | |
| **Subtotal** | **284,65** | **83,9%** | **408,82** | **97,9%** | **673,45** | **99,6%** |
| **Outros** | **54,77** | **16,1%** | **8,98** | **2,1%** | **3,04** | **0,4%** |
| **Total** | **339,42** | **100,0%** | **417,80** | **100,0%** | **676,50** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Janeiro de 2020.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019**

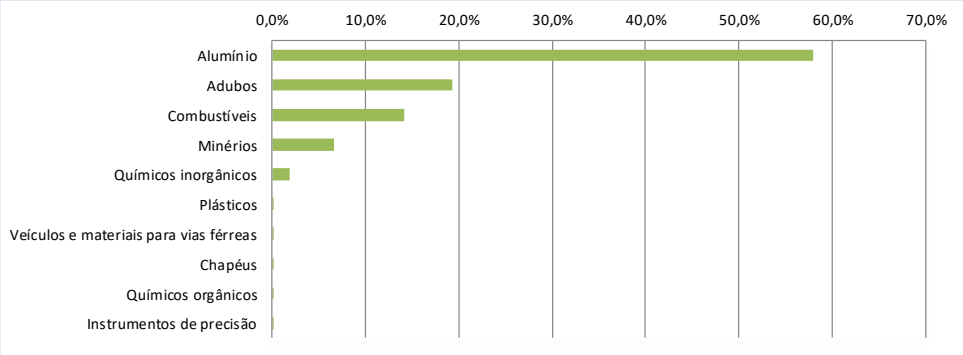


**Composição das importações brasileiras originárias de Bahrein**
**US$ milhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Alumínio | 7,11 | 7,5% | 4,12 | 3,5% | 64,78 | 57,9% |
| Adubos | 50,37 | 53,2% | 61,14 | 52,5% | 21,58 | 19,3% |
| Combustíveis | 29,50 | 31,1% | 46,39 | 39,8% | 15,83 | 14,2% |
| Minérios | 0,00 | 0,0% | 0,00 | 0,0% | 7,39 | 6,6% |
| Químicos inorgânicos | 2,67 | 2,8% | 2,61 | 2,2% | 2,04 | 1,8% |
| Plásticos | 5,09 | 5,4% | 2,22 | 1,9% | 0,16 | 0,1% |
| Veículos e materiais para vias férreas | 0,00 | 0,0% | 0,00 | 0,0% | 0,04 | 0,0% |
| Chapéus | 0,01 | 0,0% | 0,03 | 0,0% | 0,02 | 0,0% |
| Químicos orgânicos | 0,00 | 0,0% | 0,00 | 0,0% | 0,01 | 0,0% |
| Instrumentos de precisão | 0,00 | 0,0% | 0,00 | 0,0% | 0,00 | 0,0% |
| | | | | | | |
| **Subtotal** | **94,75** | **100,0%** | **116,51** | **100,0%** | **111,86** | **100,0%** |
| **Outros** | **0,00** | **0,0%** | **0,02** | **0,0%** | **0,01** | **0,0%** |
| **Total** | **94,76** | **100,0%** | **116,53** | **100,0%** | **111,87** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Janeiro de 2020.*

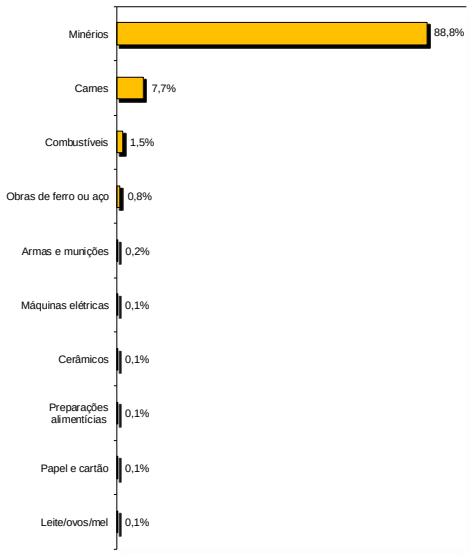
**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019**



**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**
**US$ milhões**

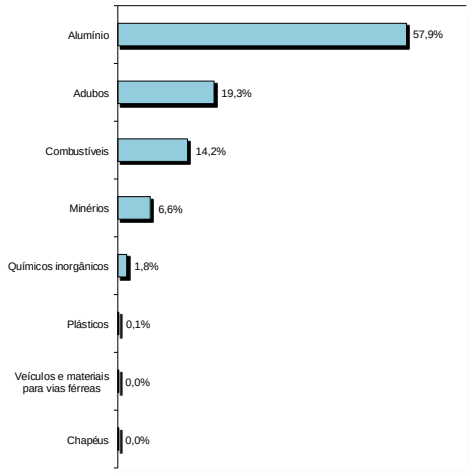
| Grupos de produtos (SH2) | 2018 (jan-dez) | Part. % no total | 2019 (jan-dez) | Part. % no total |
|---|---|---|---|---|
| **Exportações** | | | | |
| Minérios | 341,98 | 81,9% | 600,40 | 88,8% |
| Carnes | 39,59 | 9,5% | 52,10 | 7,7% |
| Combustíveis | 21,54 | 5,2% | 10,42 | 1,5% |
| Obras de ferro ou aço | 1,79 | 0,4% | 5,64 | 0,8% |
| Armas e munições | 0,40 | 0,1% | 1,34 | 0,2% |
| Máquinas elétricas | 1,16 | 0,3% | 0,78 | 0,1% |
| Cerâmicos | 0,40 | 0,1% | 0,74 | 0,1% |
| Preparações alimentícias | 0,70 | 0,2% | 0,71 | 0,1% |
| Papel e cartão | 0,59 | 0,1% | 0,70 | 0,1% |
| Leite/ovos/mel | 0,68 | 0,2% | 0,63 | 0,1% |
| **Subtotal** | **408,82** | **97,9%** | **673,45** | **99,6%** |
| **Outros** | **8,98** | **2,1%** | **3,04** | **0,4%** |
| **Total** | **417,80** | **100,0%** | **676,50** | **100,0%** |

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2019**

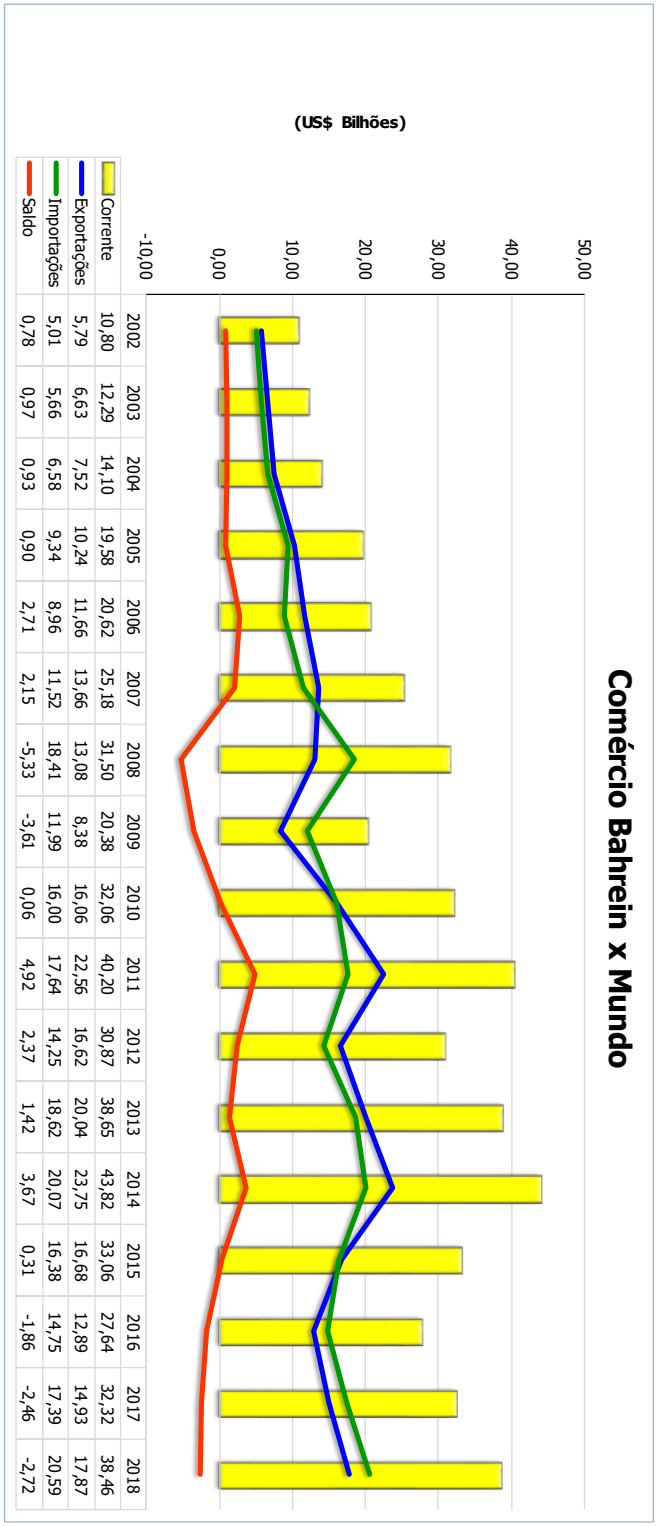



| Grupos de produtos (SH2) | 2018 (jan-dez) | Part. % no total | 2019 (jan-dez) | Part. % no total |
|---|---|---|---|---|
| **Importações** | | | | |
| Alumínio | 4,12 | 3,5% | 64,79 | 57,9% |
| Adubos | 61,14 | 52,5% | 21,58 | 19,3% |
| Combustíveis | 46,39 | 39,8% | 15,83 | 14,2% |
| Minérios | 0,00 | 0,0% | 7,39 | 6,6% |
| Químicos inorgânicos | 2,61 | 2,2% | 2,04 | 1,8% |
| Plásticos | 2,22 | 1,9% | 0,16 | 0,1% |
| Veículos e materiais para vias férreas | 0,00 | 0,0% | 0,04 | 0,0% |
| Chapéus | 0,03 | 0,0% | 0,02 | 0,0% |
| **Subtotal** | **116,51** | **100,0%** | **111,86** | **100,0%** |
| **Outros produtos** | **0,02** | **0,0%** | **0,01** | **0,0%** |
| **Total** | **116,53** | **100,0%** | **111,87** | **100,0%** |

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2019**




*Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Janeiro de 2020.*




| | Corrente | Exportações | Importações | Saldo |
|---|---|---|---|---|
| 2002 | 10,80 | 5,79 | 5,01 | 0,78 |
| 2003 | 12,29 | 6,63 | 5,66 | 0,97 |
| 2004 | 14,10 | 7,52 | 6,58 | 0,93 |
| 2005 | 19,58 | 10,24 | 9,34 | 0,90 |
| 2006 | 20,62 | 11,66 | 8,96 | 2,71 |
| 2007 | 25,18 | 13,66 | 11,52 | 2,15 |
| 2008 | 31,50 | 13,08 | 18,41 | -5,33 |
| 2009 | 20,38 | 8,38 | 11,99 | -3,61 |
| 2010 | 32,06 | 16,06 | 16,00 | 0,06 |
| 2011 | 40,20 | 22,56 | 17,64 | 4,92 |
| 2012 | 30,87 | 16,62 | 14,25 | 2,37 |
| 2013 | 38,65 | 20,04 | 18,62 | 1,42 |
| 2014 | 43,82 | 23,75 | 20,07 | 3,67 |
| 2015 | 33,06 | 16,68 | 16,38 | 0,31 |
| 2016 | 27,64 | 12,89 | 14,75 | -1,86 |
| 2017 | 32,32 | 14,93 | 17,39 | -2,46 |
| 2018 | 38,46 | 17,87 | 20,59 | -2,72 |

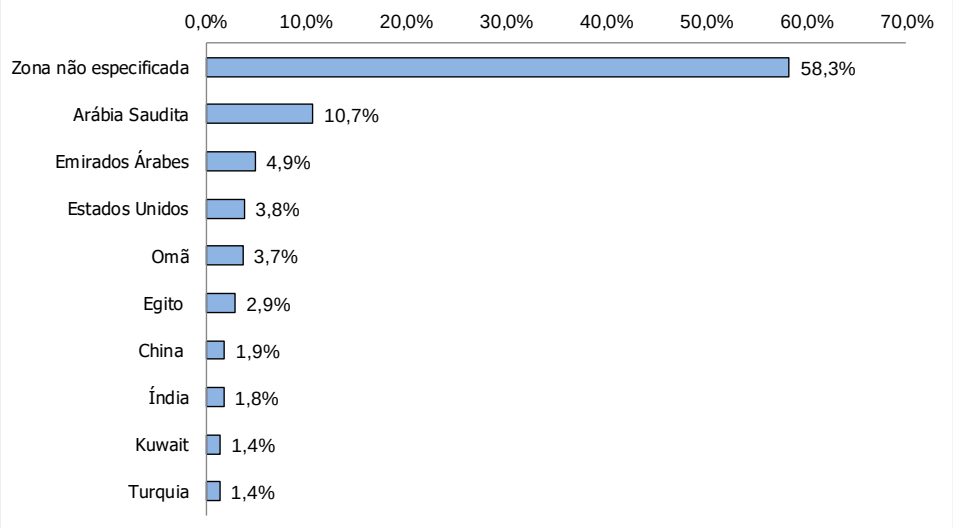
*Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2020.*

**Principais destinos das exportações de Bahrein**
**US$ Bilhões**

| Países | 2018 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Zona não especificada | 10,42 | 58,3% |
| Arábia Saudita | 1,91 | 10,7% |
| Emirados Árabes | 0,88 | 4,9% |
| Estados Unidos | 0,68 | 3,8% |
| Omã | 0,65 | 3,7% |
| Egito | 0,52 | 2,9% |
| China | 0,33 | 1,9% |
| Índia | 0,31 | 1,8% |
| Kuwait | 0,25 | 1,4% |
| Turquia | 0,24 | 1,4% |
| ... | | |
| ***Brasil (29º lugar)*** | **0,03** | ***0,2%*** |
| | | |
| **Subtotal** | **16,23** | **90,8%** |
| **Outros países** | **1,64** | **9,2%** |
| **Total** | **17,87** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2020.*

**10 principais destinos das exportações**

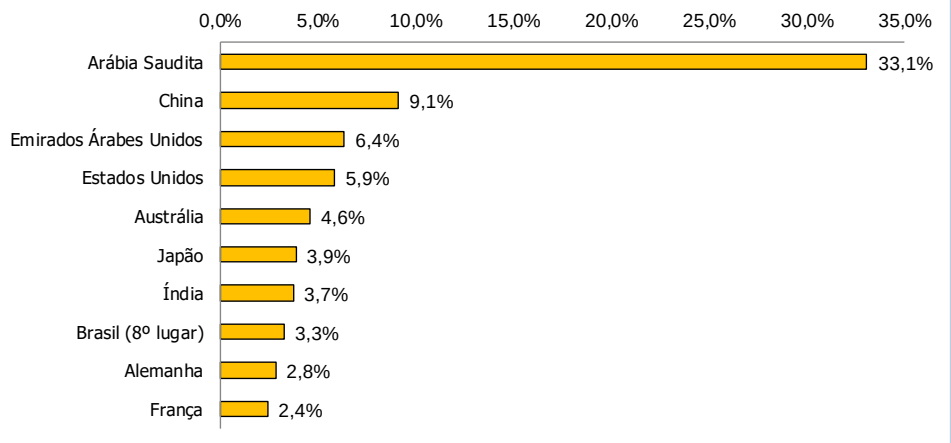


**Principais origens das importações de Bahrein**
**US$ Bilhões**

| Países | 2018 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Arábia Saudita | 6,81 | 33,1% |
| China | 1,88 | 9,1% |
| Emirados Árabes Unidos | 1,31 | 6,4% |
| Estados Unidos | 1,21 | 5,9% |
| Austrália | 0,95 | 4,6% |
| Japão | 0,79 | 3,9% |
| Índia | 0,77 | 3,7% |
| ***Brasil (8º lugar)*** | ***0,67*** | ***3,3%*** |
| Alemanha | 0,58 | 2,8% |
| França | 0,50 | 2,4% |
| | | |
| **Subtotal** | **15,46** | **75,1%** |
| **Outros países** | **5,13** | **24,9%** |
| **Total** | **20,59** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2020.*

**10 principais origens das importações**

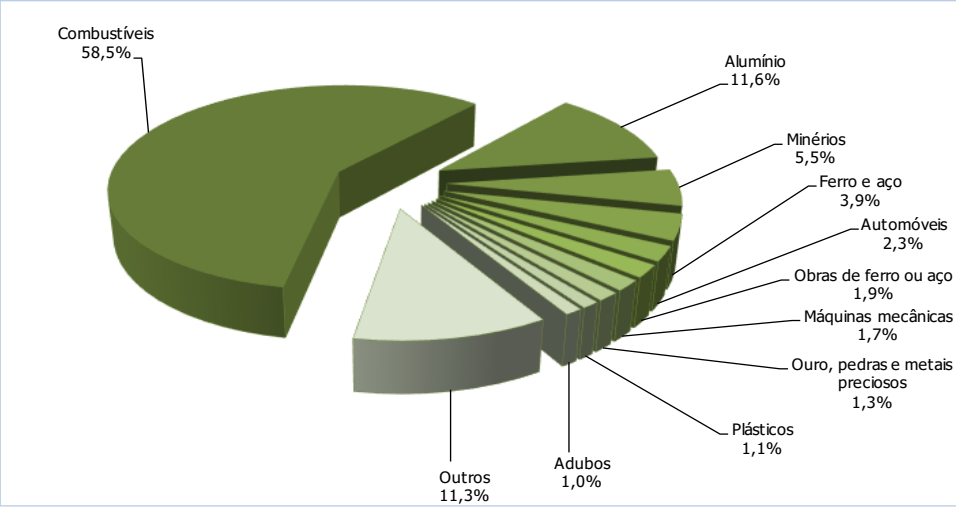


**Composição das exportações de Bahrein**
**US$ Bilhões**

| Grupos de Produtos (SH2) | 2018 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Combustíveis | 10,44 | 58,5% |
| Alumínio | 2,07 | 11,6% |
| Minérios | 0,99 | 5,5% |
| Ferro e aço | 0,70 | 3,9% |
| Automóveis | 0,40 | 2,3% |
| Obras de ferro ou aço | 0,34 | 1,9% |
| Máquinas mecânicas | 0,30 | 1,7% |
| Ouro, pedras e metais preciosos | 0,24 | 1,3% |
| Plásticos | 0,19 | 1,1% |
| Adubos | 0,19 | 1,0% |
| | | |
| **Subtotal** | **15,85** | **88,7%** |
| **Outros** | **2,01** | **11,3%** |
| **Total** | **17,87** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2020.*

**10 principais grupos de produtos exportados**

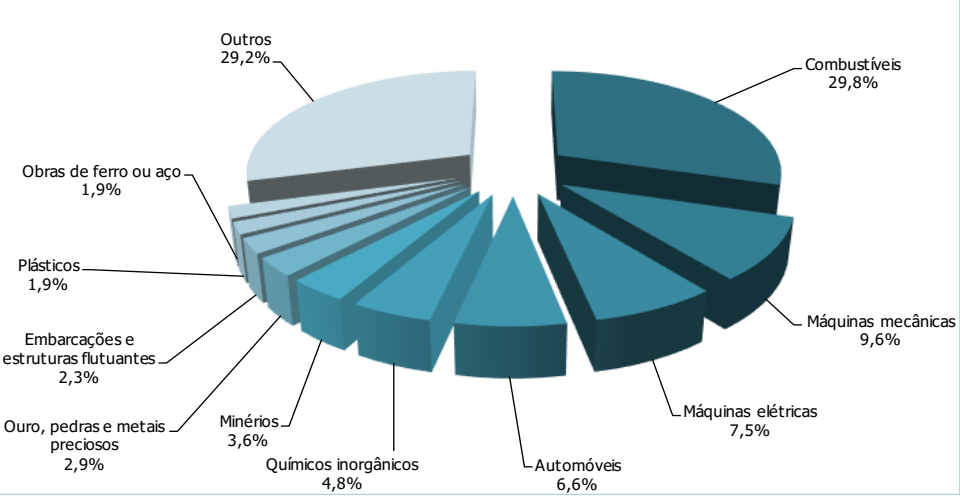


**Composição das importações de Bahrein**
**US$ Bilhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2018 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Combustíveis | 6,13 | 29,8% |
| Máquinas mecânicas | 1,98 | 9,6% |
| Máquinas elétricas | 1,55 | 7,5% |
| Automóveis | 1,35 | 6,6% |
| Químicos inorgânicos | 1,00 | 4,8% |
| Minérios | 0,74 | 3,6% |
| Ouro, pedras e metais preciosos | 0,59 | 2,9% |
| Embarcações e estruturas flutuantes | 0,48 | 2,3% |
| Plásticos | 0,39 | 1,9% |
| Obras de ferro ou aço | 0,38 | 1,9% |
| | | |
| **Subtotal** | **14,58** | **70,8%** |
| **Outros** | **6,01** | **29,2%** |
| **Total** | **20,59** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2020.*

**10 principais grupos de produtos importados**



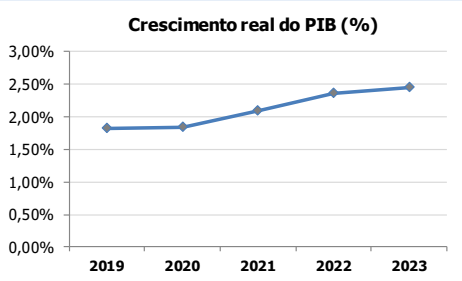
**Principais indicadores socioeconômicos de Bahrein**

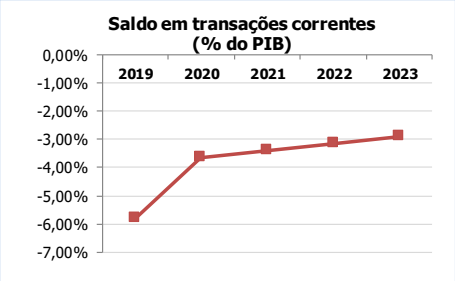
| Indicador | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|
| Crescimento real do PIB (%) | 1,83% | 1,85% | 2,10% | 2,36% | 2,45% |
| PIB nominal (US$ bilhões) | 38,29 | 38,95 | 40,71 | 42,51 | 44,24 |
| PIB nominal "per capita" (US$) | 25.851 | 25.781 | 26.414 | 27.043 | 27.590 |
| PIB PPP (US$ bilhões) | 44.495,10 | 44.427,36 | 44.470,16 | 44.624,72 | 44.820,43 |
| PIB PPP "per capita" (US$) | 50.057 | 50.869 | 51.981 | 53.246 | 54.586 |
| População (milhões habitantes) | 1,48 | 1,51 | 1,54 | 1,57 | 1,60 |
| Desemprego (%) | 3,91% | 3,95% | 3,91% | 3,88% | 3,87% |
| Inflação (%)[2] | 1,90% | 3,80% | 3,20% | 2,80% | 2,30% |
| Saldo em transações correntes (% do PIB) | -5,80% | -3,64% | -3,40% | -3,16% | -2,89% |
| **Origem do PIB ( 2017 Estimativa )** | | | | | |
| Agricultura | | | 0,3% | | |
| Indústria | | | 39,3% | | |
| Serviços | | | 60,4% | | |

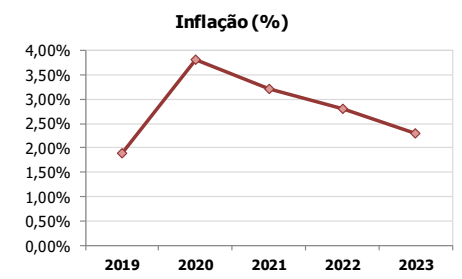
*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2019, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report January 2020 e da Cia.gov/World Factbook.*

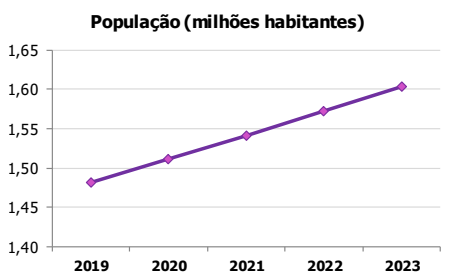
*(1) Estimativas FMI e EIU.*

*(2) Média do período.*



**EMBAIXADA DO BRASIL NO KUWAIT**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**

**EMBAIXADOR NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA**

A partir de minha chegada ao Kuwait, em outubro de 2016, procurei concentrar as atividades da Embaixada na retomada e aprofundamento dos contatos com os principais atores da vida política e econômica do país. Com a chegada de dois diplomatas, um em janeiro e outro em agosto de 2018, foi possível ampliar as atividades e os campos de atuação da Embaixada.

2. Tendo apresentado minhas cartas credenciais ao Emir do Kuwait em 26 de dezembro de 2016, as iniciativas para adensamento do relacionamento bilateral tiveram início, efetivamente, em janeiro de 2017. Nesse sentido, procurei avistar-me com diversas autoridades locais. Cabem registro as visitas que efetuei aos Governadores das cinco províncias, ao Diretor-Geral do Conselho Nacional de Arte e Cultura, aos ministros da "Amiri Diwan" (Casa Real), de Assuntos do Gabinete, do Petróleo, ao Vice-Comandante da Guarda Nacional, ao Comandante da Força Aérea, ao Ministro do Interior e ao Príncipe Herdeiro, num primeiro momento. Posteriormente, encontrei-me com o então primeiro-ministro, o primeiro vice primeiro-ministro e ministro da Defesa, e com o "speaker" da Assembleia Nacional, o ministro da Informação, o ministro do petróleo, o diretor-geral do Conselho Nacional de Arte e Cultura, entre outras autoridades e executivos das principais empresas kuwiatianas. Posteriormente, avistei-me novamente com várias das autoridades visitadas quando de minha chegada ao país.

RELAÇÕES BILATERAIS

3. As relações diplomáticas entre o Brasil e o Kuwait celebraram 50 anos em 2018. Trata-se de tradicional parceiro político e econômico-comercial na região. Membro do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), o Kuwait tem participação ativa nas mediações de crises intra e extra-regionais.

4. No campo multilateral, o Kuwait tem apoiado todas as candidaturas apresentadas pelo Brasil em organismos internacionais. Foram realizadas gestões para os diversos pedidos de apoio a candidaturas brasileiras. Na maioria dos casos, quando instruído pela Secretaria de Estado das

Relações Exteriores (SERE) ou em ocasiões que considerei oportuno, efetuei gestões pessoais.

5. Em junho de 2018 teve lugar a primeira reunião de Consultas Políticas. Na ocasião, emitiu-se Declaração Conjunta sobre os 50 anos das relações bilaterais, que foi publicada nas páginas institucionais das respectivas chancelarias. O encontro permitiu mapear os principais temas em andamento da agenda bilateral, bem como identificar maneiras de impulsionar seu avanço por meio da implementação de medidas concretas.

6. Pode-se afirmar que, em 2018, as relações Brasil-Kuwait passaram por processo de retomada e impulso, com a consolidação de iniciativas e a abertura de frentes de atuação. As referências constantes à celebração do jubileu, feitas por autoridades locais e também veiculadas na imprensa, bem como a realização da reunião de Consultas Políticas, contribuíram para galvanizar a percepção em certos segmentos da sociedade local quanto ao potencial do relacionamento.

7. Com relação à negociação de acordos bilaterais, a Emenda ao Acordo de Cooperação entrou em vigor em fevereiro o que permite colocar em funcionamento a Comissão de Comércio Brasil-Kuwait. Em setembro de 2019, foi realizada a primeira rodada de negociações, em Brasília, do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos - ACFI . O Acordo sobre Serviços Aéreos entrou em vigor em novembro de 2019. Iniciadas em 2017, foram concluídas em janeiro de 2020 as negociações de acordo para isenção de vistos em passaportes diplomático e de serviço. A versão final encontra-se pronta para ser assinada.

8. Entre 2017 e 2019, diversas foram as visitas de autoridades e delegações brasileiras, dentre as quais valeria a pena destacar:

A) Em maio de 2017, a Embaixada propôs, organizou e acompanhou a visita do então Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, acompanhado de delegação empresarial. A visita foi revestida de sucesso na medida em que foram reabertas as negociações do certificado sanitário para carne bovina. Ademais, como resultado dos encontros mantidos pelo ministro e empresários, foi possível ampliar o espectro da cooperação bilateral no setor agrícola;
B) Em novembro de 2017, o Posto organizou e acompanhou a missão da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (S-PPI), dias 8 e 9 de novembro. Chefiada pelo então Secretário de Coordenação de Projetos da S- PPI, Senhor Tarcísio Gomes de Freitas, a

visita cumpriu os objetivos propostos;
C) No contexto da 19ª Conferência Internacional da Associação Internacional de Seguridade Social (AISS), em novembro de 2018, o Posto apoiou a visita do então secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Abi-Ramia Caetano, que, posteriormente, foi eleito para o cargo de secretário-geral da AISS, com o apoio do Kuwait;
D) A Embaixada organizou, em setembro de 2019, a visita da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Tereza Cristina, ao Kuwait. Nos encontros mantidos, despertou-se a sensibilidade de autoridades e empresários locais quanto ao potencial do comércio agrícola, que constitui importante vertente da relação bilateral. Como resultado, foram abertas novas perspectivas comerciais e avaliadas distintas possibilidades de cooperação na área agrícola. Ressalto, ainda, a aprovação do certificado para a exportação de mel, cujo processo se arrastava desde 2016. Ainda como resultado da visita, o Kuwait voltou a autorizar, em decisão exarada em fevereiro de 2020, a importação de carne bovina do Brasil;
E) O Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), deputado Federal Eduardo Bolsonaro, visitou o Kuwait em dezembro do mesmo ano. Na ocasião, o parlamentar brasileiro manteve encontros na Chancelaria e na Assembleia Nacional, em que foi possível estabelecer fecunda troca de impressões e opiniões a respeito da situação econômico-política no Brasil e no Kuwait e do contexto regional, com ênfase no CCG.

PROMOÇÃO CULTURAL

9. Com o objetivo de divulgar aspectos mais relevantes da cultura do Brasil (música, arte, literatura, culinária), a Embaixada criou o projeto "Waves of Brazil". Entre 2017 e 2019, diversos foram os eventos organizados com apoio de empresas e entidades kuwaitianas de incentivo à cultura e sem ônus para o Itamaraty. Os eventos contaram com um público médio de 300 pessoas cada um. Tendo em vista a pandemia do COVID-19, nenhum evento teve lugar no primeiro semestre de 2020. Foram os seguintes os eventos organizados entre 2017 e 2019:

2017:
Abril: apresentação do pianista e compositor Francis Hime, acompanhado da cantora e compositora Olivia Hime .

Setembro: cinema em casa (apresentação, para público seleto, de filme brasileiro)
Outubro: palestra sobre a evolução da arquitetura brasileira.

2018:
Fevereiro: recital do violonista brasileiro Yamandú Costa
Abril: concerto do maestro, cantor e compositor Francis Hime, da cantora Olivia Hime e do guitarrista clássico Fábio Zanon, contratados pelo Jaber Al Ahmed Cultural Center (JACC).
Setembro: cinema em casa
Novembro: no âmbito das comemorações Dia da Independência do Brasil, foi organizado, em parceria com empresas brasileiras e kuwaitianas, extenso programa de eventos. Em coquetel para cerca de 400 convidados, em hotel de prestígio, foi possível divulgar a culinária brasileira, bem como marcas de produtos nacionais. No contexto do projeto "Waves of Brazil", o grupo Reco do Bandolim e Choro Livre se apresentou na festa nacional, bem como no Yarmouk Cultural Center, onde reuniu público de 300 pessoas. Ademais, em parceria com a Embaixada, o Jumeirah Hotel organizou final-de-semana de culinária brasileira em um de seus restaurantes, com ênfase nas carnes e pratos brasileiros. O conjunto brasileiro se apresentou nos dois dias da promoção.
Dezembro: doação de 300 livros em Português de autores brasileiros à Biblioteca Nacional do Kuwait e palestra sobre o Brasil, na mesma ocasião, para público de aproximadamente 100 pessoas.

2019
Março: cinema em casa
Abril: show do saxofonista, compositor e produtor brasileiro Léo Gandelman e banda.
Outubro: apresentação da cantora e compositora Cris Delanno, acompanhada de pequena banda. Por ocasião das comemorações Dia da Independência do Brasil, a Embaixada organizou, em parceria com entidades kuwaitianas, a exposição de fotografias "Hope Through Solidarity", do fotógrafo e diplomata Thomaz Napoleão. O evento inaugurou o novo espaço de exposições (White Hall) no Yarmouk Cultural Center. O evento reuniu público estimado em 450 pessoas.

PROMOÇÃO COMERCIAL

10. Em coordenação com a seção do Kuwait da Chaîne des Rotisseurs, a embaixada organizou, em 2018 e 2019, sem ônus, na residência da Embaixada, jantar para formadores de opinião locais (jornalistas, empresários, autoridades de governo, entre outros). Os eventos, no contexto do projeto "Waves of Brazil", tiveram como objetivo promover destinos turísticos e produtos brasileiros (vinhos, frutas etc), bem como a cultura culinária do País por meio da divulgação de informações, degustação de coquetéis e a preparação de pratos típicos.

11. O Setor de Promoção Comercial (SECOM) da embaixada organizou e apoiou, igualmente, várias missões comerciais brasileiras no Kuwait. Cabe destaque a visita do então secretário-geral da Câmara de Comércio Árabe Brasileira (CCAB), Michel Alaby, que se encontrou com representantes de governo e do setor privado, com o propósito de divulgar o Fórum Econômico Brasil - Países Árabes, que teve lugar em São Paulo, em abril.

12. O SECOM prestou também apoio a ações da EMBRAER no âmbito da negociação de contrato para venda de aeronaves EMB-195 E2 e quando da demonstração do modelo Lineage 100E.

13. Por ocasião dos jogos da seleção brasileira na Copa do Mundo de futebol, em junho de 2018, foram organizados eventos de promoção de marcas e produtos brasileiros na residência da Embaixada para público formado por empresários, formadores de opinião e autoridades kuwaitianas.

14. A Embaixada apoiou missão empresarial que acompanhou visita da delegação da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Tereza Cristina, em setembro de 2019. A referida missão foi composta por representantes da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB); das certificadoras Halal CDIAL e FAMBRAS; da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), bem como por empresários dos setores de ovos (Granja Faria) e de carne bovina (Masterboi, Marfrig e JBS). A missão empresarial permitiu ampliar o conhecimento sobre peculiaridades do mercado kuwaitiano, requerimentos para a entrada de produtos do agronegócio, sistemas de distribuição, entre outros pontos.

15. Em fevereiro de 2020, após longa negociação que contou com decisivo apoio do Adido Agrícola do Brasil em Riade, o governo kuwaitiano anunciou a aceitação do Certificado Sanitário para carne bovina. A decisão permitirá a retomada das exportações brasileiras para um mercado que consome, anualmente, cerca de US$ 500 milhões do produto.

CONSULAR

16. O Setor Consular da Embaixada atende aos brasileiros residentes no Kuwait e no Bahrein, estimados, respectivamente, em 200 e 250 pessoas. O Setor igualmente processa as solicitações de vistos dos nacionais dos dois países e de outras nacionalidades residentes na jurisdição do Posto.

17. A Embaixada divulgou, junto aos eleitores recadastrados

junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), a realização dos dois turnos das Eleições 2018. Compareceram para votar 51 eleitores no primeiro turno, e 49, no segundo, o que representou sensível aumento em relação às eleições anteriores.

18. Durante a pandemia do COVID-19, o Setor Consular auxiliou no retorno de 60 brasileiros residentes no Kuwait e no Bahrein. O setor manteve, igualmente, canal de informações sobre medidas adotadas pelos governos desses países e que poderiam ser de interesse da comunidade brasileira. Utilizou-se, para tanto, grupos em redes sociais, aplicativos de mensagens e nas página da Embaixada na internet.

CONCLUSÃO

19. Acredito que o Posto conseguiu cobrir, ampliar e aprofundar as agendas política, econômico-comercial e cultural do Brasil com o Kuwait. Entretanto, como resultado da pandemia do COVID-19, a partir de março do corrente ano, toda a interlocução e o desenvolvimento de projetos tiveram de ser interrompidos. Espera-se que possam ser retomados em setembro próximo, após as férias de verão, e caso as condições da pandemia assim o permitam.

20. Por fim, permito-me destacar a importância que as visitas de autoridades estrangeiras têm neste país. Nesse sentido, considero que seria de extrema utilidade para a continuidade do adensamento do relacionamento bilateral a visita de membros do Congresso Nacional. A iniciativa possibilitaria a intensificação dos contatos e trocas de experiências entre os parlamentares do dois países.

BAHREIN

21. Como é do conhecimento, o Embaixador do Brasil no Emirado do Kuwait está igualmente acreditado, cumulativamente, no Reino do Bahrein. Apresentei minhas cartas credenciais ao Rei Hamad bin Isa Al Khalifa em 25 de abril de 2017. Até aquela data, minha interlocução com o país se limitava à troca de Notas Verbais, que, na maioria dos casos, tratou de pedidos de apoio a candidatos brasileiros para cargos em organismos internacionais multilaterais. Esse cenário dificultava o contato com autoridades do Reino e o desenvolvimento dos temas de interesse de ambos os países.

RELAÇÕES BILATERAIS

22. Quando de minha visita a Manama para a cerimônia de apresentação de credenciais, mantive encontros com diversas

autoridades do Ministério das Relações Exteriores do Bahrein. Na ocasião, foi discutido o interesse bareinita na assinatura diversos instrumentos de cooperação entre o Brasil e o Bahrein em diversas áreas. Desde então, assinei dois acordos em nome do Brasil: o Memorando de Entendimento sobre consultas políticas, em 1o de julho de 2018, e o Acordo sobre Serviços Aéreos (ASA), em 14 de novembro de 2019. A Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB) e a Câmara de Comércio e Indústria do Bahrein (BCCI) firmaram, em 7 de novembro de 2017, por ocasião da visita de representante da S-PPI, Memorando de Entendimento com vistas a apoiar e estimular os contatos entre os setores empresariais dos dois países.

23. A realização da Primeira Reunião de Consultas Políticas, em 1º de julho de 2018, elevou os contatos entre os dois países a um novo patamar, após quase 45 anos de relações diplomáticas. Ainda no campo bilateral, diversas foram as gestões e/ou pedidos de apoio a candidaturas brasileiras a postos em organismos internacionais. O Bahrein tem apoiado a maioria das postulações brasileiras. Em alguns casos, houve troca de votos por candidatos bareinitas.

24. Em julho de 2018, o governo bareinita anunciou a reabertura da embaixada residente do Bahrein em Brasília. Foi designado diplomata para dar continuidade às providências burocráticas. Espera-se, para o corrente ano de 2020, a designação de um Embaixador residente do Bahrein em Brasília. Esse gesto entendo ser resultado de gestões que efetuei quando de minha apresentação de credenciais ao Rei, em abril de 2017, e de desdobramentos concretos das duas reuniões de consultas políticas entre as duas chancelarias em 2018 e 2019.

ASSUNTOS CONSULARES

25. De acordo com dados do Ministério do Interior do Bahrein, cerca de 250 brasileiros residem naquele país legalmente. Os nacionais trabalham principalmente no setor de serviços (restaurantes, salões de cabeleireiro, empresas aéreas etc) ou atuam em equipes de futebol.

26. Em 2018, foi renovado o mandato de Cônsul Honorário do Brasil em Manama. Sua presença tem sido fundamental para apoiar eventuais dificuldades dos brasileiros, bem como apoiar os contatos com o setor empresarial local.

27. O Setor Consular da Embaixada no Kuwait tem atendido, de maneira expedita, as demandas de renovação de passaportes e de atos notariais dos brasileiros residentes no Bahrein. O Setor igualmente concede vistos para cidadãos bareinitas em

viagem ao Brasil. Durante a recente pandemia, o Setor Consular manteve contato com os brasileiros que manifestaram desejo de retornar ao Brasil e prestou o apoio possível. Foi criado grupo em aplicativo de mensagens e publicadas, nas mídias sociais da Embaixada, informações úteis sobre cuidados a serem adotados para se protegerem do COVID-19, bem como transmitidas aos interessados informações atualizadas sobre voos com destino ao Brasil.

PROMOÇÃO COMERCIAL

28. O Setor de Promoção Comercial (SECOM) da Embaixada tem divulgado oportunidades comerciais junto a entidades empresariais brasileiras e procurado estimular empresas bareinitas a ampliarem o o intercâmbio com o Brasil.

29. Em novembro de 2018, missão da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos(S-PPI) da Presidência da República, chefiada pelo atual Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, e integrada por representantes do Ministério dos Transportes, do BNDES, da APEX e da CCAB, mantiveram encontros de alto nível, com vistas a apresentar oportunidades de investimentos no Brasil.

30. Em agosto de 2019, a analista sênior do Escritório da Apex-Brasil para Oriente Médio e Norte da África, Ludmilla Figueiredo, realizou missão para tratar de temas relacionados à promoção comercial e atração de investimentos, com enfoque em Infraestrutura, Agronegócios e Tecnologia e Inovação.

VISITAS BILATERAIS

31. O Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, deputado Eduardo Bolsonaro, realizou, em dezembro de 2019, visita a Manama. Na ocasião, foram mantidas reuniões com o Chanceler bareinita, o Ministro da Defesa, o Ministro do Interior, a "Speaker" do Parlamento, o Comandante da Força de Defesa do Bahrein (BDF) e a Diretora de Relações Internacionais do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Bahrein (EDB). Tratou-se da primeira visita oficial de um parlamentar brasileiro àquele país.

32. A realização da II Reunião de Consultas Políticas e os encontros mantidos pelo Chefe da Delegação bareinita, Xeique Abdullah bin Ahmad Al Khalifa, em Brasília, em setembro de 2019, contribuíram para o estreitamento das relações entre os dois países.

CONCLUSÃO

33. Tendo em vista as atividades acima relatadas, considero que as relações entre os dois países se intensificaram significativamente nos últimos três anos . Nas diversas vezes (cerca de quatro visitas a cada ano) em que estive em Manama, pude ampliar os contatos em diversos segmentos do governo e do meio empresarial bareinita, com positivos reflexos. Por outro lado, pude confirmar o interesse e a disposição dos bareinitas em ampliar e aprofundar o relacionamento bilateral com o Brasil, país pelo qual nutrem grande respeito e amizade.

34. Assim, tenho confiança de que os novos mecanismos de interlocução criados pelos acordos bilaterais, bem como o aumento das visitas bilaterais, permitirão o estabelecimento de caminhos para ampliar e adensar o relacionamento nos campos político, econômico e comercial entre o Brasil e o Bahrein.

# 1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

# 8

# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 14, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 34, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.

**PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad
**RELATOR:** Senador Major Olimpio

21 de Setembro de 2020

**SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador Major Olimpio

SF/20211.28344-49

# RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 34, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova*.

Relator: Senador **MAJOR OLIMPIO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O diplomata indicado nasceu em 20 de janeiro de 1958, no Rio de Janeiro/RJ, e é filho de Enrique Wilson Libertário Rapesta e Maria Augusta Rapesta.

Concluiu o curso de Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ. No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1982; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1991; e o Curso de Altos Estudos em 2007, no qual defendeu a tese sob o título "Exportação de Produtos de Defesa: importância estratégica e promoção comercial".

SF/20211.28344-49

Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no ano de 1983. Tornou-se Segundo-Secretário em 1987. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1996; Conselheiro em 2003; Ministro de Segunda Classe em 2007 e Ministro de Primeira Classe em 2010.

Destacamos as atividades seguintes ao longo de sua carreira profissional: Cônsul-Geral em Caiena (1997-99); Primeiro-Secretário na Missão junto à Comunidade Econômica Europeia – CEE (1999-03); Assistente e Chefe da Divisão de Operações de Promoção Comercial (2003-09); Diretor do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (2009-11); Embaixador em Helsinki (2011-15); Embaixador em Luanda (2015-16); Embaixador no Kuaite (desde 2016).

Foi agraciado com condecorações nacionais e estrangeiras. No Brasil, com a Ordem do Mérito Militar, no grau de Cavaleiro (1993); Medalha Santos Dumont (1994); Ordem do Mérito Naval, no grau de Cavaleiro (1995); Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Comendador (2008); Ordem de Rio Branco, no grau de Grande Oficial (2010). No exterior, com a Ordem do Infante Dom Henrique, de Portugal (1986); Ordem do Mérito Nacional, da França, no grau de Cavaleiro (1999); Ordem de Dannebrog, da Dinamarca, no grau de Comandante (2007); Ordem de Orange-Nassau, dos Países Baixos, no grau de Comandante (2008); Comandante da Grã-Cruz da Ordem do Leão da Finlândia (2015).

Também em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Ucrânia e a República da Moldova. O documento traz informações sobre as relações bilaterais desses países com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos dos países, suas políticas interna e externa, e economia.

A Ucrânia, país cuja capital é Kiev, detém população de 42 milhões de habitantes. Cuida-se de república semipresidencialista, com parlamento unicameral.

O Brasil reconheceu a independência da Ucrânia em relação à ex-União Soviética no ano de 1991 e, no ano seguinte, as relações diplomáticas foram estabelecidas. A abertura de embaixada residente em Brasília se deu em 1993 e a embaixada brasileira em Kiev foi instalada em 1995.

SF/20211.28344-49

Somos o único país da América Latina que recebeu três visitas oficiais do chefe de Estado ucraniano. De nossa parte, foram duas visitas oficiais de chefes de Estado brasileiros à Kiev. Contamos com a terceira maior comunidade de ucranianos e de seus descendentes nas Américas, estimada em cerca de 450 mil pessoas.

O Acordo de Cooperação Econômico-Comercial entre Brasil e Ucrânia foi firmado em 1995. Foi criada a Comissão Intergovernamental Brasil-Ucrânia de Cooperação (CIC), que deu início a um diálogo comercial e tecnológico entre os dois países.

Outro ponto a ser lembrado é o Tratado sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamento Cyclone-4, no Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), assinado em 2003. Considerado principal pilar do relacionamento bilateral, os dois governos decidiram elevar o relacionamento bilateral ao nível de Parceria Estratégica. Entretanto, em julho de 2015, o governo brasileiro denunciou o acordo, tendo em vista a inviabilidade econômica e tecnológica da implementação plena do projeto.

O fim desse projeto, aliado à onda de manifestações nacionalistas e de protestos públicos, denominada "Euromaidan", bem como a incorporação da Crimeia pela Rússia afetaram o relacionamento Brasil-Ucrânia.

No entanto, a retomada do crescimento econômico pela Ucrânia a partir de 2016 trouxe novo fôlego para as relações bilaterais, seja com aquele país despontando como potência agrícola seja com a possibilidade de ele vir a ser conduto das exportações brasileiras ao mercado europeu, uma vez que possui acordo de livre comércio com a União Europeia. No entanto, a confirmação dessas perspectivas dependerá da evolução da pandemia de COVID-19.

No campo do comércio bilateral, os principais produtos exportados pelo Brasil para a Ucrânia em 2019 foram café (US$ 28 milhões); tabaco (US$ 22 milhões); aparelhos mecânicos (US$ 14 milhões); amendoim (US$ 11 milhões); tripas, bexigas e estômagos de animais (US$ 10 milhões);

SF/20211.28344-49

açúcar (US$ 5,7 milhões); cítricos (US$ 2,8 milhões); ferro-ligas (US$ 2,7 milhões); e ferramentas pneumáticas, hidráulicas e de motor (US$ 1,2 milhões). Os principais produtos importados da Ucrânia foram produtos farmacêuticos (US$ 31,2 milhões); laminados de ferro e aço a quente e frio (US$ 22 milhões); aquecedores elétricos de água (US$ 13,1 milhões), malte (US$ 11,3 milhões); aparelhos elétricos para telefonia (US$ 5,5 milhões), têxteis (US$ 3 milhões), eletrodos de carvão (US$ 2,9 milhões); fio máquina de ferro ou aço (US$ 2,6 milhões); e rolamentos de esferas (US$ 2,3 milhões).

O fluxo total, que chegou a alcançar patamar superior a US$ 1 bilhão em 2011-2012, despencou para US$ 133 milhões em 2016, mas apresenta sinais de recuperação.

No tocante à comunidade de brasileiros vivendo em solo ucraniano, ela é estimada em 300 pessoas. Esse contingente é assistido pelo setor consular da nossa embaixada em Kiev, bem como pelos consulados honorários em Kharkiv, Dnipro e Lviv.

Por sua vez, a República da Moldova conta com 3,5 milhões de habitantes.

Nossas relações bilaterais foram estabelecidas em 1993. No entanto, a agenda política e econômica é incipiente. Destaque-se que a Moldova tem apoiado as candidaturas brasileiras a organismos internacionais. No que tange ao intercâmbio bilateral, tem-se verificado comportamento errático. Em 2019, nossas exportações foram de US$ 9,4 milhões e importações, de US$ 4,9 milhões.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

**LISTA DE PRESENÇA**

**Reunião:** 4ª Reunião, Extraordinária, da CRE
**Data:** 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 08h
**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|---|---|---|---|
| **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)** | | | |
| Mecias de Jesus (REPUBLICANOS) | Presente | 1. Renan Calheiros (MDB) | |
| Jarbas Vasconcelos (MDB) | Presente | 2. Fernando Bezerra Coelho (MDB) | Presente |
| Marcio Bittar (MDB) | | 3. Simone Tebet (MDB) | |
| Esperidião Amin (PP) | Presente | 4. Daniella Ribeiro (PP) | Presente |
| Ciro Nogueira (PP) | Presente | 5. Vanderlan Cardoso (PSD) | |
| **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | | | |
| Roberto Rocha (PSDB) | | 1. Izalci Lucas (PSDB) | Presente |
| Mara Gabrilli (PSDB) | | 2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS) | |
| Major Olimpio (PSL) | Presente | 3. Soraya Thronicke (PSL) | Presente |
| **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)** | | | |
| Kátia Abreu (PP) | Presente | 1. Acir Gurgacz (PDT) | Presente |
| Randolfe Rodrigues (REDE) | Presente | 2. Flávio Arns (PODEMOS) | |
| Eliziane Gama (CIDADANIA) | Presente | 3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB) | |
| **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)** | | | |
| Fernando Collor (PROS) | Presente | 1. VAGO | |
| Jaques Wagner (PT) | Presente | 2. Telmário Mota (PROS) | Presente |
| Humberto Costa (PT) | Presente | | |
| **PSD** | | | |
| Nelsinho Trad (PSD) | Presente | 1. Carlos Fávaro (PSD) | Presente |
| Antonio Anastasia (PSD) | Presente | 2. Angelo Coronel (PSD) | Presente |
| **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | | | |
| Chico Rodrigues (DEM) | Presente | 1. Marcos Rogério (DEM) | Presente |
| Zequinha Marinho (PSC) | Presente | 2. Maria do Carmo Alves (DEM) | |
| **PODEMOS** | | | |
| Marcos do Val (PODEMOS) | Presente | 1. Elmano Férrer (PODEMOS) | |

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

**LISTA DE PRESENÇA**



**Reunião:** 4ª Reunião, Extraordinária, da CRE
**Data:** 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 08h
**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

## NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Leila Barros
Rose de Freitas
Rodrigo Pacheco
Carlos Viana

8 Senado Federal

# Resultado de Votação Secreta

## Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
**MSF 34/2020** - H.NORTON R-UCRÂNIA

Início da votação: 21/09/2020 10:17:42 Fim da votação: 21/09/2020 13:04:48

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|---|---|---|---|
| **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,** | | **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,** | |
| MECIAS DE JESUS | **votou** | 1. RENAN CALHEIROS | |
| JARBAS VASCONCELOS | | 2. FERNANDO BEZERRA COELHO | **votou** |
| MARCIO BITTAR | **votou** | 3. SIMONE TEBET | **votou** |
| ESPERIDIÃO AMIN | **votou** | 4. DANIELLA RIBEIRO | |
| CIRO NOGUEIRA | | 5. VANDERLAN CARDOSO | |
| **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | | **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | |
| ROBERTO ROCHA | | 1. IZALCI LUCAS | **votou** |
| MARA GABRILLI | | 2. FLÁVIO BOLSONARO | |
| MAJOR OLIMPIO | **votou** | 3. SORAYA THRONICKE | **votou** |
| **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,** | | **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,** | |
| KÁTIA ABREU | **votou** | 1. ACIR GURGACZ | **voto não computado** |
| RANDOLFE RODRIGUES | **votou** | 2. FLÁVIO ARNS | |
| ELIZIANE GAMA | **votou** | 3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO | |
| **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,** | | **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,** | |
| FERNANDO COLLOR | **votou** | 1. VAGO | |
| JAQUES WAGNER | | 2. TELMÁRIO MOTA | **votou** |
| HUMBERTO COSTA | **votou** | | |
| **PSD** | | **PSD** | |
| NELSINHO TRAD | **votou** | 1. CARLOS FÁVARO | **voto não computado** |
| ANTONIO ANASTASIA | **votou** | 2. ANGELO CORONEL | |
| **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | | **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | |
| CHICO RODRIGUES | **votou** | 1. MARCOS ROGÉRIO | **voto não computado** |
| ZEQUINHA MARINHO | **votou** | 2. MARIA DO CARMO ALVES | |
| **PODEMOS** | | **PODEMOS** | |
| MARCOS DO VAL | **votou** | 1. ELMANO FÉRRER | |

**Votação:**

**TOTAL 19 SIM 18 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0**

**Senador Nelsinho Trad**
**Presidente**

**ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,**
**PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020**

## DECISÃO DA COMISSÃO

**(MSF 34/2020)**

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA UCRÂNIA E, CUMULATIVAMENTE, NA REPÚBLICA DA MOLDOVA, COM 18 VOTOS FAVORÁVEIS, 1 VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador Major Olimpio

SF/20211.28344-49

# RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 34, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova*.

Relator: Senador **MAJOR OLIMPIO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O diplomata indicado nasceu em 20 de janeiro de 1958, no Rio de Janeiro/RJ, e é filho de Enrique Wilson Libertário Rapesta e Maria Augusta Rapesta.

Concluiu o curso de Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ. No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1982; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1991; e o Curso de Altos Estudos em 2007, no qual defendeu a tese sob o título "Exportação de Produtos de Defesa: importância estratégica e promoção comercial".

SF/20211.28344-49

Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no ano de 1983. Tornou-se Segundo-Secretário em 1987. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1996; Conselheiro em 2003; Ministro de Segunda Classe em 2007 e Ministro de Primeira Classe em 2010.

Destacamos as atividades seguintes ao longo de sua carreira profissional: Cônsul-Geral em Caiena (1997-99); Primeiro-Secretário na Missão junto à Comunidade Econômica Europeia – CEE (1999-03); Assistente e Chefe da Divisão de Operações de Promoção Comercial (2003-09); Diretor do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (2009-11); Embaixador em Helsinki (2011-15); Embaixador em Luanda (2015-16); Embaixador no Kuaite (desde 2016).

Foi agraciado com condecorações nacionais e estrangeiras. No Brasil, com a Ordem do Mérito Militar, no grau de Cavaleiro (1993); Medalha Santos Dumont (1994); Ordem do Mérito Naval, no grau de Cavaleiro (1995); Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Comendador (2008); Ordem de Rio Branco, no grau de Grande Oficial (2010). No exterior, com a Ordem do Infante Dom Henrique, de Portugal (1986); Ordem do Mérito Nacional, da França, no grau de Cavaleiro (1999); Ordem de Dannebrog, da Dinamarca, no grau de Comandante (2007); Ordem de Orange-Nassau, dos Países Baixos, no grau de Comandante (2008); Comandante da Grã-Cruz da Ordem do Leão da Finlândia (2015).

Também em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Ucrânia e a República da Moldova. O documento traz informações sobre as relações bilaterais desses países com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos dos países, suas políticas interna e externa, e economia.

A Ucrânia, país cuja capital é Kiev, detém população de 42 milhões de habitantes. Cuida-se de república semipresidencialista, com parlamento unicameral.

O Brasil reconheceu a independência da Ucrânia em relação à ex-União Soviética no ano de 1991 e, no ano seguinte, as relações diplomáticas foram estabelecidas. A abertura de embaixada residente em Brasília se deu em 1993 e a embaixada brasileira em Kiev foi instalada em 1995.

SF/20211.28344-49

Somos o único país da América Latina que recebeu três visitas oficiais do chefe de Estado ucraniano. De nossa parte, foram duas visitas oficiais de chefes de Estado brasileiros à Kiev. Contamos com a terceira maior comunidade de ucranianos e de seus descendentes nas Américas, estimada em cerca de 450 mil pessoas.

O Acordo de Cooperação Econômico-Comercial entre Brasil e Ucrânia foi firmado em 1995. Foi criada a Comissão Intergovernamental Brasil-Ucrânia de Cooperação (CIC), que deu início a um diálogo comercial e tecnológico entre os dois países.

Outro ponto a ser lembrado é o Tratado sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamento Cyclone-4, no Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), assinado em 2003. Considerado principal pilar do relacionamento bilateral, os dois governos decidiram elevar o relacionamento bilateral ao nível de Parceria Estratégica. Entretanto, em julho de 2015, o governo brasileiro denunciou o acordo, tendo em vista a inviabilidade econômica e tecnológica da implementação plena do projeto.

O fim desse projeto, aliado à onda de manifestações nacionalistas e de protestos públicos, denominada "Euromaidan", bem como a incorporação da Crimeia pela Rússia afetaram o relacionamento Brasil-Ucrânia.

No entanto, a retomada do crescimento econômico pela Ucrânia a partir de 2016 trouxe novo fôlego para as relações bilaterais, seja com aquele país despontando como potência agrícola seja com a possibilidade de ele vir a ser conduto das exportações brasileiras ao mercado europeu, uma vez que possui acordo de livre comércio com a União Europeia. No entanto, a confirmação dessas perspectivas dependerá da evolução da pandemia de COVID-19.

No campo do comércio bilateral, os principais produtos exportados pelo Brasil para a Ucrânia em 2019 foram café (US$ 28 milhões); tabaco (US$ 22 milhões); aparelhos mecânicos (US$ 14 milhões); amendoim (US$ 11 milhões); tripas, bexigas e estômagos de animais (US$ 10 milhões);

açúcar (US$ 5,7 milhões); cítricos (US$ 2,8 milhões); ferro-ligas (US$ 2,7 milhões); e ferramentas pneumáticas, hidráulicas e de motor (US$ 1,2 milhões). Os principais produtos importados da Ucrânia foram produtos farmacêuticos (US$ 31,2 milhões); laminados de ferro e aço a quente e frio (US$ 22 milhões); aquecedores elétricos de água (US$ 13,1 milhões), malte (US$ 11,3 milhões); aparelhos elétricos para telefonia (US$ 5,5 milhões), têxteis (US$ 3 milhões), eletrodos de carvão (US$ 2,9 milhões); fio máquina de ferro ou aço (US$ 2,6 milhões); e rolamentos de esferas (US$ 2,3 milhões).

SF/20211.28344-49

O fluxo total, que chegou a alcançar patamar superior a US$ 1 bilhão em 2011-2012, despencou para US$ 133 milhões em 2016, mas apresenta sinais de recuperação.

No tocante à comunidade de brasileiros vivendo em solo ucraniano, ela é estimada em 300 pessoas. Esse contingente é assistido pelo setor consular da nossa embaixada em Kiev, bem como pelos consulados honorários em Kharkiv, Dnipro e Lviv.

Por sua vez, a República da Moldova conta com 3,5 milhões de habitantes.

Nossas relações bilaterais foram estabelecidas em 1993. No entanto, a agenda política e econômica é incipiente. Destaque-se que a Moldova tem apoiado as candidaturas brasileiras a organismos internacionais. No que tange ao intercâmbio bilateral, tem-se verificado comportamento errático. Em 2019, nossas exportações foram de US$ 9,4 milhões e importações, de US$ 4,9 milhões.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM (SF) Nº 34, DE 2020

(nº 444/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.

**DESPACHO:** À CRE.

**AUTORIA:** Presidência da República

**DOCUMENTOS:**

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.

Os méritos do Senhor **NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2020.

EM nº 00117/2020 MRE

Brasília, 31 de Julho de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, junto à República da Moldova.

2. Encaminho, anexas, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo***

00001.004169/2020-81

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 466/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 14 de agosto de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

**Assunto: Indicação de autoridade.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Ucrânia e, cumulativamente, na República da Moldova.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 14/08/2020, às 19:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2062639** e o código CRC **92BE1960** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.004169/2020-81 SEI nº 2062639

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

**I N F O R M A Ç Ã O**

***CURRICULUM VITAE***

**MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA***
CPF: 405941227-91
ID.: 8275 MRE

| | |
|---|---|
| 1958 | Filho de Enrique Wilson Libertário Rapesta e Maria Augusta Rapesta, nasce em 20 de janeiro, no Rio de Janeiro/RJ |
| **Dados Acadêmicos:** | |
| 1980 | Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ |
| 1982 | CPCD - IRBr |
| 1991 | CAD - IRBr |
| 2007 | CAE - IRBr, Exportação de Produtos de Defesa: importância estratégica e promoção comercial |
| **Cargos:** | |
| 1983 | Terceiro-secretário |
| 1987 | Segundo-secretário |
| 1996 | Primeiro-secretário, por merecimento |
| 2003 | Conselheiro, por merecimento |
| 2007 | Ministro de segunda classe, por merecimento |
| 2010 | Ministro de primeira classe, por merecimento |
| **Funções:** | |
| 1984-85 | Divisão de Divulgação Documental, assistente |
| 1985-87 | Coordenadoria Especial de Imprensa, assessor |
| 1987-91 | Embaixada em Roma, terceiro-secretário e segundo-secretário |
| 1991-92 | Presidência da República, Secretaria de Imprensa, adjunto |
| 1992-97 | Divisão de Operações de Promoção Comercial, assessor |
| 1997-99 | Consulado-Geral em Caiena, cônsul-geral |
| 1999-2003 | Missão Junto à CEE, Bruxelas, primeiro-secretário |
| 2003-09 | Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente e chefe |
| 2009-11 | Departamento de Promoção Comercial e Investimentos, diretor |
| 2011-15 | Embaixada em Helsinki, embaixador |
| 2015-16 | Embaixada em Luanda, embaixador |
| 2016 | Embaixada no Kuaite, embaixador |
| **Condecorações:** | |
| 1986 | Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Cavaleiro |
| 1993 | Ordem do Mérito Militar, Brasil, Cavaleiro |
| 1994 | Medalha Santos Dumont, Brasil |
| 1995 | Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro |
| 1999 | Ordre du Mérite National, França, Cavaleiro |
| 2007 | Ordem de Dannebrog, Dinamarca, Comandante |
| 2008 | Ordem de Orange-Nassau, Países Baixos, Comandante |
| 2008 | Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador |
| 2010 | Ordem de Rio Branco, Grande Oficial |
| 2015 | Comandante da Grã-Cruz da Ordem do Leão da Finlândia |

**JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS**
Chefe da Divisão do Pessoal

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

# UCRÂNIA

## Ficha-País

**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**
*Maio de 2020*

| DADOS BÁSICOS | |
|---|---|
| **NOME OFICIAL** | Ucrânia |
| **GENTÍLICO** | Ucraniano, ucraniana |
| **CAPITAL** | Kiev |
| **ÁREA** | 603.628 km² |
| **POPULAÇÃO** | 42 milhões de habitantes |
| **LÍNGUA OFICIAL** | Ucraniano (oficial), russo, polonês, bielorrusso, húngaro |
| **PRINCIPAIS RELIGIÕES** | Cristianismo ortodoxo (76,5%) |
| **SISTEMA DE GOVERNO** | República semipresidencialista |
| **PODER LEGISLATIVO** | Parlamento unicameral (*Verkhovna Rada*), com 450 representantes eleitos para mandato de quatro anos |
| **CHEFE DE ESTADO** | Presidente Volodymyr Zelensky (2019) |
| **CHEFE DE GOVERNO** | Primeiro-ministro Denys Shmyhal (março de 2020) |
| **CHANCELER** | Dmytro Kuleba (março de 2020) |
| **PIB NOMINAL** | US$ 153.8 bilhões (2019) |
| **PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP)** | US$ 411 bilhões (2019) |
| **PIB PER CAPITA** | US$ 3.662 (2019) |
| **PIB PPP PER CAPITA** | US$ 9.785 (2019) |
| **VARIAÇÃO DO PIB** | 3.2% (2019); 3.3% (2018); 2.5% (2017); 2.4% (2016), -9.8% (2015) |
| **ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)** | 0.750 - 88.º lugar (PNUD) |
| **EXPECTATIVA DE VIDA** | 71,6 anos |
| **ALFABETIZAÇÃO** | 99,8% |
| **ÍNDICE DE DESEMPREGO** | 8.2% (2019) |
| **UNIDADE MONETÁRIA** | Grívnia (UAH) |
| **EMBAIXADOR EM BRASÍLIA** | Rostyslav Tronenko |
| **EMBAIXADOR EM KIEV** | Oswaldo Biato Jr |
| **COMUNIDADE BRASILEIRA** | Cerca de 300 pessoas |

**INTERCÂMBIO BILATERAL – US$ milhões**

| **BRASIL → UCRÂNIA** | **2010** | **2011** | **2012** | **2013** | **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** (mar) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Intercâmbio** | 638,1 | 1.090 | 1.012 | 791,1 | 293,5 | 147,9 | 132,5 | 153,9 | 178,8 | 216,9 | 56,1 |
| **Exportações** | 294,3 | 425,0 | 623,8 | 483,0 | 151,1 | 84,6 | 101,0 | 129,4 | 118,5 | 111,0 | 33,7 |

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Importações** | 343,8 | 665,7 | 388,2 | 308,0 | 142,3 | 63,3 | 31,4 | 24,4 | 60,3 | 105,9 | 22,3 |
| **Saldo** | -49,5 | -240,6 | 235,6 | 175,0 | 8,7 | 21,2 | 69,6 | 104,9 | 58,2 | 5,1 | 11,4 |

## PERFIS BIOGRÁFICOS

### Volodymyr ZELENSKY
### Presidente

Nascido em 25/01/1978, em Krivoy Rog, região de Dnipropetrovsk, Zelensky estudou na Universidade Nacional de Economia em Krivoy Rog, onde se formou em direito, atividade que não chegou a exercer. Fez carreira de sucesso como comediante, ator, apresentador de televisão, roteirista, produtor e diretor antes de entrar para a política.

Em 1999, criou o grupo humorístico “Kvartal 95” e participou de programa humorístico na televisão russa. Em 2003, tornou-se presidente da produtora “Kvartal 95”. Participou da realização de longas metragens e programas televisivos na qualidade de ator, diretor, roteirista e produtor.

Em 2010, tornou-se produtor do canal de TV "Inter". Em 2015, criou a série de televisão “Servidor do Povo” onde interpretou um simples professor de história que se torna inesperadamente presidente da Ucrânia.

Em 2018, co-fundou o partido “Servidor do Povo”. Em 21 de abril de 2019, foi eleito presidente com 73% dos votos, no segundo turno.

**Denys SHMYGAL**
**Primeiro-ministro**

Nascido em 15/10/1995, Shmygal graduou-se em economia, em 1997, pela Universidade Nacional Politécnica de Lviv, Ucrânia. Nos anos seguintes, estudou na Alemanha sob o programa de treinamento de gerentes do Ministério Federal de Economia e Energia da Alemanha, realizou estágios na Bélgica, Canadá, Geórgia e Finlândia. Em 2003, obteve o grau do doutor em economia pelo Instituto de Estudos Regionais da Academia Nacional de Ciências da Ucrânia, após ter defendido sua tese sobre "Economia regional e distribuição de forças produtivas".

Entre 1994 e 2009, trabalhou no setor empresarial como especialista na área de contabilidade e finanças, e ocupou cargos executivos em várias empresas do setor de investimento privado. Entre 2009 e 2014, ocupou diferentes cargos de direção na área econômica e da fazenda na administração estatal da província de Lviv. Entre 2015 e 2019, voltou a atuar no setor privado, ocupando posições na empresa DTEK, responsável por fornecer parcela relevante da energia elétrica consumida na Ucrânia.

Entre agosto de 2019 foi nomeado presidente da administração estatal da província de Ivano-Frankivsk, cargo que exerceu fevereiro de 2020, quando foi designado pelo presidente Volodymyr Zelensky como vice-primeiro-ministro da Ucrânia para o Desenvolvimento dos Territórios e Comunidades. No mês seguinte, foi nomeado primeiro-ministro.

## RELAÇÕES BILATERAIS

**Histórico das relações bilaterais**

Após o colapso da Uniao Soviética, o governo brasileiro reconheceu a independência da Ucrânia em dezembro de 1991. As relações diplomáticas foram estabelecidas em 11 de fevereiro de 1992. Desde a consolidação de sua independência, a Ucrânia tem dado demonstrações concretas de interesse em aprofundar suas relações com o Brasil, a começar pela abertura de embaixada residente em Brasília em 1993, gesto retribuído pelo governo brasileiro em 1995, quando foi instalada a embaixada em Kiev. O Brasil é o único país da América Latina que recebeu, por três vezes, visitas oficiais do chefe de estado ucraniano (Leonid Kuchma, em 1995 e 2003, e Viktor Yanukovich, em 2011), tendo organizado, por sua vez, duas visitas presidenciais à Ucrânia (Fernando Henrique Cardoso, em 2002, e Luiz Inácio Lula da Silva, em 2009).

As relações bilaterais se beneficiam da existência, no Brasil, de comunidade de ucranianos e de seus descendentes, estimada em cerca de 450 mil pessoas, a terceira maior nas Américas, após aquelas nos EUA e no Canadá. Fortemente concentrada no Paraná, a comunidade ucraniana exerce influência naquele estado e tem respaldado iniciativas de aproximação com a Ucrânia, como o intercâmbio de estudantes universitários e o ensino da língua portuguesa na Universidade Nacional Taras Shevchenko.

Em 1995, foi firmado Acordo de Cooperação Econômico-Comercial, que dispôs sobre a formação da Comissão Intergovernamental Brasil-Ucrânia de Cooperação (CIC), dando início a um diálogo comercial e tecnológico entre os dois países.

Em outubro de 2003, foi assinado o Tratado sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamento Cyclone-4, no Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), visto à época como o principal pilar do relacionamento bilateral. Em 2009, em reconhecimento da importância e da potencialidade da relação dada pelo Projeto binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), os governos de ambos os países decidiram elevar o relacionamento bilateral ao nível de Parceria Estratégica. Em julho de 2015, o governo brasileiro decidiu denunciar o acordo que deu origem à ACS, em razão da inviabilidade econômica e tecnológica da implementação plena do projeto.

A última visita de peso ocorreu em outubro de 2011, quando o então presidente, Viktor Yanukovich, realizou extensa visita ao Brasil, passando por São Paulo e Brasília.

Em fins de 2013, a eclosão da crise representada pela revolução "Euromaidan", seguida, meses depois, pela incorporação russa da Crimeia e o início do conflito no Donbas, levou a alterações profundas na economia e nas políticas interna e externa da Ucrânia, as quais afetaram o relacionamento Brasil-Ucrânia. No plano econômico, a crise que atingiu a economia ucraniana reduziu fortemente o comércio bilateral. No plano político, a Ucrânia ressentiu-se da falta de apoio mais firme do Brasil a suas posições no conflito com a Rússia, uma vez que o Brasil se limitou a abster-se na maior parte dos debates e votações de resoluções sobre o tema na ONU.

O malogro do projeto de Alcântara levou a uma redução na intensidade do relacionamento bilateral entre 2015 e 2017. De 2015 a 2019, registrou-se um único evento bilateral, a realização de consultas políticas em 17 de outubro de 2017, copresidida do lado brasileiro pelo diretor do Departamento da Europa (DEU) e, do lado ucraniano, pelo diretor do Departamento das Américas. As relações bilaterais começaram a se recuperar já em 2018, com o equacionamento da questão do ACS.

**Situação atual das relações bilaterais**

A importância estratégica e econômico-comercial do Brasil no plano global significou que, apesar do breve revés espacial, o governo ucraniano mantem interesse em reativar a parceria estratégica bilateral que funcionou a contento nos anos 1990 e 2000. Esse interesse ganhou força especialmente no início de 2019.

Recém-empossado, o presidente Jair Bolsonaro se encontrou, em Davos, em janeiro de 2019, com Petro Poroshenko, o predecessor do atual presidente ucraniano, o que representou o primeiro encontro de alto nível em muitos anos entre presidentes dos dois países. Em outubro, o presidente Jair Bolsonaro voltou a reunir-se com um mandatário ucraniano, desta feita o recém-eleito presidente Volodymyr Zelensky. Durante a reunião, ocorrida em Tóquio, o presidente Zelensky reiterou convite formulado por seu antecessor para que o presidente brasileiro visite oficialmente a Ucrânia e deixou claro o forte interesse ucraniano em se aproximar do Brasil.

O momento bilateral é propício, assim, para a retomada e intensificação das relações bilaterais. A Ucrânia, após crise econômica em 2014 e 2015, retomou o processo de crescimento econômico em 2016, e ostentando crescimento da ordem de 3 a 4% em 2018 e 2019. Seu setor agropecuário passa por excelente momento, com indicações de que passará à frente da Rússia como potência agrícola internacional, o que deverá atrair a atenção de grandes empresas brasileiras. A Ucrânia possui acordo de livre comércio com a UE, podendo servir de conduto para exportações brasileiras

àquele mercado. Há oportunidades de cooperação ainda na aérea educacional – o país possui grande número de universidades atuantes em ciências exatas – e em tecnologia da informação, uma vez que o país se destaca como importante fornecedor de softwares para os EUA e a Europa.

Para o futuro, seria importante encorajar intercâmbio de visitas técnicas no setor de saúde, ciência e tecnologia, área militar e agrícola, o que permitiria preparar uma nova edição da Comissão Intergovernamental Brasil-Ucrânia de Cooperação (CIC), que se reuniu pela última vez em 2013. Tal reunião, mesmo que em moldes simplificados, na presença de empresários, dinamizaria os contatos empresariais e governamentais, estabelecendo as bases para o intercâmbio de visitas de alto nível no futuro.

**Cooperação multilateral**

A Ucrânia tem assumido posições favoráveis ao Brasil no âmbito da reforma do CSNU, ao defender a necessidade de expansão daquele Conselho nas duas categorias de membros permanentes e não permanentes, bem como ao apoiar a pretensão brasileira de ocupar assento permanente. Os apoios recíprocos para candidaturas em organizações internacionais são frequentes. Além de conceder seu voto à Ucrânia para seu último mandato (2016-2017) junto ao Conselho de Segurança da ONU, o Brasil também respaldou a candidatura de Kiev a assento no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) - mandato 2019-2021. A Ucrânia, por seu lado, apoiou, entre outras, candidaturas recentes do Brasil: ao Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDH), ao Conselho Executivo da UNESCO, ao Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), ao Conselho de Administração e ao Conselho de Operações Postais da União Postal Universal (UPU).

A Ucrânia ressentiu-se, no passado, da falta de apoio mais concreto do Brasil por ocasião da discussão do status do Donbas e da Crimeia no âmbito da Assembleia Geral da ONU e no do Conselho de Direitos Humanos, palcos de atrito diplomático entre Ucrânia e Rússia. A Ucrânia apresenta naqueles foros sucessivas resoluções de condenação à Rússia, quase sempre logrando êxito, dado o apoio que recebe do Ocidente e de muitos países do Oriente Médio, Ásia e América Latina. Nessas votações, o Brasil tem adotado posição de abstenção.

Com relação a candidaturas, o Brasil aguarda manifestação da Ucrânia sobre nossas solicitações de apoio para as seguintes candidaturas: a) direção do Secretariado da Organização Hidrográfica Internacional (OHI) – candidatura do capitão de mar e guerra Alberto Pedrassani Costa Neves (maio-junho de 2020); b) Tribunal Internacional sobre o Direito do Mar (TIDM) - Candidatura do Professor Rodrigo

More, mandato 2020-2029 (junho de 2020); c) Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ) – Candidatura da Secretária Juliana Gaspar Ruas (eleições previstas para novembro de 2020) e d) Tribunal Pena Internacional (TPI) – candidatura da doutora Mônica Jacqueline Sifuentes.

**Cooperação em saúde**

Os dois países mantêm, já há diversos anos, parceria na área de saúde pela qual o Brasil importa insulina recombinante NPH da empresa ucraniana Indar, a qual se comprometeu, em troca, a produzir esse medicamento no Brasil, mediante instalação de planta de produção de insulina em território brasileiro, em "joint venture" com alguma empresa brasileira, com plena transferência de tecnologia para esta última. Após terem sido resolvidas dificuldades do lado brasileiro que levaram por alguns anos ao atraso no pagamento pelos lotes de insulina importados da Ucrânia, o programa de importação tem funcionado ultimamente sem contratempos. Desde o início de 2018, ao abrigo do Contrato 75/2018 assinado com o Ministério da Saúde do Brasil, por meio da Bahiafarma, a Indar forneceu ao Brasil mais de 15 milhões frascos de insulina NPH e R.

Com o objetivo de oficializar essa parceria, delegação do Estado da Bahia, liderada pelo governador Rui Costa, visitou Kiev em setembro de 2017, ocasião em que foi assinado Termo de compromisso entre o Estado da Bahia, representado pela Bahiafarma, e a Indar para a construção da planta no Brasil, a qual seria implementada à partir da adequação de instalações da BahiaFarma. Os entendimentos protocolados pelas partes preveem a elaboração de um projeto básico, cuja implementação, desde o início das obras de construção até a posta em operação, levará três anos.

**Assuntos consulares**

Estima-se que vivam na Ucrânia cerca de 300 cidadãos brasileiros, aos quais é prestada assistência consular por meio da Embaixada em Kiev. Desde 2012, brasileiros e ucranianos estão mutuamente dispensados de vistos em viagens de curta duração. A Ucrânia mantém, no Brasil, consulados honorários em Blumenau (SC), Paranaguá (PR) e São Paulo (SP). Já o Brasil conta com consulados honorários em Lviv, Dnipropetrovsk e Kharkov.

Para além do setor consular da Embaixada em Kiev, o Brasil conta com três consulados honorários na Ucrânia, que vêm prestando serviços relevantes: o Consulado Honorário em Kharkiv, segunda cidade mais populosa e principal polo industrial do país; o Consulado Honorário em Dnipro, outro importante polo e cidade industrial no leste do país, que abriga o principal centro de produção aeroespacial da

Ucrânia; e, finalmente, o Consulado Honorário em Lviv, principal polo turístico e de informática no oeste do país. Em 2014, a Embaixada propôs a criação do Consulado Honorário em Odessa, principal porto do país, localizado no Mar Negro, mas ainda não foi possível efetivar sua criação.

No momento, há apenas um brasileiro preso na Ucrânia, por tráfico de drogas, e cumprindo sentença de 10 anos de reclusão. Outro brasileiro – Rafael Lusvarghi – chegou a ser preso e condenado a 13 anos de reclusão por participação em "organização terrorista", na medida em que integrou as fileiras dos grupos armados separatistas no Donbas, mas beneficiou-se de perdão presidencial no contexto de troca de prisioneiros realizada entre a Ucrânia e a Rússia em 29 de dezembro de 2019.

## POLÍTICA INTERNA

Desde a independência, em 1991, a trajetória política da Ucrânia foi marcada pela dificuldade em superar de seu passado soviético. Por quase duas décadas, o país reproduziu o modelo que surgiu em seu vizinho sem lograr definir uma matriz política própria

No decorrer dos anos 90, a estrutura produtiva do país permaneceu em grande parte igual àquela da era soviética, o que forçou a Ucrânia a manter certa integração econômica com a Rússia, tradicionalmente o principal mercado para os produtos siderúrgicos e armamentos produzidos na Ucrânia pelos antigos complexos industriais soviéticos. Ao contrário dos Países Bálticos, Polônia e outros países da Europa do Leste, o país deixou de fazer as reformas políticas e econômicas que o credenciariam a se juntar à UE.

A primeira mudança significativa nesse quadro ocorreu com a eclosão da Revolução Laranja no final de 2004 e início de 2005, quando a eleição de Viktor Yanukovich à presidência foi contestada pela população. Aquela rebelião popular pareceu significar o começo do fim do regime com bases soviéticas que perdurou no país nos primeiros anos de independência. Entretanto, os desentendimentos entre a então primeira-ministra Yulia Tymoshenko e o então presidente pró-ocidental Viktor Yushchenko, acabaram por criar condições favoráveis para Yanukovich eleger-se presidente nas eleições seguintes, em 2010, sem novas contestações. Já nesse período, fica claro a crescente divisão do país entre o leste e o oeste do rio Dnipro. A leste, predomina o legado da ex-URSS, com grandes polos de indústria pesada e complexos militares que tornavam as cidades que os sediam - Kharkiv, Dnipro, Zaporizhia e Donetsk - dependentes do mercado russo. A oeste, em terras antes pertencentes à

Polônia ou ao Império Austro-Húngaro, predomina cultura mais ocidentalizada, e é mais forte o anseio popular pela transformação da Ucrânia em um "país ocidental".

As divisões do país foram acirradas pela decisão de Yanukovich de rever o alinhamento político com o Ocidente que havia marcado a administração Yushchenko. Esse processo culminou com sua recusa, em novembro de 2013, em assinar Acordo de Associação com a União Europeia, cuja negociação havia sido iniciada em 2007 e que fora por ele apoiado inicialmente. Tal postura chocou o país e foi o estopim para a eclosão do movimento "Euromaidan", com a tomada da principal praça de Kiev por estudantes e jovens em novembro de 2013, posteriormente apoiados por manifestantes de todo o país. A decisão de Yanukovich de atacar os manifestantes em fevereiro de 2014, inclusive com munição letal, tornou seu governo insustentável aos olhos da opinião pública, culminando em sua fuga para a Rússia. Como resposta ao que denominou de golpe orquestrado pelo ocidente, que teria levado ao poder um "regime fascista" em Kiev, o Kremlin ordenou a ocupação e a incorporação da Crimeia, em 15 de abril, e começou a apoiar milícias separatistas na região do Donbas.

O governo provisório que sucedeu a Yanukovich realizou eleições presidenciais antecipadas em 25 de maio de 2014, das quais saiu vitorioso Petro Poroshenko, político tradicional de inclinação pró-europeísta, que prometeu modernizar o governo, combater a corrupção e obter o apoio do Ocidente para garantir a integridade territorial do país frente à agressão russa. Nas eleições parlamentares, realizadas em 26 de outubro de 2014, os principais partidos vitoriosos foram o "Bloco Petro Poroshenko" e a "Frente Popular", de Yatsenyuk, que formaram um governo presidido por Poroshenko e chefiado por Yatsenyuk.

A Administração Poroshenko foi caracterizada por uma gestão "reformista" na economia, "nacionalista" na política externa, porém pouco interessada em combater a corrupção, flagelo que crescentemente irrita a população. Pressionado pelos aliados ocidentais da Ucrânia, buscou implementar, com resultados variados, ambicioso programa de reformas modernizantes do Estado. No campo do combate à corrupção, não obstante alguns avanços – a introdução de plataforma de compras governamentais eletrônicas ProZorro e a obrigação de políticos e empresários de declararem o valor de suas fortunas – pouco de concreto foi alcançado. Ao mesmo tempo, no campo político, Poroshenko centralizou progressivamente o poder em suas mãos, forçando a renúncia, por exemplo, em 2016, do então primeiro-ministro Yatsenyuk, da "Frente Popular", em favor de Volodymyr Groysman, de seu próprio partido, o Bloco Petro Poroshenko.

No fim de 2018 já era claro que a persistência do conflito no Donbas, a resistência do governo em combater a corrupção e a demora da economia em "decolar" pulverizavam a popularidade do governo Poroshenko, com este último

perdendo em popularidade para sua principal rival, Yulia Tymoshenko. Além disso, Poroshenko passou a sofrer também forte concorrência do "outsider" e ator Volodymyr Zelensky, que granjeou fama por ter protagonizado uma série de TV onde desempenhou o papel de um professor simples e honesto que chega à presidência de maneira inesperada e decide então reformar o país, enfrentando a elite política e econômica até então dominante no país. A população local, ávida por lideranças políticas novas e cansadas tanto de Tymoshenko quanto de Poroshenko, passou a apoiar em massa a Zelensky, permitindo que ele vencesse o primeiro turno das eleições presidenciais com 30% e o segundo turno com 73% dos votos, contra 15% e 23% respectivamente para Poroshenko, o segundo colocado.

Zelensky, empossado presidente em 21 de maio de 2019, trouxe, de alto de seu enorme prestígio eleitoral, um novo estilo "anti-establishment" para o cargo de presidente, o qual, pelo sistema político ucraniano, detém relativamente poucos poderes, concentrados no exercício da política externa e defesa do país. Defensor de uma "nova política", Zelensky prometeu reformas moralizantes e forte combate à corrupção, o que criou atritos com o parlamento existente quando da sua eleição, dominado pela velha elite política do país.

Convencido de que dificilmente teria êxito caso tentasse trabalhar com aquele Parlamento, Zelensky decidiu dissolvê-lo, convocando eleições parlamentares antecipadas para 21 de julho de 2019, as quais ganhou com grande facilidade. Seu partido, o recém-criado “Servidor do Povo” obteve 254 dos 450 assentos, 29 acima do necessário para configurar maioria simples e mais de 200 assentos a mais que o segundo colocado no pleito, o partido pró-russo “Plataforma de Oposição – Za Zhyttya (Pela Vida)”, controlado pelo oligarca Medvedchuk, aliado próximo de Vladimir Putin. Os partidos liderados por políticos tradicionais como Yulia Tymoshenko e Petro Poroshenko ficaram com poucos assentos, em torno de 25 cada.

A partir dessa vitória, Zelensky deu início na prática ao seu governo, escolhendo, em agosto, um novo primeiro-ministro e gabinete de ministros. Aprovou facilmente algumas reformas políticas de grande simbolismo, como a extinção da imunidade parlamentar, mas teve maior dificuldade em levar adiante reformas econômicas mais profundas, como o deslanche de programa de privatizações de grandes estatais e a liberalização da venda de terras a entes privados, devido a oposição de magnatas poderosos, como Igor Kolomoisky e Rinat Akhmetov. Desde o início de seu governo Zelensky viu-se diante do desafio de definir o curso a tomar no conflito que se desenrola há anos entre reformadores pró-ocidentais (apoiados pelos EUA, UE e FMI), que defendem reformas liberais, e os grandes magnatas locais, interessados na manutenção do status quo e em atividades rentistas. O símbolo desse

conflito é o acordo com o FMI, cuja contraparte é a adoção de reformas liberais, e cuja importância para a saúde financeira do país aumentou após a eclosão da pandemia do coronavírus.

Zelensky, como neófito político, continua a hesitar entre essas duas correntes, ora apoiando os magnatas, ao nomear inicialmente como chefe de gabinete Andriy Bohdan, um associado de Igor Kolomoisky, talvez o mais politicamente ativo dos magnatas locais; ora pendendo para os reformadores, ao aceitar promulgar uma lei que fere os interesses de Kolomoisky, seu ex-parceiro de negócios, ao impedir o retorno ao seu controle de um poderoso banco privado. Nesse campo, após um começo marcado por hesitação, em que Zelensky pareceu querer evitar conflitos diretos com os grandes magnatas, o líder ucraniano passou a dar sinais há poucas semanas de entender a importância de cortar relações com Kolomoisky.

Possivelmente para escapar desse dilema político interno, Zelensky vem priorizando como principal obra de seu governo a paz no Donbas, mesmo consciente da nula disposição de Moscou em abrir mão de suas posições negociadoras maximalistas. Desde setembro de 2019, data do verdadeiro início de seu governo, Zelensky tem sinalizado disposição em fazer concessões importantes à Rússia mesmo em temas altamente sensíveis, como uma futura autonomia para o Donbas e a realização de eleições na província separatista controlada por Moscou, que certamente legitimará o governo separatista atual. Diante da forte reação nacionalista suscitada a cada concessão, Zelensky começa a se dar conta da impossibilidade de satisfazer simultaneamente a Moscou e aos setores nacionalistas ucranianos, os quais veem no conflito de Donbas oportunidade única para consolidar uma vez por toda a criação de um estado nacional ucraniano.

Ao final de oito meses de efetivo governo, portanto, Zelensky é confrontado com sérios desafios políticos internos e externos, que só tendem a agravar-se com o desenrolar da pandemia do coronavírus, que devolverá o país mais uma vez a uma recessão econômica que só teria paralelo no início do conflito do Donbas de 2014-15, quando o PIB ucraniano reduziu-se em 15%.

## POLÍTICA EXTERNA

Por duas décadas após a dissolução da União Soviética, a Ucrânia oscilou entre a manutenção de sua tradicional aliança com a Rússia e a aproximação com o Ocidente, especialmente com a Europa. Anteriormente região privilegiada da URSS que sediava parte importante do complexo militar-industrial soviético, a Ucrânia sempre foi vista por estrategistas russos como um território cuja "perda" estancaria o

processo de fortalecimento geopolítico da Rússia em andamento desde 2000. Por outro lado, a prosperidade da UE, sobretudo dos países do Leste Europeu outrora parte da URSS que aderiram à União Europeia, levou e ainda leva importante parcela da população ucraniana a almejar a adesão da Ucrânia ao Ocidente.

Após o relativo êxito do presidente Kuchma de manter uma política de equidistância entre Bruxelas/Washington e Moscou entre 1994 e 2004, a eclosão da Revolução Laranja, em 2004, marcou o início de período de alternância entre governos antirrussos (Yushchenko, 2005-2010) e pró-russos (Yanukovich, 2010-2014). Yanukovich, embora encarado como próximo a Putin, empreendeu opção geopolítica arriscada de tentar equilibrar-se entre Moscou e Bruxelas, extraindo vantagens de ambos, de forma parecida ao que faz há tempos o líder da Belarus, Alexandr Lukashenko. Menos hábil que Lukashenko, Yanukovich terminou por acentuar as divisões dentro do país ao priorizar ora o Ocidente (quando decidiu recusar convite de Putin para que a Ucrânia aderisse à União Econômica Eurasiática), ora a Rússia (quando aceitou pressões do Kremlin para não aderir à Parceria para o Leste da União Europeia). Esta última decisão foi o estopim para a eclosão das manifestações pró-ocidentais no final de 2013 e início de 2014 no movimento que ficou conhecido como "Euromaidan". Derrotado pela opinião pública e sem apoio popular, Yanukovich fugiu para a Rússia, o que permitiu às correntes pró-ocidentais ocuparem o poder. O Kremlin respondeu incorporando a Crimeia e patrocinando grupos pró-separatistas no Donbas. O início das crises na Crimea e Donbas marca o fim do período de coexistência pacífica entre as duas maiores ex-repúblicas soviéticas e o começo de um movimento de redirecionamento político e econômico da Ucrânia em relação ao Ocidente.

O então novo presidente eleito do país, Petro Poroshenko, passou a assumir, apesar de ter sido Ministro dos Negócios Estrangeiros e aliado de Yanukovich, posição crescentemente pró-ocidental. Antes mesmo de sua eleição, em 25 de maio de 2014, o governo interino ucraniano já aderira à Parceria para o Leste, ao assinar, em 21 de março, Acordo de Associação com a União Europeia. Poroshenko também passou a defender explicitamente a adesão da Ucrânia tanto à OTAN, quanto à União Europeia. Durante sua gestão, a política externa da Ucrânia voltou-se quase inteiramente à luta contra a Rússia e à integração política e econômica do país ao Ocidente.

De forma a viabilizar os dois objetivos mencionados acima, a política externa do governo Poroshenko investiu grande parte de seus esforços na intensificação das relações bilaterais com os países do G-7 (Reino Unido, Itália, Canadá, Alemanha, EUA, França e Japão) e com a UE. Outra importante prioridade

para a Ucrânia foram organizações internacionais como a ONU, o Conselho da Europa e a OSCE, onde o país pôde combater diplomaticamente a Rússia por meio de repetidas resoluções de condenação à incorporação russa na Crimeia, que lograram ser aprovadas facilmente no âmbito da AGNU e do Conselho de Direitos Humanos. Também nessa esfera, a Ucrânia recorreu insistentemente a tribunais arbitrais internacionais, ante os quais obteve o reconhecimento da ilegalidade do confisco de bens ucranianos na Crimeia e buscou reparações financeiras da parte da Rússia.

No que se refere ao conflito no Donbas, após fortes hostilidades entre julho de 2014 e fevereiro de 2015, quando a Ucrânia tentou retomar os territórios ocupados por separatistas, Kiev foi forçada, pela entrada de tropas russas no conflito, a aceitar um processo de paz, que desembocou nos Acordos de Minsk, firmados em 2015 por Alemanha, França, Rússia e Ucrânia (o "Quarteto de Normandia"). Os Acordos de Minsk preveem a cessação das hostilidades, a retirada de armamento pesado da linha de combate, a devolução do controle da fronteira Donbas-Rússia à Ucrânia, bem como a concessão de autonomia ao Donbas ocupado e a realização de eleições locais naquela região. No entanto, entre 2015 e 2019, nem a Rússia nem a Ucrânia tomaram passos decisivos para a implementação daqueles Acordos, cada qual por razões próprias. No caso da Ucrânia, Kiev por muito tempo acreditou que os acordos lhe eram desfavoráveis, por exigir concessões concretas (autonomia política e realização de eleições no Donbas) sem contrapartidas claras da Rússia, como a dissolução das "repúblicas populares" de Donetsk e de Lugansk e a devolução a Kiev do controle da fronteira entre Donbas e Rússia. Já Moscou insiste num formato de implementação dos Acordos de Minsk que favoreça a permanência das "repúblicas populares" de Donetsk e de Lugansk e seu retorno ao estado ucraniano com a incumbência de brecar o rumo pró-ocidental do governo central ucraniano.

Com a chegada ao poder de Volodymyr Zelensky, a política externa ucraniana passou a sofrer mudanças. Embora o novo presidente continue a manter a política de aproximação ao Ocidente iniciada pelo seu antecessor, até para garantir a injeção de recursos financeiros do G7, FMI e EBRD na economia ucraniana, Zelensky vem adotando um meio-termo entre a política de Poroshenko em defender a integração absoluta de seu país ao Ocidente e a política de Yanukovich de inserção da Ucrânia na esfera russa.

Assim, no que se refere ao conflito no Donbas, Zelensky, à diferença de Poroshenko, buscou dar novo fôlego às negociações de paz, logo que pôde contar com um governo a sua semelhança, em setembro de 2019. Naquele mês, passou a sinalizar disposição de fazer concessões a Moscou anteriormente rejeitadas por Poroshenko, bem como acordou com Moscou medidas de construção da confiança, como o

desengajamento em pontos da linha de contato e a troca de prisioneiros de guerra. Nesse contexto, foi possível realizar no dia 9/12/2019, em Paris, cúpula do "Quarteto Normandia" depois de mais de três anos sem reuniões. O encontro produziu resultados modestos, porém relevantes, com o compromisso de segunda troca de prisioneiros (realizada subsequentemente no fim de dezembro de 2019), desengajamento em novos pontos da linha de contato, e implementação de cessar-fogo efetivo.

Passada a etapa mais fácil do processo de paz, a dificuldade com que se defronta hoje Zelensky é de como dar continuidade às negociações, dado que a Rússia não deverá abrir mão da implementação "ao pé da letra" dos Acordos de Minsk, os quais, ao fim e ao cabo, foram impostos por Moscou a Kiev em 2015. Zelensky tem sido alertado de que implementar Minsk significa correr o sério risco de, no médio prazo, introduzir na Ucrânia um Donbas autônomo e pró-russo com o potencial de minar a independência do país e dividi-lo entre facções nacionalistas e pró-russas. Embora Zelensky tenha evitado nos últimos meses fortes abalos em sua popularidade, só o fez porque após cada anúncio de concessões a Moscou, voltou rapidamente atrás após se dar conta do peso dos protestos de setores nacionalistas e elementos de seu próprio partido. Esse zigue-zague político vem desconcertando tanto a russos quanto a ucranianos, e torna difícil prever que direção tomarão efetivamente as negociações de paz quando puderem ser retomadas após a pandemia do Covid-19.

Zelensky também esboça interesse em diversificar a política externa de seu país, que durante os governos anteriores concentrou-se quase exclusivamente no manejo das relações com Rússia e o Ocidente, deixando em segundo ou terceiro plano relações com a África, América Latina, Oriente Médio e até a Ásia. É nesse contexto que Zelensky defende a ideia de dinamizar as relações com a América Latina em geral e com o Brasil em particular.

## ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

### Economia

O PIB da Ucrânia correspondeu em 2019 a cerca de US$ 154 bilhões e mais do dobro desse valor (US$ 390 bilhões) quando medido em PPP. Os serviços compõem cerca de metade da produção, com participações da indústria e da agricultura na ordem de 10% cada. A economia do país retomou fôlego após o período fortemente recessivo que marcou o biênio 2014-15, com queda do PIB de cerca de 15%, em razão da incorporação russa da Crimeia e do início do conflito no leste do país. Impulsionada pelo crescimento da agricultura, que registra safras recordes ano após ano, e a forte remessa de fundos provenientes de ucranianos que trabalham no

exterior, a expansão da produção foi de 2,4%, em 2016, 2,5%, em 2017, 3,3%, em 2018 e 3,2%, em 2019.

Como resultado da pandemia de covid-19, no entanto, analistas econômicos estimam que o PIB ucraniano em 2020 possa registar queda de 4%, se o "lockdown" em vigor durar até 3 meses, a 9%, caso o "lockdown" se prolongue até a segunda metade do ano. Com vistas a manter a economia de pé, o governo recorreu à ajuda das instituições financeiras internacionais e busca a aprovação no parlamento de leis voltadas a reformar o sistema bancário e o mercado de terras agrícolas do país, colocadas como condição incontornável pelo FMI para a liberação de pacote de ajuda de US$ 8 bilhões negociado com a Ucrânia no final de 2019.

**Comércio exterior e Investimentos**

As exportações da Ucrânia em 2019 totalizaram US$ 50 bilhões. Os principais mercados foram China (US$ 3,3 bilhões), Polônia (US$ 3,1 bilhões), Rússia (US$ 3,0 bilhões), Turquia (US$ 2,3 bilhões) e Itália (US$ 2,3 bilhões). Tiveram destaque entre as exportações cereais (US$ 8,6 bilhões); ferro fundido, ferro e aço (US$ 8,2 bilhões); gorduras e óleos animais ou vegetais (US$ 4,3 bilhões); e minérios, escórias e cinzas (US$ 3,4 bilhões).

As importações ucranianas alcançaram US$ 60,7 bilhões. Os países de origem foram China (US$ 8,4 bilhões), Rússia (US$ 6,4 bilhões), Alemanha (US$ 5,5 bilhões), Polônia (US$ 3,8 bilhões) e Belarus (US$ 3,4 bilhões). Os principais produtos importados foram petróleo e derivados (US$ 11,2 bilhões); reatores nucleares e caldeiras (US$ 6 bilhões); máquinas elétricas (US$ 6 bilhões); e veículos automotivos e tratores (US$ 5,3 bilhões).

O país apresentou déficit comercial de US$ 10,7 bilhões. Apesar de a Rússia permanecer como importante origem e destino do comércio exterior ucraniano, sua importância relativa vem diminuindo desde o início do conflito no Donbas, em 2014, em razão de dificuldades logísticas e de crescentes sanções comerciais recíprocas. Esse fenômeno gera altos custos aos dois países, mas sobretudo à Ucrânia, pois o vasto complexo militar-industrial deste país dependia fortemente da integração de suas cadeias produtivas com as cadeias russas. A conclusão do acordo de livre comércio da Ucrânia com a União Europeia vem redirecionando a economia ucraniana da Rússia para a Europa, ainda que em ritmo gradativo. Após a revolução "Euromaidan", a corrente de comércio com a União Europeia passou de US$ 27 bilhões, em 2015, para quase US$ 50 bilhões, em 2019.

O acesso facilitado da Ucrânia ao mercado consumidor da UE - viabilizado pelo acordo de associação UE-Ucrânia - apresenta oportunidade importante para

empresas estrangeiras se instalarem no país com objetivo de abastecer o mercado europeu. Empresas europeias, japonesas, coreanas e norte-americanas vêm abrindo novas unidades ou transferindo suas operações de terceiros países para a Ucrânia, em particular para a cidade de Lviv e outras regiões ocidentais, onde o ambiente de negócios assemelha-se mais ao europeu. Quando se instalam neste país, tais empresas beneficiam-se de incentivos fiscais competitivos oferecidos pelas municipalidades e têm acesso a mão de obra qualificada a baixos custos. Insumos e energia também têm custos muito competitivos, se comparados com os de países vizinhos da União Europeia.

**Relações econômico-comerciais Brasil-Ucrânia**

As exportações brasileiras para a Ucrânia tiveram comportamento dinâmico nos anos que antecederam a revolução "Euromaidan", marcados por um “boom” econômico no país. De US$ 344 milhões em 2010, cresceram 81% até 2012, atingindo US$ 624 milhões. Em seguida, houve decréscimo significativo em 2013 (US$ 483 milhões), quando a economia ucraniana deu os primeiros sinais de recessão. Sob o impacto da crise militar ucraniano-russa, a queda nas exportações acentuou-se em 2014 (US$ 151 milhões) e as exportações chegaram a seu ponto mais baixo em 2015 (US$ 85 milhões), crescendo lentamente no período seguinte, até atingirem US$ 119 milhões em 2018 e US$ 111 milhões em 2019.

Os principais produtos exportados pelo Brasil para a Ucrânia em 2019 foram café (US$ 28 milhões); tabaco (US$ 22 milhões); aparelhos mecânicos (US$ 14 milhões); amendoim (US$ 11 milhões); tripas, bexigas e estômagos de animais (US$ 10 milhões); açúcar (US$ 5,7 milhões); cítricos (US$ 2,8 milhões); ferro-ligas (US$ 2,7 milhões); e ferramentas pneumáticas, hidráulicas e de motor (US$ 1,2 milhões).

As exportações ucranianas para o Brasil seguiram trajetória análoga, partindo de US$ 294 milhões em 2010 para chegar a US$ 666 milhões em 2011, porém caindo para US$ 24 milhões em 2017. Voltaram a acelerar desde então, atingindo US$ 60 milhões em 2018 e US$ 106 milhões em 2019. Os principais produtos importados da Ucrânia foram produtos farmacêuticos (US$ 31,2 milhões); laminados de ferro e aço a quente e frio (US$ 22 milhões); aquecedores elétricos de água (US$ 13,1 milhões), malte (US$ 11,3 milhões); aparelhos elétricos para telefonia (US$ 5,5 milhões), têxteis (US$ 3 milhões), eletrodos de carvão (US$ 2,9 milhões); fio máquina de ferro ou aço (US$ 2,6 milhões); e rolamentos de esferas (US$ 2,3 milhões).

O fluxo total, que chegou a alcançar patamar superior a US$ 1 bilhão em 2011-2012, despencou para US$ 133 milhões em 2016, mas vem se recuperando

desde então, embora se mantenha em níveis baixos: US$ 179 milhões, em 2018, e US$ 217 milhões, em 2019. Em todo o período analisado, o Brasil apresentou superávit comercial com a Ucrânia, porém o comércio em 2019 foi mais equilibrado, com saldo positivo para o Brasil de US$ 5 milhões.

A recuperação econômica da Ucrânia em 2016 e a aceleração do crescimento econômico do país em 2018 e 2019 voltou a tornar a Ucrânia um mercado relevante com importante oportunidade para aumentar a penetração de produtos e marcas brasileiras. O Brasil possui excelente imagem na Ucrânia, que se espraia desde nossa produção cultural de telenovelas e música até os aviões da Embraer. Há potencial na Ucrânia para que as indústrias e o agronegócio do Brasil busquem maior acesso ao mercado europeu: não tem havido nos últimos anos nem missões comerciais, nem registros de investimentos brasileiros neste país.

Vislumbram-se, no curto prazo, algumas oportunidades para promover exportações brasileiras à Ucrânia. A primeira delas diz respeito à possibilidade de a GE do Brasil exportar locomotivas para a empresa ferroviária estatal ucraniana Ukrzaliznytsa (UZ), no contexto de entendimento firmado em 2018 entre a GE e a empresa ucraniana para a aquisição de US$ 1 bilhão em locomotivas a diesel até 2034 para modernizar sua frota. Para tanto, a GE-Brasil estaria tentando obter junto à Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) e BNDES oferta de financiamento para a exportação de 30 a 40 locomotivas brasileiras, no valor de USD 135-150 milhões, em condições internacionalmente atraentes (com aplicação de regras da OCDE, porém sem exigir garantia soberana).

Um segundo setor em que o Brasil poderá voltar a exportar à Ucrânia é o da carne suína. No passado recente, o Brasil chegou a exportar volumes significativos de carne suína à Ucrânia, que chegou ao seu pico de US$ 446 milhões, em 2012. A partir da forte crise econômica instalada no país após a revolução "Euromaidan", as exportações brasileiras minguaram, alcançando apenas US$ 4 milhões, em 2016. A recuperação econômica da Ucrânia após 2016 e o aumento do poder aquisitivo da população em anos recentes voltaram a viabilizar essas exportações, que cresceram significativamente, alcançando US$ 52 milhões em 2018. Em outubro de 2018, entretanto, após surto de peste suína no Ceará, as autoridades sanitárias da Ucrânia fecharam o país a exportações de carne suína do Brasil, restrição que afetou inclusive as exportações brasileiras para a Moldova, por se utilizarem do porto ucraniano de Odessa.

## CRONOLOGIA HISTÓRICA

| | |
|---|---|
| **882** | Príncipe Oleg, de origem varegue (viking), captura Kiev e a proclama "mãe das cidades do Rus (Principado) de Kiev". |
| **988** | Cristianização do Principado de Kiev. |
| **1569** | Ucrânia passa ao domínio do Reino da Polônia. |
| **1649** | Criação do Hetmanato Cossaco na Ucrânia. |
| **1654** | Hetmanato celebra acordo de proteção com a Rússia (Tratado de Pereyaslav); o Tzar russo passa a chamar-se Soberano de Toda Rus: a Grande [Rússia], a Pequena [Ucrânia] e a Branca [Belarus]. |
| **Séc. XIX** | Rússia czarista impõe restrições às manifestações culturais e linguísticas na Ucrânia. |
| **1918** | Proclamação da independência da Ucrânia (22/1). Exército bolchevique captura Kiev (9/2). |
| **1919** | Kiev cai diante do Exército Vermelho (5/2). |
| **1921** | Estabelece-se a República Socialista Soviética da Ucrânia. |
| **1930-1945** | Milhões de ucranianos morrem de fome, são executados e deportados durante o governo de Stálin. A Ucrânia sofre uma terrível devastação em consequência da guerra durante a ocupação nazista. |
| **1960** | Aumenta a oposição ao domínio soviético, levando à repressão de dissidentes em 1972. |
| **1986** | Acidente nuclear de Chernobyl. |
| **1990** | Declaração sobre a Soberania Estatal. |
| **1991** | Declaração de Independência. |
| **1992** | Ucrânia assina Protocolo comprometendo-se a desfazer-se de suas ogivas nucleares (processo que se completa em 1996). |
| **1997** | Tratado de Amizade com a Rússia. |
| **2004** | Eleição de Viktor Yanukovich à presidência. Revolução Laranja. Viktor Yushchenko assume a presidência e Yulia Tymoshenko o cargo de primeira-ministra. |
| **2006** | Rússia corta o abastecimento de gás à Ucrânia. |
| **2010** | Viktor Yanukovich é eleito presidente. |
| **2011** | Prisão de Yulia Tymoshenko. |
| **2013** | Assinatura de memorando que torna a Ucrânia observadora da União Econômica Eurasiática. Presidente Viktor Yanukovich volta atrás na decisão de assinar Acordo de Associação com a União Europeia; eclosão de movimento popular batizado de 'Euromaidan'. |
| **2014** | Deposição de Yanukovich. Petro Poroshenko é eleito presidente. Crimeia é incorporada pela Rússia. Rebeldes ocupam o Donbas. Assinatura do Acordo de Associação com a União Europeia. |
| **2015** | Assinados os Acordos de Minsk I e II. |

| | |
|---|---|
| **2019** | Volodymyr Zelensky é eleito presidente. |

## CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

| | |
|---|---|
| **1991** | Reconhecimento da independência da Ucrânia pelo Brasil (dezembro). |
| **1992** | Estabelecimento de relações diplomáticas (11/2). |
| **1993** | Abertura de Embaixada residente da Ucrânia em Brasília. |
| **1995** | Abertura de Embaixada residente do Brasil em Kiev (28/9). Visita do Presidente Leonid Kuchma ao Brasil (24-25/10). Assinado o Acordo de Cooperação Econômico-Comercial, que dispôs sobre a formação da Comissão Intergovernamental Brasil-Ucrânia de Cooperação (CIC). |
| **1996** | Visita do Chanceler ucraniano Guenadi Udovenko ao Brasil |
| **1999** | Visita do Chanceler ucraniano Boris Tarassiuk ao Brasil (abril). |
| **2001** | I CIC, em Kiev (17-18/5). |
| **2002** | Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Ucrânia (16-17/1). |
| **2003** | Visita do Presidente Leonid Kuchma ao Brasil (21-23/10). Assinatura do Tratado sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamento Cyclone-4 no Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA) (21/10). |
| **2004** | II CIC, em Brasília (18-19/3). Em escala durante viagem à China, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva encontra Presidente Leonid Kuchma em Kiev (22/5). |
| **2005** | Visita do Chanceler ucraniano, Boris Tarasyuk, ao Brasil. Visita a Kiev de Delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (outubro). |
| **2008** | III CIC, em Kiev (5-6/6). |
| **2009** | Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Ucrânia (2/12). |
| **2010** | Visita do Ministro da Defesa Nelson Jobim à Ucrânia. IV CIC, em Brasília (26-27/8). |
| **2011** | V CIC, em Kiev (29-30/9). Visita de Estado do Presidente Viktor Yanukovich ao Brasil (23-25/10). Visita do Ministro da Defesa Mykhailo Yezhel ao Brasil (26/1). |
| **2012** | Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia Konstantyn Gryshchenko ao Brasil (20/1). |
| **2013** | Visita do Ministro das Relações Exteriores Antônio Patriota à Ucrânia (3/7). VI CIC, em Brasília (8/12). |
| **2017** | Reunião de Consultas Políticas Bilaterais em Kiev (17/10). |
| **2019** | Reunião entre os presidentes Bolsonaro e Poroshenko à margem do Fórum Econômico Mundial em Davos (janeiro). |
| **2019** | Reunião entre os presidentes Bolsonaro e Zelensky em Tóquio, por ocasião da entronização do imperador Naruhito (outubro). |

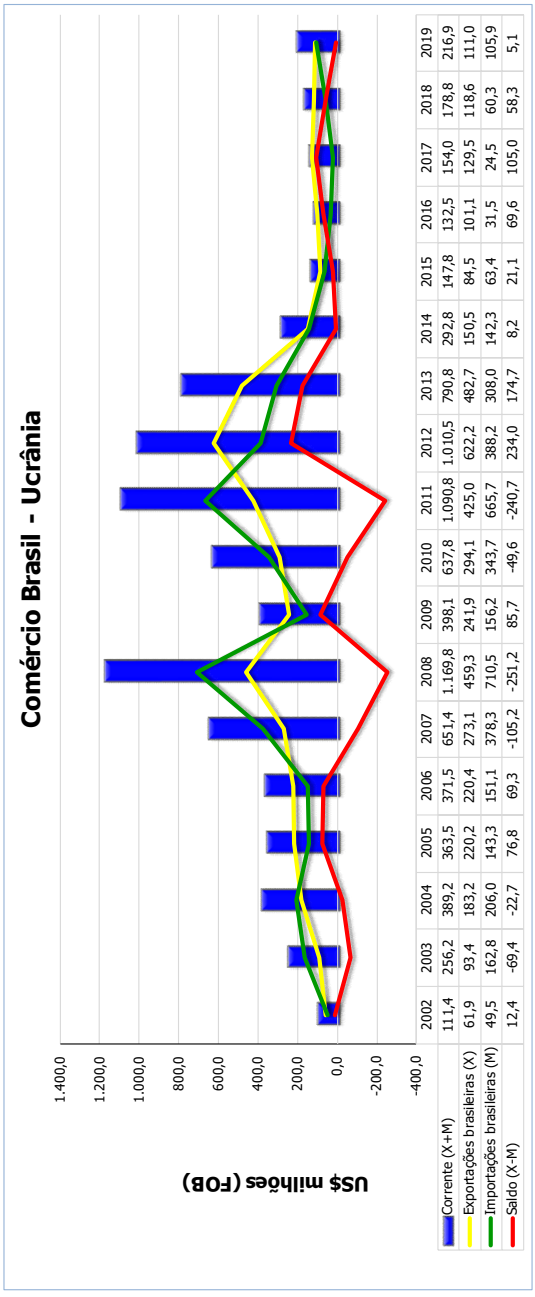
## ATOS BILATERAIS

| Título do Acordo | Celebração | Status |
|---|---|---|
| Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia para a Assistência Jurídica Mútua e Relações Jurídicas em Matéria Civil. | 02/08/2018 | Tramitação Congresso Nacional |
| Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação Técnico-Militar | 25/10/2011 | Tramitação Congresso Nacional |
| Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação em Matéria de Defesa | 16/09/2010 | Tramitação Congresso Nacional |
| Declaração Conjunta do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Presidente da Ucrânia, Victor Yushchenko | 02/12/2009 | Em Vigor |
| Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia | 02/12/2009 | Em Vigor |
| Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Isenção Parcial de Vistos | 02/12/2009 | Em Vigor |
| Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Transferência de Pessoas Condenadas | 02/12/2009 | Em Vigor |
| Memorando de Entendimento na Área Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia | 02/12/2009 | Em Vigor |
| Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia | 02/12/2009 | Em Vigor |
| Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa | 21/10/2003 | Em Vigor |
| Memorando de Entendimento entre a Agência Espacial Brasileira e a Agência Espacial Nacional da Ucrânia sobre Futuros Projetos Espaciais Bilaterais. | 21/10/2003 | Em Vigor |

| | | |
|---|---|---|
| Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara | 21/10/2003 | Denunciado |
| Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia | 21/10/2003 | Em Vigor |
| Declaração Conjunta sobre os Resultados das Conversações Oficiais entre o Presidente de Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da Ucrânia, Leonid Kuchma | 21/10/2003 | Em Vigor |
| Termo de Cooperação entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Academia Diplomática da Ucrânia do Ministério das Relações Exteriores da Ucrânia | 20/11/2002 | Em Vigor |
| Protocolo Adicional ao Memorando de Entendimento entre a Agência Espacial Brasileira e a Agência Espacial Nacional da Ucrânia sobre a Utilização de Veículos de Lançamento Ucranianos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara | 18/04/2002 | Suspenso |
| Memorando de Entendimento entre a Agência Espacial Brasileira e a Agência Espacial Nacional da Ucrânia sobre a Utilização de Veículos de Lançamento Ucranianos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara. | 16/01/2002 | Suspenso |
| Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia no Setor da Fabricação de Máquinas para o Setor Energético | 16/01/2002 | Em Vigor |
| Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia sobre a Cooperação na Área de Produção de Petróleo e Gás | 16/01/2002 | Em Vigor |
| Acordo sobre Cooperação na Área da Indústria de Energia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia | 16/01/2002 | Em Vigor |
| Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos Sobre a Renda | 16/01/2002 | Em Vigor |
| Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia | 16/01/2002 | Em Vigor |
| Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação da Ucrânia em Lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara | 16/01/2002 | Em Vigor |

| | | |
|---|---|---|
| Declaração Conjunta sobre o Aprofundamento das Relações de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia | 16/01/2002 | Em Vigor |
| Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior | 18/11/1999 | Em Vigor |
| Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação Científica e Tecnológica | 15/11/1999 | Em Vigor |
| Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação na Área de Turismo | 28/04/1999 | Em Vigor |
| Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos e de Serviço | 25/10/1995 | Em Vigor |
| Protocolo sobre Consultas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia. | 25/10/1995 | Em Vigor |
| Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação Econômico-Comercial. | 25/10/1995 | Em Vigor |
| Tratado sobre as Relações de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia. | 25/10/1995 | Em Vigor |

# DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



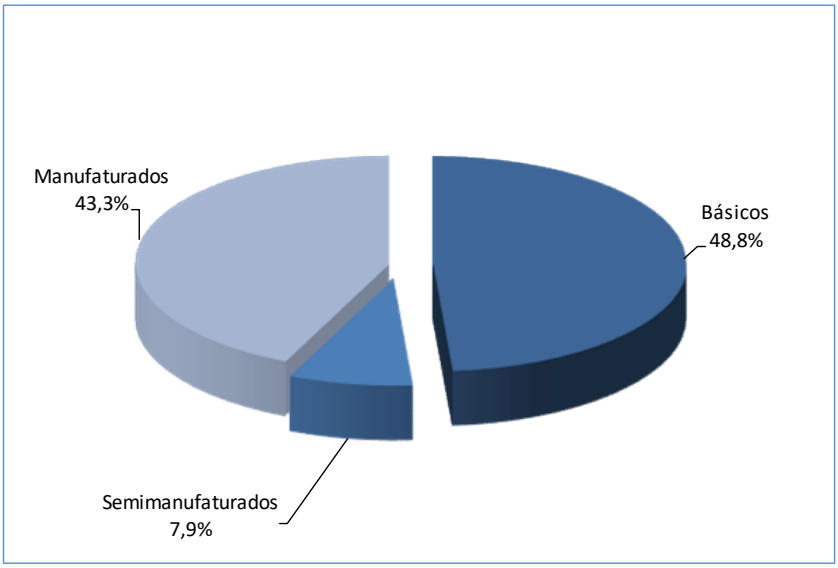

| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Corrente (X+M) | 111,4 | 256,2 | 389,2 | 363,5 | 371,5 | 651,4 | 1.169,8 | 398,1 | 637,8 | 1.090,8 | 1.010,5 | 790,8 | 292,8 | 147,8 | 132,5 | 154,0 | 178,8 | 216,9 |
| Exportações brasileiras (X) | 61,9 | 93,4 | 183,2 | 220,2 | 220,4 | 273,1 | 459,3 | 241,9 | 294,1 | 425,0 | 622,2 | 482,7 | 150,5 | 84,5 | 101,1 | 129,5 | 118,6 | 111,0 |
| Importações brasileiras (M) | 49,5 | 162,8 | 206,0 | 143,3 | 151,1 | 378,3 | 710,5 | 156,2 | 343,7 | 665,7 | 388,2 | 308,0 | 142,3 | 63,4 | 31,5 | 24,5 | 60,3 | 105,9 |
| Saldo (X-M) | 12,4 | -69,4 | -22,7 | 76,8 | 69,3 | -105,2 | -251,2 | 85,7 | -49,6 | -240,7 | 234,0 | 174,7 | 8,2 | 21,1 | 69,6 | 105,0 | 58,3 | 5,1 |

| 2019/2020 | Exportações brasileiras | Importações brasileiras | Corrente de comércio | Saldo |
|---|---|---|---|---|
| 2019 (janeiro) | 7,5 | 6,7 | 14,1 | 0,8 |
| 2020 (janeiro) | 14,7 | 4,9 | 19,6 | 9,7 |

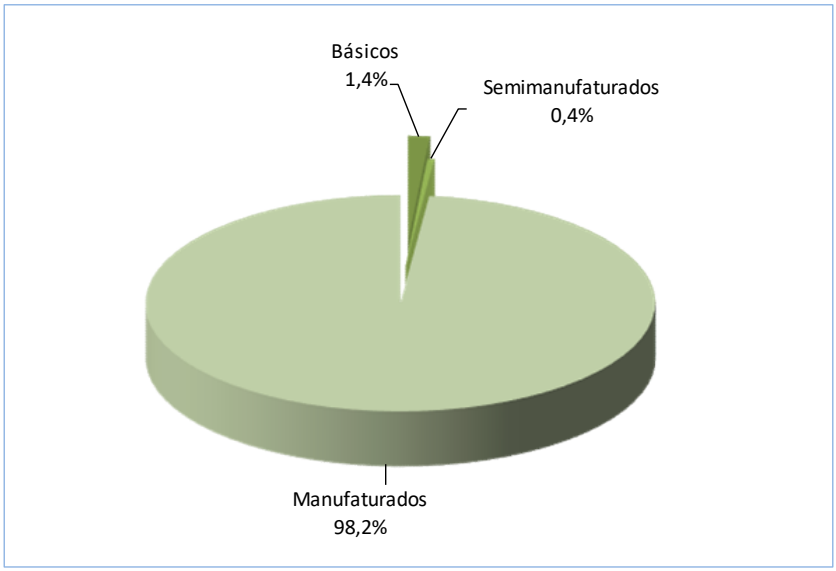
*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME. Fevereiro 2020.*

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado**
**2019**

**Exportações**




**Importações**



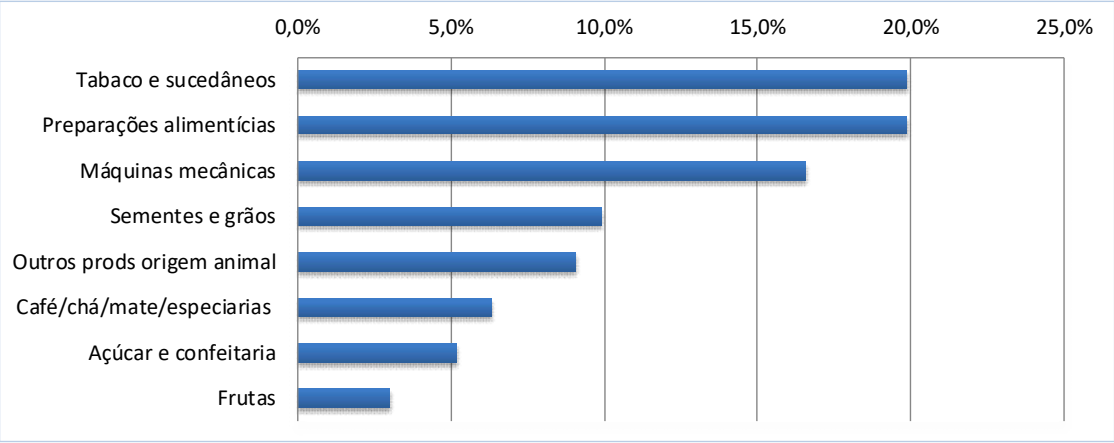

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Fevereiro 2020.*

**Composição das exportações brasileiras para a Ucrânia**
**US$ milhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Tabaco e sucedâneos | 38,4 | 29,6% | 27,1 | 22,8% | 22,1 | 19,9% |
| Preparações alimentícias | 14,1 | 10,9% | 18,8 | 15,8% | 22,1 | 19,9% |
| Máquinas mecânicas | 22,8 | 17,6% | 21,3 | 17,9% | 18,4 | 16,6% |
| Sementes e grãos | 2,6 | 2,0% | 3,9 | 3,3% | 11,0 | 9,9% |
| Outros prods origem animal | 11,9 | 9,2% | 15,4 | 13,0% | 10,0 | 9,0% |
| Café/chá/mate/especiarias | 2,7 | 2,1% | 7,3 | 6,1% | 7,0 | 6,3% |
| Açúcar e confeitaria | 0,1 | 0,0% | 0,0 | 0,0% | 5,8 | 5,2% |
| Frutas | 1,3 | 1,0% | 1,0 | 0,8% | 3,4 | 3,0% |
| **Subtotal** | **93,8** | **72,5%** | **94,7** | **79,8%** | **99,7** | **89,7%** |
| **Outros** | **35,6** | **27,5%** | **23,9** | **20,2%** | **11,4** | **10,3%** |
| **Total** | **129,5** | **100,0%** | **118,6** | **100,0%** | **111,0** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Fevereiro 2020.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019**

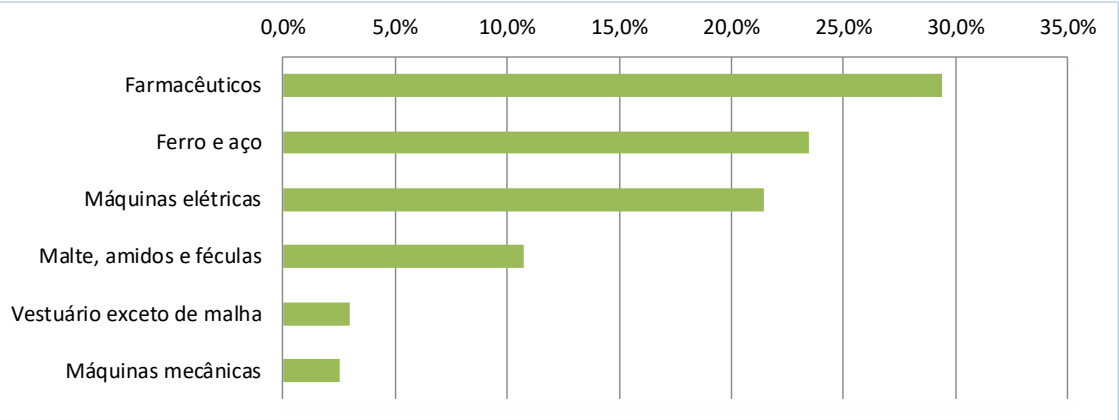


**Composição das importações brasileiras originárias da Ucrânia**
**US$ milhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Farmacêuticos | 1,1 | 4,6% | 13,0 | 21,6% | 31,2 | 29,4% |
| Ferro e aço | 4,5 | 18,2% | 14,6 | 24,2% | 24,9 | 23,5% |
| Máquinas elétricas | 9,7 | 39,7% | 18,0 | 29,9% | 22,7 | 21,5% |
| Malte, amidos e féculas | 0,0 | 0,2% | 4,2 | 7,0% | 11,4 | 10,7% |
| Vestuário exceto de malha | 0,1 | 0,5% | 0,2 | 0,3% | 3,2 | 3,0% |
| Máquinas mecânicas | 1,0 | 4,1% | 2,2 | 3,7% | 2,7 | 2,5% |
| **Subtotal** | **16,5** | **67,2%** | **52,2** | **86,6%** | **96,0** | **90,6%** |
| **Outros** | **8,0** | **32,8%** | **8,1** | **13,4%** | **9,9** | **9,4%** |
| **Total** | **24,5** | **100,0%** | **60,3** | **100,0%** | **105,9** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Fevereiro 2020.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019**



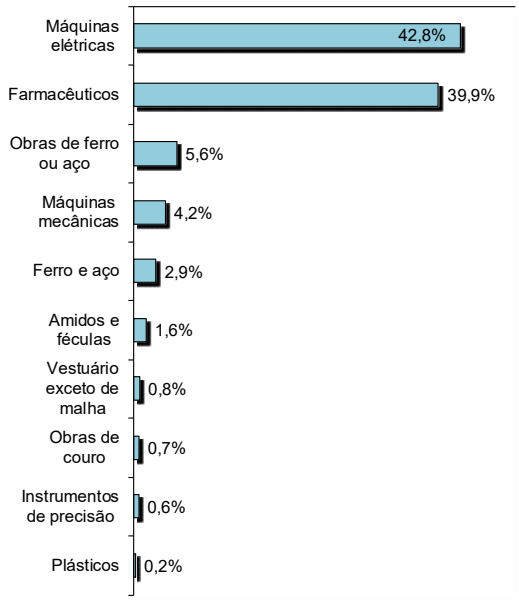
**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**
**US$ milhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2019 (janeiro) | Part. % no total | 2020 (janeiro) | Part. % no total |
|---|---|---|---|---|
| **Exportações** | | | | |
| Máquinas mecânicas | 1,3 | 16,8% | 6,5 | 44,2% |
| Preparações alimentícias | 2,0 | 27,4% | 2,7 | 18,4% |
| Tabaco e sucedâneos | 1,9 | 25,0% | 2,3 | 15,7% |
| Outros prods origem animal | 0,4 | 5,2% | 1,0 | 7,0% |
| Café/chá/mate/especiarias | 0,6 | 7,5% | 0,8 | 5,2% |
| Sementes e grãos | 0,6 | 7,9% | 0,3 | 2,3% |
| Calçados | 0,2 | 3,1% | 0,3 | 2,1% |
| Ferro e aço | 0,1 | 1,7% | 0,2 | 1,5% |
| Frutas | 0,0 | 0,0% | 0,1 | 0,9% |
| Plásticos | 0,0 | 0,1% | 0,1 | 0,6% |
| **Subtotal** | **7,1** | **94,8%** | **14,4** | **97,8%** |
| **Outros** | **0,4** | **5,2%** | **0,3** | **2,2%** |
| **Total** | **7,5** | **100,0%** | **14,7** | **100,0%** |

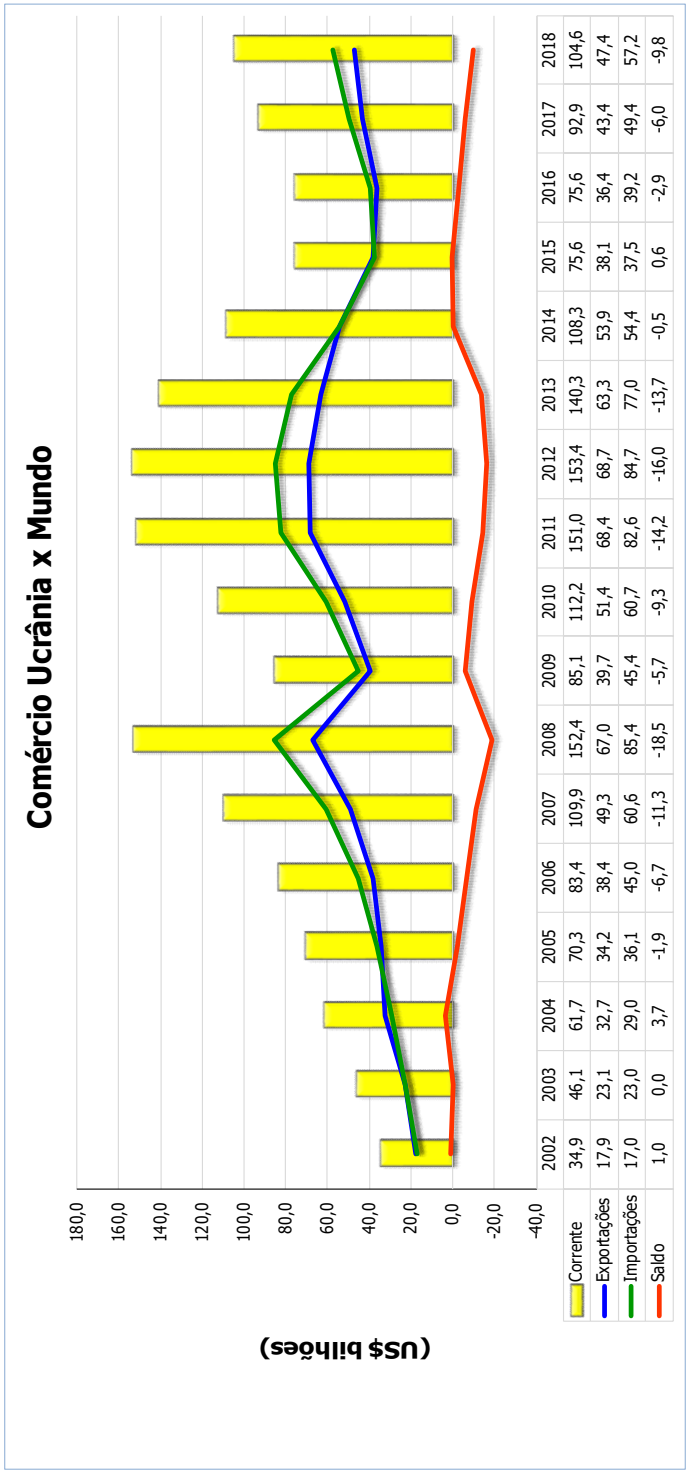
**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2020**

| Grupos de produtos (SH2) | 2019 (janeiro) | Part. % no total | 2020 (janeiro) | Part. % no total |
|---|---|---|---|---|
| **Importações** | | | | |
| Máquinas elétricas | 2,5 | 37,2% | 2,1 | 42,8% |
| Farmacêuticos | 3,4 | 50,5% | 2,0 | 39,9% |
| Obras de ferro ou aço | 0,0 | 0,0% | 0,3 | 5,6% |
| Máquinas mecânicas | 0,2 | 2,7% | 0,2 | 4,2% |
| Ferro e aço | 0,1 | 1,5% | 0,1 | 2,9% |
| Amidos e féculas | 0,0 | 0,6% | 0,1 | 1,6% |
| Vestuário exceto de malha | 0,0 | 0,5% | 0,0 | 0,8% |
| Obras de couro | 0,1 | 1,1% | 0,0 | 0,7% |
| Instrumentos de precisão | 0,0 | 0,6% | 0,0 | 0,6% |
| Plásticos | 0,1 | 1,2% | 0,0 | 0,2% |
| **Subtotal** | **6,4** | **95,8%** | **4,9** | **99,3%** |
| **Outros produtos** | **0,3** | **4,2%** | **0,0** | **0,7%** |
| **Total** | **6,7** | **100,0%** | **4,9** | **100,0%** |

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2020**




*Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Fevereiro 2020.*

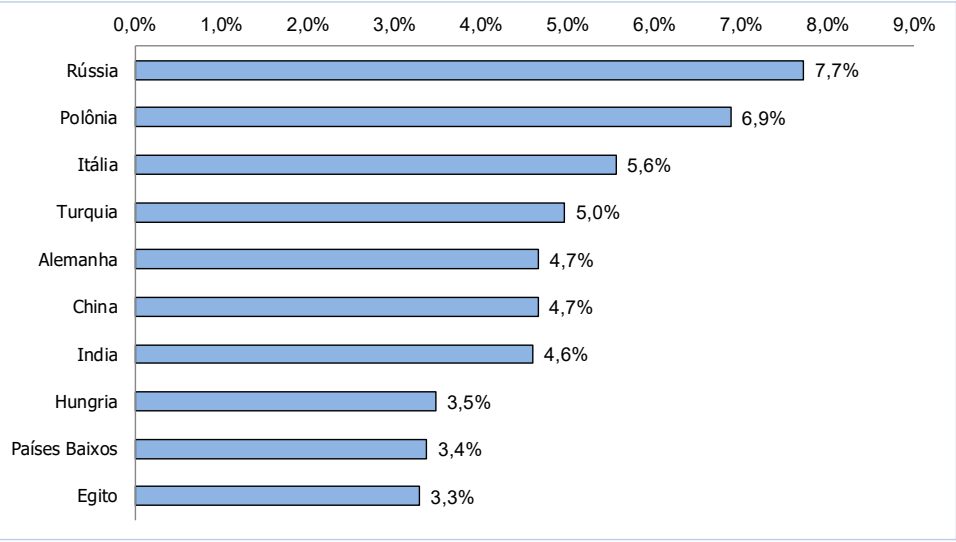

Comércio Ucrânia x Mundo
(US$ bilhões)
180,0
160,0
140,0
120,0
100,0
80,0
60,0
40,0
20,0
0,0
-20,0
-40,0
Corrente
Exportações
Importações
Saldo
2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018
34,9 46,1 61,7 70,3 83,4 109,9 152,4 85,1 112,2 151,0 153,4 140,3 108,3 75,6 75,6 92,9 104,6
17,9 23,1 32,7 34,2 38,4 49,3 67,0 39,7 51,4 68,4 68,7 63,3 53,9 38,1 36,4 43,4 47,4
17,0 23,0 29,0 36,1 45,0 60,6 85,4 45,4 60,7 82,6 84,7 77,0 54,4 37,5 39,2 49,4 57,2
1,0 0,0 3,7 -1,9 -6,7 -11,3 -18,5 -5,7 -9,3 -14,2 -16,0 -13,7 -0,5 0,6 -2,9 -6,0 -9,8
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Fevereiro 2020.

**Principais destinos das exportações da Ucrânia**
**US$ bilhões**

| Países | 2018 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Rússia | 3,66 | 7,7% |
| Polônia | 3,26 | 6,9% |
| Itália | 2,63 | 5,6% |
| Turquia | 2,35 | 5,0% |
| Alemanha | 2,21 | 4,7% |
| China | 2,21 | 4,7% |
| India | 2,18 | 4,6% |
| Hungria | 1,65 | 3,5% |
| Países Baixos | 1,60 | 3,4% |
| Egito | 1,56 | 3,3% |
| ... | | |
| ***Brasil (80º lugar)*** | **0,04** | ***0,1%*** |
| | | |
| **Subtotal** | **23,34** | **49,3%** |
| **Outros países** | **24,04** | **50,7%** |
| **Total** | **47,37** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Fevereiro 2020.*

**10 principais destinos das exportações**

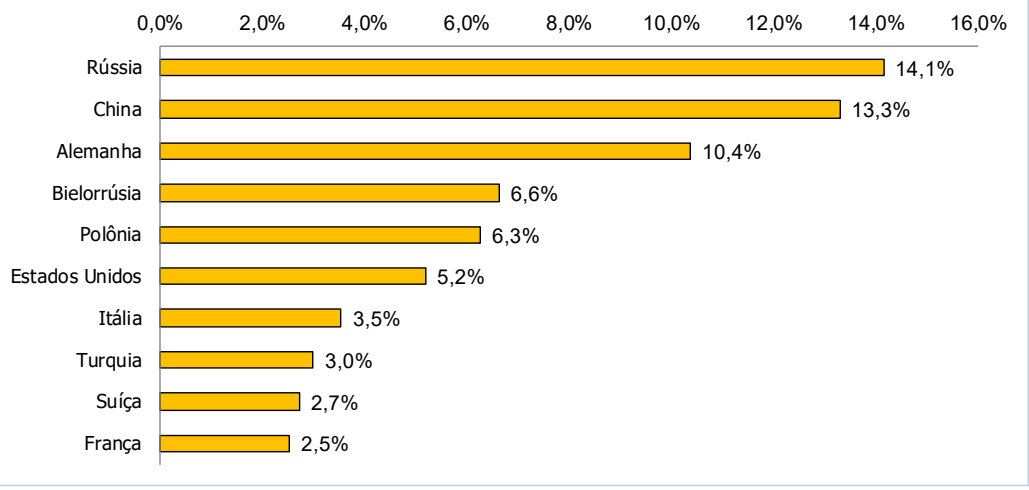


**Principais origens das importações da Ucrânia**
**US$ bilhões**

| Países | 2018 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Rússia | 8,09 | 14,1% |
| China | 7,60 | 13,3% |
| Alemanha | 5,93 | 10,4% |
| Bielorrúsia | 3,79 | 6,6% |
| Polônia | 3,58 | 6,3% |
| Estados Unidos | 2,97 | 5,2% |
| Itália | 2,03 | 3,5% |
| Turquia | 1,71 | 3,0% |
| Suíça | 1,55 | 2,7% |
| França | 1,45 | 2,5% |
| ... | | |
| ***Brasil (39º lugar)*** | ***0,19*** | ***0,3%*** |
| | | |
| **Subtotal** | **38,89** | **68,0%** |
| **Outros países** | **18,30** | **32,0%** |
| **Total** | **57,19** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Fevereiro 2020.*

**10 principais origens das importações**

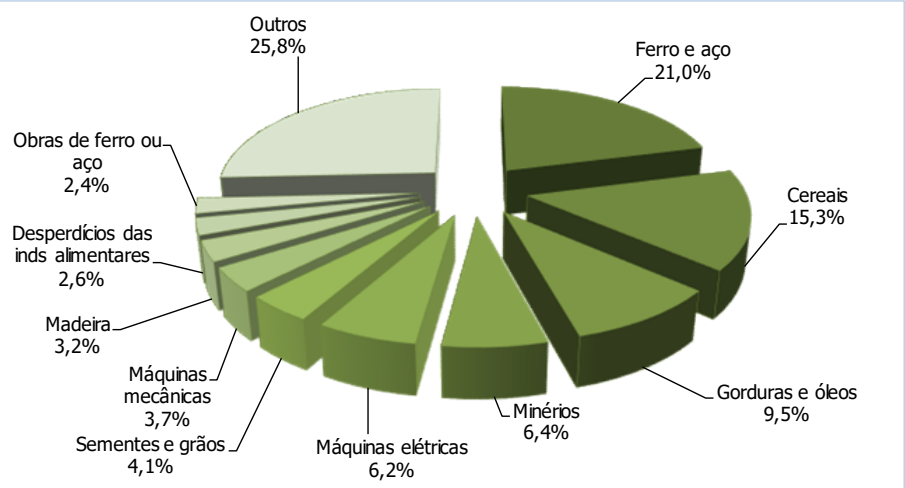


**Composição das exportações da Ucrânia**
**US$ bilhões**

| Grupos de Produtos (SH2) | 2018 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Ferro e aço | 9,94 | 21,0% |
| Cereais | 7,24 | 15,3% |
| Gorduras e óleos | 4,50 | 9,5% |
| Minérios | 3,04 | 6,4% |
| Máquinas elétricas | 2,93 | 6,2% |
| Sementes e grãos | 1,95 | 4,1% |
| Máquinas mecânicas | 1,73 | 3,7% |
| Madeira | 1,49 | 3,2% |
| Desperdícios das inds alimentares | 1,23 | 2,6% |
| Obras de ferro ou aço | 1,12 | 2,4% |
| | | |
| **Subtotal** | **35,17** | **74,2%** |
| **Outros** | **12,20** | **25,8%** |
| **Total** | **47,37** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Novembro de 2019*

**10 principais grupos de produtos exportados**

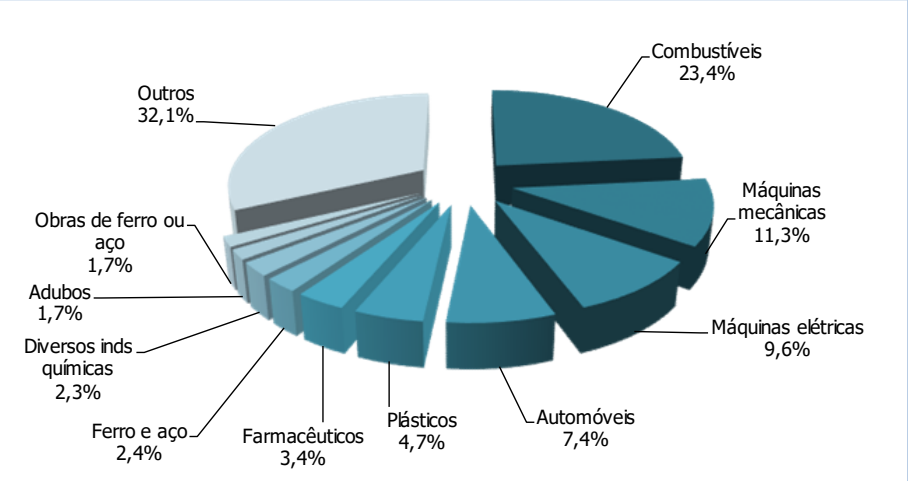


**Composição das importações da Ucrânia**
**US$ bilhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2018 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Combustíveis | 13,40 | 23,4% |
| Máquinas mecânicas | 6,48 | 11,3% |
| Máquinas elétricas | 5,47 | 9,6% |
| Automóveis | 4,22 | 7,4% |
| Plásticos | 2,70 | 4,7% |
| Farmacêuticos | 1,95 | 3,4% |
| Ferro e aço | 1,37 | 2,4% |
| Diversos inds químicas | 1,34 | 2,3% |
| Adubos | 0,97 | 1,7% |
| Obras de ferro ou aço | 0,97 | 1,7% |
| | | |
| **Subtotal** | **38,86** | **67,9%** |
| **Outros** | **18,33** | **32,1%** |
| **Total** | **57,19** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Novembro de 2019*

**10 principais grupos de produtos importados**



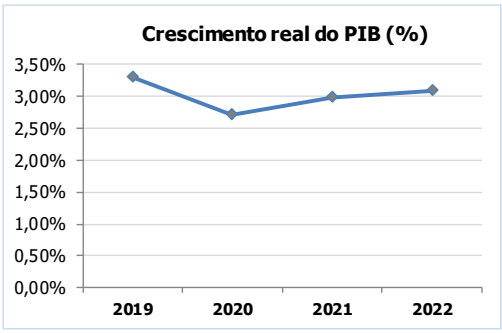
**Principais indicadores socioeconômicos da Ucrânia**

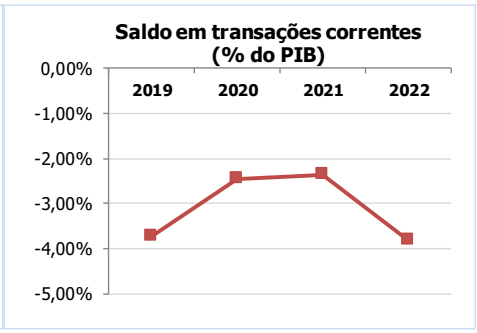
| Indicador | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Crescimento real do PIB (%) | 3,29% | 2,71% | 2,99% | 3,09% |
| PIB nominal (US$ bilhões) | 124,60 | 134,89 | 147,17 | 160,59 |
| PIB nominal "per capita" (US$) | 2.963 | 3.221 | 3.528 | 3.865 |
| PIB PPP (US$) | 8.252 | 8.509 | 8.799 | 9.107 |
| PIB PPP "per capita" (US$) | 9.283 | 9.743 | 10.285 | 10.867 |
| População (milhões habitantes) | 42,05 | 41,88 | 41,71 | 41,54 |
| Desemprego (%) | 9,03% | 8,52% | 8,06% | 7,61% |
| Inflação (%)(2) | 9,78% | 6,97% | 5,62% | 7,37% |
| Saldo em transações correntes (% do PIB) | -3,74% | -2,46% | -2,36% | -3,83% |
| Dívida externa (US$ bilhões) | 114,90 | 117,70 | 120,30 | 122,20 |
| Câmbio (HRN / US$)(2) | 25,97 | 26,32 | 27,73 | 28,55 |
| **Origem do PIB ( 2017 Estimativa )** | | | | |
| Agricultura | | 12,2% | | |
| Indústria | | 28,6% | | |
| Serviços | | 60,0% | | |
| | | | | |

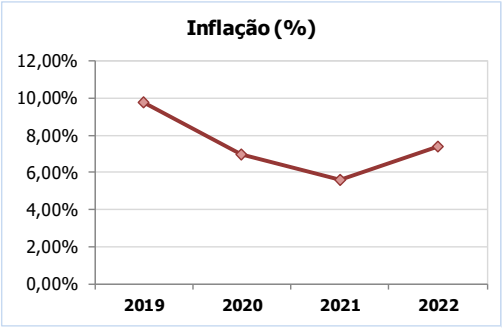
*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report Fevereiro 2020 e da Cia.gov/World Factbook.*

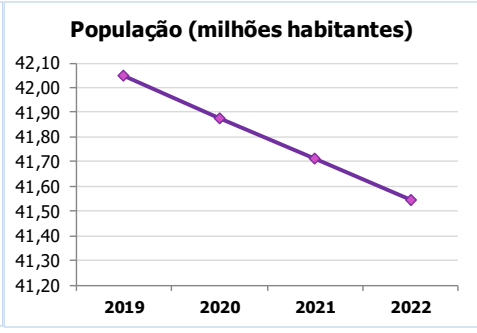
*(1) Estimativas FMI e EIU.*

*(2) Média do período.*



**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

# MOLDOVA

## Ficha-País

**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**
*Maio de 2020*

## DADOS BÁSICOS

| | |
|---|---|
| **NOME OFICIAL** | República da Moldova |
| **GENTÍLICO** | Moldavo |
| **CAPITAL** | Chisinau |

| | |
|---|---|
| **ÁREA** | 33.845 km$^2$ |
| **POPULAÇÃO** | 3,5 milhões de habitantes |
| **LÍNGUA OFICIAL** | Moldavo e romeno |
| **PRINCIPAIS RELIGIÕES** | Cristãos ortodoxos 97%, protestantes 2% |
| **SISTEMA DE GOVERNO** | República parlamentarista |
| **PODER LEGISLATIVO** | Unicameral |
| **CHEFE DE ESTADO** | Igor Dodon (2016) |
| **CHEFE DE GOVERNO** | Ion Chicu (novembro de 2019) |
| **CHANCELER** | Oleg Tulea (março de 2020) |
| **PIB NOMINAL** | US$ 11.978 bilhões (2019) |
| **PIB PPP** | US$ 27.275 bilhões (2019) |
| **PIB NOMINAL PER CAPITA** | US$ 3.422 (2019) |
| **PIB PPP PER CAPITA** | US$ 7.793 (2019) |
| **VARIAÇÃO DO PIB** | 4,7% (2019); 3,4% (2018); 4,7% (2017) |
| **ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)** | 0,711 (107ª posição) |
| **EXPECTATIVA DE VIDA** | 71,7 anos |
| **ALFABETIZAÇÃO** | 99% |
| **ÍNDICE DE DESEMPREGO** | 4,5% (2019) |
| **UNIDADE MONETÁRIA** | Leu moldavo (MDL) |
| **EMBAIXADOR JUNTO AO BRASIL** | Carolina Perebinos, Chargé d'Affaires a.i., (residente em Washington, EUA) |
| **COMUNIDADE BRASILEIRA** | Cerca de 10 pessoas |

**INTERCÂMBIO BILATERAL – US$ milhões**

| **BRASIL → MOLDOVA** | **2010** | **2011** | **2012** | **2013** | **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** (mar) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Intercâmbio** | 90,7 | 16,4 | 29,1 | 39,9 | 58,3 | 3,3 | 3,8 | 7,6 | 17,1 | 14,4 | 3,6 |
| **Exportações** | 49,4 | 13,9 | 20,7 | 37,7 | 56,5 | 2,0 | 2,3 | 5,0 | 12,6 | 9,4 | 2,6 |
| **Importações** | 41,3 | 2,5 | 8,5 | 2,2 | 1,8 | 1,2 | 1,5 | 2,6 | 4,5 | 4,9 | 0,9 |
| **Saldo** | 8,1 | 11,4 | 12,2 | 35,5 | 54,7 | 0,8 | 0,8 | 2,4 | 8,1 | 4,5 | 1,7 |

**PERFIS BIOGRÁFICOS**

**Igor DODON**
**Presidente**

Nascido em 18 de fevereiro de 1975 na vila de Sadova, no distrito de Calarasi da então República Socialista Soviética da Moldova, Dodon formou-se em economia na Universidade Agrícola de Moldova em 1997 e obteve seu doutorado nessa área em 1998 na Academia de Estudos Econômicos da Moldova. De 1997 a 2005, trabalhou no campo acadêmico e no mercado financeiro local.

Dodon foi nomeado para o cargo de vice-ministro do Comércio e da Economia em maio de 2005. Em setembro de 2006, assumiu o cargo de ministro dessa pasta. Entre 2008 e 2009, foi vice-primeiro-ministro.

Em 2011, após ter perdido as eleições para a prefeitura de Chisinau (com 49,4% dos votos), Dodon deixou o Partido dos Comunistas da República da Moldova (PCRM) e aderiu ao Partido dos Socialistas da República da Moldova (PSRM), sendo eleito líder dessa agremiação. Em dezembro de 2016, Dodon tomou posse como presidente da Moldova, vitorioso na primeira eleição direta para o cargo desde 1996 (derrotando Maia Sandu, de orientação pró-Ocidente). Como presidente, Dodon não é formalmente associado ao PSRM, mas mantém proximidade com o partido.

**Ion CHICU**
**Primeiro-ministro**

Nascido em 28 de fevereiro em Pirjolteni, no distrito de Calarasi da então República Socialista Soviética da Moldova, Ion Chicu formou-se em administração em 1994, na Academia de Estudos Econômicos da Moldova.

Após trabalhar nos setores acadêmico e privado, Chicu assumiu, entre 2005 e 2019, diversos cargos públicos na área de economia e finanças. Em 2018, foi nomeado ministro da Fazenda.

Em novembro de 2019, após o voto de não confiança que derrubou o governo liderado por Maia Sandu (bloco pró-Ocidente ACUM), Ion Chicu foi nomeado primeiro-ministro, com apoio do PSRM, partido próximo ao presidente (de quem foi assessor), e do PDM, partido associado ao oligarca Vladimir Plahotniuc.

## RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais entre Brasil e a República da Moldova iniciaram-se em 1993. A agenda política e econômica é incipiente, com intercâmbio bilateral pouco elevado. A Moldova, de modo geral, tem apoiado as candidaturas brasileiras a organismos internacionais.

Em visita realizada em fevereiro de 2017 a Chisinau pelo embaixador do Brasil em Kiev, que é embaixador cumulativo na Moldova, as autoridades locais demonstraram muito interesse em receber missão comercial exploratória do Brasil, a qual, sugeriram, poderia ocorrer no contexto de uma missão comercial mais ampla aos seus vizinhos maiores, Romênia e Ucrânia. No plano político, na mesma ocasião, o embaixador do Brasil sugeriu a institucionalização de reuniões regulares de consultas políticas, porém notou maior entusiasmo do governo local pelo estreitamento das relações comerciais.

O comércio bilateral apresenta comportamento errático. As exportações do Brasil atingiram pico de US$ 56,5 milhões em 2014, mas reduziram-se a apenas USD 3,3 milhões em 2015. Desde então, voltaram a crescer em 2018 (US$ 12,6 milhões), mas caíram em 2019 (US$ 9,4 milhões). Os principais produtos de exportação brasileiros são carnes (90%), máquinas e equipamentos (5%), e tabaco (2%). Em 2010, o país efetuou compra de uma aeronave E 190 LR diretamente da Embraer. Somado a aeronaves compradas de outras companhias aéreas, a Air Moldova dispõe hoje de três aviões desse tipo em sua frota.

As importações do Brasil da Moldova tiveram seu pico em 2010, quando atingiram US$ 41,3 milhões. Também se reduziram em 2015, mas voltaram a crescer em 2018, quando atingiram US$ 4,5 milhões, e em 2019, quando montaram a US$ 4,9 milhões. Os principais produtos moldavos importados pelo Brasil consistem em plásticos (68%), móveis (26%) e vestuário (3%).

## POLÍTICA INTERNA

A política na Moldova é marcada por uma polarização de caráter pendular, com segmentos diferentes defendendo seja uma aliança com a Europa, seja a manutenção de laços fortes com a Rússia. Essa polarização, que é observada igualmente no eleitorado e no parlamento, acirra tensões políticas e desvia o foco de outros desafios.

A Moldova figura como um dos países menos desenvolvidos e mais pobres da Europa, e a população tem baixo nível de confiança nas instituições e no sistema político. Os desafios domésticos são acentuados pela questão não resolvida da região separatista da Transnístria e pelo conflito geopolítico entre correntes pró-russas e pró-europeias. Dado que os políticos e partidos da Moldova se dividem entre esses dois campos, disputas internas sempre ameaçam ser internacionalizadas.

O ano de 2019 foi marcado pela instabilidade política. As eleições de fevereiro de 2019 resultaram num parlamento fragmentado, no qual nenhum partido obteve maioria. A maior parte dos 101 assentos ficaram divididos de modo mais ou menos proporcional entre três forças: o Partido Socialista (PSRM), hoje com 37 votos, próximo ao presidente Igor Dodon e de tendência pró-russa; o bloco liberal pró-europeu (ACUM), hoje com 25 votos, de orientação reformista e pró-ocidental, liderado por Maia Sandu; e o Partido Democrático (PDM), associado ao homem maís rico do país, Vladimir Plahotniuc, figura controversa e que tradicionalmente exerce grande influência sobre as instituições.

A falta de uma clara maioria parlamentar e o contraste entre as diferentes plataformas e interesses dos partidos levaram a um longo impasse, e por meses essas forças tardaram em formar um governo estável. Apenas em junho de 2019 é que o Partido Socialista (pró-russo) e o bloco ACUM (pró-ocidental) anunciaram a formação de uma coalizão, a qual seria liderada por Maia Sandu (ACUM). O interesse de ambos aqueles partidos de retirar o "oligarca" Plahotniuc do "comando" do país foi um dos principais fatores que motivaram a aproximação em entre a ACUM e o Partido Socialista, grupos ideologicamente contrários. O Partido Democrata, até então no poder em coligação com o Partido Socialista, questionou junto à Corte Constitucional do país a legitimidade do novo governo, desencadeando uma crise constitucional. Apesar de a Corte ter favorecido inicialmente a posição do Partido Democrata, o PDM, após forte pressão internacional da Rússia e da UE, abandonou em julho a sua demanda judicial, e a Corte Constitucional anulou sua decisão anterior, afirmando ter agido sob coação.

Em novembro de 2019, o Partido Socialista, após desentendimentos com o ACUM, abandonou a nova coalizão com aquele partido e, com apoio tácito do PDM, formou um governo minoritário liderado pelo primeiro-ministro Ion Chicu. O estopim para a queda do governo de Maia Sandu se deu em torno da designação de um novo procurador-geral para o país.

Durante seu breve período na liderança do governo em 2019, o bloco ACUM teve sucesso em aprovar algumas reformas vistas

favoravelmente na UE, entre as quais mudanças nos sistemas eleitoral e no combate à corrupção. Esses avanços motivaram a Comissão Europeia a retomar sua assistência financeira para a Moldova, que havia sido suspensa em 2018 após fortes críticas de Bruxelas ao estado de direito no país.

O governo de Ion Chicu foi apresentado ao país como um gabinete tecnocrata, mas é, de fato, liderado principalmente pelos socialistas: mais de metade do gabinete é formada por ex-assessores do presidente Dodon. Embora Chicu tenha se comprometido a continuar trabalhando junto com os parceiros ocidentais que tradicionalmente apoiam financeiramente a Moldova (UE, FMI e Banco Mundial), o novo PM também buscou apoio financeiro da Rússia, levando os observadores domésticos e internacionais a questionarem o efetivo apoio de Chicu a reformas ocidentalizantes. Na verdade, a queda da coalizão ACUM-PSRM e a volta informal do Partido Democrata ao poder geram novas incertezas sobre o rumo das reformas econômicas e o direcionamento geopolítico da Moldova.

A próxima eleição presidencial na Moldova está agendada para novembro de 2020. Prevê-se que, assim como ocorreu em 2016, Maia Sandu, a líder pró-ocidental do ACUM, volte a disputar a presidência com o atual titular Igor Dodon.

**Transnístria**

O conflito entre a Moldova e a Transnístria, região separatista localizada entre o rio Dniester e a Ucrânia, está "congelado" desde um acordo de cessar-fogo assinado em julho de 1992, logo após breves combates desencadeados pelo fim da URSS.

A Transnístria é governada por autoridades apoiadas pela Rússia, sediadas em Tiraspol, a capital regional. Uma Comissão de Controle Conjunto consistindo em forças de paz de Rússia, Moldova, Transnístria e Ucrânia gerencia uma zona de segurança de 10-20 km em ambas as margens do Dniester.

Além de suas forças de paz, a Rússia mantém presença militar na região desde a década de 1950, estimada em 1500 soldados, para a "proteção" de grandes depósitos de munição e equipamentos bélicos herdados da URSS).

A Rússia tem interesse em manter esse "conflito congelado" entre a Transístria e a Moldova, impedindo a reintegração da região separatista à Moldova, como forma de pressionar a Moldova a não integrar-se à UE. Não obstante isso, nos últimos anos, tem-se registrado avanços na pacificação do conflito e na ampliação dos laços econômicos e sociais entre a região separatista e o resto da Moldova.

## POLÍTICA EXTERNA

Assim como na política interna, a polarização entre as correntes pró-Ocidente e pró-Rússia é a principal marca da política externa da Moldova. Como em outros países do Leste Europeu, muitos cidadãos moldavos (especialmente os mais velhos e moradores do campo) sentem-se mais próximos da Rússia; enquanto outros (especialmente os mais jovens e a classe urbana) querem aproximar-se do Ocidente, da União Europeia, e da Romênia, país com o qual Moldova compartilha sua cultura e idioma (o moldavo é um dialeto do romeno).

Em 2014, Moldova assinou Acordo de Associação com a União Europeia, que incluiu a implementação de uma Área de Livre Comércio (DCFTA), a qual foi estendida em 2016 para todo o território da Moldova, incluindo o território separatista da Transnístria. O arranjo concede à Moldova acesso sem barreiras tarifárias ao mercado da UE e ajudou a estimular os laços políticos e comerciais do país com o Ocidente, como contraponto à influência russa.

O Partido Socialista e o presidente Igor Dodon, que tomou posse no mesmo ano de entrada em vigor do acordo com a UE, favorecem os laços do país com a Rússia e com a União Econômica Euroasiática (UEE), embora mantenham, ao mesmo tempo, retórica de compromisso com a integração europeia. Formalmente, o status de observador da Moldova na UEE não é incompatível com a integração à Europa, porém demonstra as forças contraditórias que atuam nas relações externas do país.

O apoio financeiro internacional é uma questão de primeira ordem na política externa moldava, tendo em conta os baixos níveis de desenvolvimento e de resiliência do país. O estabelecimento em novembro de 2019 de um governo do PSRM e do PDM foi percebido como uma ameaça às reformas liberais pró-ocidentais exigidas pelo acordo de associação e por esse motivo representam um obstáculo a novos pacotes de apoio financeiro da UE. No contexto da epidemia de COVID-19, porém, anunciou-se que Chisinau deverá receber apoio não só da Comissão Europeia, mas também do FMI e da Rússia.

## ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

### Economia

Apesar de permanecer um dos países mais pobres da Europa, a Moldova tem apresentado altas taxas de crescimento econômico nos últimos anos. Depois de uma contração do PIB de 0,3% em 2015, causada por uma fraude bancária de grandes proporções e pela queda dos preços agrícolas, a economia cresceu vigorosamente em 2016 (4,4%), 2017 (4,7%) e 2018 (3,4%). Em 2019, o PIB nominal alcançou US$ 11,9 bilhões (US$ 27,3 bilhões em PPP), uma expansão de 4,7% em relação ao ano anterior, correspondendo a renda per capita de US$ 3.422 (ou US$ 7.793 em PPP) para os seus 3,5 milhões de habitantes. A previsão para 2020 indica, no entanto, queda abrupta do PIB de cerca de 5% como resultado da pandemia mundial de coronavírus.

O maior entrave a uma expansão mais acelerada da economia é o alto nível de corrupção no país, cujo exemplo mais emblemático é o desaparecimento de US$ 1 bilhão (12,5% do PIB) do sistema bancário do país em 2014, como decorrência de fraude. O combate à corrupção foi uma das principais exigências do FMI para acordar a concessão de crédito de US$ 179 milhões ao país em 2016.

**Comércio Exterior e Investimentos**

A Moldova possui terras férteis e sua economia é em grande parte baseada na agricultura (frutas, vegetais, vinho, trigo e tabaco), que ocupa 38% da mão-de-obra do país. Com reduzidos recursos energéticos em seu território, depende em grande parte das importações de gás e derivados de petróleo da Rússia, porém vem buscando libertar-se da dependência deste país, aproximando-se da União Europeia (UE).

Em 2014, o país assinou acordo de associação com o bloco europeu (Área de Livre Comércio Profunda e Abrangente - DCFTA), que contribuiu para importante mudança no perfil de seu comércio internacional. Se vinte anos atrás a Comunidade de Estados Independentes (CEI) absorvia 69% de suas exportações, em 2019 a UE foi destino de cerca de dois terços das vendas externas moldavas.

O total exportado pela Moldova em 2019 foi US$ 2,07 bilhões, sendo os principais itens da pauta: produtos vegetais (26%); têxteis (18%); máquinas e equipamentos (13%); e alimentos (13%). Os principais destinos das exportações foram: Romênia (40,1%), Itália (15,7%), Alemanha (11,1%) e Rússia (11,1%).

As importações do país em 2019 somaram US$ 5,59 bilhões, sendo constituídas principalmente de máquinas e equipamentos (17%), produtos químicos (13%), minerais (11%) e têxteis (10%). Os principais

países de origem das mercadorias foram: Romênia (15,9%), Rússia (13,7%), China (11,4%) e Ucrânia (11%).

O déficit da balança comercial, de US$ 3,52 bilhões, é parcialmente compensado pelo alto volume de remessas internacionais, que perfazem US$ 1,6 bilhão, ou quase 15% do PIB, enviadas por cerca de um milhão de moldavos que trabalham na Europa, Israel, Rússia e outros países. O restante do déficit é compensado principalmente por uma crescente dívida externa, que atinge atualmente USD 7,04 bilhões, ou 71% do PIB.

## CRONOLOGIA HISTÓRICA

| | |
|---|---|
| **1359** | Estabelecimento do Principado da Moldávia, nas regiões atuais de Romênia, Moldova e Ucrânia |
| **1538** | Moldávia submetida à suserania do Império Otomano |
| **1774** | Moldávia torna-se protetorado do Império Russo |
| **1812** | Tratado de Bucareste: Rússia anexa metade do território moldavo, sob o nome Bessarábia |
| **1859** | Moldova e Valáquia formam os Principados Romenos Unidos |
| **1878** | Independência da Romênia |
| **1905** | Início do movimento nacionalista romeno na Bessarábia |
| **1917** | Conselho Nacional proclama a República Democrática Moldava na Bessarábia, como parte da República da Rússia |
| **1918** | Tropas romenas invadem a Bessarábia; Conselho Nacional declara independência da República Democrática Moldava; aprovada a união entre a Moldava e a Romênia |
| **1919** | Proclamada em Tiraspol, com apoio russo, o Governo Provisório no Exílio dos Trabalhadores e Camponeses da República Socialista Soviética da Bessarábia |
| **1924** | Até então parte da República Socialista Soviética da Ucrânia, a Transnístria é declarada por Moscou como República Socialista Soviética Autônoma Moldava |
| **1940** | Stalin emite ultimato ao Rei Karol II, da Romênia, para cessão da Bessarábia à URSS; invasão soviética; criação da República Socialista Soviética Moldava |
| **1941** | Romênia recaptura a Bessarábia |
| **1947** | Tratado de Paris: Bessarábia volta ao controle soviético |
| **1989** | Formação da Frente Popular; moldavo volta a ser o idioma nacional |
| **1990** | O país abandona a denominação Moldávia e passa a se chamar Moldova; formada a República Socialista Soviética Autônoma da Gagaúzia e a República Socialista Soviética Moldava de Pridnestróvia |
| **1991** | Declaração da independência |
| **1992** | Admissão às Nações Unidas |
| **1991-2** | Guerra da Transnístria |
| **1994** | Constituição refere-se à língua oficial como moldavo, e não romeno |
| **2010** | Aliança para a Integração Europeia assume o governo |
| **2014** | Assinatura do Acordo de Associação e Livre Comércio com a União Europeia |

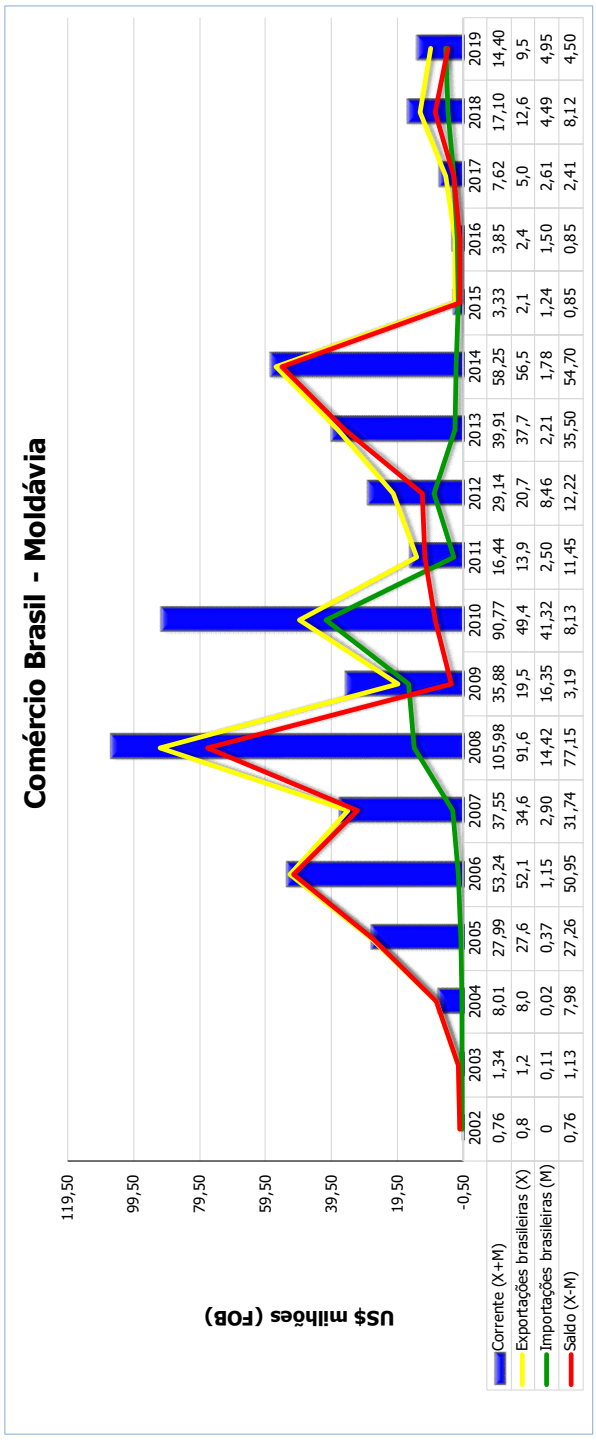
## CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

| | |
|---|---|
| **1993** | Estabelecimento de relações diplomáticas (11/8) |
| **2012** | Realização do I Festival de Cinema Brasileiro na Moldova (7-12/11) |
| **2013** | Assinatura do Acordo de Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaporte Comum (9/12) |

## ACORDOS BILATERAIS

| **Título do Acordo** | **Celebração** | **Status** |
|---|---|---|
| Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Moldova sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns | 09/12/2013 | Tramitação Congresso Nacional |
| Acordo, por troca de Notas, para Isenção Parcial de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço | 23/02/2006 | Em Vigor |

## DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



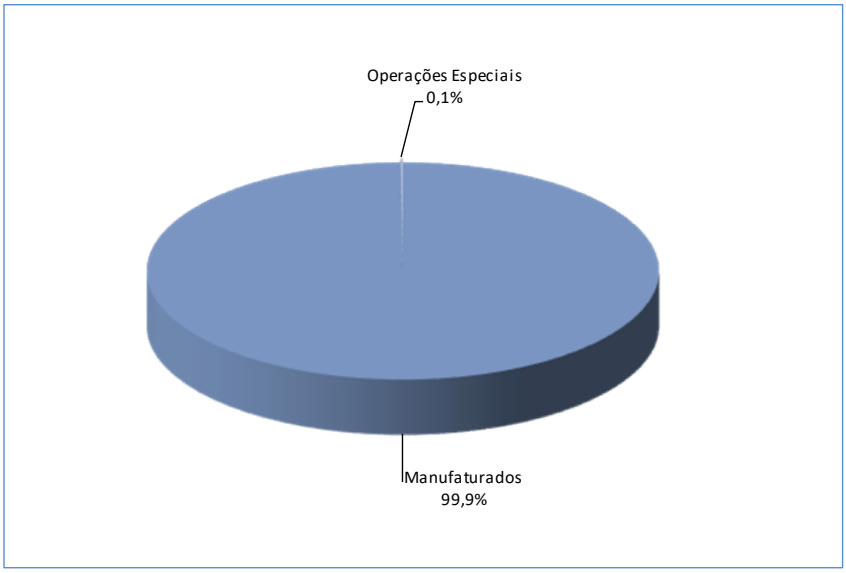

| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Corrente (X+M) | 0,76 | 1,34 | 8,01 | 27,99 | 53,24 | 37,55 | 105,98 | 35,88 | 90,77 | 16,44 | 29,14 | 39,91 | 58,25 | 3,33 | 3,85 | 7,62 | 17,10 | 14,40 |
| Exportações brasileiras (X) | 0,8 | 1,2 | 8,0 | 27,6 | 52,1 | 34,6 | 91,6 | 19,5 | 49,4 | 13,9 | 20,7 | 37,7 | 56,5 | 2,1 | 2,4 | 5,0 | 12,6 | 9,5 |
| Importações brasileiras (M) | 0 | 0,11 | 0,02 | 0,37 | 1,15 | 2,90 | 14,42 | 16,35 | 41,32 | 2,50 | 8,46 | 2,21 | 1,78 | 1,24 | 1,50 | 2,61 | 4,49 | 4,95 |
| Saldo (X-M) | 0,76 | 1,13 | 7,98 | 27,26 | 50,95 | 31,74 | 77,15 | 3,19 | 8,13 | 11,45 | 12,22 | 35,50 | 54,70 | 0,85 | 0,85 | 2,41 | 8,12 | 4,50 |

| 2019/2020 | Exportações brasileiras | Importações brasileiras | Corrente de comércio | Saldo |
|---|---|---|---|---|
| 2019 (jan-mar) | 1,52 | 1,35 | 2,87 | 0,17 |
| 2020 (jan-mar) | 2,67 | 0,95 | 3,62 | 1,72 |

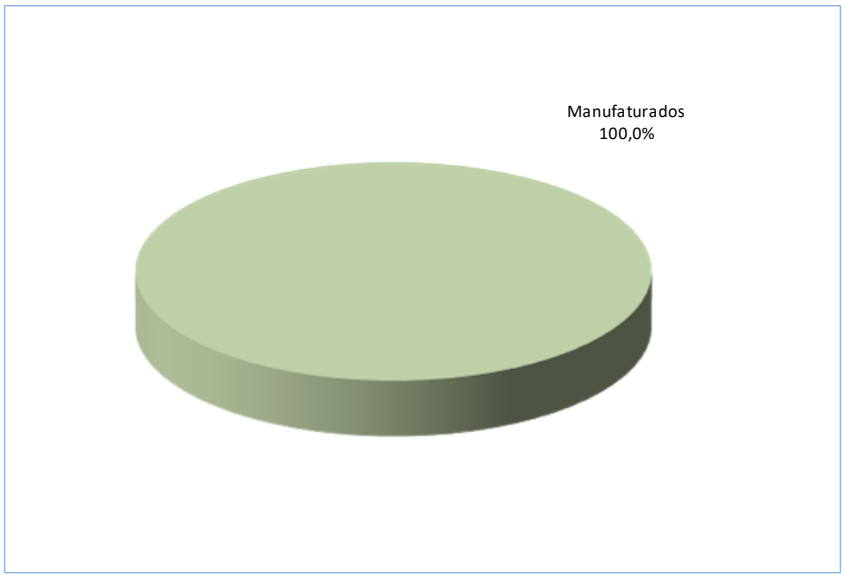
*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Maio de 2020*

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado**
**2019**

**Exportações**




**Importações**



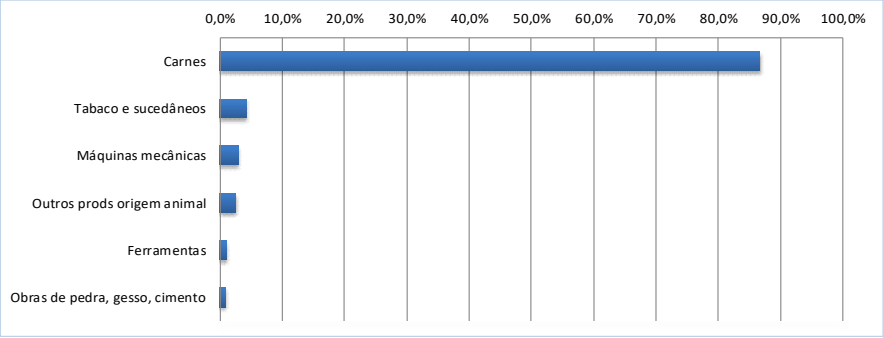

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Maio de 2020*

**Composição das exportações brasileiras para Moldávia**
**US$ milhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Carnes | 4,52 | 90,2% | 10,91 | 86,5% | 8,19 | 86,6% |
| Tabaco e sucedâneos | 0,11 | 2,2% | 0,87 | 6,9% | 0,40 | 4,2% |
| Máquinas mecânicas | 0,23 | 4,6% | 0,03 | 0,2% | 0,28 | 2,9% |
| Outros prods origem animal | 0,04 | 0,7% | 0,11 | 0,9% | 0,25 | 2,6% |
| Ferramentas | 0,02 | 0,4% | 0,00 | 0,0% | 0,11 | 1,1% |
| Obras de pedra, gesso, cimento | 0,05 | 0,9% | 0,18 | 1,4% | 0,09 | 0,9% |
| **Subtotal** | **5,0** | **99,0%** | **12,1** | **95,9%** | **9,3** | **98,4%** |
| **Outros** | **0,05** | **1,0%** | **0,52** | **4,1%** | **0,15** | **1,6%** |
| **Total** | **5,02** | **100,0%** | **12,61** | **100,0%** | **9,45** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Maio de 2020*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019**

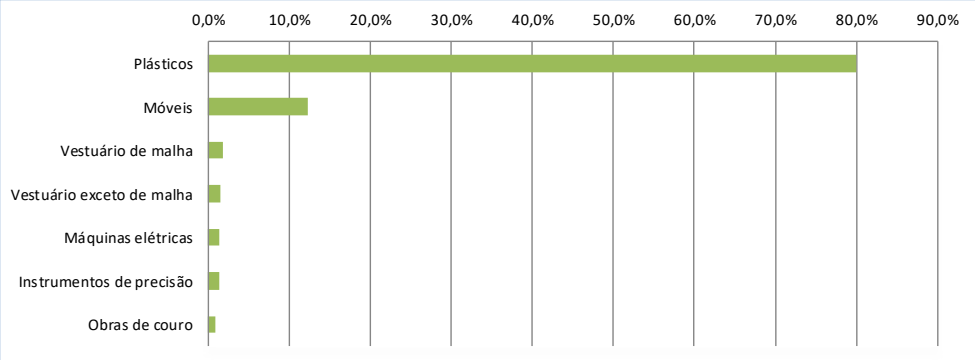


**Composição das importações brasileiras originárias de Moldávia**
**US$ milhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Plásticos | 1,75 | 67,2% | 3,19 | 71,0% | 3,96 | 80,0% |
| Móveis | 0,67 | 25,7% | 0,98 | 21,7% | 0,61 | 12,2% |
| Vestuário de malha | 0,05 | 1,8% | 0,07 | 1,6% | 0,09 | 1,8% |
| Vestuário exceto de malha | 0,07 | 2,8% | 0,12 | 2,7% | 0,07 | 1,4% |
| Máquinas elétricas | 0,02 | 0,8% | 0,02 | 0,4% | 0,07 | 1,4% |
| Instrumentos de precisão | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,06 | 1,3% |
| Obras de couro | 0,03 | 1,2% | 0,11 | 2,5% | 0,05 | 0,9% |
| **Subtotal** | **2,60** | **99,6%** | **4,49** | **100,0%** | **4,90** | **99,1%** |
| **Outros** | **0,011** | **0,4%** | **0,002** | **0,0%** | **0,046** | **0,9%** |
| **Total** | **2,61** | **100,0%** | **4,49** | **100,0%** | **4,95** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Maio de 2020*

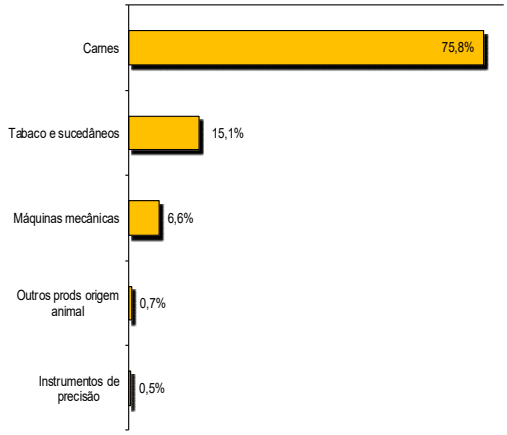
**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019**



**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**
**US$ milhões**

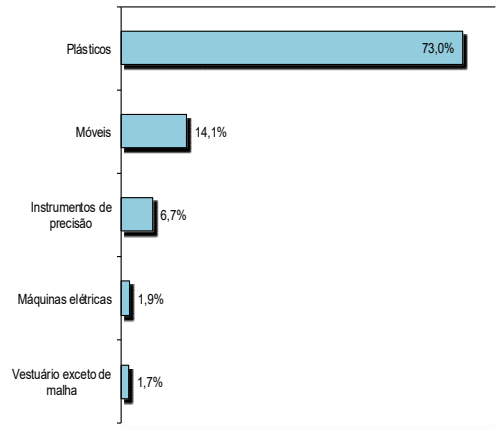
| Grupos de produtos (SH2) | 2019 (jan-mar) | Part. % no total | 2020 (jan-mar) | Part. % no total |
|---|---|---|---|---|
| **Exportações** | | | | |
| Carnes | 1,28 | 84,4% | 2,02 | 75,8% |
| Tabaco e sucedâneos | 0,00 | 0,0% | 0,40 | 15,1% |
| Máquinas mecânicas | 0,18 | 12,1% | 0,18 | 6,6% |
| Outros prods origem animal | 0 | 0,0% | 0,02 | 0,7% |
| Instrumentos de precisão | 0,02 | 1,2% | 0,01 | 0,5% |
| **Subtotal** | **1,49** | **97,7%** | **2,64** | **98,7%** |
| **Outros** | **0,03** | **2,3%** | **0,04** | **1,3%** |
| **Total** | **1,52** | **100,0%** | **2,67** | **100,0%** |

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2020**

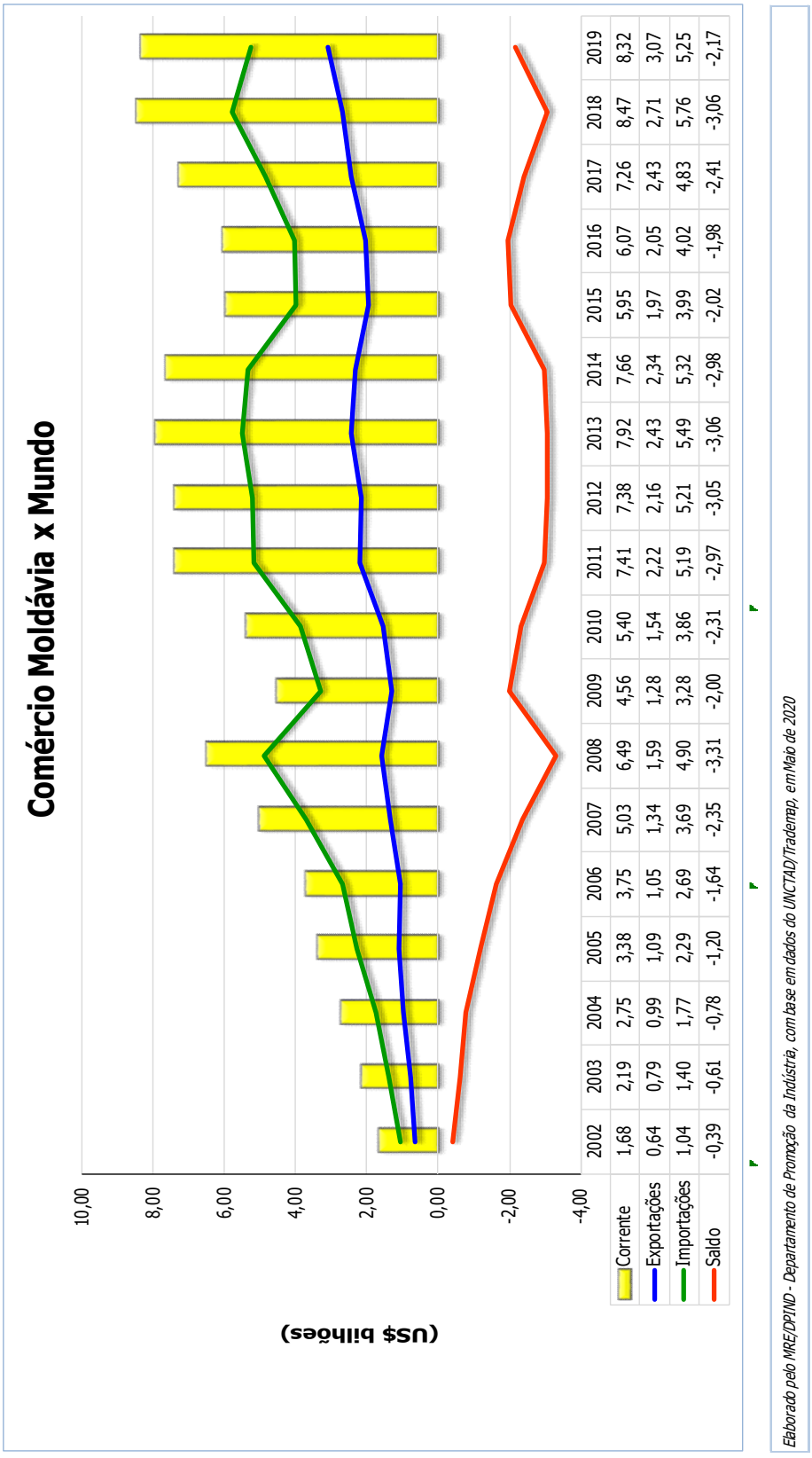



| Grupos de produtos (SH2) | 2019 (jan-mar) | Part. % no total | 2020 (jan-mar) | Part. % no total |
|---|---|---|---|---|
| **Importações** | | | | |
| Plásticos | 1,12 | 83,0% | 0,70 | 73,0% |
| Móveis | 0,18 | 13,6% | 0,13 | 14,1% |
| Instrumentos de precisão | 0 | 0,0% | 0,06 | 6,7% |
| Máquinas elétricas | 0,002 | 0,1% | 0,02 | 1,9% |
| Vestuário exceto de malha | 0,02 | 1,6% | 0,02 | 1,7% |
| **Subtotal** | **1,3** | **98,4%** | **0,9** | **97,4%** |
| **Outros produtos** | **0,02** | **1,6%** | **0,02** | **2,6%** |
| **Total** | **1,35** | **100,0%** | **0,95** | **100,0%** |

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2020**




*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Maio de 2020*



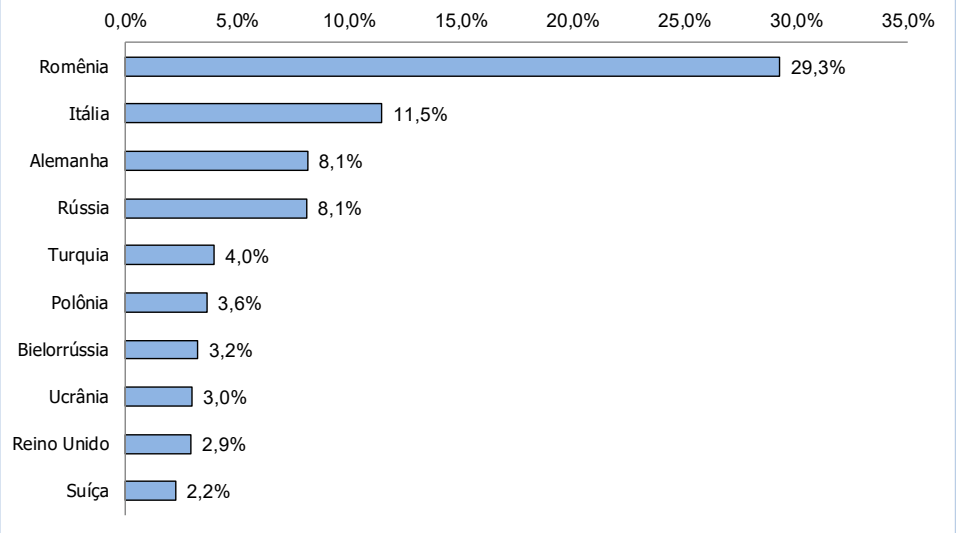

| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Corrente | 1,68 | 2,19 | 2,75 | 3,38 | 3,75 | 5,03 | 6,49 | 4,56 | 5,40 | 7,41 | 7,38 | 7,92 | 7,66 | 5,95 | 6,07 | 7,26 | 8,47 | 8,32 |
| Exportações | 0,64 | 0,79 | 0,99 | 1,09 | 1,05 | 1,34 | 1,59 | 1,28 | 1,54 | 2,22 | 2,16 | 2,43 | 2,34 | 1,97 | 2,05 | 2,43 | 2,71 | 3,07 |
| Importações | 1,04 | 1,40 | 1,77 | 2,29 | 2,69 | 3,69 | 4,90 | 3,28 | 3,86 | 5,19 | 5,21 | 5,49 | 5,32 | 3,99 | 4,02 | 4,83 | 5,76 | 5,25 |
| Saldo | -0,39 | -0,61 | -0,78 | -1,20 | -1,64 | -2,35 | -3,31 | -2,00 | -2,31 | -2,97 | -3,05 | -3,06 | -2,98 | -2,02 | -1,98 | -2,41 | -3,06 | -2,17 |

**Principais destinos das exportações de Moldávia**
**US$ bilhões**

| Países | 2018 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Romênia | 0,79 | 29,3% |
| Itália | 0,31 | 11,5% |
| Alemanha | 0,22 | 8,1% |
| Rússia | 0,22 | 8,1% |
| Turquia | 0,11 | 4,0% |
| Polônia | 0,10 | 3,6% |
| Bielorrússia | 0,09 | 3,2% |
| Ucrânia | 0,08 | 3,0% |
| Reino Unido | 0,08 | 2,9% |
| Suíça | 0,06 | 2,2% |
| ... | | |
| ***Brasil (94º lugar)*** | ***0,00018*** | ***0,0%*** |
| | | |
| **Subtotal** | **2,05** | **75,8%** |
| **Outros países** | **0,65** | **24,2%** |
| **Total** | **2,71** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020*

**10 principais destinos das exportações**

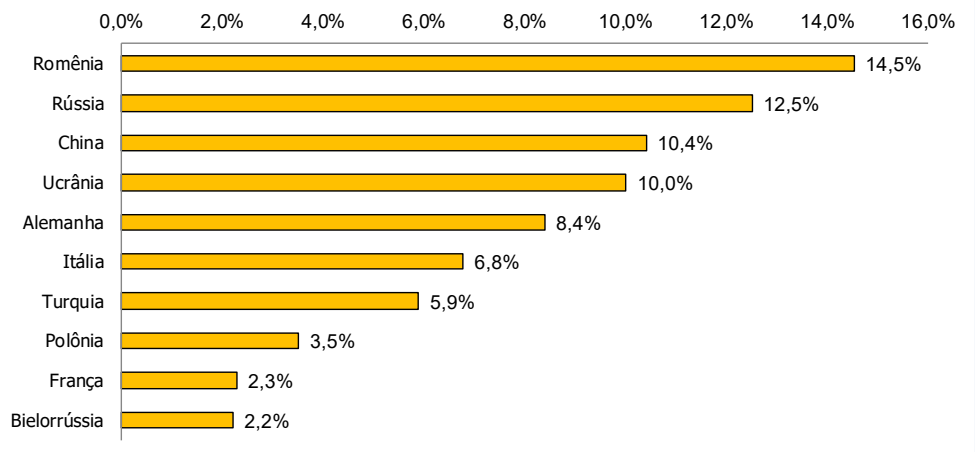


**Principais origens das importações de Moldávia**
**US$ bilhões**

| Países | 2018 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Romênia | 0,84 | 14,5% |
| Rússia | 0,72 | 12,5% |
| China | 0,60 | 10,4% |
| Ucrânia | 0,58 | 10,0% |
| Alemanha | 0,48 | 8,4% |
| Itália | 0,39 | 6,8% |
| Turquia | 0,34 | 5,9% |
| Polônia | 0,20 | 3,5% |
| França | 0,13 | 2,3% |
| Bielorrússia | 0,13 | 2,2% |
| ... | | |
| ***Brasil (38º lugar)*** | ***0,02*** | ***0,3%*** |
| | | |
| **Subtotal** | **4,43** | **76,9%** |
| **Outros países** | **1,33** | **23,1%** |
| **Total** | **5,76** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020*

**10 principais origens das importações**

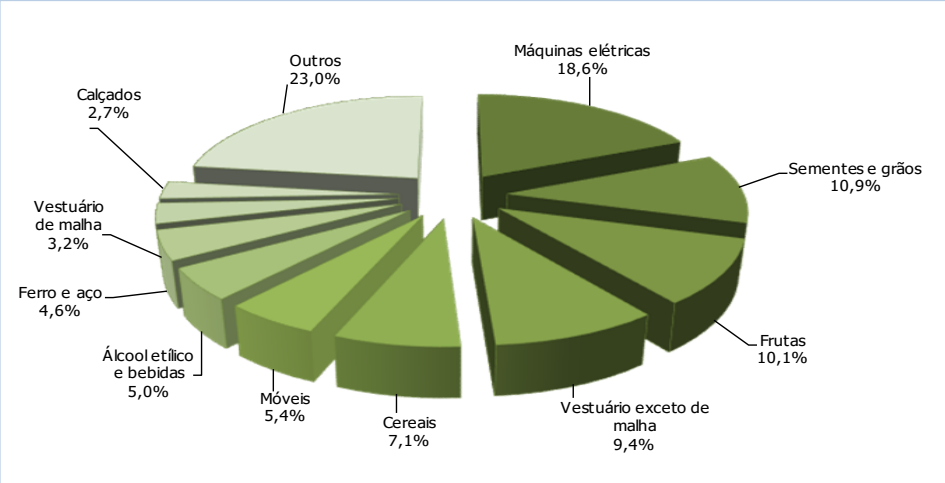


**Composição das exportações de Moldávia**
**US$ bilhões**

| Grupos de Produtos (SH2) | 2019 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Máquinas elétricas | 0,57 | 18,6% |
| Sementes e grãos | 0,34 | 10,9% |
| Frutas | 0,31 | 10,1% |
| Vestuário exceto de malha | 0,29 | 9,4% |
| Cereais | 0,22 | 7,1% |
| Móveis | 0,17 | 5,4% |
| Álcool etílico e bebidas | 0,15 | 5,0% |
| Ferro e aço | 0,14 | 4,6% |
| Vestuário de malha | 0,10 | 3,2% |
| Calçados | 0,08 | 2,7% |
| | | |
| **Subtotal** | **2,37** | **77,0%** |
| **Outros** | **0,71** | **23,0%** |
| **Total** | **3,07** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020*

**10 principais grupos de produtos exportados**

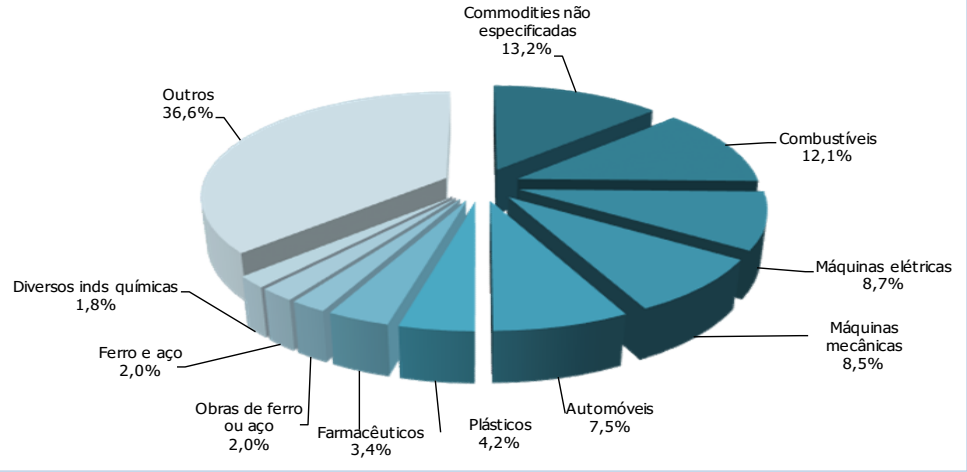


**Composição das importações de Moldávia**
**US$ bilhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2019 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Commodities não especificadas | 0,69 | 13,2% |
| Combustíveis | 0,63 | 12,1% |
| Máquinas elétricas | 0,46 | 8,7% |
| Máquinas mecânicas | 0,45 | 8,5% |
| Automóveis | 0,39 | 7,5% |
| Plásticos | 0,22 | 4,2% |
| Farmacêuticos | 0,18 | 3,4% |
| Obras de ferro ou aço | 0,11 | 2,0% |
| Ferro e aço | 0,10 | 2,0% |
| Diversos inds químicas | 0,09 | 1,8% |
| | | |
| **Subtotal** | **3,32** | **63,4%** |
| **Outros** | **1,92** | **36,6%** |
| **Total** | **5,25** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020*

**10 principais grupos de produtos importados**



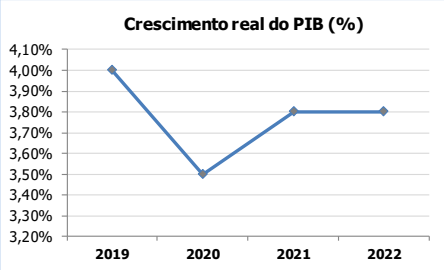
**Principais indicadores socioeconômicos de Moldávia**

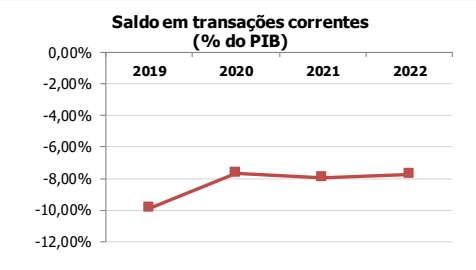
| Indicador | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Crescimento real do PIB (%) | 4,00% | 3,50% | 3,80% | 3,80% |
| PIB nominal (US$ bilhões) | 11,40 | 12,04 | 12,79 | 13,53 |
| PIB nominal "per capita" (US$) | 3.218 | 3.399 | 3.615 | 3.825 |
| PIB PPP (US$ bilhões) | 6.492,95 | 6.725,03 | 6.985,60 | 7.256,27 |
| PIB PPP "per capita" (US$) | 7.304,50 | 7.700,11 | 8.165,48 | 8.658,19 |
| População (milhões habitantes) | 3,54 | 3,54 | 3,54 | 3,54 |
| Desemprego (%) | 4,12% | 4,01% | 4,01% | 4,01% |
| Inflação (%)(2) | 0,90% | 5,07% | 4,96% | 5,02% |
| Saldo em transações correntes (% do PIB) | -9,86% | -7,71% | -8,00% | -7,74% |
| Dívida externa (US$ bilhões) | 7,08 | 6,88 | 6,82 | 6,95 |
| Câmbio (Lei / US$)(2) | 17,34 | 18,00 | 18,00 | 18,10 |

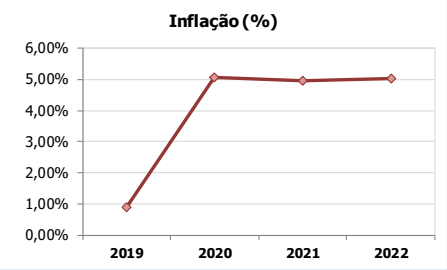
*Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2020 e da Cia.gov/World Factbook.*

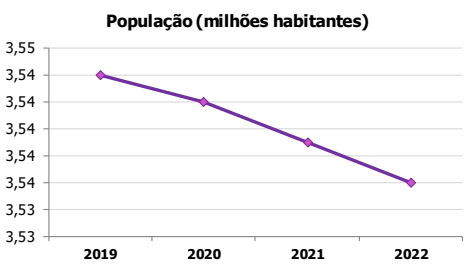
*(1) Estimativas FMI e EIU.*

*(2) Média do período.*



**EMBAIXADA DO BRASIL EM KIEV**

**RELATÓRIO SIMPLIFICADO DE GESTÃO**

**EMBAIXADOR OSWALDO BIATO JÚNIOR**

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão da Embaixada do Brasil junto à Ucrânia e à República da Moldova (cumulatividade):

## UCRÂNIA

*Introdução*

O relacionamento Brasil-Ucrânia passa por momento favorável, com manifestações de ambos os governos em prol da retomada da cooperação.

2. O governo brasileiro reconheceu a independência da Ucrânia em dezembro de 1991 e estabeleceu relações diplomáticas com o país em 11 de fevereiro de 1992. A partir da consolidação de sua independência, a Ucrânia deu demonstrações concretas de interesse em aprofundar as relações bilaterais, a começar pela abertura de embaixada residente em Brasília, em 1993, gesto retribuído em 1995, quando foi instalada a embaixada brasileira em Kiev. O Brasil é o único país da América Latina que recebeu, por três vezes, visitas oficiais de chefes de estado ucranianos (1995, 2003, e 2011). Realizou, por sua vez, duas visitas presidenciais à Ucrânia (2002 e em 2009).

3. As relações bilaterais se beneficiam da existência, no Brasil, de comunidade de descendentes de ucranianos estimada em cerca de 450 mil pessoas, a terceira maior nas Américas, depois de EUA e Canadá. Concentrada no Paraná, a comunidade tem respaldado iniciativas de aproximação com a Ucrânia.

4. O relacionamento bilateral se desenvolveu nos anos subsequentes ao estabelecimento de relações diplomáticas, favorecido pela percepção mútua de potencial parceria estratégica. Assim, já em 1995, os dois países firmaram Acordo de Cooperação Econômico-Comercial, dando início ao diálogo nos setores comercial e tecnológico. Em avanço importante, celebrou-se, em 2003, acordo que permitiria utilizar o foguete ucraniano *Cyclone-4* para realizar lançamentos de satélites no Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), visto à época como o principal pilar do relacionamento.

5. Em fins de 2013, a eclosão da revolução "Euromaidan", seguida, meses depois, pelo início dos conflitos na Crimeia e no Donbas, levou a alterações profundas na economia e na política ucranianas. A crise que atingiu a economia reduziu fortemente o comércio com o Brasil. No plano político, a Ucrânia passou a focalizar atenção nos referidos conflitos.

6. Nessa mesma época, o governo brasileiro decidiu retirar-se do projeto espacial bilateral. As negociações para liquidar a empresa pública binacional ACS redundaram em sua extinção em 2019.

7. O interesse em reativar a parceria estratégica ganhou força com o novo governo brasileiro. Em seu primeiro ano de mandato, o presidente Jair Bolsonaro encontrou-se por duas vezes com homólogos ucranianos, a primeira vez em janeiro de 2019, com Petro Poroshenko, e a segunda, em outubro de 2019, com Volodymyr Zelensky. Este convidou o presidente Bolsonaro a visitar oficialmente a Ucrânia e manifestou interesse em visitar oportunamente o Brasil.

*Política Interna*

8. A leste do país, predomina ainda hoje o legado da ex-URSS, com grandes polos de indústria pesada e complexos militares. A oeste, predomina cultura mais ocidentalizada. Essa divisão tem importantes reflexos na dinâmica política desde a independência.

9. A clivagem se aprofundou com decisão do então presidente Yanukovich de não assinar, em 2013, Acordo de Associação com a União Europeia, estopim para a eclosão do movimento "Euromaidan" e a queda do mandatário.

10. O governo provisório que o sucedeu realizou eleições presidenciais antecipadas em 2014, vencidas por Petro Poroshenko, político tradicional de inclinação pró-europeísta, que buscou modernizar o governo, combater a corrupção e obter apoio do Ocidente para garantir a integridade territorial do país.

11. Nas eleições de 2018, Volodymyr Zelensky sagrou-se vitorioso por ampla maioria. Em 2019, dissolveu o parlamento e venceu eleições parlamentares nas quais seu novo partido ("Servidor do Povo") obteve 254 dos 450 assentos parlamentares. A partir de então, Zelensky deu início efetivo a seu governo, escolhendo um novo primeiro-ministro e reformando o gabinete ministerial. Aprovou reformas políticas de grande simbolismo e buscou levar adiante programas de privatizações de grandes estatais e de liberação da venda de terras a entes privados.

**Política Externa**

12. Por duas décadas após a dissolução da União Soviética, a Ucrânia oscilou entre a manutenção de sua tradicional aliança com a Rússia e a aproximação com o Ocidente, especialmente a Europa. Com a exceção do governo do presidente Kuchma, que procurou manter política de equidistância entre os eixos Bruxelas/Washington e Moscou entre 1994 e 2004, as administrações seguintes penderam para um ou outro lado do espectro.

13. A política externa do governo atual busca retomar o equilíbrio entre as duas tendências, mantendo a aproximação com o Ocidente e preservando o relacionamento com a Rússia (marcado por conflitos na Crimeia e na região do Donbas).

14. Nesse contexto, o presidente Zelensky busca dar novo fôlego às negociações de paz no Donbas. Em setembro de 2019, passou a sinalizar disposição de acordar com Moscou medidas de construção da confiança. Nesse contexto, foi possível realizar em Paris, em 2019, cúpula do "Quarteto Normandia" (Alemanha, França, Rússia e Ucrânia) depois de mais de três anos sem reuniões, que produziu compromisso de troca de prisioneiros, desengajamento em novos pontos da linha de contato e implementação de cessar-fogo efetivo.

15. Zelensky também esboça interesse em diversificar os parceiros internacionais da Ucrânia. Nesse contexto, defende a ideia de dinamizar as relações com a América Latina em geral e com o Brasil em particular.

*Pandemia de COVID-19*

16. O governo ucraniano implementou medidas drásticas de combate à COVID-19, em sintonia com outros países da região. Foram fechadas todas as empresas fabris e de varejo, exceto grandes atacadistas, supermercados, farmácias, bancos e todos os meios de transporte públicos. Em meados de junho, três meses depois do início das restrições, o relativo estancamento da propagação da doença permitiu fosse flexibilizada a quarentena, com a retomada de praticamente todas as atividades econômicas e dos voos internacionais.

17. Até 30/7/2020, o número de casos confirmados era de 69 mil, com 38 mil pessoas recuperadas e 1.700 falecimentos em decorrência da COVID-19.

*Economia*

18. O PIB da Ucrânia montou a cerca de US$ 390 bilhões em 2019. Os serviços compõem cerca de metade do Produto. A indústria e a agricultura, 10% cada. A economia do país retomou fôlego após período fortemente recessivo no biênio 2014-15, com queda do PIB de cerca de 15% em razão da ocupação da Crimeia e do início do conflito com a Rússia. A partir de então, impulsionada pelo crescimento da agricultura, que registra safras recordes ano após ano, e a forte remessa de recursos por expatriados, a expansão da produção foi de 2,4% em 2016, 2,5% em 2017, 3,3% em 2018 e 3,2% em 2019.

19. Analistas econômicos estimam que o PIB ucraniano possa registar queda de até 8% em 2020, em razão do impacto causado pela pandemia de COVID-19. Como forma de contra-arrestar a tendência, o governo recorreu à ajuda das instituições financeiras internacionais e busca a aprovação no parlamento de reformas do sistema bancário e do mercado de terras agrícolas.

*Comércio exterior e investimentos*

20. As exportações da Ucrânia em 2019 totalizaram US$ 50 bilhões e se concentraram em cereais (US$ 8,6 bilhões), ferro e aço (US$ 8,2 bilhões), óleos vegetais (US$ 4,3 bilhões) e minérios, (US$ 3,4 bilhões). Os principais mercados foram China, Polônia, Rússia, Turquia e Itália. As importações ucranianas alcançaram US$ 60,7 bilhões e se concentraram em petróleo e derivados

(US$ 11,2 bilhões), reatores nucleares e caldeiras (US$ 6 bilhões), máquinas elétricas (US$ 6 bilhões) e veículos automotivos e tratores (US$ 5,3 bilhões). Os principais mercados fornecedores foram China, Rússia, Alemanha, Polônia e Belarus. Em 2019, o país apresentou déficit comercial de US$ 10,7 bilhões.

21. Em anos recentes, a corrente de comércio com a União Europeia dobrou, passando de US$ 27 bilhões, em 2015, para US$ 50 bilhões, em 2019. O acesso facilitado ao mercado consumidor europeu, resultante do acordo de associação UE-Ucrânia, apresenta oportunidade importante para empresas estrangeiras se instalarem no país com o objetivo de abastecer aquele mercado. Crescentemente, empresas europeias, japonesas, coreanas e norte-americanas vêm abrindo novas unidades ou transferindo suas operações de terceiros países para a Ucrânia, onde o ambiente de negócios assemelha-se mais ao europeu e os custos de produção e de mão de obra são baixos.

## RELACIONAMENTO COM O BRASIL

### *Cooperação multilateral*

22. A Ucrânia tem assumido posições favoráveis ao Brasil no âmbito da reforma do CSNU, ao defender a necessidade de expansão daquele Conselho nas duas categorias de membros permanentes e não permanentes, bem como ao apoiar a pretensão brasileira de ocupar assento permanente. São frequentes os apoios recíprocos às candidaturas a postos em organizações internacionais. Além de conceder seu voto à Ucrânia para seu último mandato (2016-2017) junto ao Conselho de Segurança da ONU, o Brasil também respaldou a candidatura ucraniana a assento no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) - mandato 2019-2021. A Ucrânia, por seu lado, apoiou candidaturas recentes do Brasil ao Conselho de Direitos Humanos (CDH), ao Conselho Executivo da UNESCO, ao Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), e ao Conselho de Operações Postais da União Postal Universal (UPU), entre outras.

### *Cooperação espacial*

23. A cooperação espacial teve início em 2003, quando se negociou o Tratado sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos *Cyclone-4*, cujo objetivo era utilizar foguetes ucranianos para lançar satélites internacionais em bases comerciais a partir do Centro de Lançamentos de Alcântara. Empresa binacional - a ACS - foi constituída em 2006, com capital total autorizado de US$ 487 milhões, posteriormente aumentado para US$ 1 bilhão.

24. Dificuldades progressivas de natureza comercial e política acometeram o projeto e redundaram na extinção da ACS em 2019.

### *Cooperação em saúde*

25. Os dois países mantêm parceria na área de saúde, pela qual o Brasil importa insulina recombinante NPH da empresa ucraniana *Indar*, em troca da instalação de planta de produção desse medicamento no Brasil, por meio de *joint-venture* com a empresa Bahiafarma.

*Cooperação cultural*

26. A Ucrânia oferece atmosfera propícia à cooperação na área cultural pela ampla importância da literatura, do teatro e da música no país. Aproveitando-se disso, desenvolvi parceria com a Filarmônica Nacional da Ucrânia, que tornou possível a realização de vários concertos brasileiros em 2018 e 2019. No primeiro, em 2018, a Filarmônica executou peças de Villa-Lobos, Ernesto Nazareth, Tom Jobim, Zequinha de Abreu e Ary Barroso. A embaixada promoveu, ainda, por três anos consecutivos, mostras de cinema brasileiro em Kiev e em outras cidades. A representação brasileira se dedicou, por fim, à divulgação da língua portuguesa, iniciativa auxiliada pelo interesse e simpatia que a cultura brasileira desperta no país e também pelo oferecimento, em universidades como a Taras Shevchenko e a Linguística, de cursos de Português em bases regulares.

*Assuntos consulares*

27. Vivem na Ucrânia cerca de 300 cidadãos brasileiros, aos quais é prestada assistência consular por meio da embaixada em Kiev. Desde 2012, brasileiros e ucranianos estão mutuamente dispensados de vistos em viagens de curta duração. A Ucrânia mantém, no Brasil, consulados honorários em Blumenau (SC), Paranaguá (PR) e São Paulo (SP). Já o Brasil conta com três consulados honorários na Ucrânia, que vêm prestando serviços relevantes: em Kharkiv, segunda cidade mais populosa e principal polo industrial do país; em Dnipro, polo aeroespacial; e em Lviv, polo turístico e de informática.

*Relações econômico-comerciais*

28. As exportações brasileiras tiveram comportamento dinâmico nos anos que antecederam a revolução "Euromaidan" em 2013, marcados por grande expansão econômica na Ucrânia. De US$ 344 milhões em 2010, as exportações cresceram 81%, atingindo o ápice de US$ 624 milhões em 2012. A partir de então, retrocederam para US$ 483 milhões em 2013, US$ 151 milhões em 2014 e US$ 85 milhões em 2015. Voltaram a crescer a partir de 2016, atingindo US$ 119 milhões em 2018 e US$ 111 milhões em 2019.

29. Os principais produtos exportados em 2019 foram café (US$ 28 milhões), tabaco (US$ 22 milhões), aparelhos mecânicos (US$ 14 milhões), amendoim (US$ 11 milhões), tripas, bexigas e estômagos de animais (US$ 10 milhões), açúcar (US$ 5,7 milhões), cítricos (US$ 2,8 milhões), ferro-ligas (US$ 2,7 milhões) e ferramentas pneumáticas, hidráulicas e de motor (US$ 1,2 milhões).

30. As importações seguiram trajetória análoga. Partiram de US$ 294 milhões em 2010 para US$ 666 milhões em 2011. Caíram, porém, para US$ 24 milhões em 2017. Voltaram a acelerar-se desde

então, atingindo US$ 60 milhões em 2018 e US$ 106 milhões em 2019. Os principais produtos importados da Ucrânia foram farmacêuticos (US$ 31,2 milhões), laminados de ferro e aço a quente e frio (US$ 22 milhões), aquecedores elétricos de água (US$ 13,1 milhões), malte (US$ 11,3 milhões), aparelhos elétricos para telefonia (US$ 5,5 milhões), têxteis (US$ 3 milhões), eletrodos de carvão (US$ 2,9 milhões), fio máquina de ferro ou aço (US$ 2,6 milhões) e rolamentos de esferas (US$ 2,3 milhões).

31. O fluxo total, que chegou a alcançar patamar superior a US$ 1 bilhão em 2011-2012, caiu para US$ 133 milhões em 2016, mas vem se recuperando desde então, embora em ritmo relativamente modesto: US$ 179 milhões em 2018 e US$ 217 milhões em 2019. O Brasil apresentou superávit em todo o período.

32. A recuperação econômica da Ucrânia a partir de 2016 voltou a torná-la mercado capaz de absorver ampla gama de produtos brasileiros.

33. Nessas condições, vislumbram-se algumas oportunidades para promover exportações brasileiras, sobretudo após eventual arrefecimento da pandemia de COVID-19. A primeira delas é a exportação, pela GE do Brasil, de locomotivas para a empresa ferroviária estatal *Ukrzaliznytsa* (UZ), no contexto de entendimento firmado em 2018 para a aquisição de US$ 1 bilhão em locomotivas a diesel até 2034. Outra possibilidade é a participação de empreiteiras brasileiras em grandes projetos de manutenção e expansão da malha rodoviária do país. Há que ressaltar, ainda, o grande crescimento da produção e exportação de produtos agrícolas ucranianos (trigo, milho, óleo de girassol), que tornou o país um importador significativo de maquinário agrícola e poderá propiciar oportunidade interessante para vendas brasileiras desse tipo de equipamento.

*Conclusões e sugestões para o próximo Chefe de Missão*

34. O momento é propício para a retomada e a intensificação das relações bilaterais. A economia voltou a crescer sustentadamente, com taxas de 3% a 4% em 2018 e 2019. A agricultura passa por excelente momento, transformando a Ucrânia no terceiro maior supridor de alimentos para a UE, atrás somente dos EUA e do Brasil.

35. Julgo importante reforçar os vínculos empresariais de parte a parte. No passado, quando o comércio atingiu mais de US$ 1 bilhão, os exportadores brasileiros de carne suína e bovina atuaram de maneira ágil para aproveitar oportunidades concretas. No momento atual, em vista da evolução da economia, será importante envolver uma gama maior de empresários brasileiros em missões e iniciativas que busquem aproveitar o potencial da agroindústria, infraestrutura, saúde, ciência e tecnologia. O estabelecimento de uma câmara de comércio bilateral, formada por exportadores e 'traders' dos dois países, poderia dar considerável ímpeto ao comércio bilateral.

36. Apesar da decepção representada pelo fim do projeto espacial binacional, o governo do presidente Volodymyr Zelensky, assim como o de seu antecessor, jamais deixou de manifestar o propósito de restabelecer a forte parceria bilateral construída nos anos 1990 e 2000. Nesse sentido,

por ocasião do primeiro encontro com seu homólogo brasileiro, em outubro de 2019, convidou o presidente Bolsonaro a visitar a Ucrânia e manifestou seu próprio interesse em visitar o Brasil em 2021.

37. No plano militar, há interesse da Força Aérea Ucraniana em adquirir aeronaves EMB-314 Super Tucano da Embraer como ponto de partida de plano de modernização da Força Aérea. A Ucrânia, por sua vez, produz ampla gama de equipamentos militares com boa aceitação no mercado internacional. Cumpriria iniciar um diálogo regular entre as Forças Armadas dos dois países, de forma a promover maior densidade nos contatos e criar confiança mútua.

38. No plano cultural, recomendo à atenção de meu sucessor à proposta da Universidade Taras Shevchenko, a mais prestigiada do país, de estabelecer Centro de Promoção da Língua e da Cultura Brasileiras. Julgo que tal centro, mediante o desembolso de recursos modestos, nos auxiliará a promover maior dinamismo na promoção da cultura, da língua portuguesa e da imagem do Brasil na Ucrânia.

**MOLDOVA**

*Introdução*

39. O Brasil e a Moldova estabeleceram relações diplomáticas em 1993. O relacionamento se caracteriza ainda por agenda política e econômica modesta, bem como por intercâmbio comercial a desenvolver.

40. Em visita à capital Chisinau, realizada em 2017 para apresentação de credenciais, o embaixador do Brasil recebeu manifestação de interesse das autoridades locais em receber missão comercial exploratória.

*Comércio bilateral*

41. Os números do comércio bilateral apresentam oscilações. As exportações brasileiras atingiram pico de US$ 56,5 milhões em 2014 e experimentaram redução para US$ 3,3 milhões em 2015. Desde então, voltaram a crescer em 2018 (US$ 12,6 milhões) e caíram em 2019 (US$ 9,4 milhões). Os principais produtos da pauta são carnes (90%), máquinas e equipamentos (5%), e tabaco (2%). Em 2010, a Moldova efetuou compra de aeronave E190-LR diretamente da Embraer, a terceira do tipo a integrar a frota da companhia Air Moldova.

42. As importações alcançaram pico em 2010, quando atingiram US$ 41,3 milhões. Após redução em 2015, voltaram a crescer em 2018, quando chegaram a US$ 4,5 milhões, e em 2019, quando montaram a US$ 4,9 milhões. Os principais produtos moldavos importados são plásticos (68%), móveis (26%) e vestuário (3%).

*Política Interna*

43. A dinâmica política na Moldova é marcada por dualismo entre defensores da aliança pró-ocidental com a Europa, de um lado, e da manutenção de laços fortes com a Rússia, de outro.

44. Nas eleições parlamentares de 2019, não se estabeleceu maioria partidária. Quase todos os 101 assentos no Parlamento ficaram divididos entre três forças: o Partido Socialista (PSRM), hoje com 37 votos, próximo ao presidente Igor Dodon e de tendência pró-russa; o bloco liberal pró-europeu (ACUM), hoje com 25 votos, de orientação reformista e pró-ocidental, liderado por Maia Sandu; e o Partido Democrático (PDM), associado ao empresário Vladimir Plahotniuc, figura que tradicionalmente exerce grande influência sobre as instituições do país.

45. Ainda em 2019, o PSRM e o bloco ACUM anunciaram a formação de coalizão a ser liderada por Maia Sandu, integrante deste último. Durante seu breve período na liderança do governo em 2019, o bloco logrou aprovar reformas, vistas favoravelmente pela União Europeia (UE), nas áreas eleitoral e de combate à corrupção. Esses avanços motivaram a Comissão Europeia a retomar assistência financeira suspensa em 2018.

46. Entretanto, o Partido Socialista dissociou-se da coalizão em novembro de 2019 e, com apoio tácito do PDM, formou governo minoritário liderado pelo primeiro-ministro Ion Chicu. Este se comprometeu a continuar trabalhando com os parceiros ocidentais que tradicionalmente apoiam financeiramente a Moldova (UE, FMI e Banco Mundial) e, adicionalmente, buscou apoio financeiro da Rússia.

47. A próxima eleição presidencial na Moldova está prevista para realizar-se em novembro de 2020. Espera-se a repetição da disputa verificada no pleito de 2016 entre Maia Sandu (ACUM) e o atual presidente Igor Dodon (PSRM).

*Pandemia de COVID-19*

48. Os primeiros casos da doença surgiram no país em março de 2020 e chegaram a 5.000 em maio. O governo declarou estado de emergência ainda em março, com o fechamento de escolas e do comércio não essencial, bem como das fronteiras e do tráfego aéreo doméstico e internacional. Locais com alto índice de contaminação foram postos sob quarentena. A reação rápida permitiu manter os efeitos da pandemia sob relativo controle, de forma a não sobrecarregar os sistemas hospitalar e de saúde.

49. Como em outros países, a pandemia causou sério impacto sobre a economia. Estima-se que esta sofrerá retração de 3% a 5% em 2020, em contraste com previsão anterior de crescimento de 3,6%. Espera-se também redução na entrada de remessas internacionais da diáspora, que tradicionalmente contribuem com 15% do PIB. Para fazer frente a esses desafios, o governo obteve pacotes de ajuda financeira do FMI, do Banco Mundial, da Comissão Europeia e da Rússia, totalizando centenas de milhões de euros.

*Política Externa*

50. Em 2014, a Moldova assinou Acordo de Associação com a UE, que incluiu a implementação de Área de Livre Comércio (DCFTA) estendida em 2016 para todo o território do país. O arranjo concedeu acesso sem barreiras tarifárias ao mercado da UE e ajudou a reforçar os laços políticos e comerciais com o Ocidente.

51. O Partido Socialista e o presidente Igor Dodon, favorecem o fortalecimento das relações com a Rússia e com a União Econômica Euroasiática (UEE), enquanto mantêm, ao mesmo tempo, retórica de compromisso com a integração europeia.

52. A necessidade de buscar apoio financeiro internacional é uma questão de primeira ordem na política externa moldava.

*Conflito na Transnístria*

53. O conflito entre a Moldova e a Transnístria, região separatista localizada entre o rio Dniester e a Ucrânia, está congelado desde um acordo de cessar-fogo assinado em julho de 1992, logo após breves combates desencadeados pelo fim da URSS. Desde então, a Transnístria é governada por autoridades separatistas sediadas em Tiraspol, a capital regional. Uma Comissão de Controle Conjunto, consistindo em forças de paz de Rússia, Moldova, Transnístria e Ucrânia, gerencia zona de segurança em ambas as margens do Dniester.

*Economia*

54. A Moldova tem apresentado taxas de crescimento econômico satisfatórias nos últimos anos. Depois de uma contração do PIB de 0,3% em 2015, causada por fraude bancária de grandes proporções e pela queda dos preços agrícolas, a economia cresceu vigorosamente em 2016 (4,4%), 2017 (4,7%) e 2018 (3,4%). Em 2019, o PIB (em PPP) alcançou US$ 27,3 bilhões, expansão de 4,7% em relação ao ano anterior, e a renda per capita, US$ 7.793. A previsão para 2020 indica, no entanto, queda abrupta do PIB como resultado da pandemia mundial do coronavírus.

55. A Moldova possui terras férteis e sua economia é em grande parte baseada na agricultura (frutas, vegetais, vinho, trigo e tabaco), que ocupa 38% da mão de obra. Com reduzidos recursos energéticos, o país depende em grande parte das importações de gás e derivados de petróleo da Rússia.

56. No comércio internacional, o total exportado em 2019 foi de US$ 2,07 bilhões, sendo os principais itens da pauta: produtos vegetais (26%), têxteis (18%), máquinas e equipamentos (13%) e alimentos (13%). Os principais destinos das exportações foram Romênia (40,1%), Itália (15,7%), Alemanha (11,1%) e Rússia (11,1%). As importações do país em 2019 somaram US$ 5,59 bilhões, sendo constituídas principalmente de máquinas e equipamentos (17%), produtos químicos (13%), minerais (11%) e têxteis (10%). Os principais países de origem das mercadorias foram Romênia (15,9%), Rússia (13,7%), China (11,4%) e Ucrânia (11%).

57. O déficit da balança comercial, de US$ 3,52 bilhões, foi parcialmente compensado pelo alto volume de remessas internacionais (cerca de US$ 1,6 bilhão) enviadas por aproximadamente um milhão de moldavos que trabalham na Europa, Israel, Rússia e outros países. O restante do déficit foi compensado principalmente por créditos do exterior. A dívida externa moldava atinge atualmente US$ 7,04 bilhões (71% do PIB).

58. Observe-se que, após a celebração do acordo de associação com a UE, o comércio exterior passou a direcionar-se cada vez mais para a Europa. Se em 2000 os países que compunham a ex-URSS absorviam 69% das exportações, em 2019 a UE foi destino de cerca de 65% das vendas externas moldavas.

*Conclusões e sugestões para o próximo Chefe de Missão*

59. As simpatias recíprocas poderiam servir de base para promover maior densidade das relações bilaterais Ambas as Chancelarias têm mantido boa cooperação no âmbito multilateral, com a Moldova habitualmente apoiando candidaturas brasileiras a organismos internacionais.

60. As relações bilaterais poderiam beneficiar-se da eventual designação de cônsul honorário em Chisinau, preferencialmente empresário local com boas conexões internas e disposição de abrir mercados para exportações brasileiras. Outra medida igualmente importante seria aproveitar eventuais futuras missões empresariais aos países vizinhos para desenvolver contatos de negócios em Moldova.

# 1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

# 9

# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 16, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 14, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor COLBERT SOARES PINTO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde.

**PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad
**RELATOR:** Senador Esperidião Amin

21 de Setembro de 2020

# PARECER Nº , DE 2020

SF/20832.51891-59

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 14, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor COLBERT SOARES PINTO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde*.

Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor *COLBERT SOARES PINTO JUNIOR*, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O Sr. COLBERT SOARES PINTO JUNIOR é filho de Colbert Soares Pinto e Anna Marisa de Sylos Soares Pinto e nasceu em Porto Alegre em 27 de agosto de 1962.

Graduou-se em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1988. Ingressou na carreira diplomática em 1990, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática. Ainda no âmbito

do Instituto Rio Branco, pós-graduou-se no Curso de Altos Estudos em 2008, quando defendeu a tese intitulada "A doutrina bolivarista: origem, forma atual e possíveis implicações para a política exterior brasileira".

Após o início de sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário, em 1990, ascendeu a Conselheiro em 2006; e a Ministro de Segunda Classe, em 2008. Ambas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de chefia na Divisão de Serviços Gerais, de 2005 a 2007; Subchefe do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 2007 a 2010; e Chefe de Gabinete da Subsecretaria de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial, de 2015.

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Segundo-Secretário na Embaixada em Caracas; de Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Santa Cruz de La Sierra, de 2010 a 2015; e Embaixador em Lusaca (de 2017 até o presente).

Foi galardoado com a Ordem de Rio Branco, grau de Comendador e Grande Oficial (2008 e 2019, respectivamente); Ordem de Mérito da Defesa, grau de Oficial, em 2008; e com a Medalha Mérito Santos Dumont, em 2010.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República de Cabo Verde, o qual informa acerca das relações bilaterais desse País com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

As relações diplomáticas entre o Brasil e Cabo Verde datam da independência daquele país, em 5 de julho de 1975. Na época, foram realizadas várias visitas de alto nível entre os dois países, observando-se, posteriormente, na década de 1990, um lapso na troca de visitas, até julho de 2004, quando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Cabo Verde, dezoito anos após a última visita de um Chefe de Estado brasileiro àquele país.

Cabo Verde não oferece grandes oportunidades comerciais para o Brasil, em que pese investimentos de brasileiros, como da Boticário, da

SF/20832.51891-59

Universo Pescados, da Sadia, da Rede Record, dentre outros. Diferentemente, as iniciativas de cooperação representam importante característica das relações bilaterais.

Em 1977, Brasil e Cabo Verde assinaram Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica. E, segundo o documento acostado do Itamaraty, desde 1998 foram implementadas 90 ações na esfera da cooperação técnica. Atualmente, estão vigentes as seguintes: (i) reforço das capacidades em matéria de segurança alimentar, parceria entre a brasileira Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Ministério da Agricultura e Ambiente de Cabo Verde; (ii) Escola de Todos – Fase 2, que visa a apoiar o sistema de ensino caboverdiano na ampliação da oferta de atendimento educacional especializado para o fortalecimento do processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais; (iii) consolidação da Autoridade Regulatória de Fármacos e Alimentos (ARFA) como agente regulador dos setores farmacêutico e alimentar – Fase 3; (iv) apoio técnico para implantação de Banco de Leite Humano em Cabo Verde – Fase 2 ; e (v) reforço das capacidades da Biblioteca Nacional de Cabo Verde em matéria de biblioteconomia e arquivística.

No que se refere à cooperação no domínio da defesa, Brasil e Cabo Verde assinaram um acordo em meados da década de 90, que foi atualizado pelo Acordo-Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em 20/10/2016, em Praia e ratificado pelo Brasil em 28 de janeiro de 2019. Além disso, o Brasil, entre 2016 a 2018, formou 49 militares da Guarda Costeira de Cabo Verde. Em termos de ameaça real, há preocupação com a pirataria no Golfo da Guiné, que tem apresentado índices crescentes de atos violentos nos últimos anos. O Brasil tem colaborado com ações dissuasivas desse problema.

No que concerne ao comércio bilateral, este aumentou substantivamente, de US$ 9 milhões em 2003 para mais de US$ 24,7 milhões em 2019, sempre favorável ao Brasil.

O Brasil exporta para Cabo Verde, principalmente, açúcares, cerais, carnes, preparações alimentícias e malte, amidos e féculas. Contudo, em que pese ser um País com localização, no limite entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul, é carente de recursos minerais, de terra fértil (10% de terra arável) e de água.

Pretende, assim, ser um ponto de ligação logística e comercial, além de ser área de forte turismo, agora prejudicado pela incidência da

SF/20832.51891-59

COVID-19. Quanto ao comércio, é beneficiado por regime preferencial com a Europa, o AGOA (*African Growth and Opportunity Act*) com os Estados Unidos, e da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental).

Enfim, o Brasil tem interesse em facilitar os fluxos comerciais com a região por intermédio de Cabo Verde, evitando, assim, a passagem de navios pela Europa e pode vislumbrar no País uma porta de entrada à África.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

SF/20832.51891-59

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

**LISTA DE PRESENÇA**

**Reunião:** 4ª Reunião, Extraordinária, da CRE
**Data:** 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 08h
**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|---|---|---|---|
| **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)** | | | |
| Mecias de Jesus (REPUBLICANOS) | Presente | 1. Renan Calheiros (MDB) | |
| Jarbas Vasconcelos (MDB) | Presente | 2. Fernando Bezerra Coelho (MDB) | Presente |
| Marcio Bittar (MDB) | | 3. Simone Tebet (MDB) | |
| Esperidião Amin (PP) | Presente | 4. Daniella Ribeiro (PP) | Presente |
| Ciro Nogueira (PP) | Presente | 5. Vanderlan Cardoso (PSD) | |
| **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | | | |
| Roberto Rocha (PSDB) | | 1. Izalci Lucas (PSDB) | Presente |
| Mara Gabrilli (PSDB) | | 2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS) | |
| Major Olimpio (PSL) | Presente | 3. Soraya Thronicke (PSL) | Presente |
| **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)** | | | |
| Kátia Abreu (PP) | Presente | 1. Acir Gurgacz (PDT) | Presente |
| Randolfe Rodrigues (REDE) | Presente | 2. Flávio Arns (PODEMOS) | |
| Eliziane Gama (CIDADANIA) | Presente | 3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB) | |
| **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)** | | | |
| Fernando Collor (PROS) | Presente | 1. VAGO | |
| Jaques Wagner (PT) | Presente | 2. Telmário Mota (PROS) | Presente |
| Humberto Costa (PT) | Presente | | |
| **PSD** | | | |
| Nelsinho Trad (PSD) | Presente | 1. Carlos Fávaro (PSD) | Presente |
| Antonio Anastasia (PSD) | Presente | 2. Angelo Coronel (PSD) | Presente |
| **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | | | |
| Chico Rodrigues (DEM) | Presente | 1. Marcos Rogério (DEM) | Presente |
| Zequinha Marinho (PSC) | Presente | 2. Maria do Carmo Alves (DEM) | |
| **PODEMOS** | | | |
| Marcos do Val (PODEMOS) | Presente | 1. Elmano Férrer (PODEMOS) | |

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

**LISTA DE PRESENÇA** 7

**Reunião:** 4ª Reunião, Extraordinária, da CRE
**Data:** 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 08h
**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

## NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Leila Barros
Rose de Freitas
Rodrigo Pacheco
Carlos Viana

Senado Federal

# Resultado de Votação Secreta

## Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
**MSF 14/2020** - I.COLBERT-C.VERDE

Início da votação: 21/09/2020 10:17:42 Fim da votação: 21/09/2020 13:04:48

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|---|---|---|---|
| **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,** | | **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,** | |
| MECIAS DE JESUS | **votou** | 1. RENAN CALHEIROS | |
| JARBAS VASCONCELOS | | 2. FERNANDO BEZERRA COELHO | **votou** |
| MARCIO BITTAR | **votou** | 3. SIMONE TEBET | **votou** |
| ESPERIDIÃO AMIN | **votou** | 4. DANIELLA RIBEIRO | |
| CIRO NOGUEIRA | | 5. VANDERLAN CARDOSO | |
| **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | | **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | |
| ROBERTO ROCHA | | 1. IZALCI LUCAS | **votou** |
| MARA GABRILLI | | 2. FLÁVIO BOLSONARO | |
| MAJOR OLIMPIO | **votou** | 3. SORAYA THRONICKE | **votou** |
| **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,** | | **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,** | |
| KÁTIA ABREU | **votou** | 1. ACIR GURGACZ | **voto não computado** |
| RANDOLFE RODRIGUES | **votou** | 2. FLÁVIO ARNS | |
| ELIZIANE GAMA | **votou** | 3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO | |
| **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,** | | **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,** | |
| FERNANDO COLLOR | **votou** | 1. VAGO | |
| JAQUES WAGNER | | 2. TELMÁRIO MOTA | **votou** |
| HUMBERTO COSTA | **votou** | | |
| **PSD** | | **PSD** | |
| NELSINHO TRAD | **votou** | 1. CARLOS FÁVARO | **voto não computado** |
| ANTONIO ANASTASIA | **votou** | 2. ANGELO CORONEL | |
| **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | | **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | |
| CHICO RODRIGUES | **votou** | 1. MARCOS ROGÉRIO | **voto não computado** |
| ZEQUINHA MARINHO | **votou** | 2. MARIA DO CARMO ALVES | |
| **PODEMOS** | | **PODEMOS** | |
| MARCOS DO VAL | **votou** | 1. ELMANO FÉRRER | |

**Votação:**

**TOTAL 19 SIM 18 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0**

**Senador Nelsinho Trad**
**Presidente**

**ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,**
**PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020**

# DECISÃO DA COMISSÃO

**(MSF 14/2020)**

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR COLBERT SOARES PINTO JUNIOR, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DE CABO VERDE, COM 18 VOTOS FAVORÁVEIS, 1 VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

# PARECER Nº , DE 2020

SF/20832.51891-59

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 14, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor COLBERT SOARES PINTO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde*.

Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor *COLBERT SOARES PINTO JUNIOR*, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O Sr. COLBERT SOARES PINTO JUNIOR é filho de Colbert Soares Pinto e Anna Marisa de Sylos Soares Pinto e nasceu em Porto Alegre em 27 de agosto de 1962.

Graduou-se em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1988. Ingressou na carreira diplomática em 1990, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática. Ainda no âmbito

do Instituto Rio Branco, pós-graduou-se no Curso de Altos Estudos em 2008, quando defendeu a tese intitulada "A doutrina bolivarista: origem, forma atual e possíveis implicações para a política exterior brasileira".

Após o início de sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário, em 1990, ascendeu a Conselheiro em 2006; e a Ministro de Segunda Classe, em 2008. Ambas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de chefia na Divisão de Serviços Gerais, de 2005 a 2007; Subchefe do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 2007 a 2010; e Chefe de Gabinete da Subsecretaria de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial, de 2015.

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Segundo-Secretário na Embaixada em Caracas; de Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Santa Cruz de La Sierra, de 2010 a 2015; e Embaixador em Lusaca (de 2017 até o presente).

Foi galardoado com a Ordem de Rio Branco, grau de Comendador e Grande Oficial (2008 e 2019, respectivamente); Ordem de Mérito da Defesa, grau de Oficial, em 2008; e com a Medalha Mérito Santos Dumont, em 2010.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República de Cabo Verde, o qual informa acerca das relações bilaterais desse País com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

As relações diplomáticas entre o Brasil e Cabo Verde datam da independência daquele país, em 5 de julho de 1975. Na época, foram realizadas várias visitas de alto nível entre os dois países, observando-se, posteriormente, na década de 1990, um lapso na troca de visitas, até julho de 2004, quando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Cabo Verde, dezoito anos após a última visita de um Chefe de Estado brasileiro àquele país.

Cabo Verde não oferece grandes oportunidades comerciais para o Brasil, em que pese investimentos de brasileiros, como da Boticário, da

SF/20832.51891-59

Universo Pescados, da Sadia, da Rede Record, dentre outros. Diferentemente, as iniciativas de cooperação representam importante característica das relações bilaterais.

Em 1977, Brasil e Cabo Verde assinaram Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica. E, segundo o documento acostado do Itamaraty, desde 1998 foram implementadas 90 ações na esfera da cooperação técnica. Atualmente, estão vigentes as seguintes: (i) reforço das capacidades em matéria de segurança alimentar, parceria entre a brasileira Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Ministério da Agricultura e Ambiente de Cabo Verde; (ii) Escola de Todos – Fase 2, que visa a apoiar o sistema de ensino caboverdiano na ampliação da oferta de atendimento educacional especializado para o fortalecimento do processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais; (iii) consolidação da Autoridade Regulatória de Fármacos e Alimentos (ARFA) como agente regulador dos setores farmacêutico e alimentar – Fase 3; (iv) apoio técnico para implantação de Banco de Leite Humano em Cabo Verde – Fase 2 ; e (v) reforço das capacidades da Biblioteca Nacional de Cabo Verde em matéria de biblioteconomia e arquivística.

SF/20832.51891-59

No que se refere à cooperação no domínio da defesa, Brasil e Cabo Verde assinaram um acordo em meados da década de 90, que foi atualizado pelo Acordo-Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em 20/10/2016, em Praia e ratificado pelo Brasil em 28 de janeiro de 2019. Além disso, o Brasil, entre 2016 a 2018, formou 49 militares da Guarda Costeira de Cabo Verde. Em termos de ameaça real, há preocupação com a pirataria no Golfo da Guiné, que tem apresentado índices crescentes de atos violentos nos últimos anos. O Brasil tem colaborado com ações dissuasivas desse problema.

No que concerne ao comércio bilateral, este aumentou substantivamente, de US$ 9 milhões em 2003 para mais de US$ 24,7 milhões em 2019, sempre favorável ao Brasil.

O Brasil exporta para Cabo Verde, principalmente, açúcares, cerais, carnes, preparações alimentícias e malte, amidos e féculas. Contudo, em que pese ser um País com localização, no limite entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul, é carente de recursos minerais, de terra fértil (10% de terra arável) e de água.

Pretende, assim, ser um ponto de ligação logística e comercial, além de ser área de forte turismo, agora prejudicado pela incidência da

COVID-19. Quanto ao comércio, é beneficiado por regime preferencial com a Europa, o AGOA (*African Growth and Opportunity Act*) com os Estados Unidos, e da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental).

Enfim, o Brasil tem interesse em facilitar os fluxos comerciais com a região por intermédio de Cabo Verde, evitando, assim, a passagem de navios pela Europa e pode vislumbrar no País uma porta de entrada à África.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

SF/20832.51891-59

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM (SF) N° 14, DE 2020

(nº 341/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor COLBERT SOARES PINTO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde.

**AUTORIA:** Presidência da República

**DOCUMENTOS:**

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **COLBERT SOARES PINTO JUNIOR**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde.

Os méritos do Senhor **COLBERT SOARES PINTO JUNIOR** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2020.

EM nº 00071/2020 MRE

Brasília, 25 de Maio de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, caput, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **COLBERT SOARES PINTO JUNIOR**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República de Cabo Verde.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **COLBERT SOARES PINTO JUNIOR** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo***

OFÍCIO Nº 330 /2020/SG/PR

Brasília, 16 de junho de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

**Assunto: Indicação de autoridade.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor COLBERT SOARES PINTO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

**I N F O R M A Ç Ã O**

***CURRICULUM VITAE***

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE ***COLBERT SOARES PINTO JUNIOR***
CPF: 431.708.540-20
ID: 7002028038 SSP/RS

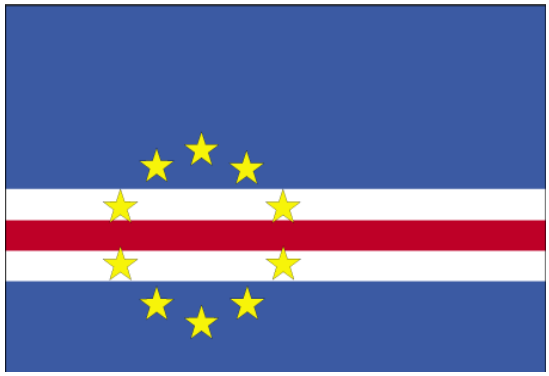
| | |
|---|---|
| 1962 | Filho de Colbert Soares Pinto e Anna Marisa de Sylos Soares Pinto, nasce em 27 de agosto, em Porto Alegre/RS |
| **Dados Acadêmicos:** | |
| 1988 | Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) |
| 1989 | Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) do Instituto Rio Branco |
| 1998 | Curso de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD), do Instituto Rio Branco |
| 2008 | Curso de Altos Estudos (CAE), do Instituto Rio Branco, com a tese: "A doutrina bolivarista: origem, forma atual e possíveis implicações para a política exterior brasileira" |
| **Cargos:** | |
| 1990 | Terceiro-secretário |
| 1995 | Segundo-secretário |
| 2001 | Primeiro-secretário, por merecimento |
| 2006 | Conselheiro, por merecimento |
| 2008 | Ministro de segunda classe, por merecimento |
| **Funções:** | |
| 1991-93 | Assessor na Divisão de Serviços Gerais |
| 1993-94 | Assessor no Departamento de Administração |
| 1994-97 | Embaixada em Roma, terceiro e segundo-secretário |
| 1997-2000 | Embaixada em Caracas, segundo-secretário |
| 2000-05 | Assessor e Subchefe da Divisão do Pessoal |
| 2005-07 | Chefe da Divisão de Serviços Gerais |
| 2007-10 | Subchefe do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores |
| 2010-15 | Consulado-Geral em Santa Cruz de la Sierra, Cônsul-Geral |
| 2015 | Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial |
| 2017- | Embaixada em Lusaca, embaixador |
| **Condecorações:** | |
| 2008 | Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador |
| 2008 | Ordem de Mérito da Defesa, Brasil, Oficial |
| 2010 | Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil |
| 2019 | Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial |

**FÁTIMA KEIKO ISHITANI**
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

1

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**
**Maço Básico**

## CABO VERDE



**OSTENSIVO**

**Divisão de África II – DAF II**

**Maio de 2020**

2

## RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Cabo Verde foram estabelecidas em 1975, ano da independência daquele país, e desenvolveram-se em várias frentes, tendo como pilar central a cooperação bilateral. Cabo Verde é um dos nossos maiores parceiros em projetos desenvolvidos com recursos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e um dos grandes beneficiários das oportunidades oferecidas pelos Programas de Estudantes–Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG).

Parcela relevante da elite administrativa graduou-se no Brasil, incluindo o ex-Primeiro-Ministro José Maria Neves. Diplomatas e militares cabo-verdianos também têm tradicionalmente frequentado cursos de formação em nosso país.

Em 2008, foi estabelecido o Mecanismo de Consultas Políticas e de Cooperação, que permite que Brasil e Cabo Verde aprofundem, por meio de encontros regulares entre seus Chanceleres, o diálogo e a troca de informações sobre temas bilaterais, regionais e internacionais de interesse comum. As três primeiras reuniões tiveram lugar em 2009, em Praia; em 2012, em Brasília; e em setembro de 2015, em Praia. No último encontro, tratou-se, entre outros temas, da estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde para transformar-se em plataforma do relacionamento da África Ocidental com outras regiões, em particular com a Europa e a América do Sul.

Em janeiro de 2019, o Presidente Jorge Carlos Fonseca compareceu à cerimônia de posse do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro.

Em 08 e 09/12/2019, o Senhor Ministro de Estado, Ernesto Araújo, chefiou delegação brasileira em visita oficial a Praia, onde manteve reuniões com o Primeiro-Ministro, Ulisses Correia e Silva, e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades, Luís Filipe Tavares. Na ocasião, entre outros temas, tratou-se do atual estado das relações bilaterais; da presidência de turno cabo-verdiana da CPLP, com particular atenção ao tema da mobilidade; da situação de segurança no Golfo da Guiné; e da retomada do mecanismo de consultas políticas.

## COOPERAÇÃO TÉCNICA

Cabo Verde é um dos grandes parceiros brasileiros em projetos de cooperação conduzidos com recursos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). A cooperação técnica brasileira tem, historicamente, lugar de alta relevância na construção e na afirmação do Estado cabo-verdiano. O Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre os dois países foi assinado em 28/04/1977 e promulgado em 16/12/1980.

São diversos os projetos de cooperação estruturantes de êxito no país. A título de exemplo, um dos frutos da cooperação brasileira foi a instalação, concluída em 2013, no Hospital Agostinho Neto (em Praia), do primeiro banco de leite humano (BLH) na África, que contribuiu para a redução da mortalidade infantil. Foi acordada, recentemente, a segunda fase do projeto "Banco de Leite Humano em Cabo Verde". No presente, está em andamento a instalação da segunda unidade de banco de leite humano no país.

Desde 1998, foram implementadas 90 ações na esfera da cooperação técnica. No presente, são cinco as iniciativas de cooperação técnica em execução: (i) reforço das capacidades em matéria de segurança alimentar, parceria entre a brasileira Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Ministério da Agricultura e Ambiente de Cabo Verde; (ii) Escola de Todos – Fase 2, que visa a apoiar o sistema de ensino cabo-verdiano na ampliação da oferta de atendimento educacional especializado para o fortalecimento do processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais

especiais; (iii) consolidação da Autoridade Regulatória de Fármacos e Alimentos (ARFA) como agente regulador dos setores farmacêutico e alimentar – Fase 3; (iv) apoio técnico para implantação de Banco de Leite Humano em Cabo Verde – Fase 2 ; e (v) reforço das capacidades da Biblioteca Nacional de Cabo Verde em matéria de biblioteconomia e arquivística.

Existem, no momento, duas demandas de Cabo Verde na área de cooperação técnica. A primeira diz respeito ao apoio à formatação de uma comissão nacional de controle do tabaco em Cabo Verde, tendo em conta a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT). A segunda seria voltada para o fortalecimento do Banco Central de Cabo Verde.

## COOPERAÇÃO TÉCNICA NO ÂMBITO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

As ações de cooperação implementadas pelo Brasil em parceria com os Estados-Membros da CPLP abarcam vasto repertório de iniciativas nas áreas de saúde pública, formação profissional, agricultura e fortalecimento institucional, com maior ênfase, em tempos recentes, para projetos nas áreas de ensino superior, meio ambiente e direitos humanos.

Três projetos são executados atualmente: Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES); Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP; e Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-Governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP.

## COOPERAÇÃO EM DEFESA

Conforme a Estratégia Nacional de Defesa, Cabo Verde está inserido no entorno estratégico nacional brasileiro. O país, por seu turno, confere grande importância à cooperação militar com o Brasil, a fim de desenvolver capacidade própria de vigilância e controle de seu espaço jurisdicional marítimo.

A dispersão geográfica das ilhas que compõem o território cabo-verdiano e a escassez de meios tornam indispensável para Cabo Verde o recurso à cooperação internacional.

O Brasil tem tido papel relevante na reorganização das Forças Armadas de Cabo Verde e no recebimento de alunos em cursos e em escolas militares. O apoio brasileiro fez-se presente na revisão do 'Livro Branco', na estruturação da segurança marítima e do Corpo de Fuzileiros do país, bem como na integração de Cabo Verde à arquitetura de segurança da União Africana. **O Brasil, entre 2016 a 2018, foi o maior formador de militares da Guarda Costeira de Cabo Verde (49 militares), contribuição muito superior à de Portugal (11), EUA (4), Espanha (3) e China (2).**

Em agosto de 2019, o navio-escola Brasil teve passagem por Cabo Verde, por decisão da Marinha do Brasil (MB) de incluir país da África Ocidental no roteiro da viagem de estudos – em consonância com a crescente atenção devotada pelo MD, e em particular pela MB, ao Atlântico Sul.

**Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa.** O Acordo-Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa, que atualizou o Acordo de 1994 sobre cooperação técnica no domínio militar, foi assinado em 20/10/2016, em Praia. O diploma foi

aprovado pelo Congresso Nacional em 19/12/2018 e ratificado em 28/01/2019. Aguarda-se ratificação do instrumento por Cabo Verde.

**Missão Naval e Adidância de Defesa. A inauguração do Núcleo da Missão Naval Brasileira em Cabo Verde, em 19/11/2013, e a criação, em de 22/03/2014, da Adidância de Defesa na Embaixada em Praia conferiram importante impulso à já existente cooperação entre os dois países no setor de defesa.** O trabalho da Missão está centrado na formação de militares, oficiais e praças em escolas das Forças Armadas brasileiras.

**Cooperação em desporto militar.** Por ocasião de encontro bilateral entre Ministros da Defesa, durante a feira "LAAD 2019 Defence & Security", no Rio de Janeiro, em abril daquele ano, o Ministro da Defesa sugeriu a sua contraparte cabo-verdiana a possibilidade de incrementar a cooperação na área do desporto militar. A sugestão brasileira foi bem recebida pela autoridade de Cabo-Verde. Ainda não houve desdobramentos.

**Golfo da Guiné.** O tema da pirataria no Golfo da Guiné vem sendo acompanhado com grande preocupação pelo governo brasileiro. Nos últimos quatro anos, os incidentes violentos têm aumentado, segundo dados do "International Maritime Bureau" (IMB-ICC).

No âmbito da chamada Arquitetura de Iaundê, Cabo Verde foi escolhido para abrigar a sede do Centro Marítimo Multinacional de Coordenação da Zona G (MMCC), cuja direção cabe ao Senegal, incluindo igualmente Guiné-Bissau e Gâmbia.

O Brasil já participou seis vezes da operação naval "Obangame Express". Além do envio, para a edição de 2019, do Navio Patrulha Araguari e, em anos anteriores, dos navios Apa e Amazonas, o Brasil tem contribuído com os exercícios da operação mediante destacamento de equipe de militares brasileiros para atuação no Centro de Operações Marítimas, baseado em Luanda, e em grupos de controle localizados em outros países da costa ocidental africana.

Do ponto de vista do Brasil, o problema da pirataria no Golfo da Guiné representa um entrave para o desenvolvimento dos países costeiros e um sério risco para a segurança da navegação internacional na região e no Atlântico Sul como um todo, pelo qual passam mais de 95% do fluxo de comércio externo brasileiro. Por isso, o país tem buscado colaborar para o enfrentamento do problema, com o oferecimento de cursos e treinamentos para países africanos em academias militares brasileiras e a participação da Marinha do Brasil em exercícios navais com países do continente.

O caráter estratégico do engajamento brasileiro no Golfo da Guiné refletiu-se na criação, em 23/05/2019, do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Acompanhamento da Situação no Golfo da Guiné. O objetivo do referido GTI é "acompanhar, planejar e debater questões relacionadas ao Golfo da Guiné, de maneira a prover informações e orientações para que a atuação dos órgãos relacionados com o assunto esteja de acordo com os interesses do Estado brasileiro". O colegiado é composto por representantes dos Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, bem como da Marinha do Brasil.

Foi também objeto de análise, no âmbito do GTI, a participação do Brasil no Grupo do G7 dos Amigos do Golfo da Guiné (G7++FoGG), fórum multinacional de concertação política voltado à coordenação de ações nacionais e multinacionais de combate à pirataria, ao roubo à mão armada no mar e a outras atividades marítimas ilegais na região do Golfo. O grupo inclui os membros do G7, os Estados da costa

ocidental da África (Angola, Benim, Cabo Verde, Cameroun, Côte d'Ivoire, Gabão, Gâmbia, Gana, República do Congo, República da Guiné, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Libéria, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo), bem como Bélgica, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Noruega, Países Baixos, Portugal e Suíça. O Brasil, que, assim como a Austrália, participava na condição de observador, comunicou, por ocasião da última reunião plenária do grupamento, em novembro de 2019, sua intenção de tornar-se membro pleno.

**Cooperação em Busca e Salvamento.** Durante a Terceira Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas (2015), o então Chanceler cabo-verdiano, Jorge Tolentino, solicitou que o Brasil auxiliasse Cabo Verde na criação e na operacionalização de sistema nacional de busca e salvamento (SAR). Procedeu-se, nesse sentido, à realização de um Curso de Coordenação de Busca e Salvamento, ministrado por militares brasileiros (FAB), entre novembro de 2016 e fevereiro de 2017. A realização do curso teve boa receptividade em Cabo Verde, tendo contribuído para fornecer arcabouço inicial ao esforço de estruturação do SAR no país.

## COOPERAÇÃO POLICIAL

**Acordo de Cooperação Bilateral.** Cabo Verde demonstrava interesse reiterado em firmar termo de cooperação policial com o Brasil, a fim de estabelecer ações conjuntas no combate a ilícitos transnacionais, em especial ao tráfico de drogas.

A Polícia Federal negociou instrumento de cooperação com a Polícia Judiciária de Cabo Verde. O Termo de Cooperação Interinstitucional entre a Polícia Judiciária de Cabo Verde e a Polícia Federal do Brasil foi firmado, em Brasília, em 26/06/2017.

## COOPERAÇÃO JURÍDICA

No âmbito da CPLP, foram assinados acordos nas áreas de Assistência Mútua em Matéria Penal, Extradição e Transferência de Pessoas Condenadas.

No âmbito bilateral, estão em negociação tratados de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal e de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Civil.

## EDUCAÇÃO

O Brasil está presente em Cabo Verde por meio da cooperação educacional, desempenhando importante papel como formador da elite cabo-verdiana. Com efeito, é expressivo o número de autoridades e formadores de opinião que tiveram positivas experiências universitárias no Brasil. O caso mais ilustrativo é o de José Maria Neves – ex-Primeiro-Ministro e uma das figuras públicas mais proeminentes de Cabo Verde –, que, nos anos 1980, foi aluno de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. Segundo seu próprio depoimento, o tempo em que permaneceu no Brasil como estudante foi fundamental não apenas para sua formação profissional, mas também para sua projeção como político.

A cooperação bilateral em educação encontra guarida no Acordo sobre Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde, celebrado em 07/02/1979 e em vigor desde 07/07/1980, e no Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde, celebrado em 28/04/1977 e em vigor desde 23/11/1977.

**Trata-se de vetor fundamental das relações bilaterais entre Brasil e Cabo Verde.** Os ganhos consolidados na mobilidade acadêmica em nível de graduação, refletidos na grande demanda de estudantes cabo-verdianos por vagas no Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) – do qual Cabo Verde é o principal beneficiário no mundo, com mais de 3 mil estudantes – devem ser complementados pelo incremento de estudantes na pós-graduação, no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).

**Cooperação Educacional-Militar: Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME).** Cabo Verde apresenta regularmente candidatos ao Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME), oferecido pelo Estado Maior da Armada (EMA), destinado à formação e ao aperfeiçoamento de Oficiais da Marinha Mercante provenientes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos culturais ou educacionais. Para o PEPME 2019, foram selecionados quatro cabo-verdianos, para a área de Formação de Oficial de Náutica e Máquinas da Marinha Mercante. Nos últimos dez anos, a procura por essa formação tem sido frequente e estimulada pelas autoridades marítimas locais, havendo beneficiado cerca de 60 cabo-verdianos.

**Universidade de Cabo Verde. A Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) foi criada em 2004, com o apoio do Brasil, que ofereceu extensa cooperação da CAPES, do CNPq e do Ministério da Educação do Brasil,** mobilizando as Universidades Federais do Ceará e de Brasília para colaborarem com a Comissão Nacional para a instalação da Uni-CV**.**

Desde então, o Brasil tem mantido intensa cooperação educacional com a Uni-CV, conferindo forte impulso à mobilidade acadêmica na instituição. A respeito, pode-se citar o Programa de Incentivo à Formação Científica (PIFC), realizado com o apoio da CAPES, que, em seis edições realizadas (2009-2014), possibilitou os estudos de 194 estudantes de graduação em diferentes universidades brasileiras.

**PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA**

**Programa de Leitorado.** A manutenção do Programa de Leitorado brasileiro na Universidade de Cabo Verde tem rendido excelentes resultados na cooperação cultural e educacional entre os países. Com a renovação do programa para o período 2019-2021, o Brasil reitera seu compromisso com a permanente evolução do ensino superior em Cabo Verde, atestado desde a criação daquela Universidade.

**Centro Cultural Brasil-Cabo Verde (CCBCV).** O Centro Cultural Brasil-Cabo Verde foi estabelecido em 2008 e ministra cursos preparatórios para a realização do exame de proficiência em português do Brasil (CELPE-Bras - Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa), além de cursos de escrita criativa para crianças, curso de português para jovens infratores e capacitação de monitores infantis da rede escolar de Cabo Verde. Em 2014, o CCBCV tornou-se também centro aplicador do CELPE-Bras, que é necessário para o ingresso nas universidades públicas brasileiras, por meio dos programas de cooperação oferecidos pelo governo brasileiro.

**Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP).** Criado em 1989, o IILP é órgão da CPLP dedicado à promoção da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e meio de comunicação oficial em fóruns internacionais. Sediado

na capital cabo-verdiana, tem como Diretor-Executivo, desde dezembro de 2018, o bissau-guineense Incanha Intumbo.

**Repatriação do acervo de Luís Romano Madeira de Melo.** Em fevereiro de 2018, foi realizada a cerimônia de repatriação do acervo. O evento ocorreu a bordo da Fragata Independência, da Marinha do Brasil. Luís Romano faleceu em Natal/RN, em 2010. Trata-se de escritor de projeção internacional e importante militante da independência da então colônia de Cabo Verde, fato que o levou a exilar-se na capital potiguar, na década de 1960, para evitar a perseguição do governo português. Em Natal, produziu a maior parte de sua obra e contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento da indústria salineira local, sob os auspícios do emblemático Conde Francesco Matarazzo.

## COMÉRCIO BILATERAL

O intercâmbio bilateral com Cabo Verde ainda é pouco expressivo. Em 2019, totalizou US$ 24,7 milhões. Os resultados da balança comercial bilateral são historicamente favoráveis ao Brasil. Em 2019, o fluxo comercial foi composto quase totalmente por exportações brasileiras, que se dividiam em 78% de produtos industrializados e 22% de básicos.

## INVESTIMENTOS

**Presença brasileira.** As dimensões do mercado cabo-verdiano desencorajam empresas brasileiras a investirem no arquipélago. Ainda assim, há empresas brasileiras presentes no país, como O Boticário. Na área de carcinicultura (crustáceos), a empresa brasileira Universo Pescados, em parceria com empresas locais, estabeleceu empreendimento para a criação de camarões em cativeiro na ilha de São Vicente, com investimentos conjuntos da ordem de 1,6 milhão de euros.

O empresário brasileiro Roberto Marinho, cônsul honorário de Cabo Verde no Ceará, opera desde 2014 no país por meio da Brasil Trade Mix, em associação com empreendedor local. Criaram, naquele ano, a empresa Agrícola Ilha Verde, para armazenar e comercializar grãos no arquipélago. A empresa também estuda investir na produção local de ovos, frango e ração animal, com participação da Sadia e da Cooperativa Agroindustrial de Campo Mourão/PR.

Por meio da Record África, a Rede Record está em Cabo Verde desde 2007, quando venceu concurso público para atribuição de licenças de transmissão em sinal aberto. Para além da emissão de programas brasileiros, conta com estúdio que viabiliza produção e grade de programação local.

**Oportunidades.** Apesar de o mercado cabo-verdiano ser pequeno, investidores brasileiros podem beneficiar-se da localização do arquipélago, próximo ao Nordeste, à Europa e aos países da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) – cujo acesso seria facilitado por acordos tarifários. O desafio segue sendo o de criar mecanismos para aproveitamento desse potencial, hoje escassamente explorado.

Autoridades cabo-verdianas manifestaram em diversas ocasiões interesse de maior participação de investidores brasileiros em negócios no país. Cabo Verde interessou-se, por exemplo, em contar com empresas brasileiras em concessões de portos e aeroportos do país.

O governo cabo-verdiano também deseja atrair investimentos agrícolas brasileiros para as ilhas do Sal e de Boavista, locais de grande densidade de turismo praiano, onde estão instalados complexos hoteleiros de grande importância para a economia nacional. As ilhas são inteiramente dependentes da importação de alimentos, por apresentarem condições naturais impróprias para a agricultura tradicional. Para contornar o problema, pretende-se recorrer à hidroponia (cultivo de plantas sem solo) e ao cultivo em estufa, em larga escala.

**Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI).** O Acordo está em negociação desde 2017 entre as partes.

**Ligações aéreas.** A Cabo Verde Airlines (antiga Transportes Aéreos de Cabo Verde – TACV) opera quatro rotas aéreas diretas entre Cabo Verde e Brasil (Fortaleza, Porto Alegre, Recife e Salvador). Em fevereiro de 2020, a empresa suspendeu, por questões fincanceiras e tempo indefinido, os voos para a Bahia.

Em agosto de 2017, o governo de Cabo Verde concedeu à Icelandair, para fins de reestruturação e privatização, a gestão da Cabo Verde Airlines, a estatal com maior passivo, estimado em USD 140 milhões. A gestão teria por objetivo ajustar a companhia aos padrões de mercado, conferindo-lhe o correspondente valor. Para tanto, elaborou-se estratégia que inclui deslocamento do *hub* de operações para a Ilha do Sal, programa de *stopover* entre Brasil e Europa e abertura de novas rotas.

**Acordo de Serviços Aéreos.** As relações aerocomerciais entre Brasil e Cabo Verde são regidas pelo Acordo de Serviços Aéreos (ASA) assinado em 29/07/2004 e em vigor desde 15/12/2007. Aguarda-se notificação da parte cabo-verdiana para a entrada em vigor do novo ASA bilateral, assinado em 31/10/2016.

## TEMAS MIGRATÓRIOS

**Vistos.** Brasil e Cabo Verde não têm acordos bilaterais sobre vistos em vigor – a isenção em passaportes diplomáticos e oficiais dá-se por conta do acordo sobre o tema no âmbito da CPLP, de 2000. Exigem-se vistos para todo tipo de viagem em passaportes comuns.

## TEMAS CONSULARES E COVID-19

No combate à pandemia do coronavírus, o governo de Cabo Verde deu início a medidas de distanciamento social em 29/03 e deve estendê-las até, pelo menos, 02/05 para as ilhas de Santiago, de São Vicente e de Boa Vista e 26/04 para as ilhas de São Nicolau, de Santo Antão, do Sal, do Maio, do Fogo e Brava. Foram proibidas, por qualquer meio, todas as viagens nacionais e internacionais e estão sendo monitoradas a circulação e permanência em via pública que não sejam justificadas. O não cumprimento das medidas estabelecidas confere ao governo o direito de estabelecer sanções, em conformidade com suas competências constitucionais.

No contexto das restrições geradas pela crise da COVID-19, em 24/03, com apoio da Embaixada do Brasil em Praia, partiu da Ilha do Sal para Fortaleza voo em que foram repatriados 110 brasileiros, os quais se encontravam espalhados em cinco ilhas do arquipélago.

9

## POLÍTICA INTERNA

Cabo Verde é uma república semipresidencialista, com divisão de poder equilibrada entre o Primeiro-Ministro e o Presidente. É um Estado unitário, com alguma descentralização interna. As disputas eleitorais costumam ser intensas e a cultura democrática está entranhada no país. Os resultados das eleições são divulgados com rapidez e eventuais recursos, resolvidos na esfera da justiça eleitoral.

À exceção da Guiné-Bissau, cuja independência foi proclamada em 1974, logo após a queda do regime salazarista em Portugal, a independência das demais ex-colônias portuguesas na África ocorreu ao longo de 1975: Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola. O primeiro Presidente de Cabo Verde foi Aristides Pereira. Em 1980, a direção unificada do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) foi dissolvida por um golpe de Estado na Guiné-Bissau. Cabo Verde condenou o golpe, e a ala cabo-verdiana do PAIGC passou a se chamar Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV).

O sistema multipartidário foi estabelecido em 1990 e, no ano seguinte, com a realização de eleições democráticas, o Presidente Aristides Pereira, do PAICV, deixou o poder. O eleitorado votou maciçamente no partido oposicionista de centro-direita Movimento para a Democracia (MpD), que permaneceu na presidência até 2001. Nas eleições daquele ano, o Presidente eleito foi Pedro Pires, do PAICV, reeleito em 2006 para novo mandato de cinco anos.

As eleições presidenciais de 2011 foram vencidas por Jorge Carlos Fonseca, do MpD, que derrotou o candidato do PAICV, Manuel Inocêncio Sousa. O então Primeiro-Ministro José Maria das Neves, do PAICV, foi confirmado no cargo – por ele ocupado desde 2001. Teve início, então, uma inédita coabitação entre um Chefe de Estado do MpD e um Chefe de Governo do PAICV. A convivência entre os dois desenvolveu-se sem sobressaltos, consolidando o processo de maturidade política do país.

O ano de 2016 foi um "ano de glória" para Movimento para a Democracia (MpD). Jorge Carlos Fonseca (apoiado pelo partido) foi reconduzido à Presidência em outubro de 2016, após obter 74% dos votos válidos em eleições notabilizadas por absoluta normalidade. Nas mais recentes eleições legislativas, ocorridas em março de 2016, o partido conquistou 40 das 72 cadeiras da Assembleia Nacional Popular, e Ulisses Correia e Silva (MpD) assumiu a Primatura do país.

## ECONOMIA

No limite entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul, a localização de Cabo Verde revela-se particularmente estratégica. Carente de recursos minerais, de terra fértil e de água, o país busca valer-se da vantagem que a geografia lhe proporciona. Defende-se a transformação do país em *hub* logístico, comercial e turístico do Atlântico Sul.

A economia assenta-se em três grandes pilares: turismo, investimentos na expansão da infraestrutura turística e construção civil, todos profundamente dependentes do ambiente econômico internacional, especialmente da zona do euro.

A economia cabo-verdiana vem crescendo consistentemente desde 2016. Para contornar as dificuldades estruturais que enfrenta, o país depende fortemente das receitas provenientes do setor de turismo, quem vem crescendo a taxas elevadas e já representa 15% do PIB.

Esse cenário não previa, contudo, a crise da COVID-19. É de esperar-se forte impacto econômico negativo sobre Cabo Verde, na medida em que o setor de turismo deverá ficar inativo durante alguns meses. Além disso, a redução da atividade

econômica em geral deverá gerar desemprego e consequente menor poder de compra da população.

Desde sua independência política de Portugal, Cabo Verde conheceu um desenvolvimento econômico, social e político sem paralelo, havendo passado do estatuto dos Países Menos Avançados para aquele dos Países com Rendimentos Médios. O arquipélago enfrenta, contudo, dificuldades estruturais relacionadas a sua insularidade e a sua vulnerabilidade às mudanças climáticas. Em um momento em que o país enfrenta um endividamento público que se aproxima de 130% do seu PIB, o setor do turismo constituiria eixo fundamental da estratégia do governo para o crescimento econômico. Para 2020, antes da crise do coronavírus, o governo projetava um déficit de 1,7% do PIB.

A produção de água potável e de energia é dispendiosa e complexa. A reduzida quantidade de terras aráveis (10% do total) e a pluviosodade muito irregular representam limitações para o setor primário. Assim, apesar de sua atual tendência de crescimento, a agricultura cabo-verdiana contribui com menos de 10% da riqueza nacional, permanecendo o país fortemente dependente (85%) de fontes externas para atender suas necessidades alimentares.

O principal item de exportação do país é “peixe e seus preparados”, sendo que a empresa de capital espanhol Frescomar é a maior processadora de pescado no país – o que explica, em boa parte, a posição da Espanha como principal importador de produtos cabo-verdianos. A regularidade de ligações marítimas e aéreas com a Europa, com que Cabo Verde possui regime de preferências, é outro fator que faz da Europa o principal destino das exportações do país. Outros regimes preferenciais impactam a balança comercial em menor monta – caso do AGOA (African Growth and Opportunity Act) com os Estados Unidos, e da CEDEAO.

Cabo Verde vem tentando diversificar suas parcerias comerciais e tem buscado estreitar laços com os países africanos, especialmente com os da CEDEAO. Como resultado, verifica-se crescente participação africana na sua principal feira de negócios, a Feira Internacional de Cabo Verde (FIC). Os maiores parceiros comerciais do país têm sido Espanha (principal comprador) e Portugal (principal vendedor). No final de março de 2018, Cabo Verde foi um dos 44 países africanos que assinaram, em Kigali, o Acordo Continental Africano de Livre Comércio (AfCFTA).

11

## PERFIS BIOGRÁFICOS

**Jorge Carlos Fonseca**
**Presidente da República**

Nascido em 1950, Jorge Fonseca realizou seus estudos primários e secundários em Praia e Mindelo. Graduou-se em direito e é mestre em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Foi Diretor-Geral da Emigração (1975-1977) e Secretário-Geral (1977-1979) do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde. Assumiu a chefia da pasta entre 1991 e 1993. Antes de eleger-se Presidente, em agosto de 2011, já havia se candidatado à Presidência de Cabo Verde em 2001, quando foi derrotado por Pedro Pires. Foi reeleito em outubro de 2016. É autor de diversas obras de direito e literatura.

**José Ulisses de Pina Correia e Silva**
**Primeiro-Ministro**

Nascido em 1962, em Praia, Cabo Verde, licenciou-se em organização e gestão de empresas pelo Instituto Superior de Economia – Universidade Técnica de Lisboa. Entre 1989 e 1994, exerceu cargos no setor financeiro, inclusive o de Diretor do Departamento de Administração do Banco de Cabo Verde (Banco Central). Foi Ministro das Finanças, entre 1999 e 2001 e deputado de 2002 a 2008, tendo exercido a função de líder de seu partido nos últimos anos. Em 2008, tornou-se Presidente da Câmara Municipal (Prefeito) de Praia, cargo para o qual foi reconduzido em 2012. Foi Presidente do Movimento pela Democracia (MpD) em 2013, o que lhe assegurou a candidatura para o cargo de Primeiro-Ministro. Renunciou à Presidência da Câmara Municipal de Praia em janeiro de 2016, a fim de dedicar-se integralmente à campanha do MpD com vistas às eleições legislativas de março de 2016, das quais saiu vitorioso.

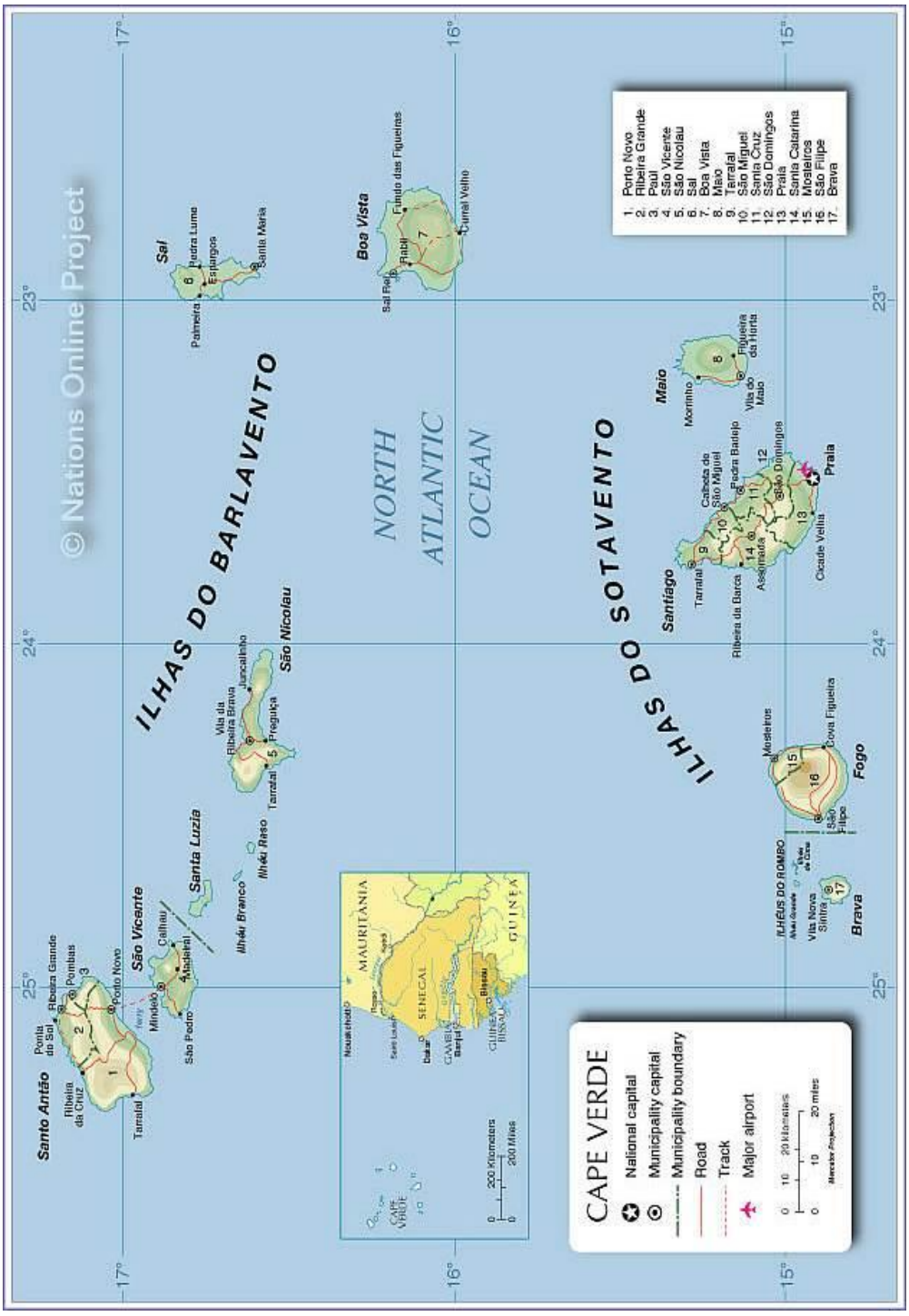
12

**Luís Filipe Lopes Tavares**
**Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades e da Defesa**

Nascido em 25 de agosto de 1965, em Praia, tem licenciatura em geografia e mestrado em políticas locais (com especialização em organização e desenvolvimento), pela Universidade de Rouen (França). Possui, ainda, título de especialista em desenvolvimento local pelo Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho, Turim (Itália). Sem levar em conta a posição que atualmente exerce na cúpula partidária (Vice-Presidente do MpD), sua carreira política inclui uma experiência como vereador da Câmara Municipal de Praia. É Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, cumulativamente com o cargo de Ministro da Defesa, desde abril de 2016.

13

**MAPA DE CABO VERDE**



14

| DADOS BÁSICOS | |
|---|---|
| **NOME OFICIAL** | República de Cabo Verde |
| **CAPITAL** | Praia |
| **ÁREA** | 4.033 km² |
| **POPULAÇÃO (2015, BM)** | 520 mil |
| **IDIOMA OFICIAL** | Português |
| **PRINCIPAIS RELIGIÕES** | Católica (77%), protestante (5%) |
| **SISTEMA POLÍTICO** | Semipresidencialismo |
| **CHEFE DE ESTADO** | Presidente Jorge Carlos Fonseca (desde set/2011; reeleito em set/2016) |
| **CHEFE DE GOVERNO** | Primeiro-Ministro José Ulisses de Pina Correia e Silva (desde abr/2016) |
| **MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES** | Luís Filipe Lopes Tavares (desde abr/2016) |
| **IDH** | 0,654 (128ª posição entre 189 países) |
| **EMBAIXADOR EM BRASÍLIA** | Encarregada de Negócios: Maria de Fátima Vaz Almeida Santos |
| **EMBAIXADOR EM PRAIA** | José Carlos de Araújo Leitão |

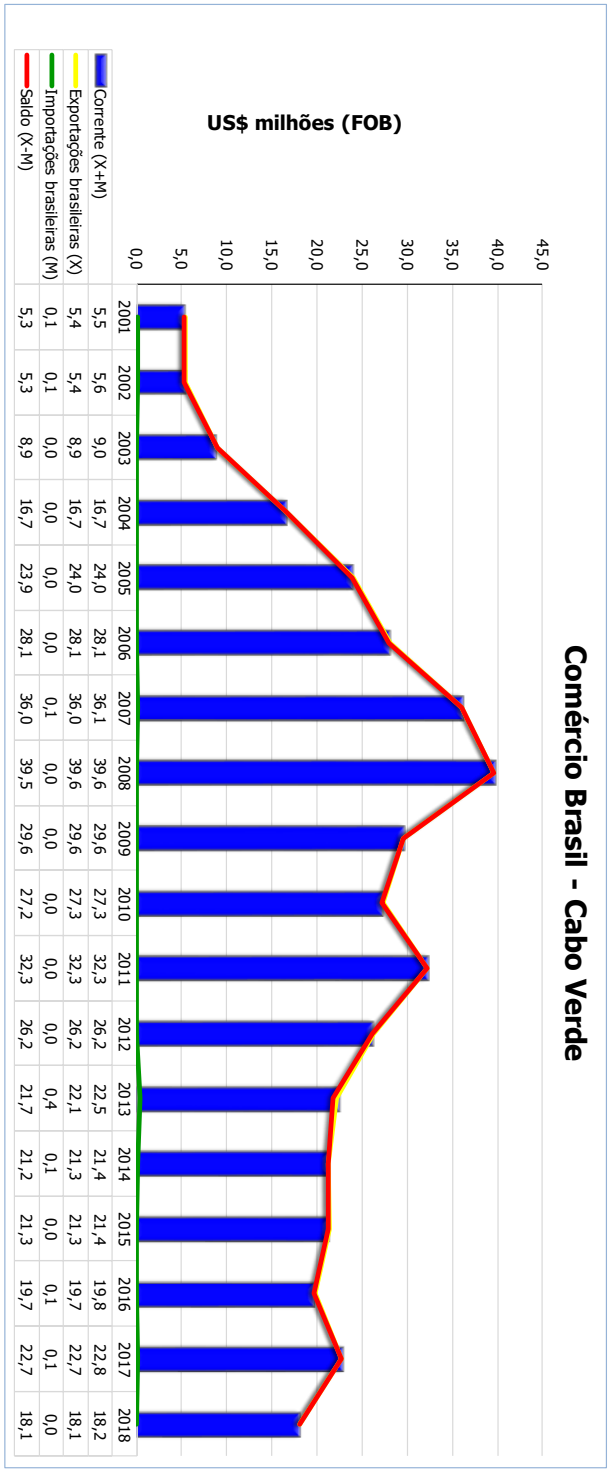
**INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US$ milhões FOB) – *Fonte: MDIC***

| **Brasil-Cabo Verde** | **2009** | **2010** | **2011** | **2012** | **2013** | **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Intercâmbio** | **29,65** | **27,30** | **32,2** | **26,23** | **22,48** | **21,35** | **21,40** | **19,79** | **22,84** | **18,2** | **24,553** |
| **Exportações** | 29,62 | 27,25 | 32,2 | 26,21 | 22,11 | 21,27 | 21,37 | 19,74 | 22,74 | 18,1 | 24,545 |
| **Importações** | 0,02 | 0,04 | 0,007 | 0,014 | 0,37 | 0,08 | 0,03 | 0,05 | 0,09 | 0,0 | 8,772 |
| **Saldo** | **29,6** | **27,21** | **32,2** | **26,20** | **21,74** | **21,19** | **21,34** | **19,69** | **22,65** | **18,1** | **24,536** |

15

## ANEXO ESTATÍSTICO

16



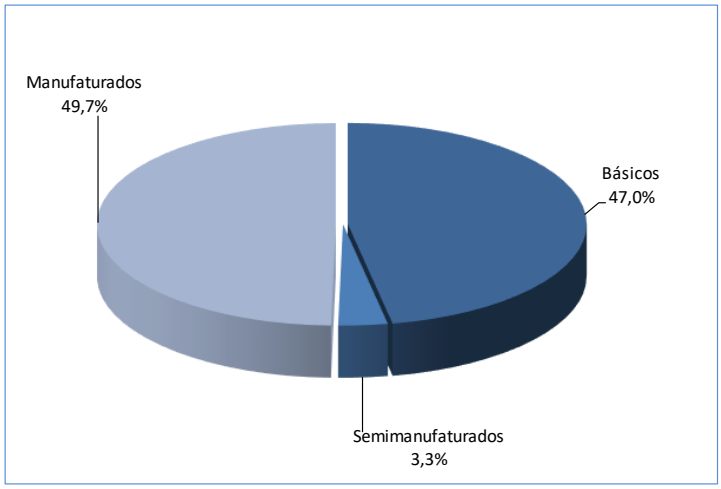

| 2018/2019 | Exportações brasileiras | Importações brasileiras | Corrente de comércio | Saldo |
|---|---|---|---|---|
| 2018 (jan-out) | 15,3 | 0,03 | 15,3 | 15,2 |
| 2019 (jan-out) | 20,2 | 0,00 | 20,2 | 20,2 |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do MDIC, Novembro de 2019*

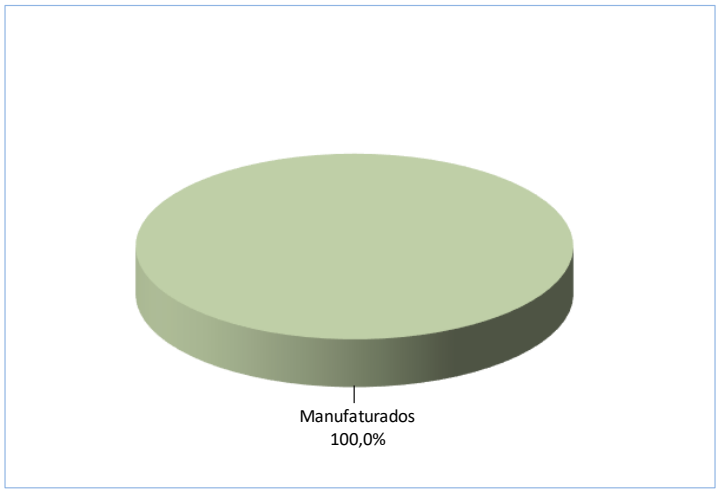
17

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado**
**2018**

**Exportações**




**Importações**




*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do MDIC, Novembro de 2019*

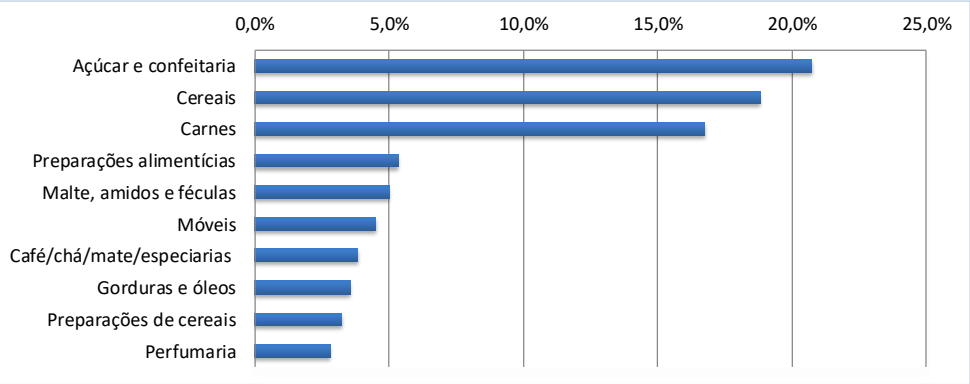
18

**Composição das exportações brasileiras para Cabo Verde**
**US$ milhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2016 | | 2017 | | 2018 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Açúcar e confeitaria | 6,4 | 32,3% | 7,5 | 32,7% | 3,8 | 20,7% |
| Cereais | 3,9 | 19,8% | 4,9 | 21,4% | 3,4 | 18,8% |
| Carnes | 1,8 | 8,9% | 2,4 | 10,5% | 3,0 | 16,7% |
| Preparações alimentícias | 1,1 | 5,7% | 0,8 | 3,6% | 1,0 | 5,4% |
| Malte, amidos e féculas | 0,4 | 2,0% | 0,5 | 2,1% | 0,9 | 5,0% |
| Móveis | 0,5 | 2,3% | 1,0 | 4,2% | 0,8 | 4,5% |
| Café/chá/mate/especiarias | 0,7 | 3,3% | 0,8 | 3,3% | 0,7 | 3,9% |
| Gorduras e óleos | 0,8 | 4,2% | 0,6 | 2,8% | 0,6 | 3,6% |
| Preparações de cereais | 0,6 | 3,2% | 0,7 | 2,9% | 0,6 | 3,2% |
| Perfumaria | 0,4 | 1,9% | 0,3 | 1,4% | 0,5 | 2,8% |
| **Subtotal** | **16,5** | **83,5%** | **19,3** | **85,0%** | **15,3** | **84,6%** |
| **Outros** | **3,3** | **16,5%** | **3,4** | **15,0%** | **2,8** | **15,4%** |
| **Total** | **19,7** | **100,0%** | **22,7** | **100,0%** | **18,1** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do MDIC, Novembro de 2019*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018**

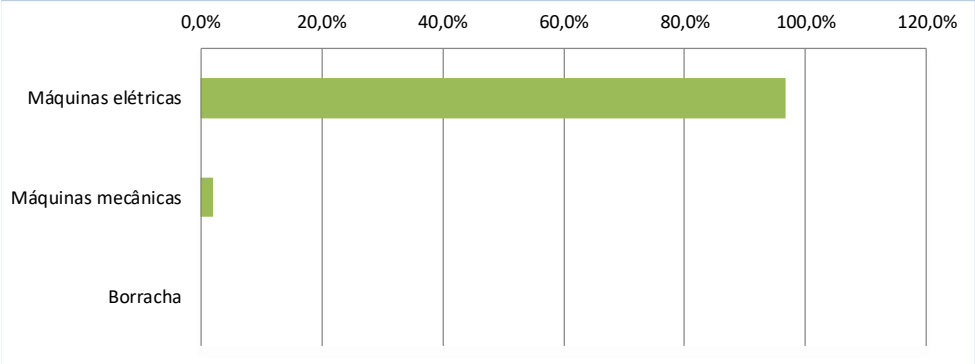


19

| Grupos de produtos (SH2) | 2016 | | 2017 | | 2018 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Máquinas elétricas | 0,04 | 78,4% | 0,07 | 71,0% | 0,03 | 96,8% |
| Máquinas mecânicas | 0,00 | 0,0% | 0,00 | 2,2% | 0,00 | 2,0% |
| Borracha | 0,00 | 0,0% | 0,00 | 0,0% | 0,00 | 0,0% |
| **Subtotal** | **0,04** | **78,4%** | **0,07** | **73,1%** | **0,03** | **98,8%** |
| **Outros** | **0,01** | **21,6%** | **0,03** | **26,9%** | **0,00** | **1,2%** |
| **Total** | **0,05** | **100,0%** | **0,09** | **100,0%** | **0,03** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do MDIC, Novembro de 2019*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018**

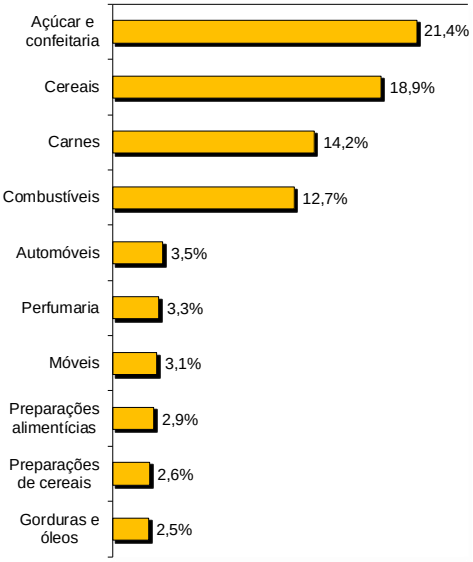


20

**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**
**US$ milhões**

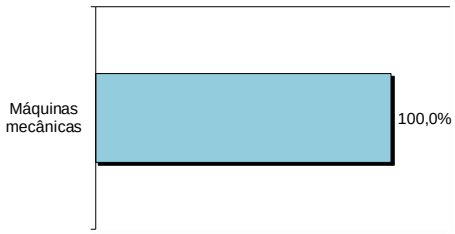
| Grupos de produtos (SH2) | 2018 (jan-out) | Part. % no total | 2019 (jan-out) | Part. % no total |
|---|---|---|---|---|
| **Exportações** | | | | |
| Açúcar e confeitaria | 3,5 | 23,2% | 4,3 | 21,4% |
| Cereais | 2,8 | 18,3% | 3,8 | 18,9% |
| Carnes | 2,7 | 17,5% | 2,9 | 14,2% |
| Combustíveis | 0,0 | 0,0% | 2,6 | 12,7% |
| Automóveis | 0,1 | 0,9% | 0,7 | 3,5% |
| Perfumaria | 0,4 | 2,9% | 0,7 | 3,3% |
| Móveis | 0,8 | 5,0% | 0,6 | 3,1% |
| Preparações alimentícias | 0,7 | 4,5% | 0,6 | 2,9% |
| Preparações de cereais | 0,4 | 2,5% | 0,5 | 2,6% |
| Gorduras e óleos | 0,4 | 2,9% | 0,5 | 2,5% |
| | | | | |
| **Subtotal** | **11,9** | **77,6%** | **17,2** | **85,0%** |
| **Outros** | **3,4** | **22,4%** | **3,0** | **15,0%** |
| **Total** | **15,3** | **100,0%** | **20,2** | **100,0%** |

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2019**

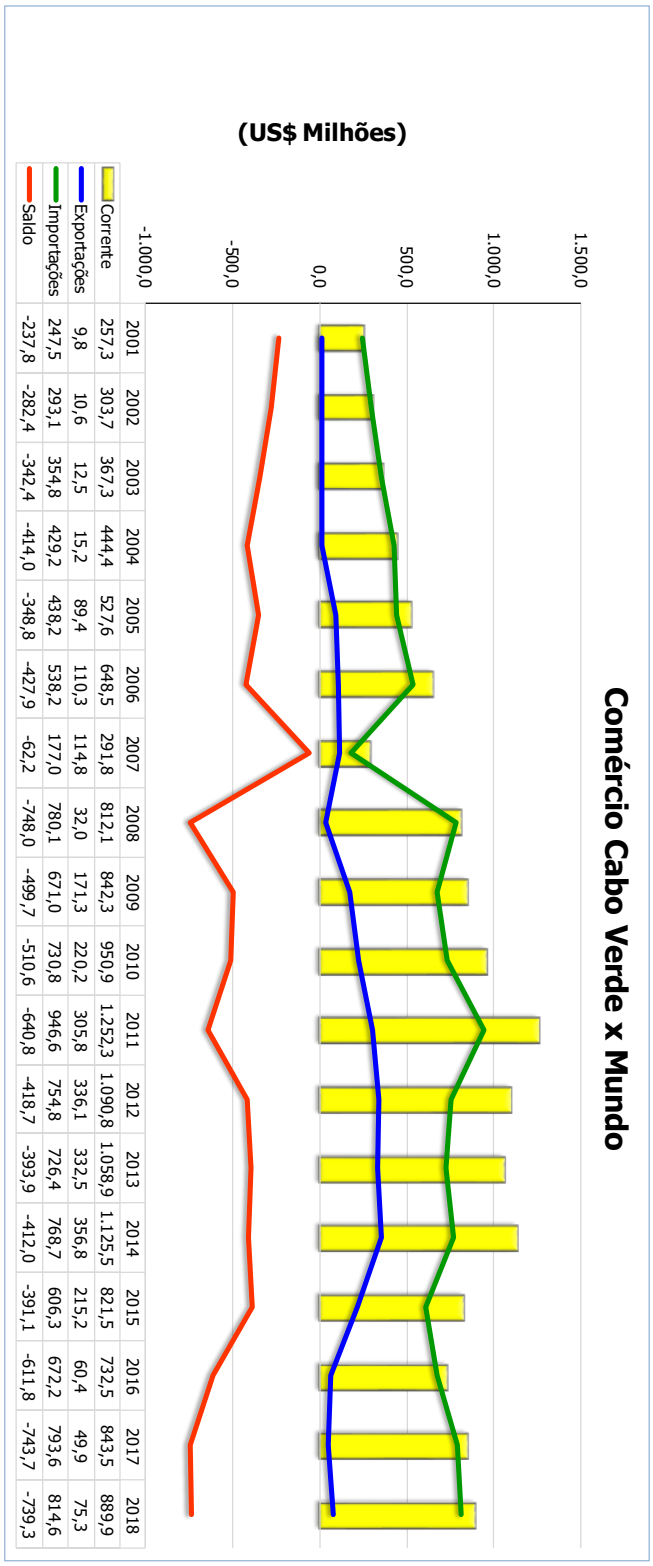



| Grupos de produtos (SH2) | 2018 (jan-out) | Part. % no total | 2019 (jan-out) | Part. % no total |
|---|---|---|---|---|
| **Importações** | | | | |
| Máquinas mecânicas | 0,001 | 2,0% | 0,004 | 100,0% |
| Máquinas elétricas | 0,030 | 96,8% | 0,000 | 0,0% |
| | | | | |
| **Subtotal** | **0** | **98,8%** | **0** | **100,0%** |
| **Outros produtos** | **0** | **1,2%** | **0** | **0,0%** |
| **Total** | **0** | **100,0%** | **0** | **100,0%** |

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2019**




*Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do MDIC, Novembro de 2019*




| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Corrente | 257,3 | 303,7 | 367,3 | 444,4 | 527,6 | 648,5 | 291,8 | 812,1 | 842,3 | 950,9 | 1.252,3 | 1.090,8 | 1.058,9 | 1.125,5 | 821,5 | 732,5 | 843,5 | 889,9 |
| Exportações | 9,8 | 10,6 | 12,5 | 15,2 | 89,4 | 110,3 | 114,8 | 32,0 | 171,3 | 220,2 | 305,8 | 336,1 | 332,5 | 356,8 | 215,2 | 60,4 | 49,9 | 75,3 |
| Importações | 247,5 | 293,1 | 354,8 | 429,2 | 438,2 | 538,2 | 177,0 | 780,1 | 671,0 | 730,8 | 946,6 | 754,8 | 726,4 | 768,7 | 606,3 | 672,2 | 793,6 | 814,6 |
| Saldo | -237,8 | -282,4 | -342,4 | -414,0 | -348,8 | -427,9 | -62,2 | -748,0 | -499,7 | -510,6 | -640,8 | -418,7 | -393,9 | -412,0 | -391,1 | -611,8 | -743,7 | -739,3 |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Novembro de 2019*

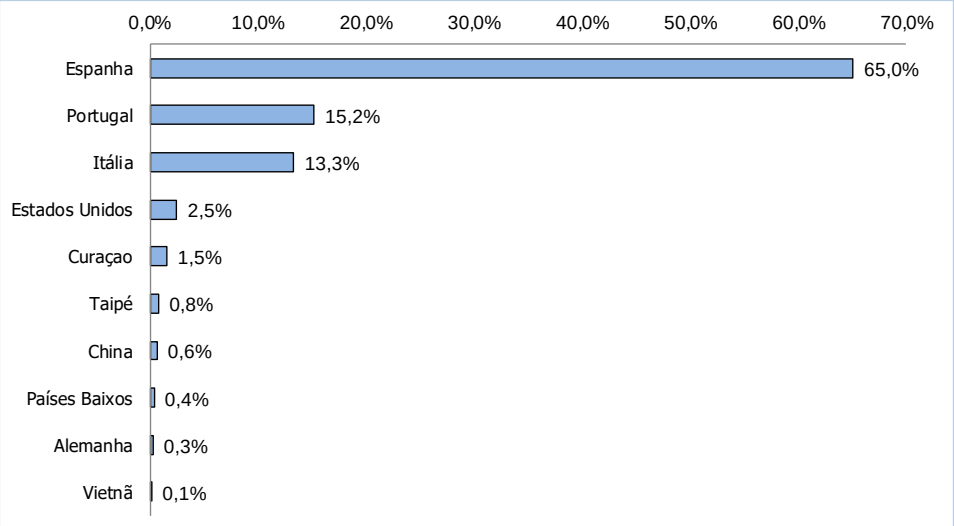
1

**Principais destinos das exportações de Cabo Verde**
**US$ Milhões**

| Países | 2018 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Espanha | 48,94 | 65,0% |
| Portugal | 11,43 | 15,2% |
| Itália | 10,01 | 13,3% |
| Estados Unidos | 1,87 | 2,5% |
| Curaçao | 1,17 | 1,5% |
| Taipé | 0,57 | 0,8% |
| China | 0,47 | 0,6% |
| Países Baixos | 0,27 | 0,4% |
| Alemanha | 0,20 | 0,3% |
| Vietnã | 0,10 | 0,1% |
| ... | | |
| ***Brasil (41º lugar)*** | **0,00** | ***0,0%*** |
| | | |
| **Subtotal** | **75,02** | **99,7%** |
| **Outros países** | **0,25** | **0,3%** |
| **Total** | **75,27** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Novembro de 2019*

**10 principais destinos das exportações**




1

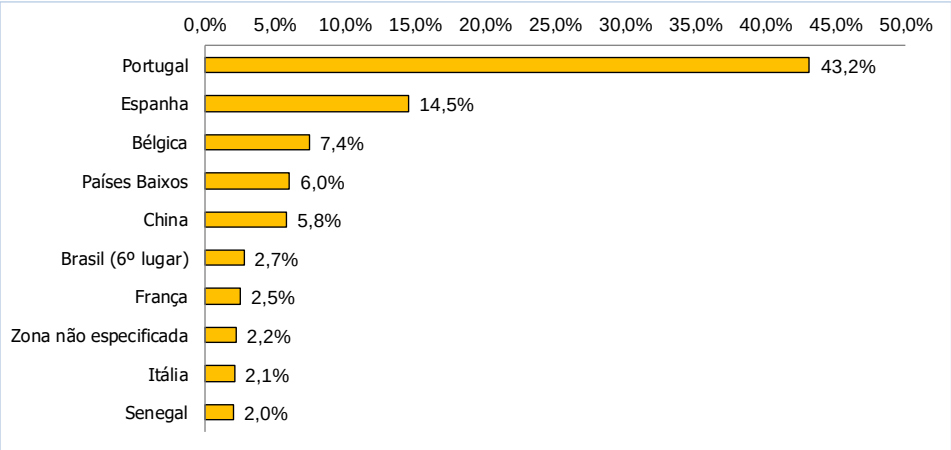
2

**Principais origens das importações de Cabo Verde**
**US$ Milhões**

| Países | 2018 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Portugal | 351,59 | 43,2% |
| Espanha | 118,20 | 14,5% |
| Bélgica | 60,41 | 7,4% |
| Países Baixos | 49,13 | 6,0% |
| China | 47,25 | 5,8% |
| **Brasil (6º lugar)** | **22,39** | **2,7%** |
| França | 20,36 | 2,5% |
| Zona não especificada | 17,96 | 2,2% |
| Itália | 16,95 | 2,1% |
| Senegal | 16,22 | 2,0% |
| ... | | |
| **Subtotal** | **720,46** | **88,4%** |
| **Outros países** | **94,15** | **11,6%** |
| **Total** | **814,61** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Novembro de 2019*

**10 principais origens das importações**




2

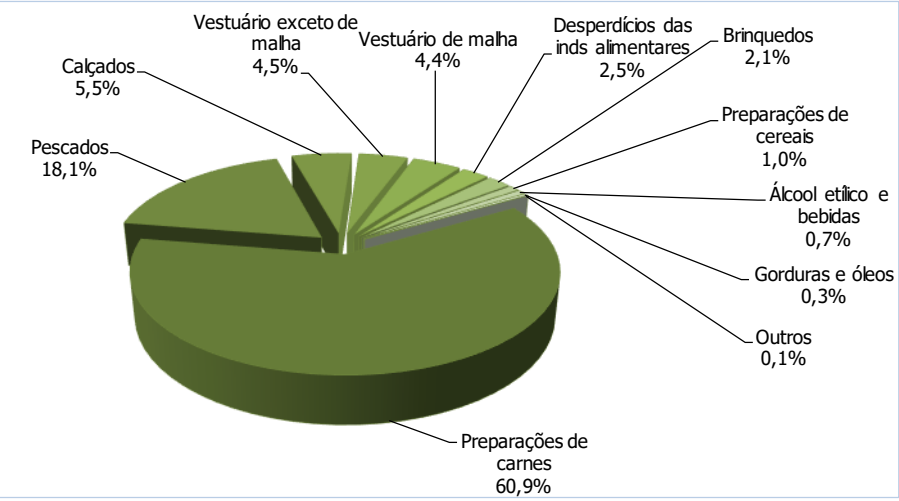
3

**Composição das exportações de Cabo Verde**
**US$ Milhões**

| Grupos de Produtos (SH2) | 2018 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Preparações de carnes | 45,82 | 60,9% |
| Pescados | 13,65 | 18,1% |
| Calçados | 4,12 | 5,5% |
| Vestuário exceto de malha | 3,37 | 4,5% |
| Vestuário de malha | 3,35 | 4,4% |
| Desperdícios das inds alimentares | 1,85 | 2,5% |
| Brinquedos | 1,60 | 2,1% |
| Preparações de cereais | 0,72 | 1,0% |
| Álcool etílico e bebidas | 0,54 | 0,7% |
| Gorduras e óleos | 0,23 | 0,3% |
| | | |
| **Subtotal** | **75,23** | **99,9%** |
| **Outros** | **0,04** | **0,1%** |
| **Total** | **75,27** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em outubro de 2019*

**10 principais grupos de produtos exportados**




3

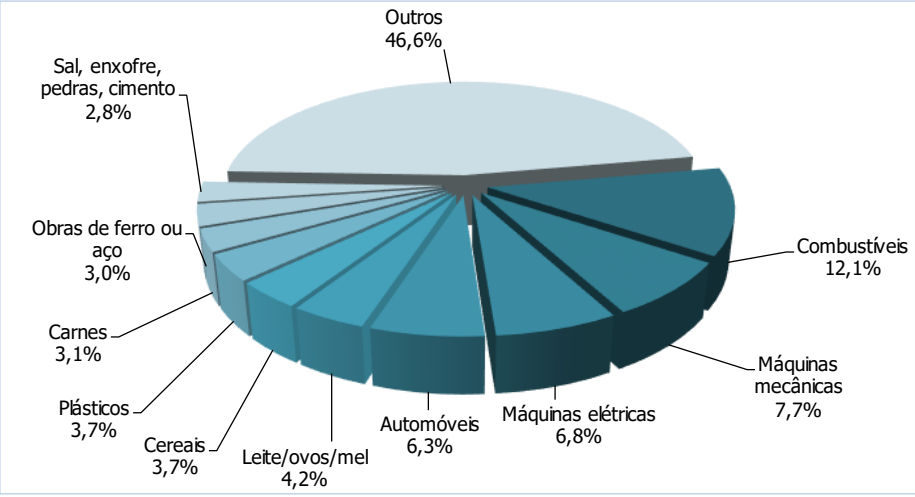
4

**Composição das importações de Cabo Verde**
**US$ Milhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2018 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Combustíveis | 98,21 | 12,1% |
| Máquinas mecânicas | 62,85 | 7,7% |
| Máquinas elétricas | 55,46 | 6,8% |
| Automóveis | 51,11 | 6,3% |
| Leite/ovos/mel | 34,04 | 4,2% |
| Cereais | 30,32 | 3,7% |
| Plásticos | 29,89 | 3,7% |
| Carnes | 25,25 | 3,1% |
| Obras de ferro ou aço | 24,55 | 3,0% |
| Sal, enxofre, pedras, cimento | 22,95 | 2,8% |
| | | |
| **Subtotal** | **434,63** | **53,4%** |
| **Outros** | **379,98** | **46,6%** |
| **Total** | **814,61** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em outubro de 2019*

**10 principais grupos de produtos importados**




4

5

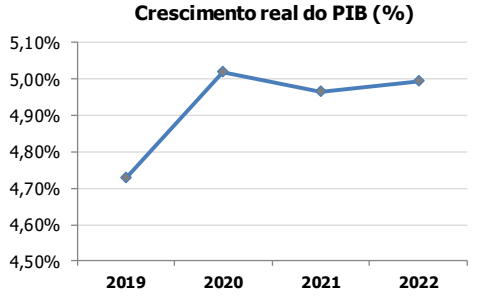
**Principais indicadores socioeconômicos de Cabo Verde**

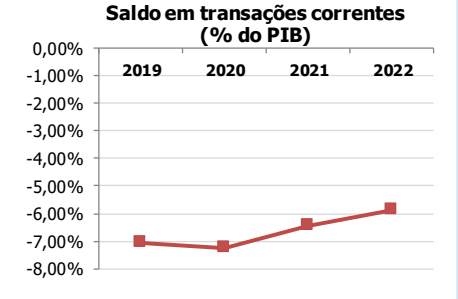
| Indicador | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Crescimento real do PIB (%) | 4,73% | 5,02% | 4,97% | 4,99% |
| PIB nominal (US$ bilhões) | 1,97 | 2,04 | 2,21 | 2,38 |
| PIB nominal "per capita" (US$) | 3.562 | 3.650 | 3.900 | 4.151 |
| PIB PPP (US$ bilhões) | 6.502 | 6.748 | 7.000 | 7.263 |
| PIB PPP "per capita" (US$) | 7.315 | 7.727 | 8.182 | 8.666 |
| População (milhões habitantes) | 0,55 | 0,56 | 0,57 | 0,57 |
| Desemprego (%) | 8,50% | 8,50% | 8,50% | 8,50% |
| Inflação (%)[(2)] | 1,51% | 1,60% | 2,00% | 2,00% |
| Saldo em transações correntes (% do PIB) | -7,08% | -7,25% | -6,47% | -5,87% |
| Câmbio ( CVEsc / US$)[(2)] | 98,70 | 98,00 | 93,30 | n.d |
| **Origem do PIB ( 2017 Estimativa )** | | | | |
| Agricultura | | 8,9% | | |
| Indústria | | 17,5% | | |
| Serviços | | 73,7% | | |
| | | | | |

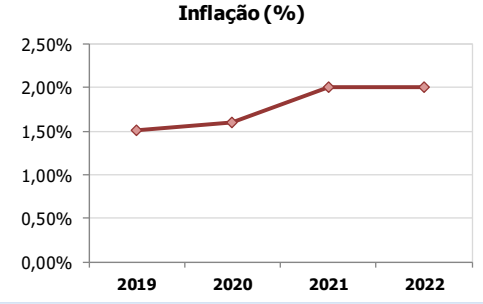
*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report November 2019 e da Cia.gov/World Factbook.*

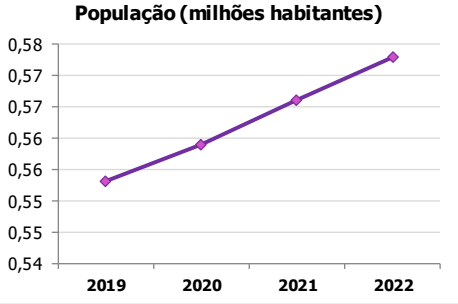
*(1) Estimativas FMI e EIU.*

*(2) Média do período.*




5

**EMBAIXADA DO BRASIL EM PRAIA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**

**EMBAIXADOR JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO LEITÃO**

**(2/1/2017 a 10/6/2020)**

## CARACTERIZAÇÃO DO PAÍS

As ilhas de Cabo Verde foram descobertas por navegadores portugueses em maio de 1460, sem indícios comprovados de presença humana anterior. Santiago foi a ilha mais favorável para a ocupação, e assim seu povoamento começou em 1462. Dada a sua posição estratégica, nas rotas que ligavam entre si a Europa, a África e o Brasil, as ilhas serviam de entreposto comercial e de aprovisionamento, com particular destaque para o tráfico de escravos. Cedo o arquipélago tornou-se um centro de concentração e dispersão de homens, plantas e animais.

2. Com a proibição do comércio de escravos e a constante deterioração das condições climáticas, Cabo Verde entrou em decadência e passou a viver com base numa economia de subsistência.

3. Europeus livres e escravos da costa africana fundiram-se num só povo - o cabo-verdiano - com uma forma de estar e viver muito própria, e o crioulo emergiu como idioma da comunidade majoritariamente mestiça.

4. Em 1956, Amílcar Cabral criou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), lutando contra o colonialismo e iniciando uma marcha para a independência.

5. Em 19 de dezembro de 1974, foi assinado um acordo entre o mencionado PAIGC e Portugal, instaurando-se um governo de transição em Cabo Verde. Este mesmo governo preparou as eleições para a formação de uma Assembleia Nacional Popular, que, em 5 de julho de 1975, proclamou a independência. A demarcação cultural em relação a Portugal e a divulgação de ideias nacionalistas conduziram à independência do arquipélago em julho de 1975. Em 1991, após o período de

partido único, que se seguiu à independência, foram realizadas as primeiras eleições pluripartidárias no país, ocasião em que foi instituída uma democracia parlamentar com todas as instituições de uma democracia contemporânea. Hoje é um país com estabilidade política e paz social, razão pela qual goza de crédito junto a governos, empresas e instituições financeiras internacionais.

6. Os recursos econômicos de Cabo Verde, por sua vez, dependem sobretudo da agricultura e da riqueza marinha. A agricultura sofre com frequência os efeitos de prolongados períodos de seca.

7. As culturas mais importantes são o café, a banana, a cana-de-açúcar, os frutos tropicais, o milho, diferentes tipos de feijão, a batata doce e a mandioca. O setor industrial encontra-se em pleno desenvolvimento, e pode-se destacar a fabricação de aguardente, vestuário e calçado, tintas e vernizes, conservas de pescado, extração de sal e principalmente a indústria do turismo. Banana, peixe congelado, conservas de peixe, lagostas, sal e também as confecções são os mais importantes itens da pauta de exportação cabo-verdiana.

8. A moeda corrente é o escudo. As remessas financeiras provenientes da imigração, o auxílio externo e a gestão cuidada da dívida ajudam a preservar a estabilidade da moeda do país.

9. Cabo Verde procura cada vez mais o desenvolvimento da economia com especial atenção para o caráter de entreposto comercial que desde o início sempre revelou. Aproveitando o grande potencial de clima tropical quente, quase 365 dias por ano, também o turismo desempenha um papel cada vez mais importante na economia com a prevista construção de mais algumas unidades hoteleiras.

10. Situadas a 455 km da costa africana, as dez ilhas que formam o arquipélago de Cabo Verde estendem-se por cerca de 4033Km$^2$, e foi estruturado pela contínua acumulação de rochas, resultantes de erupções sobre plataformas submarinas.

11. O arquipélago tem, de uma forma geral, aspecto imponente e majestoso. Algumas ilhas são áridas, mas em outras nota-se a presença de exuberante vegetação tropical.

12. Os ventos alísios, vindos do continente africano, dividem o país em 2 grupos, o de Barlavento, constituído pelas ilhas de São Vicente, Santo Antão, São Nicolau, Sal, Boa Vista e Santa Luzia. As ilhas do Sotavento, por sua vez, são Santiago, Maio, Fogo e Brava. O relevo da maior parte das ilhas é acidentado, com altitudes que ultrapassam os mil metros em algumas ilhas, chegando próxima a três mil metros na ilha do Fogo. As três ilhas mais orientais Sal, Maio e Boa Vista têm um relevo mais plano e um clima mais árido por estarem mais expostas aos ventos secos e quentes do Saara.

13. O clima das ilhas mais acidentadas é variado e com escassas chuvas. É temperado pela ação moderadora que o oceano e os fortes ventos alísios exercem sobre a temperatura, sendo que as médias anuais raramente se elevam acima dos 25 graus, quase nunca descendo abaixo dos 20 graus. A temperatura da água do mar varia entre 21 graus em fevereiro e março e 25 graus em setembro e outubro. É essa estabilidade climática que garante a possibilidade de fazer turismo todo o ano.

14. Em Cabo Verde, a taxa anual de crescimento demográfico e a mortalidade são baixas, comparadas às taxas médias de outros países de semelhante grau de desenvolvimento. A expectativa de vida é de 65 anos, tanto para homens como para mulheres.

15. A população residente estimada no país é de cerca de 500 mil habitantes, sendo uma população marcadamente jovem, com média de idade de 23 anos. A falta de recursos naturais em abundância e as escassas chuvas no arquipélago determinaram a partida de muitos cabo-verdianos para o exterior em busca de oportunidades de emprego mais rentáveis. No momento, a população cabo-verdiana emigrada é maior do que a que vive em todo o arquipélago de Cabo Verde.

**PANORAMA POLÍTICO**

16. No último dia 22 de abril, o Sr. Ulisses Correia e Silva completou quatro anos desde sua posse no cargo de Primeiro-Ministro da República de Cabo Verde, na esteira do êxito do seu partido MpD de centro-direita, nas eleições legislativas realizadas em 20 de março de 2016. Na ocasião, a vitória do MpD encerrou os longos quinze anos de hegemonia política do Partido Africano pela Independência de Cabo Verde PAICV de centro-esquerda, cuja história remonta aos primórdios dos longos embates pela emancipação política de duas antigas colônias portuguesas em território africano: Cabo Verde e Guiné-Bissau.

17. As eleições legislativas que resultaram na condução de Correia e Silva à chefia de governo realçaram, sobretudo, mais uma vez, a sempre louvada estabilidade das instituições democráticas de Cabo Verde. É válido ressaltar, a propósito, que, na África, dificilmente se encontrará outro país em que a alternância de poder transcorra de forma tão serena. As campanhas eleitorais cabo-verdianas continuam a ser tranquilas e as votações e apurações primam pelo clima respeitoso e até mesmo cordial entre vencidos e vencedores. Tal sentimento se verificou novamente nas disputas intrapartidárias, já em fase pré-eleitoral, ocorridas no presente semestre. Tudo isso constitui motivo de sincera admiração por parte dos observadores estrangeiros, entre os quais eu me incluo.

18. O corrente ano de 2020, ora dominado pelas ações governamentais de combate ao surto do novo coronavírus e suas consequências desviou bastante as atenções gerais do processo político em face das previstas eleições autárquicas (municipais), seguindo a mesma terminologia utilizada em Portugal, ainda no segundo semestre de 2020, bem como as eleições legislativas e presidenciais, ambas projetadas para 2021.

19. Ulisses Correia e Silva chegou ao poder em Cabo Verde sob a égide do reconhecimento realista de que, após quinze anos de permanência do PAICV, este partido cumprira seu ciclo de saturação. Na ocasião, houve uma justificável vontade de renovação de lideranças e também um sentimento, detectado em largas faixas do eleitorado, de que o PAICV poderia tirar proveito de uma experiência no exercício da oposição. Tal fato obrigou, na verdade, ao longo dos últimos quatro anos,

a uma inevitável revisão de posturas. A elite partidária aprendeu de novo a ser oposição, buscou aproximar-se do eleitorado jovem e enfrentou com galhardia seus movimentos de disputas internas.

20. Em qualquer observação mais profunda que se venha a fazer acerca dos enfrentamentos entre o PAICV e o MpD, será preciso levar em conta que a notável diferença entre eles não deita raízes nas ideologias que representam ou nas prioridades que assumem, mas nas circunstâncias históricas em que cada um se constituiu como partido político.

21. O PAICV é o partido fundador do Estado cabo-verdiano, tendo detido o poder, no primeiro período da história do país, por força de uma constituição que impôs o regime de partido único. O MpD, por sua vez, criado em 1990 como corolário da revisão constitucional que extinguiu o partido único, venceu as primeiras eleições legislativas ocorridas no país, em 1991, arrebatou o poder e se tornou, assim, um dos símbolos da fase democrática enfim inaugurada.

22. O PAICV é a versão cabo-verdiana do lendário PAIGC (Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde), fundado em 1956, sob a liderança de Amílcar Cabral, o estrategista que formulou e implementou a doutrina sociológica, política e militar da qual resultou a independência de Guiné-Bissau, em 1973, e de Cabo Verde, em 1975.

23. Em tempos democráticos, o PAICV terá absorvido as lições advindas dos dez anos (1991-2001) em que se viu alijado do poder.

24. Ao reconquistar o Governo, o partido soube modernizar-se e também propagar com êxito a ideia de que o país deveria buscar transformar-se em vários setores de real importância, como, por exemplo, nas áreas de infraestrutura e de implementação de políticas públicas.

25. Quanto ao MpD, o partido é aquele que assumiu o Governo em 2016, após longa experiência oposicionista, que por certo muito contribuiu para o amadurecimento de suas lideranças.

26. Hoje, seus principais mentores parecem orientados por um realismo político, que se sente nas ações de governo e que, a rigor, sempre esteve presente desde os primeiros anos de sua história. Pode-se afirmar, a propósito, que o MpD, no exercício do poder, operou certas mudanças, se comparado ao partido da década de 90. A equipe de Ulisses Correia e Silva não demonstra qualquer fascínio especial em relação à onda neoliberal que norteava o partido em sua primeira fase governativa, isto é, de 1991 a 2001. O MpD de hoje parece estar aberto para explorar possibilidades de implantação de políticas sociais ousadas, apropriando-se, assim, de uma agenda que antes parecia privativa da centro-esquerda.

27. No plano externo, o que se verifica é uma permanente expectativa com respeito aos tradicionais aliados do Primeiro Mundo, em especial União Europeia (com Portugal no papel de elemento coordenador) e Estados Unidos.

28. É natural que Cabo Verde também dedique atenção a esquemas de integração no âmbito da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

29. Cumpre destacar, por fim, os movimentos realizados pela República Popular da China em direção a Cabo Verde. No presente quadro, com o avanço do novo coronavírus no país, a cooperação chinesa afirmou-se ainda mais, sob a forma de expressivas doações de equipamentos médicos de primeira necessidade.

**POLÍTICA EXTERNA**

30. Cabo Verde tem uma dimensão diplomática reduzida, em razão do pequeno tamanho de seu mercado interno e também de limitações administrativas da Chancelaria local, além da pequena rede de Missões diplomáticas cabo-verdianas existentes no mundo. Em função desses obstáculos, a política externa do país, no grande quadro internacional, tende a ser passiva, não obstante serem registrados alguns momentos de proatividade.

31. Nos 3 anos de minha gestão à frente da Embaixada em Praia, constatei que a mencionada passividade da diplomacia cabo-verdiana sempre sofreu abalos de intensidade variável nos capítulos agudos da crise crônica na Guiné-Bissau, país ao qual Cabo Verde está ligado por laços históricos, desde os tempos da notável liderança de Amílcar Cabral, época que remonta à própria criação do PAIGC e à formação de tropas integradas por cabo-verdianos e guineenses, na guerra travada contra as forças portuguesas coloniais. Os últimos acontecimentos políticos no instável país-irmão vizinho causaram profunda inquietação nos meios políticos locais, mas a verdade é que Cabo Verde, a meu ver, procura com frequência distanciar-se da problemática política guineense, como se tentasse evitar qualquer tipo de "contaminação" que viesse a colocar em risco sua reconhecida estabilidade. A verdade é que as relações bilaterais estiveram congeladas por um longo período. A situação só melhorou quando Domingos Simões Pereira emergiu na cena política. Tal relação mais favorável durou até a destituição do mencionado líder guineense do cargo de Primeiro-Ministro, ainda em 2015. A perspectiva de eleição, em 2019, de Simões Pereira animou governantes cabo-verdianos, mas o resultado eleitoral e seus desdobramentos conduziram Guiné-Bissau a uma nova crise, da qual ainda tenta desvencilhar-se. Na presente conjuntura, as relações entre Cabo Verde e seu antigo parceiro de tantas lutas de libertação no passado tendem a permanecer em seu estágio de inação habitual.

32. No quadro de proatividades diplomáticas de Cabo Verde no período 2018-2020, cumpre destacar o empenho na preparação para o exercício da presidência pro-tempore da CPLP, cujo cargo coube anteriormente ao Brasil (2016-2018). Em julho de 2018, como coroamento da Cimeira de Chefes de Estado e Governo, realizada na ilha do Sal, o então Presidente de Cabo Verde, Jorge Carlos Fonseca, assumiu a presidência pro-tempore da CPLP. Assinale-se, ademais, que tal fato ia ao encontro do recente trabalho diplomático desenvolvido por Cabo Verde em prol do relançamento dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), o antigo grupo que nos velhos tempos do colonialismo estruturou-se em torno da ação solidária comum e mostrou uma coesão que, no correr do tempo, acabaria por fragilizar-se, em face das transformações regionais e internacionais.

33. Vale frisar, ainda no elenco das proatividades, o apoio de Cabo Verde às iniciativas visando à formação da organização conhecida como "Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento". Nesse mesmo sentido, cabe uma menção muito especial à disponibilidade em sediar em Praia a projetada reunião da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), cuja realização aguarda o momento mais oportuno para a marcação de uma data.

34. Com respeito à África, a diplomacia cabo-verdiana segue em torno da CEDEAO, da qual figura como membro desde sua fundação. É válido assinalar, com efeito, que a atuação de Cabo Verde nessa organização é reduzida pelos seguintes motivos: a) em razão da dimensão da economia local da pequena projeção de sua influência política internacional, em comparação a países do porte de Nigéria, Senegal e Gana, por exemplo; b) o fato de Cabo Verde situar-se no meio do oceano, em área, portanto, fora dos limites do continente, dificulta naturalmente qualquer projeto de integração física da CEDEAO, que seria levado adiante a partir da contiguidade territorial entre países-membros da Comunidade.

35. Entre os parceiros tradicionais de Cabo Verde que pertencem ao Primeiro Mundo destacam-se dois grandes aliados: a União Europeia e os Estados Unidos, com os quais Praia incentiva relações especiais graças a mecanismos de cooperação estabelecidos em Bruxelas e Washington.

36. As relações entre a União Europeia e Cabo Verde são marcadas pela sempre lembrada parceria especial, longamente comemorada em 2018, por ocasião de seus dez anos de existência. Tal parceria facilitou muito o diálogo entre as partes e promoveu a dinamização das relações em todos os domínios. Além disso, a cooperação UE-Cabo Verde tem como pilar o Fundo Europeu de Desenvolvimento, principal fonte europeia para apoio à assistência técnica e financeira prestada ao arquipélago. No caso de Cabo Verde, aproximadamente 85% do montante disponibilizado por esse mecanismo estão destinados à ajuda orçamentária em projetos de redução da pobreza e crescimento econômico sustentável, especialmente aqueles ligados ao setor de água e saneamento.

37. No que diz respeito aos Estados Unidos, as relações são regidas basicamente pelo mecanismo intitulado "Millenium

Challenge Account". Trata-se de um programa do governo norte-americano que se destina a combater a pobreza mundial. Na análise dos pedidos de apoio financeiro no âmbito desse instrumento de ajuda internacional, Washington exige o cumprimento rigoroso de critérios de boa governança, democracia e transparência. Trata-se, a rigor, de uma recompensa dos Estados Unidos aos países que, de acordo com seus critérios, demonstram compromisso com o Estado de Direito, adotam efetivas medidas anticorrupção, promovem os direitos humanos, investem na educação e saúde e praticam políticas válidas de liberalização econômica e comercial. Cabo Verde é um dos pouquíssimos países já contemplados pelo referido "Millenium Challenge Account", o que confirma de forma inequívoca o prestígio do arquipélago perante os Estados Unidos.

38. Sobre a atuação de Cabo Verde na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  CPLP, é bom salientar que se trata de membro atuante e interessado nos diversos projetos que em suas reuniões plenárias são discutidos e implementados. A organização já foi dirigida por um Secretário-Executivo cabo-verdiano, o Embaixador Luís Fonseca, hoje aposentado, a quem coube a incumbência de lidar com questões particularmente delicadas, como a intricada crise militar na Guiné Bissau em 2004 e a turbulência política em Timor Leste em 2006.

39. É bom lembrar, ainda, que a cidade da Praia é a sede do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), reconhecidamente visto como o ponto de partida da criação do que viria a ser a CPLP. Recorde-se, a propósito, que o IILP foi instituído ao longo da reunião de Ministros da Cultura dos países de língua portuguesa, realizada em São Luís do Maranhão, em 1989, na gestão do Presidente José Sarney, sendo Ministro da Cultura do Brasil o Embaixador José Aparecido de Oliveira, um dos grandes mentores da referida CPLP.

**ECONOMIA E PROMOÇÃO COMERCIAL**

40. No triênio 2017/2018/2019, de acordo com os últimos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, a economia local apresentou crescimento robusto, a taxas de 3,7, 5,1 e 5,7 por cento, respectivamente. Para

2020, em função da pandemia do novo coronavírus, entretanto, a previsão do governo é de um recuo de 5% do PIB. No período, registrou-se ligeira queda no ingresso de investimentos diretos estrangeiros, havendo o arquipélago recebido nos referidos anos, 98,4, 93 e 94 milhões de euros, respectivamente. Em que pese a dificuldade na obtenção de dados estatísticos confiáveis em termos setoriais, é de se supor que a maior parte desses recursos externos estiveram voltados para o turismo, em particular a construção de hotéis e melhoramento de aeroportos, em consonância com a altíssima prioridade conferida pelo governo ao setor, pilar central da economia do país. De fato, o setor turístico em Cabo Verde responde por 25% do PIB, 50% de sua captação de divisas e 20% do emprego. Cabe recordar, a propósito, que a estratégia nacional de desenvolvimento econômico está alicerçada na promoção do arquipélago como "hub" de ligação entre a África Oriental, a América do Sul, a Europa e os EUA, em função de sua condição geográfica.

41. Na área do comércio exterior, a balança comercial do país manteve-se tradicionalmente deficitária, com importações passando de 77,2 para 78,3 bilhões de escudos (cerca de 780 milhões de euros) entre 2017 e 2019, enquanto as exportações do país passaram de 4,9 a 6 bilhões de escudos (cerca de 60 milhões de euros). A economia do país encontra-se fortemente dependente dos recursos aportados pela cooperação internacional, pelas remessas de seus emigrantes e pelas divisas trazidas por turistas estrangeiros.

42. No plano bilateral, as exportações brasileiras apresentaram ligeiro crescimento no período, passando, segundo o MDIC, de USD 22,7 para 24,7 milhões no período, enquanto as importações pelo Brasil apresentaram queda significativa, passando de USD 93 para 8,7 mil. A Europa continua sendo o principal cliente de Cabo Verde, absorvendo cerca de 96,4% das exportações cabo-verdianas, com a Espanha em primeiro lugar isolado (77,5%). O continente europeu segue também sendo o principal fornecedor de Cabo Verde, com 79,6%, do montante total, com Portugal em primeiro lugar (42,9%) e Brasil em sexto (2,9%).

43. Durante o período em que estive à frente deste posto, além da organização da participação brasileira em feiras comerciais neste país, do atendimento às consultas de

empresários brasileiros, da organização de missões de empreendedores nacionais a Cabo Verde, dentre outras atividades regulares da promoção comercial, a embaixada buscou sempre estabelecer contatos com empresários brasileiros e cabo-verdianos interessados em incrementar significativamente as trocas comerciais entre os dois países, atualmente muitíssimo aquém de seu potencial. Tais contatos deixaram bem claro que o maior gargalo para o intercâmbio bilateral prende-se à ausência de uma linha marítima direta que permita o transporte competitivo de mercadorias - inclusive produtos frescos - vis-à-vis aos bens europeus que dominam a pauta importadora de Cabo Verde. O principal óbice ao estabelecimento de tal rota vincular-se-ia à falta de carga suficiente em termos de bens locais para viabilizar economicamente o trajeto Cabo Verde-Brasil. O principal produto de exportação cabo-verdiano que reúne as condições necessárias para otimizar o frete dessa almejada rota de navegação é o pescado.

44. A esse respeito, cabe recordar que, em razão da epidemia do Covid-19, teve de ser cancelada, em março último, a programada e tão aguardada missão de auditoria do MAPA/DIPOA a este país com vistas a realizar uma avaliação de equivalência do sistema de inspeção na cadeia cabo-verdiana do pescado. O deslinde da questão do certificado sanitário do pescado cabo-verdiano avulta, portanto, fundamental para a viabilização de rota marítima regular, que constituiria instrumento fundamental para o incremento das exportações brasileiras para este arquipélago.

**DEFESA E SEGURANÇA**

45. Cabo Verde ocupa posição estratégica no Atlântico Norte; em baixa latitude, o arquipélago se aproxima também dos "players" meridionais como prova seu pertencimento à ZOPACAS. As parcerias com a OTAN e os EUA (AFRICOM), no entanto, têm implicado maiores engajamentos do país.

46. No âmbito da chamada "Arquitetura de Iaundê", Cabo Verde foi escolhido para abrigar a sede do Centro Marítimo Multinacional de Coordenação da Zona. Tal escolha foi fortemente determinada por pressão dos EUA e da UE, que aportam recursos para o estabelecimento da referida

estrutura de segurança marítima. Dos vários determinantes para a expressiva presença militar norte-americana e europeia, avulta a possibilidade de controle das comunicações marítimas regionais. Elencam-se como determinantes da pressão ocidental o notável avanço chinês no continente africano e a recrudescimento da influência russa na região, ainda modesta em Cabo Verde.

47. Os EUA vêm marcando presença na formação, estruturação e fornecimento de equipamentos à força naval cabo-verdiana; ademais, autoridades cabo-verdianas já deixaram transparecer a intenção do governo em abrigar a sede da AFRICOM no arquipélago, em decorrência da entrada em vigor, em 2018, de Status of Forces Agreement (SOFA) ou Acordo de Estatuto de Forças, firmado por um país para operar forças militares em uma nação estrangeira.

48. A adidância de defesa e naval brasileira tem recebido manifestações informais de interesse de autoridades civis e militares locais e dos representantes dos membros da OTAN para uma maior ação presencial junto à costa ocidental africana. Nesse sentido, eventuais tratativas e processos decisórios concernentes a incremento da participação cooperativa e presencial brasileira no âmbito da "Arquitetura de Iaundê", particularmente em sua Zona G, estariam de fato embasadas, em tese, em recorte cabo-verdiano favorável, em face de: i) proximidade e posição geoestratégica em relação ao Brasil; ii) dinâmica de considerável porção do tráfego marítimo brasileiro; iii) da rota marítima comum de ilícitos como tráfico de drogas e pesca ilegal; iv) baixa incidência de crimes praticados por grupos armados nas águas jurisdicionais cabo-verdianas; v) estabilidade política e segurança urbana; vi) pleno apoio logístico local para meios navais e aéreos; vii) presença da Guiné-Bissau na Zona G e, ao sul, de outros membros da CPLP; e viii) sólida cooperação militar-naval existente na área de formação de pessoal.

49. Por ora, o Brasil marca efetivamente sua presença no âmbito da cooperação militar - em função direta da atuação da adidância de defesa e naval, sob a titularidade da Marinha Brasileira-MB desde 2014, em sequência à instalação da Missão Naval do Brasil em Cabo Verde-MNBCV em 2013. De fato, o Brasil vem tornando-se protagônico na capacitação de quadros

militares da Guarda Costeira cabo-verdiana, a par de manter a tradicional cooperação na formação de marinheiros, por intermédio do Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros-PEPME. Soma-se a isso a constante assessoria, desde a implementação da MNBCV, com vistas à estruturação e ao desenvolvimento da Guarda Costeira de Cabo Verde-GCCV. O conjunto de atuações tem, por evidente, bastante peso na interlocução diplomática, além do evidente fortalecimento dos laços de amizade e cooperação.

50. A GCCV, um dos ramos das Forças Armadas de Cabo Verde, destina-se à defesa e proteção dos interesses econômicos do país em seu território marítimo e ao apoio aéreo e naval às operações terrestres e anfíbias. A condição arquipelágica do país faz do espaço marítimo nacional área estratégica para a economia e a defesa de Cabo Verde. Para o cumprimento de sua missão, a GCCV conta com quadros e equipamentos modestos.

51. O NMNBCV assessorou a GCCV, no Mindelo (ilha de São Vicente), na capacitação de pessoal em estabelecimentos de ensino da MB. Com a implantação da sede do NMNBCV, em julho de 2015, nas instalações do Comando da GCCV, foi possível ampliar as atividades desenvolvidas. O contato diário com o comandante da GCCV permitiu troca de experiências e informações para o andamento dos trabalhos do NMNBCV, além do que já vinha sendo realizado nas formações de militares no Brasil. Dessa forma, o NMBCV, hoje, representa a principal consultoria da GCCV, bem como a cooperação brasileira ser a maior responsável por capacitação de praças e oficiais (estima-se mais de 70, em vários centros de formação da MB, desde a implantação da MNBCV).

52. Além da formação de quadros, o Brasil mantém ativa a visita de navios de guerra, que incluem exercícios navais, e representação. Desde 2017, contam-se ao menos quatro visitas importantes: as dos NPO Araguari e APA, a do veleiro Cisne Branco e a do Navio Escola Brasil. Registre-se, igualmente, no âmbito do estreitamento de relações na área, a visita, em 2018, do então comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira, de profícuos resultados para a interlocução entre as esferas militares dos dois países.

53. Estando o Brasil na condição de membro observador do G7++ Amigos do Golfo da Guiné, a falta de maior integração poderia levar ao risco de não se ter acesso às estratégicas informações produzidas; em contrapartida, eventual intenção de aprofundamento de participação levaria à necessidade de se disponibilizar maior aporte de recursos financeiros para o estabelecimento e manutenção da referida estrutura.

54. Cabe sublinhar, por fim, que o avanço da cooperação militar com Cabo Verde dos mencionados países e blocos, ditada fundamentalmente pelo interesse econômico, está em consonância com o pragmatismo da diplomacia do arquipélago, que tenta suprir necessidades por meio de cooperações internacionais, estimulando o assédio e competição entre atores antagônicos, como EUA/UE e China. Nesse contexto, a atuação do Estado cabo-verdiano com respeito à cooperação militar tem-se mostrado bastante dinâmica, com variados parceiros.

55. Em face de Cabo Verde estar posicionado estrategicamente na rota do tráfico internacional entre América e Europa, o posto avalia que eventual consolidação de adidância da Polícia Federal em Cabo Verde elevaria o nível de cooperação em segurança a ponto ideal. Nos últimos quatro anos, cresceu exponencialmente o número de brasileiros presos, provisoriamente ou por sentença, implicados com o tráfico internacional de drogas. Atualmente, o posto presta assistência a vinte e um detentos brasileiros, distribuídos em três ilhas, sendo cinco deles implicados em casos de avultado porte de drogas. A coordenação de esforços no sentido de impedir, o mais possível, a prisão de brasileiros fora da jurisdição nacional implicaria alívio para o ora sobrecarregado serviço consular da Embaixada, além de amenizar ponto negativo da agenda bilateral.

**COOPERAÇÃO TÉCNICA**

56. Não obstante tenha me deparado com um cenário que já refletia uma pauta mais modesta de projetos de cooperação devido às restrições orçamentárias que condicionaram a viabilidade de algumas iniciativas, não posso deixar de reconhecer que os projetos levados a cabo, tanto pelo seu propósito, quanto pelos resultados qualitativos efetivamente alcançados nesses últimos três anos e meio compensaram e,

sem dúvida, extrapolaram as expectativas que a mera análise quantitativa pode equivocadamente ignorar.

57. Nessa senda, refiro-me ao projeto de criação do segundo Banco de Leite Humano (BLH), com o apoio da Fiocruz e do Ministério da Saúde do Brasil, no Hospital "Baptista de Sousa", na ilha de São Vicente, tão acalentado pela direção e pelos técnicos cabo-verdianos, e que contará com capacitações em aleitamento materno ministradas pelos técnicos cabo-verdianos da primeira fase do projeto, demonstrando que a cooperação prestada pelo Brasil em Cabo Verde, de fato, tem sido muito sustentável. O objetivo tão aguardado pelos técnicos cabo-verdianos e brasileiros é que o BLH promova, assim como na Praia, ganhos não somente para os seus beneficiários diretos (mães e recém-nascidos), mas também para toda a sociedade. No entanto, em face da situação provocada pela pandemia, a sua inauguração, prevista para o mês de abril, foi postergada para momento mais oportuno.

58. Igualmente importante foi o projeto "Escola de Todos", com o apoio da Universidade Federal de Santa Maria. É notável como a experiência brasileira contribuiu para capacitar professores de todas as ilhas de Cabo Verde a melhor responder às demandas de alunos com necessidades especiais e a introduzir uma perspectiva inclusiva na política educativa nacional cabo-verdiana. Com os esforços despendidos a partir desse projeto, apenas para citar um de seus ganhos, está a constituição de duas turmas de alunos surdos em Escola na Assomada (interior da ilha de Santiago) completamente inseridos na vida escolar. Derivando daí a mencionada qualidade da cooperação brasileira e a sua capacidade de promover a transformação social.

59. Outro exemplo foi o projeto "Atenção Primária à Saúde", com o apoio da Universidade Federal de Juiz de Fora. A iniciativa de natureza estruturante teve como objetivo fortalecer a rede descentralizada de saúde de modo a evitar o acúmulo de atendimentos nos dois hospitais centrais do país.

60. Recordo, também, pelo seu valor particular no contexto climático desfavorável que assola as ilhas subsaarianas nos últimos três anos de chuvas extremamente escassas, o apoio tão aguardado da renomada EMBRAPA na ação respeitante à

construção de barragens subterrâneas, cuja experiência partilhada pelos especialistas brasileiros tem sido replicada pelo Ministério da Agricultura de Cabo Verde.

61. Soma-se ainda a este rol o projeto de fortalecimento da Biblioteca Nacional de Cabo Verde, com o precioso apoio da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), sediada no Recife, no domínio da preservação do arquivo histórico e do tratamento documental e bibliográfico deste país.

62. Ressalto, ainda, que, após um breve interregno nos pedidos de cooperação diante das dinâmicas próprias dos regimes democráticos, que implicaram inevitavelmente modificações nas diferentes estruturas governativas, o cenário dá sinais de renovação das aspirações. Ultrapassado o período de transição, não posso deixar de assinalar o expresso desejo de reavivamento da intensificação das relações de cooperação entre Brasil e Cabo Verde.

63. Em decorrência do fato acima assinalado, com foco apenas nos últimos meses, várias instituições cabo-verdianas endereçaram demandas de cooperação ao Posto em diversos domínios como: a) a solicitação da Entidade Reguladora Independente da Saúde no domínio da regulação desse setor; b) a solicitação do Instituto de Gestão da Qualidade e da Propriedade Intelectual em domínios que dizem respeito a três instituições brasileiras diferentes; c) a solicitação do Ministério da Saúde de Cabo Verde à nova fase do referido projeto com a Universidade Federal de Juiz de Fora; d) a solicitação do Ministério da Educação de Cabo Verde de nova fase do projeto com a Universidade Federal de Santa Maria; e) a solicitação do Arquivo Histórico Nacional de intercâmbio com algumas congêneres brasileiras; e f) a solicitação do Banco de Cabo Verde de nova fase do projeto com o Banco Central do Brasil. Além de outras solicitações que estão sendo analisadas no foro multilateral. Todas as demandas encontram-se pendentes, interrompidas pelo contexto hostil criado pela pandemia.

64. Tal interesse de reativação da cooperação com o Brasil tem suas justas razões. De um lado, o reconhecimento cabo-verdiano da competência de instituições brasileiras como "ilhas de excelência" na gestão de políticas estruturantes é, com frequência, explicitado nos pedidos. De outro lado,

as instituições cabo-verdianas que já tiveram experiência de cooperação com o Brasil sublinham que a cooperação técnica brasileira pode proporcionar vantagens diferentes daquelas obtidas pelo arquipélago junto às demais cooperações recebidas de outros países e organismos internacionais.

65. Esse diferencial da cooperação técnica prestada pelo Brasil pode ser explicado por uma particularidade que é destacada e reiterada em todas as missões de especialistas recebidas pelo Posto, isto é, a capacidade de transmissão do conhecimento, bem como a forma de enfrentar os problemas sociais e solucioná-los numa perspectiva admiravelmente prática e resolutiva. Aliás, não é por acaso que na última capacitação promovida pelos especialistas da Universidade Federal de Santa Maria, sobre a temática da surdez nas escolas, a ação tenha sido referida como "grandiosa" pelos participantes cabo-verdianos. É essa habilidade brasileira de construção de respostas concretas que tem sido obtida e desejada nas parcerias solicitadas por Cabo Verde.

66. Por todo o exposto, sublinho e reafirmo que existe um grande potencial nas relações de cooperação entre Brasil e Cabo Verde, sobretudo demonstrada pela capacidade dos cabo-verdianos de alinhar as iniciativas de cooperação com o Brasil com as suas prioridades políticas, conferindo centralidade aos projetos na agenda das políticas públicas do país, bem como, do lado brasileiro, a disposição em compreender a realidade local de tal forma que as soluções possam ser mais ajustadas aos problemas enfrentados, contribuindo de modo ímpar para o fortalecimento das relações entre os países.

**COOPERAÇÃO CULTURAL**

67. Sob o impulso de diversos elementos históricos em comum, as afinidades culturais entre o Brasil e Cabo Verde foram lentamente cultivadas por séculos. O Centro Cultural Brasil-Cabo Verde, inaugurado em 2008, com sede na Cidade da Praia, constitui vetor central da cooperação cultural brasileira no país. Dotado de uma biblioteca com considerável acervo de literatura nacional, completamente reestruturada ao longo de minha gestão, tornou-se instituição de referência local na

promoção da língua portuguesa, bem como na divulgação da cultura brasileira.

68. Seguindo os objetivos da rede de Centros Culturais brasileiros no exterior, o CCB-CV destaca-se pelo ensino da língua portuguesa em sua variante brasileira: além de oferecer cursos de português em formatos diversos, desenvolve atividades em estreita interlocução com associações comunitárias e instituições da rede pública de ensino. Essas parcerias têm se materializado por meio de iniciativas bem-sucedidas, como o "Clube do Livro nas Escolas", "Cinema Itinerante nos Bairros", "Café com Letras", entre outras. Em anos recentes, ademais, distingue-se como única instituição na Cidade da Praia que oferece também aulas de língua cabo-verdiana (crioulo).

69. Cabe destacar, também como vetor de projeção da cultura brasileira, o Leitorado Brasileiro junto à Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Sua atuação abrange o ensino de disciplinas relacionadas à língua portuguesa e à literatura brasileira, ademais de atividades de extensão acadêmica.

70. Apoiado, portanto, por esses dois mencionados vetores, o Setor Cultural da Embaixada tem desenvolvido projetos em campos artísticos diversos, buscando dinamizar e integrar ao seu planejamento estratégico o Leitorado e o corpo docente do CCB-CV. Nesse sentido, tem logrado manter não somente uma agenda de iniciativas artísticas e culturais permanente, mas, também, estabelecer parcerias com interlocutores locais, a exemplo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), do Instituto do Patrimônio Cultural de Cabo Verde, instituições de ensino secundário e médio, entre outras.

**COOPERAÇÃO EDUCACIONAL**

71. No âmbito da cooperação educacional, a presença do Brasil em Cabo Verde é substancial e de longo curso. O Programa Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G), a despeito da diminuição do número de candidatos nos últimos anos, devido a vários fatores (em particular o significativo aumento de oferta de cursos superiores no país e a maior oferta de vagas em países terceiros), continua a ser referência para os jovens cabo-verdianos, com especial ênfase em cursos na área

da saúde. Nas últimas duas décadas, mais precisamente desde 2000, foram selecionados no âmbito do PEC-G perto de 3200 estudantes cabo-verdianos, o que corresponde a quase 40% do total de vagas do Programa ocupadas por alunos oriundos de países africanos. No Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), por sua vez, Cabo Verde é o segundo país africano com maior número de participantes, contando com 163 beneficiários entre 2000 e 2020. Somam-se ainda a esses números os 84 estudantes cabo-verdianos admitidos na UNILAB entre 2012 e 2019.

72. Cabe observar que a cooperação educacional entre os dois países não se limita ao envio de estudantes cabo-verdianos ao Brasil. Significativas transformações do sistema educacional cabo-verdiano foram impulsionadas por instituições brasileiras. Exemplo disso é a criação, em 2006, da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), cujo surgimento teve por lastro projeto de cooperação bilateral iniciado em 2004 e que mobilizou três ministérios brasileiros - da Educação, da Ciência e Tecnologia, e das Relações Exteriores, além do CNPq, da CAPES, de Universidades federais e do Governo do Estado do Ceará.

73. Na vertente do ensino educacional-militar, o Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME), oferecido pelo Estado-Maior da Armada, é muito valorizado pelas autoridades cabo-verdianas, cujos quadros tiveram a oportunidade de frequentar cursos do PEPME desde a década de 1980. Nos últimos dez anos, a procura por essa formação tem sido constante e estimulada pelas autoridades marítimas locais, havendo beneficiado cerca de 60 cabo-verdianos.

**POLÍTICA MIGRATÓRIA E CONSULAR**

74. Exercendo a Presidência pro-tempore da CPLP desde 2018, Cabo Verde vem demonstrando forte proatividade na defesa da política de abertura imigratória na Comunidade.

75. A condição de país i) cuja renda principal vem dos serviços de turismo e ii) com relevante diáspora (estimada em 1,5 a 2 vezes maior do que a população local) é determinante da importância do tema na agenda diplomática local. A estratégia do governo atual pode ser considerada

agressiva, uma vez que abriu mão, unilateralmente, do visto de pequena duração para várias nacionalidades, inclusive brasileira, com a expectativa de obter, a curto ou médio prazo, algum tipo de reciprocidade ou facilitação à concessão de vistos para cabo-verdianos.

76. A prestação de serviços consulares pela Embaixada é razoavelmente intensa, com emissão média de 200 vistos de visita de curta duração a cabo-verdianos e estrangeiros residentes. O principal propósito de viagem desse contingente é o abastecimento de pequenos comércios, incluindo informais, no mercado têxtil cearense. A presença de linha aérea direta entre o país e o Brasil, embora haja percalços frequentes de continuidade e qualidade de serviços, é o principal fator para o referido fluxo de comerciantes, seguido pelos estudantes beneficiários de programas de cooperação educacional.

77. A comunidade brasileira residente em Cabo Verde é estimada em 500 pessoas, incluídos aqueles com dupla nacionalidade (brasileira e cabo-verdiana). Boa parte de tal contingente compõe-se de missionários religiosos, seguidos por imigrantes em função de vínculo familiar, trabalhadores contratados e pequenos e médios empreendedores. Sua dispersão por pelo menos sete das nove ilhas dificulta o acompanhamento e a prestação de serviços consulares.

78. Tal dificuldade é replicada na assistência a detentos brasileiros, hoje dispersos em três ilhas do arquipélago, todos envolvidos com o tráfico internacional de drogas, problema assinalado na seção destinada a Defesa e Segurança. Cabe destacar, relativamente ao tema, que, ao assumir o posto, em janeiro de 2017, eram apenas quatro os presos de nacionalidade brasileira em Cabo Verde; atualmente, o contingente de nacionais detidos soma 21 pessoas.

79. A criação, em 2019, de dois Consulados Honorários, na ilha da Boavista e na ilha do Sal, bem como a nomeação de novo titular para o Consulado Honorário em São Vicente e Santo Antão, possibilitou maior efetividade à assistência a nacionais, que se mostrou muito importante neste ano, por ocasião de recorrentes episódios de retenção de brasileiros no serviço de imigração do aeroporto da ilha do Sal, mas,

especialmente, no contexto dos constrangimentos resultantes da pandemia da covid-19.

# 10

# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 15, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 31, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCEL FORTUNA BIATO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Irlanda.

**PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad
**RELATOR:** Senador Ciro Nogueira
**RELATOR ADHOC:** Senador Esperidião Amin

21 de Setembro de 2020

# RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 31, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCEL FORTUNA BIATO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Irlanda*.

SF/20196.50420-58

Relator: Senador **CIRO NOGUEIRA**

Esta Casa é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor MARCEL FORTUNA BIATO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Irlanda.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV). Em atendimento a preceito regimental (artigo 383, I, *a*), o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do diplomata indicado, que será submetido à sabatina.

O Senhor MARCEL FORTUNA BIATO nasceu em 17 de novembro de 1958, em Buenos Aires, Argentina, e é brasileiro de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição de 1946. É filho de filho de Oswaldo Biato e Néa Fortuna Biato.

No Instituto Rio Branco, o diplomata concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) em 1980; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1988; e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 2001, no qual defendeu tese intitulada "O Processo de

Paz Equador-Peru e a Solução Pacífica das Controvérsias". Além disso, é mestre em Sociologia Política pela *London School of Economics*, Londres/Reino Unido (1990).

O diplomata tornou-se terceiro-secretário em 1981; e segundo-secretário em 1984. Por merecimento, chegou a primeiro-secretário em 1991; a conselheiro em 1997; e a ministro de segunda classe em 2003; e a ministro de primeira classe em 2007.

Entre as funções desempenhadas na carreira diplomática e na Administração Federal destacam-se: Primeiro-Secretário no Consulado-Geral em Berlim (1990-94); Conselheiro da Missão junto à Organização das Nações Unidas (1999-03); Assessor Especial da Presidência da República (2007-2010); Presidente da Delegação brasileira à Conferência de Revisão do Estatuto de Roma/Tribunal Penal Internacional, em Campala, Uganda (2010); Embaixador em La Paz (2010-13); Representante Permanente na Missão Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica em Viena (desde 2016).

Além do currículo do diplomata, o Itamaraty enviou informações gerais sobre a Irlanda, a exemplo de sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, bem como relação dos tratados celebrados entre os dois países.

Trata-se de república parlamentarista, cuja população de quase 5 milhões de habitantes é formada por maioria de católicos romanos, pouco menos de 80 %. O Produto Interno Bruto *per capita*, segundo dados de 2018 do Fundo Monetário Internacional, é de US$ 80.641,00 (oitenta mil seiscentos e quarenta e um dólares). É considerada uma economia moderna, com altos índices de liberdade econômica e com setores industriais avançados, sobretudo nos campos farmacêutico e de tecnologias da informação e da computação, e mão de obra qualificada.

A respeito de sua política externa, a Irlanda carrega um conjunto de visões identitárias as quais se realçam ou recuam a depender das circunstâncias domésticas e internacionais específicas, a exemplo da afirmação do país como nação soberana, com posições independentes do Reino Unido; da associação do nacional irlandês à figura de cidadão global, haja vista a emigração; da identificação da Irlanda como "república" europeia e, sobretudo, a partir da presidência de Donald Trump, como nação anglo-americana.

SF/20196.50420-58

Essas visões refletem-se na cena internacional em posturas de neutralidade adotadas pela Irlanda, como na Segunda Guerra Mundial; na defesa de princípios como autodeterminação dos povos e igualdade entre Estados; na entrada na Comunidade Europeia em 1973; na parceria privilegiada com os Estados Unidos da América; ou na sua permanência na União Europeia, apesar do *Brexit,* haja vista a relevância do Reino Unido para a economia e os negócios da Irlanda.

No âmbito bilateral, Brasil e Irlanda estabeleceram relações diplomáticas em 1975. Porém, a abertura da Embaixada brasileira em Dublin ocorreu apenas em 1991 e o estabelecimento da Embaixada irlandesa em Brasília, em 2001.

Segundo dados de 2018, do então Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a Irlanda está na 30ª posição entre os destinos das exportações brasileiras, e o Brasil ocupa a 39ª posição dentre os destinos das exportações irlandesas. Em linhas gerais, houve retração no intercâmbio comercial recente, o qual havia registrado pico no período 2012-2013, quando superou o valor de US$1 bilhão.

Com relação aos investimentos bilaterais, destacam-se as inversões diretas irlandesas no Brasil, nos setores de agronegócio e alimentos, nutrição esportiva, serviço de informações sobre crédito, embalagens e produtos para o setor de petróleo. Inexistem registros de investimentos diretos consideráveis por parte de agentes brasileiros na Irlanda.

No que diz respeito a assuntos consulares, a comunidade brasileira na Irlanda é estimada em 18 mil pessoas.

Tendo em vista a natureza da matéria, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/20196.50420-58

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

**LISTA DE PRESENÇA** 5

**Reunião:** 4ª Reunião, Extraordinária, da CRE
**Data:** 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 08h
**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|---|---|---|---|
| **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)** | | | |
| Mecias de Jesus (REPUBLICANOS) | Presente | 1. Renan Calheiros (MDB) | |
| Jarbas Vasconcelos (MDB) | Presente | 2. Fernando Bezerra Coelho (MDB) | Presente |
| Marcio Bittar (MDB) | | 3. Simone Tebet (MDB) | |
| Esperidião Amin (PP) | Presente | 4. Daniella Ribeiro (PP) | Presente |
| Ciro Nogueira (PP) | Presente | 5. Vanderlan Cardoso (PSD) | |
| **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | | | |
| Roberto Rocha (PSDB) | | 1. Izalci Lucas (PSDB) | Presente |
| Mara Gabrilli (PSDB) | | 2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS) | |
| Major Olimpio (PSL) | Presente | 3. Soraya Thronicke (PSL) | Presente |
| **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)** | | | |
| Kátia Abreu (PP) | Presente | 1. Acir Gurgacz (PDT) | Presente |
| Randolfe Rodrigues (REDE) | Presente | 2. Flávio Arns (PODEMOS) | |
| Eliziane Gama (CIDADANIA) | Presente | 3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB) | |
| **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)** | | | |
| Fernando Collor (PROS) | Presente | 1. VAGO | |
| Jaques Wagner (PT) | Presente | 2. Telmário Mota (PROS) | Presente |
| Humberto Costa (PT) | Presente | | |
| **PSD** | | | |
| Nelsinho Trad (PSD) | Presente | 1. Carlos Fávaro (PSD) | Presente |
| Antonio Anastasia (PSD) | Presente | 2. Angelo Coronel (PSD) | Presente |
| **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | | | |
| Chico Rodrigues (DEM) | Presente | 1. Marcos Rogério (DEM) | Presente |
| Zequinha Marinho (PSC) | Presente | 2. Maria do Carmo Alves (DEM) | |
| **PODEMOS** | | | |
| Marcos do Val (PODEMOS) | Presente | 1. Elmano Férrer (PODEMOS) | |

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

**LISTA DE PRESENÇA**

**Reunião:** 4ª Reunião, Extraordinária, da CRE
**Data:** 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 08h
**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

## NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Leila Barros
Rose de Freitas
Rodrigo Pacheco
Carlos Viana

# Resultado de Votação Secreta

## Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
**MSF 31/2020** - J.MARCEL B-IRLANDA

Início da votação: 21/09/2020 10:17:42 Fim da votação: 21/09/2020 13:04:48

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|---|---|---|---|
| **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,** | | **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,** | |
| MECIAS DE JESUS | **votou** | 1. RENAN CALHEIROS | |
| JARBAS VASCONCELOS | | 2. FERNANDO BEZERRA COELHO | **votou** |
| MARCIO BITTAR | **votou** | 3. SIMONE TEBET | **votou** |
| ESPERIDIÃO AMIN | **votou** | 4. DANIELLA RIBEIRO | |
| CIRO NOGUEIRA | | 5. VANDERLAN CARDOSO | |
| **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | | **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | |
| ROBERTO ROCHA | | 1. IZALCI LUCAS | **votou** |
| MARA GABRILLI | | 2. FLÁVIO BOLSONARO | |
| MAJOR OLIMPIO | **votou** | 3. SORAYA THRONICKE | **votou** |
| **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,** | | **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,** | |
| KÁTIA ABREU | **votou** | 1. ACIR GURGACZ | **voto não computado** |
| RANDOLFE RODRIGUES | **votou** | 2. FLÁVIO ARNS | |
| ELIZIANE GAMA | **votou** | 3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO | |
| **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,** | | **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,** | |
| FERNANDO COLLOR | **votou** | 1. VAGO | |
| JAQUES WAGNER | | 2. TELMÁRIO MOTA | **votou** |
| HUMBERTO COSTA | **votou** | | |
| **PSD** | | **PSD** | |
| NELSINHO TRAD | **votou** | 1. CARLOS FÁVARO | **voto não computado** |
| ANTONIO ANASTASIA | **votou** | 2. ANGELO CORONEL | |
| **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | | **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | |
| CHICO RODRIGUES | **votou** | 1. MARCOS ROGÉRIO | **voto não computado** |
| ZEQUINHA MARINHO | **votou** | 2. MARIA DO CARMO ALVES | |
| **PODEMOS** | | **PODEMOS** | |
| MARCOS DO VAL | **votou** | 1. ELMANO FÉRRER | |

**Votação:**

**TOTAL 19 SIM 18 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0**

**Senador Nelsinho Trad**
**Presidente**

**ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,**
**PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020**

## DECISÃO DA COMISSÃO

**(MSF 31/2020)**

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, DESIGNADO RELATOR “AD HOC” O SENADOR ESPERIDIÃO AMIN, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR MARCEL FORTUNA BIATO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA IRLANDA, COM 18 VOTOS FAVORÁVEIS, 1 VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

# RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 31, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCEL FORTUNA BIATO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Irlanda*.

SF/20196.50420-58

Relator: Senador **CIRO NOGUEIRA**

Esta Casa é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor MARCEL FORTUNA BIATO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Irlanda.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV). Em atendimento a preceito regimental (artigo 383, I, *a*), o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do diplomata indicado, que será submetido à sabatina.

O Senhor MARCEL FORTUNA BIATO nasceu em 17 de novembro de 1958, em Buenos Aires, Argentina, e é brasileiro de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição de 1946. É filho de filho de Oswaldo Biato e Néa Fortuna Biato.

No Instituto Rio Branco, o diplomata concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) em 1980; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1988; e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 2001, no qual defendeu tese intitulada "O Processo de

Paz Equador-Peru e a Solução Pacífica das Controvérsias". Além disso, é mestre em Sociologia Política pela *London School of Economics*, Londres/Reino Unido (1990).

O diplomata tornou-se terceiro-secretário em 1981; e segundo-secretário em 1984. Por merecimento, chegou a primeiro-secretário em 1991; a conselheiro em 1997; e a ministro de segunda classe em 2003; e a ministro de primeira classe em 2007.

Entre as funções desempenhadas na carreira diplomática e na Administração Federal destacam-se: Primeiro-Secretário no Consulado-Geral em Berlim (1990-94); Conselheiro da Missão junto à Organização das Nações Unidas (1999-03); Assessor Especial da Presidência da República (2007-2010); Presidente da Delegação brasileira à Conferência de Revisão do Estatuto de Roma/Tribunal Penal Internacional, em Campala, Uganda (2010); Embaixador em La Paz (2010-13); Representante Permanente na Missão Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica em Viena (desde 2016).

Além do currículo do diplomata, o Itamaraty enviou informações gerais sobre a Irlanda, a exemplo de sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, bem como relação dos tratados celebrados entre os dois países.

Trata-se de república parlamentarista, cuja população de quase 5 milhões de habitantes é formada por maioria de católicos romanos, pouco menos de 80 %. O Produto Interno Bruto *per capita*, segundo dados de 2018 do Fundo Monetário Internacional, é de US$ 80.641,00 (oitenta mil seiscentos e quarenta e um dólares). É considerada uma economia moderna, com altos índices de liberdade econômica e com setores industriais avançados, sobretudo nos campos farmacêutico e de tecnologias da informação e da computação, e mão de obra qualificada.

A respeito de sua política externa, a Irlanda carrega um conjunto de visões identitárias as quais se realçam ou recuam a depender das circunstâncias domésticas e internacionais específicas, a exemplo da afirmação do país como nação soberana, com posições independentes do Reino Unido; da associação do nacional irlandês à figura de cidadão global, haja vista a emigração; da identificação da Irlanda como "república" europeia e, sobretudo, a partir da presidência de Donald Trump, como nação anglo-americana.

SF/20196.50420-58

Essas visões refletem-se na cena internacional em posturas de neutralidade adotadas pela Irlanda, como na Segunda Guerra Mundial; na defesa de princípios como autodeterminação dos povos e igualdade entre Estados; na entrada na Comunidade Europeia em 1973; na parceria privilegiada com os Estados Unidos da América; ou na sua permanência na União Europeia, apesar do *Brexit,* haja vista a relevância do Reino Unido para a economia e os negócios da Irlanda.

SF/20196.50420-58

No âmbito bilateral, Brasil e Irlanda estabeleceram relações diplomáticas em 1975. Porém, a abertura da Embaixada brasileira em Dublin ocorreu apenas em 1991 e o estabelecimento da Embaixada irlandesa em Brasília, em 2001.

Segundo dados de 2018, do então Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a Irlanda está na 30ª posição entre os destinos das exportações brasileiras, e o Brasil ocupa a 39ª posição dentre os destinos das exportações irlandesas. Em linhas gerais, houve retração no intercâmbio comercial recente, o qual havia registrado pico no período 2012-2013, quando superou o valor de US$1 bilhão.

Com relação aos investimentos bilaterais, destacam-se as inversões diretas irlandesas no Brasil, nos setores de agronegócio e alimentos, nutrição esportiva, serviço de informações sobre crédito, embalagens e produtos para o setor de petróleo. Inexistem registros de investimentos diretos consideráveis por parte de agentes brasileiros na Irlanda.

No que diz respeito a assuntos consulares, a comunidade brasileira na Irlanda é estimada em 18 mil pessoas.

Tendo em vista a natureza da matéria, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM (SF) Nº 31, DE 2020

(nº 385/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCEL FORTUNA BIATO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Irlanda.

**AUTORIA:** Presidência da República

**DOCUMENTOS:**

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 385/2020

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **MARCEL FORTUNA BIATO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Irlanda.

Os méritos do Senhor **MARCEL FORTUNA BIATO** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de julho de 2020.

EM nº 00099/2020 MRE

Brasília, 30 de Junho de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MARCEL FORTUNA BIATO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Irlanda.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **MARCEL FORTUNA BIATO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo***

OFÍCIO Nº 381/2020/SG/PR

Brasília, 9 de julho de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

**Assunto: Indicação de autoridade.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCEL FORTUNA BIATO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Irlanda.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

**I N F O R M A Ç Ã O**

***CURRICULUM VITAE***

**MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *MARCEL FORTUNA BIATO***
CPF.: 186.157.241-72
ID.: 7557 MRE

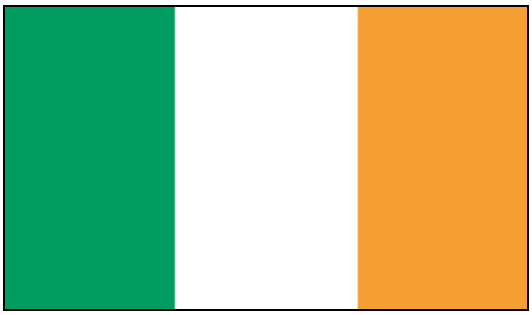
| | |
|---|---|
| 1958 | Filho de Oswaldo Biato e Néa Fortuna Biato, nasce em 17 de novembro, em Buenos Aires, Argentina (brasileiro de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição de 1946) |
| **Dados Acadêmicos:** | |
| 1980 | CPCD - IRBr |
| 1988 | CAD - IRBr |
| 1990 | Mestrado em Sociologia Política pela London School of Economics, Londres/UK |
| 2001 | CAE - IRBr, O Processo de Paz Equador-Peru e a Solução Pacífica das Controvérsias |
| **Cargos:** | |
| 1981 | Terceiro-Secretário |
| 1984 | Segundo-Secretário |
| 1991 | Primeiro-Secretário, por merecimento |
| 1997 | Conselheiro, por merecimento |
| 2003 | Ministro de Segunda Classe, por merecimento |
| 2007 | Ministro de Primeira Classe, por merecimento |
| **Funções:** | |
| 1981-87 | Divisão da América Meridional-I, assistente |
| 1987-89 | Embaixada em Londres, Segundo-Secretário |
| 1990-97 | Embaixada em Berlim Oriental, Segundo-Secretário em missão transitória |
| 1990-94 | Consulado-Geral em Berlim, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário |
| 1994-95 | Departamento das Américas, assessor |
| 1995-97 | Divisão da América Meridional II, assessor |
| 1997-99 | Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, assessor |
| 1999-03 | Missão junto à ONU, Nova York, Conselheiro |
| 2003-06 | Presidência da República, Assessoria Especial, Conselheiro |
| 2006-07 | Embaixada em Havana em missão transitória (6 meses) |
| 2007-10 | Presidência da República, Assessoria Especial, Chefe |
| 2010 | Presidência da Delegação brasileira à Conferência de Revisão do Estatuto de Roma/Tribunal Penal Internacional, em Campala, Uganda |
| 2010-13 | Embaixada em La Paz, Embaixador |
| 2013-15 | SERE |
| 2015-16 | Secretaria-Geral do Serviço Exterior |
| 2016 | Missão Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica em Viena, Representante Permanente |
| **Condecorações:** | |
| 1995 | Ordem do Mérito Forças Armadas, Brasil, Cavaleiro |
| 1996 | Ordem da Palma, Suriname, Oficial |
| 1998 | Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial |
| 1999 | Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador |

| **Publicações:** | |
|---|---|
| 1996 | O Conflito Peru-Equador, in Parcerias Estratégicas, Brasília |
| 2001 | O Brasil e o Tribunal Penal Internacional, in Política Externa, FUNAG, Brasília |
| 2007 | Qué está Brasil haciendo por la gobernabilidad global?, in Nueva Sociedad n. 210, Buenos Aires |
| 2008 | Shaping global governance: a Brazilian perspective. Migration and Development. Global Governance. Studia Diplomatica – The Brussels Journal of International Relations, v. LXI/2 |
| 2009 | La Política Exterior do Brasil: ¿Integrar o despegar? Política Exterior, v. 131 |
| 2009 | Going global or going democratic? The Globalist |
| 2010 | La apuesta de Brasil por el comercio Sur-Sur. Comercio Exterior, v.52 |
| 2010 | Can Brazil play a significant role in containing Iran's nuclear ambitions?. America's Quarterly |
| 2011 | Integração Regional na América do Sul e o Papel da Energia Elétrica (com Nivalde de Castro). GESEL. TDSE 32 |
| 2011 | Políticas nucleares y regímenes de no proliferación. Las Relaciones Triangulares Estados Unidos, Unión Europea y América Latina. Pensamiento Iberoamericano. V.8 |
| 2012 | Brasil en la cooperación regional para la lucha contra La violência y el crimen organizado. Revista CIDOB d'afers internacionais |
| 2014 | Brasil, um país em protesta y transformación. Política Exterior, v.160 |
| 2014 | O Tribunal Penal Internacional e a Cooperação. Anuário Brasileiro de Direito Internacional. Centro de Direito Internacional (CEDIN) |
| 2016 | The Ecuador-Peru Peace Process. Revista Contexto Internacional |

**JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS**
Chefe da Divisão do Pessoal

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**
**DIVISÃO DE EUROPA I (DE-I)**

# IRLANDA



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**

**Maio de 2020**

| | |
|---|---|
| **NOME OFICIAL:** | Irlanda |
| **GENTÍLICO:** | Irlandês |
| **CAPITAL:** | Dublin |
| **ÁREA:** | 70.273 km$^2$ |
| **POPULAÇÃO:** | 4,92 milhões (abril de 2019) |
| **LÍNGUA OFICIAL:** | Inglês e irlandês (gaélico) |
| **PRINCIPAIS RELIGIÕES:** | Católica Romana (78,3%), Cristã Irlandesa (2,8%), Cristã Ortodoxa (1,3%), Muçulmana (1,3%), Presbiteriana (0,5%), outras religiões (3,2%), não declarado (2,6%) nenhuma (9,8%) (censo de 2016) |
| **SISTEMA DE GOVERNO:** | República parlamentarista |
| **PODER LEGISLATIVO:** | Parlamento bicameral: Senado (*Seanad Éireann*) e Câmara Baixa (*Dáil Éireann*). Parlamento bicameral, composto respectivamente por 60 e 160 membros, eleitos para mandatos de 5 anos. |
| **CHEFE DE ESTADO:** | Presidente Michael D. Higgins (desde outubro de 2011) |
| **CHEFE DE GOVERNO:** | Primeiro-ministro Leo Varadkar (desde junho de 2017) |
| **CHANCELER:** | Simon Coveney (desde junho de 2017) |
| **PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2018):** | US$ 382 bilhões (2018) FMI |
| **PIB - PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2018):** | US$ 389 bilhões (2018) FMI |
| **PIB *PER CAPITA* (2018):** | US$ 80.641 (2018) FMI<br>5º de 187 (FMI) e 6º de 175 (Banco Mundial) |
| **PIB PPP *PER CAPITA* (2018):** | US$ 79.925 (2018) FMI |
| **VARIAÇÃO DO PIB:** | 25% (2015) 4.9% (2016) 7.2% (2017) 4.7% (2018) 5,5% (2019) FMI |
| **ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH (2018):** | 0,938 (4ª posição entre 188 países) |
| **EXPECTATIVA DE VIDA (2019):** | 80,9 anos |
| **ALFABETIZAÇÃO (2019):** | 99% |
| **ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):** | 4,8% (*Central Statistic Office* - CSO) |
| **UNIDADE MONETÀRIA:** | Euro (€) |

| | |
|---|---|
| **EMBAIXADOR EM BRASÌLIA:** | Sr. Seán Hoy |
| **BRASILEIROS NO PAÍS:** | Há registro de 18 mil brasileiros residentes na Irlanda |

## DADOS BÁSICOS

| | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Intercâmbio** | **1.055,4** | **1.234,6** | **945,3** | **906,2** | **683,7** | **825,0** | **1,041,4** | **774,0** |
| Exportações | 357,7 | 610,8 | 332,3 | 383,4 | 216,8 | 324,0 | 455,3 | 250,3 |
| Importações | 697,7 | 623,8 | 613,0 | 522,8 | 466,9 | 501,0 | 586,1 | 523,7 |
| Saldo | -340,0 | -13,0 | -280,8 | -139,4 | -250,2 | -177,0 | -130,8 | -273,5 |

Fonte: MECON. Valores em US$ milhões FOB.

## PERFIL BIOGRÁFICO

**MICHAEL HIGGINS**
**Presidente**

Michael Higgins nasceu em 18 de abril de 1941, em Limerick, região central da Irlanda. Graduou-se em Sociologia pela Universidade Católica de Galway (UCG), onde atuou inicialmente como vice-auditor da Sociedade de Literatura e Debate da faculdade, em 1963-1964, e depois auditor no ano acadêmico de 1964-1965. Entre em 1964-1965 foi Presidente da União dos Estudantes da UCG. Em 1967, Higgins tornou-se Mestre em Sociologia na Indiana University Bloomington, após breve passagem pela Universidade de Manchester. Em sua carreira acadêmica, Higgins foi professor titular do Departamento de Ciência Política e Sociologia da UCG e professor visitante da Southern Illinois University.

Já na universidade Higgins, iniciou sua atuação política, primeiro como líder estudantil, tornando-se Presidente da União dos Estudantes da UCG. Foi membro do Partido Trabalhista irlandês de 1968 até 2011, ano em que assumiu a Presidência da Irlanda. Defensor dos direitos humanos, da democracia e da paz, foi o primeiro agraciado com o Prêmio *Seán MacBride Peace*, em 1992, concedido pelo *International Peace Bureau*, em Helsinque. Em novembro de 2018, iniciou seu

segundo mandato presidencial, após sair vitorioso nas eleições realizadas naquele mesmo ano.

Em 2012, visitou o Brasil, trazendo consigo delegação empresarial composta por 42 executivos irlandeses e chefiada pelo ministro júnior de Comércio e Desenvolvimento, Joe Costello. Em outubro de 2019, recebeu, em sua residência oficial na capital irlandesa, visita do presidente da Câmara dos Deputados, Dep. Rodrigo Maia (DEM/RJ).

**LEO VARADKAR**
**Primeiro-Ministro**

Nasceu em Dublin em 18 de janeiro de 1979. Filho de enfermeira irlandesa e de médico indiano, Varadkar viveu a primeira infância em Leicester e, por breve período, na Índia, antes de sua família fixar-se em definitivo em um subúrbio de classe média da capital irlandesa.

Varadkar formou-se em medicina pela Trinity College Dublin, em 2003. Exerceu a profissão por vários anos em hospitais de Dublin e veio a obter o título de especialista em clínica médica em 2010.

Em paralelo, envolveu-se em atividades políticas. Em seu período na Trinity College, ingressou no grupo *Juventude Fine Gael* da universidade, serviu como vice-presidente da organização juvenil do *Partido Popular Europeu*.

Em 2007, emergiu de fato no cenário político nacional, elegendo-se para a câmara baixa (*Dáil*) pelo distrito de Dublin West.

À frente da pasta de Transportes, Turismo e Esportes (2011-14), Varadkar implementou uma bem-sucedida iniciativa de atração de turistas e lançou novas estratégias nacionais para portos e segurança rodoviária.

Em 2014, migrou para a chefia do Departamento da Saúde e, em 2016, foi nomeado ministro da Proteção Social.

Em 14 de junho de 2017, aos 38 anos de idade, Leo Varadkar teve sua nomeação como Primeiro-Ministro aprovada e tornou-se assim o mais jovem Primeiro-Ministro da história irlandesa, e o primeiro a ser declaradamente homossexual e a pertencer a uma minoria étnica

## RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Irlanda foram oficialmente estabelecidas em 1975. A abertura da Embaixada brasileira em Dublin ocorreu em 1991 e o estabelecimento da Embaixada irlandesa em Brasília, em 2001. Em outubro de 2012, o Presidente Michael D. Higgins visitou o Brasil em meio a périplo pela América do Sul. Em 2015, no contexto da visita ao Brasil da Ministra da Educação Jan O'Sullivan, foi inaugurado o Consulado-Geral da Irlanda em São Paulo.

Dados do então MDIC relativos a 2018 colocam a Irlanda na 30ª posição entre os destinos das exportações brasileiras, enquanto o Brasil ocupa a 39ª posição dentre os destinos das exportações irlandesas. Em geral, o intercâmbio comercial recente registrou retração, desde o pico registrado no período 2012-2013, quando chegou a superar o valor de US$1 bilhão. Mesmo assim, o comércio total de bens Brasil-Irlanda atingiu EUR 539,2 milhões em 2019, ligeiro aumento se comparado ao total registrado em 2018 (EUR 537,7 milhões).

No campo dos investimentos bilaterais, destacam-se as inversões diretas irlandesas no Brasil, nos setores de agronegócio e alimentos, nutrição esportiva, serviço de informações sobre crédito, embalagens e produtos para o setor de petróleo. Não há registro, no momento, de investimentos diretos de monta por parte de agentes econômicos brasileiros na Irlanda.

A cooperação nas áreas de educação, ciência e tecnologia ganhou franco impulso com o programa Ciência sem Fronteiras (CsF), que estimulou o intercâmbio entre as comunidades acadêmicas dos dois países. Entre 2013 e 2016, a Irlanda recebeu 3.387 estudantes brasileiros em nível de graduação (96% do total) e de pós-graduação (4% do total), tornando-se a décima colocada no ranking de países escolhidos pelos bolsistas do CsF.

A presença de brasileiros nas principais universidades e institutos de tecnologia irlandeses é significativa e movimenta autoridades governamentais, empresas e escritórios de relações internacionais irlandeses. Foi realizada, em Dublin, I Semana da Ciência Brasil-Irlanda (2015); as missões organizadas pela *Enterprise Ireland* (agência de fomento à exportação irlandesa) em parceria com universidades locais; o crescente número de memorandos de entendimento bilaterais entre instituições de ensino e pesquisa; e a oferta de bolsas de estudo do Governo irlandês a estudantes brasileiros.

Um desafio a ser enfrentado diz respeito às visitas de alto nível, muito mais numerosas de autoridades irlandesas viajando para o Brasil do que na direção inversa. Três presidentes da Irlanda visitaram oficialmente o Brasil, entre os quais o Presidente Michael D. Higgins, em 2012. No âmbito do tradicional périplo

internacional de autoridades irlandesas, no dia 17 de março, celebração de *Saint Patrick*, o Brasil foi inserido no rol dos países considerados estratégicos para as relações bilaterais irlandesas. Nesse contexto, visitaram o Brasil, em 2015, a Ministra da Educação, Jan O`Sullivan; em 2017, o Ministro do Treinamento, Habilidades e Inovação, John Halligan, e, em 2018, o Ministro Joe McHugh, que exerceu a função de "*Government Chief Whip*", no Gabinete do Primeiro Ministro Leo Varadkar. Em 2019, o Presidente da Câmara Baixa, Seán Ó Fearghail visitou o País.

Também em 2019, no mês de outubro, o Presidente da Câmara dos Deputados, Dep. Rodrigo Maia (DEM-RJ), visitou oficialmente a Irlanda, reciprocando a visita que seu homólogo irlandês lhe fizera. Encontrou-se, durante a sua estada em Dublin, com o Presidente Michael D. Higgins.

**Ciência, tecnologia e inovação**

Em 2017, duas visitas de parte a parte deram novas provas do potencial de cooperação bilateral no domínio da ciência, tecnologia e inovação. Em março, o ministro irlandês de Treinamento, Habilidades e Inovação, John Galligan, esteve em Brasília, onde se avistou com o secretário-geral das relações exteriores e com o ministro Gilberto Kassab. Em novembro, o secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCTIC, Álvaro Prata, esteve em Dublin, onde cumpriu extensa agenda de encontros com interlocutores do governo e do sistema de inovação irlandeses.

**Assuntos Consulares**

Estima-se em 18.000 pessoas a comunidade brasileira na Irlanda. O interesse despertado pela Irlanda entre jovens que desejam estudar inglês no exterior tem contribuído para a mudança do perfil e da dimensão da comunidade brasileira nos últimos 15 anos. De acordo com dados oficiais irlandeses, entre 2002 e 2011, a presença de brasileiros na Irlanda aumentou 700%, passando de 1.087 indivíduos, em 2002, para 8.704 indivíduos, em 2011 (ou 9.298 cidadãos ao considerar-se especificamente o local de nascimento e não apenas a nacionalidade).

Entre 2013 e 2016, a Irlanda recebeu 3.387 estudantes brasileiros em nível de graduação (96% do total) e de pós-graduação (4% do total). De acordo com censo de 2016, o crescimento de brasileiros na Irlanda em cinco anos foi de quase 60% (9.298 para 15.790).

Registra-se, igualmente, o crescimento, nos últimos anos, do número de casamentos entre cidadãos brasileiros e irlandeses e a residência de profissionais brasileiros de alta qualificação e suas famílias, que residem e trabalham na Irlanda a convite de empresas transnacionais.

Desde fins de março de 2020, a Embaixada em Dublin recebeu centenas de pedidos de apoio por parte de cidadãos brasileiros afetados, de alguma forma, pela

pandemia do novo coronavírus. A todos foi e tem sido prestada a assistência consular cabível. Entre as iniciativas consulares em curso, a de maior visibilidade é a repatriação em voos fretados pelo governo brasileiro. Até 3 de maio corrente, 140 nacionais já tinham retornado ao País, com escala em Londres, em dois voos fretados. Trata-se de pessoas que declararam serem turistas, com dificuldade de remarcar seus bilhetes aéreos; dependerem de tratamento médico no Brasil com remédios controlados; ou não disporem de passagem aérea e estarem em situação de pré-desvalimento por perda ou tentativa frustrada de obter emprego ou, ainda, por falta de perspectiva de dar seguimento a curso de inglês ou acadêmico.

## POLÍTICA INTERNA

### *Panorama do sistema político irlandês*

Em consequência do passado do país como parte do império britânico, o sistema político irlandês deriva, em grande medida, do modelo de Westminster, embora dele se diferencie em importantes dimensões. Por exemplo, o sistema eleitoral é proporcional, há uma constituição escrita, admite-se a apreciação judicial de atos executivos e legislativos e, no que toca à prática política, a experiência de governos de coalização é bastante comum, se não a regra. Formalmente, a Irlanda é uma república constitucional com regime parlamentarista de governo. O sistema é bicameral: há uma câmara baixa, chamada de Dáil Éireann em irlandês, cujos membros são eleitos diretamente mediante sistema eleitoral proporcional; e um Senado, cujos integrantes são eleitos indiretamente por diferentes métodos. A dimensão da câmara baixa flutua ao longo do tempo de acordo com as variações demográficas, segundo fórmula fixada na constituição (a saber, deve haver ao menos um deputado para cada grupo de vinte a trinta mil pessoas); hoje, a casa é composta por 160 representantes. Já o Senado tem tamanho fixo: 60 senadores. É preciso notar que o Senado tem poderes muito limitados, o que leva estudiosos a classificar o sistema irlandês como "bicameralismo fraco".

Como regra geral, eleições para renovar a totalidade da câmara baixa são realizadas a cada cinco anos, mas o presidente pode, a qualquer momento antes do transcurso desse prazo, usualmente por recomendação do primeiro-ministro, convocar novas eleições. Ao longo da história, estabeleceu-se um regime fundamentalmente bipartidário, com o Fianna Fáil (com muito maior frequência) e o Fine Gael alternando-se no poder. Para formação de governos, ambos os partidos socorrem-se costumeiramente de agrupamentos menores (no mais das vezes, dos trabalhistas) para formar coalizões, pois a obtenção de maiorias por meio das urnas é em regra difícil. Veja-se que, desde 1989, o país não conhece governos unipartidários puros. Isso se explica pelas características do sistema eleitoral irlandês: ao temperar o

voto distrital com uma complexa distribuição de saldos com base em critério proporcional, as regras eleitorais tendem a levar à atomização do poder e à afirmação dos independentes. As linhas que separam os dois principais partidos irlandeses não são programáticas ou ideológicas, mas históricas: o lado que tomaram na guerra civil que se seguiu à independência do país, na década de 1920. O Fianna Fáil ("Soldados do Destino", em irlandês), fundado em 1926 com ideário nacionalista, lutou contra o tratado de 1921 que conferiu o direito de autogoverno à Irlanda sob a condição de domínio britânico. O Fianna Fáil transformou-se no grupo político mais bem-sucedido do país e é tido como o "partido natural de governo": desde sua primeira vitória eleitoral, em 1932, esteve fora do poder, ao todo, por apenas 28 anos. O Fine Gael ("Família dos Irlandeses", em irlandês) foi fundado em 1933 e encontra suas raízes nas forças que lutaram a favor do tratado de 1921. Assumiu o poder em sete oportunidades, mas nunca logrou alcançar maioria simples na câmara baixa. Hoje, os dois partidos são virtualmente indistinguíveis no plano ideológico: são forças de centro-direita ou mais propriamente liberais, com as inconsistências talvez inevitáveis trazidas pela prática política. Ambas as legendas são suscetíveis em igual medida à influência dos interesses do agronegócio irlandês e das multinacionais instaladas no país.

Sob essa hegemonia do Fianna Fáil e do Fine Gael, dois outros partidos, de esquerda, gozam de alguma ascendência na política irlandesa. O primeiro, que tem perdido força no passado recente, é o Partido Trabalhista. Fundado em 1912 e de perfil sempre moderado, tem servido como parceiro júnior em coalizões governamentais. O segundo, que tem experimentado crescimento junto ao eleitorado, sobretudo entre as camadas mais jovens e nas grandes cidades, é o Sinn Féin. Descendente do Sinn Féin histórico que teve participação decisiva no caminho para a independência (este, fundado em 1905), mas recriado, em sua configuração atual, em 1970, o partido é nacionalista radical e engajou-se, de maneira indireta, no conflito sectário na Irlanda do Norte conhecido como os "Troubles" (1968-1998). Sua ideia fixa é a unificação da Irlanda. Em 2018 o Sinn Féin fez a sucessão do líder histórico Gerry Addams e, sob liderança de nova geração, incorporou bandeiras liberais/progressistas.

Quem exerce a chefia de Estado é o presidente da República, que é eleito diretamente para um mandato de sete anos, com possibilidade de uma reeleição. As funções do presidente são essencialmente protocolares e institucionais.

### *Conjuntura política irlandesa*

A última eleição geral na Irlanda ocorreu em 8 de fevereiro de 2020. Previsto para ser realizado, segundo o calendário eleitoral regulamentar, em 2021, o pleito foi antecipado por iniciativa do primeiro-ministro Leo Varadkar. Na virada de 2019 para

2020, as condições de sustentação do seu governo na câmara baixa, frágeis desde o princípio, deterioraram-se criticamente, e uma moção de desconfiança contra o ministro da Saúde, que a oposição de esquerda capitaneada pelo Sinn Féin pretendia pôr em pauta, parecia reunir os números necessários para aprovação. A "aritmética do Dáil", como se expressou à época o PM Varadkar, mudara em desfavor do governo em razão da renúncia de um parlamentar do Fine Gael envolvido em mau uso de verbas indenizatórias, da defecção de um par de parlamentares independentes, e da decisão de um deputado do Fianna Fáil de não mais necessariamente abster-se em votações decisivas para o governo, como rezava o acordo de "confidence-and-supply" que sustentava a administração Fine Gael desde 2016. Em vista desses desenvolvimentos, Varadkar solicitou a dissolução da 32ª legislatura do Dáil em 14 de janeiro, pedido que foi prontamente atendido pelo presidente Michael D. Higgins.

Na curta campanha eleitoral, o primeiro-ministro Leo Varadkar e seus correligionários do Fine Gael (centro-direita) procuraram enfatizar as credenciais do partido na gestão da economia, que crescia nos últimos anos a uma das taxas mais elevadas da Europa e encontrava-se em virtual pleno emprego, e no enfrentamento do desafio político-econômico representado pela retirada do Reino Unido da União Europeia, cujo deslinde imediato (Tratado de Retirada) atenderia aos delicados interesses nacionais graças à exitosa campanha diplomática do governo. O Fianna Fáil (centro-direita), adversário tradicional dentro do duopólio que domina a política irlandesa há um século, buscou atacar o inventário de realizações do Fine Gael nas áreas de habitação e de saúde, visto como insatisfatório, apresentando-se como a alternativa natural para a retomada dos investimentos no terreno social.

Entretanto, abertas as urnas, apurou-se que os vitoriosos, ao menos no que diz respeito ao quantitativo de votos recebidos, foram as agremiações de esquerda, particularmente os republicanos radicais do Sinn Féin. O resultado — amplamente caracterizado, na imprensa local e internacional, como histórico, na medida em que simbolizou a quebra da hegemonia de Fianna Fáil e Fine Gael na política irlandesa — tomou de surpresa o próprio Sinn Féin, que não lançara candidatos em número suficiente para alcançar a maioria (o Dáil compõe-se hoje de 160 membros, e havia 159 cadeiras em disputa — o presidente da casa na legislatura precedente tem vaga assegurada na legislatura seguinte). 42 candidatos concorreram pelo Sinn Féin, dos quais 37 foram eleitos. Esse número deu ao partido a maior bancada na câmara baixa, em empate com o Fianna Fáil (37). Logo abaixo, em terceiro lugar, veio o governista Fine Gael, com 35 cadeiras. Em seguida, encontraram-se o Partido Verde (12), o Partido Trabalhista (6), os Social-Democratas (6), Solidariedade-Povo Antes do Lucro (5), Aontú (dissidência do Sinn Féin; 1), Independentes para a Mudança (1). Candidatos independentes (sem partido) conquistaram 19 cadeiras. No que respeita à distribuição de assentos por partido, as eleições de fevereiro de 2020 produziram o parlamento mais dividido da história irlandesa.

9

Tendo em vista o desejo de mudança exprimido nas urnas pelo eleitorado, as lideranças do Fianna Fáil e do Fine Gael abriram espaço, após o pleito, para que o Sinn Féin procurasse construir uma frente ampla de esquerda capaz de sustentar um governo. Ao mesmo tempo, deixaram clara a sua rejeição terminante a qualquer possibilidade de comporem-se com o Sinn Féin, tomado por ambos como um "partido anormal", ligado por laços obscuros ao Exército Republicano Irlandês e à violência sectária. As tentativas movidas pelo Sinn Féin para formar uma coalizão de esquerda não frutificaram, em parte devido a dificuldades programáticas, em parte devido à insuficiência numérica para formar maioria.

Nesse meio-tempo, sobreveio a pandemia do novo coronavírus, que introduziu um maior senso de urgência à necessidade de o país contar com um governo com plenos poderes, e com legitimidade democrática, para tomar medidas de enfrentamento das crises sanitária e econômica. (Desde a dissolução da câmara baixa, em janeiro de 2020, e até que o nome de um novo primeiro-ministro seja aprovado pelo Dáil, o primeiro-ministro Leo Varadkar e a sua equipe ministerial continuam desempenhando as suas funções em caráter interino ["caretakers"]. Em tese, a administração interina deveria limitar-se às atividades corriqueiras de gestão da máquina pública, evitando implementar políticas novas; na prática, dada a gravidade da pandemia, o governo interino, mediante aprovação da câmara baixa em sua nova composição, lançou pacote bilionário de liquidez ao setor privado, ampliou gastos sociais e adotou poderes extraordinários de cerceamento da liberdade de ir e vir, para fazer cumprir a quarentena.

Nesse sentido, a pandemia teve o efeito político de acelerar as discussões que Fianna Fáil e Fine Gael — pondo de lado a sua rivalidade histórica e valendo-se do seu conhecido alinhamento no plano ideológico — já vinham mantendo com vistas à formação de uma inédita coalizão. Em fins de abril, os dois partidos divulgaram um documento com os princípios programáticos básicos para um governo. Como os dois partidos somam, entre si, 72 deputados, oito aquém da maioria, faz-se necessário incorporar uma ou duas agremiações menores ao bloco governista. Entre os partidos de menor porte, os verdes demonstram, até aqui, maior disposição de integrar o governo. O diálogo segue em curso.

*Governo Leo Varadkar*

Leo Varadkar, médico de 38 anos, filho de pai indiano e mãe irlandesa, e homossexual, chegou ao poder em junho de 2017. Sucedeu no cargo ao seu colega de partido Enda Kenny, primeiro-ministro desde 2011, que conduzira o Fine Gael a uma vitória parcial (maior número de cadeiras, mas 29 aquém da maioria simples) nas eleições de 2016, costurara com os tradicionais rivais do Fianna Fáil o acordo de "confidence-and-supply" em que se escorava o governo de minoria, mas terminara

forçado a renunciar por sua má condução de uma crise envolvendo denúncias de corrupção na polícia irlandesa.

À frente do governo, o primeiro-ministro Leo Varadkar não se desvia essencialmente do corpo de ideias que veio a constituir-se, dos anos 1980 para cá, em espécie de consenso programático entre os dois partidos que se revezam no comando da República desde a sua fundação em 1937. Em questões de valores, sim, Varadkar mostra-se mais progressista do que a média dos parlamentares — como o demonstra, por exemplo, a convicção com que ele depositou seu capital político no referendo sobre a legalização do aborto, que afinal passou com folga (66% de aprovação), em maio de 2018. Já em matéria econômica, defende sem reparos a mescla de liberalismo e de intervencionismo que caracteriza o modelo de desenvolvimento irlandês desde fins da década de 1950 — o que se evidencia, de um lado, em sua aguerrida defesa do regime de baixa tributação corporativa, e, de outro, no lançamento, em fevereiro de 2018, do ambicioso Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2027, que prevê desembolso de EUR 116 bilhões em projetos de infraestrutura e sociais.

Nos primeiros meses de sua gestão, Varadkar alcançou níveis de aprovação popular poucas vezes vistos na Irlanda, níveis que não se viam, com efeito, desde os anos 2000, no apogeu do Tigre Celta. De janeiro de 2018 até a convocação das eleições em janeiro de 2020, entretanto, sua base de apoio popular erodiu lenta mas consistentemente. Por um lado, isso foi fruto de um processo natural de desgaste do governo, que teve sua cota de crises significativas (vale mencionar duas delas: em dezembro de 2017, desdobramentos no caso das denúncias de corrupção na polícia levaram à queda da vice-primeira-ministra e ministra da Justiça, Frances Fitzgerald; em 2019, noticiou-se que os custos da construção de um hospital pediátrico em Dublin, que se arrasta há anos, escalonaram vertiginosamente, por erros de projeto); por outro, decorreu da percepção de que Varadkar não vinha conseguindo promover avanços significativos no tratamento de crises com dimensão social, como as dos setores habitacional e de saúde, que são especialmente prementes.

## POLÍTICA EXTERNA

Pode-se entender a política externa irlandesa como um amálgama de quatro visões identitárias básicas, que ascendem e retrocedem de acordo com as circunstâncias domésticas e internacionais específicas. A primeira visão a tomar forma, historicamente falando, é uma construção do nacionalismo irlandês e da luta pela independência. Sua atenção prioritária está voltada para a afirmação do país como nação soberana, o que passa pela definição das relações com o vizinho e ex-colonizador britânico. Mais precisamente, a política externa é concebida como uma forma de o país diferenciar-se do Reino Unido, apresentando-se quase que como

imagem reversa do Estado britânico. Em importante medida, essa é a razão de ser da adoção da neutralidade, que a Irlanda veio a abraçar como um dos princípios estruturantes de sua inserção internacional (condição que o princípio preserva até os dias de hoje). A Irlanda foi o único membro da Commonwealth (grupamento de que se desligaria em 1949) a permanecer neutro durante a Segunda Guerra Mundial, e o país tampouco jamais aceitou associar-se à OTAN.

Uma segunda visão identitária enxerga a Irlanda como um cidadão global. Suas raízes são encontradas na significativa presença alcançada pelo país no mundo por meio da emigração. A existência dessa diáspora irlandesa (estimada, hoje, em 70 milhões de pessoas, entre emigrantes e seus descendentes) ajudou a inspirar um ideário universalista na República, fomentando um sentido de missão junto à comunidade global. Isso se traduziu, em política externa, num conjunto de postulados diplomáticos de caráter ecumênico e principista. Tomem-se, por exemplo, a defesa da igualdade dos Estados perante o direito internacional e do direito de autodeterminação, ou a oposição ao colonialismo, ou a busca de mecanismos de segurança coletiva e de justiça internacional, todos atributos tradicionais da política externa irlandesa. A participação em missões de paz sob as Nações Unidas (para as quais a Irlanda tem contribuído consistentemente desde 1958), o trabalho na área de cooperação internacional e os esforços no campo do desarmamento nuclear também podem ser entendidos como expressões dessa orientação universalista.

Uma terceira visão privilegia a ideia da Irlanda como uma República europeia. Filosoficamente, essa narrativa foi construída com base num par de percepções: primeiro, a de que a geografia, a cultura, a política, a filosofia, a língua e os laços migratórios conformavam uma vocação europeia para o país; segundo, a de que a Europa representava a modernidade, nas palavras do futuro primeiro-ministro Charles Haughey, em 1972, "um portal para um mundo completamente diferente, com novos e amplos horizontes abrindo-se para nós". A entrada do país na Comunidade Europeia, afinal concretizada em 1973 depois de a França ter retirado o veto efetuado em 1961 (veto dirigido, em verdade, ao Reino Unido, mas que compreendeu também a candidatura irlandesa), remodelou em importante medida a política externa irlandesa. Ao mesmo tempo, a europeização irlandesa atenuou as preocupações com a diferenciação vis-à-vis o Reino Unido e, ao menos no primeiro momento, desinflou as vocações universalistas autônomas do país, cuja política externa, em algum grau, passou a ser mediada pelo bloco europeu.

Uma última visão identitária, que setores irlandeses passaram a matizar a partir da presidência de Donald Trump nos Estados Unidos e em face ao presente aumento das tensões internacionais, retrata a Irlanda como nação anglo-americana. Essa narrativa baseia-se, de um lado, na parceria privilegiada que o país mantém com os Estados Unidos, em vista dos laços humanos constituídos pela diáspora irlandesa (veja-se que desde os anos 1980 se mantém a prática, hoje anual, de o primeiro-

ministro irlandês visitar o presidente americano no Dia de São Patrício); de outro, na percepção de que a Irlanda, com respeito ao seu modelo de desenvolvimento, acertadamente escolheu Boston (livre mercado, reduzido papel do Estado, baixa carga tributária) e não Berlim (social-democracia) – para empregar a dicotomia que se tornou consagrada na literatura político-econômica irlandesa. Ciosa do papel desempenhado por investimentos americanos no ciclo de desenvolvimento econômico nacional (em 2001, digamos, 16% do PIB irlandês e cem mil postos de trabalho estavam ligados a atividades de multinacionais americanas) e da participação do governo americano na superação do conflito sectário na Irlanda do Norte, em 1998, a Irlanda deveria, segundo essa visão, reforçar suas afinidades dentro do grupo anglo-americano.

A política externa irlandesa, sob a atual gestão de Leo Varadkar, procura conciliar, com diferentes ênfases, esses quatro eixos diplomáticos. As iniciativas nesse sentido dão-se sob o signo e em larga medida em reação a um fato externo incontornável para o país: o Brexit. Em 2016, a decisão britânica de retirar-se do projeto de integração europeu imediatamente pôs em questão, na Irlanda, em razão da fronteira compartilhada e da importância chave das trocas comerciais com o Reino Unido, a própria conveniência de a Irlanda permanecer na União Europeia. A possibilidade de um *Irexit* foi logo posta de lado, contudo, entre outros motivos por força de um renovado entusiasmo popular com a UE, isto numa sociedade que nem sempre foi simpática à integração (vide a rejeição do Tratado de Lisboa no referendo popular de 2008). Da perspectiva do governo, a exclusão peremptória de qualquer possibilidade de saída do projeto europeu ensejou ao país, a um só tempo, diferenciar-se dos caminhos trilhados pelo Reino Unido e reforçar sua condição preferencial de República europeia.

Nas negociações em torno do que viria a constituir-se no Acordo de Retirada, a Irlanda pautou a defesa dos seus interesses com base em três pontos fundamentais: i) a proteção do processo de paz e do Acordo de Sexta-Feira Santa; ii) a preservação da Common Travel Area bilateral com o Reino Unido (que antecede a entrada conjunta dos dois países no bloco europeu em 1973) e direitos individuais e sociais correlatos para os cidadãos irlandeses e britânicos; e iii) a manutenção da fronteira aberta com a Irlanda do Norte. Na Irlanda, a percepção virtualmente unânime é a de que o Acordo de Retirada afinal assinado, em janeiro de 2020, ao refletir em sua essência os interesses nacionais fundamentais, representou uma vitória concreta da diplomacia irlandesa.

A realidade do Brexit, considerando-se a importância do Reino Unido para a economia e os negócios na Irlanda, impôs ao país a necessidade de retomar com novo fôlego a estratégia universalista de diversificação de parcerias. No domínio político-diplomático, o governo lançou, em 2018, o plano Global Ireland 2025, pelo qual pretende duplicar sua presença internacional até 2025, abrindo embaixadas (inclusive

na América do Sul: em Bogotá e em Santiago do Chile), ampliando representações permanentes em parceiros tradicionais (com destaque para Alemanha e França) e inaugurando escritórios de agências de promoção de exportações e atração de investimentos (destaque para a Ásia). Na vertente de cooperação, foi lançada, em 2019, uma nova estratégia de ajuda ao desenvolvimento, ancorada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e devotada especialmente às áreas de igualdade de gênero, redução de necessidades humanitárias, ação climática e fortalecimento da governança.

No campo multilateral, sobressai a candidatura do país a um assento rotativo no Conselho de Segurança das Nações Unidas, para mandato em 2021-2022 — candidatura que conta, a propósito, com apoio brasileiro. Ainda no âmbito das Nações Unidas, o país tem mantido participação em missões de manutenção da paz, em que pesem graves dificuldades de pessoal e de gestão que ora se abatem sobre as forças armadas. Hoje, as missões no Saara Ocidental, no Congo, no Mali e no Líbano (com especial importância) contam todas com o engajamento de militares irlandeses.

Além do Brexit, a diplomacia irlandesa defronta-se com outro desafio importante, este na esfera econômica: as tentativas, no âmbito europeu, de estabelecer normas de harmonização tributária e de taxação de empresas digitais. O posicionamento defensivo assumido pela Irlanda (cujo modelo econômico fundamenta-se, em importante medida, no binômio conformado, de um lado, pela alíquota corporativa de 12,5%, e, de outro, pela atração de investimentos estrangeiros, muitos deles das gigantes globais do setor de tecnologia) preconiza o tratamento dessas questões no âmbito da OCDE. O que está em jogo, para a Irlanda, é a atratividade do país para investimentos de multinacionais dos setores de tecnologia e de fármacos, sobretudo por parte de empresas com sede nos Estados Unidos. A relevância da questão é sublinhada pelo fato de que quase 20% de toda a receita tributária no país advêm do imposto pago por aquelas multinacionais.

## ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Considera-se que a Irlanda é hoje uma economia moderna, com elevados índices de liberdade econômica (6º mundialmente, na classificação da Heritage Foundation) e de PIB per capita (cerca de US$ 80 mil), setores industriais avançados (especialmente nos campos farmacêutico e de tecnologias da informação e da computação) e mão de obra qualificada. O desenvolvimento irlandês é, entretanto, relativamente recente. Convencionou-se fixar o ano de 1958 como o marco zero da guinada econômica irlandesa. Naquele ano, o governo a cargo de Séan Lemass pôs em marcha programa de reformas preconizado por T. K. Whitaker, secretário do Departamento das Finanças e tido como o burocrata mais influente de sua geração.

Calcado na sensível redução dos impostos, na abertura comercial e na reforma da produção agropecuária, o programa virou a página do nacionalismo econômico e lançou as bases de modelo de desenvolvimento liberalizante que, em suas linhas mestras, é preservado até hoje.

Na década de 1980, em meio a uma crise provocada fundamentalmente pelos choques do petróleo e por má gestão das finanças públicas, os dois partidos políticos hegemônicos, Fianna Fáil e Fine Gael, consolidaram programa de política econômica comum, orientado por princípios ortodoxos. Dentro de um quadro de transformações sociais mais amplas, marcado pela melhoria da educação formal e pelo aumento populacional, os anos de estabilização econômica entre 1987 e 1994 criaram as condições para o milagre econômico irlandês. De 1995 a 2007, o país cresceu consistentemente a taxas anuais entre 4,4% e 11,5%, impulsionadas por investimentos estrangeiros, ganhos de produtividade e expansão do consumo.

Nos anos 2000, entretanto, uma bolha imobiliária e financeira, insuflada por falhas regulatórias (que levaram o Financial Times a apelidar Dublin de "Wild West of European finance") e pelo descontrole fiscal, tornou a Irlanda especialmente vulnerável à crise internacional de 2008. A recessão contraiu o PIB em 14%, elevou o desemprego à taxa de 16% e arrasou os bancos e as contas públicas, obrigando o governo a socorrer-se de empréstimos juntos à troica formada pela Comissão Europeia, pelo Banco Central Europeu e pelo FMI. A recuperação começou a ganhar tração apenas a partir de 2014. No início de 2020, antes do surto do novo coronavírus, a economia irlandesa via-se diante de um potencial superaquecimento, uma vez que, conforme o Departamento das Finanças registrara no Relatório de Verão de junho de 2019, "quase todos os dados disponíveis indicam que a economia já está operando em plena capacidade". O índice de desemprego, por exemplo, que atingira o pico de 16% em 2012 na esteira da crise de 2008, estava na casa de 4,5% no fim de 2019 (o quantitativo agregado de trabalhadores no país, 2,3 milhões de pessoas, era o maior da série histórica). Esse cenário recomendava, segundo o ministro das Finanças, a adoção de política fiscal anticíclica, o que seria feito, entre outras medidas, pelo reforço do fundo de reservas Rainy Day Fund, fundo direcionado para cobrir despesas, e pela fixação de meta de superávit de 0,4% do PIB em 2020.

A reviravolta econômica desencadeada pela Covid-19 na Irlanda, que está submetida nacionalmente a um regime estrito de *lockdown* desde fins de março de 2020, pôs de lado tanto o risco de superaquecimento quanto os esforços do governo para sanear as contas públicas e reduzir a dívida. Em abril de 2020, o Departamento das Finanças publicou boletim com projeções macroeconômicas e fiscais para o período 2020-2021, o qual incorpora o impacto da pandemia da Covid-19. O governo prevê que a redução da demanda doméstica e externa levará o PIB da Irlanda a retrair, no mínimo, 10,5% em 2020 (podendo chegar a 15,2%, caso as medidas

drásticas de isolamento social perdurem até o quarto trimestre). O Departamento projeta que uma recuperação gradual começará no segundo semestre e ganhará força ao longo do próximo ano, o que levaria o PIB a crescer 6% em 2021. Apenas em 2022 a atividade econômica recobraria os níveis alcançados antes da pandemia.

Na avaliação do Departamento, o mercado de trabalho está sofrendo com particular intensidade os efeitos da recessão, tendo saído de uma situação de virtual pleno emprego no início do ano para "níveis excepcionalmente elevados" de desemprego no momento e ao longo das próximas semanas. No segundo trimestre de 2020, a taxa de desemprego deverá atingir o seu pico (22%, ou aproximadamente 510 mil pessoas), de acordo com o documento; à medida que a atividade econômica ensaiar uma retomada durante o segundo semestre, o índice deverá cair, fechando o ano em torno de 14% (o que representaria perda de 220 mil postos de trabalho em 2020). Em 2021, a confirmar-se a expectativa de retomada da atividade, o índice de desemprego regrediria para 9,7%.

Em 2020, o governo deverá incidir em déficit fiscal de EUR 23 bilhões, ou 7,5% do PIB — déficit de proporção similar àqueles projetados em outros membros da zona do euro, segundo o ministro das Finanças. O déficit refletirá tanto a perda de arrecadação tributária, estimada em 15 bilhões de euros, quanto o aumento de gastos em saúde (ampliação de capacidade, compra de equipamentos de proteção individual, contratação de pessoal) e no amparo a empresas e famílias, no montante orçado em EUR 8 bilhões. A Irlanda resistia, de algum modo, ao avanço das negociações do Mercosul-União Europeia, em razão das sensibilidades de seu setor agrícola, em particular dos produtores de carne bovina, que consideram seus mercados desses produtos potencialmente afetados na Europa. Nesse quadro, não estava claro (i) se o novo governo a ser formado após as eleições de 8 de fevereiro terá visão simpática ao acordo (o governo em curso, interinamente a cargo do PM Leo Varadkar, encomendara estudos sobre o saldo econômico do acordo para o país, mas firmara posicionamento em princípio favorável na esteira da conclusão das negociações em junho de 2019), e (ii) se haverá apoio suficiente na câmara baixa para aprovação do documento, quando afinal posto em votação.

Outro tema de relevo é o debate em torno da tributação de grandes empresas, tema sensível para Dublin por ser elemento central na estratégia para a atração de investimentos estrangeiros, pilar de sustentação de seu sistema econômico. Os impostos pagos por um pequeno grupo de grandes empresas estrangeiras correspondem a mais de 10% do total arrecadado pelo Tesouro. Em recentes declarações, o Ministro das Finanças, Paschal Donohoe, mudou o tom anteriormente adotado pelo governo e admitiu que dependência de receitas provenientes da arrecadação de impostos corporativos de um número reduzido de empresas constitui fonte de risco. A política irlandesa tem como consequência, no plano das relações bilaterais, o pleito de que a Receita Federal do Brasil retire o país da lista de

jurisdições com tributação favorecida.

***Comércio bilateral***

De acordo com os dados publicados pelo Central Statistics Office (CSO), o comércio total de bens Brasil-Irlanda atingiu EUR 539,2 milhões em 2019, um ligeiro aumento se comparado ao total registrado em 2018 (EUR 537,7 milhões).

Os dados do CSO atribuem um déficit de EUR 72 milhões ao Brasil e indicam que não houve alteração significativa na pauta do comércio bilateral. O Brasil exportou EUR 233,8 milhões para a Irlanda e importou EUR 305,4 milhões. Os principais produtos exportados do Brasil para a Irlanda em 2019, em ordem de valor, foram: minérios e concentrados de alumínio; milho em grão (não incluindo milho doce) exceto para semeadura; suco de laranja; óleos essenciais de frutas cítricas; carne e miudezas de aves (exceto fígado), preparadas ou conservadas; maçãs frescas; café não torrado, não descafeinado; outros compensados, constituídos unicamente por folhas de madeira (exceto bambu); medicamentos contendo insulina, acondicionados em doses medidas ou em formas ou embalagens para venda a retalho; melões (incluindo melancias) e papaias (mamões) frescos.

Os principais produtos importados da Irlanda, no mesmo período, foram: anti-soros e outras frações do sangue e produtos imunológicos modificados; vacinas para medicina humana e veterinária; sangue humano; sangue animal preparado para usos terapêuticos, profiláticos ou de diagnóstico; toxinas, culturas de microorganismos (exceto leveduras) e produtos similares; peças e acessórios para máquinas e aparelhos de escritório e máquinas automáticas para processamento de dados; misturas de substâncias odoríferas e misturas (incluindo soluções alcoólicas) à base de uma ou mais dessas substâncias, do tipo utilizado nas indústrias de alimentos ou bebidas; equipamento de refrigeração ou congelamento, bombas de calor; medicamentos da posição 542 (SITC), não especificados anteriormente, acondicionados em doses medidas ou em formas ou embalagens para venda a retalho; aparelhos de ozonioterapia, oxigenoterapia, aerossolterapia, respiração artificial ou outro aparelho terapêutico de respiração; extrato de malte, preparações alimentícias à base de farinhas, sêmolas, amidos ou extratos de malte; máquinas automáticas para processamento de dados (exceto as da posição 75220); medicamentos com hormônios do córtex adrenal, seus derivados e análogos estruturais.

Houve, uma vez mais, discrepância entre as estatísticas de comércio bilateral registradas pelo CSO e os dados brasileiros disponibilizados pelo Ministério da Economia (que apresentaram um total de US$774 milhões para o comércio bilateral em 2019). Segundo os dados computados pelo referido Ministério, as exportações brasileiras para a Irlanda em 2019 totalizaram US$250,3 milhões e as importações brasileiras da Irlanda somaram US$523,7 milhões, representando um déficit para o

País no valor de US$273,4 milhões. Recordo, que a diferença entre os dados poderia decorrer da chegada dos produtos brasileiros na Irlanda via portos no Reino Unido e nos Países baixos, bem como devido aos registros incorretos de classificação de produtos, que são efetuados pelas próprias empresas exportadoras e importadoras na Irlanda.

O CSO informou que o comércio exterior total da Irlanda em 2019 somou EUR 152,7 bilhões em exportações (EUR 140,8 bilhões em 2018), o total mais alto já registrado e um aumento de 8% com relação a 2018. As importações irlandesas totalizaram EUR 89,6 bilhões (3% a menos que o ano anterior), gerando um superávit de EUR 63,1 bilhões.

Os cinco principais países de destino dos produtos irlandeses foram: Estados Unidos, Bélgica, Alemanha, Reino Unido e Países Baixos; o Brasil ocupa o quadragésimo lugar. Os principais produtos exportados pela Irlanda foram: produtos médicos e farmacêuticos somando 33% do total exportado; produtos químicos orgânicos; máquinas e aparelhos elétricos; óleos essenciais e resinoides; produtos de perfumaria e afins; e produtos manufaturados diversos.

No campo das importações, os cinco principais países fornecedores de bens para a Irlanda, em 2019, foram Reino Unido, Estados Unidos, França, Alemanha e China; o Brasil encontra-se na trigésima-oitava posição. Os principais produtos importados foram: outros equipamentos para transporte (incl. aeronaves); produtos médicos e farmacêuticos; máquinas de escritório e máquinas de processamento automático de dados (incluindo computadores); produtos químicos orgânicos; petróleo, produtos petrolíferos e materiais relacionados.

## CRONOLOGIA HISTÓRICA

| | |
|---|---|
| **1171** | O Rei Henrique II da Inglaterra estabelece domínio inglês sobre a ilha da Irlanda. |
| **1603** | A Rainha Elizabeth I da Inglaterra consolida o domínio definitivo inglês sobre a Irlanda. |
| **1641** | Rebelião Irlandesa de 1641, marcada por conflitos entre católicos irlandeses e protestantes ingleses e escoceses. |
| **1798** | Movimentos independentistas irlandeses, inspirados nas Revoluções Francesa e Americana, culminam na Rebelião Irlandesa de 1798. |
| **1800** | Os Parlamentos inglês e irlandês aprovam o Ato de União, que incorporaria, no ano seguinte, a Irlanda ao Reino da Grã-Bretanha. |
| **1801** | Criação do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda. |
| **1840** | Início da "Grande Fome", que causou a morte de um milhão de irlandeses e a emigração de outro milhão, especialmente para os EUA. |
| **1916** | Movimentos independentistas irlandeses com vistas a criar uma república irlandesa. |
| **1919** | Início da Guerra pela Independência da Irlanda. |
| **1920** | Entrada em vigor do Ato do Governo da Irlanda, emitido pelo Parlamento britânico, que estabeleceu, para fins administrativos, a divisão da Irlanda em Irlanda do Norte, de maioria protestante, e Irlanda do Sul, de maioria católica, ambas sob a autoridade de Londres. |
| **1921** | Assinatura do Tratado Anglo-Irlandês, pondo fim à Guerra pela Independência e consolidando a divisão da Irlanda em duas partes: o Estado Livre da Irlanda, independente, no território da então Irlanda do Sul, e a Irlanda do Norte, sob domínio britânico. |
| **1922** | Início da Guerra Civil Irlandesa entre facções dos nacionalistas irlandeses contra e a favor do Tratado Anglo-Irlandês, que deram origem ao Partido Republicano (*Fianna Fáil*) e ao Partido *Sinn Féin* ("nós", em gaélico). |
| **1923** | Fim da Guerra Civil, com a vitória das forças favoráveis ao Tratado. |
| **1937** | Entrada em vigor da nova Constituição, que altera o nome oficial do país para "Irlanda". |

| | |
|---|---|
| **1949** | O Estado irlandês declara-se República. |
| **1969** | Início, na Irlanda do Norte, de período de três décadas, denominado "*The Troubles*", caracterizado por confrontos entre as comunidades unionista (majoritariamente protestante) e separatista (primordialmente católica) norte-irlandesas. |
| **1973** | Entrada da Irlanda na Comunidade Europeia. |
| **1997** | Anúncio de cessar-fogo do *Provisional IRA*. |
| **1998** | Assinatura do Acordo de Belfast ("Acordo da Sexta-Feira Santa"), entre os Governos da Irlanda e do Reino Unido, com a anuência de diversas agremiações políticas da Irlanda do Norte, estabelecendo diretrizes para o Governo norte-irlandês. |
| **2005** | O Conselho do Exército do IRA, órgão executivo do *Provisional IRA*, anuncia o fim da campanha armada contra o Governo britânico. |
| **2007** | O Reino Unido cessa programa de apoio militar à Irlanda do Norte, retirando grande parte de suas tropas da região. |
| **2008** | Em 12 de junho de 2008, foi realizado referendo constitucional para aprovar projeto de lei introduzido pelo governo para ratificar o Tratado de Lisboa. Os resultados anunciados deram maioria absoluta ao "não", gerando uma crise institucional que poderia pôr um fim ao Tratado. |
| **2009** | Em novo referendo realizado em 2 de outubro de 2009, foi aprovada a emenda à Constituição da Irlanda que permitiu ao país ratificar o Tratado de Lisboa. |
| **2011** | Visita da Rainha Elizabeth II à Irlanda. |
| **2012** | Visita da Rainha Elizabeth II à Irlanda do Norte. |
| **2014** | O presidente Michael Higgins realiza visita histórica ao Reino Unido, na primeira viagem de Estado de um presidente irlandês a Londres, em resposta à visita realizada pela a rainha Elizabeth à República, em maio de 2011. |

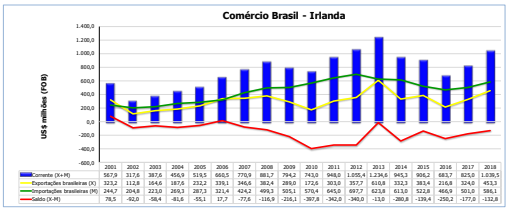
## CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

| | |
|---|---|
| **1991** | Abertura da Embaixada do Brasil em Dublin. |
| **1995** | Visita ao Brasil da presidente Mary Robinson. |
| **1999** | Visita ao Brasil da vice-primeira-ministra Mary Harney. |
| **2000** | Visita à Irlanda de missão parlamentar e empresarial gaúcha, chefiada pelo presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. |
| **2001** | Visita ao Brasil de delegação da Comissão de Agricultura do Parlamento da Irlanda. |
| **2001** | Visita ao Brasil do primeiro-ministro Bertie Ahern, em julho. |
| **2001** | Abertura da Embaixada da Irlanda em Brasília, em novembro. |
| **2004** | Visita ao Brasil da presidente Mary McAleese. |
| **2006** | Visita do subsecretário-geral Político I das Relações Exteriores à Irlanda. Assinatura de Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Consultas Políticas. |
| **2006** | Visita do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior à Irlanda. |
| **2008** | Visita ao Brasil do ministro para o Comércio John McGuinness, à frente de delegação empresarial. |
| **2012** | Visita ao Brasil do ministro do Meio Ambiente, Comunidade e Governança Local no contexto da Conferência Rio+20, em junho. |
| **2012** | Visita ao Brasil do presidente Michael Higgins, em outubro. |
| **2015** | Visita ao Brasil da ministra da Educação. |
| **2015** | Inauguração do Consulado-Geral da Irlanda em São Paulo. |
| **2016** | II Reunião Bilateral de Consultas Políticas, realizada em Brasília. |
| **2017** | Visita ao Brasil do ministro do Treinamento, Habilidades e Inovação. |
| **2018** | Visita ao Brasil do *government chief whip*, ministro Joe McHugh. |
| **2018** | Visita ao Brasil do ministro de Comércio, Emprego, Mercado Comum Digital da UE e Proteção de Dados, em missão comercial. |

| | |
|---|---|
| **2019** | Visita ao Brasil do presidente da Câmara Baixa da Irlanda, Seán Ó Fearghail, em março |
| **2019** | Visita à Irlanda do presidente da Câmara dos Deputados, Dep. Rodrigo Maia (DEM-RJ), em outubro |

## ACORDOS BILATERAIS

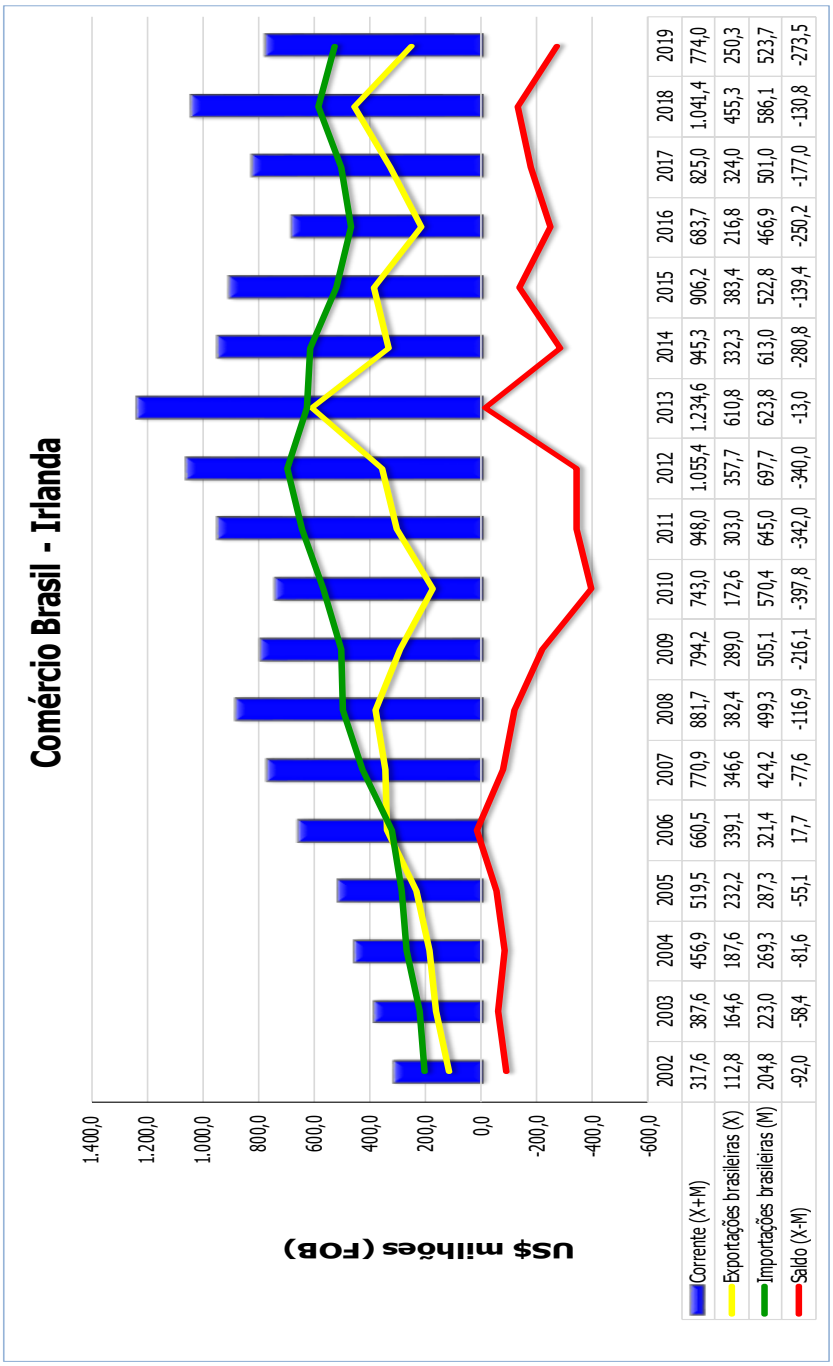
| Título | Data de celebração | Entrada em vigor | Publicação | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Decreto nº | Data |
| Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Departamento de Negócios Estrangeiros da Irlanda sobre o Estabelecimento de Consultas Políticas | 07/04/2006 | 07/04/2006 | Publicação direta: o ato tem rito simplificado, dispensando promulgação. | 22/05/2006 |
| Acordo de Cooperação no Domínio da Educação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Irlanda | 24/11/2010 | 29/01/2018 | 9.510/2018 | 27/09/2018 |




| 2018/2019 | Exportações brasileiras | Importações brasileiras | Corrente de comércio | Saldo |
|---|---|---|---|---|
| 2018 (jan-set) | 403,5 | 422,2 | 825,7 | -18,6 |
| 2019 (jan-set) | 131,5 | 391,3 | 522,9 | -259,8 |

*Elaborado pelo MRE/DPR/DI - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do MDIC, Outubro de 2019*

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



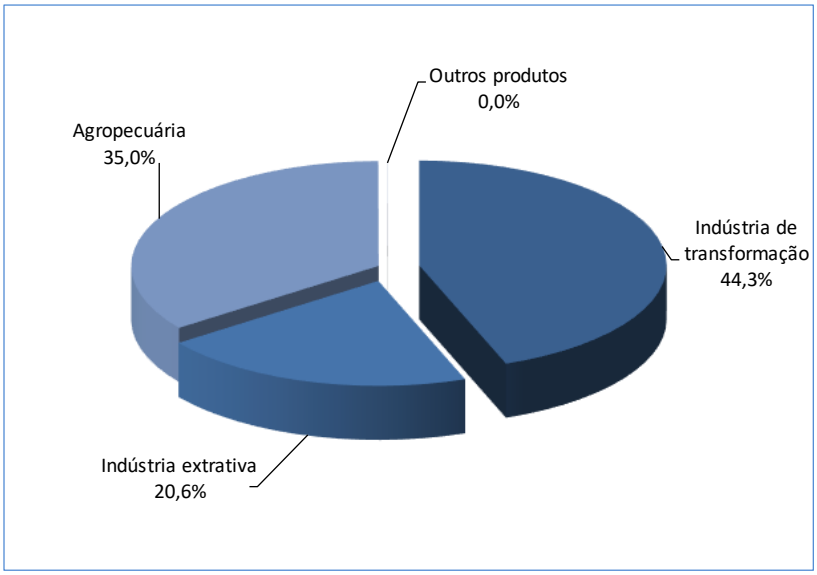

| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Corrente (X+M) | 317,6 | 387,6 | 456,9 | 519,5 | 660,5 | 770,9 | 881,7 | 794,2 | 743,0 | 948,0 | 1.055,4 | 1.234,6 | 945,3 | 906,2 | 683,7 | 825,0 | 1.041,4 | 774,0 |
| Exportações brasileiras (X) | 112,8 | 164,6 | 187,6 | 232,2 | 339,1 | 346,6 | 382,4 | 289,0 | 172,6 | 303,0 | 357,7 | 610,8 | 332,3 | 383,4 | 216,8 | 324,0 | 455,3 | 250,3 |
| Importações brasileiras (M) | 204,8 | 223,0 | 269,3 | 287,3 | 321,4 | 424,2 | 499,3 | 505,1 | 570,4 | 645,0 | 697,7 | 623,8 | 613,0 | 522,8 | 466,9 | 501,0 | 586,1 | 523,7 |
| Saldo (X-M) | -92,0 | -58,4 | -81,6 | -55,1 | 17,7 | -77,6 | -116,9 | -216,1 | -397,8 | -342,0 | -340,0 | -13,0 | -280,8 | -139,4 | -250,2 | -177,0 | -130,8 | -273,5 |

| 2019/2020 | Exportações brasileiras | Importações brasileiras | Corrente de comércio | Saldo |
|---|---|---|---|---|
| 2019 (jan-mar) | 29,0 | 109,7 | 138,7 | -80,7 |
| 2020 (jan-mar) | 55,5 | 165,5 | 221,0 | -110,1 |

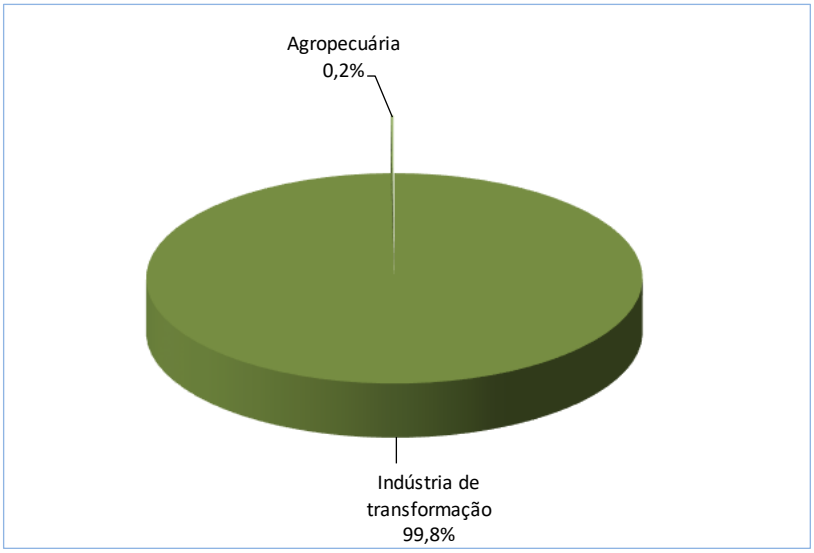
*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020*

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado**
**2019**

**Exportações**




**Importações**



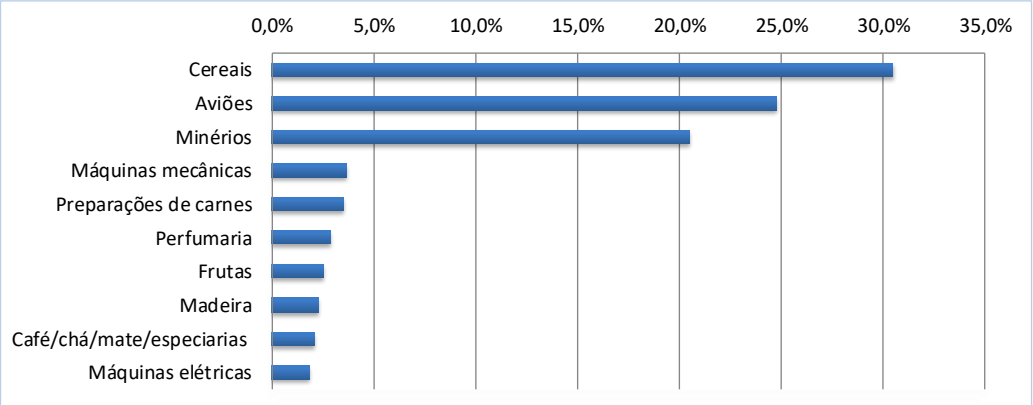

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020*

**Composição das exportações brasileiras para a Irlanda**
**US$ milhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Cereais | 50,3 | 15,5% | 43,0 | 9,4% | 76,2 | 30,4% |
| Aviões | 0,0 | 0,0% | 14,9 | 3,3% | 61,9 | 24,7% |
| Minérios | 37,0 | 11,4% | 49,5 | 10,9% | 51,2 | 20,5% |
| Máquinas mecânicas | 16,5 | 5,1% | 282,5 | 62,1% | 9,2 | 3,7% |
| Preparações de carnes | 17,9 | 5,5% | 9,3 | 2,0% | 8,8 | 3,5% |
| Perfumaria | 4,0 | 1,2% | 6,3 | 1,4% | 7,1 | 2,8% |
| Frutas | 9,4 | 2,9% | 9,8 | 2,1% | 6,3 | 2,5% |
| Madeira | 4,9 | 1,5% | 6,3 | 1,4% | 5,6 | 2,3% |
| Café/chá/mate/especiarias | 5,4 | 1,7% | 5,9 | 1,3% | 5,2 | 2,1% |
| Máquinas elétricas | 3,2 | 1,0% | 4,8 | 1,1% | 4,5 | 1,8% |
| **Subtotal** | **148,6** | **45,9%** | **432,4** | **95,0%** | **236,1** | **94,3%** |
| **Outros** | **175,4** | **54,1%** | **22,9** | **5,0%** | **14,2** | **5,7%** |
| **Total** | **324,0** | **100,0%** | **455,3** | **100,0%** | **250,3** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020.*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019**

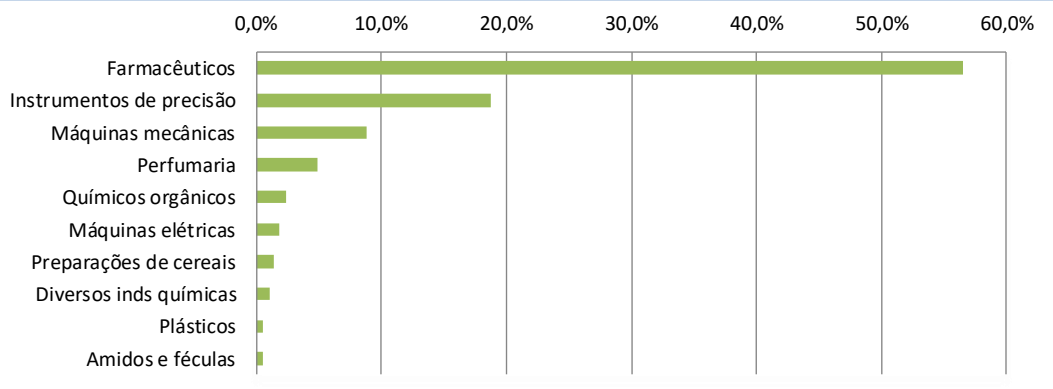


**Composição das importações brasileiras originárias da Irlanda**
**US$ milhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Farmacêuticos | 297,2 | 59,3% | 338,0 | 57,7% | 296,2 | 56,6% |
| Instrumentos de precisão | 91,3 | 18,2% | 95,9 | 16,4% | 98,5 | 18,8% |
| Máquinas mecânicas | 38,9 | 7,8% | 62,3 | 10,6% | 46,2 | 8,8% |
| Perfumaria | 21,3 | 4,3% | 24,5 | 4,2% | 25,5 | 4,9% |
| Químicos orgânicos | 12,7 | 2,5% | 9,9 | 1,7% | 12,3 | 2,3% |
| Máquinas elétricas | 12,2 | 2,4% | 20,8 | 3,6% | 9,8 | 1,9% |
| Preparações de cereais | 0,5 | 0,1% | 3,8 | 0,6% | 7,4 | 1,4% |
| Diversos inds químicas | 2,7 | 0,5% | 6,0 | 1,0% | 5,8 | 1,1% |
| Plásticos | 3,3 | 0,7% | 3,8 | 0,7% | 2,9 | 0,6% |
| Amidos e féculas | 2,0 | 0,4% | 2,9 | 0,5% | 2,6 | 0,5% |
| | | | | | | |
| **Subtotal** | **482,0** | **96,2%** | **568,0** | **96,9%** | **507,2** | **96,8%** |
| **Outros** | **19,0** | **3,8%** | **18,1** | **3,1%** | **16,5** | **3,2%** |
| **Total** | **501,0** | **100,0%** | **586,1** | **100,0%** | **523,7** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020.*

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019**



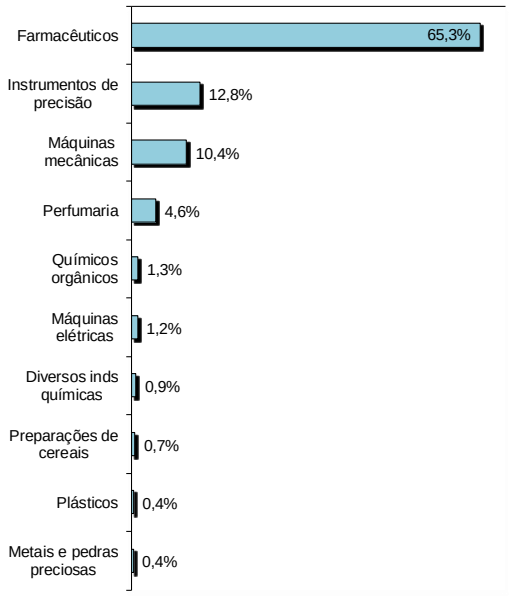
**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**
**US$ milhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2019 (jan-mar) | Part. % no total | 2020 (jan-mar) | Part. % no total |
|---|---|---|---|---|
| **Exportações** | | | | |
| Aviões | 0,0 | 0,0% | 30,5 | 55,0% |
| Minérios | 9,7 | 33,3% | 12,6 | 22,8% |
| Preparações de carnes | 2,4 | 8,3% | 2,4 | 4,3% |
| Café/chá/mate/especiarias | 1,4 | 4,9% | 1,6 | 2,9% |
| Máquinas mecânicas | 1,3 | 4,6% | 1,4 | 2,6% |
| Outros prods origem animal | 0,0 | 0,1% | 1,1 | 2,0% |
| Madeira | 2,1 | 7,2% | 1,1 | 2,0% |
| Máquinas elétricas | 0,7 | 2,5% | 1,0 | 1,8% |
| Frutas | 1,0 | 3,5% | 0,7 | 1,3% |
| Farmacêuticos | 0,0 | 0,0% | 0,4 | 0,7% |
| **Subtotal** | **18,7** | **64,4%** | **52,9** | **95,4%** |
| **Outros** | **10,3** | **35,6%** | **2,5** | **4,6%** |
| **Total** | **29,0** | **100,0%** | **55,5** | **100,0%** |

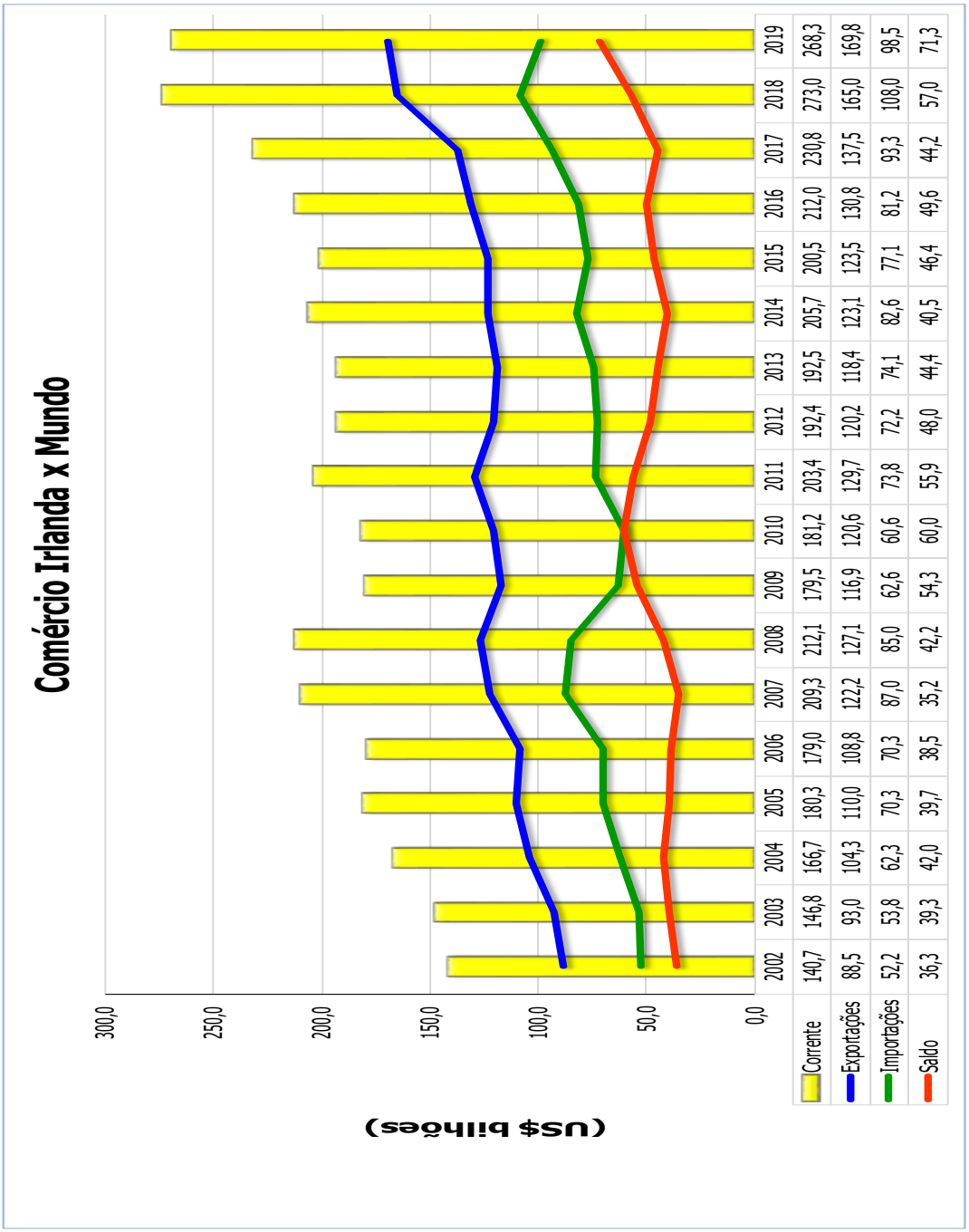
**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2020**

| Grupos de produtos (SH2) | 2019 (jan-mar) | Part. % no total | 2020 (jan-mar) | Part. % no total |
|---|---|---|---|---|
| **Importações** | | | | |
| Farmacêuticos | 54,1 | 49,3% | 108,1 | 65,3% |
| Instrumentos de precisão | 24,3 | 22,1% | 21,2 | 12,8% |
| Máquinas mecânicas | 10,1 | 9,2% | 17,2 | 10,4% |
| Perfumaria | 5,9 | 5,4% | 7,6 | 4,6% |
| Químicos orgânicos | 2,9 | 2,7% | 2,2 | 1,3% |
| Máquinas elétricas | 3,7 | 3,4% | 2,0 | 1,2% |
| Diversos inds químicas | 1,4 | 1,3% | 1,5 | 0,9% |
| Preparações de cereais | 2,3 | 2,1% | 1,2 | 0,7% |
| Plásticos | 0,6 | 0,6% | 0,7 | 0,4% |
| Metais e pedras preciosas | 0,5 | 0,5% | 0,6 | 0,4% |
| **Subtotal** | **105,9** | **96,5%** | **162,2** | **98,0%** |
| **Outros produtos** | **3,8** | **3,5%** | **3,3** | **2,0%** |
| **Total** | **109,7** | **100,0%** | **165,5** | **100,0%** |

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2020**




*Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020.*

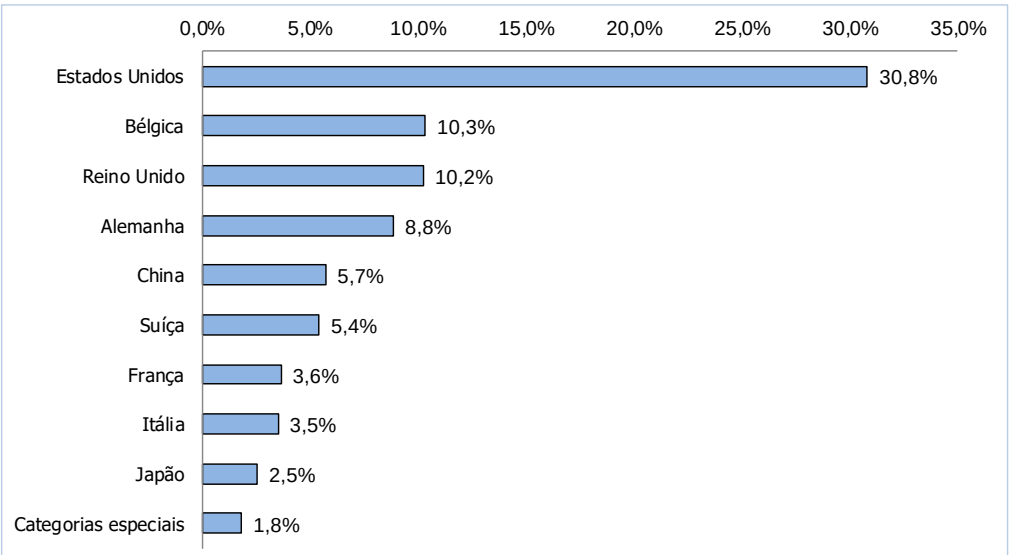

Comércio Irlanda x Mundo
(US$ bilhões)
300,0
250,0
200,0
150,0
100,0
50,0
0,0
Corrente
Exportações
Importações
Saldo
2002 140,7 88,5 52,2 36,3
2003 146,8 93,0 53,8 39,3
2004 166,7 104,3 62,3 42,0
2005 180,3 110,0 70,3 39,7
2006 179,0 108,8 70,3 38,5
2007 209,3 122,2 87,0 35,2
2008 212,1 127,1 85,0 42,2
2009 179,5 116,9 62,6 54,3
2010 181,2 120,6 60,6 60,0
2011 203,4 129,7 73,8 55,9
2012 192,4 120,2 72,2 48,0
2013 192,5 118,4 74,1 44,4
2014 205,7 123,1 82,6 40,5
2015 200,5 123,5 77,1 46,4
2016 212,0 130,8 81,2 49,6
2017 230,8 137,5 93,3 44,2
2018 273,0 165,0 108,0 57,0
2019 268,3 169,8 98,5 71,3

**Principais destinos das exportações da Irlanda**
**US$ bilhões**

| Países | 2019 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Estados Unidos | 52,30 | 30,8% |
| Bélgica | 17,55 | 10,3% |
| Reino Unido | 17,38 | 10,2% |
| Alemanha | 15,02 | 8,8% |
| China | 9,71 | 5,7% |
| Suíça | 9,19 | 5,4% |
| França | 6,18 | 3,6% |
| Itália | 5,96 | 3,5% |
| Japão | 4,32 | 2,5% |
| Categorias especiais | 3,09 | 1,8% |
| ... | | |
| ***Brasil (37º lugar)*** | **0,34** | ***0,2%*** |
| | | |
| **Subtotal** | **141,04** | **83,1%** |
| **Outros países** | **28,76** | **16,9%** |
| **Total** | **169,79** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio 2020.*

**10 principais destinos das exportações**

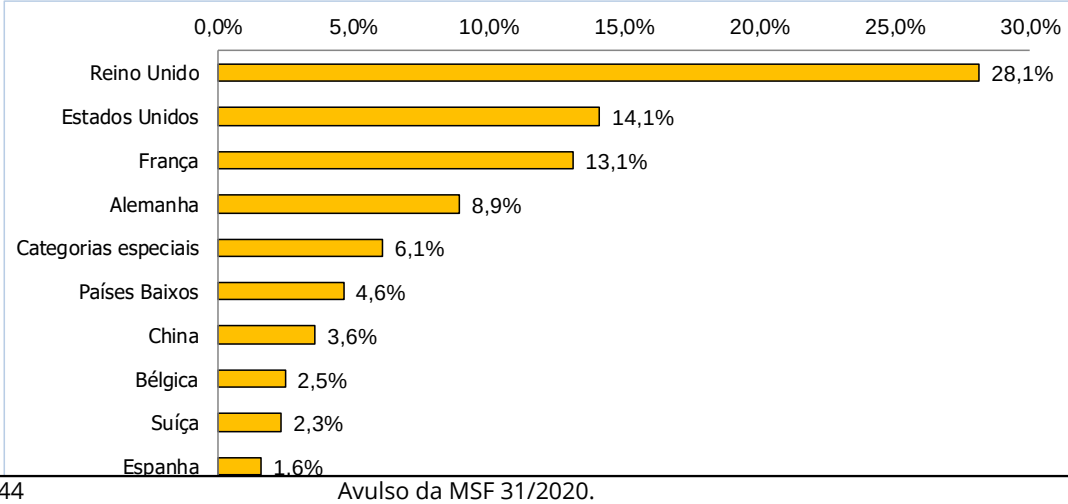


**Principais origens das importações da Irlanda**
**US$ bilhões**

| Países | 2019 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Reino Unido | 27,68 | 28,1% |
| Estados Unidos | 13,88 | 14,1% |
| França | 12,91 | 13,1% |
| Alemanha | 8,77 | 8,9% |
| Categorias especiais | 5,97 | 6,1% |
| Países Baixos | 4,55 | 4,6% |
| China | 3,52 | 3,6% |
| Bélgica | 2,43 | 2,5% |
| Suíça | 2,29 | 2,3% |
| Espanha | 1,56 | 1,6% |
| ... | | |
| ***Brasil (33º lugar)*** | ***0,23*** | ***0,2%*** |
| | | |
| **Subtotal** | **83,79** | **85,1%** |
| **Outros países** | **14,71** | **14,9%** |
| **Total** | **98,50** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio 2020.*

**10 principais origens das importações**

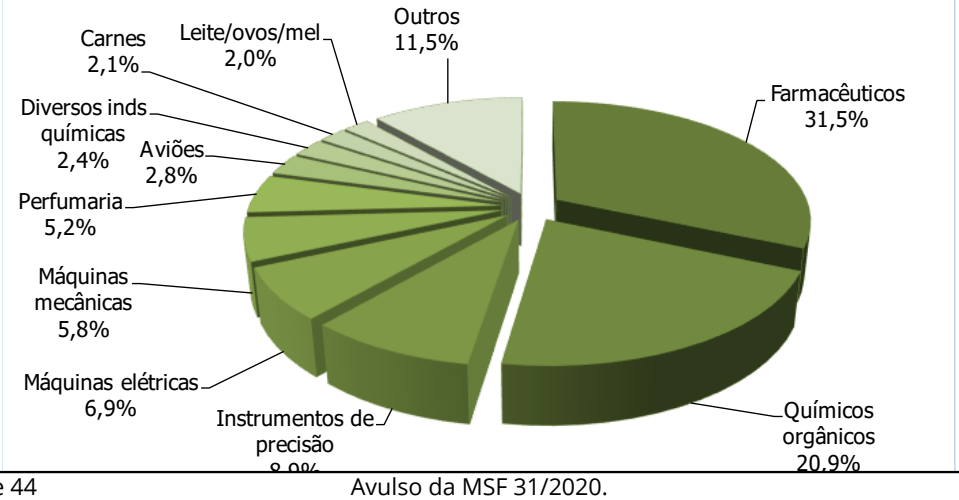


**Composição das exportações da Irlanda**
**US$ bilhões**

| Grupos de Produtos (SH2) | 2019 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Farmacêuticos | 53,56 | 31,5% |
| Químicos orgânicos | 35,54 | 20,9% |
| Instrumentos de precisão | 15,13 | 8,9% |
| Máquinas elétricas | 11,77 | 6,9% |
| Máquinas mecânicas | 9,78 | 5,8% |
| Perfumaria | 8,75 | 5,2% |
| Aviões | 4,81 | 2,8% |
| Diversos inds químicas | 4,14 | 2,4% |
| Carnes | 3,49 | 2,1% |
| Leite/ovos/mel | 3,38 | 2,0% |
| | | |
| **Subtotal** | **150,34** | **88,5%** |
| **Outros** | **19,45** | **11,5%** |
| **Total** | **169,79** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020*

**10 principais grupos de produtos exportados**

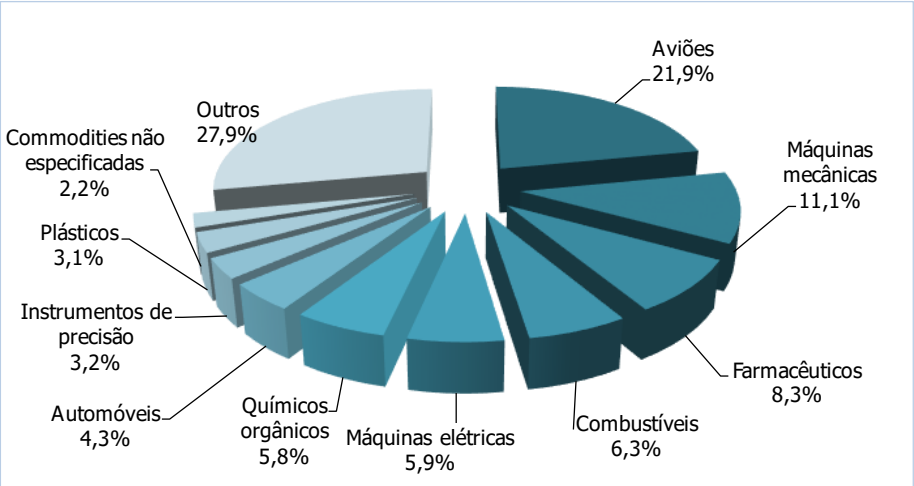


**Composição das importações da Irlanda**
**US$ bilhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2019 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Aviões | 21,57 | 21,9% |
| Máquinas mecânicas | 10,91 | 11,1% |
| Farmacêuticos | 8,21 | 8,3% |
| Combustíveis | 6,18 | 6,3% |
| Máquinas elétricas | 5,84 | 5,9% |
| Químicos orgânicos | 5,69 | 5,8% |
| Automóveis | 4,25 | 4,3% |
| Instrumentos de precisão | 3,13 | 3,2% |
| Plásticos | 3,04 | 3,1% |
| Commodities não especificadas | 2,15 | 2,2% |
| | | |
| **Subtotal** | **70,98** | **72,1%** |
| **Outros** | **27,52** | **27,9%** |
| **Total** | **98,50** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020*

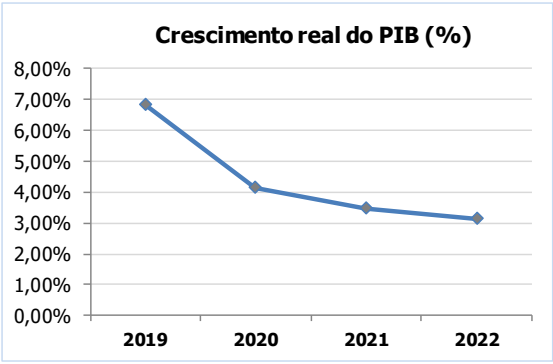
**10 principais grupos de produtos importados**

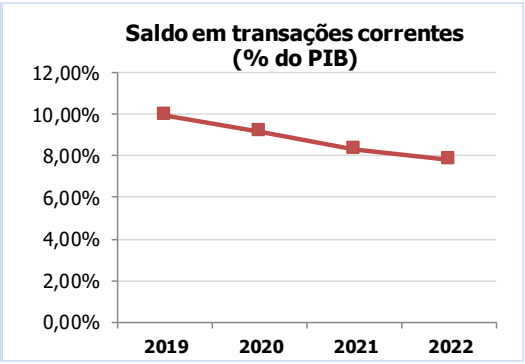


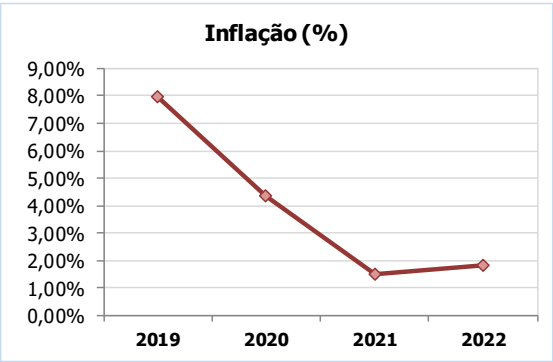
**Principais indicadores socioeconômicos da Irlanda**

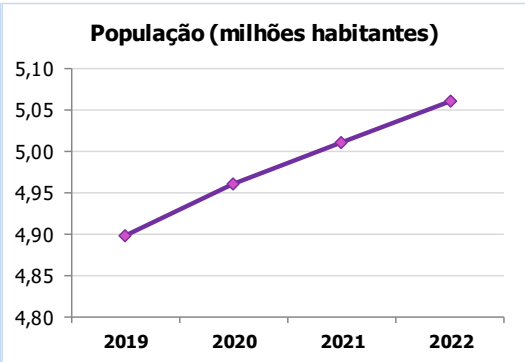
| Indicador | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Crescimento real do PIB (%) | 6,81% | 4,15% | 3,45% | 3,13% |
| PIB nominal (US$ bilhões) | 372,70 | 381,57 | 405,19 | 428,08 |
| PIB nominal "per capita" (US$) | 76.099 | 76.911 | 80.862 | 84.586 |
| População (milhões habitantes) | 4,90 | 4,96 | 5,01 | 5,06 |
| Desemprego (%) | 5,69% | 5,34% | 5,04% | 5,01% |
| Inflação (%)(2) | 7,98% | 4,34% | 1,50% | 1,80% |
| Saldo em transações correntes (% do PIB) | 9,99% | 9,14% | 8,30% | 7,78% |
| Dívida externa (US$ bilhões) | n.d | n.d | n.d | n.d |
| Câmbio ( US$:€)(2) | 1,12 | 1,10 | 1,12 | 1,17 |

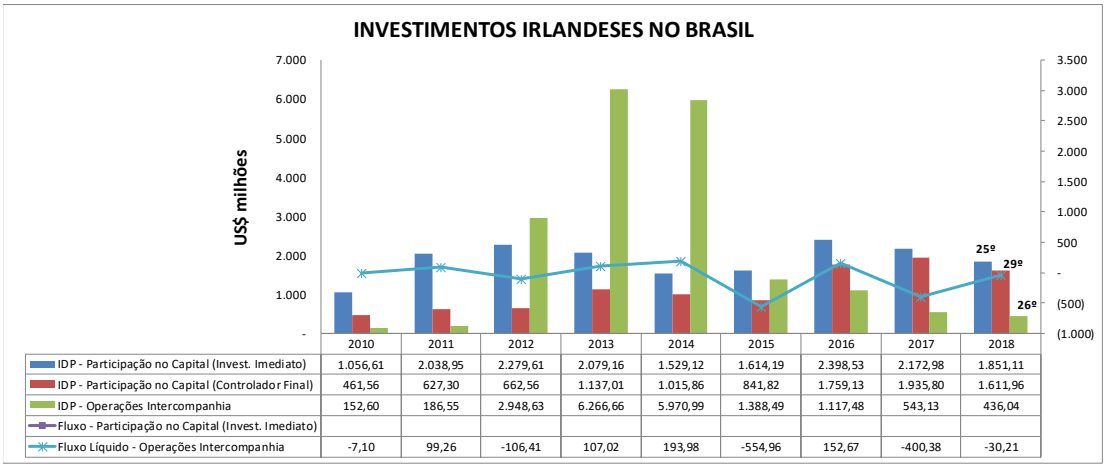
*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2019, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report Maio 2020*
*(n.d.) Dado não disponível.*
*(1) Estimativas FMI e EIU.*
*(2) Média do período.*



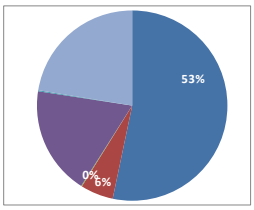






| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| IDP - Participação no Capital (Invest. Imediato) | 1.056,61 | 2.038,95 | 2.279,61 | 2.079,16 | 1.529,12 | 1.614,19 | 2.398,53 | 2.172,98 | 1.851,11 |
| IDP - Participação no Capital (Controlador Final) | 461,56 | 627,30 | 662,56 | 1.137,01 | 1.015,86 | 841,82 | 1.759,13 | 1.935,80 | 1.611,96 |
| IDP - Operações Intercompanhia | 152,60 | 186,55 | 2.948,63 | 6.266,66 | 5.970,99 | 1.388,49 | 1.117,48 | 543,13 | 436,04 |
| Fluxo - Participação no Capital (Invest. Imediato) | | | | | | | | | |
| Fluxo Líquido - Operações Intercompanhia | -7,10 | 99,26 | -106,41 | 107,02 | 193,98 | -554,96 | 152,67 | -400,38 | -30,21 |

| Setor de atividade econômica *(Estoque 2018 - US$ milhões)* | Invest. Imediato | Control. Final |
|---|---|---|
| C - Indústrias de Transformação | 1.103,77 | **859,00** |
| G - Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas | 72,02 | **89,84** |
| H - Transporte, Armazenagem e Correio | 2,27 | **2,27** |
| J - Informação e Comunicação | 325,03 | **296,76** |
| K - Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados | 241,54 | **2,83** |
| L - Atividades Imobiliárias | 17,63 | **0,08** |
| Outros | 88,86 | **361,19** |



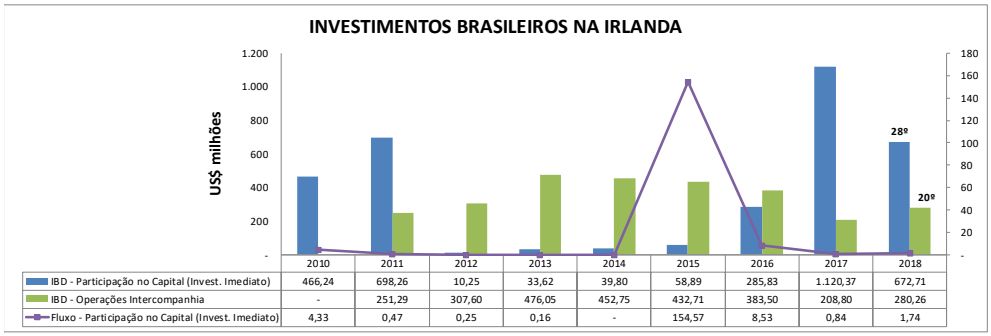

| IDP - Quantidade de Investidores *(>= 10% capital acionário)* | 2010 | 2015 |
|---|---|---|
| Investidor Imediato | 51 | 92 |
| Controlador Final | 42 | 67 |

***Fontes:***

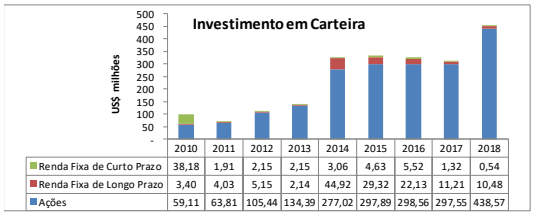
*Banco Central do Brasil - Censo de Capitais Estrangeiros no País (Anos-Base 2010 a 2018); Disponível em http://www.bcb.gov.br/Rex/CensoCE/port/resultados_censos.asp?idpai=CAMBIO;*

*Banco Central do Brasil - Série histórica dos fluxos de balanço de pagamentos - distribuições por país ou por setor; Disponível em http://www.bcb.gov.br/htms/Infecon/SeriehistBalanco.asp?idpai=seriespex;*

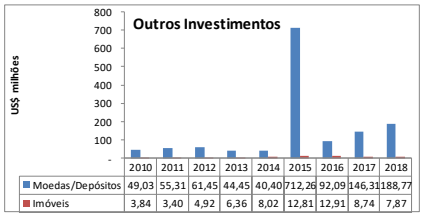
*Elaboração DPIND/MRE*




| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| IBD - Participação no Capital (Invest. Imediato) | 466,24 | 698,26 | 10,25 | 33,62 | 39,80 | 58,89 | 285,83 | 1.120,37 | 672,71 |
| IBD - Operações Intercompanhia | - | 251,29 | 307,60 | 476,05 | 452,75 | 432,71 | 383,50 | 208,80 | 280,26 |
| Fluxo - Participação no Capital (Invest. Imediato) | 4,33 | 0,47 | 0,25 | 0,16 | - | 154,57 | 8,53 | 0,84 | 1,74 |

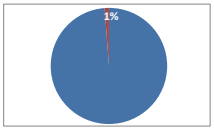



| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Renda Fixa de Curto Prazo | 38,18 | 1,91 | 2,15 | 2,15 | 3,06 | 4,63 | 5,52 | 1,32 | 0,54 |
| Renda Fixa de Longo Prazo | 3,40 | 4,03 | 5,15 | 2,14 | 44,92 | 29,32 | 22,13 | 11,21 | 10,48 |
| Ações | 59,11 | 63,81 | 105,44 | 134,39 | 277,02 | 297,89 | 298,56 | 297,55 | 438,57 |




| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Moedas/Depósitos | 49,03 | 55,31 | 61,45 | 44,45 | 40,40 | 712,26 | 92,09 | 146,31 | 188,77 |
| Imóveis | 3,84 | 3,40 | 4,92 | 6,36 | 8,02 | 12,81 | 12,91 | 8,74 | 7,87 |

| IBD - Setor de atividade econômica *(2017 - US$ milhões)* | |
|---|---|
| K - Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados | 664,85 |
| L - Atividades Imobiliárias | 7,87 |
| | |
| | |
| | |
| Outros | - |




| IBD - Quantidade de Investidores *(>= 10% capital acionário)* | |
|---|---|
| **2010** | **2015** |
| 11 | 26 |

***Fontes:***

*Banco Central do Brasil - CBE - Capitais Brasileiros no Exterior (Anos-Base 2007 a 2018); Disponível em http://www4.bcb.gov.br/rex/cbe/port/ResultadoCBE2016.asp?idpai=CBE;*

*Banco Central do Brasil - Série histórica dos fluxos de balanço de pagamentos - distribuições por país ou por setor; Disponível em http://www.bcb.gov.br/htms/Infecon/SeriehistBalanco.asp?idpai=seriespex;*

*Elaboração DIPIND/MRE*

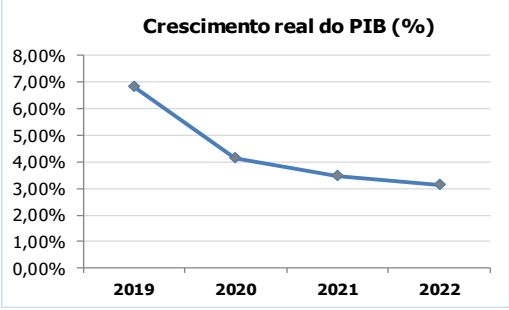
**Principais indicadores socioeconômicos da Irlanda**

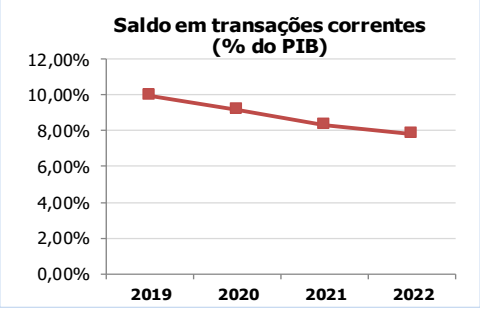
| Indicador | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Crescimento real do PIB (%) | 6,81% | 4,15% | 3,45% | 3,13% |
| PIB nominal (US$ bilhões) | 372,70 | 381,57 | 405,19 | 428,08 |
| PIB nominal "per capita" (US$) | 76.098 | 76.911 | 80.862 | 84.585 |
| PIB PPP (US$ bilhões) | 70.031 | 71.999 | 73.744 | 75.296 |
| PIB PPP "per capita" (US$) | 78.784 | 82.439 | 86.200 | 89.843 |
| População (milhões habitantes) | 4,90 | 4,96 | 5,01 | 5,06 |
| Desemprego (%) | 5,69% | 5,34% | 5,04% | 5,01% |
| Inflação (%)[2] | 0,80% | 0,43% | 1,50% | 1,80% |
| Saldo em transações correntes (% do PIB) | 9,99% | 9,14% | 8,30% | 7,78% |
| Câmbio ( US$/€ )[2] | 1,12 | 1,13 | 1,18 | 1,23 |
| **Origem do PIB ( 2017 Estimativa )** | | | | |
| Agricultura | | 1,2% | | |
| Indústria | | 38,6% | | |
| Serviços | | 60,2% | | |
| | | | | |

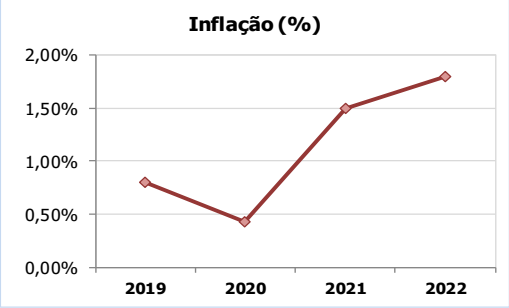
*Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report October 2019 e da Cia.gov/World Factbook.*

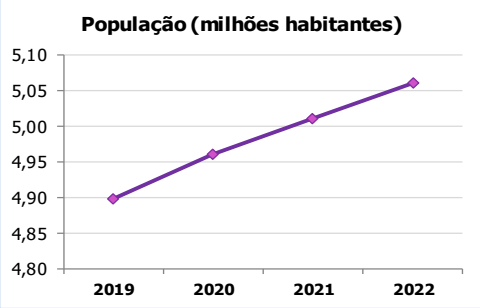
*(1) Estimativas FMI e EIU.*

*(2) Média do período.*



**EMBAIXADA DO BRASIL EM DUBLIN**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**

**EMBAIXADORA ELIANA ZUGAIB**

Nos quase três anos em que tenho estado à frente da Embaixada do Brasil em Dublin, a política externa da Irlanda operou, em grande medida, dentro dos condicionantes fixados pela decisão do Reino Unido de retirar-se da União Europeia. Por um lado, o Brexit absorveu, do governo irlandês, energias que em outras circunstâncias poderiam ter sido dedicadas a outra frentes diplomáticas: tendo em vista o passado recente de violência sectária na ilha (1968-1998), a busca da preservação da fronteira aberta com a Irlanda do Norte converteu-se na missão absolutamente prioritária da diplomacia irlandesa. Mesmo com a ratificação do Acordo de Retirada e do Protocolo da Irlanda em janeiro de 2020, o Brexit continua a consumir as atenções do governo irlandês, agora no contexto das negociações de um acordo comercial entre UE e Reino Unido.

2. Por outro lado, o Brexit, ao trazer a perspectiva de um eventual afrouxamento de laços políticos, econômicos e comerciais com o país vizinho e tradicional aliado, introduziu na Irlanda um senso de urgência à necessidade de diversificação de parcerias. Isso se exprimiu, acima de tudo, no lançamento em junho de 2018 de um ambicioso plano de ação diplomática, "Global Ireland 2025", pelo qual se estabeleceu a meta de duplicação da presença internacional do país num prazo de sete anos. Um elemento importante dessa estratégia foi a campanha, finalmente bem-sucedida, para assegurar um lugar como membro não permanente do Conselho de Seguranças das Nações Unidas no biênio 2021-2022. É notável, ainda, a prioridade conferida pela política externa irlandesa ao engajamento com a União Europeia, por meio do qual o país busca influenciar políticas comunitárias no sentido dos seus interesses nacionais, entre os quais o apoio ao setor agropecuário e a preservação da autonomia nacional na definição de regimes tributários. Outro elemento da estratégia de diversificação de parcerias consiste na aproximação com a América Latina: o governo irlandês anunciou que pretende adotar nova estratégia direcionada especificamente à região. Esse processo ainda não foi concluído, mas mesmo assim a presença irlandesa na região tem-se ampliado, com abertura de embaixadas no Chile e na

Colômbia em 2019.

3. No que se refere ao Brasil, durante a minha gestão, a Irlanda manteve-nos entre os destinos prioritários no programa de viagens diplomáticas que se realiza todos os anos, por ocasião do Dia de São Patrício (exceção feita ao corrente ano de 2020, quando a pandemia do novo coronavírus excepcionalmente obrigou o governo Leo Varadkar a cancelar quase integralmente o programa). Em 2018, visitou o Brasil o "chief whip" (vice-ministro mais graduado do governo, que serve como secretário parlamentar do primeiro-ministro); em 2019, o presidente da câmara baixa (Dáil Éireann), que se encontrou em Brasília com o vice-presidente da República e com o presidente da Câmara dos Deputados. Em 2018, houve ainda outra visita de autoridade irlandesa ao Brasil, dessa feita não relacionada ao programa do Dia de São Patrício: o ministro de Comércio, Emprego, Mercado Comum Digital da UE e Proteção de Dados liderou uma missão comercial.

4. Nota-se certa ênfase, nas pautas que as autoridades irlandesas procuram privilegiar em suas visitas ao Brasil, sobre as áreas de ciência, tecnologia e inovação, e de educação. No primeiro caso, registro que as discussões havidas durante a visita do presidente da câmara baixa ao Brasil deram origem à proposta de um acordo bilateral de cooperação. Em 2019, submeti uma minuta de acordo à consideração das autoridades irlandesas, que a estão analisando. Ainda na área de ciência e tecnologia, cumpre mencionar dois outros desenvolvimentos importantes ocorridos ao longo da minha gestão: i) a assinatura de memorando de entendimento entre a FAPESP e o Irish Research Council, em fevereiro de 2019, que contempla o financiamento de iniciativas bilaterais de pesquisa e já se encontra em execução; e ii) a realização, em abril de 2018, do evento "Research Brazil Ireland", que reuniu no Rio de Janeiro mais de uma centena de pesquisadores e de representantes governamentais de ambos os países, com o objetivo de explorar oportunidades de parcerias.

5. No que diz respeito ao segundo tema enfatizado por autoridades irlandesas nas suas visitas ao Brasil, o da educação, percebe-se um interesse da parte irlandesa em não se deixar perder o dinamismo gestado durante o programa Ciência sem Fronteiras -- dentro desse programa de mobilidade, a Irlanda colocara-se entre os dez principais destinos dos bolsistas brasileiros, tendo recebido cerca de quatro mil estudantes entre 2012 e 2017. Em janeiro de 2018,

entrou em vigor o acordo bilateral no domínio da educação, assinado em 2010, que pode vir a ser instrumento proveitoso para dotar a cooperação na área de maior institucionalidade -- algo de que o relacionamento bilateral ressente-se também em outras frentes, a propósito. Passo significativo no terreno da cooperação educacional foi a assinatura, em janeiro de 2019, de acordo entre a Capes e o Mary Immaculate College, instituição pós-secundária localizada na região centro-oeste da Irlanda, para treinamento de professores e de gestores brasileiros da educação básica -- a primeira turma de mestrandos iniciou os seus estudos na Irlanda no segundo semestre de 2019.

6. Além de enfatizarem essas pautas positivas, devo registrar que as autoridades irlandesas valem-se de suas viagens ao Brasil para fazer gestões em torno da inclusão da Irlanda, pela Receita Federal do Brasil, na lista de jurisdições de tributação favorecida. Muito embora as autoridades brasileiras tenham em várias oportunidades elucidado os critérios objetivos que embasam aquela classificação, e tenham frisado que ela não implica que o Brasil considere a Irlanda um "paraíso fiscal", as autoridades irlandesas insistem em solicitar o reexame da questão. E isso se explica pela posição defensiva da Irlanda em matéria de política tributária -- o país vê-se acuado, inclusive, por esforços de harmonização no âmbito da UE, os quais sabidamente procura barrar.

7. No que se refere às visitas de autoridades do Brasil à Irlanda, o volume é historicamente menos significativo. Dito isso, em outubro de 2019, deu-se aquela que pode ser tomada como a visita de mais alto nível do Brasil para a Irlanda desde o estabelecimento de relações diplomáticas em 1975: o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, esteve em Dublin, com o intuito de retribuir a visita que lhe fizera, em março do mesmo ano, o presidente da câmara baixa irlandesa. Na ocasião, foi recebido também pelo presidente da Irlanda. Ademais do presidente da Câmara dos Deputados, outras autoridades federais e estaduais, a cargo de diferentes assuntos, cumpriram missão oficial à Irlanda durante estes quase três anos da minha gestão, entre as quais menciono i) o presidente da agência paulista de investimentos Investe SP, em julho de 2019; ii) diretores do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), em novembro de 2019; iii) diretora da ANEEL, em junho de 2019; iv) a diretora de Relações Internacionais da Capes, em maio de 2018; v) o diretor científico da FAPESP, em março de 2018; e vi) o

secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCTIC, em novembro de 2017.

8. Uma tendência que se aprofundou expressivamente ao longo dos últimos três anos foi a do aumento da presença de brasileiros na Irlanda, em sua maioria jovens atraídos pela possibilidade oferecida pelo governo irlandês de associar o estudo da língua inglesa a trabalho de até 20 horas semanais, o que intensificou a demanda por serviços consulares. A comunidade brasileira figura, hoje, como o maior grupo de estrangeiros não europeus residentes no país. De acordo com o censo de 2016, há registro de cerca de 17 mil indivíduos, mas esse número se eleva substancialmente quando somados os portadores de dupla nacionalidade portuguesa e italiana.

9. Durante a pandemia, em razão da queda das atividades econômicas decorrentes do "lockdown" imposto pelo governo para controlar a disseminação da COVID-19, vários estabelecimentos foram obrigados a demitir funcionários. A maioria dos brasileiros decidiu permanecer no país, amparada pelo auxílio emergencial semanal concedido pelo governo irlandês. Aproximadamente 900 brasileiros contratados em regime de meio período, desprovidos de recursos para subsistência e com os voos de retorno cancelados por empresas aéreas, solicitaram apoio à Embaixada para retornar ao Brasil; desses, 140 foram repatriados em dois voos de Estado organizados pelo Consulado-Geral em Londres, e outros contaram com a ajuda da Embaixada para remarcarem seus respectivos voos de regresso.

10. Na esfera econômica do relacionamento bilateral, uma desproporção que não se amenizou durante o tempo em que tenho chefiado o posto é aquela pertinente ao estoque de investimentos diretos existentes de um lado e de outro do Atlântico. Há presença importante de capitais irlandeses no Brasil, num conjunto diversificado de segmentos, que inclui os de construção (Kingspan), agroalimentar (Kerry), embalagens (Smurfit Kappa), nutrição (Glanbia) e financeiro (Experian). Em contrapartida, não há registro de investimentos brasileiros de maior monta na Irlanda, os quais parecem procurar outros destinos dentro da Europa para explorar o vasto mercado comunitário. O Brexit, pelo menos num primeiro momento, aparenta não ter alterado essa dinâmica em favor do redirecionamento de investimentos brasileiros para a Irlanda. Por outro lado, os investimentos em grandes projetos de infraestrutura no Brasil apresentam potencial de reforçar a atração de investimentos irlandeses no Brasil,

conforme indicam a visita do presidente da agência Investe SP e a dos diretores do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), mencionadas acima.

11. No que se refere ao comércio bilateral, a curva do valor das trocas repetiu, no intervalo entre 2017 e 2019, o padrão de oscilações frequentes que se tem observado pelo menos desde 2008: a corrente subiu de USD 825 milhões, em 2017, para USD 1,039 bilhão em 2018, e desse patamar caiu para USD 774 milhões, em 2019 (dados de órgãos oficiais brasileiros). O saldo é em regra negativo para o Brasil, e manteve-se assim entre 2017 e 2019: déficits de USD 177 milhões em 2017, de USD 132 milhões em 2018, e de USD 273 milhões em 2019. No período, as exportações brasileiras para a Irlanda dividiram-se quase igualmente entre produtos primários (53% do valor, em 2018) -- entre os quais se destacaram minérios de alumínio, cereais, frutas e preparações de carnes --, e bens manufaturados (46%) — acima de tudo, máquinas mecânicas. Já as importações brasileiras provenientes da Irlanda estiveram quase integralmente concentradas em produtos manufaturados, sobretudo em itens médicos e farmacêuticos.

12. No início de minha gestão, atribuí especial atenção e empreendi esforços para sensibilizar atores econômicos irlandeses para as vantagens do Acordo de Associação Mercosul/União Europeia, então em fase de negociação e alvo, na Irlanda, de grande pressão exercida pelo lobby da bancada ruralista no Parlamento. Dediquei-me a identificar interlocutores irlandeses relevantes que pudessem integrar "coalizão" empresarial interessada em engajar favoravelmente a Irlanda nas negociações em curso na ocasião, diante das vantagens que poderiam ser auferidas pelo setor. Conversei, nesse sentido, com representantes do governo local envolvidos nas negociações do Acordo, com a maior associação de classe que integra todos os setores produtivos irlandeses (IBEC) e com CEOs de empresas de grande porte com interesse no mercado brasileiro. O exercício permitiu apurar falta de disposição desses interlocutores em engajarem-se na defesa do Acordo, comportamento que parecia derivar da dificuldade de se contraporem à recalcitrância do influente setor da pecuária irlandesa, no qual a maioria deles está de uma forma ou de outra representada. Uma vez assinado o Acordo, os esforços do posto voltaram-se para evidenciar a importância da sua ratificação. Foram publicados artigos na revista InBusiness, de alcance amplo no meio empresarial irlandês, com chamamento para as vantagens em geral do instrumento e esclarecimentos sobre a questão ambiental, em particular,

tendo em vista o impacto negativo da campanha da mídia internacional sobre as queimadas na Amazônia.

13. Nos anos que se seguirão, parece-me que os desdobramentos, na Irlanda, do processo de ratificação do acordo MERCOSUL-UE poderão exigir um acompanhamento atento da chefia do posto. Como apontei, há notória resistência, de segmentos importantes da elite política e econômica irlandesa, a acordos comerciais que possam impactar a agropecuária nacional. Na nova administração Fianna Fáil-Fine Gael-Partido Verde, iniciada em fins de junho de 2020, não é demais supor que a posição oficial do governo poderá descair do atual apoio cauteloso para um questionamento mais frontal, tendo em vista os laços que ligam o Fianna Fáil aos produtores rurais e o ideário ambientalista do Partido Verde. Noto, ainda, que a oposição está a cargo do partido republicano radical Sinn Féin, que apresentou moção simbólica de oposição ao acordo MERSOCUL-UE, afinal aprovada pela câmara baixa irlandesa em julho de 2019.

14. No âmbito político, registro que, caso o Brasil venha a ser eleito para o Conselho de Segurança para o biênio 2022-2023, haverá coincidência, em 2022, dos dois países naquela instância, o que poderá abrir espaço para se explorarem formas de estreitamento das relações bilaterais, como por exemplo na atuação de forças de paz, área à qual a Irlanda tem tradicionalmente atribuído grande peso no âmbito de sua política externa. Observo, a propósito, que a cooperação bilateral, nos últimos anos, provou-se expressiva em termos de apoios a candidaturas de um e de outro país em organismos internacionais. Durante minha gestão, concretizou-se o apoio mútuo às candidaturas a assento não permanente no Conselho de Segurança (Irlanda 2021-2022 e Brasil 2022-2023). O apreço da Irlanda pela atuação do Brasil no âmbito multilateral ficou também patente ao ter emprestado apoio a todos os outros pleitos do Governo brasileiro a candidaturas apresentadas no sistema ONU, como foi o caso da Comissão de Direitos Humanos, da Organização Marítima Internacional (OMI) e do Tribunal Internacional de Direito do Mar (TIDM).

15. Nos próximos anos, no plano bilateral propriamente dito, penso que poderá convir estudar a possibilidade de organização de uma nova edição do Mecanismo de Consultas Políticas, que se reuniu pela última vez em 2016, em Brasília. Por fim, na área de ciência, tecnologia e inovação, a aprovação do acordo de cooperação poderá impulsionar colaborações num terreno de potencial largo e ainda não

suficientemente explorado, em especial nas temáticas de ciências da saúde, de tecnologias da informação e de pesquisa agropecuária.

# 11

# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 17, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 32, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

**PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad
**RELATOR:** Senador Major Olimpio

21 de Setembro de 2020

**SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador Major Olimpio

SF/20523.33307-48

# RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 32, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar*.

Relator: Senador **MAJOR OLIMPIO**

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

Para tanto, o Itamaraty — observando o que dispõe o Regimento Interno do Senado Federal para a sabatina — elaborou o currículo do diplomata e enviou sumário executivo a respeito do Myanmar. O documento traz informações sobre o relacionamento bilateral, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, bem como dados básicos do país.

Em relação ao diplomata indicado, ele nasceu em 29 de abril de 1950, no Rio de Janeiro/RJ, e é filho de Carlos Azevedo da Rocha Paranhos e Maria Thereza Calazans da Rocha Paranhos.

Concluiu o curso de Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ em 1972. No Instituto Rio Branco, iniciou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD) em 1971; e o Curso de Altos Estudos em 1988, oportunidade em que defendeu tese intitulada "A política brasileira de informática e suas repercussões no plano externo".

Começou sua carreira como Terceiro-Secretário no ano de 1973. Tornou-se Segundo-Secretário em 1976. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1979; a Conselheiro em 1985; a Ministro de Segunda Classe em 1992; a Ministro de Primeira Classe em 1999; e a Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial em 2014.

Dentre as atividades que exerceu ao longo de sua carreira profissional, destacamos: Chefe da Divisão da Europa II (1986/93); Chefe Substituto do Departamento de Europa (1990/93); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Roma (1993); Ministro-Conselheiro na Missão Permanente em Genebra (1995/99); Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (1999); Assessor Especial do Ministério da Agricultura e Abastecimento (1999/2002); Embaixador na Missão Permanente em Genebra (2003/08); Embaixador em Moscou e não residente junto aos Governos da Belarus, Geórgia e Uzbequistão (2008/13); Subsecretário-Geral na Subsecretaria-Geral Política 1 (2013/15); e Embaixador em Copenhague (2015).

Para além disso, o Embaixador indicado participou como presidente, chefe de delegação e coordenador em diferentes fóruns internacionais. Destaco aqui a presidência do Comitê de Subsídios da Organização Mundial do Comércio (OMC). Foi agraciado ainda com importantes condecorações nacionais e estrangeiras.

Ressalto, também, os Prêmios Lafayette de Carvalho e Silva (Medalha de Prata) e Rio Branco (Medalha de Ouro) em 1973. Ambas as láureas têm o objetivo de agraciar, respectivamente, os primeiros classificados no concurso de ingresso na carreira e os primeiros colocados no CPCD.

No tocante ao Myanmar, cuida-se de república presidencialista, com parlamento bicameral, que se tornou independente do Reino Unido em

SF/20523.33307-48

1948. O país tem, desde 2005, a cidade de Nay Pyi Taw como capital e conta com população estimada em mais de 56 milhões de habitantes. O Myanmar possui importante dotação de recursos naturais e encontra-se situado às margens do Golfo de Bengala, no Sudeste Asiático. Trata-se de localização estratégica que possibilita suprimento energético à Índia e à China, sem passagem pelo Estreito de Malaca. Some-se a esse quadro a circunstância de o país ser membro da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) desde 1997.

O relacionamento diplomático bilateral foi estabelecido em 1982. Myanmar mantém Embaixada em Brasília desse 1996, a única na América do sul. A Embaixada residente do Brasil em Yangon foi criada em 2010. Desde então, as relações entre os dois países têm se ampliado apesar de o fluxo de visitas de autoridades ainda ser modesto. No momento presente, estão em vigor tratados na área de cooperação técnica e de isenção de vistos em favor de nacionais portadores de passaportes diplomáticos e oficiais.

No campo do comércio bilateral, as trocas ainda são modestas. No ano passado, a corrente de comércio foi de US$ 69,8 milhões com superávit brasileiro da ordem de US$ 41,2 milhões. Nossa pauta exportadora concentra-se em produtos do agronegócio (87,7% do total exportado). Quase 83% das nossas importações são produtos manufaturados: pneus de borracha (45%); casacos femininos e infantis (15%); calçados (13%); partes e acessórios de veículos automotivos (5,6%); e vestuário (4,3%).

A respeito da comunidade de brasileiros vivendo no Myanmar, ela é composta por 41 indivíduos. Esse contingente é formado majoritariamente por professores e funcionários de organizações internacionais e organizações não governamentais.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/20523.33307-48

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

**LISTA DE PRESENÇA** 5

**Reunião:** 4ª Reunião, Extraordinária, da CRE
**Data:** 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 08h
**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|---|---|---|---|
| **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)** | | | |
| Mecias de Jesus (REPUBLICANOS) | Presente | 1. Renan Calheiros (MDB) | |
| Jarbas Vasconcelos (MDB) | Presente | 2. Fernando Bezerra Coelho (MDB) | Presente |
| Marcio Bittar (MDB) | | 3. Simone Tebet (MDB) | |
| Esperidião Amin (PP) | Presente | 4. Daniella Ribeiro (PP) | Presente |
| Ciro Nogueira (PP) | Presente | 5. Vanderlan Cardoso (PSD) | |
| **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | | | |
| Roberto Rocha (PSDB) | | 1. Izalci Lucas (PSDB) | Presente |
| Mara Gabrilli (PSDB) | | 2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS) | |
| Major Olimpio (PSL) | Presente | 3. Soraya Thronicke (PSL) | Presente |
| **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)** | | | |
| Kátia Abreu (PP) | Presente | 1. Acir Gurgacz (PDT) | Presente |
| Randolfe Rodrigues (REDE) | Presente | 2. Flávio Arns (PODEMOS) | |
| Eliziane Gama (CIDADANIA) | Presente | 3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB) | |
| **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)** | | | |
| Fernando Collor (PROS) | Presente | 1. VAGO | |
| Jaques Wagner (PT) | Presente | 2. Telmário Mota (PROS) | Presente |
| Humberto Costa (PT) | Presente | | |
| **PSD** | | | |
| Nelsinho Trad (PSD) | Presente | 1. Carlos Fávaro (PSD) | Presente |
| Antonio Anastasia (PSD) | Presente | 2. Angelo Coronel (PSD) | Presente |
| **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | | | |
| Chico Rodrigues (DEM) | Presente | 1. Marcos Rogério (DEM) | Presente |
| Zequinha Marinho (PSC) | Presente | 2. Maria do Carmo Alves (DEM) | |
| **PODEMOS** | | | |
| Marcos do Val (PODEMOS) | Presente | 1. Elmano Férrer (PODEMOS) | |

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

**LISTA DE PRESENÇA**

**Reunião:** 4ª Reunião, Extraordinária, da CRE
**Data:** 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), às 08h
**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

## NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Leila Barros
Rose de Freitas
Rodrigo Pacheco
Carlos Viana

# Resultado de Votação Secreta

## Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
**MSF 32/2020** - K.CARLOS P-MYANMAR

Início da votação: 21/09/2020 10:17:42 Fim da votação: 21/09/2020 13:04:48

| TITULARES | | SUPLENTES | |
|---|---|---|---|
| **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,** | | **Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,** | |
| MECIAS DE JESUS | **votou** | 1. RENAN CALHEIROS | |
| JARBAS VASCONCELOS | | 2. FERNANDO BEZERRA COELHO | **votou** |
| MARCIO BITTAR | **votou** | 3. SIMONE TEBET | **votou** |
| ESPERIDIÃO AMIN | **votou** | 4. DANIELLA RIBEIRO | |
| CIRO NOGUEIRA | | 5. VANDERLAN CARDOSO | |
| **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | | **Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)** | |
| ROBERTO ROCHA | | 1. IZALCI LUCAS | **votou** |
| MARA GABRILLI | | 2. FLÁVIO BOLSONARO | |
| MAJOR OLIMPIO | **votou** | 3. SORAYA THRONICKE | **votou** |
| **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,** | | **Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,** | |
| KÁTIA ABREU | **votou** | 1. ACIR GURGACZ | **voto não computado** |
| RANDOLFE RODRIGUES | **votou** | 2. FLÁVIO ARNS | |
| ELIZIANE GAMA | **votou** | 3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO | |
| **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,** | | **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,** | |
| FERNANDO COLLOR | **votou** | 1. VAGO | |
| JAQUES WAGNER | | 2. TELMÁRIO MOTA | **votou** |
| HUMBERTO COSTA | **votou** | | |
| **PSD** | | **PSD** | |
| NELSINHO TRAD | **votou** | 1. CARLOS FÁVARO | **voto não computado** |
| ANTONIO ANASTASIA | **votou** | 2. ANGELO CORONEL | |
| **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | | **Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)** | |
| CHICO RODRIGUES | **votou** | 1. MARCOS ROGÉRIO | **voto não computado** |
| ZEQUINHA MARINHO | **votou** | 2. MARIA DO CARMO ALVES | |
| **PODEMOS** | | **PODEMOS** | |
| MARCOS DO VAL | **votou** | 1. ELMANO FÉRRER | |

**Votação:**

**TOTAL 19 SIM 18 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0**

**Senador Nelsinho Trad**
**Presidente**

**ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,**
**PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020**

# DECISÃO DA COMISSÃO

**(MSF 32/2020)**

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DA UNIÃO DE MYANMAR, COM 18 VOTOS FAVORÁVEIS, 1 VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**SENADO FEDERAL**
Gabinete do Senador Major Olimpio

SF/20523.33307-48

# RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 32, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar*.

Relator: Senador **MAJOR OLIMPIO**

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

Para tanto, o Itamaraty — observando o que dispõe o Regimento Interno do Senado Federal para a sabatina — elaborou o currículo do diplomata e enviou sumário executivo a respeito do Myanmar. O documento traz informações sobre o relacionamento bilateral, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, bem como dados básicos do país.

Em relação ao diplomata indicado, ele nasceu em 29 de abril de 1950, no Rio de Janeiro/RJ, e é filho de Carlos Azevedo da Rocha Paranhos e Maria Thereza Calazans da Rocha Paranhos.

Concluiu o curso de Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ em 1972. No Instituto Rio Branco, iniciou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD) em 1971; e o Curso de Altos Estudos em 1988, oportunidade em que defendeu tese intitulada "A política brasileira de informática e suas repercussões no plano externo".

Começou sua carreira como Terceiro-Secretário no ano de 1973. Tornou-se Segundo-Secretário em 1976. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1979; a Conselheiro em 1985; a Ministro de Segunda Classe em 1992; a Ministro de Primeira Classe em 1999; e a Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial em 2014.

Dentre as atividades que exerceu ao longo de sua carreira profissional, destacamos: Chefe da Divisão da Europa II (1986/93); Chefe Substituto do Departamento de Europa (1990/93); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Roma (1993); Ministro-Conselheiro na Missão Permanente em Genebra (1995/99); Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (1999); Assessor Especial do Ministério da Agricultura e Abastecimento (1999/2002); Embaixador na Missão Permanente em Genebra (2003/08); Embaixador em Moscou e não residente junto aos Governos da Belarus, Geórgia e Uzbequistão (2008/13); Subsecretário-Geral na Subsecretaria-Geral Política 1 (2013/15); e Embaixador em Copenhague (2015).

Para além disso, o Embaixador indicado participou como presidente, chefe de delegação e coordenador em diferentes fóruns internacionais. Destaco aqui a presidência do Comitê de Subsídios da Organização Mundial do Comércio (OMC). Foi agraciado ainda com importantes condecorações nacionais e estrangeiras.

Ressalto, também, os Prêmios Lafayette de Carvalho e Silva (Medalha de Prata) e Rio Branco (Medalha de Ouro) em 1973. Ambas as láureas têm o objetivo de agraciar, respectivamente, os primeiros classificados no concurso de ingresso na carreira e os primeiros colocados no CPCD.

No tocante ao Myanmar, cuida-se de república presidencialista, com parlamento bicameral, que se tornou independente do Reino Unido em

SF/20523.33307-48

1948. O país tem, desde 2005, a cidade de Nay Pyi Taw como capital e conta com população estimada em mais de 56 milhões de habitantes. O Myanmar possui importante dotação de recursos naturais e encontra-se situado às margens do Golfo de Bengala, no Sudeste Asiático. Trata-se de localização estratégica que possibilita suprimento energético à Índia e à China, sem passagem pelo Estreito de Malaca. Some-se a esse quadro a circunstância de o país ser membro da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) desde 1997.

SF/20523.33307-48

O relacionamento diplomático bilateral foi estabelecido em 1982. Myanmar mantém Embaixada em Brasília desse 1996, a única na América do sul. A Embaixada residente do Brasil em Yangon foi criada em 2010. Desde então, as relações entre os dois países têm se ampliado apesar de o fluxo de visitas de autoridades ainda ser modesto. No momento presente, estão em vigor tratados na área de cooperação técnica e de isenção de vistos em favor de nacionais portadores de passaportes diplomáticos e oficiais.

No campo do comércio bilateral, as trocas ainda são modestas. No ano passado, a corrente de comércio foi de US$ 69,8 milhões com superávit brasileiro da ordem de US$ 41,2 milhões. Nossa pauta exportadora concentra-se em produtos do agronegócio (87,7% do total exportado). Quase 83% das nossas importações são produtos manufaturados: pneus de borracha (45%); casacos femininos e infantis (15%); calçados (13%); partes e acessórios de veículos automotivos (5,6%); e vestuário (4,3%).

A respeito da comunidade de brasileiros vivendo no Myanmar, ela é composta por 41 indivíduos. Esse contingente é formado majoritariamente por professores e funcionários de organizações internacionais e organizações não governamentais.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM (SF) Nº 32, DE 2020

(nº 386/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

**DESPACHO:** À CRE

**AUTORIA:** Presidência da República

**DOCUMENTOS:**

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 386/2020

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

Os méritos do Senhor **CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de julho de 2020.

EM nº 00097/2020 MRE

Brasília, 23 de Junho de 2020

Senhor Presidente,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo***

OFÍCIO Nº 382/2020/SG/PR

Brasília, 9 de julho de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

**Assunto: Indicação de autoridade.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

**I N F O R M A Ç Ã O**

***CURRICULUM VITAE***

**MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS***
CPF: 092.368.137-04
ID.: 8554 MRE

| | |
|---|---|
| 1950 | Filho de Antonio Carlos Azevedo da Rocha Paranhos e Maria Thereza Calazans da Rocha Paranhos, nasce em 29 de abril, no Rio de Janeiro/RJ |
| **Dados Acadêmicos:** | |
| 1971 | CPCD - IRBr |
| 1972 | Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| 1988 | CAE - IRBR, A Política Brasileira de Informática e suas repercussões no plano externo |
| **Cargos:** | |
| 1973 | Terceiro-secretário |
| 1976 | Segundo-secretário, por merecimento |
| 1979 | Primeiro-secretário, por merecimento |
| 1985 | Conselheiro, por merecimento |
| 1992 | Ministro de segunda classe, por merecimento |
| 1999 | Ministro de primeira classe, por merecimento |
| 2014 | Ministro de primeira classe do Quadro Especial |
| **Funções:** | |
| 1973-76 | Divisão de Política Comercial, assistente |
| 1976-79 | Embaixada em Paris, segundo-secretário |
| 1979-83 | Embaixada em Caracas, segundo-secretário e primeiro-secretário |
| 1983-85 | Divisão de Política Comercial, assistente e chefe, substituto |
| 1984 | Departamento Econômico, assessor |
| 1985 | Gabinete do Ministro de Estado, assessor |
| 1986-93 | Divisão da Europa II, chefe |
| 1986 | COLESTE, secretário executivo |
| 1990-93 | Departamento da Europa, chefe, substituto |
| 1991 | X Reunião da Comissão Mista Brasil-Hungria, chefe de delegação |
| 1993 | Embaixada em Roma, ministro-conselheiro e representante alterno do Brasil junto à FAO |
| 1993 | Grupo Latino-americano da FAO, presidente |
| 1995-99 | Delegação Permanente em Genebra, ministro-conselheiro |
| 1998 | Comitê de Subsídios da Organização Mundial do Comércio (OMC), presidente |
| 1999 | Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, chefe do gabinete |
| 1999-2002 | Ministério da Agricultura e Abastecimento, assessor especial |
| 2002-03 | Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, subsecretário-geral |
| 2003-08 | Delegação Permanente em Genebra, embaixador, representante alterno do Brasil |
| 2003-08 | Conferência de Desarmamento, Genebra, embaixador, representante do Brasil |
| 2004 | UNCTAD, Conferência Negociadora do novo Acordo Internacional sobre Madeiras Tropicais, presidente |
| 2005 | 10ª Reunião dos Estados-Partes da Convenção contra a Tortura, chefe da delegação |
| 2006 | Desarmamento, Convenção sobre Certas Armas Convencionais, coordenador para o tema Minas anti-veículos |
| 2006 | 94ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, chefe alterno da delegação |
| 2006 | 95ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, chefe alterno da delegação e coordenador do Grupo Governamental do Conselho de Administração da OIT |

| | |
|---|---|
| 2007 | Membro (segundo mandato) do Conselho de Administração do Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (UNITAR) |
| 2007 | Conferência de Desarmamento, coordenador para o tema Garantias Negativas de Segurança |
| 2007 | 96ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho, vice-presidente Governamental |
| 2008-13 | Embaixada em Moscou, embaixador |
| 2008-13 | Embaixador junto aos Governos da Belarus, Geórgia e Uzbequistão, não residente |
| 2013-15 | Subsecretaria-Geral Política I, subsecretário-geral |
| 2015- | Embaixada em Copenhague, embaixador |
| 2016- | Embaixador junto ao Governo da República da Lituânia |
| **Condecorações:** | |
| 1973 | Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, IRBr, Medalha de Prata |
| 1973 | Prêmio Rio Branco, IRBr, Medalha de Ouro |
| 1979 | Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro |
| 1987 | Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil. |
| 1991 | Ordem do Mérito, Itália, Comendador |
| 2001 | Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz |
| 2002 | Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial |
| 2006 | Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Brasil, Grã-Cruz |
| 2008 | Medalha do Pacificador, Brasil |
| 2013 | Medalha da Ordem da Amizade, Rússia |
| 2013 | Medalha Mérito Tamandaré |
| 2014 | Légion d'Honneur, França - Comendador |
| **Publicação:** | |
| 1998 | Sistema Multilateral de Comércio: 50 anos, in Política Externa vol. 7, nº 2, setembro-novembro 1998, Paz e Terra |

**JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS**
Chefe da Divisão do Pessoal

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

# MYANMAR

**INFORMAÇÃO OSTENSIVA**
**Maio de 2020**

| DADOS BÁSICOS SOBRE MYANMAR | |
|---|---|
| **NOME OFICIAL:** | República da União de Myanmar |
| **GENTÍLICO:** | myanmarense |
| **CAPITAL:** | Nay Pyi Taw (desde 2005) |
| **ÁREA:** | 676.578 km² |
| **POPULAÇÃO:** | 56,59 milhões (2020, est.) |
| **LÍNGUA OFICIAL:** | Birmanês (oficial) |
| **PRINCIPAIS RELIGIÕES:** | Budismo (87,9%); Cristianismo (6,2%), Islamismo (4,3%), |

| | |
|---|---|
| | outras ou nenhuma (1,6%) |
| **SISTEMA DE GOVERNO:** | República presidencialista |
| **PODER LEGISLATIVO:** | Bicameral. Casa das Nacionalidades (*Amyotha Hluttaw*): câmara alta, composta por 224 membros – 168 diretamente eleitos e 56 indicados pelas Forças de Defesa (*Tamadaw*) –, com mandatos de 5 anos; e Casa dos Representantes (*Pyithu Hluttaw*): câmara baixa, composta por 440 membros – 330 diretamente eleitos e 110 indicados pelo *Tatmadaw* –, com mandatos de 5 anos. |
| **CHEFE DE ESTADO:** | Win Myint (desde 30 de março de 2018) |
| **CONSELHEIRA DE ESTADO E MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:** | Aung San Suu Kyi (desde 6 de abril de 2016) |
| **PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2019):** | US$ 65,99 bilhões |
| **PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (*PPP*) (2019):** | US$ 355,61 bilhões |
| **PIB *PER CAPITA* (2019):** | US$ 1.244,62 |
| **PIB *PPP PER CAPITA* (2019):** | US$ 6.707,09 |
| **VARIAÇÃO DO PIB** | 1,8% (2020, est.); 6,5% (2019); 6,4% (2018) |
| **ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2018):** | 0,585 (145ª posição entre 188 países) |
| **EXPECTATIVA DE VIDA (2018):** | 66,9 anos |
| **ALFABETIZAÇÃO (2018):** | 75,6% |
| **ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):** | 4% |
| **UNIDADE MONETÁRIA** | kyat |
| **EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:** | Myo Tint (desde 4 de janeiro de 2018) |
| **EMBAIXADOR EM YANGON:** | Antonio José Maria de Souza e Silva (desde 9 de dezembro de 2016) |
| **BRASILEIROS NO PAÍS:** | 41 brasileiros residentes |

| **INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-MYANMAR (US$ MI) (fonte: MEcon)** | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Brasil → Myanmar** | **2003** | **2005** | **2007** | **2009** | **2011** | **2013** | **2015** | **2017** | **2019** |
| **Intercâmbio** | 4,62 | 2,54 | 2,15 | 9,21 | 26,16 | 13,39 | 42,22 | 148,78 | 69,73 |
| **Exportações** | 4,56 | 2,06 | 1,01 | 7,91 | 25,50 | 12,80 | 40,14 | 144,76 | 55,46 |
| **Importações** | 0,05 | 0,48 | 1,15 | 1,30 | 0,66 | 0,59 | 2,09 | 4,03 | 14,28 |
| **Saldo** | 4,51 | 1,58 | -0,14 | 6,61 | 24,84 | 12,21 | 38,05 | 140,73 | 41,18 |

## APRESENTAÇÃO

Ao longo do século XIX, diversas cidades-estado e reinos, governados por birmaneses ou outras etnias, ocupavam a área que hoje corresponde ao território myanmarense. Antiga Birmânia, a atual República da União de Myanmar tornou-se independente do Reino Unido em 1948. Localizado em área estratégica no Sudeste Asiático – com saída para o mar, bem como fronteiras terrestres com o Bangladesh, a

China, a Índia, o Laos e a Tailândia –, o país apresenta grande população (mais de 56 milhões de habitantes) e abundantes recursos naturais em território superior a 676 milhões de km².

Apesar de dividir-se em 7 estados – *Chin, Kachin, Kayah, Mon, Rakhine* e *Shan* –, Myanmar organiza-se sob a forma de Estado unitário. Desde 2005, sua capital é Naw Pyi Taw. Com história permeada por conflitos de natureza étnica, o país passa por processo de redemocratização, em que as Forças de Defesa – o *Tatmadaw* – vêm gradualmente transferindo o controle dos rumos do país aos setores civis. Sua influência política, contudo, ainda é considerável, na medida em que indicam 25% dos parlamentares nacionais – quantidade suficiente para bloquear emendas à Constituição de 2008 – e preponderam no Conselho Nacional de Segurança e Defesa – órgão que deixa aberta a possibilidade para o *Tatmadaw* assumir o poder, caso seja declarado estado de emergência.

## PERFIL BIOGRÁFICO

**Win Myint**
*Presidente da República*

Nasceu em 1951, em Danubyu. Entre abril de 2016 e março de 2018, ocupou a presidência de uma das câmaras legislativas do país. Integrante da Liga Nacional pela Democracia (*NLD*), foi advogado nos anos 1980 (apesar de formado em geologia), participou de protestos pró-democracia em 1988, o que o levou a ser preso por vários meses por ordem da Junta Militar. Na eleição de 1990, o único escrutínio democrático entre 1962 e 2012, concorreu ao cargo de deputado por sua região de origem, no interior do país, tendo recebido 56% dos votos. Como os demais membros da *NLD*, não chegou a assumir o posto, em razão da recusa dos militares em aceitar o resultado do pleito. Até o início do processo de redemocratização do país, em 2011, Myint manteve-se nos quadros da *NLD*, conciliando sua posição política com atuação empresarial no país.

**PERFIL BIOGRÁFICO**

**Aung San Suu Kyi**
*Conselheira de Estado e ministra dos Negócios Estrangeiros*

Nasceu em Yangon, em 1945. Filha do general Aung San, pai da independência do país, Aung San Suu Kyi migrou, no início dos anos 1960, para a Índia, onde acompanhou a mãe, Khin Kyi, nomeada embaixadora em Nova Délhi. Mudou-se posteriormente para o Reino Unido. Estudou na Universidade de Oxford, onde cursou filosofia, política e economia e conheceu seu futuro marido, Michael Aris, com quem teve dois filhos. Regressou a Myanmar em 1988, quando iniciou luta política por reforma democrática e eleições livres. Laureada com o prêmio Nobel da Paz em 1991, foi por diversas vezes detida e passou 15 anos em prisão domiciliar. Foi libertada em 2010, depois de forte pressão internacional. Elegeu-se deputada em 2012. Conduziu seu partido, a Liga Nacional pela Democracia (*NLD*), à vitória nas primeiras eleições verdadeiramente livres e democráticas do país, em novembro de 2015, quando a legenda conquistou 378 em 664 assentos no Parlamento. Constitucionalmente impedida de assumir a presidência, por ter sido casada com estrangeiro, entre março e abril de 2016 foi nomeada ministra dos Negócios Estrangeiros e Conselheira de Estado, cargo equivalente ao de Primeiro-Ministro.

## RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e Myanmar foram estabelecidas em 1982. Myanmar mantém Embaixada em Brasília desde 1996, a única na América do Sul. O estabelecimento da representação seguiu-se à visita a Brasília, em outubro de 1994, do então vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, U Nyunt Swe.

A Embaixada residente do Brasil em Yangon foi criada em janeiro de 2010 e instalada em outubro daquele ano, tendo o embaixador brasileiro apresentado credenciais no mês seguinte. Motivou a decisão brasileira, entre outros, o fato de Myanmar ter população numerosa (cerca de 60 milhões de habitantes); importante dotação de recursos naturais; e localização estratégica, no Sudeste Asiático, com possibilidade de suprimento energético à Índia e à China, sem passagem pelo Estreito de Málaca. Além disso, Myanmar preparava-se, à época, para realizar as primeiras eleições parlamentares desde 1990, as quais viriam a constituir-se um ponto de inflexão no processo de transição democrática do país.

As relações bilaterais têm sido crescentes. Visitas de autoridades exibem modesto fluxo, porém com aumento progressivo. Em 2016, o então ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, visitou aquele país asiático. Em julho de 2017, esteve no Brasil o ministro dos Recursos Naturais e da Conservação Ambiental myanmarense, Ohn Win, em missão organizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O ministro Ohn esteve novamente no Brasil em março de 2018, para participar do VII Fórum Mundial da Água, em Brasília. Também visitaram o Brasil, em anos anteriores, o ministro da Pecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural, Ohn Myint, em maio de 2015; e o vice-presidente da República myanmarense, Sai Mauk Kham, em junho de 2012.

Estão em vigor acordos acordos bilaterais nas áreas de cooperação técnica e isenção de vistos. Em fevereiro de 2012, foi também estabelecido mecanismo de consultas políticas, que se tem constituído em útil instrumento para orientar o relacionamento entre os dois países. A terceira, e mais recente, reunião de consultas foi realizada em agosto de 2018, em Nay Pyi Taw. Na ocasião, foram discutidos temas sobre cooperação técnica, comércio e investimentos, bem como *joint ventures* para produção de cana-de-açúcar e soja. Em novembro desse mesmo ano, foi firmado, em Myanmar, memorando de entendimento entre a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais de Myanmar (*MISIS*).

À margem da mencionada reunião de consultas políticas, o chefe da delegação brasileira foi recebido pela Conselheira de Estado e Ministra dos Negócios Estrangeiros, Aung San Suu Kyi, oportunidade em que entregou àquela alta autoridade myanmarense carta do então Presidente Michel Temer, com convite de visita ao Brasil. Nessa audiência, San Suu Kyi registrou interesse no Programa Mais

Alimentos brasileiro. Indicou que, embora a economia do país tenha base agrícola, com terras férteis e abundantes recursos hídricos, Myanmar ainda carece de melhorias tecnológicas e incremento de produtividade. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA/ONU), com sede em Brasília, haviam organizado, em 2017, visita de estudos de delegação myanmarense composta por doze autoridades de diferentes ministérios, com vistas a apresentar programas brasileiros voltados à alimentação escolar.

É particulamente promissora a vertente de cooperação técnica. Entre 2013 e 2016, o Brasil prestou assistência a Myanmar na produção de soro antiofídico, implementado por meio do Instituto Butantan e voltado ao treinamento de especialistas daquele país. Estuda-se o início de segunda fase desse projeto. Prepara-se, atualmente, a segunda fase do projeto, avaliado positivamente pelas autoridades myanmarenses.

Há interesse myanmarense em também receber cooperação referente à preparação de censos laborais. A ABC pretenderia, superada a pandemia da COVID-19, programar possível visita preparatória de técnicos brasileiros a Myanmar.

**Assuntos consulares**

Com base nas matrículas consulares, a comunidade brasileira em Myanmar é composta por 41 indivíduos. Em sua maioria, são professores; funcionários de organizações internacionais e de Organizações Não Governamentais (ONGs); profissionais liberais; trabalhadores do setor hoteleiro e de turismo; jogadores de futebol; bem como suas famílias.

Em relação aos visitantes, de acordo com os serviços de imigração de Myanmar, 2.359 nacionais brasileiros – mais de 80% a turismo – estiveram naquele país asiático em 2019.

**Pandemia da COVID-19**

Em meados de março, o governo de Myanmar começou a implementar as primeiras medidas de restrição à circulação de pessoas, ao limitar o ingresso de estrangeiros que tivessem transitado por países considerados epicentros da pandemia, à época: Alemanha, China, Coreia do Sul, Espanha, França, Itália e Irã. A emissão de todos os tipos de visto também foi suspensa. Desde 30 de março último, o espaço aéreo do país foi fechado para voos internacionais, exceto para voos de socorro, evacuação ou especiais. As fronteiras terrestres com a Índia e a Tailândia seguem fechadas, desde 19 de março. A fronteira com a China já havia sido fechada por iniciativa de Pequim. O regresso de nacionais myanmarenses está sujeito ao cumprimento de quarentena. Não há data de término prevista para essas medidas.

Internamente, somente o funcionamento de serviços considerados essenciais está permitido. Reuniões e circulação de pessoas estão sendo monitoradas

pela polícia. Alguns bairros de Yangon – a maior área urbana do país, com mais de 5,3 milhões de habitantes – seguem em regime de restrição branda de movimentos, com a introdução do programa governamental *Stay at home*, em 18 de abril último.

Desde o início da pandemia – declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março último –, a Embaixada em Yangon monitorava 3 brasileiros retidos em Myanmar. Com as medidas de fechamento de fronteiras e restrição de movimentos adotadas pelo país para conter o espraiamento da COVID-19 em seu território, o governo myanmarense excepcionalmente autorizou voo de repatriação, operado pela *Qatar Airways*, até Doha, de onde os brasileiros poderiam embarcar em voo para São Paulo. Mesmo alertados acerca da incerteza em relação à manutenção de voos, apenas um dos nacionais decidiu adquirir passagem, enquanto os demais optaram por permanecer em Myanmar até que o tráfego aéreo se restabeleça.

## POLÍTICA INTERNA

Com a Constituição de 2008, o país conformou-se em república parlamentarista, com a denominação de República da União de Myanmar. O Parlamento – Assembleia da União – é bicameral, dividido em Casa das Nacionalidades (câmara alta) e Casa dos Representantes (câmara baixa). A primeira possui 224 assentos: 168 parlamentares eleitos diretamente, por maioria absoluta, em sistema distrital, com segundo turno, caso necessário; e 56 indicados pelos militares. A segunda casa é composta por 440 assentos: 330 membros eleitos diretamente, por maioria simples, em sistema distrital; e 110 indicados pelos militares. Os membros de ambas as casas exercem mandatos de 5 anos.

Os principais partidos em Myanmar são a Liga Nacional pela Democracia (*NLD*), de centro-esquerda e atualmente no governo; o Partido da União Solidariedade e Desenvolvimento (*USDP*), conservador, budista, e de oposição; e a Liga das Nacionalidades Shan para Democracia (*SNLD*), de centro-esquerda, pró-Federalismo e autodeterminação; o Partido Nacional Arracão (*ANP*), de direita e porta-voz da etnia *rakhine*; o Partido Nacional *Ta'ang* (*TNP*), nacionalista em prol da etnia *ta'ang*; e a Organização Nacional *Pa-O* (*PNO*), representante dos interesses da etnia *pa-o*. Após as eleições de 2015, a atual distribuição dos assentos na Casa das Nacionalidades é: *NLD* 60,3%; *USDP* 4,9%; *ANP* 4,5%; *SNLD* 1,3%; indicados pelos militares 25%; e outros 4%. Na Casa dos Representantes: *NLD* 58%; *USDP* 6,8%; *ANP* 2,7%; *SNLD* 2,7%; indicados pelos militares 25%; e outros 4,8%.

O poder Judiciário myanmarense é formado pela Suprema Corte da União, Altas Cortes da Região; Altas Cortes do Estado; Corte da Divisão Autoadministrada; Corte da Zona Autoadministrada; tribunais distritais e municipais; bem como tribunais especiais (para delitos de juventude, trânsito, etc.). Orgão máximo do

sistema judiciário, a Suprema Corte é integrada por, no mínimo, sete e, no máximo, 11 juízes.

Todos os membros são nomeados pelo presidente, mediante aprovação da câmara baixa, e normalmente permanecem no cargo até a aposentadoria compulsória, aos 70 anos de idade. O sistema normativo em Myanmar incorpora elementos da *common law* britânica e do direito consuetudinário.

No poder Executivo, o presidente – que acumula as chefias de Estado e de Governo – é eleito indiretamente, em votação no Parlamento, por maioria simples. Seu nome é escolhido a partir de lista com três candidatos indicados pelo Colégio Eleitoral Presidencial – composto por membros das câmaras alta e baixa, bem como por militares. Os demais candidatos tornam-se vice-presidentes. O mandado presidencial é de 5 anos. Desde 30 de março de 2018, o presidente é Win Myint. Desde 2016, existe  o cargo de conselheiro de Estado, com mandato equivalente ao presidencial. Suas funções assemelham-se àquelas de primeiro-ministro, na medida em que atua como elo entre o Parlamento e o poder Executivo.

A conselheira de Estado atual, Aung San Suu Kyi – que acumula, entre outros, o cargo de ministra dos Negócios Estrangeiros – é considerada a líder *de facto* do país. Sua administração vem operando em limitadíssimo campo de ação. Tem objetivos ambiciosos, como a negociação de acordo de paz e reconciliação nacional; a criação de um estado federal; a reforma da constituição para estabelecer regime democrático pleno; e o desenvolvimento econômico e social do país. Deve, porém, avançar nesses objetivos ao mesmo tempo em que (i) coabita o poder com as Forças de Defesa (o *Tatmadaw*); (ii) enfrenta as demandas de Organizações Étnicas Armadas (*EAO*), que contam com largo histórico de insubmissão ao poder central e expressivo poder econômico oriundo, não raro, de atividades ilegais; (iii) lida com a crescente influência política e popular de vertentes nacionalistas e intolerantes do budismo; e (iv) responde à rápida depreciação do apoio político internacional em razão da crise humanitária dos *rohingya*.

Considerado o conflito interno mais longevo em vigor no mundo, desde a independência do país, a atuação das diversas *EAO* é o assunto mais complexo para o pleno desenvolvimento nacional, com desdobramentos de ordem política, militar e econômica. O conflito tem raízes muito profundas: a maioria étnica bamar na planície central (ou no delta do rio Ayeyarwady) sempre foi o centro civilizacional, com sucessivos impérios que lograram manter-se independentes dos grandes vizinhos (Índia e China) até a colonização britânica no século XIX. Enquanto isso, nas montanhas que circundam a planície central, existiam pequenos reinos, às vezes em guerra, mas na maior parte do tempo sob algum sistema de dependência do poder central, que lhes garantia certa autonomia em troca de tributos e lealdade.

Nesse período, a economia era rural, em que se privilegiava a planície abundante em recursos hídricos, enquanto nas montanhas se vivia de subsistência em pequenas comunidades semi-nômades. A descoberta e exploração de recursos

naturais (jade, ouro, ruby, gás natural, entre outros) pelos colonizadores britânicos nas montanhas alterou significativamente o cenário econômico, sendo hoje fundamental para o governo central a exploração desses recursos nas suas franjas, habitadas por minorias étnicas (de forma geral, tendo em vista existirem exceções e especificidades).

Após décadas de conflito interno com intensidade variável de enfrentamentos, que muitas vezes serviram como justificativa para a manutenção de regime militar de exceção, começa a haver gradual distensão na década de 1990. O processo de paz propriamente dito começou em 2013, quando o governo reformista de transição (de um regime militar para um civil, ainda sem eleição direta para o Executivo) de U Thein Sein deu início a processo abrangente que culminou no Acordo Nacional de Cessar-Fogo (*NCA*), assinado em outubro de 2015 pelo *Tatmadaw* e oito das cerca de 20 *EAO* reconhecidas. Ficaram notadamente de fora a maior delas, o "*United Wa State Army*" (cujo contingente é estimado em 30 mil homens armados), e outros grupos atuantes na fronteira com a China.

Desde o início do mandato do *NLD*, em março de 2016, apesar de o assunto ser declaramente a principal prioridade do governo, o ritmo de progressos diminuiu. Problema mais recente, porém com raízes igualmente profundas e maior repercussão internacional, é a crise humanitária no estado do Arracão (*Rakhine*): região onde coexistem individuos das etnias *rakhine* (budistas) e *rohingya* (mulçumanos) e com 78% da população abaixo da linha da pobreza (dobro da média nacional). Em agosto de 2017, mais de 700 mil indivíduos da etnia *rohingya* buscaram refúgio no Bangladesh, após episódios de violência contra eles perpetrados. Conquanto o governo de Myanmar tenha firmado, em 2018, memorando de entendimento com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a repatriação de refugiados, diversos fatores desencorajam o retorno dos deslocados, como o *status* de apatridia dos *rohingya* – reforçado pela exigência de que concordem com o sistema de identificação por meio dos Cartões Nacionais de Verificação (CNV), em que aqueles indivíduos devem, necessariamente, autodeclarar-se “bengalis” – e sua falta de liberdade de movimentação – imposta pelas leis vigentes em Myanmar, nos níveis federal, estadual ou municipal.

Paralelamente, o governo myanmarense tem buscado promover a revisão da Constituição, por meio de comissão parlamentar formada, em fevereiro de 2019. Visa, de maneira preponderante, à redução da influência do segmento militar sobre a política do país e às eleições gerais previstas para 2020 (quando devem ser renovadas as duas casas do Parlamento myanmarense, além das assembleias estaduais e municipais). Na economia, dada a perda de apoio dos EUA e da União Europeia, Myanmar vem tentando atrair investimentos sobretudo da China e da Índia, com vistas ao desenvolvimento do país (em especial das regiões onde há conflitos étnicos, como Arracão e Chin).

## POLÍTICA EXTERNA

Após longo período de isolamento, Myanmar tem buscado reinserir-se na comunidade internacional. Desde 2016, houve oscilações consideráveis, de uma inicial aproximação com o Ocidente – quando da eleição do *NLD* – a um crescente foco em parcerias com países asiáticos – China, Índia, países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), Japão e Coreia do Sul. A atribuição de maior importância às relações com os Estados de seu continente ocorreu não apenas por uma tendência menos "intrusiva" desses países na crise humanitária no Arracão, mas também pela maior disposição de suas empresas em compromissos de investimento de longo prazo em Myanmar, como financiamentos em infra-estrutura e a criação de Zonas Econômicas Especiais com China, Coreia e Japão.

A ASEAN, de que Myanmar é parte desde 1997, constitui espaço privilegiado da atuação diplomática myanmarense. Além de possuir fronteira com dois dos dez membros da Associação (Laos e Tailândia), há a percepção de que a organização foi generosa ao aceitar Myanmar como membro, em período anterior à redemocratização; e de que o princípio da ASEAN de não interferência nos assuntos internos dos países diminui a pressão sobre Myanmar em tempos de intensa campanha crítica internacional.

O "segundo círculo" da política externa de Myanmar engloba as relações com a China. Historicamente percebido como ameaça pelas lideranças locais (tanto civil como militar), nos últimos anos aquele país tem encontrado, após certo distanciamento durante o governo de transição (2011-15), novos espaços de atuação. Assim, na esfera dos investimentos, o apoio da China a grandes projetos de infraestrutura – por meio do Corredor Econômico China-Myanmar (*CMEC*), parte da *Belt and Road Initiative* (*BRI*) – tem sido decisivo à aproximação entre os dois países. Adicionalmente, a China é, no processo de paz nacional, o único ator externo com influência decisiva sobre o posicionamento de algumas *EAO*.

Ainda na Ásia, Myanmar vem tentando imprimir mais dinamismo nas relações com a Coreia do Sul, a Índia e o Japão. Além de investidores no país – em áreas nas quais os países ocidentais não desejam atuar –, os três são, juntamente com Singapura, destino de preferência dos jovens de classe média de Myanmar que têm capacidade de financiar seus estudos no exterior, ou que desejam trabalhar para economizar e retornar ao país para investir em negócios próprios. Indicador da influência desses países em Myanmar é o crescente número de escolas de língua japonesa e coreana em Yangon. A estrutura diplomática e de cooperação dos três países em Myanmar é relevante, em especial a japonesa, que se destaca com a *Japan International Cooperation Agency* (*JICA*). Nesse âmbito, Tóquio possui a maior carteira de projetos no país, que abrangem desde agricultura a planejamento urbano, além de manter ritmo intenso de visitas de autoridades. Em termos comerciais, Índia,

Japão e Coreia do Sul patrocinam ao menos uma Zona Econômica Especial e têm aumentado os fluxos bilaterais (por vezes, de maneira intrafirma).

Entre os países ocidentais, os EUA, o Canadá, o Reino Unido e outros países europeus possuem vínculos historicamente mais estreitos com Myanmar. Na cúpula do *NLD*, existe sentimento de gratidão pelo apoio ao partido entre 1988 e 2011, quando da transição do governo militar para o regime democrático. Em período mais recente, contudo, esses contatos têm diminuido consideravelmente, devido à pressão exercida pela comunidade internacional sobre o governo civil myanmarense, sobretudo no que concerne aos temas de direitos humanos. A Austrália, que também poderia ser incluída nesse grupo, adota posição um pouco mais pragmática, inclusive mantendo cooperação militar com Myanmar. Tanto na elite política quanto na população myanmarense em geral, o sentimento é de ceticismo em relação ao Ocidente, que não se mostraria capaz de compreender as particularidades do país. Culturalmente, em razão do isolamento adotado nos últimos 70 anos, elementos dos países ocidentais têm bem menos apelo ou sucesso em Myanmar que aqueles da Índia, do Japão ou da Coreia do Sul.

No plano multilateral, a chegada da *NLD* ao poder foi inicialmente percebida como ponto de inflexão na política externa de Myanmar, que se reinseriria, de modo mais ativo, na ONU. No primeiro momento, os convites estendidos pela conselheira de Estado Aung San Suu Kyi para que as agências do Sistema das Nações Unidas se instalassem em território myanmarense indicavam que o governo percebia papel positivo dessas organizações internacionais, não apenas no processo de implementação de acordo de cessar-fogo no país, mas também na etapa de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) dos combatentes das *EAOs*. Esse cenário de cooperação, entretanto, deteriorou-se, à medida que os conflitos entre o governo e esses grupos armados, bem como a crise dos *rohingya* no Arracão, recrudesceram.

Myanmar participa de cerca de 40 organizações internacionais. Além da ASEAN e da ONU, merece destaque a Iniciativa da Baía de Bengala para Cooperação Econômica e Técnica Multissetorial (*BIMSTEC*), criada em 1997. A iniciativa, que abrange 7 países – Bangladesh, Butão, Índia, Myanmar, Nepal, Sri Lanka e Tailândia –, serve de ligação entre o Sul e o Sudeste da Ásia. Outras organizações das quais Myanmar é parte são: o Banco de Desenvolvimento Asiático (*ADB*); a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA); o Movimento dos Países Não Alinhados (MNA); a Corporação Financeira Internacional (CFI), do Grupo Banco Mundial; o G-77; e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (*UNCTAD*).

## ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Membro da ASEAN desde 1997, Myanmar dispõe de acesso facilitado aos principais mercados mundiais – Austrália, China, Coreia do Sul, EUA, Índia, Japão, Nova Zelândia e União Europeia –, por meio da rede de acordos mantida pela Associação, tanto para comércio quanto para investimentos. O país asiático também integra a *BIMSTEC*, que visa a fomentar a cooperação e o desenvolvimento econômico de seus membros.

Com PIB de US$ 355,61 bilhões – em termos de paridade de poder de compra (*PPP*, em inglês) –, a economia de Myanmar vem apresentando, desde 1992, taxas de crescimento anual superiores a 5%. Segundo o Banco Mundial, foi a seguinte a composição do PIB myanmarense em 2018 (dados mais recentes): agricultura (24,6%), indústria (32,3%) e serviços (43,1%). Na última década, a média anual de crescimento econômico foi de 7,4%. Entre os principais impulsonadores dessa expansão acelerada do PIB myanmarense, estão (i) as exportações de recursos naturais – como gás natural, cereais, produtos de madeira e pedras preciosas (sobretudo jade) –; (ii) os Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs); (iii) o rápido crescimento dos setores industrial e de serviços – com destaque para a indústria têxtil –; e (iv) o aumento da renda e, consequentemente, do consumo interno – a proporção de pessoas abaixo da linha nacional da pobreza reduziu-se praticamente pela metade entre 2005 e 2017.

A instabilidade decorrente dos diversos conflitos internos, contudo, impõe consideráveis desafios à continuidade desse nível de expansão econômica. Nesse contexto, a situação dos refugiados *rohingya* pode motivar sanções econômicas por parte de países ocidentais, em especial da União Europeia, destino de 10% das exportações myanmarenses, por meio da retirada do país do Sistema Geral de Preferências (SGP) do bloco europeu.

Segundo o FMI, em 2019, o crescimento econômico de 6,5% (0,1% maior que em 2018) foi resultado de estímulo fiscal modesto e aumento atípico das exportações de gás. Em comparação à década passada, a demanda doméstica permaneceu mais fraca, refletindo o lento crescimento do crédito, correção nos preços dos imóveis e investimentos declinantes. A retração da atividade econômica reduziu o déficit em conta corrente, à medida que as importações diminuíram, ao passo que as exportações – principalmente de têxteis – mantiveram-se em alta, a despeito do movimento global em sentido oposto. Assim, o déficit menor acabou por contrabalançar a queda nos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e em outras entradas de capital, de modo a permitir que as reservas e a moeda local (*kyat*) se estabilizassem. Em 2019, a inflação oficial foi de 8,6%, em comparação aos 6,9% registrados no ano anterior. O crescimento do nível geral de preços só não foi maior, em razão de fatores como o aumento nas tarifas de energia elétrica, bem como os preços dos alimentos e dos combustíveis.

Antes dos impactos da COVID-19, o FMI já projetava cenário com riscos, nos âmbitos doméstico e externo. No primeiro contexto, o crescimento da economia

poderia diminuir, caso a política fiscal não acompanhasse os níveis de aumento do PIB. O aumento da inadimplência em empréstimos e a subcapitalização em alguns bancos privados podem precipitar disfunção no sistema, com grandes transbordamentos para o sistema financeiro doméstico. Ademais, os limitados progressos na crise dos *rohingya* e no processo de paz continuariam a desencorajar investimentos. No cenário externo, os riscos decorreriam – e acentuaram-se com a COVID-19 – da desaceleração da economia da China e da redução dos fluxos comerciais globais.

Com o objetivo de incentivar a atração de investimentos estrangeiros e manter o crescimento econômico acelerado, o governo tem envidado esforços para modernizar leis e regulamentos antiquados e pouco transparentes que, em alguns casos, vigoraram no país desde os tempos coloniais. As recentes *Arbitration Law* (2016), *Investment Law* (2017) e *Companies Law* (2018) têm por objetivo aumentar a segurança jurídica e previsibilidade para investidores, afrouxar entraves burocráticos e agilizar a concessão de permissões para a realização de negócios. Os resultados já começaram a ser sentidos, na medida em que o país logrou sair da 171ª (2017) para 165ª posição (2019), no ranking *Doing Business* do Banco Mundial.

De acordo com o Diretório de Investimento e Administração de Empresas (*DICA*, em inglês), os IEDs de empresas autorizadas em Myanmar atualmente somam mais de US$ 83 bilhões, e originam-se de parceiros asiáticos: China, Singapura, Tailândia, Coreia do Sul, Vietnã, Malásia, Japão e Índia, que juntos corresponderam, em 2019, a quase 90% do capital. Os 10% restantes vieram do Reino Unido (por meio de seus territórios ultramarinos) e dos Países Baixos. Nas Zonas Econômicas Especiais, o montante é superior a US$ 1,9 bilhão, e a preponderância dos parceiros asiáticos se mantém, com Japão, Singapura, Tailândia, Coreia do Sul e China como os cinco maiores investidores.

Desde novembro de 2017, quando Myanmar assinou o memorando de entendimento com a China para a criação do *CMEC* – parte da iniciativa chinesa *BRI* –, diversos projetos de infraestrutura de conexão entre os dois países vêm sendo anunciados. O interesse chinês na estabilidade em *Rakhine* decorre da posição geográfica estratégica daquele estado myanmarense, com acesso ao oceano Índico. Desse modo, a China poderia importar petróleo dos países do Golfo sem a necessidade de passar pelo Estreito de Málaca. Nesse contexto, diversos projetos têm sido anunciados, no âmbito do *CMEC*. Em novembro de 2019, a China anunciou a construção, em *Rakhine*, de usina termelétrica e de porto de calado profundo, que farão parte da zona econômica especial de Kyaukphyu – que já concentra dutos que transportam petróleo e gás de Myanmar para a China. Em janeiro de 2020, os dois países assinaram 33 instrumentos para a construção de ferrovias, rodovias e portos, de modo a aumentar a conectividade entre os dois países.

As estimativas publicadas pelo *Internacional Trade Center – United Nations Comtrade* (*ITC-UN Comtrade*) indicam que a corrente de comércio do país

registrou, em 2019, US$ 44,1 bilhões – aumento de 22,5% em comparação aos US$ 36 bilhões de 2018. As exportações e as importações foram, respectivamente, de US$ 19 bilhões e US$ 25,1 bilhões; de modo que a balança comercial se manteve deficitária, em US$ 6,1 bilhões. Em 2018 (último dado disponível para parceiros comerciais), os principais destinos das exportações de Myanmar foram China (com Hong Kong, 36,7%); Tailândia (18,3%); Japão (8,3%); Índia (3,4%); e Alemanha (3%). Os principais fornecedores para o país foram China (32,2%); Singapura (19,1%); Tailândia (13,4%); Índia (5,1%); e Indonésia (4,8%).

Ainda segundo o *ITC-UN Comtrade*, em 2019, os principais produtos exportados por Myanmar foram combustíveis (22,9%); vestuário, exceto de malha (21,1%); vestuário de malha (1,97%); minérios (5,1%); e cereais (4,2%). A pauta importadora myanmarense foi composta por combustíveis (12,7%); máquinas elétricas (10,1%); máquinas mecânicas (9,5%); automóveis (5,3%); e ferro e aço (4,8%).

Por seu turno, o Brasil mantém, com Myanmar, comércio bilateral ainda modesto, mas tradicionalmente superavitário. Em 2019, a corrente de comércio foi de US$ 69,8 milhões – aumento de quase 50% em comparação a 2018. As vendas brasileiras àquele país asiático registraram US$ 55,5 milhões (41,2% de crescimento), enquanto as compras alcançaram US$ 14,3 milhões (95,9% de aumento). O superávit brasileiro foi de US$ 41,2 milhões. De janeiro a abril de 2020, as exportações brasileiras totalizaram US$ 14,6 milhões (redução de 32,4% em relação ao mesmo período de 2019) e as importações somaram US$ 4,4 milhões (crescimento de 7,3%). A corrente de comércio, no valor de US$ 19 milhões, decresceu 26,1%, comparada a janeiro-abril de 2019.

Assim como acontece com os demais membros da ASEAN, a pauta exportadora do Brasil para Myanmar é concentrada em produtos do agronegócio. Devido a seu considerável contingente populacional e renda *per capita* em ascensão, o país asiático enquadra-se nos mercados com grande potencial para expansão das exportações desse competitivo setor da economia brasileira. Nesse sentido, em 2019, segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o agronegócio correspondeu a 87,7% do total exportado para Myanmar.

Os cinco primeiros produtos vendidos pelo Brasil foram: farelo de soja (75%); café torrado (10%); pneus de borracha (4,9%); e calçados (4,7%), que representaram quase 95% do total em dólares. A pauta importadora de Myanmar segue o mesmo padrão daquela verificada com os países da Associação, em que há preponderância de produtos manufaturados: pneus de borracha (45%); casacos femininos e infantis, capas, jaquetas, ternos, etc. (15%); calçados (13%); partes e acessórios de veículos automotivos (5,6%); e vestuário (4,3%). Juntos, esses cinco produtos representaram mais de 82% do total importado, em dólares, pelo Brasil, com origem naquele país asiático.

## CRONOLOGIA HISTÓRICA

| | |
|---|---|
| 1057 | Fundação do primeiro estado birmanês unificado. |
| 1287 | Mongóis conquistam a Birmânia. |
| 1531 | A dinastia Toungoo reunifica a Birmânia, com apoio português. |
| 1824-26 | Primeira Guerra Anglo-Birmanesa. |
| 1852-53 | Segunda Guerra Anglo-Birmanesa. |
| 1885-86 | Terceira Guerra Anglo-Birmanesa. Birmânia torna-se província da Índia Britânica. |
| 1937 | Reino Unido separa a Birmânia da Índia. |
| 1942 | Invasão japonesa. |
| 1945 | Reino Unido retoma o controle da colônia. |
| 1948 | Birmânia torna-se independente. |
| 1955 | Primeiro-ministro birmanês cofunda o Movimento Não Alinhado. |
| 1961-71 | O birmanês U Thant é eleito secretário-geral da ONU. |
| 1962 | Golpe de Estado dá início a regime militar que duraria até 2011. |
| 1975 | Criação da Frente Nacional Democrática e organização de guerrilhas insurgentes. |
| 1988 | Intensos protestos pró-democracia, com milhares de mortes. |
| 1989 | Decretada lei marcial. Aung San Suu Kyi, líder da Liga Nacional pela Democracia (*NLD*), é colocada em prisão domiciliar. |
| | Mudança do nome do país de Birmânia para Myanmar. |
| 1990 | *NLD* ganha as eleições, declaradas inválidas pelos militares. |
| 1991 | Aung San Suu Kyi ganha o Prêmio Nobel da Paz. |
| 1997 | Myanmar é admitida na ASEAN. |
| 2006 | Inauguração da nova capital, Nay Pyi Taw. |
| 2007 | China e Rússia vetam proposta de resolução do Conselho de Segurança que instava o governo a cessar ataques a minorias étnicas e a libertar prisioneiros políticos. |
| 2008 | Aprovação da nova Constituição (maio). |
| 2009 | Aung San Suu Kyi é condenada a mais 18 meses de prisão domiciliar (agosto). |
| 2010 | Ampla vitória do partido de base militar nas eleições gerais realizadas sem a participação de Aung San Suu Kyi, mantida em prisão domiciliar até o fim do pleito (novembro). |
| 2011 | Posse do presidente Thein Sein (março). |
| 2012 | Eleições parciais para o Parlamento resultam em grande vitória da oposição (*NLD*) |

| | |
|---|---|
| | e eleição de Aung San Suu Kyi ao Parlamento (abril). |
| | Visita do presidente dos EUA, Barack Obama (novembro). |
| 2013 | Fim do monopólio estatal da imprensa. Surgem quatro jornais privados (abril). |
| | Presidente Thein Sein visita Washington (maio). |
| | Presidente Thein Sein visita a Grã-Bretanha e anuncia que Myanmar irá libertar todos os presos políticos até o final do ano (julho). |
| 2015 | Assinatura do Acordo de cessar-fogo de abrangência nacional (*Nationwide Ceasefire Agreement*), com oito *EAO* (outubro). |
| | *NLD* vence as eleições por grande margem (novembro). |
| 2016 | Htin Kyaw, do *NLD*, assume como presidente e Aung San Suu Kyi é nomeada ministra dos Negócios Estrangeiros, da Casa Civil e conselheira de Estado (março). |
| 2017 | Em agosto de 2017, mais de 700 mil indivíduos da etnia *rohingya* buscam refúgio no Bangladesh, após episódios de violência contra eles perpetrados. |
| 2018 | Myanmar firma memorando de entendimento com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em apoio à criação de condições para retorno dos refugiados no Bangladesh (junho). |
| | Estabelecimento da Comissão Independente de Investigação (*ICOE*), para investigar os ataques ocorridos a partir de 25 de agosto de 2017 (julho). |
| | Fracasso da primeira tentativa de repatriação dos *rohingya* refugiados no Bangladesh, mesmo após acordo bilateral (novembro). |
| 2019 | Formação da comissão parlamentar para elaborar propostas para revisão da Constituição (fevereiro). |
| | Myanmar condiciona a repatriação dos *rohingya* ao registro no Cartão Nacional de Verificação (CNV), em que são obrigados a autodeclararem-se "bengali", ainda que consigam comprovar que vivem em Myanmar há, pelo menos, duas gerações (julho). |
| | Fracasso da segunda tentativa de repatriação dos *rohingya*. O Governo myanmarense atribui o insucesso à atuação de organizações não governamentais e de membros do *Arakan Rohingya Salvation Army (ARSA)*, bem como ao descumprimento, segundo Myanmar, por parte do Bangladesh, das normas previstas no acordo bilateral entre os dois países (agosto). |
| | A pedido da Organização para a Cooperação Islâmica (OCI), a Gâmbia inicia processo contra Myanmar, na Corte Internacional de Justiça (CIJ), sob alegação de violações à Convenção para Prevenção e Repressão do crime de Genocídio praticadas, pelo menos desde 2016, contra o grupo da etnia *rohingya* (novembro). |
| | A conselheira de Estado, Aung San Suu Kyi, decide chefiar a delegação myanmarense que participa das audiências públicas sobre o caso na CIJ (dezembro). |
| 2020 | Em antecipação a decisão desfavorável no âmbito da Corte, o governo myanmarense divulga, em 20 de janeiro, relatório da *ICOE* em que se verificaram apenas crimes de guerra, sem genocídio, inclusive citando membros do *Tatmadaw* (janeiro). |
| | Em 23 de janeiro, a CIJ atende pedido da Gâmbia e adota medidas cautelares que demandam que, enquanto o julgamento do caso não for concluído, Myanmar não cometa atos de genocídio contra os *rohingya* e relate regularmente a implementação dessa ordem (janeiro). |

| | |
|---|---|
| | O Parlamento rechaça as propostas de emenda à Constituição elaboradas pela comissão parlamentar. Entre elas, destacam-se a possibilidade de que a atual conselheira de Estado, Aung San Suu Kyi, assumisse a presidência do país; e a gradual redução do número de parlamentares indicados pelo *Tatmadaw* (março). |
| | A despeito dos apelos de cessar-fogo feitos pelo secretário-geral da ONU e pela comunidade internacional, as tensões entre grupos militares e o governo aumentam, desde fins de março. Entre as vítimas civis, ataque a tiros contra veículo da OMS que transportava amostras para testes da COVID-19 provocou a morte do motorista (abril). |

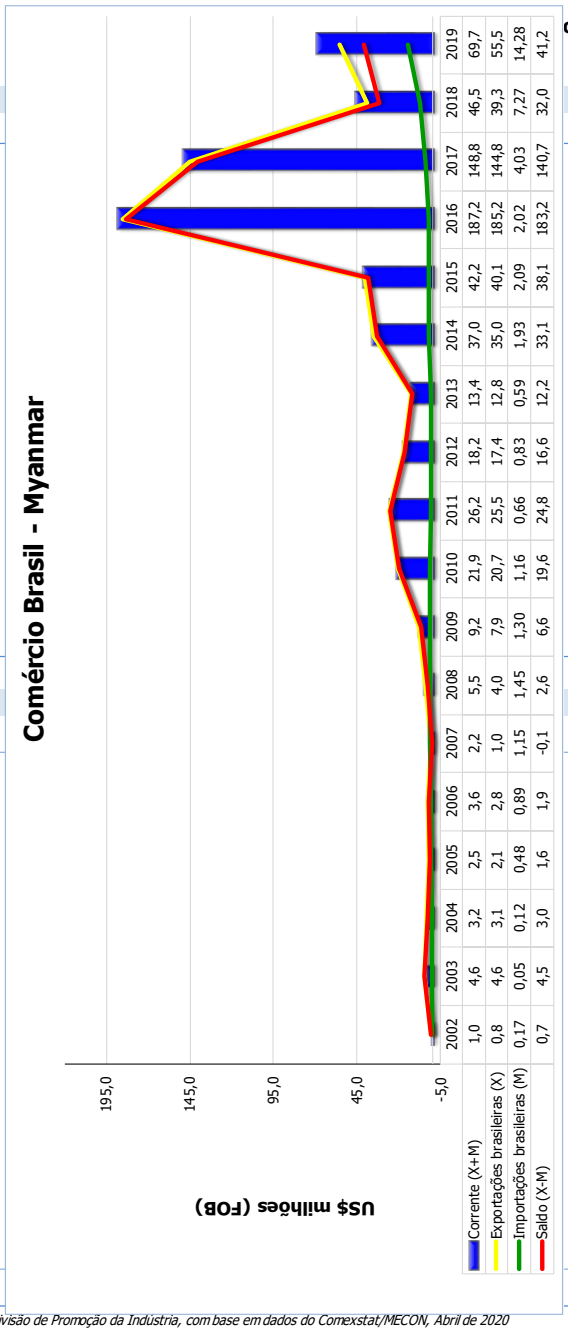
## CRONOLOGIA BILATERAL

| | |
|---|---|
| 1982 | Estabelecimento de relações diplomáticas |
| 1994 | Visita ao Brasil do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Nyunt Swe |
| 1996 | Abertura da Embaixada de Myanmar em Brasília |
| 2000-08 | Mandato do professor Paulo Sérgio Pinheiro como relator especial sobre a situação dos direitos humanos em Myanmar |
| 2001 | Visita ao Brasil do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros de Myanmar, Khin Maung Win |
| 2007 | Visita ao Brasil do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Maung Myint (junho) |
| | Participação do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Kyaw Thu, na III Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), em Brasília (agosto) |
| 2008 | Participação do ministro dos Negócios Estrangeiros de Myanmar, Nyan Win, na I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN, em Brasília (novembro) |
| 2010 | Decretada a criação da Embaixada do Brasil em Yangon (janeiro) |
| | Apresentação de credenciais do embaixador José Carlos da Fonseca Júnior e primeira visita a Nay Pyi Taw (novembro) |
| 2011 | O então ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, e o ministro dos Negócios Estrangeiros de Myanmar, Wunna Maung Lwin, participam de almoço à margem da XIX Cúpula da ASEAN, em Bali (novembro) |
| 2012 | A subsecretária-geral Política-II do MRE lidera a primeira missão de alto nível do Brasil ao país e assina o Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, primeiro instrumento bilateral (fevereiro) |
| | Vice-presidente de Myanmar visita o Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, à margem da qual manteve encontro com o então vice-presidente da República, Michel Temer (junho) |
| | Brasil doa US$ 120 mil como assistência humanitária para a crise no estado de Rakhine, por meio do ACNUR (setembro) |
| 2013 | Visita do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Antonio Herman Benjamin, em que foram tratados temas relativos a cooperação judiciária e questões ambientais (julho) |
| | Visita do diretor da ABC, com técnicos da Universidade Federal de Lavras (UFLA) e do Instituto Butantan, para estabelecimento do programa para aprimorar metodologias e técnicas de produção de soro antiofídico (agosto) |
| 2015 | Visita do ministro da Pecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural de Myanmar, U Ohn Myint (maio) |
| | II Reunião de Consultas Políticas, em Brasília (agosto) |
| 2018 | Vinda ao Brasil do ministro dos Recursos Naturais e Conservação Ambiental, Ohn Winn, na condição de chefe de delegação, para participar do 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília (março) |
| | III Reunião de Consultas Políticas, em Nay Pyi Taw (agosto) |

| ACORDOS BILATERAIS |
|---|

| TÍTULO | DATA DE CELEBRAÇÃO | ENTRADA EM VIGOR | PUBLICAÇÃO |
|---|---|---|---|
| Acordo sobre a Isenção de Visto em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais | 27/08/2015 | 26/09/2015 | 17/09/2015 |
| Acordo de Cooperação Técnica | 29/07/2013 | 29/08/2018 | 11/04/2019 |

# DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS




| 2019/2020 | Exportações brasileiras | Importações brasileiras | Corrente de comércio | Saldo |
|---|---|---|---|---|
| 2019 (jan-mar) | 14,96 | 2,96 | 17,9 | 12,0 |
| 2020 (jan-mar) | 12,86 | 4,0 | 16,9 | 8,8 |

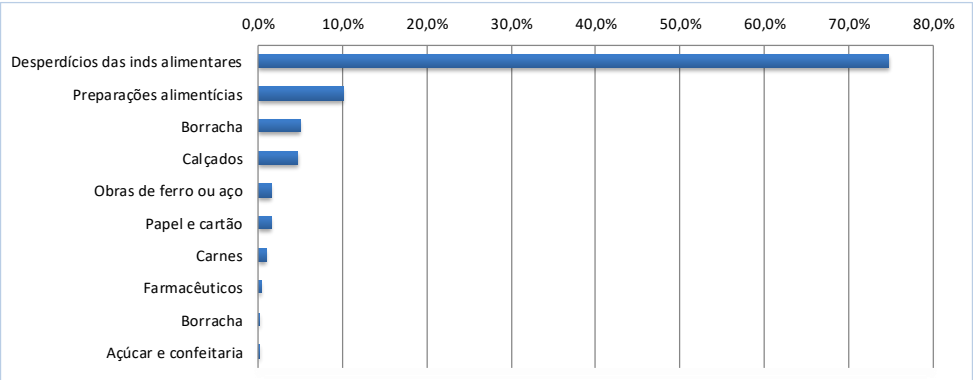
*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Abril de 2020*

**Composição das exportações brasileiras para Myanmar**
**US$ milhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Desperdícios das inds alimentares | 26,4 | 18,2% | 24,4 | 62,1% | 41,5 | 74,8% |
| Preparações alimentícias | 8,3 | 5,7% | 6,4 | 16,4% | 5,6 | 10,0% |
| Borracha | 0,5 | 0,4% | 2,5 | 6,4% | 2,7 | 4,9% |
| Calçados | 2,3 | 1,6% | 3,5 | 8,9% | 2,6 | 4,7% |
| Obras de ferro ou aço | 0,081 | 0,1% | 0,0 | 0,0% | 0,9 | 1,6% |
| Papel e cartão | 0,036 | 0,0% | 0,0 | 0,0% | 0,9 | 1,6% |
| Carnes | 0,064 | 0,0% | 0,9 | 2,2% | 0,5 | 1,0% |
| Farmacêuticos | 0,032 | 0,0% | 0,2 | 0,5% | 0,2 | 0,4% |
| Borracha | 0,000 | 0,0% | 0,0 | 0,0% | 0,1 | 0,3% |
| Açúcar e confeitaria | 105,7 | 73,0% | 0,0 | 0,0% | 0,003 | 0,0% |
| **Subtotal** | **143,4** | **99,1%** | **37,9** | **96,5%** | **55,1** | **99,3%** |
| **Outros** | **1,3** | **0,9%** | **1,4** | **3,5%** | **0,4** | **0,7%** |
| **Total** | **144,8** | **100,0%** | **39,3** | **100,0%** | **55,5** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Abril de 2020*

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019**

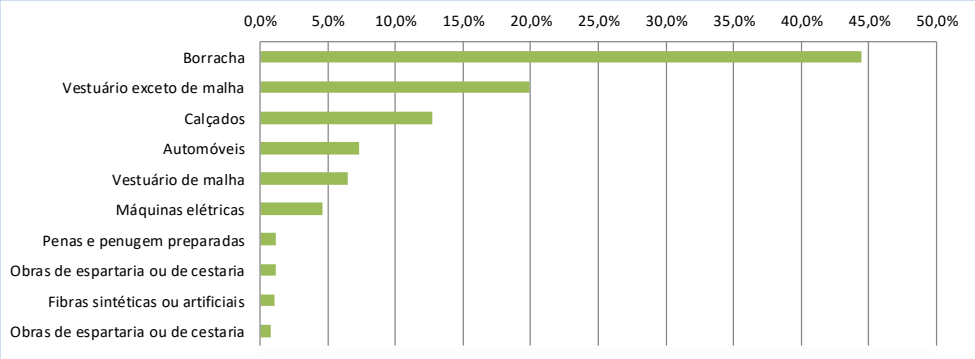


**Composição das importações brasileiras originárias de Myanmar**
**US$ milhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2017 | | 2018 | | 2019 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Borracha | 0,00 | 0,0% | 1,96 | 26,9% | 6,35 | 44,5% |
| Vestuário exceto de malha | 0,81 | 20,1% | 1,22 | 16,8% | 2,84 | 19,9% |
| Calçados | 1,08 | 26,8% | 0,89 | 12,2% | 1,82 | 12,7% |
| Automóveis | 0,92 | 22,9% | 1,03 | 14,1% | 1,05 | 7,3% |
| Vestuário de malha | 0,14 | 3,4% | 0,64 | 8,8% | 0,93 | 6,5% |
| Máquinas elétricas | 0,49 | 12,0% | 0,59 | 8,1% | 0,66 | 4,6% |
| Penas e penugem preparadas | 0,09 | 2,3% | 0,06 | 0,8% | 0,16 | 1,1% |
| Obras de espartaria ou de cestaria | 0,11 | 2,7% | 0,14 | 1,9% | 0,16 | 1,1% |
| Fibras sintéticas ou artificiais | 0,00 | 0,0% | 0,00 | 0,0% | 0,15 | 1,1% |
| Obras de espartaria ou de cestaria | 0,27 | 6,7% | 0,21 | 2,9% | 0,11 | 0,8% |
| **Subtotal** | **3,907** | **97,0%** | **6,723** | **92,5%** | **14,241** | **99,8%** |
| **Outros** | **0,119** | **3,0%** | **0,542** | **7,5%** | **0,034** | **0,2%** |
| **Total** | **4,026** | **100,0%** | **7,265** | **100,0%** | **14,275** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Abril de 2020*

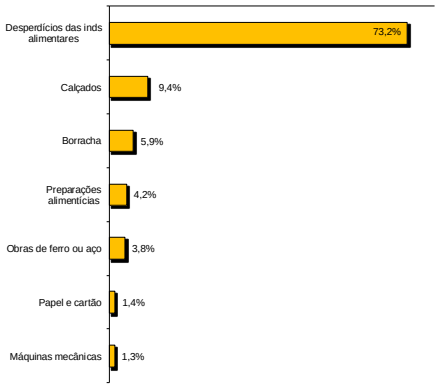
**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019**



**Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)**
**US$ milhões**

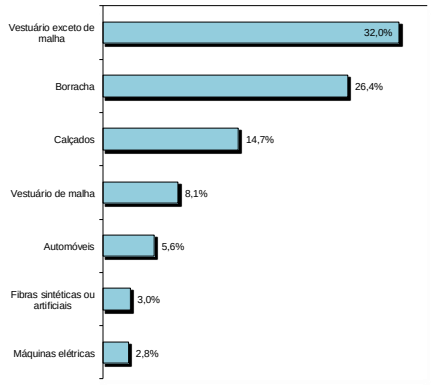
| Grupos de produtos (SH2) | 2019 (jan-mar) | Part. % no total | 2020 (jan-mar) | Part. % no total |
|---|---|---|---|---|
| **Exportações** | | | | |
| Desperdícios das inds alimentares | 10,57 | 70,6% | 9,41 | 73,2% |
| Calçados | 0,62 | 4,2% | 1,21 | 9,4% |
| Borracha | 0,51 | 3,4% | 0,77 | 5,9% |
| Preparações alimentícias | 2,77 | 18,5% | 0,54 | 4,2% |
| Obras de ferro ou aço | 0 | 0,0% | 0,49 | 3,8% |
| Papel e cartão | 0 | 0,0% | 0,18 | 1,4% |
| Máquinas mecânicas | 0,001 | 0,0% | 0,16 | 1,3% |
| **Subtotal** | **14,47** | **96,7%** | **12,75** | **99,2%** |
| **Outros** | **0,50** | **3,3%** | **0,11** | **0,8%** |
| **Total** | **15,0** | **100,0%** | **12,9** | **100,0%** |

**Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2020**

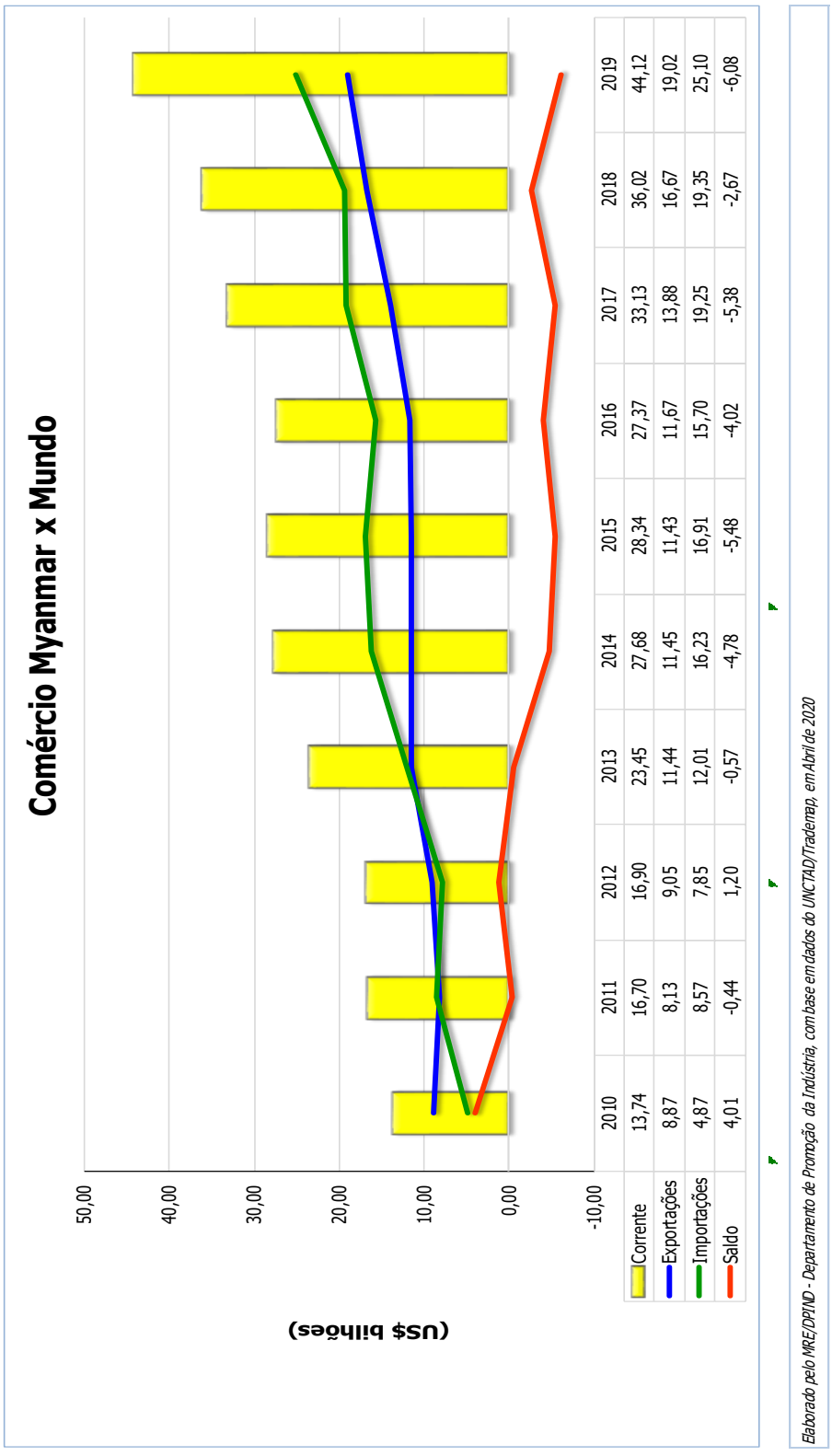



| Grupos de produtos (SH2) | 2019 (jan-mar) | Part. % no total | 2020 (jan-mar) | Part. % no total |
|---|---|---|---|---|
| **Importações** | | | | |
| Vestuário exceto de malha | 0,81 | 27,4% | 1,29 | 32,0% |
| Borracha | 0,86 | 29,1% | 1,06 | 26,4% |
| Calçados | 0,44 | 14,7% | 0,59 | 14,7% |
| Vestuário de malha | 0,19 | 6,2% | 0,33 | 8,1% |
| Automóveis | 0,26 | 8,7% | 0,22 | 5,6% |
| Fibras sintéticas ou artificiais | 0,03 | 1,0% | 0,12 | 3,0% |
| Máquinas elétricas | 0,28 | 9,5% | 0,11 | 2,8% |
| **Subtotal** | **2,9** | **96,7%** | **3,7** | **92,4%** |
| **Outros produtos** | **0,1** | **3,3%** | **0,3** | **7,6%** |
| **Total** | **2,96** | **100,0%** | **4,0** | **100,0%** |

**Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2020**




*Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Abril de 2020*



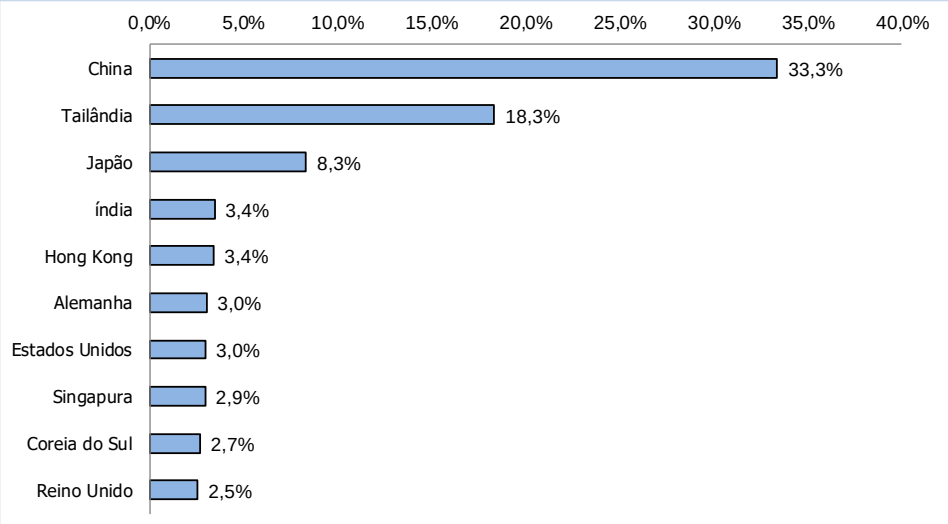

| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Corrente | 13,74 | 16,70 | 16,90 | 23,45 | 27,68 | 28,34 | 27,37 | 33,13 | 36,02 | 44,12 |
| Exportações | 8,87 | 8,13 | 9,05 | 11,44 | 11,45 | 11,43 | 11,67 | 13,88 | 16,67 | 19,02 |
| Importações | 4,87 | 8,57 | 7,85 | 12,01 | 16,23 | 16,91 | 15,70 | 19,25 | 19,35 | 25,10 |
| Saldo | 4,01 | -0,44 | 1,20 | -0,57 | -4,78 | -5,48 | -4,02 | -5,38 | -2,67 | -6,08 |

**Principais destinos das exportações de Myanmar**
**US$ bilhões**

| Países | 2018 | Part.% no total |
|---|---|---|
| China | 5,56 | 33,3% |
| Tailândia | 3,06 | 18,3% |
| Japão | 1,39 | 8,3% |
| índia | 0,57 | 3,4% |
| Hong Kong | 0,57 | 3,4% |
| Alemanha | 0,51 | 3,0% |
| Estados Unidos | 0,49 | 3,0% |
| Singapura | 0,49 | 2,9% |
| Coreia do Sul | 0,45 | 2,7% |
| Reino Unido | 0,42 | 2,5% |
| ... | | |
| ***Brasil (62º lugar)*** | ***0,005*** | ***0,0%*** |
| | | |
| **Subtotal** | **13,50** | **81,0%** |
| **Outros países** | **3,17** | **19,0%** |
| **Total** | **16,67** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020*

**10 principais destinos das exportações**

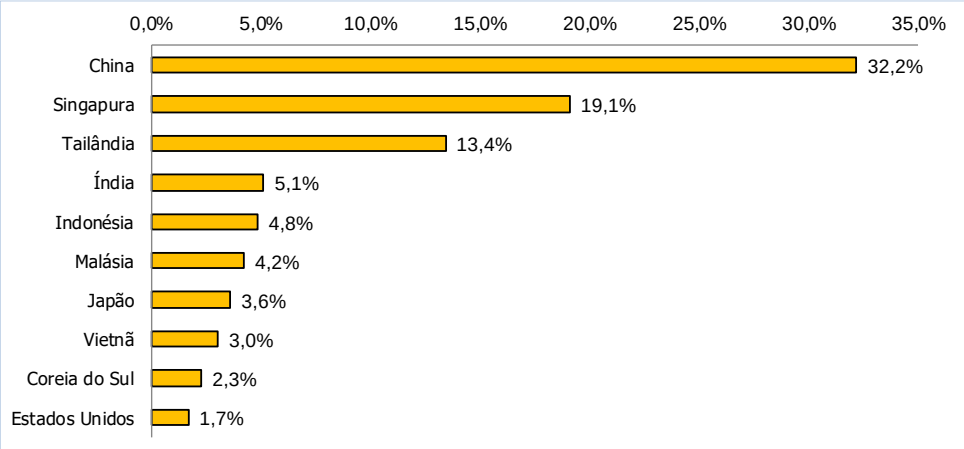


**Principais origens das importações de Myanmar**
**US$ bilhões**

| Países | 2018 | Part.% no total |
|---|---|---|
| China | 6,22 | 32,2% |
| Singapura | 3,69 | 19,1% |
| Tailândia | 2,60 | 13,4% |
| Índia | 0,99 | 5,1% |
| Indonésia | 0,94 | 4,8% |
| Malásia | 0,82 | 4,2% |
| Japão | 0,70 | 3,6% |
| Vietnã | 0,59 | 3,0% |
| Coreia do Sul | 0,44 | 2,3% |
| Estados Unidos | 0,33 | 1,7% |
| ... | | |
| ***Brasil (17º lugar)*** | ***0,097*** | ***0,5%*** |
| | | |
| **Subtotal** | **17,39** | **89,9%** |
| **Outros países** | **1,95** | **10,1%** |
| **Total** | **19,35** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020*

**10 principais origens das importações**

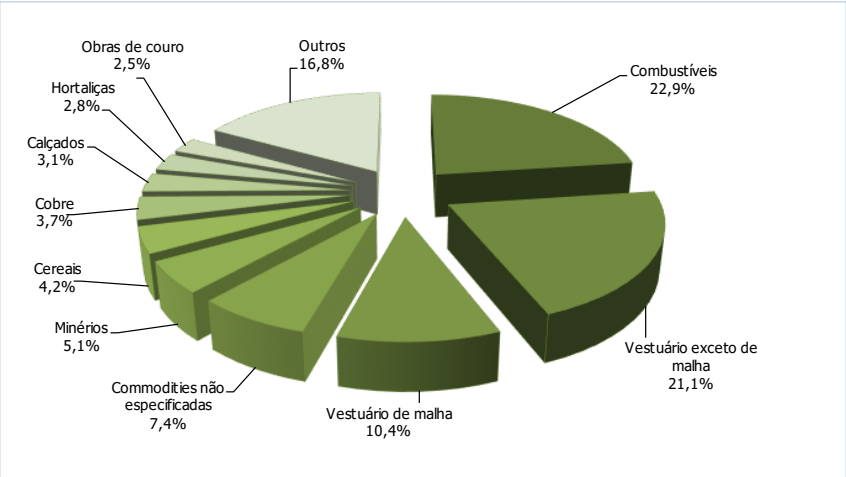


**Composição das exportações de Myanmar**
**US$ bilhões**

| Grupos de Produtos (SH2) | 2019 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Combustíveis | 4,35 | 22,9% |
| Vestuário exceto de malha | 4,01 | 21,1% |
| Vestuário de malha | 1,97 | 10,4% |
| Commodities não especificadas | 1,40 | 7,4% |
| Minérios | 0,97 | 5,1% |
| Cereais | 0,81 | 4,2% |
| Cobre | 0,70 | 3,7% |
| Calçados | 0,58 | 3,1% |
| Hortaliças | 0,54 | 2,8% |
| Obras de couro | 0,48 | 2,5% |
| **Subtotal** | **15,82** | **83,2%** |
| **Outros** | **3,21** | **16,8%** |
| **Total** | **19,02** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020*

**10 principais grupos de produtos exportados**

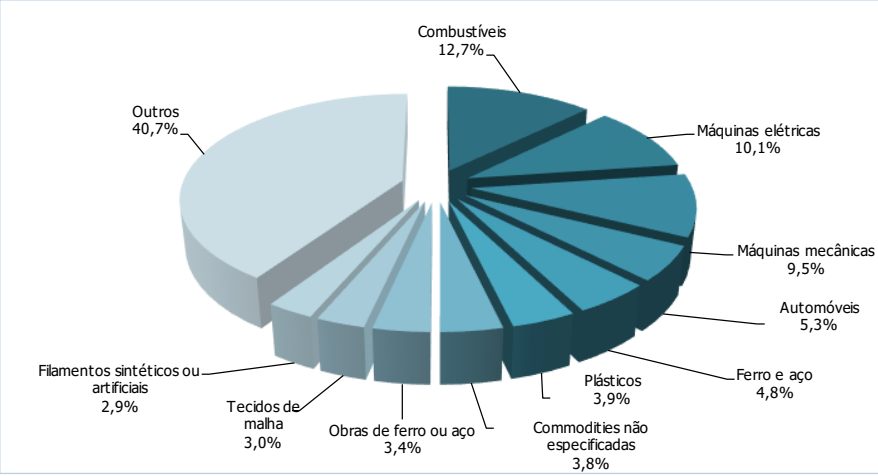


**Composição das importações de Myanmar**
**US$ bilhões**

| Grupos de produtos (SH2) | 2019 | Part.% no total |
|---|---|---|
| Combustíveis | 3,19 | 12,7% |
| Máquinas elétricas | 2,53 | 10,1% |
| Máquinas mecânicas | 2,39 | 9,5% |
| Automóveis | 1,33 | 5,3% |
| Ferro e aço | 1,20 | 4,8% |
| Plásticos | 0,98 | 3,9% |
| Commodities não especificadas | 0,94 | 3,8% |
| Obras de ferro ou aço | 0,86 | 3,4% |
| Tecidos de malha | 0,75 | 3,0% |
| Filamentos sintéticos ou artificiais | 0,73 | 2,9% |
| | | |
| **Subtotal** | **14,89** | **59,3%** |
| **Outros** | **10,21** | **40,7%** |
| **Total** | **25,10** | **100,0%** |

*Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020*

**10 principais grupos de produtos importados**



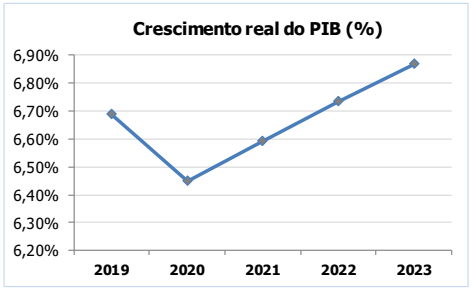
**Principais indicadores socioeconômicos de Myanmar**

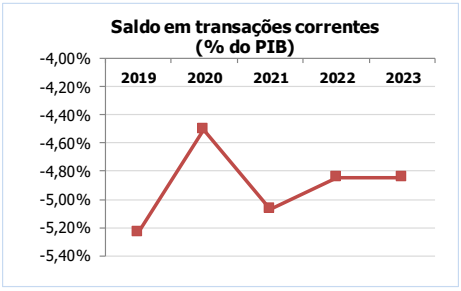
| Indicador | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|
| Crescimento real do PIB (%) | 6,69% | 6,45% | 6,59% | 6,73% | 6,87% |
| PIB nominal (US$ bilhões) | 68,56 | 65,67 | 71,40 | 78,12 | 85,86 |
| PIB nominal "per capita" (US$) | 1.298 | 1.239 | 1.338 | 1.454 | 1.588 |
| PIB PPP (US$ bilhões) | 5.526,03 | 5.861,60 | 6.206,06 | 6.581,43 | 6.990,73 |
| PIB PPP "per capita" (US$) | 6.217 | 6.711 | 7.254 | 7.853 | 8.514 |
| População (milhões habitantes) | 52,83 | 53,02 | 53,38 | 53,72 | 54,05 |
| Desemprego (%) | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% |
| Inflação (%)(2) | 8,59% | 7,19% | 7,15% | 6,21% | 6,13% |
| Saldo em transações correntes (% do PIB) | -5,24% | -4,51% | -5,07% | -4,84% | -4,85% |
| Dívida externa (US$ bilhões) | 16,20 | 17,20 | 18,00 | 18,20 | 17,90 |
| Câmbio ( Kt / US$)(2) | 1,47 | 1,48 | 1,52 | 1,62 | 1,70 |

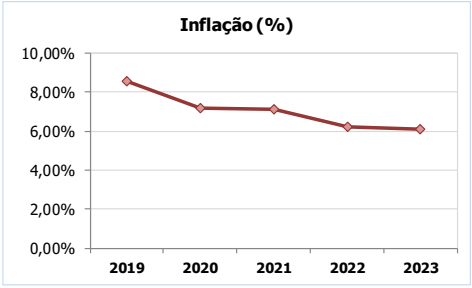
*Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2019, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2020 e da Cia.gov/World Factbook.*

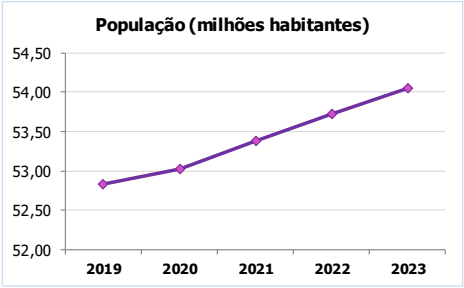
*(1) Estimativas FMI e EIU.*

*(2) Média do período.*



**EMBAIXADA DO BRASIL EM YANGON**

**RELATÓRIO SIMPLIFICADO DE GESTÃO**

**EMBAIXADOR ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA**

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão:

Ao assumir a chefia da Embaixada do Brasil em Yangon, em dezembro de 2016, Myanmar ainda vivia a efervescência dos novos tempos de abertura democrática, e nutria enormes expectativas com o governo de Aung San Suu Kyi, que se iniciara havia apenas 8 meses, resultado das primeiras eleições gerais em 60 anos, sob a égide da nova constituição, promulgada em 2012.

2. Nesse contexto, o relato que ora apresento traz considerações gerais de minha atuação à frente do posto, durante quase 4 anos, a partir das observações extraídas dos múltiplos contatos que travei, das expectativas que identifiquei diante dos imensos desafios que o país enfrenta e da natureza das interações com outros países da região. Este relatório também é orientado pela forma como o Brasil é aqui percebido, e o escopo que poderá alcançar a nossa presença em Myanmar, considerando vários fatores, como o intrínseco reconhecimento mútuo, a distância e as enormes diferenças culturais, inclusive a virtualmente intransponível barreira linguística. Recordo, a propósito, que a embaixada foi instalada há dez anos, e fui o terceiro a ter a honra de chefiá-la.

3. O relato aborda os principais aspectos da evolução da situação, principalmente a tempestade política que se abateu sobre o país, a partir das violentas ações das Forças de Defesa ("Tatmadaw") contra a minoria rohingya, estabelecida do estado do Arracão ("Rakhine"), no noroeste, lindeiro com Bangladesh. A crise desencadeada pelo nível de violência empregada gerou forte reação da comunidade internacional, com severas consequências para a economia, e afetou gravemente a imagem de San Suu Kyi como ícone da democracia, dos direitos humanos e de líder da reinserção de Myanmar no concerto dos países.

**Cooperação técnica**

4. Coincidentemente, no dia seguinte a minha chegada a Yangon, tive a satisfação de participar da cerimônia de finalização da primeira fase do projeto de cooperação técnica desenvolvido pelo Instituto Butantã/Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e os ministérios locais da Indústria e da Agricultura, Pecuária e Irrigação, com o objetivo de aprimorar a metodologia e técnicas para a produção de soro antiofídico. A presença do presidente do Butantã emprestou grande visibilidade à ocasião, com ampla divulgação na imprensa. O próprio presidente da República de Myanmar, três semanas depois, por ocasião da entrega das credenciais, perguntou-me sobre o projeto, ao qual atribuía especial importância, uma vez que se estimavam em cerca de 5 mil por ano as mortes

causadas por picadas de cobra no país. A segunda fase do projeto deveria ser implementada no transcurso deste ano, não fosse a pandemia de coronavírus.

5. Ainda na agenda da cooperação técnica, estão avançadas as negociações da ABC com o Ministério do Trabalho, População e Imigração (MOLIP) de Myanmar para a conformação de projeto de cooperação na área de estatísticas laborais. Vale registrar, a propósito, a ida ao Brasil, patrocinada pela ABC em 2018, de missão técnica do MOLIP para visita ao IBGE, com vistas à capacitação na área de censo laboral. O projeto deverá ser desenvolvido com auxílio da Fundação João Pinheiro, entidade de apoio técnico do governo de Minas Gerais. Ressalto, entretanto, que novamente a pandemia provocou a postergação dos entendimentos.

6. Cabe registrar, também, as duas visitas realizadas ao Brasil pelo ministro dos Recursos Naturais e da Conservação Ambiental, em 2017 e 2018, para participar de conferências internacionais. Por sugestão minha, foi organizado programa paralelo de visitas de trabalho. Isso permitiu que constatasse 'in loco' a diversidade, escopo e excelência de algumas políticas públicas desenvolvidas no Brasil, com possibilidade de virem a ser reproduzidas ou adaptadas às especificidades de Myanmar. Ficou patente o seu interesse por explorar as perspectivas para cooperação, inclusive trilateral, em especial com agências da ONU, cujas áreas seriam, em um primeiro momento: (a) alimentação escolar, via Programa Mundial de Alimentos (PMA); (b) monitoramento florestal, via Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); e (c) combate ao trabalho infantil, via Organização Internacional do Trabalho (OIT).

7. Sem dúvida, a cooperação técnica, em particular, com a transferência de conhecimento, é um vigoroso instrumento tanto para promover o desenvolvimento como para forjar maior e mais fluida interlocução entre países. A ABC dispõe de experiência acumulada para uma atuação segura e eficaz nessa construtiva vertente da diplomacia. Todas as tratativas mencionadas circunscrevem-se ao Acordo de Cooperação Técnica Brasil - Myanmar, assinado em 2013, que entrou em vigor em 2018, após cumprimento dos requisitos internos em ambos países.

**Comércio**

8. As relações comerciais bilaterais são modestas e tradicionalmente superavitárias para o lado brasileiro, como fica patente pelos resultados verificados no primeiro semestre deste ano. A corrente de comércio foi de USD 27,4 milhões, o que representa redução de 32,2% em comparação ao primeiro semestre de 2019 (USD 40 milhões). Nesse período, enquanto as exportações brasileiras caíram 37,4% (de USD 34,5 milhões de janeiro a junho de 2019 para USD 21,8 milhões), as importações provenientes de Myanmar mantiveram-se em valor idêntico ao do primeiro semestre de 2019 (USD 5,6 milhões). Assim, de janeiro a junho do corrente, o superávit comercial do Brasil foi de USD 16,2 milhões, queda de 44% em relação ao mesmo período de 2019 (USD 28,9 milhões).

9. Pude testemunhar que o processo de abertura econômica em Myanmar tem sido consideravelmente mais lento do que o de abertura política. A representatividade do comércio

internacional em relação ao PIB é de 48%, muito abaixo da maioria dos países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN): Singapura (326%), Vietnã (208%), Malásia (131%), Camboja (125%), Tailândia (123%), Brunei (94%), Filipinas (76%) e Laos (75%), segundo dados do Banco Mundial (somente a Indonésia, com 43%, tem valor abaixo daquele de Myanmar dentre os países da ASEAN).

10. O país ainda retém práticas protecionistas herdadas do regime militar e decisões acerca do grau de abertura comercial costumam ser tomadas por diferentes agentes, tanto governamentais como da iniciativa privada. Estes últimos costumam ser ciosos de concorrência externa e ávidos pela proteção do mercado nacional. Nesse sentido, entrou em vigor, no início de julho de 2020, a chamada "Law of Protection from Increased Import Volume", com o objetivo de "proteger pequenas e médias empresas nacionais e controlar o volume de produtos importados sem necessidade", de acordo com o presidente da Associação Industrial de Myanmar.

11. As restrições às importações serão efetivadas por meio de aumento de tarifas e aplicação de quotas. As decisões serão tomadas por comitê composto por membros do Ministério do Comércio e de instituições privadas. Combustíveis, veículos, materiais de construção e alimentos deverão ser os setores mais afetados pela nova lei. No entanto, o grande contingente populacional (mais de 54 milhões de pessoas) e a crescente renda per capita fazem que o mercado local apresente atrativos e alto potencial a ser explorado por exportadores brasileiros a médio e longo prazo.

12. Não obstante esse pano de fundo restritivo, empenhei-me em ações diretas e pessoais em favor de empresas brasileiras. Merece registro o apoio estendido aos representantes da Embraer e à proposta de financiamento que apresentaram às autoridades locais para a venda de cinco aeronaves modelo E-190. Nesse esforço, reuni-me três vezes com o ministro dos Transportes e Comunicações, a quem está subordinada a administração da Myanmar National Airlines, que já detém dois modelos 190 com cerca de dez anos de uso. Conversei também com o ministro das Finanças sobre a questão do financiamento em si. Embora as tratativas se mostrassem promissoras, acredito que as negociações Embraer-Boeing possam ter afetado a evolução dos contatos com a parte myanmarense, que parecem ter sido interrompidos.

13. Tem sido nossa preocupação, também, reverter a notável ausência da pauta exportadora brasileira de produtos cárneos em geral. Assim, com o objetivo de abrir o mercado local para esses produtos, foi realizada, em março último, missão da adida agrícola em Bangkok a Yangon e à capital Nay Pyi Taw. Além de propiciar a divulgação da qualidade e da segurança dos produtos agropecuários brasileiros, aproveitou-se a visita de trabalho para dar início às negociações para a aprovação de sete certificados sanitários e fitossanitários preparados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) — todos já estão aprovados, com exceção daquele relativo à exportação de embriões de bovinos e bubalinos 'in vivo' e 'in vitro', ainda em negociação. Trata-se de significativo passo para pavimentar o caminho das exportações desses produtos para Myanmar.

14. Os principais produtos da pauta exportados pelo Brasil têm sido farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos), farinhas de carnes e outros animais, correspondendo a 72% do total (USD 15,6 milhões). Em seguida, farelos de soja (categoria geral),

com USD 1,5 milhão (7,1% do total). As exportações desses produtos apresentaram crescimento de mais de 1000% em relação ao primeiro semestre de 2019, quando somaram cerca de USD 87 mil. Os produtos são utilizados no preparo de ração animal, especialmente para suínos e aves. Cabe registrar, a propósito, que ao contrário do que ocorreu com o açúcar brasileiro em 2016 e 2017 (quando houve extraordinário aumento das exportações do Brasil para Myanmar, em torno de USD 180 milhões), não há indícios de que a soja proveniente do Brasil seja reexportada para a China. Apesar de haver produção local, a importação do farelo é mais vantajosa economicamente, já que a soja local é exportada ainda na forma de grãos devido a limitações da indústria de beneficiamento no país. Como não há expectativa de que a produção local de soja possa suprir a crescente demanda, as importações do produto devem permanecer elevadas. O terceiro item mais exportado para Myanmar foi o de calçados, correspondendo a 6,8% do total do primeiro semestre (USD 1,4 milhão). O quarto e quinto lugar corresponderam a, respectivamente, "pneus de borracha, bandas de rodagem intercambiáveis, flaps e câmaras de ar para rodas" (5,3% do total, equivalendo a USD 1,15 milhão e apresentando variação negativa de 39%) e "café torrado, extratos, essências e concentrados de café" (5,2% do total, totalizando USD 1,14 milhão, com decréscimo de 73%). A exemplo da soja, a demanda por café é muito superior à produção local, fazendo com que o mercado myanmarense continue atraente para exportadores brasileiros.

15. No que tange às importações pelo Brasil, "pneus de borracha, bandas de rodagem intercambiáveis, flaps e câmaras de ar para rodas" foi o principal item, no valor de USD 1,6 milhão, o que corresponde a 30% do total. "Casacos femininos e infantis, capas, jaquetas, ternos, calças, shorts, camisas, vestidos e saias, roupa interior, roupa de dormir e artigos semelhantes de tecidos, de malha" foi a segunda categoria mais importada, equivalendo a 22% do total (USD 1,2 milhão, variação positiva de 8,5%). "Calçados" (15% do total, USD 816 mil e crescimento de 2,6%) e "partes e acessórios de veículos automotivos" (6,6% do total, USD 367 mil, decréscimo de 38%) ficaram, respectivamente, na terceira e quarta colocações do rol de produtos importados pelo Brasil.

16. A expressiva queda nas exportações brasileiras, bem como a estagnação das importações provenientes de Myanmar, decorrem em grande parte da atual crise econômica provocada pela pandemia do novo coronavírus. Tais resultados contrastam com os números obtidos ao longo de 2019: corrente de comércio de USD 69,8 milhões, com variação positiva de 49,8% em relação a 2018; exportações brasileiras de USD 55,5 milhões (aumento de 41,2%) e importações de produtos myanmarenses de USD 14,3 milhões (aumento de 95,9%). É de se esperar, assim, a retomada da tendência de crescimento do intercâmbio bilateral quando a crise sanitária estiver superada.

17. A balança comercial de Myanmar, em grandes números, pode ser resumida da seguinte forma: em 2019, apresentou déficit de USD 6,6 bilhões, com exportações totais de USD 19,6 bilhões e importações USD 25,9 bilhões. A título de comparação, o déficit comercial em 2018 foi de USD 2,6 bilhões e, em 2017, USD 5,3 bilhões. O principal produto da pauta são os hidrocarbonetos, que correspondem a cerca de 30% do total das exportações anuais. Os principais parceiros comerciais são China, Tailândia e Singapura, responsáveis por cerca de 75% do total do volume das transações.

18. Registro, finalmente, não haver investimentos diretos brasileiros em Myanmar, embora o atual processo de abertura econômica apresente potencial atraente, especialmente nos setores de infraestrutura dos transportes (rodovias, portos, aeroportos) e de energia (geração e distribuição). Alguns dos principais atrativos são o mercado interno em crescimento, os recursos naturais abundantes (petróleo, gás natural, pedras preciosas, estanho, ouro, madeiras), as terras férteis e a localização estratégica entre a China e a Índia.

**Política**

19. Embora eleito com inquestionável maioria dos votos e desfrutando de imenso prestígio internacional, o partido Liga Nacional pela Democracia (NDL), que formou o governo de Aung San Suu Kyi, não cumpriu as promessas de campanha. Entre as principais estavam a negociação de acordo de paz e reconciliação nacional (“Panglong"), a reforma da Constituição para estabelecer regime democrático pleno e a promoção do desenvolvimento econômico e social. No período entre 2015 e 2016 o país vivia momento de inflexão na sua história recente: a oportunidade de construir um regime democrático pleno com uma economia de mercado, cercado de esperanças e otimismo, após uma sombria trajetória de 50 anos, marcada por sucessivos regimes de exceção.

20. Entretanto, para avançar nesses objetivos, San Suu Kyi teria de superar obstáculos delicados: (a) o compartilhamento do poder com as Forças de Defesa (o "Tatmadaw"), cujo compromisso com o processo de paz e com a transição democrática é questionável; (b) as reivindicações, — muitas delas genuínas — dos mais de 20 diferentes Grupos Étnicos Armados (EAO), que contam com largo histórico de insubmissão ao poder central e expressivo poder econômico oriundo de econômicas diversas, até mesmo algumas ilegais; e (c) a influência política e popular de vertentes nacionalistas e intolerantes do budismo. Ainda em seu primeiro ano de governo, em outubro de 2016, ocorreu o primeiro ataque armado contra três postos policiais por integrantes da Arakan Rohingya Salvation Army (ARSA); em agosto de 2017 ocorreu um segundo. Desta feita, foram atacados 30 postos policiais, o que desencadeou violentíssima reação das forças de segurança, da qual resultou o êxodo de cerca de 750 mil rohingyas em busca de segurança no vizinho Bangladesh.

21. Essa crise humanitária, sem precedentes em Myanmar, tem pontuado e comprometido a dinâmica do relacionamento bilateral. Tenho observado que a crise no Arracão passou a concentrar boa parte da atenção internacional sobre Myanmar, sendo o tema que mais consome tempo e energia do próprio governo. A minoria étnica rohingya (muçulmana), instalada no Arracão há séculos, nunca foi contemplada com os títulos de cidadania. Pelo contrário, em 1982 foi editada lei que lhes cassava os registros de trabalho, tornando-os definitivamente apátridas. Não há, portanto, vontade política para incorporar os rohingya ao tecido nacional. A minoria rohingya sempre foi discriminada, sem acesso aos serviços do Estado, como escola e saúde, além de proibida de circular entre vilarejos sem autorização expressa da polícia.

22. A injustificável e desmedida violência empregada contra as populações rohingya tem sido vigorosamente criticada pela comunidade internacional e denunciada no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Além disso, a postura "negacionista" do governo, inclusive o total silêncio de San Suu Kyi sobre o ocorrido, levaram os grandes parceiros de desenvolvimento, americanos e europeus, a redobrar suas críticas e indignação, adotando sanções, sejam elas econômicas ou contra militares de alta patente que teriam responsabilidade sobre as forças de defesa que atuaram no Arracão. Só em maio de 2018, quando a conselheira de Estado de Myanmar recebeu delegação de membros do Conselho de Segurança da ONU, verificou-se alguma inflexão na posição do governo em relação à estratégia para lidar com a crise humanitária e possível retorno dos refugiados rohingya. Anunciou-se, em junho de 2018, a assinatura de Memorando de Entendimento entre o governo de Myanmar, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para preparar a repatriação dos refugiados rohingya em Bangladesh.

23. Ainda não há elementos para crer que Myanmar possa receber de volta os cerca de 800 mil rohingya em condições "voluntárias, dignas e seguras" no curto prazo. Dessa forma, parece correta a posição assumida pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, sobretudo em relação à necessidade de investigação e punição dos perpetradores de violência e de criação de condições para garantir direitos básicos e liberdade de circulação aos rohingya, a começar pelos cerca de 300 mil que permaneceram em Myanmar. Mudanças estruturais dificilmente poderão ocorrer repentinamente, sobretudo levando-se em conta a grande difusão entre a população de Myanmar do sentimento anti-rohingya. Nesse contexto, condenações, sanções e recusa ao diálogo apenas deverão empurrar Myanmar novamente para o isolamento, sem garantias de melhora no respeito aos direitos humanos. Dessa forma, a defesa dos direitos humanos no âmbito internacional não é incompatível com a compreensão das complexidades no terreno e da importância de manutenção do engajamento político com o governo local, tanto na sua vertente civil quanto na militar.

24. Paralelamente, o governo de Myanmar tem como prioridade equacionar o que é considerado o conflito interno mais longevo em vigor no mundo, desde a independência do país, em 1948. Trata-se do tema mais complexo para o pleno desenvolvimento nacional, com desdobramentos de ordem política, militar e econômica. O conflito tem raízes muito profundas: a maioria étnica bamar na planície central (ou no delta do rio Ayeyarwady) sempre foi o centro civilizacional da área, com sucessivos impérios que lograram manter-se independentes dos grandes vizinhos (Índia e China) até a colonização britânica no século XIX. Enquanto isso, nas montanhas que circundam a planície central, existiam pequenos reinos, às vezes em guerra, mas na maior parte do tempo em algum sistema de dependência do poder central, de modo a garantir-lhes certa autonomia em troca de tributos e lealdade. Nesse período, a economia era rural. Privilegiava-se a planície abundante em recursos hídricos, enquanto nas montanhas vivia-se de subsistência em pequenas comunidades semi-nômades. A descoberta e exploração de recursos naturais (jade, ouro, rubi, madeira e gás natural) pelos colonizadores britânicos nas montanhas alterou significativamente o cenário econômico, sendo hoje fundamental para o governo central a exploração desses recursos nas suas franjas, habitadas por minorias étnicas.

25. Dessa forma, após décadas de conflito interno, que muitas vezes serviram como justificativa para a manutenção de regimes de exceção, na década de 1990 começou a haver gradual distensão. O Acordo Nacional de Cessar-Fogo (NCA), assinado em outubro de 2015 pelo Tatmadaw e por oito das cerca de 20 organizações étnicas armadas (EAO) reconhecidas, foi o passo determinante para propiciar as condições necessárias para o diálogo mais fluido e construtivo.

26. Assim, desde o início do mandato da Liga Nacional pela Democracia (NLD), em março de 2016, apesar de o assunto ser declaradamente a principal prioridade do governo, o ritmo de progresso é desacelerado. Para muitos analistas, esse arrefecimento deve-se à inabilidade do governo civil em conduzir diálogos concretos ou atender a reivindicações das EAO. Muitas vezes os negociadores civis parecem atuar como mediadores em um conflito entre o Tatmadaw e as EAO, sem reconhecer que o processo negociador é tanto militar quanto político, no qual um dos objetivos centrais é a constituição de estado federal e democrático.

27. O agravamento da conjuntura conflitiva no Arracão minou as expectativas favoráveis à realização de conferência de paz em 2019, mas está prevista a realização do evento em agosto próximo. Embora o mandato da conselheira de Estado Aung San Suu Kyi não tenha sido marcado pelo entendimento com os EAO, observa-se que o governo vinha empenhando sérios esforços nos bastidores com vistas a reunir no marco da conferência de paz de Panglong os dez grupos armados signatários do acordo nacional de cessar-fogo de 2015. A intenção declarada do governo é lograr a adesão dos demais EAO ao acordo nacional de cessar-fogo, definir plano de ação para negociações no período pós-eleitoral e estabelecer princípios gerais para um futuro regime federalista de governo.

28. Quanto às eleições gerais em 8 de novembro próximo, Aung San Suu Kyi anunciou oficialmente a decisão de seu partido, o NDL, de concorrer. Recorde-se que as eleições de 2015 foram as primeiras eleições livres no país após mais de meio século de regime militar. Dos 624 assentos nas duas câmaras (Amyotha Hluttaw, Câmara Alta, e Pyithu Hluttaw, Câmara Baixa), o NLD conquistou ampla maioria parlamentar: 390 cadeiras, enquanto o USDP conquistou 117. Para as eleições de 2020, dados da Comissão Eleitoral indicam que dos 97 partidos políticos registrados em Myanmar, 79 confirmaram que entrarão na disputa. Espera-se que mais de 37 milhões de eleitores compareçam às urnas. É aguardada vitória do NDL, liderado por San Suu Kyi, mas não com o mesmo desempenho verificado no pleito de 2015.

29. Na esfera bilateral, cabe registrar a realização da III Reunião de Consultas Políticas de Alto Nível em Nay Pyi Taw, em agosto de 2018. A delegação brasileira foi chefiada pelo então subsecretário-geral para Ásia e Pacífico, embaixador Henrique da Silveira Sardinha Pinto. Pelo lado myanmarense, a chefia esteve a cargo do secretário permanente dos Negócios Estrangeiros (MoFA), Myint Thu. Do lado de Myanmar participaram 24 representantes de diferentes departamentos da chancelaria e de nove outros ministérios.

30. Essa reunião marcou o primeiro encontro de autoridade brasileira com a líder de fato do país, Aung San Suu Kyi, e permitiu diálogo privilegiado sobre os desafios e perspectivas para o país, sem evitar assuntos sensíveis, como direitos humanos e a situação dos refugiados rohingya.

31. Desse reconhecimento poderá resultar novas oportunidades para o comércio, ampliação das iniciativas de cooperação Sul-Sul e garantia de influência política do Brasil no médio e longo prazo no país. Julgo que a iniciativa reforçou a percepção do Brasil como ator global, engajado e interessado nos mais diversos temas, com disposição para cooperar com Myanmar na superação dos desafios do desenvolvimento socioeconômico, sem viés intrusivo nos assunto internos do país.

# 2ª PARTE - DELIBERATIVA

# 1

**REQ**
**00019/2020**

SENADO FEDERAL

SF/20424.31039-48 (LexEdit)

# REQUERIMENTO Nº DE - CRE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II e V da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Ernesto Henrique Fraga Araújo, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a visita e as declarações do Senhor Mike Pompeo, Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, ao tempo em que repudiamos os ataques direcionados ao presidente venezuelano e à Venezuela proferidos em solo brasileiro, na ocasião de sua passagem por Boa Vista, Roraima, no dia 18 de setembro.

Sala da Comissão, 21 de setembro de 2020.

**Senador Telmário Mota**
**(PROS - RR)**